

TESTEMUNHAS DE JEOVÁ

O QUE ELAS NÃO LHE CONTAM?

Por que milhares de fiéis estão escolhendo deixar de ser Testemunha de Jeová?

Por qual motivo outros milhares permanecem como Testemunhas ainda que contra a vontade?

São as Testemunhas tão felizes quanto declara sua liderança?



Lourisvaldo Santana

Ex-integrante das Testemunhas de Jeová

Testemunhas de Jeová – o que elas não lhe contam?

1ª edição, 2016

Sincero agradecimento...

...A todos que direto ou indiretamente contribuíram para que este livro fosse elaborado e publicado. Nominalmente, preciso citar:

- *Abraão José Almeida da Silva, que desde o começo me deu todo apoio e incentivo, contribuindo de todas as formas para que o livro fosse levado à sua conclusão;*
- *“Cheia do Espírito”*, “Geração”* e “Ancião Brasileiro”*, pelo fornecimento de importantes documentos;*
- *Dulci Rezende*, por ter compartilhado parte de sua história para a composição de um capítulo indispensável;*
- *Henrique Rodrigues* (ziguratedevigia.blogspot.com), por ter traduzido matérias essenciais para alguns capítulos.*
- *Carlos Fernandes* e “Mentalista”*, pelo levantamento de informações essenciais referente ao “Caso Austrália”.*

Não há nada encoberto que não venha a ser descoberto, e não há nada secreto que não se torne conhecido (Mateus 10: 26).

Os pecados de alguns homens são conhecidos por todos e os levam diretamente a julgamento; mas os de outros homens se tornam evidentes mais tarde (1 Timóteo 5: 24).

(*) Todos eles estão no fórum extestemunhasdejeova.net

Observações

- Sempre que não houver outra indicação, as citações bíblicas são da *Tradução do Novo Mundo da Bíblia Sagrada*, edição de 2015 (uma versão bíblica produzida pela liderança das Testemunhas de Jeová).
- O livro *Testemunhas de Jeová – Proclamadores do Reino de Deus* foi abreviado para *Proclamadores do Reino*.
- Especialmente para o capítulo quatro, as indicações a.C. (antes de Cristo) e d.C. (depois de Cristo) foram substituídas, respectivamente, por AEC (Antes da Era Comum) e EC (Era Comum). Isso foi feito porque essa é a forma mais usada na literatura bíblica da religião.
- No capítulo quatro, o livro de Carl Olof Jonsson, *Os Tempos dos Gentios Reconsiderados*, foi abreviado para *TGR4* (“4” indicando a 4ª edição do livro).
- Também para o capítulo quatro, depois de claramente identificado, o segundo artigo de dois artigos sobre cronologia, publicado pela revista *A Sentinela*, foi simplificado para “segundo artigo”, seguido da indicação da página, ao passo que a resposta de Carl Olof Jonsson a esse artigo foi abreviada para *RSA* (resposta ao segundo artigo), seguido da indicação da página. As indicações de páginas dos artigos de Carl Olof Jonsson são obtidas da versão em inglês, visto que a tradução que possuo está em formato *Microsoft Word*.
- Os colchetes [...], quando inserido em citações, indicam que parte dela foi suprimida. O leitor é convidado a checar a fonte da citação para ler a íntegra do texto.
- Minhas interferências nas citações são através de sublinhados e colchetes; sempre que esses recursos não forem de minha autoria, o leitor será alertado antes das citações.
- Sobre direitos autorais e informações sigilosas, conferir lei nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998, artigo 46º, inciso III, bem como a Constituição Federal, artigo 5º, inciso XIV.

Traduções bíblicas para a nota 10 do capítulo quatro.

AA – Almeida Atualizada

ACF – Almeida Corrigida e Fiel

JFA – João Ferreira de Almeida

KJV – Versão Rei Jaime

NTLH – Nova Tradução na Linguagem de Hoje

NVI – Nova Versão Internacional

RA – Almeida Revista e Atualizada.

Apresentação.....	7
Introdução.....	8
1 – Julgado e condenado.....	10
• Como alguém se torna Testemunha de Jeová.....	11
○ A questão do voto.....	13
○ A questão do sangue.....	16
○ Uma irmandade de espiões.....	18
○ O direito de interpretar a Bíblia.....	19
○ Juramento de lealdade.....	22
○ Lealdade a quem?.....	23
○ Ajuste de doutrinas.....	26
○ A desassociação.....	28
○ Quando se desconfia de estar sendo enganado.....	36
✓ Direitos humanos.....	42
• Levado a Julgamento.....	45
○ Os juízes.....	50
○ Interrogatório e sentença.....	52
○ Considerações sobre a sentença.....	53
○ Os meses pós-expulsão.....	56
○ Peço para ser readmitido.....	58
○ Tempo para reflexão e investigação.....	60
2 – O Corpo Governante.....	65
• Charles T. Russell.....	65
• Joseph F. Rutherford.....	66
• Nathan Knorr.....	69
• Corpo Governante.....	69
○ A justificativa.....	70
○ Checando a justificativa.....	73
✓ ... para “Escravo fiel e prudente”.....	74
✓ ... para “Corpo Governante”.....	75
• O real modelo administrativo.....	81
3 – Datas marcadas para o fim do mundo.....	86
• Charles Taze Russell e o fim do mundo.....	87
○ Predições específicas para 1914.....	88
• Joseph F. Rutherford e o fim do mundo.....	92
○ 1918 a 1920.....	92
○ 1925.....	94
○ Beth-Sarim e 1942.....	99
• Frederick W. Franz e o fim do mundo.....	102
○ A geração que não passaria – parte 1.....	102
○ 1975 – a data provável.....	104
• O Corpo Governante e o fim do mundo.....	110

○ A geração que não passaria – parte 2.....	111
○ A geração que não passará.....	112
○ A geração que realmente não passará.....	115
○ O Corpo Governante se justifica.....	119
4 – 1914: existem fundamentos?.....	122
• Consideração preliminar.....	123
○ Ponto de partida.....	123
○ Calendários.....	124
○ Ano de ascensão.....	126
○ Um pouco de astronomia.....	127
• Como se chega à data de 1914.....	128
○ Russell foi alertado.....	130
○ A defesa da cronologia.....	134
• As provas – aceitação e rejeição.....	137
○ Lista de reis.....	138
○ Outros argumentos.....	143
✓ Inscrições reais.....	144
✓ As tabuinhas econômicas.....	147
✓ A expectativa de vida da era neobabilônica.....	152
✓ Sincronia com a cronologia do Egito.....	153
✓ As tabuinhas astronômicas.....	157
▪ A tabuinha VAT 4956.....	160
▪ O eclipse citado pela VAT 4956.....	160
▪ Os 13 grupos de posições lunares.....	164
• Os “70 anos” – como se justificam?.....	168
• Conclusão.....	174
5 – Questões de moral.....	179
• Parte A: O caso Nações Unidas	180
○ Cronologia de uma descoberta imoral.....	184
✓ Setembro/2001 – a descoberta de Daniel de Carvalho.....	184
✓ 8/10/2001 – primeira versão da Torre de Vigia.....	185
✓ 8/10/2001 – notícia no jornal <i>The Guardian</i>	187
✓ 9/10/2001 – Torre de Vigia pede desligamento da ONU.....	189
✓ 15/10/2001 – <i>The Guardian</i> noticia o desligamento.....	190
✓ 21/10/2001 – carta-resposta de Daniel de Carvalho.....	192
✓ 22/10/2001 – carta de Paul Gillies ao <i>The Guardian</i>	196
✓ 1/11/2001 – segunda versão da Torre de Vigia – agora oficial.....	198
✓ 2/11/2001- versão oficial enviada a Daniel de Carvalho.....	199
✓ 15/11/2001 – Daniel de Carvalho responde à segunda carta da Torre de Vigia.....	200
✓ 4/03/2004 – mais uma nota emitida pela ONU.....	205
○ Conclusão.....	207
• Parte B: Pedofilia no meio religioso	212
○ Apontando o dedo.....	212

○ Silêncio e lágrimas.....	214
○ As descobertas de Barbara Anderson.....	223
○ Enfim, nos tribunais.....	226
○ O caso Austrália.....	229
• Parte C: Finanças	237
○ Como a obra é financiada.....	238
○ Patrimônio imobiliário da Torre de Vigia.....	240
○ “Religião” ou “associação cultural”?.....	253
○ Impostos: pagar ou não pagar?.....	256
6 – Os apóstatas	262
• Acusadas as ex-Testemunhas.....	269
○ Contam apenas mentiras e meias-verdades.....	269
○ Orgulhosos, “pecadores habituais”.....	272
○ Agentes do Diabo.....	272
○ Odeiam a Deus e as Testemunhas.....	273
• Por que o Corpo Governante não se defende?.....	274
• O que de fato diz a Bíblia.....	277
7 – Cinco perguntas	281
• A Bíblia realmente ordena que o cristão pregue de casa em casa?.....	281
• Devemos fazer uso frequente do nome “Jeová”?.....	283
• Apenas 144 mil pessoas vão para o céu?.....	290
• É realmente proibido falar com desassociados?.....	303
○ Mateus 18 :15-17.....	303
○ 1 Coríntios 5: 9-11.....	309
○ 2 João 9-11.....	313
• Provérbios 4: 18 – o que significa?.....	318
8 – “O futuro da religião”	323
• Desafios a enfrentar.....	323
• Enfrentando os desafios.....	329
○ Reestruturação financeira.....	330
○ Contendo evasões.....	337
✓ JW Broadcasting.....	337
✓ Filhos de Testemunhas.....	341
✓ “Volte para Jeová”.....	347
• Perspectiva.....	349
ANEXOS	356

Apresentação

Este livro foi produzido com zelo e determinação, mas, por falta de recursos, não foi contratado revisor gramatical e fiz sozinho toda a ilustração e diagramação.

Era meu objetivo disponibilizá-lo com um índice, por se tratar de um livro grande e com variados assuntos; mas levando em conta o tempo exigido e a inexperiência, apenas procurei exibir mais detalhes no sumário, oferecendo ao leitor mais facilidade de encontrar certos assuntos.

O livro está disponível apenas em e-book e é gratuito, como sempre foi o objetivo. Não está descartada uma futura edição impressa, que visa torná-lo disponível a quem prefere este formato e ainda a quem está impossibilitado de acessá-lo no formato digital. Porém, devido aos custos envolvidos, não seria possível disponibilizá-lo gratuitamente.

Por pelo menos alguns anos, pretendo revisá-lo anualmente. Certifique-se que possui a versão mais atual.

Por ser gratuito, peço a todos que dele gostar, que o compartilhem com mais pessoas, talvez um amigo ou parente. Mas se dele não gostar... como disse um certo palhaço... favor não dizer nada, para que circule mesmo assim.

Após o lançamento, por volta do mês de junho, estarei disponível para o esclarecimento de todos os questionamentos referente ao livro e a seu conteúdo...

...Mas depois pretendo ausentar-me por um tempo, quero abrir a janela e olhar a rua, ver as pessoas e os pássaros... Quero ser eu...novamente... Até que chegue o Armagedom...ou apenas... até que chegue os familiares, os vizinhos, amigos e o carro da funerária.

Calorosas saudações,

Lourisvaldo Santana.

Introdução

Nasci numa família católica e segundo os preceitos católicos fui criado. Como era costume da família sempre estar presente nas missas, pode-se dizer que cresci aos pés do padre. Aliás, uma das minhas mais antigas recordações da infância é exatamente na igreja local, em São Lourenço do Piauí, com idade talvez de cinco ou seis anos. Sendo noite, e sem entender absolutamente nada do que se passava, recordo-me de caminhar por entre os fiéis, para um lado e para outro; por fim, assim como em casa, acabava pegando no sono e dormia profundamente – ali mesmo no piso frio.

Minhas primeiras lições bíblicas me foram dadas por minha bisavó, que era muito zelosa dos costumes católicos. Com ela aprendi sobre a existência de Deus, de Jesus Cristo, e também sobre o Diabo. Tendo então cristalizado essas três figuras, vi-me atado a um conceito de extremos: de um lado o bem, e de outro, o mal, a respeito dos quais havia que escolher o lado certo, uma vez que a escolha errada certamente resultaria em condenação eterna, lá nas profundezas do inferno.

Criado assim, não é nenhuma surpresa que a figura de Deus, de uma forma ou de outra, sempre influenciou meus pensamentos, desde a infância à adolescência. Quanto a se influenciou positivamente, isso depende de quanta exatidão havia nas informações que me passaram sobre ele. Independente disso, por volta dos 20 anos, fui contatado pelas Testemunhas de Jeová, e logo estas me convenceram de que muitos ensinamentos católicos eram falsos. Nem tanto por isso, mas muito mais atraído por suas declarações a respeito de um belo paraíso, que deveria estar às portas, o mais tardar na virada do século, acabei me tornando uma delas; e como tal, os meus próximos 20 anos foram dedicados a essa religião, sendo que minha maior atividade resumia-se em visita aos lares, com o objetivo de denunciar quanta mentira religiosa eram contadas por católicos e evangélicos. Quanto a se esses de fato contam mentiras, é uma questão que cada um deve decidir; quanto a se as Testemunhas de Jeová contam a verdade, este livro faz algumas ponderações.

Este livro não teria nenhuma razão de existir, caso não fosse uma curiosa política adotada pela *liderança* das Testemunhas de Jeová: a sonegação de informações a todo aquele considerado não digno de conhecê-las. Entre esses estão pessoas de fora da religião bem como as próprias Testemunhas; no caso destas, quanto mais baixa for a casta, mais se lhes sonegam informações. Em razão disso, todo ano milhares deixam a religião em razão de se sentirem enganadas; ainda outras, embora não a deixe, lamentam profundamente que, por ocasião do aliciamento, apenas informações positivas lhe tenham sido

passadas, fazendo com que tomassem uma decisão baseada em meias-verdades.

E é com o objetivo de coibir esse abuso que disponibilizo ao público este livro. Trata-se, em parte, da minha traumática experiência como integrante da religião, mas vai além, contendo também os assuntos que mais são motivos de queixa por parte de milhares que também se sentiram enganados.

Como é de praxe, este será taxado de mentiroso por alguns, uma vez que escancara condutas nada louváveis. Mas quanto a isso, estou de sobreaviso. No que se refere ao leitor, se de sua leitura concluir que há nele muitas mentiras, dou-me por satisfeito que tenha concluído isso por si. No que se refere às Testemunhas de Jeová, ele já é mentiroso de berço, não porque o leram antecipadamente, mas porque, segundo lhes orienta a liderança, qualquer livro produzido por dissidentes deve ser descartado como objetável e indigno de qualquer atenção, por ser fruto de corações revoltados e insatisfeitos; em outras palavras, assim como há os avaliados pela capa, este o será pelo nome do autor.

No Farol da Educação lendo *1984*, de George Orwell, um romance que, coincidentemente, retrata a situação de Big Brother das Testemunhas de Jeová em relação à sua liderança.

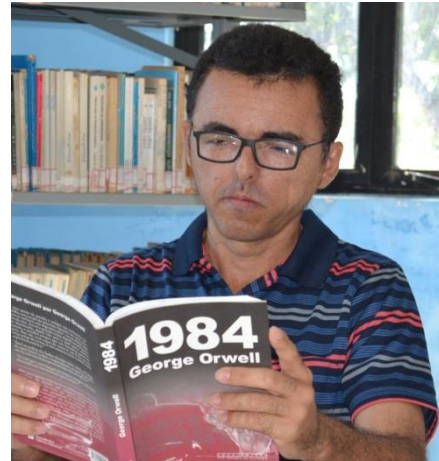


Foto: Almira Noleto

Só o tempo dirá qual resultado terá esse empreendimento literário. Mas qualquer que seja ele, sinto que estou cumprindo um dever para com meu próximo; pois numa conversa com Testemunhas de Jeová, coloco-me em seu lugar e imploro: *deixa-me, por favor, escutar uma segunda opinião sob suas crenças?* E este livro, para todos os efeitos, é apenas isso, uma segunda opinião.

Seria desnecessário se a liderança das Testemunhas, no que toca a “vender” suas crenças, se portasse moralmente tal qual aquele vendedor de carro que, ao oferecer um veículo usado a um prospectivo comprador, “descreveu as boas características do veículo, bem como seus defeitos, incluindo os que não se podiam ver” (*A Sentinela* de 15 de junho de 2009, página 20). Mas como assim não é, faço-me uma voz incômoda para que vejam outros o que a mim não foi possível.

Julgado e condenado 1

AS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ compõem uma religião de cerca de oito milhões de fiéis em todo o mundo. Conhecidas mais por seu trabalho intensivo de visita aos lares, elas com certa frequência também são citadas nos noticiários em razão de sua estranha política de não aceitação de transfusão de sangue. Por esses e outros motivos, em muitos países elas têm enfrentado dificuldades em ser reconhecidas como religião; apesar disso, persistem em continuar o ministério de pregação, embora de forma discreta, em razão de acreditarem que receberam do próprio Deus a incumbência de pregar as “boas novas do reino”, como costumam definir o ministério de visita aos lares.

10

Aos olhos de populares e de muitos ex-integrantes, no entanto, elas não passam de uma seita como tantas outras. Esse conceito, aparentemente pejorativo, em parte deve-se ao fato de se tratar de um grupo fechado, onde os membros são incentivados a não se socializarem muito com pessoas de fora, os quais são chamados de “mundanos”. Também muito contribuem para isso as suas muitas crenças exclusivas, separatistas, e a política de ostracismo social a que submetem os ex-integrantes, aos quais nem sequer cumprimentam.

Independente do conceito que se tenha sobre as Testemunhas de Jeová, parece-me evidente que grande parte da queixa contra elas é que muitas informações essenciais sobre as doutrinas e história da religião são sonegadas às pessoas interessadas, o que as fazem aceitar entrar no movimento “às cegas”, em parte atraídas pela bela promessa de um iminente paraíso na Terra e pela calorosa receptividade que encontram nos salões do reino, como as Testemunhas chamam seus locais de culto. Então, depois de muito tempo, muitas vezes depois que lá constituíram famílias, descobrem que a religião não é nada do que lhes ensinaram à porta, quando por ocasião das visitas aos seus lares.

Nessa situação, onde para muitos a solução seria tão fácil quanto apenas deixar de frequentar os locais de cultos, para as Testemunhas de Jeová a realidade é bem mais crua, pois têm que encarar a dura realidade que é o ostracismo social, cuja determinação dos líderes internacionais – o Corpo Governante – é que nenhum fiel deve conversar com ex-integrantes da religião e que nem mesmo estes devem ser cumprimentados. O resultado disso é que a religião tem granjeado muita insatisfação, tanto por parte daqueles que saíram ou foram expulsos, deixando lá seus parentes, bem como por parte dos que nela permanecem apenas para manter os laços familiares.

Em meu caso, depois de 17 anos como Testemunha, fui excomungado em 2011, mas sem nenhum parente na religião. Desde então, nenhuma Testemunha de Jeová me dirigiu a palavra, exceto por força das circunstâncias, como, por exemplo, a Testemunha trabalha no comércio ou é funcionária pública e me dirige a palavra em razão de que está numa função que a obriga a isso. Esse comportamento, porém, é desagradável não só para o ex-integrante da religião, mas também para a Testemunha, de quem é rigorosamente exigido que aja dessa forma, pois, segundo lhes instrui o Corpo Governante, a Bíblia diz que é exatamente assim que devem ser tratados os excomungados.

Naturalmente que muitos ex-integrantes, que agora sofrem as agruras desse ostracismo implacável, prefeririam não ter sido Testemunhas de Jeová. Em razão disso, apesar de este capítulo ter como objetivo contar por que fui excomungado, direi inicialmente como alguém se torna Testemunha de Jeová. Pois é justamente nessa parte do ingresso na religião que residem as armadilhas destinadas a enlaçar novos conversos. Se não, vejamos.

Como alguém se torna Testemunha de Jeová

Muitos que se tornaram Testemunhas de Jeová descobriram – tarde demais – que não foram informados suficientemente sobre o que significava ingressar na religião.

A respeito dessa questão, é preciso dizer que as Testemunhas de Jeová talvez façam parte dos grupos religiosos que mais procuram qualificar os seus prospectivos membros para o exercício da fé. Essa qualificação começa com o estudo de todo um livro (atualmente chamado *O Que a Bíblia Realmente Ensina?*), no qual o iniciante é apresentado às principais doutrinas da religião.

Esse iniciante *talvez* seja informado de que, ao final do estudo, uns seis meses depois, poderá decidir se aceita ser Testemunha de Jeová. Consciente disso, para ele o estudo é apenas uma investigação, onde lhe será dito tudo o necessário para que, ao final, possa tomar uma decisão bem fundamentada. Mas no que diz respeito a isso, ele está sendo enganado. Pois o livro *O Que a Bíblia Realmente Ensina?* se concentra apenas em convencer ao iniciante que Deus se propôs fazer da Terra um paraíso, e que as profecias indicam que isso se dará em breve, logo depois do Armagedom; sobre o Armagedom, conta que é a exterminação de todos os malfeitores, mas isso é dito assim, numa linguagem simulada, de tal maneira que a pessoa nunca se sentirá ofendida, mas antes feliz de saber que logo viverá num mundo livre de maldade. Uma vez convencido de tudo isso, o iniciante perde total controle sobre a razão e passa a aceitar sem questionamento tudo o que vier a ser dito daí em diante, crente de que deve ser exatamente assim.

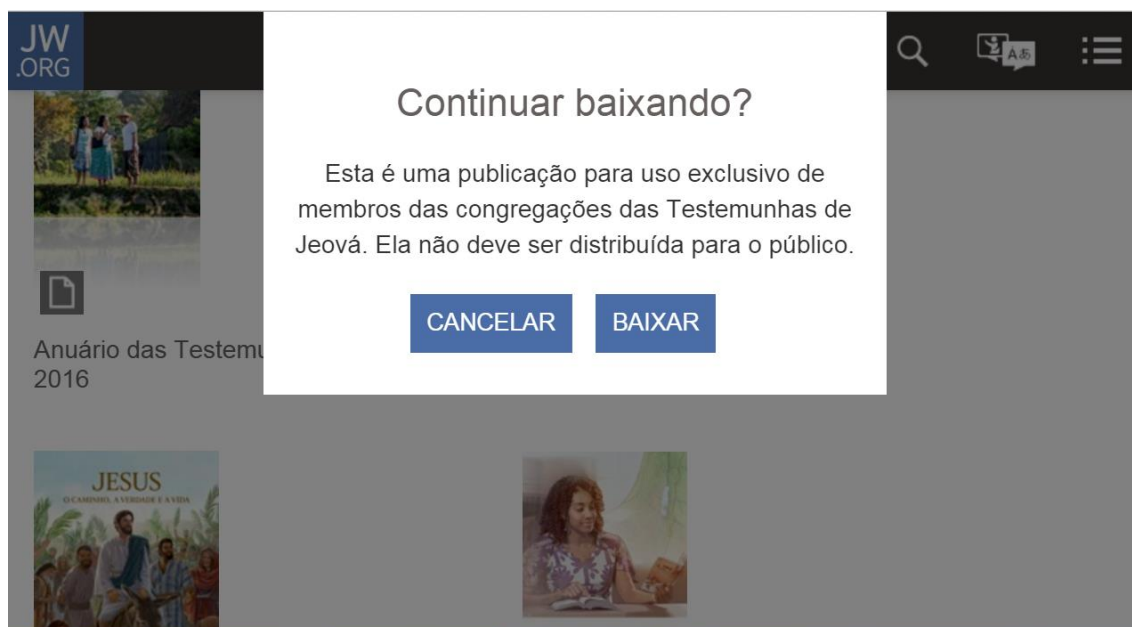
Ao final de cerca de seis meses, plenamente convencido de que as Testemunhas de Jeová contam a verdade, a pessoa provavelmente será convidada a participar no serviço de visita aos lares como “publicador não batizado”. Este é geralmente um passo que antecede ao batismo como Testemunha de Jeová, e é somente por essa ocasião que se lhe apresenta um segundo livro. Com o título *Organizados para Fazer a Vontade de Jeová*, ele contém no seu apêndice um questionário composto de cerca de 100 perguntas, a respeito do qual é dito à pessoa que se trata apenas de uma recapitulação sobre o que ela já aprendeu. No entanto, não é um questionário comum, com apenas perguntas. São perguntas seguidas de textos bíblicos como respostas, os quais serão as respostas que espera ouvir da pessoa aquele que faz as perguntas. Mas convencido de que se trata apenas de uma recapitulação, o iniciante deixa de perceber que vai respondendo afirmativamente a uma série de pontos nunca vistos, os quais só se dará conta depois do batismo, ou talvez apenas se um dia lhe for cobrado responder por eles. Esse processo, que deixa a pessoa em um estado de total vulnerabilidade, consegue-se mediante o uso discreto de técnicas de controle da mente, e, no caso das Testemunhas de Jeová, ele é conseguido basicamente por se convencer a pessoa que ela está entrando na única religião aprovada por Deus, onde a sujeição total aos líderes dessa religião é a única maneira de se ter a salvação (veja os anexos a este capítulo, página 377).

Caso a pessoa, ao final do primeiro livro, ainda não tenha tomado a decisão de ser Testemunha de Jeová, o segundo livro não lhe é sequer apresentado (Veja a nota no quadro abaixo). A tática de convencimento continua com o estudo de um terceiro livro intitulado *Mantenha-se no Amor de Deus*; este apresenta assuntos um tanto mais aprofundados, mas sem maiores revelações.

Nota: Em outubro de 2015, quando a escrita deste capítulo já estava concluída, pela primeira vez um interessado na doutrina passou a poder ter acesso ao livro *Organizados para Fazer a Vontade de Jeová* sem que antes se requeresse dele a decisão de ser uma Testemunha de Jeová.



O livro *Organizados para Fazer a Vontade de Jeová*, juntamente com os outros dois, está disponível para download no site oficial da religião, que é JW.ORG. Mas ao se clicar no link para baixá-lo, surge uma janela pop-up, conforme mostrada abaixo:



13

A seguir, exponho alguns pontos cruciais, a respeito dos quais muitos gostariam de ter aprendido já no primeiro livro de estudo, mas que foram maliciosamente omitidos pelo Corpo Governante.

- A questão do voto

Uma delas é a questão da neutralidade política. É bem conhecido da comunidade em geral que as Testemunhas de Jeová não se envolvem na política, seja candidatando-se a cargos eletivos, seja fazendo campanha para candidatos. A quem pergunta se elas votam, a resposta é sim; mas quanto se vai votar em quem, a essa pergunta a Testemunha responderá que o voto é secreto e que, portanto, ela não precisa responder. Mas por que será que as Testemunhas de Jeová recorrem a esse argumento para não responder à pergunta – algo tão banal para outras pessoas?

A resposta talvez seja porque o que elas fazem na cabine de votação não seja algo de fácil aceitação popular. E por que digo isso? Voltemos no tempo, há pouco mais de 20 anos, há alguns meses antes de eu me tornar Testemunha de Jeová. Como era época de campanha eleitoral, perguntei à Testemunha que me passava lições bíblicas em quem ela iria votar. A resposta foi como dito acima: o voto é secreto. Mas insisti: “Tudo bem, o voto é secreto; mas não há uma discussão em família sobre em quem votar?” A resposta foi negativa, que cada um vai para a seção eleitoral e lá vota – em secreto. Confesso que a essa

engoli em seco. Meses depois, quando *já havia decidido* ser Testemunha de Jeová, fui apresentado ao segundo livro. Durante a consideração desse segundo livro, a Testemunha de Jeová muito insistiu em saber em que eu iria votar. Diante da minha insistência em responder *que o voto é secreto*, ela assim se certificou que podia me dizer algo mais, isto é, que a Testemunha de Jeová deve *anular o voto*.

Como assim?! – foi a minha reação. Minha primeira preocupação foi sobre o que eu diria a meus parentes, a meus amigos, à minha comunidade. Somente depois de me recobrar do susto foi que lembrei que sempre ia poder recorrer ao argumento do voto secreto.

Essa é uma informação que não consta por escrito em nenhuma literatura produzida pelo Corpo Governante; essas se restringem a dizer que a Testemunha de Jeová se mantém neutra nas questões políticas, adiantando que o que cada uma faz na cabine de votação não é da conta de ninguém. Pode ser que o Corpo Governante não seja responsável por pregar, de forma expressa, o voto nulo, mas, pelo que sei, não tem feito nada para impedir que essa ideia circule entre as Testemunhas, à boca miúda, tal qual fosse um segredo mui grave.

Procurando induzir as Testemunhas a determinada conclusão, mas de tal maneira a isentar-se de responsabilidade, o Corpo Governante, no ano de 1999, escreveu o seguinte:

Com base nesses princípios bíblicos [veja alguns deles às páginas 181 e 182], as Testemunhas de Jeová em diversos países decidem, por si só, não votar em eleições políticas, e sua liberdade para tomar essa decisão é apoiada pelas leis do país. Mas, e se a lei exige que os cidadãos votem? Nesse caso, cada Testemunha de Jeová é responsável por tomar uma decisão conscienciosa, baseada na Bíblia, para lidar com essa situação. Se a pessoa decidir comparecer às urnas, essa é uma questão pessoal. O que ela faz na cabine de votação é entre ela e seu Criador.

A revista *A Sentinela* de 1.º de setembro de 1951, página 131, disse: ‘No caso em que César obriga os cidadãos a votar, as Testemunhas de Jeová podem ir aos centros eleitorais e entrar nas cabines de votação. É ali que devem preencher a cédula ou indicar sua posição. Os eleitores fazem o que querem com as cédulas. De modo que ali na presença de Deus é que suas testemunhas precisam atuar em harmonia com os mandamentos divinos e de acordo com sua fé. Não é nossa a responsabilidade de instruí-lhes o que devem fazer com a cédula.’ (A *Sentinela* de 1º de novembro de 1999, página 29).

Apesar de seu líder espiritual expressar-se assim, com frases enigmáticas, cada Testemunha de Jeová sabe que se vier a manifestar publicamente a sua opção partidária, seja por dizer em quem votou, seja por apoiar certo candidato, ela será irremediavelmente chamada a dar explicações. É Isso que

lemos em um livro secreto da religião, o qual é de leitura exclusiva dos anciãos (veja imagens abaixo).

Visto que os verdadeiros cristãos dedicados ‘não fazem parte do mundo’, se um membro da congregação impenitentemente se empenha num proceder que viola a neutralidade cristã, ele, desse modo, dissocia-se da neutra congregação cristã. (João 15:19; 17:14-16; w82 15/8 p. 31)

Caso se saiba de algo assim, os anciãos devem falar com quem planeja adotar tal proceder, visto que poderia estar agindo assim em ignorância. (Sal. 119:67; Gál. 6:1; 1 Tim. 1:13)

Se ele desprezar a ajuda oferecida e empenhar-se num proceder que viole a neutralidade cristã, a comissão deve enviar à Sociedade os fatos que justificam a dissociação nos formulários S-77-T e S-79-T.

140

“Prestai Atenção a Vós Mesmos e a Todo o Rebanho”

Faz-se geralmente um anúncio à congregação de que a pessoa dissociou-se da congregação, e deve-se avisá-la *oralmente* de sua posição. Se por motivos atenuantes não se fizer nenhum anúncio, as pessoas na congregação que talvez sejam visitadas pela pessoa dissociada podem ser informadas em particular. A pessoa deve ser tratada da mesma maneira que um desassociado. Veja a Seção 5 (a), páginas 101-2.

Prestai Atenção a Vós Mesmos e a Todo o Rebanho, edição de 1991, páginas 140,141.

No último parágrafo, é visível o ar de esperteza da autoridade religiosa. Ao que parece, considerando a possibilidade de que a Testemunha possa querer mover uma ação judicial contra a religião, considerando que o direito político é algo assegurado pela Constituição brasileira, toma-se o cuidado de não produzir provas documentais. O anúncio à congregação, algo geralmente feito através do microfone, neste caso pode até ser dispensado – o que eliminaria possíveis testemunhas que poderiam depor a favor da vítima. Com isso, considerando que violar a neutralidade política é algo tão grave, por que a autoridade religiosa não é bem específica a respeito dessa questão, considerando todo o assunto, inclusive as consequências de sua violação – tudo *bem antes de a pessoa se decidir tornar Testemunha de Jeová?*

- A questão do sangue

É conhecido de muitos que as Testemunhas de Jeová não aceitam passar por uma transfusão de sangue, mesmo que a consequência seja a morte. Essa proibição também é imposta a seus filhos menores, mesmo que tenha a morte por consequência. É lógico que se trata de mais uma interpretação do Corpo Governante que, nessa questão, muito se estriba em Atos 15: 28, 29. A respeito dessa questão, a literatura destinada à formação de novos membros trata do assunto com muitos detalhes. Mas novamente deixa de avisar sobre a consequência para aqueles que, numa emergência, deixam de seguir a orientação do Corpo.

A consequência, notável por estar ausente nos livros preparados para o iniciante, consta de forma explícita numa publicação de 1993:

Coerente com esse entendimento da questão, a partir de 1961, quem quer que desconsiderasse esse requisito divino, aceitando transfusão de sangue, e manifestasse uma atitude impenitente seria desassociado da congregação das Testemunhas de Jeová (*Proclamadores do Reino*, página 183).

Bem mais antiga é uma publicação de 1983, que é também muito clara sobre o assunto:

Lemos também que os cristãos devem 'abster-se de coisas sacrificadas a ídolos, de sangue, de coisas estranguladas e de fornicação' e que supostos irmãos que promovem ensinamentos falsos devem ser rejeitados. (Atos 15:28, 29; Tito 3:10; 2 João 9-11) Evidentemente, estão envolvidas leis aqui. Um praticante de tais pecados não pode tornar-se verdadeiro cristão. E, se um servo de Deus se empenha impenitentemente em tais pecados, ele deve ser desassociado (*A Sentinela* de 15 de janeiro de 1983, página 20).

Mas será que a autoridade religiosa tem posto em prática essa determinação? Até o momento, nenhum caso consta em sua literatura; há, no entanto, relatos de excomunhão por esse motivo. Um exemplo notável é o do norte-americano George West, de Maynard, Massachussetts. No leito hospitalar, e à hora da morte, ele foi informado de que seus filhos vinham visitá-lo. Ver os filhos era algo que ele muito queria, visto que já não os via desde a infância. Em razão disso, com o fim de ter mais um tempo para esperá-los, West aceitou uma transfusão de sangue. Isso acabou sendo de conhecimento dos anciãos e estes não tiveram nenhuma misericórdia com West (*Em Busca da Liberdade Cristã*, de Raymond Franz, páginas 421,422).

Porém, em algum tempo posterior a 1993, o Corpo Governante reajustou a sua norma e a Testemunha que aceita transfusão de sangue não é mais expulsa (desassociação), mas diz-se que ela, em razão desse ato, abandonou voluntariamente a religião (dissociação). Pode-se ver isso em outro livro secreto intitulado *Pastoreiem o Rebanho de Deus* (veja imagens a seguir).

- **Aceitar sangue sem se arrepender.** Se uma pessoa aceitar sangue, talvez por se sentir muito pressionada, a comissão deve procurar obter os fatos e avaliar a atitude da pessoa. Se ela estiver arrependida, a comissão pode providenciar ajuda no espírito de Gálatas 6:1 e Judas 22, 23. Visto que a pessoa está espiritualmente fraca, ela não se qualifica para privilégios especiais por um tempo, e talvez seja necessário remover certos privilégios básicos. Dependendo das circunstâncias, a comissão talvez precise fazer um anúncio à congregação: **“Os anciãos cuidaram de um assunto envolvendo o(a) irmão(ã) [nome da pessoa]. Ficarão felizes de saber que pastores espirituais estão se esforçando para prestar ajuda.”** Por outro lado, se os anciãos da

comissão concluírem que a pessoa não está arrependida, eles devem anunciar a dissociação.

Pastoreiem o Rebanho de Deus, edição de 2010, páginas 110,111.

Também nesse caso fica-se em dúvida sobre o porquê da mudança. Assim como participar da política é um direito assegurado pela Constituição brasileira, o direito à vida, pelo que é do meu conhecimento, também é algo assegurado por todas as nações dos tempos modernos. Dessa forma, fica-se a perguntar por que, com respeito a esses dois assuntos, a organização religiosa decidiu que a coisa mais apropriada é declarar que a Testemunha saiu voluntariamente da religião, quando o mais comum é a expulsão. Certamente há casos em que a Testemunha quer de fato sair da religião, mas nem sempre é o caso de quem aceita uma transfusão de sangue ou participa de atividade política. Então por que dizer que essa Testemunha saiu voluntariamente quando esse não foi o caso? Seria isso uma forma ardilosa de a organização religiosa procurar isentar-se de responsabilidade perante a opinião pública?

Por fim, em conclusão deste assunto, resta o fato de que nada disso é dito nos livros destinados à preparação de novos membros. E com respeito à mudança de desassociação para dissociação, nem a Testemunha de Jeová comum está devidamente informada, visto que essa mudança, até essa data, consta apenas

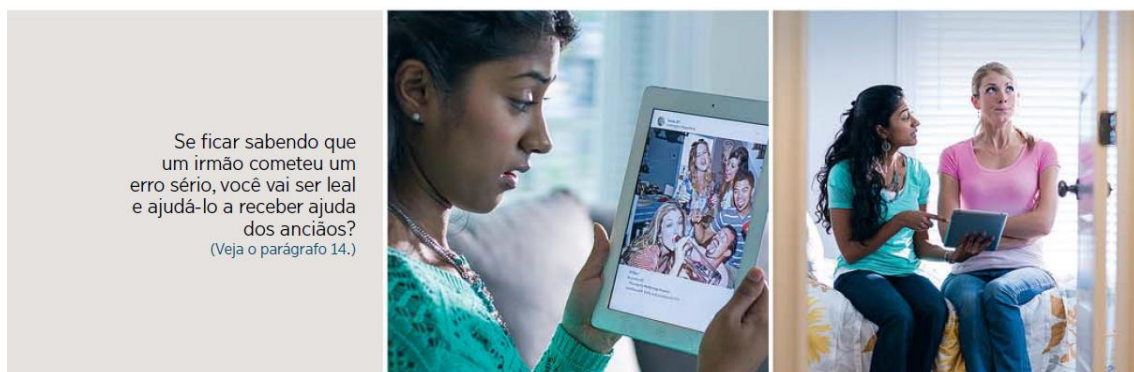
em um livro secreto, de leitura restrita aos pastores. Considerando isso, não se trata de fato de um claro exemplo em que o iniciante é levado a tomar uma decisão com base apenas em informações rudimentares? Do contrário, que justificativa se apresenta para que seja assim?

- Uma irmandade de espiões

Também é somente na consideração do segundo livro que muitos tomam conhecimento de que entrar para a religião das Testemunhas de Jeová equivale a entrar para uma irmandade em que todo o mundo é vigia de todo o mundo, onde tanto você pode sentir-se obrigado a delatar seus irmãos aos superiores, como você pode ser delatado por qualquer um de seus irmãos; as consequências de fugir a essa responsabilidade pode ser sofrer as mesmas penalidades que o pecador, caso fique comprovado que você soube de tais pecados e decidiu não os delatar. Para apoiar esse conceito, o Corpo Governante recorre ao Velho Testamento, exatamente ao capítulo cinco de Levítico, que assim reza:

Se alguém ouvir uma convocação pública para prestar depoimento e não relatar algo de que foi testemunha, que viu ou de que ficou sabendo, estará cometendo um pecado e responderá pelo seu erro. – Levítico 5: 1.

A mais recente reafirmação desse conceito foi feita na revista *A Sentinela* de fevereiro de 2016 (edição de estudo, páginas 28, 29). Conforme narram as imagens que aparecem nas páginas citadas, uma jovem vê na internet uma foto de sua amiga tomando bebida alcoólica. Com isso, sentindo-se pressionada a seguir o preceito da organização religiosa, ela confronta a amiga e dar-lhe um ultimato: ou a amiga delata-se aos anciãos ou ela terá que fazê-lo.





Independente de quem conte aos anciãos, o objetivo desejado é mostrado no último quadro, com a jovem errante participando ativamente nas atividades da congregação. Tudo isso é justificado pela interpretação que o Corpo Governante fez de Levítico 5:1. Agora pode-se questionar aqui se é válido, para o cristianismo, servir-se de um preceito feito para complementar a lei de Moisés, mas, como tantos outros, não repetido nos livros e cartas do Novo Testamento. Independente disso, mesmo considerando que isso seja correto, por que será que isso também não é trazido à atenção da pessoa, com todos os detalhes, *já no primeiro livro de estudo, quando ainda não se tomou a decisão de ingressar na religião?* E a respeito das imagens acima, porque publicá-las apenas numa edição da revista que circula apenas entre as Testemunhas de Jeová?

- O direito de interpretar a Bíblia

Uma das coisas mais prezadas pelo cristão é a leitura da Bíblia Sagrada. As Testemunhas de Jeová têm orgulho de serem muito instruídas, nesse sentido, por sua liderança religiosa. Até alguns de seus opositores reconhecem que, dentre as religiões que professam o cristianismo, elas estão entre os que mais estão familiarizados com o conteúdo geral da Bíblia. Mas algo de grave é escondido em tudo isso: a Testemunha de Jeová comum é estritamente proibida de fazer qualquer interpretação de qualquer parte da Bíblia, estando, portanto, obrigada a aceitar que o Corpo Governante a interprete por inteiro para ela. A confissão de que é exatamente assim apareceu, ainda que de forma atravessada, em uma revista *A Sentinela* de 1987. Leiamos:

Os apóstatas [referente a ex-Testemunhas que se dedicam a expor o que consideram erros pregados pelo Corpo Governante] muitas vezes apelam para o egotismo, afirmando que temos sido privados de nossas liberdades, incluindo a liberdade de interpretar pessoalmente a Bíblia. (Compare com Gênesis 3:1-5.) Na realidade, esses indivíduos com pretensões a aviltar nada oferecem a não ser uma volta aos nauseantes ensinamentos de “Babilônia, a Grande”. (Revelação 17:5; 2 Pedro 2:19-22) (*A Sentinela* de 1º de novembro de 1987, página 19).

Só como exemplo, veja o meu caso: pelo tempo que permaneci nessa organização religiosa, dediquei muito tempo à leitura e estudo da Bíblia. No entanto, qualquer conclusão que eu tirava de minha leitura do livro sagrado era imediatamente submetida ao crivo da interpretação do Corpo Governante, mediante consulta constante à literatura elaborada por ele. Caso minha conclusão diferisse da oficial, essa era imediatamente descartada como errada.

Considerando a importância disso para os cristãos, uma vez que envolve a sua própria salvação, seria muito sensato que o Corpo Governante deixasse de modo bem claro, no seu livro bíblico de doutrinas básicas, que essa é uma condição indispensável para se tornar Testemunha de Jeová. Mas não é assim, e por motivos óbvios.

Somente quando a pessoa toma a decisão de se tornar Testemunha de Jeová, quando então é apresentada ao segundo livro, é que o assunto é trazido à sua atenção, exatamente no terceiro capítulo do livro. Com o título “Lembrem-se dos que exercem liderança entre vocês”, baseado em Mateus 24: 45, o capítulo procura convencer o estudante de que Deus exige que se confie no Corpo Governante como Seu servo designado para cuidar do rebanho, o que inclui interpretar para este toda a Bíblia Sagrada. Mesmo isso não é dito de maneira explícita, não há nenhuma frase do tipo: *ao se tornar Testemunha de Jeová, você automaticamente renuncia a seu direito de interpretar a Bíblia*. Tudo é dito com eufemismo, como se a clareza, algo tão prezado por todas as pessoas, em absolutamente tudo, fosse, nesse caso, induzir a pessoa a tomar uma decisão errada – que seria não aceitar ingressar na religião. Para completar a ambiguidade do assunto, a prospectiva Testemunha nem sequer é avisada, nesse capítulo, que não concordar com uma interpretação bíblica fornecida pelo Corpo Governante é algo passível de desassociação, que se ela não se deixar convencer, será irremediavelmente levada perante um tribunal religioso. Somente no 14º capítulo, que trata da desassociação, há uma breve menção a impureza espiritual, que poderia ser entendido por alguns como discordância do Corpo Governante em questões de interpretação da Bíblia. Mas creio que ninguém diria que isso é dito de modo claro. No entanto, as informações tão sonegadas à prospectiva Testemunha, consta com clareza surpreendente em uma revista *A Sentinela* de 1986. Leiamos

Por que desassociaram (excomungaram) as Testemunhas de Jeová por apostasia a alguns que ainda professam crer em Deus, na Bíblia e em Jesus Cristo?

Os que expressam tal objeção salientam que muitas organizações religiosas que afirmam ser cristãs permitem conceitos dissidentes. Até mesmo alguns clérigos discordam de ensinamentos básicos da sua igreja, e ainda assim permanecem nas boas graças dela. Em quase todas as denominações religiosas da cristandade há modernistas e fundamentalistas que discordam grandemente entre si quanto à inspiração das Escrituras. Entretanto, tais exemplos não constituem nenhuma base para nós fazermos o mesmo. [...] A associação aprovada com as Testemunhas de Jeová requer a aceitação de toda a série dos verdadeiros ensinamentos da Bíblia, inclusive as crenças bíblicas

singulares das Testemunhas de Jeová (A Sentinela de 1º de abril de 1986, página 30).

Como sempre, o Corpo Governante procura colocar as Testemunhas de Jeová à parte; faz isso por se referir às demais religiões consideradas cristãs pelo termo “cristandade” – como se as Testemunhas de Jeová também não professassem o cristianismo. Colocadas as coisas nesses termos – nós e eles, as Testemunhas e as demais religiões – a autoridade religiosa estabelece as condições para se permanecer como Testemunha de Jeová: “a associação aprovada com as Testemunhas de Jeová requer a aceitação de toda a série dos verdadeiros ensinamentos da Bíblia, inclusive as crenças bíblicas singulares das Testemunhas de Jeová”. Mas por “verdadeiros ensinamentos da Bíblia” entenda-se apenas a interpretação bíblica do Corpo Governante do que seja um verdadeiro ensino bíblico. A doutrina da Trindade é um exemplo disso. Para muitas religiões consideradas cristãs, a Trindade é um legítimo ensino bíblico, mas qualquer Testemunha de Jeová será excomungada se, de repente, passar a defendê-la. Também sofrerá a mesma punição aquele que deixar de crer que apenas 144 mil pessoas herdarão a vida celestial, pois, como dito anteriormente, esse é, segundo o Corpo Governante, *um verdadeiro ensino bíblico*.

Como prova de que o Corpo Governante tem disposição de levar a cabo a excomunhão de todo aquele que resiste à sua autoridade, pode-se citar um caso que ocorreu na própria sede, nos Estados Unidos, no início da década de 80. Fazendo referência ao episódio, o livro *Proclamadores do Reino*, publicado pelo Corpo Governante em 1993, diz o seguinte (o segundo par de colchetes é dos autores):

Mesmo em anos recentes, alguns indivíduos que ocupavam cargos destacados de supervisão demonstraram um espírito similar [eles questionavam, em particular, a legitimidade de algumas doutrinas da religião].

Naturalmente, essas pessoas por certo tinham a liberdade de crer no que desejassem. Mas, qualquer pessoa que publicamente ou em particular defende conceitos que divergem dos que aparecem nas publicações de uma organização, e que faz isso enquanto afirma representar essa organização, causa divisão. Como as Testemunhas de Jeová lidaram com essas situações?

Elas não lançaram nenhuma campanha de perseguição contra tais pessoas (ainda que os dissidentes muitas vezes recorreram a injúrias contra seus anteriores irmãos espirituais), tampouco procuraram causar dano físico a eles (como foi praticado pela Igreja Católica por meio da Inquisição). Em vez disso, seguiram o conselho inspirado do apóstolo Paulo, que escreveu: “[Ficai] de olho nos que causam divisões e motivos para tropeço contra o ensino que aprendestes, e que os eviteis. Pois homens dessa sorte são escravos, não de nosso Senhor Cristo . . . com conversa suave e palavras elogiosas seduzem os corações dos cândidos.” — Rom. 16:17, 18 (*Proclamadores do Reino*, página 629)

A autoridade religiosa, com o objetivo de colocar-se em luz favorável, procura contrastar-se com a Igreja Católica na questão da Inquisição. Para atingir esse

objetivo, em resposta a pergunta do parágrafo anterior, diz apenas que as “Testemunhas de Jeová” ficaram de olho nos acusados de causar divisão; até mesmo muitas Testemunhas de Jeová não são capazes de entender exatamente o que se quer dizer com isso – tamanha a falta de clareza. No entanto, o fato é que cerca de uma dezena de Testemunhas foi excomungada sob a acusação de promover ensinos apóstatas. As consequências para essas foram a perda de toda a comunicação com anteriores companheiros de fé, o que incluiu, para alguns, o doloroso rompimento de laços familiares.

Tudo isso aconteceu porque o Corpo Governante reservou unicamente para si a prerrogativa de interpretar a Bíblia Sagrada. Uma vez que as coisas são exatamente assim, por que será que a autoridade religiosa não é absolutamente clara sobre isso nos livros de estudo que visam formar um novo seguidor?

- Juramento de lealdade

Os batismos realizados pelos primitivos cristãos era algo simples; alguém passava a crer no que proclamavam os seguidores de Cristo e então era batizado por imersão. Nos tempos atuais, quem se achega às Testemunhas de Jeová, descobre algo muito falado entre elas como “dedicação”. Sabemos que o batismo é de fato um compromisso de lealdade a Deus, uma declaração pública de que se tomou a decisão de servir a Deus pelo resto da vida. O Corpo Governante, em adição a isso, criou um ritual de dedicação, que, em si, muito se assemelha a um juramento de lealdade, tal qual fazem alguns países na questão de juramento de lealdade à pátria, em geral numa cerimônia em que envolve um gesto de respeito à bandeira nacional.

Esse ritual de dedicação começa meia hora antes do batismo propriamente dito, quando os batizando (esse é o nome que se dá) são acomodados próximos a um palco para ouvir um discurso de dedicação. Na plateia, todos os parentes, amigos e pessoas desconhecidas – centenas ou milhares – logo servirão de testemunhas do juramento que os batizando estão prestes a fazer. Finalizado o discurso, o orador solicita aos batizando que se ponham de pé para responder a duas perguntas, as quais são:

À base do sacrifício de Jesus Cristo, arrependeu-se dos seus pecados e dedicou-se a Jeová para fazer a vontade dele?

Compreende que a sua dedicação e o seu batismo o identificam como uma das Testemunhas de Jeová, em associação com a organização de Deus, dirigida pelo espírito dele?

(A Sentinela de 1º de junho de 1985, página 31).

A resposta esperada é um audível *sim*, mas é lógico que, se o batizando ali está, é que já tomou a decisão esperada. Como a Bíblia nem sequer exige testemunhas para um batismo, todo o ritual até aí trata-se apenas de uma

formulação de provas de que aquela pessoa decidiu ser Testemunha de Jeová, de fato até reconhecendo, por palavras e ações, que está assumindo um compromisso de lealdade a Deus, o qual só está habilitado a cumprir *enquanto associado com as Testemunhas de Jeová*. Faltar com esse compromisso tem um preço, o qual é a seguir estipulado:

Se o cumprimento de sua palavra com outros homens é importante, quanto mais é cumprir a sua palavra para com Deus! Se se tiver voltado para ele em verdadeiro arrependimento, talvez sendo batizado, e assim tiver pedido que lhe permita ser servo dele, não falte à sua palavra. Isto lhe custaria a sua esperança de vida eterna (A Sentinela de 15 de maio de 1972, página 318).

Alguns deixaram de cumprir seus votos de dedicação a Jeová. Depois de termos tomado a decisão de dedicar nossa vida a fazer a vontade de Jeová, não há retrocesso. Jeová espera corretamente que ‘paguemos os nossos votos’. (Ecl. 5:4-6) Os que voluntária e deliberadamente traírem seu compromisso com Jeová merecem a morte (A Sentinela de 1º de setembro de 1972, página 529).

Por ‘faltar com a palavra’ e ‘deixar de cumprir votos de dedicação’ aqui é tido como sendo algo que pode ‘custar a esperança de vida eterna’ e que quem faz isso ‘merece a morte’. Não sejamos inocentes. Embora alguém possa entender que o texto fala exatamente a verdade, que todo aquele que não honrar seu compromisso com Deus merece a morte, o que uma Testemunha de Jeová entende disso é que toda aquele que deixar essa religião terá como consequência a morte às mãos de Deus – a menos que volte enquanto é tempo.

Que de fato nisso tudo está envolvido um juramento de lealdade, depreende-se da definição de voto dada pelo Corpo Governante.

[Voto] Promessa solene feita a Deus de realizar algum ato, fazer alguma oferta ou dádiva, ingressar em algum serviço ou condição, ou abster-se de certas coisas que em si não são ilícitas. Um voto era uma promessa solene, feita de livre e espontânea vontade. Sendo uma promessa solene, o voto tinha a força dum juramento, e, às vezes, as duas expressões ocorrem juntas na Bíblia. (Núm 30:2; Mt 5:33) (Estudo Perspicaz das Escrituras, volume 3, página 801).

- Lealdade a quem?

O Corpo Governante enfatiza que esse compromisso de lealdade é dirigido ao Deus do céu, o Criador de todas as coisas. Suas próprias publicações têm enfatizado que entre ser leal a Deus e ser leal a uma autoridade humana, a lealdade a Deus tem primazia se essas exigências estiverem em conflito. Por exemplo, como o Corpo Governante considera que saudar a bandeira nacional equivale a um ato de idolatria, quando isso for exigido a uma Testemunha de Jeová, ela tem que escolher a quem será leal, se a Deus ou à autoridade humana (Atos 5:29).

Mas o Corpo Governante também não tem deixado de exigir lealdade para si. Na citação a seguir, o termo “organização” deve ser entendido como mais um sinônimo para Corpo Governante, embora, em outros casos, se refira à inteira associação de Testemunhas de Jeová.

Lealdade à organização de Jeová

Passamos agora a tratar do assunto de se ser leal à organização visível de Jeová. Nós certamente devemos lealdade a ela, inclusive ao “escravo fiel e discreto”, por meio de quem a congregação cristã é alimentada espiritualmente. (Mateus 24:45-47) Suponhamos que apareça nas publicações da Torre de Vigia algo que não entendemos ou com que não concordamos no momento. O que faremos? Ficar ofendidos e abandonar a organização? Isto foi o que alguns fizeram quando, há muitos anos, *A Sentinela* aplicou o novo pacto ao Milênio. Outros ressentiram-se do que *A Sentinela* certa vez disse sobre a questão da neutralidade. Se aqueles que tropeçaram por causa destes assuntos tivessem sido leais à organização e aos seus irmãos, teriam esperado que Jeová esclarecesse esses assuntos, o que ele fez no tempo devido. De modo que a lealdade inclui esperar até que o escravo fiel e discreto publique entendimento adicional (*A Sentinela* de 15 de março de 1996, páginas 16,17).

Todos nós, como dedicadas Testemunhas de Jeová, temos de ser leais a ele e à sua organização. Nunca devemos nem pensar em desviar-nos da maravilhosa luz de Deus, seguindo um rumo apóstata, que pode levar à morte espiritual agora, e por fim à destruição. (Jeremias 17:13) Mas, o que devemos fazer quando achamos difícil de aceitar ou de plenamente entender algum ponto bíblico apresentado pelo escravo fiel? Admitamos então humildemente de quem aprendemos a verdade e oremos pedindo sabedoria para lidar com esta provação até que ela termine com algum esclarecimento publicado sobre o assunto. — Tiago 1:5-8 (*A Sentinela* de 15 de novembro de 1992, página 20).

Como se pode ver, o juramento de lealdade que se faz por ocasião do batismo, ainda que se creia que seja um juramento de lealdade a Deus, na verdade se trata de um juramento de lealdade àquilo que a autoridade religiosa acha que seja lealdade a Deus.

O texto de Atos 5:29 nesse caso é totalmente descartado, pois mesmo que a Testemunha esteja consciente de que determinado conceito do Corpo seja errado, ela fica proibida de ser leal a Deus antes que aos homens. Agir de modo diferente, expressando abertamente essas discordâncias, pode ter como consequência a desassociação.

Os exemplos de revisão doutrinárias citados pelo Corpo são questões menores, mas questões maiores afetaram profundamente a vida de milhares de Testemunhas de Jeová. Vejamos dois exemplos.

É determinação do Corpo Governante, com suposta base bíblica, que nenhum jovem Testemunha de Jeová preste serviço militar. Diante dessa recusa por

parte de alguns cidadãos, muitos países têm oferecido a opção de prestar um serviço civil alternativo, que muitas vezes pode envolver apenas prestar serviço em um hospital, ou apenas trabalhar para si mesmos. Mas durante muitas décadas foi interpretação do Corpo Governante de que esse serviço civil alternativo era um serviço *equivalente*, portanto, igualmente inaceitável. O resultado é que milhares de jovens Testemunhas por todo o mundo passaram anos em prisões – tudo em razão de ser leal àquilo que o Corpo Governante achava que se tratava de lealdade a Deus. Em anos recentes, no entanto, a autoridade religiosa passou a explicar que cabe a cada jovem decidir o que fazer, se presta serviço civil alternativo ou aceita a prisão como consequência.

Como visto anteriormente, as Testemunhas de Jeová não aceitam passar por uma transfusão de sangue. A respeito desse assunto, a revista *A Sentinela* de 15 de junho de 2000 trouxe uma reinterpretação do tema.

Segundo a revista, a medicina moderna divide o sangue em quatro componentes básicos: glóbulos brancos, globos vermelhos, plasma e plaquetas. Argumenta que, ao passo que antigamente o sangue total era transfundido no paciente, atualmente é mais comum a transfusão dessas frações e até de frações desses quatro componentes “básicos”. O Corpo Governante mantém a posição de que continua sendo proibida a transfusão de sangue total e também dos componentes “básicos”, mas deixa a critério do paciente Testemunha decidir, pelo uso da própria consciência, se aceita transfusão de frações das frações.

O uso medicinal de frações de glóbulos brancos, glóbulos vermelhos e plasma estiveram à disposição de muitas Testemunhas que podem ter morrido enquanto vigorava a posição anterior do Corpo Governante. Embora a autoridade religiosa não expresse remorso diante da possibilidade de alguma responsabilidade nisso, resta o fato de que, se a transfusão de fração das frações atualmente não é estreitamente proibida por Deus, então também não o era em décadas passadas, o que significa que Testemunhas de Jeová podem ter vindo a óbito em consequência de lealdade a *homens*.

Diante do que acima foi apresentado, é surpreendente que a autoridade religiosa, em mais um dos seus requerimentos de lealdade para si, até tem procurado firmar-se em Deus como um dos seus apoiadores leais, tal qual fazem alguns políticos quando se apoiam em figuras influentes como meio de captar apoio popular.

A lealdade a Deus inclui também ser leal à sua organização. No decorrer dos anos, houve a necessidade de correções e ajustes no nosso entendimento de certos textos bíblicos. O fato é que ninguém está tão bem alimentado espiritualmente como nós. (Mateus 24:45-47) Sem dúvida, Jeová tem apoiado lealmente a sua organização atual. Não podemos fazer o mesmo? (*A Sentinela* de 1º de outubro de 2001, página 22).

Mas os fatos têm mostrados que Testemunhas de Jeová estão sujeitas a serem excomungadas por ações consideradas pecados, mas que outras, em razão de tais revisões, poderão praticar as mesmas ações de boa consciência.

A simples possibilidade de que isso pode ter acontecido deveria soar um alerta ao Corpo de que ele não é capaz de estabelecer padrões perfeitos, imutáveis, do que seja lealdade a Deus. Mas não há nenhum sinal de que a autoridade religiosa caminha em direção a uma posição mais equilibrada. Ela, em vez disso, mantém a exigência de lealdade à “organização” como único meio de se provar lealdade a Deus – mesmo que, a posteriori, isso se revele apenas que se foi leal a homens antes que a Deus.

Essas questões de lealdades aqui consideradas constitui algo fundamental para que uma Testemunha de Jeová possa tomar decisões equilibradas sobre o que fazer diante de situações difíceis, quando questões sérias estão em jogo. Mas bem poucas Testemunhas chegam a esse ponto, e muito tem a ver com o fato de que a autoridade religiosa não permite nenhum tipo de questionamento, o que resulta em se permanecer por décadas, talvez pela vida inteira, numa condição embrionária, absolutamente subordinada aos argumentos do Corpo Governante, sejam eles quais forem.

- Ajuste de doutrinas

Uma coisa que toda Testemunha de Jeová sabe é que todos os ensinamentos que provém da liderança estão sujeitos a ajustes. Essa realidade, segundo ensina a liderança, visa acompanhar a orientação do espírito santo, que, segundo explica, é de forma gradual que este faz aumentar o entendimento que os cristãos têm das Escrituras. Para apoiar esse conceito, a organização religiosa busca apoio na Bíblia, especialmente no seguinte provérbio bíblico:

Mas a vereda dos justos é como a brilhante luz da manhã, que clareia mais e mais até a plena luz do dia. – Provérbios 4:18 (veja o capítulo 7, página 318).

Com respeito a esse assunto, e depois de se apoiar no texto bíblico acima citado, a liderança religiosa escreveu o seguinte (o itálico é dos autores):

Nos tempos modernos, tem havido refinamentos no nosso entendimento de alguns ensinamentos bíblicos. Isso não nos deve abalar; deve reforçar a nossa confiança na classe do escravo fiel e discreto. Quando membros representativos do “escravo” discernem que o nosso conceito sobre certo aspecto da verdade precisa ser esclarecido ou corrigido, eles não deixam de fazer o ajuste. A classe do escravo está mais interessada em cooperar com o propósito progressivo de Deus do que em poupar-se de críticas por causa de um entendimento ajustado. Como você reage quando é apresentado um ajuste no nosso entendimento das Escrituras? — Leia Lucas 5:39.

¹⁰ Vejamos outro exemplo. Em fins do século 19 e começo do século 20, certos Estudantes da Bíblia que eram excelentes oradores públicos achavam que podiam cumprir melhor a missão de pregar por proferir bons discursos para ouvintes apreciativos. Eles gostavam de falar em público, e alguns se deleitavam na calorosa bajulação de seus ouvintes. No entanto, mais tarde ficou evidente que Jeová desejava que seu povo se empenhasse em formas diversas de pregar, incluindo o serviço de casa em casa. Alguns oradores públicos bem-sucedidos recusaram-se terminantemente a tentar algo novo. Por

fora, pareciam homens de boa espiritualidade, bem devotados ao Senhor. Contudo, diante das claras evidências sobre o que Deus desejava com relação à pregação, os seus reais pensamentos, intenções e motivações vieram à tona. Jeová não se agradou deles. Por isso, não os abençoou. Eles abandonaram a organização. — Mat. 10:1-6; Atos 5:42; 20:20 (*A Sentinela* de 15 de julho de 2011, página 30).

Pelo que sei, não há nenhum motivo para crermos que o exemplo citado não seja verdadeiro. No entanto, diante de outros ajustes que houve, alguns dos quais serão examinados com mais detalhes nos próximos dois capítulos, esse chega a ser ridículo pela insignificância. Essa prática de ajustes é tal que a religião das Testemunhas de Jeová está praticamente descaracterizada em comparação com a religião que surgiu há cerca de 100 anos. E pelo visto, para o futuro, continuará se descaracterizando em relação ao estado em que atualmente se encontra. Contrariando a justificativa apresentada acima, as evidências indicam que muitos ajustes têm sido, não em decorrência de orientação divina, mas por ter ficado claro que alguns conceitos estavam ficando claramente indefensáveis. Ora, se estes foram adotados sob a argumentação de que eram de origem divina, como é possível que estejam sujeitos a correção? E como ter certeza que a correção também não está sujeita a ser corrigida? Como será mostrado no capítulo 7, a Bíblia não dá nenhum suporte a algo desse tipo; portanto, a conclusão óbvia é que variadas interpretações bíblicas da religião, que são taxadas de verdades absolutas, na verdade não passam de meras especulações humanas. E se lembrarmos que a pessoa, ao se tornar Testemunha de Jeová, praticamente “assina” um contrato de lealdade à liderança, é notável que essa pessoa decidiu entrar na religião porque está de acordo com os atuais conceitos, mas que, sem que tenha sido claramente alertada durante os seis meses de estudo, ela poderá ser surpreendida com a alteração desses conceitos, os quais, quer concorde, quer não, terá obrigatoriamente que aceitar, sendo que a não aceitação resultará em ela ser excomungada sob a acusação de apostasia.

Diante da insatisfação de alguns com relação a alterações de conceitos, a liderança religiosa diz o seguinte, conforme a fonte citada acima:

A classe do escravo está mais interessada em cooperar com o propósito progressivo de Deus do que em poupar-se de críticas por causa de um entendimento ajustado.

No entanto, conforme mostra o capítulo três deste livro, em um dado assunto, as alterações mais se assemelham aos rastros deixados por um cego na areia do tempo. Pretender que isso seja aceito como sendo “o propósito progressivo de Deus” é subestimar em demasia a inteligência de qualquer um que tenha pelo menos um conhecimento rudimentar dos tratos de Deus com a humanidade.

Visto que essa é a realidade, não seria nada mais que um nobre ato de honestidade deixar isso bem claro nos livros de estudos destinados à formação de novos membros. No entanto, como nos demais casos, quase somente depois de batizado é que o novo converso se tornará consciente disso – e talvez da maneira mais cruel possível (veja o meu caso, conforme conto nos anexos, à página 369).

- A desassociação

Como já foi mostrado nos subtítulos anteriores, somente depois de alguém tomar a decisão de ingressar na religião, é que se dar informações sobre outras questões, mas nem sempre com detalhes suficientes para tomar uma decisão consciente. A respeito da desassociação, acontece a mesma coisa. A pessoa talvez até ouça falar nesse assunto, talvez faça algumas perguntas, mas a resposta pode ser apenas que a Bíblia recomenda que se faça isso, mas sem dizer exatamente quais são as consequências para o desassociado, e nem como ela deverá se portar diante de alguém em tal condição.

A respeito desse assunto, o iniciante só passará a ter um conhecimento razoável quando lhe entregarem o livro *Organizados para Fazer a Vontade de Jeová*. Mas, como dito antes, esse livro só é entregue quando já se decidiu entrar para a religião. Como se trata apenas de uma “recapitulação”, é costume que o estudo desse segundo livro consista apenas em o iniciante responder à série de perguntas que consta no final do livro. Mas caso o iniciante, por vontade própria, decida ler todo o livro, ele vai se deparar com o seguinte capítulo: “Como manter a paz e a pureza da congregação”. Nesse capítulo, em um ponto, o iniciante é diretamente envolvido na questão quando o assunto é resolver problemas de relacionamentos em que ele é diretamente prejudicado, portanto, não sujeito a nenhuma penalidade (Mateus 18:15-17). Curiosamente, porém, quando o livro fala abertamente sobre a desassociação em razão de pecados graves, refere-se ao pecador como alguém na terceira pessoa, obviamente, com o claro objetivo de não ofender o iniciante. Assim, este, em vez de se ver afetado pela punição, ver apenas o quanto a congregação está disposta a fazer para manter-se limpa de pecadores não arrependidos – algo que o iniciante estará propenso apenas a aplaudir.

Mas caso o iniciante deixe de ler o livro, a única exposição dele ao assunto pode ser ao responder uma das cerca de 100 perguntas da “recapitulação”:

Que ação a congregação toma quando uma pessoa em seu meio mostra ser um violador impenitente das leis de Deus?

Eu vos escrevi na minha carta que cesseis de manter convivência com fornicadores, não querendo dizer inteiramente com os fornicadores deste mundo, ou com os gananciosos e os extorsores, ou com os idólatras. Senão teríeis realmente de sair do mundo. Mas, eu vos escrevo agora para que cesseis de ter convivência com qualquer que se chame irmão, que for fornicador, ou ganancioso, ou idólatra, ou injuriador, ou bebedor, ou extorsor, nem sequer comendo com tal homem. Pois, o que tenho eu que ver com o julgamento dos de fora? Não julgais vós os de dentro, ao passo que Deus julga os de fora? “Removei o homem iníquo de entre vós.” – 1 Coríntios 5: 9-13.

A respeito dessa pergunta, há que se questionar sobre como se pode falar de recapitulação se pode ser a primeira vez que o iniciante é exposto ao assunto. O interrogador poderia, em complemento da questão, perguntar se o iniciante está de acordo com o assunto. Mas deve-se lembrar que o questionário só está sendo feito porque o iniciante já foi convencido de que se trata da única religião verdadeira e está plenamente decidido a ingressar na religião; portanto, ele está totalmente manipulável, de fato incapaz de se posicionar contra o que quer que lhe seja exigido.

Astuciosamente, a pergunta é feita com cuidado para que o iniciante não se veja afetado pela punição proposta, bem como também nada lhe é dito que a desassociação pode afetar drasticamente as relações familiares. O texto da segunda carta de João, que é entendido como proibindo até cumprimentos, aqui também é omitido. E é nessa situação, em completa ignorância, que o iniciante é conduzido ao batismo.

O terceiro livro, *Mantenha-se no Amor de Deus*, foi preparado para ser estudado logo após a conclusão do estudo do livro *O Que a Bíblia Realmente Ensina?*, e o seu estudo é exigido mesmo para aqueles que se batizam ao final do estudo do primeiro livro. E é nesse livro que muitos leem, quando já estão há meses depois do batismo, aquilo que gostariam de ter lido bem antes de ingressarem na religião (o *itálico* é dos autores).

Como tratar uma pessoa desassociada

Poucas coisas podem nos deixar tão tristes quanto ver um parente ou um amigo achegado ser expulso da congregação por ter cometido um pecado e não ter se arrependido. O modo como encaramos a orientação da Bíblia sobre esse assunto pode revelar a profundidade de nosso amor a Deus e quanto somos leais aos seus princípios. Considere algumas perguntas que surgem sobre esse assunto. [nota de rodapé referente à palavra “princípios”: Os princípios bíblicos sobre esse assunto se aplicam da mesma forma aos que se dissociam da congregação].

Como devemos tratar uma pessoa desassociada? A Bíblia diz: “Cesseis de ter convivência com qualquer que se chame irmão, que for fornicador, ou ganancioso, ou idólatra, ou injuriador, ou beerrão, ou extorsor, nem sequer comendo com tal homem”. (1 Coríntios 5: 11). Com respeito a qualquer pessoa que “não permanece no ensino do Cristo”, lemos: “nunca o recebais nos vossos lares, nem o cumprimenteis. Pois, quem o cumprimenta é partícipe das suas obras iníquas.” (2 João 9-11). Nós não nos associamos com desassociados, quer para atividades espirituais, quer sociais. A *Sentinela* de 15 de dezembro de 1981, página 21, disse: “Um simples ‘Oi’ dito a alguém pode ser o primeiro passo para uma conversa ou mesmo para amizade. Queremos dar esse primeiro passo com alguém desassociado?”

É realmente necessário evitar todo e qualquer contato com a pessoa? Sim, por várias razões. Primeiro, é uma questão de lealdade a Deus e à sua Palavra. Obedecemos a Jeová não apenas quando é conveniente, mas também quando envolve grandes desafios. O amor a Deus nos motiva a obedecer todos os seus mandamentos, reconhecendo que ele é justo e amoroso, e que suas leis visam o bem dos que o servem (Isaias 48:17; 1 João 5:3). Segundo, cortar o contato com o pecador não-arrependido evita que nós e a congregação sejamos corrompidos em sentido espiritual e moral, e preserva a boa reputação da congregação (1 Coríntios 5:6,7). Terceiro, nossa firme posição a favor dos princípios bíblicos pode até mesmo beneficiar o desassociado. Por apoiarmos a decisão da comissão judicativa, talvez contribuamos para tocar o coração de um pecador que até então não correspondeu aos esforços dos anciãos para ajudá-lo. Perder a preciosa associação com pessoas amadas talvez o ajude a ‘cair em si’, a ver a seriedade do seu erro e a tomar os passos necessários para retornar a Jeová – Lucas 15:17.

E quando o desassociado é um parente? Nesse caso, os laços achegados entre familiares podem ser um verdadeiro teste à lealdade. Como devemos tratar um parente desassociado? Não podemos incluir aqui toda e qualquer situação que possa surgir nesse sentido, mas vamos nos concentrar em duas situações básicas.

Em alguns casos, o parente desassociado talvez faça parte da família imediata e ainda more na mesma casa. A desassociação não põe fim aos laços familiares, por isso as atividades e os tratos normais do dia-a-dia da família podem continuar. Contudo, pelo seu proceder, o desassociado escolheu romper o vínculo espiritual que tinha com a família. Sendo assim, os membros leais da família não podem mais ter associação espiritual com ele. Por exemplo, caso o desassociado esteja presente quando a família se reunir para estudar a Bíblia, ele não deve participar do estudo. Mas, se o desassociado é um filho menor, os pais ainda são os responsáveis pela sua instrução e disciplina. Por isso eles, como pais amorosos, podem dirigir um estudo bíblico com os filhos – Provérbios 6: 20-22; 29:17.

Em outros casos, o parente desassociado talvez não faça parte da família imediata ou seja um membro da família imediata que não mora na mesma casa. Embora em raras ocasiões se precise cuidar de um assunto familiar com um parente desassociado, tal contato deve restringir-se ao mínimo possível. Membros leais de uma família cristã não procuram desculpas para ter tratos com parentes desassociados que não more na mesma casa. Em vez disso, a lealdade a Jeová e à sua organização os faz seguir os princípios bíblicos relacionados com a desassociação. Seu proceder leal visa o bem do desassociado e pode ajudá-lo a se beneficiar da disciplina recebida (*Mantenha-se no Amor de Deus*, páginas 207-209).

Referente à questão familiar, essa política de desassociação praticada pelas Testemunhas de Jeová pode ter destruído milhares de famílias por todo o mundo. Mesmo assim, em um caso que pode afetar terrivelmente a família, o Corpo Governante procura ser o menos claro possível ao tratar do assunto enquanto o iniciante ainda não é batizado. Mesmo no livro citado acima, que geralmente só é estudado depois do batismo, o assunto ainda não é abordado claramente. Por exemplo, a norma diz que o desassociado, ou quem voluntariamente deixou a religião, não pode participar do estudo bíblico em família. Quando se trata de filhos menores, abre-se a exceção em razão da responsabilidade familiar, mas apenas na condição de um pai ensinado ao filho, o que significa dizer que não deve haver um saudável debate, em que ambos, pai e filho, procuram apresentar seus conceitos e juntos chegar a um consenso sobre o assunto. O inverso, quando o desassociado é um genitor, nem sequer é abordado, e há uma boa razão para isso. Considerando o estudo bíblico familiar, caso o genitor desassociado queira – por direito – entrar na discussão do estudo, os demais da família são obrigados a ignorar sua presença ou a dar o estudo por encerrado. Esse desprezo familiar é ainda mais emocionalmente devastador para quem decidiu sair (dissociar-se) da religião. Como isso geralmente acontece porque este descobriu os erros dela, é apenas natural que ele queira alertar seus familiares imediatos, e então esbarra na norma religiosa que o impede de orientar espiritualmente a sua própria família.

Ainda a respeito desse assunto, o Corpo Governante considera que os pais, *em razão da questão familiar*, têm obrigação de ensinar um filho menor, ainda que este seja desassociado. Porém, sem nenhuma explicação, determina que os familiares (que inclui os filhos menores) não podem se deixar ensinar por um genitor se este deixar de ser Testemunha de Jeová. Que suporte bíblico há para esse conceito? Se a *questão familiar* prevalece de modo a obrigar os pais a dar educação religiosa aos filhos, esta prevalece ainda com mais força de modo a obrigar os filhos a escutar a educação religiosa dos pais, ainda que, de direito, possam escolher não segui-la. Essa distorção cria no lar a figura do genitor forte, quando este é Testemunha de Jeová, enquanto constrói a figura do genitor fraco, subordinado aos demais membros, quando este, por alguma razão, não pertence mais à religião. Tudo isso evidentemente serve muito bem a um objetivo: fazer prevalecer, pela força, a religião das Testemunhas, *independente de questão familiar*.

Outro subproduto dessa norma religiosa é a relação pai-e-filho quando o filho, ainda que menor de idade, não aceita a religião dos pais. É apenas natural que o pai deseje a obediência do filho. No entanto, para o pai Testemunha de Jeová, essa obediência não só é desejável, mas também exigida como qualificação para este fazer carreira dentro da estrutura hierárquica da religião. (1 Timóteo 3: 1-7; Tito 1:5-9). Tal situação pode deixar a família na desagradável situação em que, para que o pai possa usufruir normalmente dos

cargos na congregação, ou o pai expulsa de casa o filho “rebelde”, quando este atinge a maioridade, ou esse filho voluntariamente sai de casa para não submeter o pai a ter que tomar uma atitude drástica ou privar-se dos cargos. (Em meus 20 anos como Testemunha de Jeová, tomei conhecimento de dois casos em que filhos foram expulsos de casa, mas não sei dizer exatamente quais foram os motivos; [clique para ver mais em meu blog](#)) Depois vem o caso de filhos desassociados ou dissociados vivendo fora de casa. Independente dos motivos que levou esse filho a viver fora de casa, sempre existe a questão do retorno ao lar. Para o pai Testemunha de Jeová que exerce algum cargo na instituição religiosa, a situação é demasiadamente constrangedora, pois este, caso decida aceitar o filho de volta, será reavaliado quanto a se ainda se qualifica para continuar usufruindo os cargos. A respeito desse assunto, veja o que diz o livro secreto, às páginas 36 e 37:

16. Um familiar desassociado ou dissociado volta a morar na casa: Essa é uma decisão do chefe da família, não do corpo de anciãos. No entanto, uma decisão dessas pode criar muitos problemas. Se o irmão permitir que um familiar desassociado ou dissociado volte a morar em sua casa, o corpo de anciãos

36

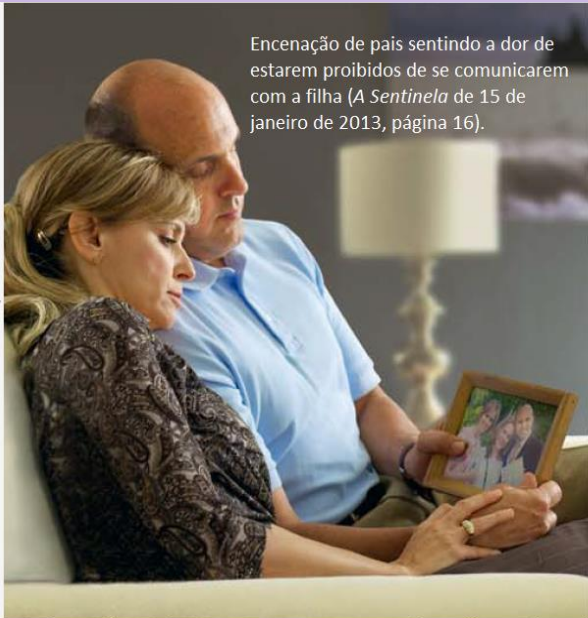
‘Pastoreiem o Rebanho de Deus’ — 1 Pedro 5:2

deve reavaliar suas qualificações. A pessoa desassociada ou dissociada não tem condições de morar sozinha ou, na verdade, voltou para casa porque isso é mais cômodo? Há motivos válidos para aceitá-la de volta na casa, ou a razão principal é para que os membros cristãos da família voltem a ter convivência com ela? A família evitava contato desnecessário com a pessoa quando ela não morava na casa? Trata-se de uma situação temporária ou permanente? Como é a conduta da pessoa? Como isso está afetando espiritualmente os outros membros da família, especialmente os outros filhos? A congregação ficou perturbada com essa decisão do irmão? Ele perdeu o respeito de alguns irmãos? — *km* 8/02 pp. 3-4; *w81* 15/12 pp. 23-25.

Dependendo das respostas a essas perguntas, o pai pode perder todos os cargos que ocupa na congregação. Tendo consciência disso, muitos pais têm preferido não aceitar de volta ao lar um filho ou filha que deixou de ser Testemunha de Jeová.

Então, longe de casa, esses filhos se encontram então numa outra situação descrita no livro *Mantenha-se no Amor de Deus* – quando a comunicação deve ser reduzida ao mínimo necessário.

Nessas condições, muitos pais têm recusado estar presente em ocasiões importantes para os filhos, como casamento e nascimento de um filho; outros pais nem sequer acompanham o crescimento dos netos, não atendem telefone, não respondem a mensagens. Os filhos, por sua vez, sabendo desse desprezo, acabam por não procurarem os pais nem em situações difíceis, como em dificuldades financeiras, doença ou falecimento do cônjuge.



Encenação de pais sentindo a dor de estarem proibidos de se comunicarem com a filha (A Sentinela de 15 de janeiro de 2013, página 16).

a sua própria espiritualidade. Não se isole de seus fiéis irmãos cristãos. (Pro. 18:1) Expresse seus sentimentos a Jeová em oração. (Sal. 62:7, 8) Não procure desculpas para se associar com um membro da família desassociado, como, por exemplo, trocando e-mails. (1 Cor. 5:11) Envolve-se em atividades espirituais. (1 Cor. 15:58) A irmã já citada disse: “Eu sei que preciso estar ocupada no serviço de Jeová e me manter espiritualmente forte para que eu tenha condições de ajudar minha filha quando ela voltar para Jeová.”

²⁰ A Bíblia diz que o amor “espera todas as coisas”. (1 Cor. 13:4, 7) Não é errado você ter esperança de que seu ente queri-

Mas infelizmente o oposto também acontece. Quando é um genitor que abandona a religião, os filhos costumam tratar os pais conforme a norma religiosa. Se ainda estão no lar, as conversas são reduzidas ao mínimo necessário, em muitos casos deixa de haver cumplicidade, as amizades esfriam, e o genitor acaba por se sentir um estranho na própria casa. Se os filhos não moram mais com os pais, então praticamente cessa a relação familiar com o genitor que não pertence mais à religião. Este então, em muitos vasos, não terá mais notícias dos filhos, bem como também pode não mais ser convidado para festas e cerimônias de casamento e nem ser avisado sobre o nascimento dum esperado neto.

É verdade que há exceções. Há alguns familiares, às vezes um pai, uma mãe, um filho, que decide não seguir a norma religiosa e continua mantendo relação



Reino Unido

Victoria Summers, 41 anos, deixou de ser Testemunha de Jeová há seis anos. Em resultado disso, seus pais cortaram todo o contato com ela e têm recusado todos os convites para conhecer a neta, que tem atualmente uns três anos. Na foto ao lado, Summers, em um protesto solitário, deixa flores em frente a um Salão do Reino, em celebração do Dia Internacional das Vítimas da Torre de Vigia (nome comumente associado às Testemunhas de Jeová, em referência à associação legal usada pela religião).

<http://www.bucksherald.co.uk/news/more-news/former-jehovah-s-witness-leaves-memorial-to-family-who-shunned-her-1-6206648>

34

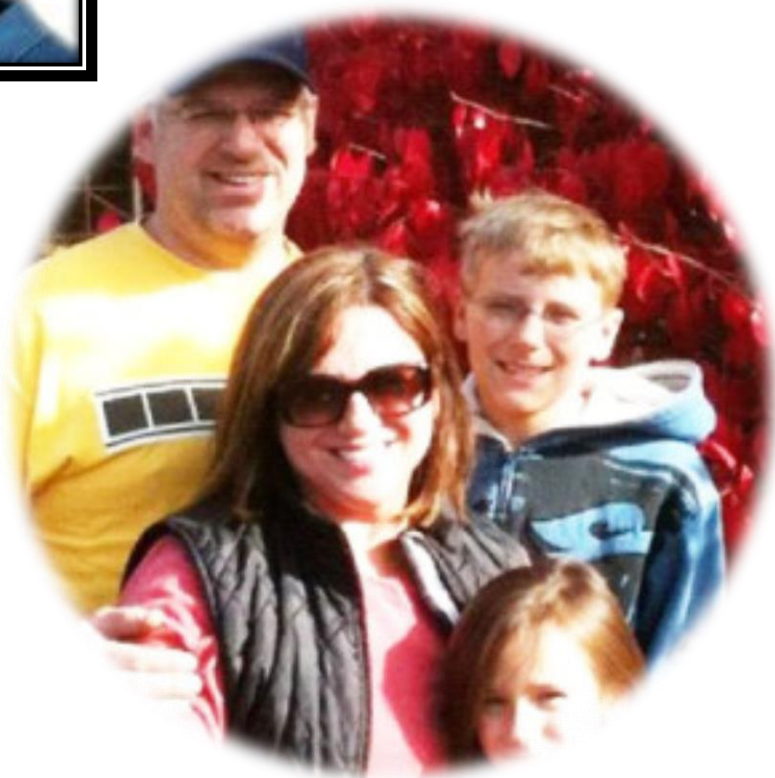


Estados Unidos

Barbara Anderson, 75 anos, foi Testemunha de Jeová por 44 anos, tendo sido desassociada em 2002. Desde então seu filho cortou toda a comunicação com ela, privando-a até de acompanhar o crescimento dos netos. Conforme conta em seu site, ela só possui a foto abaixo porque a encontrou em uma página da internet.

Para mais informações sobre Barbara Anderson, veja a *parte B* do capítulo cinco deste livro.

<http://watchtowerdocuments.org/life-discoveries-barbara-anderson/>



de amizade com desassociados. Mas quanto a estes, o livro dos anciãos, à página 116, trás uma determinação expressa de como devem ser tratados:

6. Se os anciãos souberem que membros da congregação estão tendo **associação indevida com parentes desassociados ou dissociados** que não moram com eles, devem dar conselhos e raciocinar com esses membros da congregação à base das Escrituras. Recapitem com eles as informações do livro *'Amor de Deus'*, páginas 207-209; da revista *A Sentinela* de 15 de abril de 1988, páginas 26-31; ou do artigo "Demonstre lealdade cristã quando um parente é desassociado" no *Nosso Ministério do Reino* de agosto de 2002. Se ficar claro que um cristão está violando o espírito por trás da desassociação nesse respeito e ele não reagir aos conselhos, ele talvez não se qualifique para privilégios congregacionais por não ser exemplar. Esses casos só são cuidados judicativamente quando há associação *espiritual* contínua ou quando a pessoa critica abertamente a decisão de desassociação.

Muitas Testemunhas de Jeová, portanto, com relação à desassociação ou dissociação de um amigo ou parente, ficam entre a cruz e a espada, ou tomam o lado da Organização, às vezes às custas de muitas lágrimas, ou escolhem manter a amizade, sem se importar com possíveis sanções eclesiásticas. A maioria das Testemunhas, no entanto, tem preferido a primeira alternativa, com menos ou mais disposição, dependendo muito de quanta amizade tinha com o desassociado ou dissociado.

Sobre todas as questões aqui abordadas, desde a questão do voto, a questão do sangue, a política de vigilância, a lealdade à Organização a qualquer custo e finalmente a desassociação, as Testemunhas de Jeová, em sua vasta maioria, tiveram um conhecimento mínimo quando foram conduzidas ao batismo; e mesmo agora, às vezes anos ou décadas depois, muitas delas ainda não tomaram consciência de que estão num estágio de total vulnerabilidade perante a autoridade religiosa. Convencidas de que essa autoridade é a legítima representante de Deus na Terra, elas deixam-se guiar para um lado e para outro, fazendo tudo o que determinam os líderes religiosos, ainda que, conforme passem os anos, esses líderes decidam que o que ensinaram por tanto tempo não era exatamente a coisa certa. Se dessa

crença errada resultou em perdas de vidas ou em lares desfeitos, a julgar pelo passado, é muito improvável que a liderança religiosa venha a lamentar e pedir perdão. Apesar disso, é surpreendente que o Corpo Governante esteja disposto a executar a punição mais severa até mesmo em um recém-batizado. Este, por sua vez, *caso ainda acredite nas doutrinas da religião*, se sentirá, portanto, como que no corredor da morte. Assim, para muitos desassociados, fazer o caminho de volta é uma questão vital. O Corpo Governante sabe disso – e conta com isso como meio de reaver aquele a quem desassociou.

- Quando se desconfia de estar sendo enganado

Como disse anteriormente, as Testemunhas de Jeová são talvez o grupo religioso que mais procura qualificar os seus prospectivos membros para o exercício da fé. Mas como cada um pode checar, as questões complexas aqui apresentadas são abordadas de modo superficial ou sequer são tratadas nos seus livros de estudos para iniciantes. O resultado disso é que, posteriormente, muitas Testemunhas começam a ver indícios de que não lhe contaram toda a verdade. Iniciam então uma investigação, começam a fazer perguntas, expressam suas dúvidas. Como então reage a organização Torre de Vigia ante essa suspeita?

Primeiro, vejamos que incentivo a organização usa para convencer pessoas de outras religiões a checarem se o que elas acreditam é realmente ensinamento bíblico (o *itálico* é dos autores):

A Bíblia nos incentiva a checar as nossas crenças com o que ela ensina. (1 João 4:1) Milhões de leitores desta revista [Testemunhas de Jeová] podem atestar que fazer isso acrescentou objetivo e estabilidade às suas vidas. Portanto, [você, de outra religião] seja de ‘mentalidade nobre’ como os bereanos. ‘Examine cuidadosamente as Escrituras todos os dias’, antes de decidir em que crer. (Atos 17:11) As Testemunhas de Jeová terão prazer em ajudá-lo nesse respeito. Naturalmente, cabe a *você* decidir em que crer. No entanto, é sábio certificar-se de que suas crenças não sejam moldadas pela sabedoria e desejos humanos, mas sim pela revelada Palavra da verdade, de Deus. — 1 Tessalonicenses 2:13; 5:21 (A *Sentinela* de 1º de agosto de 2001, página 6).

Mas é surpreendente o que se escreveu em 1981, em um artigo dirigido àqueles que decidiram ser Testemunhas, muito provavelmente apenas depois do estudo superficial oferecido pela religião. Leiamos:

Como devemos encarar o alimento espiritual provido pelo “escravo fiel e discreto”? [presumindo que o próprio conceito de “escravo fiel e discreto” não seja objeto de exame por parte da Testemunha] Deve ser encarado com crítica: ‘Ora, talvez seja verdade, mas, por outro lado, talvez não seja, e por isso temos de examiná-lo criticamente’? Pelo visto, alguns [Testemunhas de Jeová] pensavam assim. Para apoiar seu modo de pensar, citavam Atos 17:11, que

diz a respeito de recém-interessados em Beréia: “Ora, estes últimos eram de mentalidade mais nobre do que os de Tessalônica, pois recebiam a palavra com o maior anelo mental, examinando cuidadosamente as Escrituras, cada dia, quanto a se estas coisas eram assim.”

O autor deste artigo certamente não desconhecia o texto de 1 João 4:1, que exorta cristãos batizados a checar a autenticidade de toda declaração que se diz inspirada (como meio de prevenir-se contra falsos profetas), mas, pelo visto, considerou-o inapropriado à argumentação pretendida. Que esse texto é apropriado, vê-se que, conforme consta na revista *A Sentinela* de 2001, que foi citada anteriormente, ele é usado para convencer membros de outras religiões a reexaminar suas crenças. Nesta citação, o texto de Atos 17:11 é considerado como argumentação inválida, uma vez que refere-se a “recém-interessados”. Curiosamente, o autor de 1981 não pensava assim, visto que o considerou aplicável a membros efetivos de outras religiões. O que se conclui de tudo isso é que, sem nenhum pudor, os autores procuram usar a Bíblia para dizer o que desejam dizer, independente do que ela realmente diz. Indica-lhe isso tratar-se de legítimos pastores? É esse o tipo de caráter que Cristo esperaria de quem se dispusesse a cuidar de Suas ovelhas?

O artigo continua:

Mas significa isso que aqueles bereanos procuravam falhas na mensagem que ouviam, ou que a sua atitude era de dúvida? Estabelece isso um precedente para [nós Testemunhas] encarmos de modo crítico as publicações produzidas pelo “escravo fiel e discreto”, com o objetivo de achar falta neles? De modo algum!

Note com quanto desprezo a autoridade religiosa trata as Testemunhas que desejam reexaminar as suas crenças (na citação abaixo, o itálico é dos autores).

Esses bereanos escutavam com prontidão, sim, avidez, com o fim de crer. De modo que não somente tinham mente acessível, mas *queriam* que estas “boas novas” se mostrassem verdadeiras. De fato, para alguém poder ter fé, precisa ter “a vontade de crer”. Se estiver decidido a não crer, então nenhuma evidência o convencerá; porque quando alguém procura desculpas, sempre poderá encontrá-las, algumas razões plausíveis para não aceitar a responsabilidade que a crença traz para ele. Conforme o apóstolo Paulo disse muito bem: “A fé não é propriedade de todos.” (2 Tes. 3:2) Mas os bereanos tinham vontade de crer. Examinavam aquilo que ouviam com uma disposição mental receptiva. Em resultado disso, “muitos deles tornaram-se crentes, e assim também não poucas das mulheres gregas bem conceituadas e dos homens”. — Atos 17:12.

Sinceramente, considero um absurdo dizer isso a respeito dos bereanos; mas é assim que a organização religiosa quer que ajam as Testemunhas; quer que elas acreditem, não necessariamente porque conseguiram comprovar que é verdade, mas apenas porque dedicar-se a investigações é mostra de falta de fé, que é quem age assim sempre vai achar um defeito, seja ele qual for. Agora imagine se todos os membros de todas as religiões adotassem esse modo de

pensar; isso obviamente inviabilizaria o próprio ministério das Testemunhas, que consiste basicamente em convencer membros de outras religiões a reexaminar suas crenças.

O artigo continua:

Os discípulos de Jesus escreveram muitas cartas às congregações cristãs, àqueles que já estavam no “caminho da verdade”. (2 Ped. 2:2) Mas em parte alguma lemos que esses irmãos primeiro examinavam com cepticismo as Escrituras, para certificar-se de que essas cartas tinham apoio bíblico e que os escritores realmente sabiam de que estavam falando.

Sim, isso é verdade; mas também não lemos nada ao contrário, que eles acreditavam em qualquer carta que recebessem, apenas porque tinham a assinatura de um discípulo de Jesus ou porque lhes foi entregue por alguém que se dizia enviado de um discípulo; caso assim fosse, e visto que já por aquela época havia os falsos pastores, que também procuravam propagar suas ideias, como os cristãos podiam aceitar apenas as verdades genuinamente cristãs, se não lhes fosse recomendável examinar de modo crítico todas as cartas que lhes chegavam às mãos? O conselho do apóstolo João foi emitido no já fim do primeiro século, mas, à base dele, podemos concluir que isso era a prática, isto é, que eles examinavam cabalmente essas cartas.

Referente ao “escravo fiel e discreto”, o mesmo artigo diz o seguinte:

Uma vez que verificamos qual o instrumento que Deus usa como seu “escravo” para distribuir o alimento espiritual ao seu povo, Jeová certamente não se agrada se recebermos este alimento como se pudesse conter algo prejudicial. Devemos ter confiança no instrumento que Deus usa (as últimas citações, incluindo esta, são da revista *A Sentinela* de 15 de agosto de 1981, páginas 18,19).

Essa última argumentação parece fazer todo sentido. Ocorre que o reconhecimento do “escravo”, ou Corpo Governante, como sendo o “instrumento que Deus usa” é um dos assuntos apresentados mui superficialmente aos “recém-interessados”, conforme foi visto anteriormente, às páginas 19 a 22. Portanto, se esse ponto estiver entre os motivos de dúvidas, inviabiliza-se o argumento da citação acima. E conforme será examinado no capítulo seguinte, a respeito desse assunto há muito mais envolvido; não se trata de algo que se possa abordar de forma convincente em apenas meia dúzia de páginas, como faz a autoridade religiosa.

Portanto, como se viu, contrariamente aos conselhos que se dar a membros de outras religiões, a Testemunha de Jeová batizada é fortemente desestimulada a reexaminar a sua crença. A autoridade religiosa, no entanto, admite a possibilidade de alguma Testemunha passar a ter dúvidas quanto ao que acredita, ou quanto a uma nova interpretação bíblica por parte do Corpo Governante. A esses, que ação requer a autoridade religiosa? Vejamos:

Digamos que alguém ache difícil entender ou aceitar certo ensino bíblico. Talvez tenha pesquisado na Bíblia e nas publicações disponíveis na congregação e procurado ajuda de cristãos maduros, até mesmo de anciãos. Mesmo assim, ele acha difícil entender ou aceitar o ponto. O que pode fazer? Algo parecido aconteceu cerca de um ano antes da morte de Jesus. Ele disse ser “o pão da vida” e que, para ganhar a vida eterna, a pessoa tinha de ‘comer a carne do Filho do homem e beber o seu sangue’. Isso chocou alguns de seus discípulos. Em vez de buscar uma explicação ou simplesmente esperar com fé, muitos deles ‘deixaram de andar com Jesus’. (João 6:35, 41-66) De novo, se estivéssemos lá, o que teríamos feito? (A Sentinela de 15 de abril de 2007, página 28).

O absurdo desse argumento vê-se quando se analisa a possibilidade de cada membro de cada denominação cristã resolver tomá-lo a peito, aceitando como bíblico qualquer conceito que se lhe apresente a liderança de sua religião. É assim que devem pensar as Testemunhas de Jeová. Pelo menos foi assim que pensei por 20 anos. Logicamente, se esse raciocínio é absurdo quando aplicado por membros de outras religiões, por que não é igualmente absurdo para a vasta maioria das Testemunhas de Jeová? Não o é porque foram levadas a concluir – por meio de um superficial estudo bíblico – que encontraram a religião verdadeira, que agora estão sendo dirigidas pelos representantes legítimos de Cristo, e que, portanto, depois de se batizarem, Jeová e Cristo não mais se agradam de quem, de repente, passa a duvidar daquilo que antes acreditaram com tanta satisfação. Esse último conceito está em total desacordo com a declaração do apóstolo João, já antes comentada:

Amados, não acreditem em toda declaração inspirada, mas ponham à prova as declarações inspiradas para ver se elas se originam de Deus, pois muitos falsos profetas saíram pelo mundo afora (1 João 4:1).

O conselho de João foi dirigido a cristãos, mas atualmente as Testemunhas de Jeová só podem aplicá-lo com uma condição: que ao final, depois de porem à prova a mensagem bíblica de sua liderança religiosa, tenha como única conclusão que essa mensagem é absolutamente verdadeira, autêntica, inquestionável. Que dizer se, depois desse exame, não puderem concordar a com a explicação fornecida pelo Corpo Governante?

O que devemos fazer quando pessoalmente tivermos dificuldade em entender ou em aceitar certo assunto? Devemos orar, pedindo sabedoria, e fazer uma pesquisa nas Escrituras e nas publicações cristãs. (Provérbios 2:4, 5; Tiago 1:5-8) Conversar com um ancião talvez ajude. Se o assunto ainda não puder ser entendido, talvez seja melhor no momento deixar a questão como está. Talvez se publiquem mais informações sobre o assunto e então ficará mais fácil de entender. No entanto, seria errado tentar convencer outros na congregação a aceitar nossa própria opinião divergente. Isto significaria semear discórdia, não empenhar-se para preservar a união. Seria muito melhor ‘estar andando na verdade’ e incentivar outros a fazer o mesmo! — 3 João 4 (A Sentinela de 15 de julho de 1996, página 17).

Observe que as únicas fontes de consulta admitidas, além da Bíblia, são a própria literatura da religião e seus líderes religiosos locais. Depois disso, em persistindo as dúvidas, a Testemunha é solicitada a se calar, uma vez que falar a outros sobre suas dúvidas significa semear discórdia. Consultar livros de outras religiões ou preparados por dissidentes é algo abertamente descartado (veja o capítulo 6 deste livro).

E se a Testemunha, depois de pesquisas, acabar por concluir que não pode concordar com determinado ensino? Lembre-se: essa discordância pode ter a ver com o fato de que durante a sua época de estudo não lhe foi devidamente esclarecido determinado assunto, como, por exemplo, a questão do sangue, o direito de interpretar a Bíblia, ou até mesmo o sentido bíblico de “escravo fiel e discreto”. Referente a essas pessoas, o Corpo Governante, no ano de 1980, enviou uma carta a todos os supervisores regionais (superintendentes de circuitos, para as Testemunhas). Servindo-se das informações contidas em um artigo da revista *A Sentinela*, a carta foi muito explícita ao dizer como se deve lidar com Testemunha que tenha passado a não mais crer em algum ensino defendido pela autoridade religiosa. Leiamos (o sublinhado é de Raymond Franz; os colchetes são do tradutor):

Não esqueçam que, para ser desassociado, um apóstata não tem necessariamente de ser um promotor de idéias apóstatas. Conforme mencionado no parágrafo 2, página 17 de *A Sentinela* de 1º de agosto de 1980 [em português, 1º de fevereiro de 1981]. “A palavra ‘apostasia’ vem de um termo grego que significa ‘ficar apartado’, ‘afastamento, deserção’, ‘rebelião, desistência’”. Portanto, se um cristão batizado abandona os ensinamentos de Jeová, conforme apresentados pelo escravo fiel e discreto, e persiste em crer em outra doutrina apesar da repreensão bíblica, então ele está apostatando. Devem-se fazer esforços bondosos e contínuos para reajustar seu modo de pensar. Todavia, se, depois de ter-se feito tais esforços contínuos para reajustar seu modo de pensar, ele continuar crendo em idéias apóstatas e rejeitar o que tem sido provido através da ‘classe do escravo’, então se deve tomar uma ação judicativa apropriada (Uma extensão maior desta carta consta no livro *Crise de Consciência*, de Raymond Franz, páginas 373, 374).

Portanto, a desassociação pode ser a penalidade por se deixar de crer, não no que realmente diz a Bíblia, mas nos “ensinamentos de Jeová conforme apresentados pelo escravo fiel e discreto”. Contrário ao que faz com relação a outros assuntos, o Corpo Governante não nos deixa em dúvida sobre o que pode acontecer a uma Testemunha que não mais crer em determinados assunto imposto por ele. Em nome da união pregada por Cristo e por seus discípulos, o Corpo Governante foi ao extremo de requerer a uniformidade de crenças em sua interpretação da Bíblia. Diferentemente da carta citada acima, que é secreta, a citação abaixo está disponível a toda Testemunhas de Jeová:

O fundador do cristianismo, Jesus Cristo, orou para que prevalecesse união entre seus seguidores (Jo 17:21), e os apóstolos estavam vitalmente interessados em preservar a unidade da congregação cristã. (1Co 1:10; Ju 17-19) A desunião de crença poderia dar margem a ferrenhas disputas, dissensões e até mesmo inimizades. (Veja At 23:7-10.) De modo que seitas deviam ser evitadas, sendo elas obras da carne. (Gál 5:19-21) Os cristãos

foram advertidos contra se tornarem promotores de seitas ou de serem desencaminhados por falsos instrutores. (At 20:28; 2Ti 2:17, 18; 2Pe 2:1) O apóstolo Paulo, na sua carta a Tito, mandou que, depois de duas vezes admoestado, o homem que continuasse a promover uma seita fosse rejeitado, evidentemente significando que devia ser expulso da congregação. (Tit 3:10) Os que se negassem a ficar envolvidos em criar divisões dentro da congregação ou em apoiar determinada facção se destacariam pelo seu proceder fiel e dariam evidência de ter a aprovação de Deus. Aparentemente é isso o que Paulo queria dizer ao falar aos coríntios: “Também tem de haver seitas entre vós, para que os aprovados também se tornem manifestos entre vós.” — 1Co 11:19 (*Estudos Perspicaz das Escrituras*, volume 3, página 557).

Não há como negar que a Bíblia incentiva a que os cristãos mantenham a união, e isso envolve crer nos mesmos ensinamentos básicos do cristianismo. Mas todo o Novo Testamento deixa claro que havia divergência entre os cristãos a respeito de muitos outros assuntos; quanto a isso, as cartas de Paulo estão repletas de advertências, não de que se deveria promover a uniformidade de crenças, se necessário, por meio da excomunhão, mas de que essas questões deveriam ser tratadas como questões que envolvia a consciência de cada um, não sendo, portanto, objeto a ser levado à esfera judicativa.

Mas não é assim que pensa o Corpo Governante, como toda Testemunha de Jeová pode confirmar para si mesma. Em razão disso, depois que uma Testemunha descobre que foi enganada, a reação normal esperada é que ela peça desligamento da religião. Mas quem construiu toda a sua vida nesse meio religioso, quem ali possui família, quem tem lá seu pai ou mãe, quem tem seus filhos ou filhas – todos eles ainda crente que estão na verdade, que somente terão esperança de salvação se ali permanecer – isso pode ser tudo que se perderá com uma renúncia à religião. É verdade que, conforme indica a norma religiosa, a comunicação só será cortada por completo para membros da família que não moram na mesma casa, mas não é só isso que está envolvido, a comunicação não é tudo; uma família unida envolve mais que comunicação; também está envolvido sentimentos fraternos, confiança, a certeza de que terão o apoio um do outro em momentos difíceis, e quando dá-se a dissociação, quando um membro renuncia à religião, corta-se esse laço, a família fica abalada, os membros ainda ativos muitas vezes não sabem se ainda podem contar com quem sai, e, em razão desse receio, talvez nem os procurem em momentos difíceis. Depois de considerar tudo isso, uma Testemunha, seja pai ou mãe, seja filho ou filha, muitas vezes pensa muito mais que em si, pensa no bem estar da família, pensa que, em momentos de dificuldades, como em casos de doença ou em questões financeiras, pode ajudar melhor a sua família caso permaneça como membro da religião – e isso independe de se moram na mesma casa ou não.

A atitude do Corpo Governante visa apenas punir o membro “rebelde”, mas deixa de considerar que a ação resulta numa punição para ambas as partes. Também considera que, quando um filho punido deseja permanecer convivendo com a família, ou a ela retorna, talvez seja apenas para continuar desfrutando da boa vida que os pais oferecem. Nessas condições, como visto anteriormente, à página 32, o pai, caso aceite o filho em casa, é avaliado quanto a se continua qualificado para usufruir de cargos na instituição religiosa.

Mas, curiosamente, a norma religiosa também considera que o filho pode voltar para casa por motivos válidos, dentre eles, cuidar do genitor que esteja doente, ou talvez já bastante incapacitado pela idade. Isso mais uma vez pode implicar numa situação muito constrangedora para os pais, principalmente se estes foram fiéis à norma religiosa, mantendo os filhos longe de casa enquanto não careciam de cuidados especiais. Os filhos, caso se enquadrem nessa situação, podem não levar isso em conta, talvez atribuam essa atitude ao alto grau de controle que a religião exerce sobre os pais. Isso mas uma vez salienta quanto malefício pode causar a norma de pleno ostracismo adotada pela Torre de Vigia.

Essa é a razão de muitas Testemunhas de Jeová permanecerem como tal; elas vão aos dias de cultos, algumas ainda desempenham tarefas internas e participam no serviço de visita aos lares, mas a tendência é que, com o tempo, entrem na inatividade, algo que a religião permite, e sem que isso resulte em penalidade. Para algumas, isso é psicologicamente desgastante; viver uma farsa sabe-se lá por quanto tempo, talvez décadas, certamente nunca lhes passou pela cabeça. Sabem, no entanto, que isso é resultado de que um dia, em algum ponto do passado, uma ou duas pessoas bateram à porta e, portando-se como mensageiros de Deus, venderam-lhe boas palavras, as quais fizeram bem à alma cansada, mas que, com o tempo, revelaram-se frias, vazias e mentirosas.

✓ Direitos humanos

Artigo XVIII (Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

A organização Torre de Vigia tem lutado arduamente nas mais altas cortes, nacionais e internacionais, para assegurar a seus membros o direito de exercer a fé. Isso se faz necessário especialmente porque muitos governos ao longo da história (e mesmo nos dias atuais, como a Rússia) têm considerado demasiadamente ofensivo o trabalho ministerial das Testemunhas, que consiste basicamente em repetidas visitas aos lares e na distribuição de livros. Nos Estados Unidos e Canadá, por exemplo, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, a Torre de Vigia tanto lutou nas cortes nacionais para assegurar seus direitos que suas vitórias acabaram por influenciar a legislação nacional, estendendo suas conquistas a todos os cidadãos desses países. Estas conquistas são até comemoradas em sua literatura, como mostram as próximas citações.

Estados Unidos.

A atividade das Testemunhas de Jeová tem sido, em alguns países, um fator importante em moldar a lei. Todo estudante de Direito americano está bem ciente da contribuição feita pelas Testemunhas de Jeová à defesa dos direitos civis nos Estados Unidos. Refletindo o alcance dessa contribuição há artigos tais como: “A Dívida da Lei Constitucional para com as Testemunhas de Jeová”, publicado no *Minnesota Law Review* de março de 1944, e “Um Catalisador da Evolução da Lei Constitucional: As Testemunhas de Jeová na Suprema Corte”, publicado em *University of Cincinnati Law Review*, em 1987.

As ações judiciais movidas pelas Testemunhas de Jeová compõem uma parte significativa da lei americana relacionada com a liberdade de religião, de expressão e de imprensa. Essas ações têm feito muito para preservar as liberdades não apenas das Testemunhas de Jeová mas também da inteira população. Num discurso na Universidade de Drake, Irving Dilliard, conhecido escritor e editor, disse: “Quer goste disso, quer não, as Testemunhas de Jeová fizeram mais para ajudar a preservar as nossas liberdades do que qualquer outro grupo religioso.” (*Proclamadores do Reino*, páginas 698, 699).

43

Canadá (os colchetes são dos autores).

E sobre a situação no Canadá, o prefácio do livro *O Estado e a Salvação — as Testemunhas de Jeová e Sua Luta pelos Direitos Civis* (em inglês) declara: “As Testemunhas de Jeová ensinaram ao Estado, e ao povo canadense, qual deve ser a aplicação prática da proteção legal a grupos discordantes. Ademais, a . . . perseguição [contra as Testemunhas na província de Quebec] levou a uma série de ações judiciais que, nos anos 40 e 50, chegaram até a Suprema Corte do Canadá. Essas ações também deram uma importante contribuição às atitudes canadenses a respeito de direitos civis, e constituem o alicerce da jurisprudência sobre liberdades civis no Canadá hoje.” “Um dos resultados” da batalha jurídica das Testemunhas pela liberdade de adoração, explica o livro, “foi o longo processo de discussões e debates que levou à Declaração dos Direitos”, que é agora parte da lei básica do Canadá (*Proclamadores do Reino*, página 699).

Veja também a imagem da próxima página.

Todas essas conquistas das Testemunhas de Jeová, a meu ver, são plenamente válidas, independente de suas crenças, quer isso resulte ou não em conquistas para integrantes de outras religiões ou mesmo para todos os cidadãos de um país ou continente. São deveras conquistas dignas de aplausos. Um leigo, no entanto, quando diante desses fatos, talvez custe a acreditar que uma religião que tanto lutou para assegurar aos seus membros direitos tão básicos, seja também responsável por tornar miserável a vida de milhares de ex-integrantes que, por qualquer razão, decidiram abandonar o grupo. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, citado anteriormente e repetida a seguir, garante a qualquer pessoa o direito de mudar de religião.

Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

A Torre de Vigia está a postos para dizer que não impede a ninguém de deixar o grupo. De fato, nenhuma Testemunha até agora foi impedida de sair. Porém, quando lemos acima que “toda pessoa tem [...] liberdade de mudar de religião”, isso significa uma liberdade de deixar uma religião sem sofrer represália de qualquer natureza; mas quem leu em páginas anteriores sobre o ostracismo cruel que as Testemunhas infligem aos ex-integrantes da religião, dificilmente dirá que isso não é represália. Desse modo, se um fiel sabe que sofrerá represálias por sair de sua religião, ele pode decidir não sair; considerando que isso é uma realidade para milhares de Testemunhas no mundo inteiro, ao que me parece, isso constitui claras violações de direitos humanos.

Quanto a assegurar os direitos garantidos pela Declaração Universal, há ainda poucos movimentos de ex-Testemunhas empenhados nessa causa. No Brasil, o grupo mais ativo é o de Sebastião Ramos, responsável direto pela Associação Brasileira de Apoio às Vítimas de Preconceito Religioso (Abravipre). Sendo ele próprio uma vítima, sua luta incansável tem conseguido conscientizar milhares de pessoas, especialmente na sede da Associação em Fortaleza, e há também a expectativa de que a causa receba atenção por parte da Organização dos Estados Americanos (OEA).

<http://www.abravipre.org/>



Levado a julgamento

Tornei-me Testemunha de Jeová em meados da década de 90, enquanto ainda morava na região de São Raimundo Nonato, uma cidade do sul do Piauí; mas há 15 anos que moro em Guadalupe, uma cidade que fica na região central do estado. Antes disso, depois de uma estadia por aqui em 1996, morei quatro anos na cidade vizinha de Floriano e, em 2001, mudei-me em definitivo para Guadalupe. Desde então, como ficará claro em páginas posteriores, meu relacionamento com a liderança local das Testemunhas de Jeová foi muito conturbado – e tudo culminou na minha desassociação no ano de 2011.

45

Mas o que exatamente me levou a ser desassociado?

Preliminarmente, preciso dizer que sou funcionário público municipal desde o ano de 2003 e desde então tenho exercido diversas funções em diversas repartições públicas do município. Assim, no ano de 2010, enquanto exercia função administrativa numa escola da cidade, fui acusado por algumas pré-adolescentes de assediá-las sexualmente. A acusação chegou primeiro à diretoria da escola, que contata o Conselho Tutelar, que contata o Ministério Público, que por sua vez me convoca a dar explicações. Ao mesmo tempo, a Prefeitura dá início a uma sindicância, mas não sem antes proceder ao meu afastamento da função. Diante de tudo isso, sempre tive certeza da minha inocência, mas foi grande a minha preocupação sobre como isso iria afetar a minha honra, bem como que efeito isso teria sobre meu relacionamento com as Testemunhas de Jeová da localidade. A respeito dessa questão, a literatura do Corpo Governante é firme em exigir um alto grau de moralidade por parte das Testemunhas, pois argumenta que o que quer que façam – seja o bem seja o mal – tudo refletirá sobre o nome de Jeová.

Com isso, com o firme propósito de manter as coisas às claras, assim que recebi a notificação da Prefeitura sobre o meu afastamento, forneci tão logo possível, em menos de meia hora, uma cópia à liderança local da congregação, que na época era composta por João Carlos e por Luiz Corrêa (um missionário carioca). Depois disse pessoalmente a Luiz Corrêa, o superior local, que os deixavam à vontade para darem por suspensas todas as minhas atividades na congregação. Isso é absolutamente natural, pois, por um lado, minimizaria qualquer repercussão negativa que meu caso pudesse ter no nome da congregação, e, por outro lado, me deixaria livre para cuidar exclusivamente da minha defesa junto aos órgãos competentes. Luiz Corrêa disse-me que aguardaria o resultado das investigações para então decidir o que fazer.

Como era esperado, a acusação que me envolvia tornou-se de conhecimento público, começando obviamente na escola, passando pelos bairros da cidade, e acabando por virar assunto no *Orkut* (rede social agora extinta). Logicamente também os meus companheiros de fé tomaram conhecimento do caso. A uns

que me eram próximos cuidei de contar a minha versão dos fatos; assegurei a esses que eu era inocente e que esperava um julgamento favorável dos órgãos competentes. De outros, no entanto, senti de imediato um ar de desprezo, um julgamento com base no “ouvi dizer”. Isso deveria surpreender, uma vez que se trata de irmãos de fé, onde a confiança deveria ser mútua. Não me surpreendeu.

Enquanto isso, as investigações foram concluídas, tanto a do Ministério Público quanto a da Prefeitura. Quanto ao caso junto ao Ministério Público, atendi à convocação para depor; mas, em razão de serem poucas as chances de convencer a promotoria quanto à minha inocência, decidi fazer uso do direito constitucional de permanecer em silêncio. Em vista disso, em presença de duas integrantes do Conselho Tutelar, ficou acertado que os pais das alunas seriam consultados se autorizariam, ou não, um inquérito policial e que, caso isso fosse autorizado, eu seria notificado. Desde então já se passaram seis anos e não recebi nenhuma notificação – o que me faz deduzir que um inquérito policial foi considerado desnecessário pelos próprios pais (veja nos anexos a este capítulo uma certidão negativa emitida pelo Poder Judiciário do Estado do Piauí).

Quanto à sindicância feita pela Prefeitura, as cinco mães das cinco alunas envolvidas foram *convidadas* a depor (uma comissão de sindicância não possui poder de convocação). Dessas cinco, apenas duas atenderam ao convite; uma disse que sua filha apenas ouviu comentários. A outra mãe disse que convidei sua filha à minha casa para pegar dinheiro e tomar um lanche. Com isso, restou à Prefeitura se servir do meu próprio depoimento para me dar uma suspensão de 20 dias com base no argumento de comportamento imprudente no local de trabalho.

Pelo tempo que durou o inquérito, a cada documento que eu recebia, cópia era fornecida à liderança da congregação; eles acompanharam cada passo e João Carlos pode confirmar que isso é verdade. Luiz Corrêa não mais está em atividade em Guadalupe e, pelo fato de eu estar incomunicável com os membros da congregação, não sei onde ele pode ser encontrado. O resultado do inquérito possibilitou a que eu pudesse voltar a exercer atividade no órgão público e isso serviu para certificar na mente de meus irmãos que as acusações contra mim não tinha procedência.

Isso foi em fins de setembro de 2010; em início de novembro, algo aconteceu que veio fazer ruir todos os meus esforços de recuperação moral.

Como foi dito anteriormente, Luiz Corrêa era o missionário das Testemunhas de Jeová em Guadalupe; esses missionários são mantidos pelo escritório do Corpo Governante, com sede no estado de São Paulo. O trabalho deles geralmente dura quatro anos em cada cidade, quando então ocorrem permutações. Assim, em início de novembro, Luiz Corrêa foi transferido para a

vizinha cidade de Bertolândia-PI, ao passo que o missionário de Bertolândia, Ivaldo Santiago, veio para Guadalupe.

Alguns dias antes de Santiago chegar a Guadalupe, já circulava por cá boatos de que ele era tipo linha dura. Ele, ao chegar, não demorou a dar sinais de que os boatos tinham fundamentos. Ao ficar sabendo, por alguém da cidade, de certas acusações contra a minha pessoa, ele procurou João Carlos para melhor se informar. Da conversa que tiveram, ficou decidido que eu seria ouvido o quanto antes. Quando me foi dada a oportunidade de falar, de tudo lhe dei ciência, inclusive que a congregação foi bem informada sobre tudo e que até dispunha de cópias de todo o processo. Ao final, apesar de tudo que lhe disse, ele ficou admirado de que não me tenha sido dada nenhuma disciplina – mas que ainda não era tarde para tal: as minhas atividades na congregação seriam suspensas. Procurei chamar a sua atenção para o fato de que nada se provou contra a minha pessoa, pedi que lesse primeiro as cópias do processo. Depois ele ia ler, mas por hora estavam suspensos todos os meus trabalhos na congregação.

Dias após, quando por acaso o encontro, perguntei-lhe se havia lido o processo; ele lera o processo, mas a decisão por disciplina foi mantida. Com isso, mais uma vez eu me via de chifre perante meus irmãos; pois, sem saberem de absolutamente nada, eles apenas puderam especular sobre qual ou quais pecados eram a razão da disciplina. Meses antes eu havia dado a Luiz Corrêa a liberdade para suspender minhas atividades no Salão do Reino e ele não o fez. Caso ele as tivesse suspenso, a minha absolvição teria limpo a minha barra perante meus irmãos; agora viera a suspensão e o que eu tinha para dizer? Diante disso, apenas me deixei entregue à vergonha enquanto via meu nome ser embaralhado em teias de suspeita.

Em casa, entregue às lembranças dolorosas da ocasião, eu tinha bem poucas forças para orar a Deus; fazia, no entanto, indagações curiosas a respeito Dele. Eu havia aprendido nos livros do Corpo Governante que toda disciplina vem de Deus e que Ele só age no tempo certo. Como podia essa disciplina vir de Deus e como podia ser no tempo certo, não fui capaz de entender.

Nessas circunstâncias, quem tem problemas com a comida recorre à comida; quem tem problemas com bebida, à bebida; eu, que sempre tive problema com a pornografia, a ela recorri. E assim, em estado de letargia pornográfica combinada com um pouco de espiritualidade, passei os dias e os meses de quase um ano inteiro. Em meados de 2011 comecei um lento processo de recuperação espiritual e, à medida que minhas atividades na congregação iam sendo reativadas, o meu entusiasmo voltava, estando já pelo mês de agosto totalmente livre de pornografia.

Então em setembro meu computador ficou na casa de Santiago, e ele, tentado fazer alguns reparos, restaurou-o para alguns meses atrás e encontrou uma

lista de sites pornográficos visitados. Foi o suficiente. Em seis dias reuniu-se um tribunal religioso e a decisão foi por excomunhão.

Esse tribunal religioso (comissão judicativa, como chamam as Testemunhas) era formado por Ivaldo Santiago, João Carlos e outro ancião que só conheço por “Júnior”, e que é de uma cidade próxima. Como este veio a fazer parte da comissão, não é difícil de explicar. Por volta dessa época, eu havia começado um namoro com uma moça da cidade dele; e foi justamente durante a primeira visita que fiz a essa cidade que Santiago, em Guadalupe, fez a descoberta que resultou em eu ser levado a julgamento. Sem paciência para esperar eu chegar, ele, de um telefonema, confrontou-me com meus pecados e, de um momento, fez fugir-me dos pés o chão de minha amada. Não tive escolha; como eu teria que confessar a ela mais cedo ou mais tarde, acabei por confessar logo. Não é preciso dizer que ela ficou arrasada; apesar disso, foi muito compreensiva e até alimentou a esperança de que nada demais pudesse acontecer. Eu, no entanto, não lhe dei certezas. Meu problema com a pornografia era antigo e, sabendo do estilo severo de Santiago, eu achava serem poucas as chances de escapar à excomunhão.

Mas excomunhão? Em razão de pornografia? Sim. Em 2006 o Corpo Governante incluiu o uso recorrente de pornografia como passível de excomunhão. A revista *A Sentinela* de 15 de julho daquele ano trazia, na seção Perguntas dos Leitores, a seguinte questão:

Pode uma pessoa ser desassociada [excomungada] da congregação cristã por praticar impureza, assim como acontece no caso de fornicção ou de conduta desenfreada?

E então segue já no primeiro parágrafo:

Sim, a pessoa pode ser expulsa da congregação se, sem arrependimento, pratica quer fornicção, quer certos graus de impureza, quer conduta desenfreada.

Então, depois de considerar o significado de vários termos gregos, a revista acaba por decidir que o uso recorrente de pornografia é passível de desassociação. Para maior clareza, a íntegra do artigo pode ser lida nos anexos a este capítulo, às páginas 385 a 387.

Consciente de que esse artigo seria levado em consideração pelos anciãos que me julgariam, reli-o várias vezes antes de defrontar-me com eles. É importante citar aqui que quando o artigo foi publicado, em 2006, revi meu histórico moral e notei-me em falta com Deus. Às Testemunhas é dito vez após vez nos livros

distribuídos pela liderança que elas estão permanentemente sob vigilância por Deus. Que isso é verdade, nenhum cristão desconhece; no entanto, às Testemunhas é dito que se elas cometerem algum pecado, ainda que não continue praticando, não é suficiente declarar-se arrependido e confiar no perdão de Deus. Veja o que lemos em duas publicações do Corpo Governante:

Fale com os anciãos

[Artigo dirigido aos jovens batizados] Se você é cristão, o assunto não acaba quando você conta [um pecado] aos pais. André diz: “Eu sabia que tinha de contar meu problema aos anciãos da congregação. Que alívio foi saber que eles estavam dispostos a me ajudar!” De fato, os jovens entre as Testemunhas de Jeová podem e devem procurar os anciãos congregacionais em busca de ajuda e encorajamento (*Despertai* de 22 de janeiro de 1997, página 12).

49

Na verdade, Jeová vê tudo o que fazemos. “Todas as coisas estão nuas e abertamente expostas aos olhos daquele com quem temos uma prestação de contas.” (Hebreus 4:13) Se Jeová conhece os fatos e nós vamos prestar contas a ele pelo que fazemos, por que aumentar nossa culpa por tentar esconder dos seus servos humanos [os anciãos] um pecado grave? — Veja também 2 Samuel 12:12. (*Mantenha-se no Amor de Deus*, página 164).

Todo cristão pode aceitar facilmente que esconder de Deus nossos pecados é impossível, e que todos iremos prestar contas a ele. Mas o que é dito acima, com a citação de Hebreus 4:13, não é uma simples declaração de fatos. É uma insinuação de que, a menos que confessemos nossos pecados aos anciãos, estaremos em maus lençóis no dia de acerto de contas. Cada Testemunha entende isso em maior ou menor grau; posso afirmar com certeza que algumas mergulham em grave crise de depressão, tendo a convicção de que, a menos que delatem si mesmas, serão irremediavelmente executadas por Deus no dia de acerto de contas, evento ao qual o Corpo Governante chama de Armagedom.

Foi a esse estágio que cheguei após a publicação do artigo que incluía a pornografia entre os casos que são passíveis de excomunhão. Assim, em 2007, não suportando mais a angústia, cheguei-me ao missionário Luiz Corrêa e a João Carlos e me delatei a eles. Luiz Corrêa era um cristão cuja personalidade me era muito confortadora. Talvez isso tenha muito contribuído para que eu fizesse a confissão. Os anciãos citados ouviram-me com atenção e não deixaram transparecer nenhum sentimento, seja de ira ou pena. Seguindo o procedimento recomendado para esses casos pelo Corpo Governante, formou-se um tribunal religioso e a decisão foi pela não desassociação.

A decisão da comissão talvez se justifique pela confissão voluntária, mas desde então não se tocou mais no assunto e nenhuma ajuda espiritual me foi prestada. Com isso, derivei forças da própria confissão e procurei erguer-me

com orações e tive razoável êxito; mas então, como já ficou dito em página anterior, o incidente de uma punição fora de tempo levou-me de volta, e sem nenhum controle, à pornografia.

E o resultado foi que, em fins de setembro de 2011, eu estava mais uma vez diante de um tribunal religioso. Desta vez, visto que o caso era de “descoberta” e não de “confissão”, eu podia dizer que estava em apuros. Mas como é sempre meu desejo fazer as coisas muito às claras, dois dias antes do julgamento entreguei aos anciãos uma confissão escrita de seis páginas; ela também consta nos anexos a este capítulo, à página 370.

Nela relatei meu histórico envolvendo a pornografia e deixei claro que a “descoberta” que levou à formação dessa comissão judicativa não podia ser chamada exatamente de “descoberta”, uma vez que houve a confissão voluntária de 2007 e que, a respeito dela, nenhuma providência foi tomada para encaminhar-me à recuperação. João Carlos, um dos anciãos que leria essa confissão, podia confirmar que isso era verdade, uma vez que ele havia presenciado a confissão de 2007 e trabalhou com Luiz Corrêa pelos quatro anos seguintes. Luiz Corrêa também podia ser convocado como testemunha, pois à época morava na cidade vizinha de Bertolândia. Eu não podia saber se esses homens seriam convidados a confirmar, ou negar, a minha confissão de 2007 e que, como eu afirmava, se era verdade que nenhuma ajuda me havia sido prestada. No entanto, um dia antes do julgamento fiquei sabendo através de terceiros que pessoas próximas a mim estavam sendo interrogadas; era do interesse dos anciãos locais reunir muito mais informações sobre mim, e não se pode dizer que o objetivo era me ajudar. Certamente não obtiveram quaisquer informações adicionais, mas isso salienta até onde certos homens estão dispostos a ir para apossar-se da intimidade de outros – sob o argumento de que Deus lhes concede esse poder.

○ Os juízes

Até a tarde de sábado do dia 24 de setembro, quando deveria se reunir a comissão judicativa, eu desconhecia quem seria, de fato, os juízes que me julgariam. Ivaldo Santiago e João Carlos eram nomes prováveis, mas eu não podia ter certeza. O terceiro juiz (são no mínimo três) era para mim inimaginável.

Assim, foi uma surpresa muito desagradável quando, ao chegar ao Salão do Reino, o local combinado para o julgamento, dou de cara com Júnior, o ancião da congregação de minha namorada. De imediato, considerei se era legítimo que ele integrasse o rol dos que me julgariam. Visto que a minha namorada era uma das ovelhas a quem ele assumira o compromisso de proteger, pus-me a perguntar até que ponto ele me considerava uma ameaça à saúde espiritual e emocional dela. Não posso afirmar que isso foi um dos fatores que o levou a votar pela minha desassociação, mas são esses os pensamentos que vêm à cabeça do réu nessas horas de aflição.

Como presumi, Santiago foi o segundo juiz. Fora ele que me dera uma punição fora de tempo um ano antes, sendo essa a causa que, em última análise, me levou de volta à pornografia. Agora, ele próprio uma testemunha de acusação, acumulava também a função de juiz. Que era do meu conhecimento, em apenas um ano em Guadalupe, esse era o quinto tribunal religioso que ele constituía, sendo que os quatro anteriores resultaram em quatro Testemunhas excomungadas. Mas essas quatro logo se tornariam seis, pois além de mim logo outra Testemunha seria excomungada. Não tenho nenhuma condição de avaliar quanta justiça houve nesses julgamentos, mas é importante dizer que se trata de um terço das Testemunhas de Jeová de Guadalupe.

O terceiro juiz é João Carlos. Ele é um homem muito conhecido na cidade, tendo mais de 20 anos de atividade religiosa. Quando aqui cheguei em 1996, foi João Carlos que me deu todo apoio para conseguir moradia e emprego; um de seus muitos atos de bondade para comigo foi o custeio de tratamento dentário, que deve custar, em valores atualizados, cerca de três mil reais. Eu devia pagar-lhe aos poucos, mas, em razão de dificuldades financeiras, acabei pagando em bem mais tempo do que pretendia, e sem correção monetária. João Carlos nunca me cobrou a dívida, e pagar quando pude me dá incomensurável razão para que eu sinta eterna gratidão pela ótima pessoa que ele é.

A respeito de sua atividade religiosa em relação à minha pessoa, é preciso dizer que ele apoiou Luiz Corrêa quando este decidiu não mais tratar do assunto “pornografia” depois da confissão em 2007, bem como também o apoiou quando este decidiu não suspender minhas atividades em 2010, quando eu os deixei à vontade para fazer justamente isso; João Carlos também apoiou Santiago quando este tomou a decisão que, pela lógica, cabia a Luiz Corrêa. Não posso avaliar aqui até que ponto João Carlos estava preparado para compor um tribunal religioso, mas eu sempre mantive em mim a certeza de que Deus é capaz de guiar qualquer pessoa no sentido de fazê-la decidir justamente o que for da vontade Dele, bastando que, para isso, essa pessoa tenha o coração maleável e se deixe guiar pelo espírito santo.

Considerando que se trata de homens imperfeitos, será que é possível esperar uma decisão absolutamente justa de um tribunal religioso? O Corpo Governante, servindo-se de uma declaração de Cristo, em Mateus 18: 18, conclui que a resposta é *sim*. Leiamos essa declaração:

Digo-lhes a verdade: Tudo o que vocês amarrarem na terra já terá sido amarrado no céu, e tudo o que soltarem na terra já terá sido solto no céu.

Como o Corpo Governante aplica esse texto a um tribunal religioso? Como garante que é justo o julgamento que fazem os anciãos? Vejamos:

Ao fazer tal decisão [isto é, ao julgarem um réu na comissão judicativa], os superintendentes [ou anciãos] têm de aderir estritamente às instruções da Palavra de Jeová. Assim, quando alguém for considerado culpado e merecedor de punição, o julgamento ‘já terá sido amarrado no céu’. E quando eles

‘soltarem na terra’, isto é, considerarem alguém inocente, isso já terá sido ‘solto no céu’. Em tais decisões judiciais, disse Jesus, “onde há dois ou três ajuntados em meu nome, ali estou eu no meio deles”. Mateus 18:6-20; Marcos 9:38-50; Lucas 9:49, 50. (*A Sentinela* de 15 de fevereiro de 1988, página 9).

Com esse argumento, o Corpo Governante assegura àquele que está sendo julgado que a decisão dos anciãos, seja pela absolvição, seja pela condenação, é, na verdade, uma decisão de Deus, portanto, absolutamente justa. É lógico que isso pressupõe que os anciãos, na sua imperfeição, sejam capazes de “aderir estritamente às instruções da Palavra de Jeová”. Se nos lembrarmos que, no exame da questão do sangue e do serviço civil alternativo, *o próprio Corpo Governante* tem mostrado instabilidade sobre o que realmente é ou não exigência divina, isso deixa uma grande interrogação sobre quanta certeza se pode ter de que um tribunal religioso seja realmente capaz de julgar com justiça.

52

As qualificações dos anciãos que me julgariam foram, até certo ponto, avaliadas por mim. A conclusão que tirei é de que, por um e outro motivo, nenhum deles estava habilitado a me julgar. Mas àquela altura, a poucos minutos da audiência, eu nada poderia fazer, a não ser atropelar os arranjos e exigir nova comissão com outra composição. No entanto, a situação me era muito aflitiva e eu queria logo acabar com aquilo, e assim, deixei as coisas seguirem o seu curso.

- Interrogatório e sentença

Toda a audiência durou quatro horas; como toda a minha confissão já estava à disposição deles de forma escrita, pouco tive a acrescentar. Durante todo o tempo, fui chamado umas quatro vezes para interrogatório, mas tudo totalizando no máximo meia hora, todo o tempo restante sendo gasto em deliberações, que são secretas. Numa das vezes que fui chamado, tive que responder sobre o tipo de pornografia que vi; quis saber se isso era realmente importante, pois era demasiadamente constrangedor para mim; salientaram que sim, era importante. Esse aspecto do julgamento eu desconhecia; eu soube depois, para a minha surpresa, que outras Testemunhas, homens e mulheres, agora desassociadas, passaram por situações parecidas, tendo que expor suas intimidades para aqueles que menos esperavam.

Ao final, chamaram-me para anunciar a decisão. Santiago foi o portador. Ele disse-me que, por unanimidade, a decisão foi pela excomunhão. Fui avisado de que podia recorrer, caso achasse que o julgamento fora injusto; Júnior recomendou-me que eu devia buscar tratamento, um psiquiatra era recomendável. Santiago adiantou que, em razão de desconhecer minha nova condição, alguma Testemunha poderia me dirigir a palavra; caso isso acontecesse, segundo ele, eu deveria rapidamente me identificar como desassociado. Também falou que, quando eu me sentisse pronto para voltar, deveria fazer uma solicitação por escrito, quando então se formaria uma

comissão de avaliação. Ao final levantei-me para sair, e disseram-me “boa-noite”; correspon-di-lhes quase inaudível e já pelas costas.

Enquanto isso, em uma cidade próxima, minha namorada sabia que nesse dia eu estava sendo julgado em Guadalupe. Ao chegar a casa, nem coragem tive de lhe telefonar. Assim, quando ela me ligou, já tarde da noite, disse-lhe suscitamente:

“Fui desassociado”.

Ela reagiu com naturalidade. Logicamente esperava uma resposta diferente, mas somente essa pude lhe fornecer. Nossos planos cultivados há meses estavam, por hora, interrompidos. Então ela pôs-se a encorajar-me; exortou-me a orações, à leitura da Bíblia; encorajou-me a passear pela cidade, a distrair-me. Confiava que, em questão de meses, eu estaria de volta à congregação de Deus. Eu não tinha tal certeza, mas nada disso falei.

No fundo, estávamos desolados.

- Considerações sobre a sentença

Não entendi, em absoluto, a razão da expulsão. Como a deliberação é secreta, dificilmente o réu fica sabendo que detalhe do processo pesou na decisão da comissão. A única base que me foi fornecida, ao final, foi a leitura de Efésios 4: 19, que é como segue:

Tendo perdido todo o senso moral, entregaram-se à conduta insolente para praticar com ganância todo tipo de impureza.

O texto é explicado com muitos detalhes no artigo de 2006, que pôs a pornografia na lista de pecados que são passíveis de excomunhão. Mas foi necessário recorrer a muitos termos gregos, os quais são acompanhados por definições de peritos no idioma, e não estou à altura para poder discorrer sobre a validade ou não de tais argumentos. Quando escrevi minha confissão, fui claro ao dizer que não iria recorrer de uma possível desassociação. No entanto, ao dizer isso, eu presumia que entenderia as razões da expulsão, o que evidentemente não foi o caso. Para a conscientização do leitor, consideremos alguns fatos.

Os juízes juntos deviam ter mais de 50 anos de atividade, dispuseram de vários cursos para se qualificarem como juízes, possuem livros especiais sobre suas atividades (livros que lhes são de leitura exclusiva), cartas regulares destinadas somente a eles sobre assuntos que envolvem julgamento, dispuseram ainda de quatro horas de deliberações secretas, e ainda mais, supostamente, a orientação de Deus via espírito santo – tudo isso para chegar à conclusão de que eu devia ser desassociado; para que eu pudesse chegar à mesma conclusão, dispunha apenas da Bíblia e de um artigo repleto de termos gregos.

Algo que muito me intrigava é que a confissão voluntária de 2007 havia sido completamente ignorada, provavelmente sob o argumento de que já se havia passado muito tempo. Diante disso, estou propenso a considerar que foi mais importante o meu histórico do que propriamente a “descoberta” recente. No entanto, esse mesmo histórico fazia parte de minha confissão em 2007. Como isso pode ter sido levado em conta agora, mas não em 2007, é algo que não consigo compatibilizar com uma junta de homens que julga sob a orientação do espírito santo.

Que se requer que decisão dos anciãos seja encarada como se fosse a decisão de Deus, já ficou dito antes, quando considerei Mateus 18: 18. Em adição a isso, na obra *Estudo Perspicaz das Escrituras*, sob o verbete “mão”, o Corpo Governante apresenta uma justificativa com base em Apocalipse 1: 16 e 2:1. Leiamos:

“Diz-se a respeito de Jesus, na visão de Revelação (Apocalipse), que ele tem na sua mão direita as sete estrelas das sete congregações. Quer dizer, todos estes corpos de anciãos têm o seu favor e estão sob o seu pleno controle, poder e direção. — Re 1:16, 20; 2:1.” (*Estudo Perspicaz das Escrituras*, volume 2, página 763).

Em complemento disso, em 2007, o Corpo Governante escreveu o seguinte:

É possível que pensemos que algo antibíblico esteja acontecendo na congregação e que, embora os anciãos locais saibam do assunto, pelo visto não o corrigem. Naturalmente, pode ser que o assunto já tenha sido ou esteja sendo cuidado de acordo com as Escrituras e com base em fatos que desconhecemos. Mas mesmo que a situação seja assim como pensamos, considere o seguinte: Por um tempo, houve um caso de pecado grave na congregação em Corinto, uma congregação que tinha o apoio de Jeová. No devido tempo, Deus fez com que o caso fosse resolvido de modo correto e firme. (1 Coríntios 5:1, 5, 9-11) (*A Sentinela* de 15 de abril de 2007, página 28).

Com esses dois argumentos, cada Testemunha é incentivada a raciocinar que tudo o que ocorre na congregação está absolutamente sob o controle de Cristo – embora possa não parecer. As coisas que aparentemente estão descontroladas serão – no devido tempo de Deus – resolvidas.

Essa linha de raciocínio me fez chegar à conclusão de que os quatro anos passados da confissão eram, dessa maneira, inúteis na argumentação contra a estrutura espiritual montada em defesa dos anciãos.

Outro fator que tomou muito dos meus pensamentos foi um detalhe que me trouxe à atenção a comissão que me julgou em 2007. Um dos anciãos considerou que eu havia permanecido no erro por um tempo considerável e leu para mim uns versículos do livro bíblico de Josué. O capítulo sete desse livro

trata do pecado de Acã. Esse era um soldado israelita que havia furtado, no campo de batalha, objetos de valor, a respeito dos quais Deus havia dado ordem clara de que deviam ser queimados. Em resultado desse roubo, na batalha seguinte Deus retirou sua proteção e o resultado foi como segue:

De modo que cerca de 3.000 homens foram para lá, mas eles tiveram de fugir dos homens de Ai. Os homens de Ai mataram 36 homens; perseguiram os israelitas desde o lado de fora do portão até Sebarim, matando-os na descida. Por isso, o coração do povo derreteu e se tornou como água. [...] Israel pecou; eles violaram o pacto que lhes ordenei que guardassem. Pegaram algumas coisas do que havia sido condenado à destruição, furtando-as e colocando-as secretamente entre os seus próprios bens. Por isso, os israelitas não poderão se manter firmes contra os seus inimigos. Virarão as costas para fugir dos seus inimigos, visto que se tornaram algo condenado à destruição. Não estarei mais com vocês, a menos que eliminem do seu meio o que foi condenado à destruição. (Josué 7: 4,5,11,12).

As partes sublinhadas foram destacadas pelo ancião; ele salientou que o *pecado de um só homem* fez com que Deus considerasse *tudo o Israel uma nação pecadora*, resultando na morte de *trinta e seis homens*. Quis então saber o que eu achava disso e respondi-lhe que até aquele momento não havia considerado as coisas desse ponto de vista. Mas então, já em 2011, essa questão voltou à minha mente e deixou-me em estado de atenção.

Eu podia recorrer da decisão de me excomungarem, mas estava em dúvida sobre se a decisão dos anciãos tinha ou não o aval de Deus.

Pressupondo que tinham, como ficariam as coisas se em novo julgamento eu fosse absolvido? Ficaria então na mesma situação de Acã, ocasionando dessa forma a que Deus retirasse toda a sua proteção dos meus irmãos e isso, para mim, era inadmissível. Eu não faria nada que viesse de alguma forma prejudicar a meus irmãos.

Pressupondo que não tinham, eu ainda estava sujeito a que uma comissão de apelação viesse a confirmar a decisão pela desassociação. Uma vez que me era impossível saber quanta influência Deus tinha em tudo isso, uma confirmação iria aumentar ainda mais a humilhação que já me era esmagadora.

Por outro lado, caso fosse absolvido, independente de culpa ou inocência, eu teria que conviver com os anciãos numa atmosfera de desprezo e condenação e isso me seria muito desagradável.

Tendo considerado todos esses fatores, decidi não recorrer. Se o julgamento fora compatível com a decisão de Deus, então cumprir a sentença e fazer as mudanças esperadas era o recomendável; por outro lado, se não era da vontade de Deus que eu fosse expulso de sua família, então os anciãos, como

todo ser vivente, prestariam contas a Deus e este resolveria essa questão do modo como achasse apropriado. Tudo considerado, a decisão estava tomada.

- Os meses pós-expulsão

A audiência judicativa fora num sábado; no sábado seguinte venceu o prazo para recurso e na reunião da quinta-feira seguinte deveria ser dado um anúncio pelos microfones do templo de que *Lourisvaldo de Santana Neves não é mais Testemunha de Jeová*. Eu estava decidido a não ir a essa reunião, pois evitaria a desagradável sensação que isso iria me causar, mas estava decidido a não perder reuniões, nem sequer uma. Então na reunião de domingo, estando todos de pé para ouvir a oração final, Ivaldo Santiago dirigiu-se ao microfone e deu o tal anúncio que eu esperava para quinta-feira. Em reação ao anúncio, ouvi murmúrios de espanto por parte de alguns presentes. Eu era uma pessoa querida na congregação, podia dizer que tinha alguns amigos e muitos tinham em mim uma boa confiança quanto à minha estabilidade espiritual. Certamente eles não esperavam esse acontecimento, mas era isso que acabaram de ouvir.

Não esperei terminar a oração para deixar o templo; enquanto estavam todos de cabeça inclinada e de olhos fechados, catei minha pasta e saí. Ficar até depois disso é uma realidade demasiadamente cruel para muitos excomungados, pois o desprezo é imediato, como se de repente aquele querido irmão tenha passado a ser portador de uma doença mui repugnante. Sobre isso, uma Testemunha que fora excomungada à idade de 91 anos disse o seguinte:

Após a reunião, todos saíram ordeiramente, passando por mim como se fosse um leproso (Percy Harding, citado no livro *Em Busca da Liberdade Cristã*, de Raymond Franz, página 424).

Em confirmação de que Harding diz a verdade, a revista *A Sentinela* de 15 de abril de 2015 trás uma gravura reveladora, como pode ser vista abaixo.



A imagem retrata o que aparenta ser o tratamento dispensado a uma Testemunha que acabou de ser desassociada. Cinco grupos de Testemunhas

são mostrados em momentos de confraternização, ao passo que a desassociada é retratada isolada junto à porta de saída.

O artigo apresenta três supostas razões pelas quais a desassociação deve ser considerada uma provisão amorosa. Uma dessas supostas razões é justamente a retratada na imagem: a inveja, por parte da desassociada, da fraternidade que acabou de perder. Segundo explica o artigo, esse sentimento de perda pode induzir o excomungado a cair em si, e, em um gesto de humildade, fazer o doloroso caminho de volta, que inclui assistir regularmente às reuniões, ainda que, para isso, tenha que se expor, por meses ou anos, à discriminação que a revista retrata.

Como eu estava decidido a fazer o caminho de volta, essa discriminação foi uma realidade para mim por mais de um ano. No entanto, para minimizar a agonia, adotei por hábito entrar no Salão do Reino somente depois de iniciada a reunião, quando todas as Testemunhas já estão acomodadas em seus lugares, bem como foi hábito sair alguns minutos antes do término. É comum que muitos desassociados ajam dessa maneira, pois os momentos antes e depois das reuniões são aproveitados para confraternizações – uma ocasião propícia para se mostrar desprezo a qualquer desassociado presente.

A razão de minha desassociação foi pornografia; então eu deveria poder dizer, em um ano, que estava *há um ano* sem ver pornografia.

Com o objetivo de evitar a tentação, iniciei uma jornada solitária, emocionalmente debilitante. Com isso, passaram-se os meses finais de 2011 e janeiro de 2012. O mês de fevereiro foi especialmente difícil em razão da tentação de ver, na TV, as carnavalescas seminuas. Resisti o quanto pude, mas, indo e vindo pelos canais, volta-e-meia parava nos canais de carnaval. O resultado foi que me abateu uma severa crise de depressão, pois a consciência me acusava de ter violado o compromisso de não ver pornografia. Procurei me convencer de que isso não constituía um pecado grave, que Deus era perdoador. Mas então a consciência me disse que cabia aos anciãos decidir quanta gravidade isso constituía. Mas caso confessasse aos anciãos, isso poderia induzi-los a decidir manter a desassociação. Assim, essas especulações mentais somente tendiam a piorar o meu desgaste emocional.

Conforme conto na carta confissão, o suicídio foi uma constante na minha vida como Testemunha, mas que, por aquela ocasião, não alimentava pensamentos suicidas. Agora, em nova condição, mais uma vez os pensamentos me embaralhavam a razão, e muitos deles me conduziam por trilhas onde o suicídio era a meta. – tudo em razão de considerar a possibilidade de não ser aceito de volta pelos anciãos.

Sem ninguém a quem recorrer em busca de ajuda, somente consegui recobrar o controle das emoções quando considerei a possibilidade de os anciãos

enxergarem a minha confissão com bons olhos. Assim, estava decidido; os anciãos ficariam sabendo que vi imagens sensuais na TV. Conforme me obriguei a acreditar, eles veriam em mim algo de bom, o que certamente os motivariam a me aceitar de volta ao rebanho santo de Jeová.

Passado essa ocasião de desespero, sobreveio-me um incidente desagradável que eu podia facilmente ter evitado. Chegando a época da páscoa, concentrei meus pensamentos na ocasião memorável em que Cristo instituiu a celebração de sua morte e exigiu que ela fosse lembrada até que ele voltasse. As Testemunhas de Jeová celebram a páscoa anualmente, mas somente alguns tomam do pão e do vinho. O Corpo Governante ensina que esses poucos têm de Deus a garantia de que vão para o céu; aos demais resta estar presentes como observadores, uma vez que a estes aguarda apenas a vida eterna na terra restaurada.

Assim, durante a celebração, sentei-me, como de costume, entre as Testemunhas e convidados; nessa ocasião especial, os convidados são maioria, chegando a ser mais que o triplo de Testemunhas. A um determinado momento da cerimônia, começa-se a passar o pão e o vinho entre os presentes, mas não sem orientações claras de que só tomarão deles quem tiver sido escolhido para ir morar no céu (em Guadalupe ninguém toma, mas pelo mundo inteiro, o total dos que tomam chega a cerca de quinze mil). Então, estando uma bandeja de pães sem fermento circulando de mão em mão, chegou a minha vez de recebê-la e, coincidentemente, era numa mudança de fileira e ela foi entregue a um auxiliar da cerimônia, que a passou, não para mim, mas à pessoa ao meu lado, que deveria fazê-la então seguir de mão em mão. Eu, estupefato, havia ficado com a mão estendida no vazio. Já prevenido, quando se deu a passagem do vinho, a situação se configurando a mesma, cruzei os braços e uma taça de vinho passou por mim sem maiores constrangimentos. A pessoa sentada do meu lado era um visitante e não deve ter entendido absolutamente nada; eu, por minha parte, entendi tudo. A literatura do Corpo Governante diz que desassociados não devem ser convidados para a celebração da páscoa, mas nada diz sobre não entregar pão e vinho a eles. Ao que me parece, isso deve estar escrito numa das cartas que são destinadas exclusivamente aos anciãos. Eu entendi plenamente a situação, mas acho que não precisava passar por tal vexame que, em última análise, foi resultado, não de equívoco, mas de uma ignorância minha sustentada e promovida pelo próprio Corpo Governante.

- Peço para ser readmitido

Chegou então o mês de agosto de 2012. Fazia exatamente um ano que eu – voluntariamente – havia deletado todo material pornográfico que possuía. Assim, considereei que já podia dizer que estava há um ano sem ver pornografia.

Seguindo a recomendação, escrevi a carta aos anciãos e solicitei que meu caso fosse examinado. A carta era simples, não continha mais que quatro linhas. Dizia em termos breves:

“Estou há um ano sem ver pornografia”.

Depois disso, tomou conta de mim a alegria de estar voltando à companhia de meus irmãos. Em resultado desse entusiasmo, comprei roupas, sapatos e gravatas; pois queria estar bem apresentável quando, em se anunciando a minha readmissão, eu pudesse finalmente circular entre meus irmãos e cumprimentá-los com alegria.

A minha namorada me esperava já por quase um ano, quando uns seis meses lhe era um tempo razoável. Essa expectativa por parte dela muito me deixou triste, mas finalmente toda a espera ia terminar.

Entregue a carta, os anciãos deveriam me contatar em até uma semana. No entanto, esperei uma, esperei duas. Depois, por um telefonema, João Carlos marca o encontro com os anciãos para o final de agosto. O final de agosto chegou e passou. Em novo telefonema, João Carlos marca o encontro para o final de setembro. O final de setembro chegou e passou.

No primeiro domingo de outubro, fomos todos às urnas. Na segunda-feira fui à *lan house* ver alguns resultados de votações... e não resisti. Digitei no *Google* algumas palavras obscenas e li alguns resumos de sites. Não vi nenhuma imagem, fechando tudo a tempo. Chegando a casa, a consciência ataca. Seria um caso de confessar aos anciãos? Absolutamente não, pois eles me negariam o retorno. Mas as apunhaladas da consciência só aumentavam. Omitir isso dos anciãos ia de encontro à recomendação do Corpo Governante, com base em Provérbios 28:13, de que a misericórdia de Deus só está disponível a quem confessa e abandona. Com isso, como no caso do carnaval, somente após decidir pela confissão foi que consegui recobrar o controle mental. Obviamente, os anciãos, uma vez que estão sob o controle e direção de Cristo, veriam na confissão uma ótima razão para decidir pela minha readmissão.

Mais um telefonema de João Carlos, no qual fica acertado que os anciãos me visitarão no sábado seguinte, em fins de outubro. No sábado seguinte, no horário combinado, João Carlos e Ivaldo Santiago chegam à minha casa. Convido-os a entrar e sou cumprimentado com aperto de mão, o que me surpreende. Santiago logo dá justificativas para os adiamentos seguidos. Segundo ele, a razão foi que mudou o supervisor regional (superintendente de circuito, para as Testemunhas) e aguardavam a visita dele para possíveis novas instruções. Justificativas que a mim nada justificaram, mas eu não estava em condições de fazer questionamentos. Depois disso, Santiago quer saber como estou. Falei muito pouco, contei o caso da época do carnaval e o

caso da *lan house*. Pelo bem ou pelo mal, meu futuro estava lançado, mas é certo que nunca me arrependerei de ter contado a verdade àqueles homens.

De posse da verdade, eles se foram – mas não sem antes Santiago me avisar que eu seria notificado sobre qual decisão tomariam a respeito do meu caso.

E esperei uma semana, outra e mais outra. Enquanto isso, como ocorria há mais de um ano, e por duas vezes na semana, eu ia escutá-los no Salão do Reino. Portanto, Santiago e João Carlos ali me viam todas as semanas, mas nada tinham a me dizer, nem um *sim* e nem um *não*, embora estivessem bem conscientes das minhas expectativas.

Incomunicável, eu apenas podia esperar. E esperei novembro, esperei dezembro. Quanto tempo é necessário para se tomar uma decisão desse tipo? Eu sei que há casos complexos, mas definitivamente o meu não se encaixava nessa categoria.

E nessa espera, janeiro chegou e passou, bem como também fevereiro. Qual decisão tomaram os anciãos, hoje eu sei; e quem me contou foi o tempo.

A confissão voluntária – tão recomendada pelo Corpo Governante – foi para eles irrelevante. Concluíram dos meus pecados relatados que eu não era leal a Deus; mas, estranhamente, como vim a descobrir depois, muitas outras Testemunhas, por negarem com veemência os pecados de que são acusadas, são consideradas inocentes – tudo com base na regra bíblica de não aceitar acusações de uma só testemunha (1 Timóteo 5:19).

- Tempo para reflexão e investigação

Esse descaso dos anciãos para comigo me deixou desalentado. Em resultado disso, retornaram as dúvidas sobre se agiram corretamente em desassociar-me, se tinham feito realmente a vontade de Deus. Com isso, o desgaste emocional era crescente, de modo que se tornou muito incômodo continuar assistindo às reuniões e escutar aqueles homens – Ivaldo Santiago de João Carlos – desenvolverem os seus discursos e falarem vigorosamente sobre o amor de Deus. Assim, como a páscoa de 2013 já se aproximava, tendo voltado à memória o incidente vexatório da páscoa anterior, tudo combinado com o desânimo crescente, decidi não frequentar as reuniões até passar a ocasião festiva. Pretendia usar esses dias para refletir no que se passava comigo; queria saber onde estava Deus, que não cuidava pessoalmente de mim, deixando-me aos cuidados de homens que, a meu ver, não O representavam.

Desse “descanso”, resultou que não voltei mais a frequentar as reuniões das Testemunhas de Jeová. Com isso, ficou evidente a alguns que eu estava deixando a igreja (até então a minha frequência regular às reuniões havia escondido o que se passava comigo). Eu não estava com isso rejeitando os ensinamentos bíblicos das Testemunhas, como também não alimentei a

pretensão de que esse meu afastamento fosse definitivo; apenas havia decidido que o “descanso” de umas três semanas ia ser prolongado por tempo indeterminado. Àqueles que passaram a me questionar sobre as razões da minha saída, não disse muita coisa; falei que havia sido expulso, mas sem dar a entender que a religião havia agido injustamente.

Como se podia esperar, os convites para ingressar em outra religião vieram de várias partes. De um amigo adventista recebi farto material sobre suas crenças. Mas quando me foi oferecido um material audiovisual produzido por ex-Testemunhas, rejeitei imediatamente. O Corpo Governante não mede palavras ao chamar de apóstata a todo aquele que publica ideias contra a religião. A respeito destes, veja com quanta convicção se expressa a autoridade religiosa:

De fato, atualmente, assim como nos dias de Paulo, há aqueles que antes faziam parte da congregação cristã [entenda-se Testemunhas de Jeová], mas agora procuram desencaminhar as ovelhas por falar “coisas deturpadas” — meias-verdades ou mentiras explícitas. Como disse o apóstolo Pedro, eles usam “palavras simuladas” — palavras que parecem ser verdade, mas que na realidade são tão sem valor como dinheiro falsificado. — 2 Pedro 2:3.

Pedro expôs adicionalmente os métodos dos apóstatas por declarar que “introduzirão quietamente seitas destrutivas”. (2 Pedro 2:1, 3) Assim como o ladrão na ilustração que Jesus fez não entra “pela porta do aprisco das ovelhas, mas galga por outro lugar”, assim os apóstatas se chegam a nós sorrateiramente. (Gálatas 2:4; Judas 4) Qual é o objetivo deles? Pedro acrescentou: “Explorar-vos-ão.” De fato, não importa o que os apóstatas digam, o verdadeiro objetivo desses intrusos é ‘furtar, matar e destruir’. (João 10:10) Acautele-se contra esses estranhos! (A *Sentinela* de 1º de setembro de 2004, página 15).

Tendo acordado com meu amigo adventista que eu não aceitaria me expor a nenhuma matéria oriunda de ex-Testemunhas, pus-me a pesquisar os livros publicados pelo Corpo Governante visando responder biblicamente aos argumentos adventistas.

Então, numa dessas pesquisas, encontrei a revista *A Sentinela* de 15 de julho de 1997, que trazia um artigo sobre o juízo investigativo, um ensinamento destacado da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Li-o com atenção e, muito a contragosto, notei que a matéria fazia abertamente uso de argumentos dissidentes para combater argumentos de adventistas fiéis; como o artigo, que faz parte de uma revista de circulação internacional, inevitavelmente seria lido por adventistas espalhados pelo mundo, esses seriam expostos a raciocínios apóstatas – algo de que as Testemunhas são repetidamente exortadas a evitar. Apesar disso, não deixei de fornecer a matéria a meu amigo adventista; em contrapartida, a situação me deixou sem condição moral para rejeitar material de ex-Testemunhas.

E foi dessa forma que certo dia cheguei a casa com alguns vídeos apóstatas. Um deles citava uma ex-Testemunha de nome Carl Olof Jonsson, que escrevera um livro em que combatia a doutrina de 1914 – um ensino fundamental da religião. Segundo creem as Testemunhas de Jeová, Jesus Cristo assumiu o controle do governo mundial em 1914, como cumprimento do capítulo 24 de Mateus, no qual, em resposta à pergunta dos apóstolos sobre qual seria o sinal de sua vinda, ele cita guerras, fome e terremotos. Conforme será examinado com detalhes no capítulo quatro, essa data está alicerçada na afirmação do Corpo Governante de que a antiga Jerusalém foi destruída pelos babilônios no ano de 607 AEC. A conclusão de Jonsson é que Jerusalém não foi destruída em 607 AEC, mas uns 20 anos depois, em 587 ou 586 AEC e que, portanto, é falsa a doutrina de 1914. No vídeo, o autor diz que o Corpo Governante o havia advertido contra divulgar suas descobertas e o excomungaram em razão de seus conceitos divergentes que insistia em sustentar. Mesmo sem ter lido o livro de Jonsson, raciocinei conforme orientado pelo Corpo Governante e concluí que o livro dele só podia conter mentiras ou, na melhor das hipóteses, mentiras e meias-verdades. Assim, em resposta que enviei a meu amigo adventista, escrevi o seguinte:

Carl Olof Jonsson foi realmente desassociado, mas não é possível saber se as razões apresentadas por ele são a expressão da verdade; pois tanto a data de 587 como as fontes usadas pelos historiadores para apoiá-la sempre foram citadas nas publicações da Torre de Vigia. Assim, não parece lógico esconder essas informações de uma igreja local e publicá-las em revistas e livros de circulação internacional.

Naturalmente eu conhecia o provérbio bíblico que diz: “Responder antes de ouvir os fatos é tolice e resulta em humilhação” (Provérbios 18: 13). Mas é assim que agem as Testemunhas com relação a “apóstatas”; e eu, tendo passado duas décadas condicionado a esse regime, não pude agir de outro modo.

Outro autor citado nos vídeos era Raymond Franz, que fizera parte da liderança internacional ainda na década de setenta, mas foi desassociado em princípios dos anos oitenta. Ele era citado fazendo declarações de que, enquanto compunha a liderança, apercebeu-se que o conceito primordial do grupo era sustentar as normas tradicionais da religião, mesmo que tais normas não fossem devidamente fundamentadas na Bíblia. Sobre as declarações dele, escrevi o seguinte:

Mas R. Franz não cita nenhum exemplo; portanto, a questão fica apenas na linha de opinião.

Mas essa atitude minha de rebater acusações sem o devido conhecimento dos fatos deixou-me inquieto. Quando eu voltasse a ser ouvido pelos anciãos, sabia-se lá quando, obrigatoriamente teria de fazer referência a esses vídeos

apóstatas, e já que havia chegado a esse ponto, por que não ir adiante e investigar os fatos de modo a ter um conceito próprio sobre os apóstatas?

Com essa determinação, o primeiro livro que adquiri foi *Crise de Consciência*, de Raymond Franz. Mas, como cautela, decidi que tudo o que Franz dissesse devia ser considerado como a opinião dele e, como eu jamais iria poder ouvir o outro lado, as opiniões de Franz permaneceriam sendo as opiniões de Franz e nada mais. No entanto, à medida que avançava na leitura, eu ia sendo sobrepujado por seus argumentos, que eram muito equilibrados e se apoiavam em farta documentação.

Um dos assuntos abordados por ele foi a insegurança de alguns dos demais membros do Corpo quanto a afirmar que 1914 era um ano marcado na profecia bíblica. Note um trecho do livro:

Uma das coisas talvez mais perturbadoras para mim era o fato de saber que, enquanto a organização exortava os irmãos a manterem uma confiança inabalável na interpretação, havia homens em posição de responsabilidade dentro da organização que tinham se manifestado como não tendo plena confiança nas predições baseadas na data de 1914. Como exemplo notável, por ocasião da reunião de 19 de fevereiro de 1975, na qual o Corpo Governante escutou a gravação do discurso de Fred Franz sobre 1975, houve depois certa discussão sobre a incerteza das profecias relativas a datas. Nathan Knorr, o então presidente, falou claramente e disse:

“Há algumas coisas que sei — eu sei que Jeová é Deus, que Cristo Jesus é seu Filho, que ele deu sua vida como resgate por nós e que há uma ressurreição. De outras coisas, não tenho muita certeza. 1914 — eu não sei. Nós temos falado sobre 1914 durante muito tempo. Talvez estejamos certos e espero que estejamos.” (*Crise de Consciência*, páginas 270, 271).

Um pouco antes Franz fizera menção dos documentos enviados à liderança por Carl Olof Jonsson e relata qual foi a reação dos membros.

A questão surgiu novamente tanto na reunião de 6 de março como na de 14 de novembro de 1979. Já que a atenção estava voltada para este tema, tirei fotocópias das primeiras vinte páginas do material enviado pelo ancião sueco que detalhava sobre a história da especulação cronológica e revelava a verdadeira origem do cálculo dos 2.520 anos e da data 1914. Cada membro do Corpo recebeu uma cópia. Com exceção de um comentário incidental, não acharam conveniente discutir o material (*Crise de Consciência*, página 268).

Todo esse assunto e uma série de outros me absorveram de tal maneira que a leitura, que havia começado pelo começo da noite, entrou pela madrugada. Fui deitar em estado de choque. Eu não queria acreditar que aquilo tudo era verdade, mas ao mesmo tempo não podia concluir que era tudo mentira. Uma pessoa, tendo levado uma vida inteira dedicada a fazer a vontade de Deus, não

podia de repente sair falando somente inverdades. O resultado foi que tive de ir atrás do livro de Jonsson e checar pessoalmente os argumentos dele. O Corpo Governante havia me guiado por cerca de vinte anos e sempre tive a certeza de que ele fazia o maior esforço para me manter bem alinhado com as verdades contidas na Bíblia; mas então surgia a suspeita de que algo parecia não corresponder aos fatos e eu não podia simplesmente deixar isso de lado, como se fosse coisa de somenos importância.

Milhões de pessoas põem fé absoluta nas palavras do Corpo Governante, e isso deixa esses homens com uma responsabilidade incomparável perante Deus; como visto anteriormente, essa é uma requisição da autoridade religiosa, sob pena de não se ter a aprovação de Deus. No entanto, podemos alistar alguns fatos fundamentais: (1) cada um de nós prestará contas de si mesmo a Deus; (2) Jesus Cristo alertou contra a possibilidade de se ser enganado por falsos profetas; (3) a Bíblia está à disposição de todos, com o objetivo de que cada um possa checar quem de fato fala a verdade sobre seu conteúdo (Romanos 14: 10; Mateus 7: 15). A conclusão disso é que não parece haver base para perdão sob o argumento de que se foi enganado.

Com esse raciocínio, e convicto de que estava numa encruzilhada espiritual, dei início a uma busca pela verdade religiosa – começando primeiro por procurar conhecer quem de fato é o Corpo Governante, como surgiu e como sua existência é justificada.

<http://pontosdefe.blogspot.com.br/>

<https://www.facebook.com/LourisvaldoSantana99/>

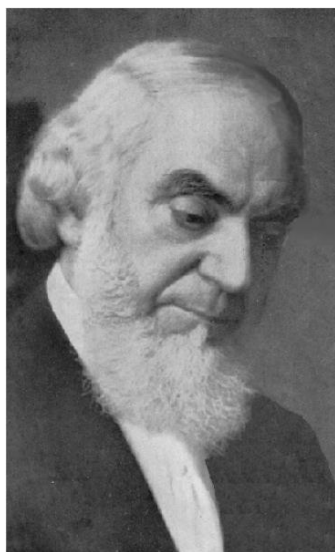
O Corpo Governante 2

FOI POR VOLTA da década de 1870, nos Estados Unidos, que teve início a religião que hoje conhecemos como Testemunhas de Jeová. Naquela época, a América do Norte vivia uma efervescência religiosa, com muitas denominações protestantes recém-chegadas da Europa e outras tantas formadas ali mesmo, todas comemorando de certa forma a liberdade religiosa que não tinham no continente europeu. Os Estados Unidos havia há cerca de um século declarado sua independência da coroa inglesa, tendo sido em parte mobilizados a isso pelos ideais franceses de liberdade, igualdade e fraternidade. Esses mesmos ideais eram aproveitados ao máximo pelos cidadãos americanos, cada um sentindo-se livre para expressar os credos que escolhessem e sentindo-se livre para também os rejeitar quando quisessem.

65

Charles T. Russell

Foi nesse cenário religioso que nasceu Charles Taze Russell (foto à esquerda),



o homem que deu o impulso original para a formação do grupo, e talvez a figura mais conhecida que já liderou a religião. Logo depois de 1870, o jovem Russell, então com cerca de vinte anos, tendo juntado alguns amigos para com ele considerar assuntos bíblicos, chegou à conclusão de que estava próxima a época em que Cristo voltaria para resgatar os escolhidos. Em 1876, depois de iniciar uma parceria de estudos com o adventista Nelson H. Barbour, ele chegou à conclusão que Cristo havia iniciado seu Reino de modo invisível em 1874 e que, tão logo quanto 1914, assumiria o Reino de fato, pondo fim a todos os governos humanos e dando início ao reinado milenar, conforme registrado no capítulo 20 de

Apocalipse. Obviamente Cristo não voltou em 1914, o que levou a novos cálculos e a novas datas (para uma consideração mais aprofundada sobre essas datas, veja o próximo capítulo).

Com base em seus estudos, Russell entendeu que precisava divulgar o que aprendia. Assim, em 1879, um ano depois de encerrar sua parceria com Barbour, ele passou a publicar sua própria revista, hoje conhecida como *A Sentinela*. Também, com o fim de diminuir custos, fundou em 1881 a sua própria editora, a qual é hoje conhecida como Sociedade Torre de Vigia, e que é também uma associação legal por meio da qual a religião é representada.

Estava assim montado o carro de campanha para anunciar o fim do mundo e o tão esperado reino.

O resultado dessa campanha de pregação foi que milhares de pessoas passaram a acreditar que Cristo de fato voltaria em 1914. Muitas delas até largaram tudo e ingressaram na campanha, que incluía viajar a terras distantes, em transportes precários, e cujo único sustento era alguns trocados que obtinham da venda dos livros de Russell, bem como o gesto humanitário de alguns que, sensibilizados, ofereciam hospedagens e alimento.

Joseph F. Rutherford

66

O fim esperado não veio em 1914, o que decepcionou a muitos, e em 1916 Russell veio a falecer. Com a morte do líder, os associados votantes da Sociedade Torre de Vigia elegeram Joseph F. Rutherford (foto à esquerda) como substituto. As decepções com relação a 1914 criou uma onda de insatisfação, que veio a aumentar com o estilo arrojado de Rutherford, que tomava decisões sem a ninguém consultar, criando um estilo ditatorial de



governar. Fazendo uso dos poderes que o cargo lhe concedia, Rutherford condicionou as coisas a tal ponto que todos os insatisfeitos acabaram por se afastar. Em vista disso, ele é apresentado na literatura da Torre de Vigia como o homem certo no lugar certo e na época certa.

A obra de pregação do reino iniciada por Russell logo foi adotada por Rutherford e este iria, em breve, imprimir a sua marca. Mas pregar que reino? Cristo não assumiu o Reino em 1914, como todos esperavam. A estes, Rutherford precisava dar uma explicação. E ela veio em forma de nova data: 1925 – a verdadeira data para a volta de Cristo. Mas tal qual a anterior, a nova data também fracassou. Como as Testemunhas de hoje explicam tudo isso? Bem, 1925 foi para a lata de lixo do tempo. Sobre 1914, optou-se por dizer que, como Russell havia previsto, Cristo de fato voltou, mas desde então governa de modo invisível e assim permanecerá até o Armagedom.

.O fracasso de qualquer declaração profética condenaria à morte por apedrejamento qualquer profeta do Antigo Testamento (Deuteronômio 18: 20-22). Mas os tempos são outros e Rutherford, inabalável, uma vez que fora escolhido para líder, passou a agir como tal – para os amigos e inimigos.

Passado os incômodos resultantes do fracasso que fora 1925, Rutherford aproveitou a década de trinta para implantar uma série de medidas que viria a dar uma identidade ao grupo.

A primeira medida foi anunciada em 1931. Até aquele ano, o grupo religioso era mais conhecido pelo nome genérico de Estudantes da Bíblia, embora muitos também os chamassem de “russelitas” e “rutherfordistas”; também, entre eles próprios, o nome “cristão” era mais que apropriado. Mas então, segundo argumentos de que não eram seguidores de homens e que, como eles, muitos se declaravam cristãos, mas sem, contudo, viver à altura desse nome, Rutherford anunciou a uma multidão reunida um novo nome: *Testemunhas de Jeová*. A novidade foi recebida com aplausos e deu a muitos um incentivo para maior empenho no serviço de evangelização.

Uma segunda medida veio em 1935. Até aquele ano não se declarava que apenas 144 mil pessoas seriam escolhidas para viver no céu. Embora se afirmasse que apenas 144 mil seriam reis, o capítulo 7 de Apocalipse, que contrasta 144 mil *contados* com uma grande multidão *incontável*, dava-lhes a ideia de que também essa grande multidão iria para o céu, embora lhe fosse oferecida uma condição rebaixada – talvez porque, enquanto na terra, não fora tão fiel quanto os demais, que compunham os 144 mil (veja o capítulo 7, páginas 290 a 302, e capítulo 8, páginas 323 a 325). Então, em 1935, enquanto falava a uma assistência de milhares de pessoas, Rutherford fez referência a uma terra restaurada, um ambiente paradisíaco tal qual vivia Adão e Eva. Depois disso, dirigindo-se à assistência, pede que se ponha de pé todo aquele que tem esperança de viver para sempre na Terra. À metade da assistência que se põe de pé, Rutherford afirma:

“Eis a grande multidão!”

Desde então, as Testemunhas de Jeová dividem-se em dois grupos: os que fazem parte dos 144 mil que vão viver no céu e a “grande multidão” que viverá na Terra. Essa é uma característica básica da religião. A explicação diz que, como os 144 mil se compõem de todos os cristãos que viveram durante os últimos dois mil anos, as Testemunhas de Jeová que expressam esperança celestial são apenas o complemento desse número. Durante quase todo o resto do século XX, a liderança explicava que Deus só escolhia um novo integrante para o grupo em substituição de alguém que morreu infiel. Até o início deste século, os números pareciam corresponder aos fatos, pois os ungidos, como são chamados, diminuíram de cerca de quarenta mil para cerca de oito mil. Mas desde então tem aumentado e já chega a uns quinze mil atualmente. Em razão desse aumento, a liderança já não mais afirma que os novos ungidos são substitutos de ungidos que morreram infiéis, o que, naturalmente, os impedem de dizer que os 144 mil estão completos. Tudo isso torna cada vez mais difícil defender a ideia de que esses 144 mil de Apocalipse são de fato o número exato de pessoas que vão viver no céu, mas, por enquanto, a liderança não dá sinais de que pretende abandonar a doutrina.

Como terceira medida, Rutherford concluiu, em 1938, um processo administrativo que consistia na centralização do poder. Até 1932, as congregações elegiam dentre seus componentes os dirigentes dela, e esses eleitos eram o alvo de Rutherford. Como muitos desses eleitos não se sujeitavam voluntariamente à autoridade de Rutherford, pregando de casa em casa assim como ele queria, estava decidido que a partir de 1932 deixava de existir a eleição de dirigentes, sendo que cada congregação escolheria um diretor de serviço a ser aprovado pela sede em Brooklyn. Brooklyn naturalmente só aprovaria o diretor se este fosse firme em sua sujeição aos ditames de Rutherford. Dessa forma, Rutherford pôde condicionar as coisas de modo a subordinar cada congregação ao poder dele, podendo então efetuar de modo mais eficaz o serviço de pregação de casa em casa, que, naquela época, consistia basicamente na comercialização dos livros dele. Mas ainda não era satisfatório para Rutherford. As congregações ainda podiam nomear pessoas para outros cargos locais, um resquício de independência; pois isso também lhes foi tirado em 1938, com Brooklyn passando a nomear os ocupantes de todos os cargos nas congregações.

A nova religião ganhava gradualmente a cara de Rutherford. Como conclusão de sua marca, o termo “organização” foi usado para caracterizar o grupo religioso e sua estrutura administrativa. Assim, começando pela década de trinta, a obsessão por “organização” tornou-se uma marca registrada da religião, com os escritos veiculados fazendo fortes exortações de que não há vida em nenhum outro lugar, senão na *organização de Jeová* – termo que se tornou quase sinônimo do nome adotado em 1931. Assim, com a nova religião, com direito a nome e estrutura de religião, criou-se duas classes de pessoas: as Testemunhas de Jeová e as outras religiões, as primeiras destinadas à salvação e as outras destinadas à condenação. Que esse conceito prevalece ainda hoje, toda Testemunha de Jeová sabe. Apesar disso, pode-se ler a seguinte informação numa publicação do Corpo Governante:

As Testemunhas de Jeová acreditam que só elas serão salvas?

As Testemunhas de Jeová acreditam que encontraram a religião verdadeira. Se não acreditassem, elas mudariam de religião. Assim como os membros de muitas religiões, as Testemunhas de Jeová esperam ser salvas. No entanto, também acreditam que não cabe a elas julgar quem será salvo. No fim das contas, Deus é o Juiz. É ele quem decide. — Isaías 33:22. (*A Sentinela* de 1º de novembro de 2008, página 28).

É claro que se trata apenas de uma política da boa vizinhança. Pois, conforme cada Testemunha de Jeová pode confirmar para si mesma, a verdade de fato é a seguinte:

Apenas as Testemunhas de Jeová, os do restante ungido e os da “grande multidão”, qual organização unida sob a proteção do Organizador Supremo, têm esperança bíblica de sobreviver ao iminente fim deste sistema condenado, dominado por Satanás, o Diabo. (Revelação 7:9-17; 2 Coríntios 4:4) (A Sentinela de 1º de setembro de 1989, página 19).

Essas foram grandes contribuições de Rutherford para a religião das Testemunhas de Jeová. Mas, assim como Russell, Rutherford teve que deixar o cenário.

Nathan Knorr

Com a morte de Rutherford em 1942, Nathan Knorr (foto à esquerda) foi o nome escolhido para ser o novo presidente da Sociedade Torre de Vigia. Este último não tinha o carisma de Russell e nem o estilo autoritário de Rutherford; em compensação, tinha um tino *organizacional* que veio bem a calhar. A obra de pregação iniciada por Russell e ampliada por Rutherford teve em Knorr o seu maior impulso. A Escola Bíblica de Gileade começou a funcionar já em



1943, em plena Segunda Guerra, e desde então tem enviado, a cada ano, dezenas de missionários a diversas partes do mundo, resultando em hoje as Testemunhas estarem presentes em quase 240 países.

Tal qual fizera Rutherford, a unidade religiosa também foi uma de suas políticas. Com o objetivo de promovê-la, Knorr adotou e aprimorou a prática da excomunhão. Primeiramente, ela tinha como objetivo punir pessoas acusadas de discordar da religião, tendo depois sido ampliada para incluir todos aqueles que eram acusados dos pecados comumente citados nas Escrituras. Conforme as décadas se passaram, a organização religiosa passou a regulamentar com muitos detalhes o relacionamento dos cristãos com desassociados – a tal ponto que hoje se requer no mínimo um ano para que um excomungado seja inquirido (unicamente pelos anciãos) se deseja considerar a possibilidade de voltar ao rebanho (*Em Busca da Liberdade Cristã*, páginas 290-396).

A atividade de Knorr como presidente da Sociedade Torre de Vigia terminou em 1977, quando este veio a falecer. Um ano antes, no que Raymond Franz chamou de “revolução interna”, o poder saiu das mãos de um único homem e passou a ser compartilhado entre os membros da diretoria da Sociedade. Estava criado o que se convencionou chamar de Corpo Governante.

Corpo Governante

A diretoria da Sociedade Torre de Vigia existia desde a sua fundação em fins do século XIX. Mas, como foi visto até aqui, a sua existência passa quase

imperceptível ao longo de quase 100 anos. Uma explicação foi apresentada pelo próprio Corpo Governante:

Desde a formação da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados de Pensilvânia (EUA), em 1884 [ano em que foi feito o registro legal], e até 1972, o presidente da Sociedade exercia muita autoridade na organização de Jeová, ao passo que o Corpo Governante era identificado com a diretoria da Sociedade (A *Sentinela* de 15 de maio de 1997, página 17).



70

Foto: A *Sentinela* de 15 de julho de 2013, página 26 (G. H. Pierce já é falecido).

Que os presidentes da Sociedade – nas figuras de Russell, Rutherford e Knorr – ‘exerciam muita autoridade’, nós podemos confirmar. A segunda parte da afirmativa, no entanto, está em desacordo com os fatos, pois a ideia de um corpo governante somente passou a ser aplicada à diretoria na década de quarenta. É isso que lemos numa revista A *Sentinela* de 1972.

A revista oficial das testemunhas cristãs de Jeová é A *Sentinela* Anunciando o Reino de Jeová. No ano de 1944, a revista A *Sentinela* começou a falar do corpo governante da congregação cristã (A *Sentinela* de 1º de junho de 1972, página 339,340).

Apesar desse fato, a partir da década de setenta, muitos artigos foram escritos com o objetivo de justificar que o Corpo Governante, na figura da diretoria, sempre existiu. Mas como se justificou biblicamente a existência de um corpo governante?

- A justificativa

Desde os seus primórdios, na segunda metade do século XIX, a organização religiosa das Testemunhas de Jeová, na pessoa de seus líderes, sempre esteve às voltas com uma passagem bíblica registrada em Mateus 24: 45. Leiamos:

Quem é realmente o escravo fiel e prudente a quem o seu senhor encarregou dos seus domésticos, para lhes dar o alimento no tempo apropriado?

Como a resposta óbvia parece ser uma pessoa, os seguidores de Russell começaram a tratá-lo como sendo esse “escravo fiel e prudente”. A respeito dessa questão e sobre a opinião de Russell, veja o que se escreveu uns dois meses após sua morte:

Milhares de leitores dos escritos do Pastor Russell acreditam que ele preencheu o cargo “daquele servo fiel e prudente” e que sua grande obra foi prover à família da fé o alimento na época devida. Sua modéstia e humildade o impediam de reivindicar este título abertamente, mas ele admitia isso em conversa particular (A *Sentinela* de 1º de dezembro de 1916, página 356, conforme consta no livro *Em Busca da Liberdade Cristã*, página 92).

Esse conceito foi defendido por cerca de duas décadas após a morte de Russell, até que, em 1927, adotou-se o conceito de que se tratava de um coletivo de pessoas – os ungidos ou escolhidos para ir morar no céu.

Muitos dos que foram peneirados naquele tempo agarravam-se ao conceito que uma pessoa única, Charles Taze Russell, era o “servo fiel e prudente” predito por Jesus em Mateus 24:45-47 (*Almeida*), servo este que distribuiria alimento espiritual à família da fé. Em especial depois de sua morte [de Russell], a própria revista Watch Tower [A Sentinela, em português] expressou esse conceito por vários anos. Em vista do destacado papel que o irmão Russell desempenhara, parecia aos Estudantes da Bíblia [como então eram conhecidas as Testemunhas de Jeová] daquela época que este era o caso. Ele não promoveu pessoalmente essa idéia, mas reconheceu a aparente razoabilidade dos argumentos dos que a defendiam. Ele também frisava, porém, que quem quer que o Senhor usasse nesse papel tinha de ser humilde bem como zeloso em trazer glória para o Amo, e que se o escolhido do Senhor falhasse, seria substituído por outro.

Contudo, à medida que a luz da verdade progressivamente brilhava ainda mais claramente após a morte do irmão Russell, e à medida que a pregação que Jesus predissera se tornava ainda mais extensa, tornou-se evidente que o “servo fiel e prudente” (*Almeida*), ou o “escravo fiel e discreto” (*Novo Mundo*), não havia saído de cena com a morte do irmão Russell. Em 1881, o próprio irmão Russell expressara o conceito de que esse “servo” se compunha do inteiro corpo de fiéis cristãos ungidos pelo espírito. Ele achava que se tratava de um servo coletivo, uma classe de pessoas unidas em fazer a vontade de Deus. (Compare com Isaías 43:10.) Este entendimento foi reafirmado pelos Estudantes da Bíblia em 1927. As Testemunhas de Jeová hoje reconhecem que a revista *A Sentinela* e outras publicações do gênero são as que o escravo fiel e discreto usa para distribuir alimento espiritual. Elas não afirmam que essa classe-escravo seja infalível, mas deveras a encaram como o *único canal* que o Senhor está usando nos últimos dias deste sistema de coisas (*Proclamadores do Reino*, páginas 626, 627).

Esse foi o conceito que prevaleceu por todo o século XX. Com isso, todas as Testemunhas de Jeová que compunham a “grande multidão”, com esperança

de vida eterna na terra, tinham que recorrer aos “ungidos”, a quem, segundo a interpretação, cabia a responsabilidade de fornecer “alimento no tempo apropriado”(o qual se entende por instruções bíblicas disponibilizadas por vários meios, como livros e palestras).

Como prova de que esse grupo seletivo tinha legitimidade, a liderança religiosa sempre apresentou a própria história da religião. Como é de conhecimento público, logo após a morte de Russell, Rutherford assumiu a liderança do grupo e deu início a uma campanha religiosa que consistia basicamente em anunciar para breve, exatamente para 1918, o fim de todas as demais religiões. Segundo afirma o Corpo Governante, isso irritou os líderes religiosos da época e os induziu a se servir do clima de guerra para denunciá-los ao governo dos Estados Unidos. O resultado foi que Rutherford e mais sete de seus auxiliares próximos ficaram presos por cerca de um ano sob a acusação de apoiar o inimigo (para mais informações sobre as previsões para 1918, veja o livro *Em Busca da Liberdade Cristã*, de Raymond Franz, página 159).

Segundo explica o Corpo Governante, a prisão e a consequente libertação deles resultou no cumprimento de diversas profecias, dentre as quais a de Malaquias 3: 2,3:

Mas quem suportará o dia da sua vinda, e quem conseguirá se manter de pé quando ele aparecer? Pois ele será como o fogo do refinador e como a barreira dos lavadeiros. E ele se sentará como um refinador e purificador de prata e purificará os filhos de Levi.

Segundo explicação da autoridade religiosa, por volta de 1918, em cumprimento da profecia de Malaquias, Jesus Cristo submeteu todas as religiões da época a um teste e somente as Testemunhas de Jeová foram aprovadas – sendo crenças verdadeiramente bíblicas o quesito de avaliação. Como recompensa, Cristo apontou todos os “ungidos” como o representante coletivo dele na terra, aos quais cabia a tarefa de fornecer “alimento no tempo apropriado”, de acordo com Mateus 24: 45. Mas por todo século XX, apesar de haver milhares de ungidos espalhados por todo o mundo, sempre foi um fato que apenas os líderes e seus auxiliares imediatos estavam diretamente envolvidos na preparação do “alimento”. A explicação para essa realidade confusa veio somente em 2013, quando o Corpo Governante decidiu que o “escravo fiel e prudente” se refere a ele próprio, e não a todos os “ungidos” (veja a revista *A Sentinela* de 15 de Julho de 2013; para saber o conceito de Raymond Franz sobre qual o sentido de Mateus 24; 45,46, veja o seu livro, *Em Busca da Liberdade Cristã*, páginas 194-203).

Diante do que foi apresentado nos parágrafos anteriores, vê-se que o Corpo Governante é uma autoridade que se impõe. Antes, como um núcleo do “escravo fiel e prudente”; e agora, por decisão dele mesmo, como sendo o próprio “escravo fiel e prudente”.

Mas como sua existência é justificada?

Depois que se começou a fazer uso do termo “corpo governante”, as publicações da Torre de Vigia logo começaram a trazer mais e mais artigos que citavam o capítulo 15 de Atos como justificativa bíblica para o termo.

Lemos nesse capítulo que alguns judeus da Judeia, que se haviam tornado cristãos, foram até a cidade de Antioquia, da Síria, e tentaram impor aos cristãos daquela cidade uma ordenança da Lei de Moisés chamada circuncisão. Isso causou grande confusão entre os cristãos de Antioquia, certamente grande parte deles de origem pagã; portanto, pessoas que se tornaram cristãos, sem que lhes fosse exigido que passassem pelo processo da circuncisão. O que os judeus da Judeia afirmaram-lhes é que passar pelo processo da circuncisão era essencial para a salvação, algo que contrariava o que eles certamente ouviram daqueles que lhes haviam administrado o batismo em nome de Cristo. Paulo e Barnabé, que estavam em Antioquia, foram enviados a Jerusalém, cidade que ficava na região da Judeia, onde moravam os apóstolos; os cristãos de Antioquia presumiram poder obter deles uma decisão definitiva e segura sobre o assunto da circuncisão, quanto a se era ou não era essencial para a salvação. O relato de Atos mostra que os apóstolos se reuniram e tomaram uma decisão favorável aos cristãos de Antioquia. Ao final uma carta escrita pelos apóstolos foi enviada aos cristãos espalhados por diversas cidades do império romano.

Esse conceito de um corpo de pessoas que se juntam para decidir questões eclesiásticas é, pois, a justificativa para a nova realidade das Testemunhas de Jeová. Conforme *alimentadas* pelo Corpo Governante, elas passaram a “entender” que, assim como no primeiro século havia um grupo de homens *governando* os fiéis de todo o mundo cristão, assim também hoje um grupo de homens deveria ter legitimidade bíblica para *governá-las*.

- Checando a justificativa

Dois nomes distinguem plenamente a autoridade administrativa das Testemunhas de Jeová: “escravo fiel e prudente” e “Corpo Governante”. Atualmente, os dois termos designam o mesmo grupo de pessoas, e a vasta maioria das Testemunhas de Jeová se volta para ele em busca de orientação (o alimento espiritual).

Como visto anteriormente, a autoridade religiosa defende a ideia de que, dentre todas as religiões, a denominação *Testemunhas de Jeová* foi a única aprovada num teste realizado por Cristo por volta de 1918, segundo explica, porque, ao contrário das demais, somente ela havia compreendido o sentido exato das Escrituras e, portanto, somente a sua liderança, por meio da pregação, estava fornecendo o alimento espiritual imaculado e no tempo apropriado, o que, segundo a interpretação, tornava essa cúpula a única qualificada para ser recompensada por Cristo, cumprindo assim a profecia de Mateus 24: 45,46. Nossa investigação, portanto, resume-se no seguinte: por volta de 1918, por ocasião do suposto exame, no que diz respeito a *crenças*, em que as demais religiões diferiam das Testemunhas de Jeová? Ficou provado além de dúvida, que as *crenças exclusivas* das Testemunhas de Jeová eram inteiramente baseadas na Bíblia? Somente uma resposta afirmativa à segunda pergunta

pode dar alguma credibilidade ao Corpo Governante, no que diz respeito a ter sido a única liderança religiosa escolhida por Deus para representa-Lo na Terra. Examinemos então.

✓ Justificativa para “Escravo Fiel e Prudente”

Em 1993, o Corpo Governante publicou um livro em que se propôs contar a história das Testemunhas de Jeová. Nesse livro consta um capítulo em que se apresentam exatamente as crenças das Testemunhas naqueles primórdios, pouco antes da suposta prova em 1918. A seguir, para efeito de resumo, são mostrados todos os subtítulos desse capítulo:

Crescimento no conhecimento exato da verdade

Deixar brilhar a luz
A Bíblia — realmente a Palavra de Deus
Conhecimento do verdadeiro Deus
Crescente apreço pelo nome de Deus
Exposta a Trindade
Qual é a condição dos mortos?
Apontando a “mangueira” contra o inferno
O sacrifício de resgate de Jesus Cristo
Progressivos, não presos a credos
A maneira da volta do Senhor
Fim dos Tempos dos Gentios
Será que o “despertador” tocou cedo demais?
O Reino de Deus, a única esperança da humanidade
A guerra do grande dia de Deus, o Todo-Poderoso
Traria Deus os judeus de volta à Palestina?
Os meios pelos quais os servos de Jeová são ensinados
A luz brilha cada vez mais

(Proclamadores do Reino, capítulo 10)

Com um pouco de conhecimento, apenas uma olhada superficial permite ao leitor verificar que as crenças das Testemunhas de Jeová eram basicamente as mesmas crenças de diversos grupos adventistas da época. De fato, são exatamente iguais no que diz respeito à “condição dos mortos” e ao “inferno”, pois, assim como as Testemunhas de Jeová acreditavam naquele tempo (e também agora) que a alma consiste na própria existência da pessoa e que, portanto, quando a pessoa morre, morre também a alma (razão pela qual inexistia um inferno de tormento), assim criam também muitos grupos adventistas da época. O conceito de um paraíso na terra, uma crença tão destacada das Testemunhas de Jeová, é igualmente um conceito herdado dos grupos adventistas. As Testemunhas de Jeová não creem na doutrina da Trindade; isto se dá porque também muitos grupos adventistas também não criam. De fato, uma das maiores denominações adventistas de nosso tempo,

os Adventistas do Sétimo Dia, somente na década de trinta vieram a aceitar a Trindade como uma verdade bíblica.

No que diz respeito a outros pontos da citação, podemos citar o uso do nome divino “Jeová”. Esse nome é pronunciado à exaustão pelas Testemunhas, mas, embora o seu uso fosse defendido por Russell, somente quando bem avançado estava o século XX é que o seu uso passou a ser frequente, tanto quanto é hoje. A “maneira da volta de Cristo”, desde o começo, foi defendida por Russell como sendo invisível. Mas o que Russell ensinava na época é bem diferente do que se ensina hoje. Ao passo que Russell cria que Cristo havia voltado – de modo invisível – em 1874, e que em 1914 assumiria o reino de fato, destronando todos os governos humanos, atualmente, e desde 1925 (após a prova de 1918), o entendimento é que Cristo voltou em 1914 – de modo invisível – e desde então governa em silêncio, até o Armagedom, quando finalmente destronará todos os governos humanos. “A guerra do grande dia de Deus, o Todo-Poderoso” era entendido por Russell como sendo o Armagedom, o qual ele esperava para 1914 – o que evidentemente era um entendimento errado. A volta dos judeus à Palestina (sionismo) era uma “verdade” que Russell esperava para breve, mas, como tantas outras “verdades”, também esta mostrou-se falsa. Muitos judeus de fato se mudaram para a Palestina, na década de quarenta, depois da formação do estado de Israel. Mas, a essa altura, a doutrina defendida por Russell já havia sido abandonada como sendo um equívoco. Em adição a isso, pode-se acrescentar a previsão do próprio Rutherford de que, em 1918, Deus extinguiria todas as demais religiões, mas que, em verdade, o que aconteceu foi a sua prisão, e que veio a perdurar até 1919.

Assim, foi nessas condições que as Testemunhas de Jeová – e todas as demais religiões – foram supostamente submetidas a uma prova em 1918. Que foram as únicas aprovadas, é o que acredita o Corpo Governante. No entanto, conforme examinamos, muito do que acreditavam e que mantém até hoje como sendo verdades não lhes eram verdades exclusivas; e o que lhes eram verdades exclusivas, até onde examinamos, provou-se *falso*.

Em conclusão, é preciso dizer que a data de 1918 é obtida contando-se três anos de meio a partir de outubro de 1914, portanto, estando dependente da validade bíblica desta data; mas conforme revela o capítulo quatro deste livro, 1914 é histórico e biblicamente indefensável.

Diante disso, há que se perguntar como foi possível que, em 1919, Deus tenha escolhido unicamente a liderança das Testemunhas de Jeová para representa-Lo na Terra.

✓ Justificativa para “Corpo Governante”

Examinemos agora a validade bíblica do termo “corpo governante”.

Depois que foi escolhido o capítulo 15 de Atos para justificar sua própria existência, o Corpo Governante tem feito muitos esforços para provar que os

primitivos cristãos se subordinavam aos apóstolos – tal qual um corpo governante.

Relacionado a isso está a pessoa do apóstolo Paulo, que é bem conhecido sendo um missionário para os gentios. Podemos começar nosso exame nos questionando se Paulo, ao ser designado como apóstolo, reconheceu a autoridade dos anciãos em Jerusalém como sendo uma espécie de quartel general, um escritório central, um centro administrativo, um local onde todas as comunidades cristãs, então espelhadas pelo império romano, estavam sujeitas – tal qual como se dá hoje, com todas as congregações de Testemunhas sujeitas a uma autoridade central.

Recordemos que o apóstolo Paulo, antes de se tornar cristão, fazia parte do grupo dos fariseus e era um dos que liderava a perseguição aos cristãos. Mas Deus viu em Paulo um coração zeloso de obras excelentes e, mediante uma manifestação milagrosa, o selecionou para ser um missionário cristão. Segundo a datação usada pela Sociedade Torre de Vigia, o incidente da conversão de Paulo, que está registrado no capítulo 9 de Atos, ocorreu, provavelmente, no ano 34 EC, um ano após a formação do suposto corpo governante, conforme relatado no capítulo 2 de Atos.

Então que fez o apóstolo Paulo logo depois de ser convertido? Foi ele orientado a ir imediatamente a Jerusalém com o fim de receber instruções? Isso seria lógico, se houvesse de fato um corpo governante funcionando em Jerusalém, pois dessa forma Deus salientaria a autoridade dos apóstolos tal qual defendida atualmente pelo Corpo Governante das Testemunhas de Jeová.

Mas Paulo, ao contar detalhes da sua conversão, escreveu o seguinte:

Mas, quando Deus, que causou o meu nascimento e me chamou por meio da Sua bondade imerecida, achou bom revelar o seu Filho por meu intermédio, para que eu declarasse às nações as boas novas a respeito dele, não fui imediatamente consultar homem algum; nem fui a Jerusalém, aos que eram apóstolos antes de mim, mas fui para a Arábia e depois voltei a Damasco. Então, três anos depois, subi a Jerusalém para visitar Cefas e fiquei com ele 15 dias. Mas não vi nenhum dos outros apóstolos, a não ser Tiago, o irmão do Senhor. Quanto às coisas que estou escrevendo a vocês, eu lhes garanto, perante Deus, que não estou mentindo (Gálatas 1: 15-20).

Como vimos, as palavras de Paulo são reveladoras quanto a se existia ou não um corpo governante em Jerusalém. Depois disso, somente encontramos Paulo uns dez anos depois, quando ele, que serve na congregação de Antioquia, é designado para sua primeira viagem missionária. Devemos nos lembrar agora quem hoje é diretamente responsável por enviar ao mundo os missionários formados na Escola Bíblica de Gielade, conforme relatado na consideração sobre Nathan Knorr. Com essa resposta, verifiquemos quem

estava diretamente envolvido na primeira designação missionária de Paulo, se um corpo governante ou algo diferente:

Em Antioquia havia profetas e instrutores na congregação local: Barnabé; Simeão, que era chamado Níger; Lúcio, de Cirene; Manaém, que tinha sido educado com Herodes, o governador distrital; e Saulo. Enquanto estavam servindo a Jeová e jejuando, o espírito santo disse: “Separem-me Barnabé e Saulo para a obra a que os chamei.” Então, depois de jejuar e orar, eles lhes impuseram as mãos e os deixaram ir (Atos 13:1-3).

O relato não deixa dúvidas: não há nenhum corpo governante envolvido na primeira designação de Paulo como missionário. O mesmo pode ser dito das suas outras duas viagens, conforme relatado em Atos 15: 35,36 e Atos 18: 23.

77

Outro detalhe relacionado diz respeito a quem Paulo prestava contas ao final de suas viagens missionárias. Sabemos que atualmente todos os missionários enviados pelo Corpo Governante lhe prestam contas, seja diretamente a ele, seja por intermédio de seus representantes nas filiais em diversos países. Como seria de esperar, será que Paulo prestava contas aos apóstolos em Jerusalém?

No relato a seguir, Paulo presta contas de sua primeira viagem missionária. Mas a quem?

Então passaram pela Pisídia, entraram na Panfília e, depois de proclamar a palavra em Perge, desceram para Atália. Dali navegaram para Antioquia, onde haviam sido entregues à bondade imerecida de Deus para a obra que agora tinham completado. Depois de chegarem e reunirem a congregação, contaram as muitas coisas que Deus tinha feito por meio deles e como ele tinha aberto para as nações a porta da fé. Assim, passaram bastante tempo com os discípulos (Atos 14: 24-28).

Nem na citação e nem no contexto, há qualquer referência aos apóstolos; estes, caso fossem um corpo governante, certamente achariam falta na atitude de Paulo, pois, dessa forma, como poderiam programar as futuras viagens desse missionário? Mas, conforme relatado anteriormente, as outras duas viagens missionárias foram feitas sem o requerimento de nenhuma orientação apostólica. E tal qual a primeira, o fim da segunda viagem missionária é muito revelador no que diz respeito a prestação de contas a um corpo governante:

Desceu a Cesareia. Subiu, cumprimentou a congregação [de Jerusalém] e então desceu para Antioquia (Atos 18: 22).

Ninguém diria que esse *cumprimentar* revela uma prestação de contas e nem sequer uma subordinação de qualquer natureza.

Subsequente a isso se dá a terceira viagem missionária de Paulo. O retorno dessa terceira viagem fornece detalhes que pode ser entendido como uma prestação de contas à congregação de Jerusalém. Leiamos:

Ao chegarmos a Jerusalém, os irmãos nos receberam com alegria. No dia seguinte, Paulo foi conosco encontrar Tiago, e todos os anciãos estavam presentes. Ele os cumprimentou e fez um relatório detalhado sobre as coisas que Deus tinha feito entre as nações por meio do ministério dele (Atos 21:17-19).

O Corpo Governante naturalmente faz uso desse trecho com uma clara intenção de salientar a autoridade dos apóstolos e anciãos de Jerusalém.

Assim, da mesma forma como alguns “anciãos” serviram a Israel em base nacional, assim também é patente que tais “anciãos”, junto com os apóstolos, formavam um corpo governante para a inteira congregação cristã, em todos os países. Numa data posterior, Paulo foi a Jerusalém e reuniu-se com Tiago e “todos os anciãos”, relatando-lhes os resultados do seu trabalho e recebendo seus conselhos sobre certos assuntos. — At 21:15-26 (*Estudo Perspicaz das Escrituras*, volume 1, página 130).

No entanto, como vimos anteriormente, um relatório quase idêntico foi feito à congregação de Antioquia. Não concluímos disso que lá existia um corpo governante; então por que deveríamos concluir que existia um em Jerusalém? Nós só somos informados dessas duas “prestações de contas”, mas pressuponho que, em cada congregação que Paulo chegava, um relatório como esses era feito aos irmãos. Eles certamente se importavam com os seus coadutores espalhados pelo império romano; era apenas obvio que, ao receberem Paulo, eles o cercassem com muitas perguntas sobre seu trabalho e sobre como passavam os irmãos.

Em conclusão desse assunto, podemos dizer que o trabalho de Paulo como missionário de modo algum foi dirigido por um *corpo governante* em Jerusalém.

Que dizer do tão comentado evento registrado no capítulo 15 de Atos? Será que ele é prova de que os apóstolos exerciam autoridade sobre as demais congregações? Raymond Franz, em seu segundo livro, mostra qual foi a razão de Jerusalém ter sido a cidade apropriada para se tratar da polêmica envolvendo a circuncisão.

O relato de Atos, capítulo 15, mostra por que Jerusalém era o lugar lógico onde tratar deste assunto específico. Em ponto algum, o relato indica que Jerusalém era sede de algo como um corpo administrativo internacional. Ao invés, foi primariamente por ter a própria Jerusalém sido a fonte do desconcertante problema que Paulo e Barnabé tinham encontrado em Antioquia, onde serviam.

Tudo estava relativamente calmo em Antioquia até que “homens de Jerusalém” desceram e causaram problemas, insistindo que os cristãos gentios deviam ser circuncidados e guardar a Lei. A congregação cristã tivera início em Jerusalém. A Judéia, com sua capital Jerusalém, era onde a firme adesão à guarda da lei prevalecia mais intensamente entre as pessoas que professavam o cristianismo. Essa atitude ainda perdurou por anos após a realização deste concílio especial. Os causadores do problema em Antioquia eram homens estabelecidos em Jerusalém. Estes fatores, não só a presença dos apóstolos, fizeram de Jerusalém o local natural para o debate e a solução desse problema específico. A presença dos apóstolos divinamente escolhidos era obviamente um fator de peso. Todavia, essa circunstância desapareceria à medida que os apóstolos morressem sem deixar sucessores — ninguém com dons e autoridade apostólicos. De modo que a situação em meados do primeiro século envolvia fatores que não eram de natureza permanente ou contínua, e assim eles simplesmente não são aplicáveis à nossa época (*Em Busca da Liberdade Cristã*, páginas 50 e 51).

Caso existisse de fato um Corpo Governante naquela época, era de se esperar que pelo menos se mantivesse como tal até o fim daquele século e começo do segundo enquanto a comunidade cristã se mantinha tal como fora estabelecida inicialmente. Assim, fica a pergunta: esse suposto corpo governante, com sede em Jerusalém ou em outras cidades, teve sua existência contínua ou foi apenas um encontro único, excepcional?

É de conhecimento geral que a Igreja Católica também se apoia nessa reunião apostólica para justificar os seus concílios. De fato, para a Igreja, os bispos são os sucessores legítimos dos apóstolos. Assim, com o fim de desacreditar a Igreja Católica, a revista *A Sentinela* publicou um artigo com o seguinte tema: “São os concílios religiosos aprovados por Deus?”. Recorrendo a uma citação, note só o que se escreveu (os colchetes são da revista):

Otto Karrer escreveu o seguinte a respeito dos concílios religiosos: “Com exceção do chamado Concílio Apostólico [por volta de 49 EC], cuja decisão faz parte da tradição da proclamação divina, apostólica, todos os concílios são produtos da igreja pós-apostólica. Não pertencem ao período da fundação da igreja.” — *The Councils of the Church* (*A Sentinela* de 15 de maio de 1986, página 26)

Dessa forma, o Corpo Governante, no seu intuito de desacreditar a Igreja, acabou por desacreditar a si mesmo, uma vez que, se por esse detalhe um não tem legitimidade, o outro também não.

Posto isso, resta o fato de que a autoridade religiosa das Testemunhas de Jeová defende a ideia indefensável de que existiu um Corpo Governante em Jerusalém e que agora usa todas as prováveis evidências para assegurar que decidiu corretamente. Tomado essa decisão, o Corpo Governante de Brooklyn passa a fazer afirmações categóricas a respeito de diversos assuntos, a meu

ver, construindo um edifício sobre um alicerce que tem como garantia a única palavra do único interessado – o Corpo Governante.

Por exemplo, afirma que Paulo, na qualidade de missionário, era o representante do corpo governante. Essa conclusão alicerça-se no fato de que Paulo e Barnabé, juntamente com Judas e Silas, conduziram a carta, contendo o decreto dos apóstolos, para ser lida em Antioquia e cidades próximas. Nesse ponto, pode-se dizer que Paulo era emissário dos apóstolos (Atos 15: 24-27). Mas, como vimos anteriormente, no exame das viagens missionárias de Paulo, ficou claro que a decisão de iniciar a segunda viagem missionária foi acertada em uma conversa entre Paulo e Barnabé (Atos 15: 35 e 36). Se meu entendimento estiver correto, a partir desse ponto, não se pode dizer que Paulo e Barnabé passaram a viajar pela Ásia na qualidade de representantes dos apóstolos. Apesar disso, é com essa conclusão que o Corpo Governante faz a seguinte afirmação:

80

As congregações individuais aderiam de perto à direção do corpo governante cristão, o qual supervisionava a designação de anciãos. (Tit 1:1, 5) Era assim, conforme dirigidos pelo corpo governante cristão, sob a influência do espírito santo, que se designavam superintendentes, bem como ajudantes, servos ministeriais, para cada congregação. Os homens colocados nestes cargos de confiança e responsabilidade tinham de satisfazer qualificações específicas. (1Ti 3:1-13; Tit 1:5-9) Representantes viajantes do corpo governante, tais como Paulo, seguiam a Cristo e davam um excelente exemplo a ser imitado. (1Co 11:1; Fil 4:9) (*Estudo Perspicaz das Escrituras*, volume 1, página 542).

As cartas a Timóteo e a Tito foram escritas por Paulo. Jamais se poderia afirmar que “as congregações individuais aderiam de perto à direção do corpo governante cristão”, que o “corpo governante” estava envolvido na designação de “superintendentes” e “servos ministeriais”, se Paulo não escrevesse a Timóteo e a Tito na qualidade de representante de um *corpo governante*. Essa representação, a meu ver, falta ser provada. Mas tem que ser exatamente assim porque é assim que é hoje. Pois atualmente é o Corpo Governante que decide, mediante seus *representantes*, quem servirá como ancião ou servo ministerial. Deixar de dizer que Paulo não agia como representante de um corpo governante equivale a dizer que uma Testemunha influente, por vontade própria, pode designar supervisores em tal e tal congregação. Assim, não importa muito quanta evidência há de que Paulo representava uma autoridade central; essa afirmação tem que ser feita para assegurar o poder administrativo da autoridade central dos tempos modernos.

Novamente, a revista *A Sentinela*, no ano de 2009, visando salientar a autoridade dos apóstolos, trouxe as seguintes palavras.

Paulo e Barnabé, sob a direção do espírito santo, foram enviados como missionários pela congregação de Antioquia. Eles também se tornaram conhecidos como apóstolos, apesar de não estarem incluídos entre os 12 originais. (Atos 13:1-3; 14:14; Gál. 1:19) Sua designação foi confirmada pelo corpo governante em Jerusalém. (Gál. 2:7-10) (*A Sentinela* de 15 de junho de 2009, página 22).

Será que aos apóstolos foi dado poder para decidir pela aprovação ou não das ações de nosso Senhor Jesus Cristo? Será que a continuação do trabalho missionário de Paulo estava a depender da aprovação dos apóstolos? O que diz exatamente os versículos citados? Leiamos:

Pelo contrário, quando viram que eu tinha sido incumbido das boas novas aos incircuncisos, assim como Pedro tinha sido aos circuncisos — pois aquele que deu a Pedro os poderes necessários para um apostolado aos circuncisos deu também a mim poderes para com os que são das nações —, e quando reconheceram a bondade imerecida que me tinha sido concedida, Tiago, Cefas e João, os que pareciam colunas, estenderam a mim e a Barnabé a mão direita em sinal de parceria, para que nós fôssemos às nações, mas eles aos circuncisos. Pediram apenas que nos lembrássemos dos pobres, e isso eu também tenho me esforçado muito para fazer (Gálatas 2: 7-10).

Fica muito evidente que os apóstolos não podiam ter dúvidas de que Paulo havia sido designado diretamente por Jesus Cristo, que seu campo missionário era entre os gentios assim como o campo judeu fora designado a Pedro. A ação dos apóstolos em dar a Paulo e a Barnabé “a mão direita em sinal de parceria”, pelo que me parece, não pode ser entendida como se a designação de Paulo, feita diretamente por Cristo, estivesse sujeita a aprovação de homens. Pelo que entendo, os apóstolos apenas puderam dar apoio à designação de Paulo, aceitando-o como parceiro, passando a trabalhar em harmonia com as claras evidências de que Cristo estava orientando o trabalho de evangelização.

Em conclusão, assim como toda a interpretação bíblica para as Testemunhas de Jeová é oriunda de um corpo central com sede nos Estados Unidos, supostamente porque é o modelo bíblico, seria de se esperar que toda a matéria escrita para o Novo Testamento tivesse sua origem em um corpo central em Jerusalém. Mas será que foi exatamente assim? Sobre isso, leiamos o que escreveu Raymond Franz:

Toda a Escritura Cristã, com exceção da carta de Tiago (e possivelmente o evangelho de Mateus) foram evidentemente escritos em outro lugar. Não há nada, nem a menor evidência, de que Paulo, Pedro, João ou quaisquer outros submetessem seus escritos à aprovação de um “corpo central de ensino” ou estivessem de algum modo sujeitos à autoridade deste corpo (*Em Busca da Liberdade Cristã*, página 546,547).

O real modelo administrativo

Diante das evidências aqui apresentadas, tanto na parte em que analisamos se as Testemunhas de Jeová estavam em condições de ser aprovadas em um suposto teste em 1918/1919, bem como se realmente existe base bíblica para a existência de um corpo governante que governa sobre os cristãos, parece-me que podemos concluir que as Testemunhas de Jeová, pelo modo como são

administradas, não seguem nenhum padrão que possamos chamar de cristão. Onde podemos encontrar então o modelo administrativo adotado pela religião?

Em seu segundo livro intitulado *Em Busca da Liberdade Cristã*, Raymond Franz faz uma extensa consideração sobre como era administrada a primitiva congregação cristã e como foram inseridas alterações à medida que as décadas se passavam.

Como a Torre de Vigia muito costuma reprisar, Jesus Cristo, na parábola do joio e do trigo, alertou que, após a sua morte, haveria a infiltração de cristãos falsos dentro da congregação cristã (Mateus 13). Paulo também alertou contra isso (Atos 20). Após a morte dos apóstolos, isso logo começou a acontecer. Com o objetivo de combater esse começo de apostasia, os anciãos de cada congregação verificaram que era mais apropriado conceder maior poder de liderança a alguém que escolhiam para líder – o superintendente ou bispo. Posteriormente, com o fim de garantir união, os bispos passaram a se juntar em conferências regionais, e por fim, a nível nacional (Concílio de Nicéia, em 325 EC). Então, uns 300 anos após a morte de Cristo, o modelo administrativo vigente se encaminhava rapidamente para uma administração centralizada – que finalmente veio se concretizar na pessoa do papa, o líder máximo da Igreja Católica.

Obviamente, o Corpo Governante não vê nenhuma semelhança entre ele próprio e o modelo papal. Como a Igreja também procura justificar seus concílios com base no episódio relatado no capítulo 15 de Atos, o Corpo Governante publicou, em 1986, um artigo com o seguinte tema: “São os concílios religiosos aprovados por Deus?” Em conclusão do artigo, é dito o seguinte:

Inquestionavelmente, todos os concílios eclesiásticos da cristandade [Igreja Católica e as demais religiões consideradas cristãs] diferiram grandemente da reunião dos apóstolos e anciãos em Jerusalém, no primeiro século. Não havia ali presente nenhum clérigo ávido de poder, para impor pesados jugos aos pescoços de outros, ou para alimentar as chamas de estacas de execução. Antes, foram manifestos os frutos do espírito de Deus. As deliberações foram orientadas pelo espírito e em harmonia com a Palavra de Deus. E esse modo de resolver questões bíblicas é hoje seguido pelo Corpo Governante das Testemunhas de Jeová.

A carta que os apóstolos e anciãos de Jerusalém enviaram aos concrentes dizia em parte: “Pareceu bem ao espírito santo e a nós mesmos não vos acrescentar nenhum fardo adicional, exceto as seguintes coisas necessárias: de persistirdes em abster-vos de coisas sacrificadas a ídolos, e de sangue, e de coisas estranguladas, e de fornicção.” (Atos 15:22-29) Essas não eram leis de simples origem humana, mas eram requisitos baseados em decretos anteriores do grande Legislador. — Gênesis 9:3, 4; Deuteronômio 5:8-10, 18; Isaías 33:22.

Aquela reunião dos apóstolos e anciãos em Jerusalém no primeiro século teve a aprovação de Jeová Deus, pois suas decisões tiveram Sua bênção, e ela promoveu a obra de pregação do Reino que encaminhou muitos gentios para a congregação cristã. Todavia, os fatos da história provam claramente que os

concílios eclesiásticos da cristandade nunca foram aprovados por Deus (A Sentinela de 15 de maio de 1986, páginas 24-26).

O Corpo Governante espera com isso fazer um contraste entre a atuação dele, como um concílio permanente, e os concílios da cristandade, em especial aos da Igreja Católica. Será que obteve êxito?

No primeiro parágrafo, faz-se uma clara referência aos concílios da Igreja Católica, os quais seriam compostos por clérigos ávidos de poder, prontos a impor pesados jugos aos pescoços de outros e a alimentar as chamas de estacas da Inquisição.

83

Mas um “pesado jugo” define também a situação dos milhares de jovens que passaram anos em prisões por todo o mundo – tudo em razão da proibição de se aceitar serviço civil alternativo. Fora isso, quem é Testemunha de Jeová sabe quantas regras estabelece o Corpo Governante, as quais visa controlar cada passo que se dá, sendo que deixá-las de seguir, mesmo que não resulte em excomunhão, acaba por tornar a Testemunha um imprestável no meio religioso. Sinceramente, isso em nada difere de um “pesado jugo”.

O Corpo Governante se sente à vontade para fazer críticas a clérigos ávidos de poder, mas isto se dá somente por que ele próprio, tendo na mão a caneta e o papel, decidiu manter oculto o modo como conseguiu impor-se como autoridade. Conforme conta Raymond Franz, a ascensão de um corpo governante entre as Testemunhas de Jeová só se deu a expensas de muita ira e discussão – muito diferente da tão proclamada harmonia que alega reinar entre eles. Pode ser que os membros do Corpo, em geral, não sejam ávidos de poder. No entanto, *detendo um poder absoluto*, eles estão prontos para reprimir toda e qualquer ação de qualquer Testemunha que, de alguma forma, queira subir alguns degraus, a caminho donde está o Corpo, sem que esteja seguindo rigorosamente os critérios de ascensão estabelecidos por ele; e ainda, no final das contas, o Corpo reservou para si a palavra final sobre a quem estenderá a mão. Com isso, há que se perguntar se o Corpo está em condições de apontar o dedo para ‘clérigos ávidos de poder’.

É verdade que muitos foram lançados na fogueira da Inquisição. Essa foi a maneira que a Igreja achou para combater aquilo que ela considerava apostasia. Em contraste, o Corpo Governante não usa a fogueira como punição. No entanto, a sua política de excomunhão é implacável contra todo aquele que lhe resiste – e nisso, para o excomungado, a crueldade equipara-se à fogueira da Inquisição, uma vez que, pelas evidências, o Corpo Governante pode estar cometendo muitas injustiças.

No segundo parágrafo, o Corpo questiona a legislação efetuada pelos concílios religiosos. Em se tratando da questão do sangue, até aquele ano – 1986 – o autor do artigo podia se sentir à vontade para assim se expressar. Depois do ano 2000, quando o Corpo fez ajustes na sua posição sobre o sangue, seria muito constrangedor tentar negar que, nessa questão, esteja algum raciocínio puramente humano, assim como nos diversos concílios que o Corpo tanto condena.

O último parágrafo afirma corretamente que Jeová aprovou a decisão dos apóstolos na questão da circuncisão. Depois disso, busca apoio nos fatos históricos para afirmar que Deus nunca aprovou as decisões tomadas pelos diversos concílios religiosos. Em contraste, a autoridade religiosa deseja nos fazer crer que Deus tem aprovado todas as decisões tomadas pelo Corpo Governante. Mas conforme já vimos até aqui, e conforme será mostrado nos capítulos seguintes, há muitos fatos que depõem contra essa ideia. De fato, muitos que investigaram o assunto, concluíram que “os fatos da história provam claramente que os concílios eclesiásticos da [liderança das Testemunhas de Jeová] nunca foram aprovados por Deus”.

O Corpo Governante, na atualidade, considera que seu arranjo de manter anciãos nas congregações segue o modelo cristão, conforme descrito a seguir:

Além disso, designaram anciãos para eles em cada congregação, fazendo orações e jejuando, e os entregaram aos cuidados de Jeová, em quem tinham passado a crer (Atos 14: 23; Tito 1:5).

Uma particularidade do texto acima é que os “anciãos” designados foram deixados “aos cuidados de Jeová”, o que significa que eles, no exercício de suas funções, podiam esperar ser orientados pelo espírito santo. Isso está de acordo com o que vimos até aqui, sobre se as congregações realmente estavam subordinadas aos apóstolos como um corpo governante.

A realidade para as Testemunhas de Jeová, no entanto, é bem diferente disso. Elas têm os anciãos como seus pastores, mas estes, ainda que se deixem ser orientados por Deus, não podem fazer absolutamente nada que seja diferente do que é estabelecido pelo Corpo Governante. O resultado é que, por se deixarem guiar unicamente pelo Corpo, os anciãos poderão estar se opondo à orientação divina sempre que essa não esteja de acordo com a orientação do Corpo – e as evidências apresentadas até aqui não são favoráveis ao conceito de que o Corpo está sempre certo.

Apesar disso, é essa realidade que o Corpo Governante usa nas suas constantes tentativas de mostrar que atende a exortação de Cristo de que, entre seus seguidores, não havia espaço para um líder, que todos eram irmãos enquanto que somente ele era seu líder (Mateus 23). É verdade que os anciãos nas congregações não se subordinam a uma autoridade papal; no entanto, nem os padres católicos espalhados pelo mundo se subordinam tanto a uma autoridade espiritual quanto o fazem os anciãos nas congregações. Os bispos católicos eventualmente são convocados pelo Papa a discutir assuntos de interesse geral da Igreja, inclusive a formação ou ajustes de doutrinas. O Corpo Governante, ao contrário, em se tratando de questão espiritual, não pede nenhuma sugestão a qualquer de seus subordinados, e até determinou que a resposta a qualquer questionamento, se já não for encontrada na literatura, deve ser aguardada em silêncio, até que ela venha por meio do Corpo, sabe-se lá quando.

Visto que essa é a realidade de fato, que garantias há de que essa autoridade religiosa está sendo orientada por Deus? Visto que Cristo falou claramente

sobre cegos guiar cegos e sobre as consequências disso, é imperativo que saibamos se o Corpo tem guiado seus seguidores por caminhos seguros. Com o objetivo de investigar isso, o capítulo seguinte analisa uma questão sensível da história cristã: a volta de Cristo. O assunto, lamentavelmente, revelou ser um doloroso teste para a autoridade espiritual das Testemunhas de Jeová.

<http://pontosdefe.blogspot.com.br/>

<https://www.facebook.com/LourisvaldoSantana99/>

Datas marcadas para o fim do mundo 3

A respeito daquele dia e daquela hora ninguém sabe, nem os anjos dos céus, nem o Filho, mas somente o Pai – Mateus 24:36.

QUANDO JESUS CRISTO esteve na terra, ele disse a seus discípulos que subiria ao céu e depois voltaria. A segunda vinda de Cristo é um dos acontecimentos mais aguardado pela comunidade cristã. Relacionada a essa vinda, muitos atribuem como consequência o fim do mundo. Naturalmente, há muitas explicações sobre o que significa realmente o fim do mundo e alguns preferem nem sequer usar essa expressão, pois argumentam que o mundo em si não acabará, que apenas passará por mudanças, tal qual acontece quando uma cidade, um estado, ou um país, muda de administração. Para muitos, a segunda vinda de Cristo visa recompensar os fiéis e condenar os pecadores. Esse entendimento, em parte, é baseado no capítulo 25 de Mateus, no relato que conhecemos como a parábola das ovelhas e dos cabritos. Esse entendimento, ao que parece, é o que mais gera turbulência emocional, uma comoção religiosa, algo que tem levado muitos a empenhar-se em dar o último grito de alerta, supostamente com o objetivo que seja salvo um maior número de pessoas. Embora Cristo tenha alertado que nem ele, nem os anjos, mas unicamente o Pai sabia quando se daria a sua segunda vinda, isso não impediu a muitos de marcar uma data para esse evento, ou ao menos fazer uma estimativa de quando isso se daria.

Para as Testemunhas de Jeová, a vinda de Cristo significa o início do reinado milenar de Cristo, conforme descrito no capítulo 20 de Apocalipse. Será um evento marcado pela intervenção de Cristo no mundo como o conhecemos, e terá como episódio a guerra do Armagedom, em que serão mortos às mãos de Cristo todos os habitantes da terra que até essa ocasião se tenha recusado a tornar-se Testemunha de Jeová. Então, como únicos sobreviventes, as Testemunhas de Jeová passariam a viver na terra, transformando-a gradativamente num paraíso tal qual era o jardim do Éden. O Corpo Governante, porém, condiciona essa recompensa ao empenho delas em divulgar, a tantos quanto puderem, essa esperança paradisíaca.

Naturalmente, esse entendimento bíblico não se originou na mente da Testemunha que visita a casa do leitor. Essa Testemunha foi convencida de que é exatamente assim, e quem a convenceu bem provavelmente foi convencido por alguém. Como vimos no primeiro capítulo, a autoridade central da religião reservou para si o direito de interpretar cada versículo da Bíblia; e foi essa liderança internacional que desde os seus primórdios, lá no século XIX,

deu iniciou a um trágico processo de marcação de datas para o fim do mundo, ou, como as Testemunhas são orientadas a explicar, para a vinda de Cristo com o objetivo de abençoar as pessoas fiéis. Dentre essas datas, três delas são bem conhecidas por ex-integrantes da religião que investigaram seriamente o assunto. São elas: 1914, 1925 e 1975. As duas últimas datas raramente aparecem na literatura da Sociedade Torre de Vigia, de modo que poucas Testemunhas leais sabem dessas datas fracassadas; a primeira é bem conhecida, mas apenas porque a liderança, logo depois do fracasso profético, deu a ela um outro sentido, a saber: passou a dizer que em 1914 Cristo de fato voltou, mas ficou governando de modo invisível. Essa ainda hoje é a explicação que se dá para o ano de 1914.

Então, vejamos como tudo começou.

Charles T. Russell e o fim do mundo

Quando Charles Taze Russell surgiu no cenário religioso, por volta da década de 1870, ele se deparou com um ambiente em que era constante o debate acerca da segunda vinda de Cristo. Em parte, isso era em resultado de que muitos haviam se decepcionado por terem sido levados a crer que Cristo voltaria em 1844 – uma data que havia sido amplamente difundida pelo grupo de Guilherme Miller, um ministro batista. Tendo iniciado sua busca por luz espiritual ainda na adolescência, Russell entrou em contato com literatura religiosa de diversos autores; entre esses estava Nelson H. Barbour, um autor que fizera parte do grupo de Guilherme Miller.

Com o fim do grupo de Miller, em resultado da decepção com relação a 1844, diversos membros do grupo – Barbour dentre eles – decidiram estudar a Bíblia em grupos menores e desenvolveram suas próprias interpretações das Escrituras. No que diz respeito ao grupo de Barbour, o problema que mais parecia afetá-los era a questão da volta de Cristo; assim, eles refizeram os cálculos e descobriram que Cristo, que não voltou em 1844, voltaria de fato 30 anos depois – em 1874. Quando 1874 chegou e passou sem que Cristo se fizesse presente – de modo visível – restou ao grupo entristecido voltar às contas e verificar que erro cometeram. Barbour e seus associados não encontraram erro algum nas contas; assim, enquanto nessa situação, foi trazida à atenção deles que certa tradução do Novo Testamento, ao verter os textos que falava da vinda de Cristo, usara a palavra “presença” em vez de “vinda”. Era exatamente isso que faltava para o grupo de Barbour voltar a firmar-se em torno da data de 1874. Concluíram que, como eles haviam predito, Cristo de fato voltou em 1874, apenas não de modo visível como eles esperavam, mas de modo invisível, passando a estar *presente* desde então (*Crise de Consciência*, página 186).

Ao que parece, foi logo depois disso que Russell adotou, não só esse, mas também um segundo conceito de Barbour, a saber, que Cristo assumiria a

administração do mundo ao fim de um período de 2520 anos. Este período de tempo deveria terminar em 1914, se contado a partir da data da destruição de Jerusalém pelo império da Babilônia (que Barbour acreditava ser 606 AEC).

Em confirmação deste assunto, leiamos uma declaração da revista *A Sentinela*.

Em 1877, Russell juntou-se a Nelson H. Barbour na publicação do livro *Três Mundos e a Colheita Deste Mundo*. Este indicava que o fim dos Tempos dos Gentios, em 1914, seria precedido por um período de quarenta anos, a começar com uma colheita de três anos e meio a partir de 1874 E. C. Segundo a cronologia bíblica depois adotada, entendia-se que 6.000 anos da existência do homem na terra acabaram em 1872, ao passo que seis milênios de pecado humano terminaram e o sétimo milênio começou em 1874. Pensava-se que a presença de Cristo tivesse começado em outubro de 1874, no começo do grande Jubileu antitípico. — Lev., cap. 25; Rev. 20:4

À base deste entendimento, pensava-se que a classe da “virgem casta” começou a sair ao encontro do Noivo em 1874. (2 Cor. 11:2) Por isso, quando C. T. Russell começou a publicar em julho de 1879 uma nova revista religiosa, ela foi chamada de “Torre de Vigia de Sião e Arauto da Presença de Cristo”. Proclamava a presença de Cristo como tendo começado em 1874. Esperava-se que esta presença invisível continuasse até o fim dos Tempos dos Gentios em 1914, quando as nações gentias seriam destruídas e o restante da classe da “virgem casta” seria glorificado com seu Noivo no céu, pela morte e ressurreição, para viver em espírito. (1 Cor. 15:42-44) A classe das virgens discretas” passaria assim pela porta para o casamento (*A Sentinela* de 15 de fevereiro de 1975, página 122 e 123).

Assim, tendo comprado as crenças de Nelson H. Barbour, Russell passou a pôr por escrito tudo o que ele acreditava que aconteceria em 1914.

- Predições específicas para 1914

O livro *Proclamadores do Reino* já foi citado várias vezes até aqui. Ele é um livro de história das Testemunhas de Jeová, tendo sido publicado em 1993. Segundo os editores, parte do objetivo do livro é contar uma história cândida da organização. A respeito dessa questão, pergunta-se que versão sobre 1914 conta o livro? Mais especificamente, o que ele diz sobre as previsões de Russell para 1914? Leiamos então parte dessa versão:

Os Estudantes da Bíblia não estavam plenamente seguros do que aconteceria. Estavam convencidos de que não resultaria na queima da Terra nem no desaparecimento da vida humana. Mas sabiam que marcaria um ponto significativo com respeito ao governo divino. De início, pensaram que nessa data o Reino de Deus teria assumido pleno controle universal. Quando isso não aconteceu, sua confiança nas profecias bíblicas que marcavam essa data não

vacilou. Concluíram que, em vez disso, a data marcava apenas um ponto de partida quanto ao domínio do Reino.

Similarmente, pensaram também de início que as dificuldades globais, que culminariam numa anarquia (entendiam que esta estaria associada com a guerra do “grande dia de Deus, o Todo-poderoso”), precederiam essa data. (Rev. 16:14) Mas, depois, dez anos antes de 1914, a *Watch Tower* sugeria que um tumulto mundial que resultaria no aniquilamento das instituições humanas ocorreria logo após o fim dos Tempos dos Gentios. Esperavam que o ano de 1914 marcasse um significativo momento decisivo para Jerusalém, pois a profecia dizia que ‘Jerusalém seria pisada’ até terminarem os Tempos dos Gentios. Quando viram que 1914 estava terminando e eles ainda não tinham morrido quais humanos nem sido ‘arrebataados nas nuvens’ para se encontrarem com o Senhor — segundo as expectativas anteriores — passaram a esperar sinceramente que sua mudança se daria no fim dos Tempos dos Gentios. — 1 Tes. 4:17.

Com o passar dos anos, examinando e reexaminando as Escrituras, sua fé nas profecias permaneceu firme, e eles não deixaram de declarar o que esperavam que ocorresse. Com variados graus de êxito, esforçaram-se em evitar ser dogmáticos a respeito de pormenores não declarados explicitamente nas Escrituras (*Proclamadores do Reino*, página 135).

O tom de confissão é evidente, embora os enganos cometidos sejam trazidos à tona com palavras bem selecionadas; salta à vista a tentativa de tirar de cena o verdadeiro autor dos equívocos, com os esquivos sendo atribuídos aos “Estudantes da Bíblia”, a respeito dos quais é dito que “pensavam”, “pensaram”, “concluíram”, “entendiam”, “esperavam”, como se estes fossem os verdadeiros autores das crenças que *Charles T. Russell* escrevia e fazia circular pelo mundo inteiro.

Um pouco antes disso, à página 60 do livro *Proclamadores do Reino*, lemos mais uma confissão sobre 1914; neste caso específico, chama a atenção exatamente aquilo que é propositadamente omitido.

Por décadas Russell e seus associados vinham proclamando que os Tempos dos Gentios terminariam em 1914. Grandes eram as expectativas. C. T. Russell criticara os que haviam fixado várias datas para a volta do Senhor, como William [Guilherme] Miller e alguns grupos de adventistas. Contudo, desde a época de sua antiga associação com Nelson Barbour, ele estava convencido de que existia uma cronologia exata, baseada na Bíblia, e que ela indicava 1914 como o fim dos Tempos dos Gentios (*Proclamadores do Reino*, página 60)

Russell criticara de fato seus antecessores e contemporâneos por marcarem data para a manifestação da volta de Cristo; mas astutamente os autores omitem nesse contexto o que escreverão à página 135. Ao dizerem que se esperava para 1914 o “fim dos Tempos dos Gentios”, mas não exatamente o que isso devia significar, eles dificultam a percepção de que os equívocos de Russell não eram – em absoluto – diferentes daqueles que ele expunha nas páginas de sua literatura. É verdade que Russell abandonara a crença de que Cristo voltaria de forma visível; mas no que diz respeito ao fato de que a volta

de Cristo resultaria no arrebatamento dos santos, sendo essa a questão básica relacionada com a volta de Cristo, então nesse ponto os equívocos de Russell e de seus antecessores eram os mesmos. Cristo, até onde estou ciente, não arrebatou ninguém para o céu *antes* de 1914, bem como tampouco o fez em 1914.

Mas quão específico foi Russell sobre 1914? O livro *O Tempo Está Próximo*, publicado por Russell em 1889, faz afirmações ousadas sobre 1914. Leiamos essa parte, conforme consta no livro *Crise de Consciência*. Os sublinhados são de quem originalmente o cita, o autor Raymond Franz.

Neste capítulo, apresentamos a evidência bíblica que prova que o término total dos tempos dos gentios, isto é, o término total de sua licença de domínio se vencerá em 1914 A.D.; e que essa data será o limite máximo da regência de homens imperfeitos. E observe-se que, se isso se revela como um fato firmemente estabelecido pelas escrituras, provará:

Em primeiro lugar que, nessa data, o Reino de Deus, pelo qual nosso Senhor nos ensinou a orar, dizendo, “Venha o Teu Reino”, terá alcançado o pleno controle universal, e que será então ‘instalado’, ou firmemente estabelecido, na terra.

Em segundo lugar, provará que ele, cujo direito é portanto assumir o domínio, estará então presente como o novo Regente da terra; e não apenas isso, mas provará também que ele há de estar presente por um período considerável antes dessa data; já que a derrubada destes governos gentios é causada diretamente por ele espatifá-los como um vaso de oleiro (Salmos 2:9; Rev. 2:27), e pelo estabelecimento de seu próprio governo justo em substituição a eles.

Em terceiro lugar, provará que, algum tempo antes do fim de 1914 A.D., o último membro da divinamente reconhecida Igreja de Cristo, do ‘sacerdócio real’, do ‘corpo de Cristo’, será glorificado com a Cabeça; já que cada membro deve reinar com Cristo, sendo co-herdeiro com ele no Reino, que não pode ser plenamente ‘instalado’ sem cada membro.

Em quarto lugar, provará que, daquele tempo em diante, Jerusalém não será mais pisoteada pelos gentios, mas se erguerá do pó do desfavor divino para honra, visto que os “tempos dos gentios” terão se cumprido ou completado.

Em quinto lugar provará que, nessa data, ou antes dela, começará a ser retirada a cegueira de Israel, já que a ‘cegueira parcial’ devia continuar somente ‘até que houvesse entrado a plenitude dos gentios’ (Rom. 11:25), ou, em outras palavras, até que o pleno número dentre os gentios, que haveriam de ser membros do corpo ou noiva de Cristo, fossem plenamente selecionados.

Em sexto lugar, provará que o grande ‘tempo de aflição’ tal como nunca houve desde que existe nação”, alcançará seu ponto culminante no reino mundial da anarquia; e os homens aprenderão então a ficar parados e a reconhecer que Jeová é Deus e que ele será exaltado na terra. (Salmo 46:10) A condição das

coisas, descrita em linguagem simbólica como ondas agitadas do mar, o derretimento da terra, o nivelamento da montanhas e a queima dos céus, terá se passado e a ‘nova terra e novo céu’, com suas bênçãos de paz começarão a ser reconhecidas pela humanidade abalada pela aflição. Mas o Ungido do Senhor e a sua autoridade legítima e justa serão primeiro reconhecidos pela companhia dos filhos de Deus, enquanto atravessam a grande tribulação — a classe representada por *m* e *t* no Plano das Eras (veja também as páginas 235 a 239, Vol. I.); posteriormente, bem no seu final, pelo Israel carnal; e, finalmente, pela humanidade em geral.

Em sétimo lugar, provará que, antes dessa data, o Reino de Deus, organizado em poder, estará na terra, e golpeará e esmagará então a imagem gentia (Dan. 2:34) — consumirá totalmente o poder destes reis. Seu próprio poder e domínio serão estabelecidos tão logo ele esmiúce e pulverize, por suas variadas influências e operações, as ‘potências que são’ — civis e eclesiásticas — ferro e argila (*Crise de Consciência*, páginas 196 e 197).

Como é possível deduzir, essas declarações de Russell nunca apareceram em publicações posteriores a 1914. Além disso, segundo Franz observa, edições do livro posteriores a 1914 foram adulteradas de modo a omitir partes das afirmações que foram citadas acima. Compreende-se agora porque os autores do livro *Proclamadores do Reino* sentem-se à vontade para dizer que “os Estudantes da Bíblia não estavam plenamente seguros do que aconteceria” em 1914, e que “com variados graus de êxito, esforçaram-se em evitar ser dogmáticos a respeito de pormenores”. Esses autores evidentemente estão cientes de que a grande maioria das Testemunhas ignoram por completo as palavras de Russell a respeito de “pormenores” sobre 1914.

Há um detalhe relacionado a isso que nos asseguram que Russell de fato não podia escrever a respeito de incertezas. Esse detalhe nos dá uma dimensão de suas certezas e, ao mesmo tempo em que justifica porque ele falava com convicção, assinalam também o quão ousado ele foi ao envolver Deus nas certezas que divulgavam sobre 1914. Leiamos:

Agora, em vista dos recentes problemas trabalhistas e da ameaça de anarquia, nossos leitores estão escrevendo para saber se não deve haver algum erro na data de 1914. Eles dizem que não vêem como as condições atuais podem agüentar tanto tempo sob tensão. Não vemos nenhum motivo para mudarmos os números — nem poderíamos mudá-los se quiséssemos. Eles são, acreditamos, datas de Deus, não nossas. Mas, tenham em mente que o fim de 1914 não é a data para o *início*, mas para o *fim* do tempo de aflição.

Não vemos motivo algum para alterarmos nossa opinião expressa na visão apresentada em *A Torre de Vigia* de 15 de janeiro de 1892. Aconselhamos que a leiam novamente (*Crise de Consciência*, página 204).

Essas palavras são da revista *A Sentinela* de julho de 1894. Russell assevera que a data de 1914 foi assinalada por Deus; não somente isso, mas que 1914 seria o “fim”. Ao colocar as coisas nesses termos, como se Deus estivesse falando diretamente com Russell, assim, numa conversa boca a boca, Russell

coloca a Deus como o verdadeiro autor das afirmações que ele fazia sobre 1914. Como sabemos, as afirmações se provaram falsas; nessa circunstância, Deus foi colocado na posição de um grande mentiroso para todos aqueles que acreditaram nas palavras de Russell. Portanto, não importa quanta convicção Russell tinha em sua compreensão bíblica, não importa que os leitores raciocinem que o engano foi de Russell, que ele era imperfeito assim como todos somos; pois, no que diz respeito a isso, as Escrituras não guardam silêncio sobre qual é o conceito de Deus sobre aqueles que falam falsidades em nome Dele (Deuteronômio 18: 20-22).

Charles T. Russell faleceu em fins de outubro de 1916, dois anos após a data que ele marcara para a intervenção divina nos assuntos humanos. Tendo sido um escritor prolífero, milhares de páginas saíram de sua pena e é hoje saudado pela liderança da religião como tendo sido o homem escolhido por Deus para reavivar verdades bíblicas há muito abandonadas. Apesar desse conceito, quase praticamente todas as suas ideias foram reformuladas por sucessivas lideranças. Essa realidade incômoda é que justifica o fato de que toda a sua farta literatura foi tirada de circulação, sendo que dele cita-se apenas frases cuidadosamente pinçadas. Assemelha-se isso ao surgimento de uma religião verdadeira?

Joseph F. Rutherford e o fim do mundo

Com a morte Russell em fins de 1916, Joseph Franklyn Rutherford foi eleito o novo presidente da Sociedade Torre de Vigia. Era janeiro de 1917. Muitos dos associados imediatos com a presidência logo perceberam que Rutherford era uma pessoa muito difícil para se lidar. A tarefa de Rutherford também não era das mais fáceis. Milhares de pessoas estavam desapontadas por não terem ido para o céu até aquele ano conforme foram levadas a crer pelo pastor Russell. Rutherford sabia desse desapontamento. O que então ele iria fazer a respeito? Raymond Franz resume bem as opções que tinha esse novo líder:

Ele tinha diante de si duas alternativas: retificar por meio da franca admissão do erro ou tentar justificar as predições de seu antecessor. Ele preferiu seguir o caminho da justificação (*Crise de Consciência*, página 210).

○ 1918 a 1920

Que 1914 havia fracassado, Rutherford não pôde negar; que dizer então? Sem que a maioria de seus associados imediatos soubesse, Rutherford providenciou a escrita de um livro que veio a se intitular *O Mistério Consumado*. Tendo sido lançado em julho de 1917, o livro procurou assegurar a data de 1914 como estando de fato relacionada com o fim do mundo. Qual foi o raciocínio de Rutherford? Ele recorreu ao evento da destruição de Jerusalém pelos romanos em 70 EC como sendo paralelo a 1914. Então, assim como aquela guerra só teve fim três anos e meio depois, com a derrota dos últimos judeus refugiados em Massada, assim também o fim dos tempos deveria ser

esperado para três anos e meio após o outono de 1914, isto é, para a primavera de **1918**.

Em confirmação disso, leiamos as palavras de Rutherford (a citação é extraída do livro de Raymond Franz. Os sublinhados de Franz foram substituídos pelos meus):

A informação apresentada nos comentários sobre Rev. 2:1 prova que a conquista da Judéia só se completou no dia da páscoa, 73 A.D., e, à luz dos textos bíblicos precedentes, provam que a primavera de 1918 trará um espasmo de angústia sobre a cristandade até maior do que o experimentado no outono de 1914. Reexaminem a tabela das Dispensações Paralelas no livro “ESTUDOS DAS ESCRITURAS”, Vol. 2, páginas 246 e 247; mudem o 37 para 40, o 70 para 73 e 1914 para 1918, e cremos que está correto e que se cumprirá “com grande poder e glória”. (Marcos 13:26) [...] Mas se o tempo das dores de parto da Sião nominal (Isa. 66:8) está destinado a ocorrer na primavera de 1918, e se estamos agora a apenas “um dia” (um ano) desse evento mencionado pelo profeta, qual deveria ser nossa expectativa com relação ao sentimento do “pequeno rebanho” neste íterim? “A dor de parto simbólica na profecia acima é uma referência ao grande Tempo de Aflição — as dores de parto que hão de vir sobre a igreja evangélica nominal, a Grande ‘Babilônia’, da qual alguns são considerados dignos de escapar (*Crise de Consciência*, página 210 e 211; o trecho do livro *O Mistério Consumado* é dá página 62)

Como se vê, “a primavera de 1918” é mencionada com muita clareza. Rutherford esclarece que o “fim” neste caso se refere basicamente à “igreja Evangélica nominal”, isto é, ao conjunto de religiões que tem em Cristo o seu líder (Atualmente, “Babilônia, a Grande” é entendida pela religião como sendo o conjunto de todas as religiões falsas, ao passo que naquela época o termo era distintivo das religiões consideradas cristãs). Nas páginas 484 e 485 do livro *O Mistério Consumado*, Rutherford foi mais específico sobre qual seria a extensão do julgamento de Deus sobre as religiões em 1918. As palavras de Rutherford seguem à citação de Ezequiel 24:20-22:

Ezequiel 24:20 – 22:

Então, eu lhes respondi: Veio a mim a palavra do Senhor, dizendo: Dize à casa de Israel: Assim disse o Senhor Deus: Eis que profanarei meu santuário, a excelência da vossa força, o desejo dos vossos olhos, e aquilo de que se apieda a vossa alma; e vossos filhos e vossas filhas, a quem abandonastes, cairão pela espada. [...] E fareis como tenho feito: não encobrireis vossos lábios, nem comereis o pão dos homens. — Tão universais e pavorosas serão as aflições que os mortos jazerão literalmente sem ser enterrados ou lamentados. Não pode haver nenhum pesar pelos mortos em um tempo em que os sobreviventes são sobrepujados por aflições piores do que a morte (*Crise de Consciência*, páginas 212 e 213).

Servindo-se das palavras de Ezequiel 31: 14-17, Rutherford então prevê que à destruição das religiões cristãs seguir-se-á uma anarquia geral por todas as nações. Estas nações, então enfraquecidas, deveriam, por fim, enfrentar em pouco tempo a própria destruição (veja *Crise de Consciência*, páginas 214 e 215). Quando isso ocorreria? Rutherford não se furtou em fornecer a data. Recorrendo às palavras de Apocalipse 16: 20, ele definiu:

E toda ilha fugiu. — Até as repúblicas desaparecerão no outono de 1920.

E não se acharam os montes. — Todos os reinos da terra passarão, serão tragados pela anarquia (*Crise de Consciência*, página 215. O trecho do livro *O Mistério Consumado* é da página 258).

Conforme foi visto no capítulo anterior, a primavera 1918 chegou e a cristandade não sofreu nenhum dano às mãos do Criador. Pelo contrário, o mundo pôde presenciar nessa estação, não uma carnificina às mãos de Deus, mas à prisão de Rutherford e mais sete associados, sob a acusação de contrariar interesses bélicos dos Estados Unidos. Mas ainda restava 1920. Rutherford, enquanto preso, não teve a alegria de ver a guerra se intensificar e resultar na anarquia geral que ele previra. Pelo contrário, ele certamente foi informado de que as nações em combates deram a guerra por encerrada e tudo se encaminhava para um período de paz. Rutherford e seus associados foram libertos sob fiança em março de 1919 e depois inocentados. Assim, em liberdade, Rutherford pôde ver 1920 chegar e lhe apregoar a imagem de um falso profeta.

Pouco se sabe como se sentiram todos aqueles que levaram a sério as palavras desse novo líder. A julgar pelo que se conhece a respeito dos sentimentos humanos, pode-se deduzir muita coisa. Acrescente a isso o fato de que a maioria deles já vinha de uma grande decepção que fora 1914. A outra parte, se não sentiram a dor de 1914, certamente podia ler a respeito. O que aguardava a este povo? O que mais Rutherford tinha a dizer sobre o tempo do Senhor?

○ 1925

A maioria das Testemunhas de Jeová talvez conheça algo a respeito da expressão “Milhões que agora vivem jamais morrerão”. Bem poucas delas sabem exatamente o que significou essa expressão para quem a leu nos primeiros anos da década de 20. Rutherford aparentemente não se mostrou incomodado com o fracasso de suas palavras a respeito de 1918 e 1920. Então, antes que 1920 terminasse, ele surgiu com uma nova data: 1925. Ela era o teor de um folheto de cerca de 130 páginas, que se intitulava *Milhões que agora vivem jamais morrerão*. Era originalmente um discurso, que Rutherford proferia desde 1918. Não tenho conhecimento de que nele se fizesse referência a 1925, não antes de 1920, quando apareceu na forma impressa.

Em confirmação deste assunto, leiamos as palavras do livro *Proclamadores do Reino*:

Uma vez terminados os Tempos dos Gentios, eles [como ocorre com outros assuntos, a liderança atual procura diluir pelo o rebanho a culpa pelo equívoco que verdadeiramente se originou na mente Rutherford] achavam que o tempo da restauração estava muito próximo; portanto, de 1918 a 1925, proclamavam: “Milhões que agora vivem jamais morrerão.” Sim, entendiam que as pessoas que viviam naquele tempo — a humanidade em geral — tinham a oportunidade de sobreviver, de entrar no tempo da restauração e receber então instruções concernentes aos requisitos de Jeová para a vida. Sendo obedientes, atingiriam gradativamente a perfeição humana. Sendo rebeldes, seriam, com o tempo, destruídos para sempre (*Proclamadores do Reino*, página 163).

95

Rutherford baseava sua explicação numa combinação das passagens bíblicas que tratam do jubileu (Levítico 25) e dos “setenta anos” mencionados por Jeremias (2 Crônicas 36:17-21; Jeremias 25:11). O jubileu era uma festividade dos judeus, que fora instituída por Deus para ser comemorada a cada 50 anos a contar do ano em que eles saíram do Egito. Rutherford entendia que esse ano foi 1575 AEC (A organização Torre de Vigia revisou suas contas e hoje afirma que essa data é 1473 AEC). Crente de que tinha descoberto o segredo, Rutherford multiplicou 50 por 70 e achou 3500. Desse total subtraiu 1575 e obteve 1925.

Em confirmação deste assunto, leiamos alguns trechos do folheto que ele escreveu:

O Senhor ordenou a Moisés inaugurar o systema do Sabbado no anuo em que Israel entrou na terra de Cannan, 1575 annos antes de Christo. (Levitico, 25 :1-12) [...] Outras Escripturas mostram que haviam de guardar setenta jubilos . (Jeremias, 25 :11 : 2.º Chronicas 36 :17-21) . Simplesmente calculando estes jubilos, chegamos ao seguinte facto importante Setenta jubilas de cincoenta annos cada um dará o total de 3 .500 annos. Este período de tempo principiando 1 .575 annos antes da éra Christan, naturalmente terminará no outomno do anuo 1925, data esta, na qual termina o tvpo, o grande prototipo se iniciará (extraído da versão brasileira de *Milhões que agora vivem jamais morrerão*, página 110).

Segundo o capítulo 25 de levítico, uma característica básica do jubileu estava relacionada com a palavra *restituição*. Mais especificamente, nesse ano todo israelita que se havia vendido como escravo tinha de volta a sua liberdade, bem como também todo terreno vendido para cultivo era devolvido ao dono anterior. Foi com base nesse quesito da restituição que Rutherford fez a mais ousada afirmação com respeito a 1925. Leiamos:

A cousa principal a ser restituída é vida á raça humana, desde que outras escripturas definitivamente estabelecem facto, de que Abrahão, Isaac e Jacob

resussitarão e outros fiéis antigos, e que estes seriam os primeiros favorecidos, podemos esperar em 1925 a volta desses homens fiéis de Israel, resurgindo da morte e completamente restituído á perfeição humana, os quaes serão visíveis e reaes represerutantes da nova ordem das cousas na terra (extraído da versão brasileira de *Milhões que agora vivem jamais morrerão*, páginas 110 e 111).

Nota-se por suas próprias palavras que Rutherford estava crente que 1925 marcava de fato o estabelecimento do Reino de Deus na terra.

Uma vez estabelecido o Reino do Messias, Jesus e sua igreja glorificada, a qual constitue O Messias, estes ministrarão as bençams ao povo, as quaes por tanto tempo estão esperando e orando. [...] Como previamente temos demonstrado, o grande cyclo do jubilo deve principiari em 1925 . Nesta data a parte terrestre do Reino será reconhecido (extraído da versão brasileira de *Milhões que agora vivem jamais morrerão*, páginas 111 e 112).

As próximas palavras de Rutherford são em tom conclusivo, além de salientar o ponto anterior, isto é, que 1925 marcará o fim do mundo e o início do Reino de Deus.

Baseado nos argumentos até aqui apresentados, isto é, que a ordem velha das cousas, o velho mundo está se findando e desaparecendo, e que a nova ordem ou organização está se iniciando, e que 1925 será a data marcada para ressurreição dos anciões dignos e fiéis, e o principio da reconstrucção, chega-se á conclusão razoável de que milhões dos que vivem agora na terra, ainda estarão vivos no anuo de 1925, Então, baseados nas promessas encontradas nas palavras Divinas, chegamos á positiva e indiscutível conclusão de que, milhões que agora vivem jamais morrerão (extraído da versão brasileira de *Milhões que agora vivem jamais morrerão*, página 122).

É óbvio que 1925 passou sem que nada de anormal acontecesse. Diferentemente de 1914, uma data mantida em razão de que passaram a atribuir a ela outro significado, 1925 foi completamente abandonado. O que a organização Torre de Vigia tem a dizer sobre essa data? Muito raramente ela é citada – algo que é muito fácil de compreender. A liderança da religião, mesmo sem citar 1925, prefere deter-se em fazer alarde sobre quão grande foi a campanha de distribuição do folheto *Milhões que agora vivem jamais morrerão* – cujo alvo era **1925**.

Em comprovação disso, o anuário de 1976, debaixo do subtítulo A “CAMPANHA DOS MILHÕES” expressa-se profusamente:

A “Campanha dos Milhões” durou algum tempo, e deu-se, por esse meio grande testemunho. Anúncios dos jornais e em tapumes para cartazes com as palavras “Milhões Que Agora Vivem Jamais Morrerão” foram usados para trazê-lo à atenção do público. Tão extensiva era a campanha que o lema tem

sido lembrado através dos anos (*Anuário das Testemunhas de Jeová de 1976*, página 127).

O anuário do ano seguinte, também debaixo do subtítulo A “CAMPANHA DOS MILHÕES”, expressa-se até em tom de comemoração (os colchetes são da Torre de Vigia):

As igrejas da cristandade começaram a sentir o calor direto da mensagem. “Na verdade”, afirma o relatório anual de 1923, “em um povoado, uma inteira Igreja Apostólica foi fechada graças ao efeito penetrante de nossa mensagem e isto alegra o coração de todos os ligados à obra. Um escritor do ‘Kerkbode’, jornal da Igreja Holandesa, cumprimentou a A. I. E. B. [Associação Internacional dos Estudantes da Bíblia] no outro dia por declarar que, embora não concordasse com nossas doutrinas, todavia, ele elogiava o zelo dos seguidores da A. I. E. B. perante os adeptos da Igreja Reformada Holandesa.” (*Anuário das Testemunhas de Jeová de 1977*, página 89).

O assunto 1925 até foi abordado no livro de história da organização, o livro *Proclamadores do Reino*. Para quem já conhecia o modo de a liderança lidar com essas questões, não foi surpresa a maneira como o assunto foi tratado. Muitas Testemunhas de Jeová, no entanto, pela primeira vez puderam ler alguma coisa a respeito dessa data. O livro foi lançado em 1993, o ano anterior ao meu batismo como Testemunha de Jeová. Iniciante na organização, fiquei mais empolgado com as belas gravuras do que com o conteúdo em si. Ademais, que razões eu tinha para ler um livro tamanho caderno, de mais de 700 páginas? Somente alguns anos depois, numa leitura casual, foi que “tropecei” em 1925. E como se tratava de uma leitura casual, na casualidade o assunto ficou. Não presumo que meu caso seja único. O assunto 1925 está cuidadosamente diluído pelo livro, algo que torna muito difícil entender exatamente o que foi esse assunto para quem nele depositou fé em princípio dos anos 20. Além disso, quando o assunto é abordado, o caso é sempre contado de modo a fazer parecer que não houve nada de tão grave. Para que o leitor conclua por si, leiamos um exemplo:

No discurso “Milhões Que Agora Vivem Jamais Morrerão”, proferido por J. F. Rutherford em 21 de março de 1920 no Hippodrome, na cidade de Nova Iorque, dirigiu-se atenção ao ano de 1925. Em que base se pensava ser este significativo? Num folheto publicado naquele mesmo ano, 1920, foi dito que, se 70 plenos jubileus fossem calculados a partir da data em que Israel, segundo se entendia, entrou na Terra Prometida (em vez de começar depois do último jubileu típico ocorrido antes do exílio babilônico e daí contar até o início do ano do jubileu no fim do ciclo de 50 anos), isso poderia apontar para o ano de 1925. À base do que se dizia ali, muitos esperavam que talvez os remanescentes do pequeno rebanho recebessem sua recompensa celestial em 1925. Esse ano

também era relacionado com expectativas de ressurreição de fiéis servos de Deus pré-cristãos com o fim de servirem na Terra como representantes principescos do Reino celestial. Se isso realmente ocorresse, isso significaria que a humanidade havia entrado numa era em que a morte deixaria de ser dominadora, e milhões que então viviam podiam ter a esperança de nunca desaparecer da Terra por causa da morte. Que feliz perspectiva! Embora equivocada, eles ansiosamente partilharam-na com outros.

Mais tarde, durante os anos de 1935 a 1944, uma revisão do esquema geral da cronologia bíblica revelou que uma má tradução de Atos 13:19, 20 na *King James Version*, junto com certos outros fatores, causara um erro de mais de um século na cronologia. Isto mais tarde levou ao conceito — às vezes declarado como possibilidade, às vezes mais firmemente — que visto que o sétimo milênio da história humana começaria em 1975, os eventos associados com o início do Reinado Milenar de Cristo poderiam começar a ocorrer então.

Eram corretas as crenças das Testemunhas de Jeová nesses assuntos? Elas certamente não erraram em crer que Deus sem falta faria o que prometera. Mas alguns de seus cálculos de tempo e as expectativas que ligavam a estes causaram sérios desapontamentos.

Depois de 1925, a assistência às reuniões caiu drasticamente em algumas congregações na França e na Suíça. De novo, em 1975, houve desapontamento quando as expectativas sobre o início do Milênio não se concretizaram. Em resultado, alguns se afastaram da organização. Outros, porque tentaram subverter a fé de associados, foram desassociados. Sem dúvida, o desapontamento com relação à data era um fator, mas, em alguns casos, as raízes eram mais profundas. Alguns indivíduos também argumentavam contra a necessidade de participar no ministério de casa em casa. Alguns não escolheram simplesmente seguir o seu próprio caminho; tornaram-se agressivos na sua oposição à organização com a qual outrora se associavam, e serviram-se da imprensa e da televisão para divulgar seus conceitos. Não obstante, o número dos dissidentes foi relativamente pequeno.

Embora esses testes resultassem numa peneiração e alguns fossem levados como a palha ao se joeirar o trigo, outros permaneceram firmes. Por quê? Sobre sua própria experiência e a de outros em 1925, Jules Feller explicou: “Os que haviam depositado a sua confiança em Jeová permaneceram firmes e continuaram a sua atividade de pregação.” Eles reconheceram que se havia cometido um equívoco, mas que de modo algum a Palavra de Deus falhara, e, assim, não havia razão para deixar que a sua esperança minguasse ou de esmorecer na obra de apontar para as pessoas o Reino de Deus como a única esperança da humanidade (*Proclamadores do Reino*, páginas 632, 633).

Diante dos fatos, o leitor pode decidir por si qual qualificativo se deve atribuir a essas palavras. Eu não consigo ler isso sem sentir que estou diante de palavras vazias, as quais, embora tenham certo teor de confissão, são expressas de modo a amenizar a gravidade do erro, além de atribuir às vítimas algo mais do que uma pura e humana reação diante de uma clara defraudação. Sobre esse último conceito, o penúltimo parágrafo é revelador.

A organização Torre de Vigia podia servir-se da abordagem do assunto e humildemente pedir desculpa pelo equívoco referente a 1925. Dizer qualquer outra coisa iria além do que o bom senso recomendaria. Mas não há nenhum pedido de perdão, nenhuma lamentação. Pelo contrário, a ocasião é aproveitada para justificação, como se um erro de cálculo, uma tradução malfeita de certo versículo, ou qualquer outra coisa pudesse inocentá-los das falsas afirmações que fizeram. Depois de se justificarem, a conclusão deles é que todos aqueles que deixaram o grupo religioso foram, não em resultado de terem acordados quanto à verdade, mas porque foram reprovados no que definem como ato de “peneiração”.

Como se Deus tivesse passado a selecionar seus servos apenas dentre aqueles que facilmente se deixassem ser enganados...

- Beth-Sarim e 1942

1925 passou sem que o mundo presenciasse a ressurreição de Abraão, Isaque e Jacó. Mas Rutherford não pediu desculpas pelos equívocos e nem o assunto da ressurreição foi abandonado.

Em 1930 foi construída na cidade de San Diego, Califórnia, uma casa, à qual deram o nome de Beth-Sarim (“Casa dos Príncipes” em hebraico). Sobre o objetivo dessa construção, convém ler um trecho do livro *O Novo Mundo*, que foi publicado pela Torre de Vigia em 1942 (o sublinhado é de Raymond Franz):

O Senhor Jesus chegou ao templo para julgamento e o restante dos membros do “seu corpo” ainda na terra tem sido ajuntado por ele à condição do templo, de perfeita união consigo mesmo (Malaquias 3:1- 3) e, conseqüentemente, pode-se aguardar que esses homens fiéis da antiguidade retornem da morte a qualquer dia agora. Com esta expectativa, a casa em San Diego, Califórnia, casa esta que tem recebido muita publicidade com intenção maliciosa por parte de inimigos religiosos, foi construída em 1930 e denominada “Beth- Sarim”, que significa “Casa dos Príncipes”. É mantida agora em fideicomisso para ser ocupada por esses príncipes por ocasião de seu retorno. Os fatos mais recentes indicam que os fanáticos religiosos deste mundo condenado estão rangendo seus dentes por causa do testemunho dado por essa “Casa dos Príncipes” sobre o novo mundo. Para esses fanáticos religiosos e seus aliados, a volta desses homens fiéis da antiguidade para governar o povo com julgamento não trará nenhum prazer (*Crise de Consciência*, página 244. A citação do livro *O Novo Mundo* é da página 104. Raymond Franz atribui a autoria desse livro ao seu tio Frederick Willian Franz; este nome será abordado mais detalhadamente nas próximas).

Era evidente aos líderes daquela época que o fim do mundo devia ser aguardado para breve. Mas para exatamente que ano? Em 1941 foi lançado o livro intitulado *Filhos*. Voltado para crianças e adolescentes, o livro desenvolve-

se em torno de uma história romanceada envolvendo o casal de noivo João e Eunice.



Como uma forma de induzir mentes jovens a seguir os pensamentos do autor (Rutherford?), o livro coloca as personagens como tendo decidido adiar o casamento até depois do Armagedom. Porque? Leiamos a razão apresetada pela personagem João:

A nossa esperança é que, dentro de poucos anos, o nosso casamento possa ser consumado e, pela graça do Senhor, teremos lindos filhos que serão uma honra ao Senhor. Podemos bem adiar o nosso casamento até que a paz duradoura venha à terra. Agora nada devemos acrescentar às nossas tarefas, mas estejamos livres e equipados para servir ao Senhor. Quando a TEOCRACIA estiver completamente estabelecida, não será dificultoso criar filhos (*Filhos*, página 283).

Leiamos agora que comentários sobre o lançamento do livro fez a revista *A Sentinela* (os colchetes são de Raymond Franz):

Ao receber o presente [o livro *Filhos*], as crianças enfileiradas seguravam-no junto a si, não como um brinquedo ou passatempo para o prazer ocioso, mas como o instrumento provido pelo Senhor para a obra mais eficaz nos meses que restam antes do Armagedom (*Crise de Consciência*, páginas 17 e 18; *A Sentinela* de 15 de setembro de 1941, página 288).

Se em 1941 podia-se falar “nos meses que restam antes do Armagedom”, este podia muito bem ser esperado para 1942. Mas 1942 não foi marcado pelo Armagedom, como Rutherford esperava; antes, esse ano marcou o fim da vida de um homem que claramente fez falsas afirmações em nome de Deus. Pode-se dizer que Rutherford foi um falso profeta? Essa asserção nunca veio a ser expressa na literatura das Testemunhas de Jeová até o dia de hoje. Mas qual

de fato era a gravidade de suas afirmações? Pode-se deduzir isso quando se sabe que ele nunca exigiu que suas *afirmações* fossem tidas apenas como as opiniões de um homem imperfeito. Pelo contrário, esperava-se que seus escritos fossem levados tão a sério quanto se levava a sério a própria Bíblia. Prova disso é que toda a argumentação dele era desenvolvida à base de um enlaçamento de versículos bíblicos – o que vem a sugerir que tudo o que era dito não era nada mais do que as palavras do próprio Deus. Coube às Testemunhas de então concluir que Rutherford era um homem imperfeito e estava sujeito a erros como todos estamos. A liderança atual – o Corpo Governante – naturalmente conclui que Deus também colocou os erros de Rutherford na conta da imperfeição.

No que diz respeito a Beth-Sarim, o livro *Proclamadores do Reino* cita um trecho do livro *Salvação* que se propõe ser a verdadeira razão para a construção da casa:

Sobre Bete-Sarim, o livro “Salvation” (“Salvação”), publicado em 1939, explica: “As palavras hebraicas ‘Bete-Sarim’ significam ‘Casa dos Príncipes’; e o intento de adquirir essa propriedade e edificar a casa foi para que houvesse alguma prova tangível de que existem pessoas na terra atualmente que acreditam plenamente em Deus e em Cristo Jesus e em seu reino, crendo que os fiéis da antiguidade serão brevemente ressuscitados pelo Senhor, voltarão à terra e se encarregarão dos negócios visíveis da terra.” (*Proclamadores do Reino*, página 76, quadro “Casa dos Príncipes”).

Essa versão até certo ponto destoa da que lemos, há poucas páginas, na citação do livro *O Novo Mundo*. Ali, o autor do livro não nos deixa em dúvida sobre qual era o verdadeiro objetivo de se construir a mansão. Relembremos:

[A casa] é mantida agora em fideicomisso para ser ocupada por esses príncipes por ocasião de seu retorno.

Considerando que a lógica diz que a última versão é a verdadeira, e considerando que o livro *O Novo Mundo* é posterior ao livro *Salvação*, resta entender por que a Torre de Vigia optou por resgatar a primeira versão sobre o porquê de Bete-Sarim ter sido construída. A resposta talvez seja porque esta seja mais fácil de justificar. Em algum ano da década de 40, diante do fato de que os fiéis da antiguidade demoravam a ser ressuscitados, a Torre de Vigia decidiu vender Bete-Sarim. Por quê? O livro *Proclamadores do Reino* cita a justificativa fornecida pela revista *A Sentinela* de 15 de dezembro de 1947:

[Bete-Sarim] “Havia cumprido plenamente seu objetivo e agora só servia como monumento bastante dispendioso de manter; nossa fé no retorno dos homens da antiguidade aos quais o Rei Cristo Jesus fará príncipes em TODA a Terra

(não apenas na Califórnia) baseia-se não nessa casa Bete-Sarim, mas na promessa contida na Palavra de Deus.” (*Proclamadores do Reino*, página 76, quadro “Casa dos Príncipes”).

Mas a literatura bíblica produzida por Rutherford não deixa dúvida sobre o fato de que ele esperava para breve a ressurreição dos fiéis patriarcas da antiguidade. Esse assunto foi tema nos anos que antecederam 1925 bem como permeou em livros durante a década de 30. Como requerer então que a versão contada no livro *O Novo Mundo* seja descartada?

Sobre a declaração da revista citada, David Veitenheimer Sr, em um artigo para a internet, expressou-se da seguinte maneira:

É claro que o objetivo por detrás da construção da mansão era receber os Príncipes do Velho Testamento, quando eles fossem ressuscitados. Será que este objetivo foi "cumprido plenamente" como as TJ dizem na citação acima? Os Príncipes nunca regressaram dos mortos para viver ali e esse era claramente o objetivo original, conforme foi dito pela própria Watchtower. A evidência mostra que a Watchtower tentou novamente branquear uma embaraçosa falsa profecia recorrendo a conversa dupla.

<http://corior.blogspot.com/2006/02/beth-sarim-casa-dos-prncipes-ou-manso.html>

Frederich W. Franz e o fim do mundo

Conforme visto no capítulo anterior, Nathan Knorr assumiu a presidência da Torre de Vigia logo após a morte de Rutherford. Mas ficou a cargo de Frederich Willian Franz (vice de Knorr a partir de 1945), o desenlace da questão doutrinal. Pelo que se sabe, desde que ingressou na religião, no ano de 1914, ele sempre foi próximo de Rutherford, estando diretamente envolvido na produção de matéria de cunho doutrinal a partir de 1926 – e isso tem justificativa (Veja *A Sentinela* de 15 de março de 1993, página 31). Franz fora um aluno brilhante na universidade, e, ao final, sabia ler alemão, latim e grego; depois aprendeu espanhol, francês e português, e também veio a dominar um pouco de hebraico (Veja *Apocalipse Adiado*, capítulo 3, de James Penton). Assim, com Knorr na presidência, mas sem ter a arte de escrita e, principalmente, por lhe faltar desenvoltura em assuntos doutrinários, coube a Franz a tarefa de guia espiritual de toda uma religião (*Crise de Consciência*, páginas 78-80). E como tal, Franz provavelmente foi o maior responsável por mais uma barulhenta cavalcada rumo ao fim do mundo.

- A geração que não passaria – parte 1

Eu lhes garanto que esta geração de modo algum passará até que todas essas coisas aconteçam (Mateus 24: 34).

Foi ainda na era de Rutherford que a Sociedade Torre de Vigia deu uma breve explicação para essa declaração de Jesus Cristo. Leiamos (tradução e colchetes do grupo Mentis Bereanas).

A conclusão, portanto, irresistível é que Jesus se referiu à nova criação [os ungidos] quando disse: "Esta geração não passará até que todas estas coisas ocorram" Isso, então, seria um forte indício de que alguns membros da nova criação estarão na terra no momento da Armagedom (*A Sentinela* de 15 de fevereiro de 1927, página 62).

<https://www.google.com.br/#q=Para+entender+o+ensino+da+Gera%C3%A7%C3%A3o+de+1914+-+Um+guia+para+as+Testemunhas+de+Jeov%C3%A1> (arquivo PDF)

103

(Raymond Franz conta que, já no ano anterior, a revista *A Idade de Ouro* (hoje *Desperta!*) "vinculou as palavras de Jesus sobre "esta geração" à data de 1914") (*Crise de Consciência*, página 279).

Mas, segundo Raymond Franz, cerca de 20 anos depois, a organização religiosa passou a explicar que Jesus referia-se não especificamente aos ungidos, mas a toda e qualquer pessoa que vivia em 1914, no ano em que, segundo ela, Jesus assumiu o Reino no domínio espiritual e todos os sinais ditos por ele passariam a ocorrer (Mateus 24; Marcos 13 e Lucas 21). Esses sinais seriam as "coisas" que deveriam ocorrer – todas – no período de *no máximo* uma geração. E ao final de todas elas – obviamente – o fim do mundo! (*Crise de Consciência*, páginas 265 e 266).

Quando seria o fim do mundo? Como já vimos, essa pergunta, cuja resposta Jesus alertou que era posse exclusiva do Pai, serviu de laço para Russell e Rutherford. E como veremos agora, nem o aviso de Cristo nem os tropeços de lideranças anteriores servirão de freio aos líderes de então.

Segundo Raymond Franz, em princípio a medida de uma geração foi estimada em cerca de 30 a 40 anos. Serviu-se para isso de versículos tal como Números 32: 13, que menciona a palavra "geração" em conexão com "quarenta anos". Contando 40 anos a partir de 1914, concluiu-se, *na década de 40*, que o fim do mundo devia estar dobrando a esquina. Então, com a chegada da década de 50, mas com o fim do mundo ainda à frente, um ajuste no cálculo mostrou-se necessário. Raymond Franz, fazendo referência à revista *A Sentinela* de 1º de setembro de 1952, páginas 542 e 543, menciona que a estimativa de uma "geração" passou a ser de uma vida inteira, isto é, 70 ou 80 anos (*Crise de Consciência*, página 265). Com esse novo entendimento, o fim do mundo podia ser esperado até para as próximas quatro décadas. Mas então em 1966 o grupo de Brooklyn publicou um livro que trazia fortes asserções de que o fim do mundo bem *provavelmente* poderia vir em 1975.

- 1975 – a data provável

O autor do livro, como mais tarde veio se saber, era Frederick W. Franz. Em que ele se baseou então para determinar 1975 como uma provável data para o fim do mundo? As pessoas que folhearam o livro por ocasião de seu lançamento, nos congressos de 1966, puderam ver, ainda no final do primeiro capítulo, uma extensa tabela que consistia na determinação e soma dos períodos da história bíblica. Uma vez tendo estabelecido que Adão foi criado em 4026 AEC, Franz contou 6000 mil anos a partir de então e obteve 1975 EC (considerando que não houve ano zero).

Restava à frente, na conclusão dele, o sétimo milênio da história humana. Mas em que isso garantia que 1975 podia marcar o início do milênio mencionado no capítulo 20 de Apocalipse? Franz serviu-se da declaração bíblica de que para Deus um dia pode equivaler a mil anos (Salmo 90: 4) e, relacionando isso com o sábado, o dia subsequente aos seis dias criativos, segundo Gênesis, pareceu-lhe apenas lógico que o sétimo dia (de mil anos) da história humana correspondesse ao milênio do capítulo 20 de Apocalipse. Dessa forma, com base em suposição, Franz concluiu o primeiro capítulo do livro fazendo impactantes declarações a respeito do que provavelmente poderia acontecer em 1975:

Assim, dentro de poucos anos em nossa própria geração atingiremos o que Jeová Deus poderia considerar como o sétimo dia da existência do homem. Quão apropriado seria se Jeová Deus fizesse deste vindouro sétimo período de mil anos um período sabático de descanso e livramento, um grandioso sábado de jubileu para se proclamar liberdade através da terra a todos os seus habitantes! Isto seria muito oportuno para a humanidade. Seria muito apropriado da parte de Deus, [...] Não seria por mero acaso ou acidente, mas seria segundo o propósito amoroso de Jeová Deus que o reinado de Jesus Cristo, o “Senhor do sábado”, correspondesse ao sétimo milênio da existência do homem (conforme citado em *Crise de Consciência*, páginas 246 e 247).

É verdade que Franz não diz taxativamente que 1975 ficaria marcado como o ano em que Deus interviria diretamente nos assuntos humanos, exterminando toda a humanidade, exceto as Testemunhas de Jeová. Mas as suas suposições foram levadas a sério talvez pela maioria das Testemunhas, que na época ascendiam a pouco mais de um milhão. Como pode ser visto na tabela da próxima página, o número de Testemunhas quase dobrou nos anos que se seguiram, tendo 47% de crescimento apenas nos anos que antecederam a 1975. Qual a razão desse aumento vertiginoso? Minha suposição é que todos aqueles que creram nas argumentações de Franz passaram a fazer uso delas no seu serviço de casa em casa e, em consequência, milhares de novos se achegaram à organização porque também creram na argumentação que se lhes apresentaram.

1960	_____	916.332	
1965	_____	1.109.806	=> + 21%
1970	_____	1.483.430	=> + 33,5%
1975	_____	2.179.256	=> + 47%

(fonte: *Proclamadores do Reino*, página 717)

Em corroboração dessa tese, a mesma fonte nos informa que, no quinquênio seguinte a 1975, o aumento foi de apenas 4, 3% (2.272.278). Se levarmos em conta que nesse período milhares de novos ingressaram na religião, essa estatística só se justifica se presumirmos que outros milhares a deixaram – ante a decepção que foi 1975.

105

Mas como foi possível que milhares ou mais de um milhão de pessoas tenham se deixado levar por apenas uma suposição? A verdade é que o palavreado de Brooklyn não se restringiu ao livro de 1966. Nos anos seguintes foram feitas claras referências a 1975, como se pode ler nas citações abaixo:

Será que o dia de descanso de Deus decorre paralelamente ao tempo em que o homem tem estado na terra, desde sua criação? Parece que sim [...] Em que ano, então, terminariam os primeiros 6.000 anos do dia de descanso de Deus? No ano de 1975. Isto é digno de nota, especialmente em vista de que os “últimos dias” começaram em 1914, e que os fatos físicos de nossos dias, em cumprimento da profecia, marcam esta como a última geração deste mundo iníquo. Por conseguinte, podemos esperar que o futuro imediato esteja cheio de eventos emocionantes para aqueles que depositam sua fé em Deus e em suas promessas. Isto significa que dentro de relativamente poucos anos testemunharemos o cumprimento das profecias restantes que têm que ver com o “tempo do fim” (*Despertai!* de 22 de abril de 1967, página 20, conforme citada em *Crise de Consciência*, página 250; os sublinhados de Raymond Franz foram substituídos pelos meus).

O futuro imediato com certeza estará repleto de eventos climáticos, pois este velho sistema se aproxima de seu fim completo. *Dentro de alguns anos, no máximo*, as partes finais da profecia bíblica relativas a estes “últimos dias” terão cumprimento, resultando na libertação da humanidade sobrevivente para o glorioso reino milenar de Cristo. Que dias difíceis, mas, ao mesmo tempo, que dias grandiosos estão bem à frente! (*A Sentinela* de 1º de novembro de 1968, página 660, conforme citada em *Crise de Consciência*, página 251).

O artigo de que se extraiu a próxima citação intitula-se “O Que Trará a Década de 1970?”

O fato de que já se passaram quase cinquenta e cinco anos do período chamado de ‘últimos dias’ é altamente significativo. Quer dizer que restam apenas alguns anos, no máximo, antes de o corrupto sistema de coisas que domina a terra ser destruído por Deus (*Despertai!* de 22 de abril de 1969, página 13, conforme citada em *Crise de Consciência*, página 251).

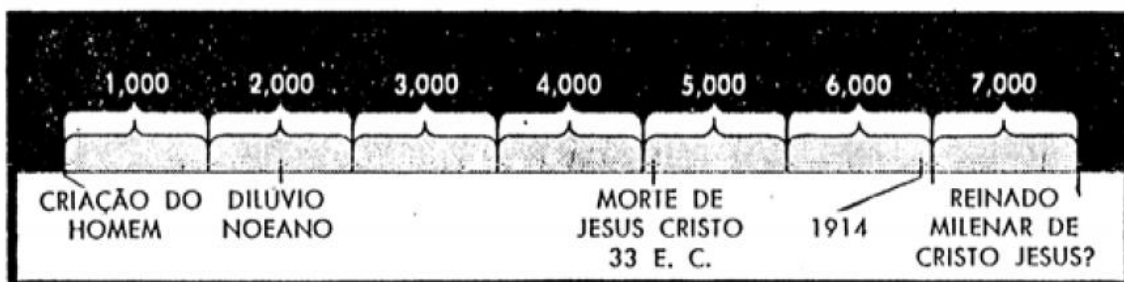
As próximas citações são do livro *A Paz de Mil Anos Que Se Avizinha*, cujo autor é Frederick W. Franz. Publicado em 1969, o livro dá sequência às várias referências que já se fez sobre o que poderá acontecer na década seguinte (os colchetes são de Raymond Franz).

Mais recentemente, pesquisadores sérios da Bíblia Sagrada verificaram novamente a sua cronologia. Segundo os seus cálculos, os seis milênios da vida da humanidade na terra terminariam nos meados da década de mil novecentos e setenta. Portanto, o sétimo milênio a partir da criação do homem por Jeová Deus começaria em menos de dez anos [...] A fim de que o Senhor Jesus Cristo seja 'Senhor até do Sábado', seu reinado de mil anos terá de ser o sétimo de uma série de períodos de mil anos ou milênios. (Mateus 12:8, Al) Seria assim um reinado sabático (páginas 25 e 26 do livro, conforme citado em *Crise de Consciência*, página 252).

Com a chegada da década de 70, a revista *Despertai!* voltou a fazer referência ao acontecimento mais esperado da década. Leiamos:

NOSSA geração presenciará o fim da atual ordem assolada de pressões. Com efeito, há até boa razão para se esperar que uma nova ordem de Deus possa começar na presente década. Por que isto? [...] Se aplicarmos a declaração bíblica de que, para Jeová Deus, 'mil anos são como um dia', isto significaria que os seis mil anos da existência do homem são como apenas seis dias à vista de Deus. (Sal. 90:2; 2 Ped. 3:8) O vindouro reinado milenar de seu Filho seria então um sétimo "dia" após aqueles seis. Seria perfeitamente apropriado ao padrão profético de um período sabático de descanso seguir seis períodos de trabalho e labuta. Assim, ao nos aproximarmos do término de seis mil anos de existência humana, durante esta década, há emocionante esperança de que um grandioso Sábado de descanso e alívio se acha deveras às portas (*Despertai!* de 22 de abril de 1972, páginas 26-28).

Para enfatizar a questão, o artigo trouxe também um gráfico, que é reproduzido a seguir, conforme consta em *Crise de Consciência*, página 253.



Ao nos aproximarmos do fim dos 6.000 anos da história humana em meados de 1970, há emocionante esperança de grandioso alívio.

Um periódico mensal, de circulação apenas entre as Testemunhas, também fez chocantes referências aos acontecimentos esperados. Leiamos:

Em vista do curto período de tempo que resta, desejamos fazer isso [intensificar o serviço de visita aos lares] tão amiúde quanto as circunstâncias o permitam. Apenas pensem, irmãos, restam menos de noventa meses até que se completem os 6.000 anos da existência do homem na terra (*Ministério do Reino* de maio de 1968, página 4, conforme citado em *Crise de Consciência*, página 255).

Receberam-se notícias a respeito de irmãos que venderam sua casa e propriedade e que planejam passar o resto dos seus dias neste velho sistema de coisas empenhados no serviço de pioneiro. Este é certamente, um modo excelente de passar o pouco tempo que resta antes de findar o mundo iníquo. — 1 João 2:17 (*Ministério do Reino* de julho de 1974, páginas 3 e 4, conforme citado em *Crise de Consciência*, página 255).

Diante das declarações acima, como se pode dizer que nunca se fez nenhuma declaração taxativa de que algo aconteceria em 1975? Essa declaração de fato não se encontra em parte alguma, mas toda a argumentação desenvolvida faz que se obtenha o mesmo resultado. Adicione a isso as visitas semestrais que fazem às congregações os representantes da Torre de Vigia, conhecido entre as Testemunhas como superintendentes de circuito. Relata-se que estes fizeram muitas declarações exacerbadas pelo mundo inteiro. Na qualidade de representantes da entidade religiosa, esses homens recebem por escrito grande parte do que devem dizer nas suas visitas às congregações. É possível que nesses escritos também nunca constasse declarações específicas sobre 1975, mas certamente podiam seguir a mesma linha que se pode ler nas citações acima. E quem já foi ou é Testemunha de Jeová sabe o quanto esses homens são treinados para usar a arte de persuasão no que diz respeito a exortar a que se intensifique o serviço de visita às casas. Então, com 1975 dobrando a esquina, quão fácil deve ter sido para alguns exercitarem a sua arte persuasão!

Agora presumo que ao leitor seja compressivo porque o número de Testemunhas dobrou em apenas uma década. Não foi apenas em razão de uma suposição lá em 1966. Pois, como vimos, seguiu-se uma longa lista de afirmações persuasivas no que diz respeito ao que poderia acontecer em 1975. Quem foi Testemunha de Jeová na época, certamente pôde presenciar que os anos eram de vivas expectativas – as quais se provaram falsas.

É verdade que também foram dados alertas sobre não viver com uma data em mente. A revista *A Sentinela* de 15 de dezembro de 1974, por exemplo, debaixo do subtítulo “Não servimos apenas até certa data”, a autoridade religiosa chama a atenção para o fato de que os cristãos primitivos sabiam que uma “tribulação” viria sob Jerusalém, mas não decidiram ser cristãos apenas até então. E prossegue:

E o mesmo se dá hoje entre os verdadeiros cristãos, que reconhecem em base do cumprimento da profecia bíblica, que o fim deste inteiro sistema iníquo de coisas está próximo. É verdade que a mais exata cronologia bíblica disponível indica que 6.000 anos da existência humana terminarão em meados da década

de 1970. De modo que estes cristãos estão intensamente interessados para ver se isto coincidirá com o irrompimento da “grande tribulação” dos nossos dias, a qual eliminará da terra todos os iníquos. Pode coincidir. Mas eles nem mesmo tentam predizer com exatidão quando virá a destruição do sistema iníquo de coisas de Satanás. Estão contentes em esperar e ver, reconhecendo que nenhum homem na terra sabe a data. — Mat. 24:36 (A *Sentinela* de 15 de dezembro de 1974, páginas 754 e 755).

Outros dois artigos na mesma linha apareceram na revista *A Sentinela* de 1º de novembro de 1975. O primeiro deles, com o título “Por que não fomos informados acerca “daquele dia e daquela hora” ”, tem como texto base Mateus 24:42, que diz: “Mantenham-se vigilantes, porque vocês não sabem em que dia virá o seu Senhor”. Mas notem: essa revista é de *novembro* de 1975. A essa altura, já parecia evidente a muitos que as previsões iriam fracassar. Dando esses alertas às vésperas e em pleno 1975, a *Organização* claramente deixou de fazer jus ao nome *Torre de Vigia*.

Esse nome remete à antiguidade, uma época em que as cidades comumente eram muradas com o fim de proteger-se de tropas invasoras. Nessas muralhas podiam-se construir torres altas, onde vigias podiam ver, à distância, o deslocamento de tropas vindo em direção à cidade e, a tempo, soar um alerta de modo a mobilizar tropas de defesa. A organização *Torre de Vigia*, que alega servir-se do espírito santo para fornecer alertas apropriados em tempo conveniente, soou de fato alertas, mas ficou evidente que, enquanto nesse estágio, agia como falsária, representando não a Deus, mas apenas promovendo a si mesma.

A organização religiosa cita, em sua defesa, uma solicitação de precaução quanto a datas que apareceu na revista *A Sentinela* de 1º novembro de 1968; mas considerando que, depois disso, diversas outras declarações foram feitas em sentido contrário, como podem esperar que se levassem a sério palavras de 1968? Mas esse tipo de justificativa é típico dessa entidade religiosa. O livro *Proclamadores do Reino*, já várias vezes citado até aqui – em muitos casos, simplesmente para conceder direito de defesa à Torre de Vigia –, também tem algo a dizer sobre 1975. Leiamos:

“Diga-me, que significa esse 1975?”

As Testemunhas já por muito tempo partilhavam a crença de que o Reinado Milenar de Cristo viria depois de 6.000 anos da história humana. Mas quando terminariam os 6.000 anos da existência humana? O livro *Vida Eterna — na Liberdade dos Filhos de Deus*, lançado (em inglês) numa série de congressos de distrito em 1966, apontava para 1975. Já no congresso, quando os irmãos examinaram o conteúdo, o novo livro suscitou muitos comentários sobre 1975.

No congresso realizado em Baltimore, Maryland, F. W. Franz deu o discurso concludente. Ele começou por dizer: “Pouco antes de eu subir à tribuna, um jovem se aproximou de mim e disse: ‘Diga-me, que significa esse 1975?’” O

irmão Franz mencionou muitas perguntas feitas sobre se a matéria no novo livro queria dizer que em 1975 o Armagedom teria terminado, e Satanás estaria amarrado. Ele disse, em síntese: 'Pode ser. Mas não estamos dizendo isso. Todas as coisas são possíveis a Deus. Mas não estamos dizendo isso. E que ninguém seja específico ao falar sobre o que irá acontecer a partir de agora até 1975. Mas, prezados irmãos, a grande questão é: o tempo é curto. O tempo está-se esgotando, não resta dúvida sobre isso.'

Nos anos que se seguiram a 1966, muitas Testemunhas de Jeová agiram em harmonia com o espírito do conselho dado. Todavia, outras declarações foram publicadas sobre esse assunto, e algumas foram provavelmente mais taxativas do que seria aconselhável. Isso foi reconhecido em *A Sentinela* de 15 de setembro de 1980 (página 17). Mas as Testemunhas de Jeová foram também acauteladas no sentido de se concentrarem principalmente em fazer a vontade de Jeová e não ficarem excessivamente preocupadas com datas e expectativas de pronta salvação (*Proclamadores do Reino*, página 104; para apoiar a última frase desta citação, a Torre de Vigia cita as últimas três revistas citadas acima).

Considerando quão traumático foi para muitos o ano de 1975, cabia à organização religiosa expressar-se com um sincero pedido de perdão. Mas perdão nunca foi solicitado, nem na época e nem desde então. A citação acima, que foi escrita quase vinte anos depois, bem que poderia ser mais cândida, como se propõe o livro; mas, ao passo que faz um simulacro de candura, a entidade religiosa parece estar mais inclinada a justificar-se do que propriamente fazer um reconhecimento honesto de que foi gravemente culpada com relação a 1975.

Dois anos após constatar-se o fracasso profético, a revista *A Sentinela* trouxe uma breve referência ao caso. As palavras são reveladoras:

Não é aconselhável que fixemos a vista em certa data, negligenciando coisas cotidianas, de que devemos normalmente cuidar, como cristãos, coisas tais como as de que nós e nossa família realmente precisamos. Talvez nos esqueçamos de que, quando o "dia" vier, não mudará o princípio de que os cristãos precisam sempre cuidar de todas as suas responsabilidades. Caso alguém tenha ficado desapontado, por não seguir este raciocínio, deve agora concentrar-se em reajustar seu ponto de vista, por não ter sido a palavra de Deus que falhou ou o enganou e lhe causou desapontamento, mas, sim, seu próprio entendimento baseado em premissas erradas (*A Sentinela* de 15 de janeiro de 1977, página 57).

Convenhamos, foram de palavras assim que os anos anteriores se mostraram carentes. Mas os autores dessas palavras são os mesmos que, em anos anteriores, fizeram circular pelo mundo exortações de que o tempo estava se esgotando e que, portanto, abrir mão de tudo e gastar-se pelo resto dos dias no serviço de pregação era a melhor coisa a fazer. Quando alguns passaram a seguir esse conselho, os homens de Brooklyn não se furtaram a divulgar que

irmãos “venderam sua casa e propriedade e que planejam passar o resto dos seus dias neste velho sistema de coisas empenhados no serviço de pioneiro”. Ainda é possível deduzir do texto que os autores se recusam a apontar o dedo para si, preferindo colocar a questão como se todos compartilhassem a culpa por terem desenvolvido “entendimento baseado em premissas erradas”.

O livro *Proclamadores do Reino*, citado anteriormente, menciona a revista *A Sentinela* de 15 de setembro de 1980 como constando um reconhecimento de culpa por 1975. Como é típico, os autores primeiro procuram tecer uma rede sobre a qual repousarão a “culpa”. Falam inicialmente que os cristãos, no decorrer dos séculos, sempre desejaram a vinda do Reino e, por terem vida curta, ansiaram que este viesse enquanto vivos estivessem. Depois afirmam que outros, no decorrer da história, em razão de esperarem o Reino, procuraram, em suas próprias mentes, acelerar a sua vinda. Finalmente, citam o alerta de Paulo contra deixar-se levar por aqueles que, por meio de palavras, alegando representar a Deus, proclamam a presença do Seu Reino (2 Tessalonicenses 2:1-3). E então prosseguem:

Nos tempos modernos, tal avidez [pela vinda do Reino], embora elogiável em si mesma, tem levado a tentativas de fixar datas para a desejada libertação do sofrimento e das dificuldades, que são o quinhão das pessoas em toda a terra. Quando foi publicado o livro *Vida Eterna — na Liberdade dos Filhos de Deus* e seus comentários sobre quão apropriado seria se o reinado milenar de Cristo fosse paralelo ao sétimo milênio da existência do homem, criou-se muita expectativa sobre o ano de 1975. Fizeram-se naquele tempo, e depois, declarações que enfatizavam que se tratava apenas de uma possibilidade. Infelizmente, porém, ao lado de tal informação acauteladora, publicaram-se outras declarações que davam a entender que tal cumprimento da esperança até aquele ano era mais uma probabilidade do que mera possibilidade. Lamenta-se que estas últimas declarações, pelo visto, tenham ofuscado as acauteladoras e tenham contribuído para o aumento duma expectativa já criada (*A Sentinela* de 15 de setembro de 1980, página 17).

“Lamenta-se” foi o máximo que se conseguiu dizer. Não faz mal. As declarações de Paulo, contra deixar-se levar por aqueles que gritam ao mundo que o Reino de Deus já chegou, sempre foram oportunas no decorrer da História. Na década de 70, eram especialmente oportunas tendo em vista os pronunciamentos que vinham de Brooklyn.

O Corpo Governante e o fim do mundo

Dois anos após o fiasco que fora 1975, as autoridades de Brooklyn sofreram como que uma “revolução interna” (palavras de Raymond Franz); com isso, o poder, tendo deixado de ser exclusividade do presidente, passou a ser compartilhado por um grupo de cerca de dez homens – o Corpo Governante. Este, por sua vez, tinha a responsabilidade de olhar em volta, para os milhões

sob seus cuidados, e servir-se das duras lições que o passado lhes apresentava. Mas os homens de Brooklyn, pelo visto, *lamentaram* 1975 apenas em palavras. Sob a segurança econômica que lhes oferecem os mobiliados cômodos da sede, os homens de então, dispondo de alimentação, vestuário e tratamento médico, serviço de cozinha e faxina, roupa lavada e transporte – não deram nenhum sinal genuíno de que lamentavam o fato de que o milênio não chegou, fazendo com que os milhões sob seus cuidados passassem a acordar para a realidade e ver a vida por enfrentar – cada um às próprias custas!

Que o fim do mundo estava ainda à frente, todos se deram conta. Mas quando viria? O Corpo Governante tinha uma resposta.

- A geração que não passaria – parte 2

Quando se começou a dizer, na década de 40, que a geração mencionada por Jesus constituía-se de pessoas cuja duração de suas vidas coincidiria com o começo e o fim dos sinais mencionados por Cristo, estimou-se que essa geração devia durar cerca de 40 anos. A recomendação de Cristo a respeito de que estas, ao presenciar o começo dos sinais, deviam pôr-se de pé, “porque o seu livramento está se aproximando”, levou a autoridade religiosa a concluir que se tratava de pessoas suficientemente idosas – em 1914 – “para testemunhar com entendimento o que aconteceu quando começaram os “últimos dias” ” (Lucas 21:28; *Desperta!* de 22 de abril de 1969). Com isso, pode-se presumir que, em 1914, alguém, para se enquadrar no entendimento da Torre de Vigia, tinha de ser pelo menos adolescente – jamais uma criança. Mas no fim da década de 70, com os adolescentes de 1914 reduzidos a uns poucos octogenários, foi necessário fazer um ajuste no ensino, de modo a fazer que pessoas mais novas passassem a se enquadrar nas palavras de Jesus. Leiamos:

Assim, tratando-se da aplicação ao nosso tempo, a “geração”, logicamente, não se aplicaria aos bebês nascidos durante a Primeira Guerra Mundial. Aplica-se aos seguidores de Cristo e a outros que puderam observar aquela guerra e as outras coisas ocorridas em cumprimento do “sinal” composto indicado por Jesus. Algumas dessas pessoas ‘de modo algum passarão até’ que tenha ocorrido tudo o que Jesus profetizou, inclusive o fim do atual sistema iníquo (*A Sentinela* de 15 de janeiro de 1979, página 32).

Ao passo que, em 1969, falou-se de “entendimento”, a palavra agora é “observar” – mesmo que não entenda. É difícil compreender que alguém, que apenas tem a capacidade de “observar”, pode ainda assim ser seguidor de Cristo – com convicção! Mas, que o leitor entenda, trata-se de um esforço da Torre de Vigia para esticar um pouco mais a duração da geração de 1914. Em adição a isso, a revista *A Sentinela* de 15 de abril de 1981, página 31, recorrendo a um artigo da *U. S. News & World Report*, que sugeria ser à idade

de dez anos que uma criança começa a criar lembrança duradoura, passou a afirmar que, segundo esse novo conceito, havia ainda 13 milhões de norte-americanos com lembrança da Primeira Guerra Mundial. Com isso, os adolescentes de 1914 foram substituídos pelas crianças de então – ainda que no mínimo de dez anos. Mas três anos depois, em 1984, a organização religiosa viu-se obrigada a revisar mais uma vez o ensino da geração de 1914. Servindo-se de dicionários bíblicos produzidos por eruditos da cristandade, os quais definiam quem podia fazer parte de uma geração, a Torre de Vigia concluiu:

Estas definições abrangem tanto os que nasceram por volta da época dum acontecimento histórico como todos os que estavam vivos na ocasião.

Se Jesus usou a palavra “geração” nesse sentido e se a aplicarmos a 1914, então os bebês daquela geração têm agora 70 anos ou mais. E outros que estavam vivos em 1914 estão com seus 80 ou 90 anos, sendo que uns poucos já atingiram a idade de cem anos. Ainda há muitos milhões dessa geração vivos. Alguns deles ‘de modo algum passarão até que todas estas coisas ocorram’. — Lucas 21:32 (*A Sentinela* de 15 de janeiro de 1984, página 5).

As definições podem até ser corretas. Resta-nos entender então como podem se aplicar a bebês as palavras de Cristo: “Quando essas coisas começarem a ocorrer, ponham-se de pé e levantem a cabeça, porque o seu livramento está se aproximando”. Caso Cristo de fato incluía bebês no seu sentido de “geração”, então cabia perguntar-Lhe como bebês podiam atender sua recomendação.

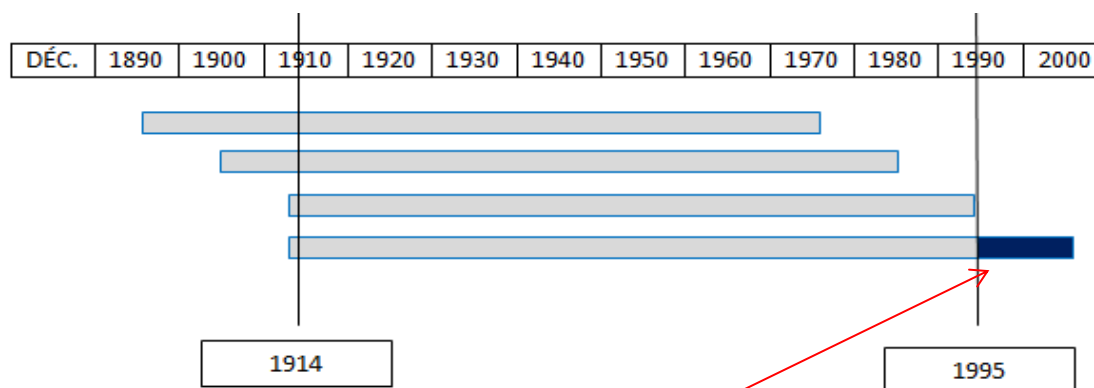
Ninguém perguntou.

Nos anos posteriores a 1984, a organização Torre de Vigia restringiu-se a dizer que componentes da geração de 1914 ainda estariam vivos quando viesse o fim do mundo. Mas com a chegada dos anos noventa sem que viesse o fim, a manutenção do sentido que por décadas se atribuía à palavra “geração” estava beirando ao ridículo. Durante as décadas anteriores, à medida que o fim tardava em chegar, foi-se trazendo para mais próximo possível de 1914 o ano de nascimento dos que compunham a “geração”; mas agora, sem essa opção, restava apenas, como que por magia, aumentar a expectativa de vida da “geração” até que viesse o fim.

Diante disso, a organização religiosa optou por procurar outro sentido para a palavra geração. E encontrou.

- A geração que não passará

Abordando o tema “geração” por 12 páginas, a revista *A Sentinela* de 1º de novembro de 1995 surpreendeu a muitos – inclusive a mim – ao dizer que, contrário ao que por décadas se afirmou, a palavra “geração” nada tinha a ver com a duração média da vida de uma pessoa. Leiamos:



Em meados da década de 1990, esta era a crítica situação da Torre de Vigia com relação à palavra “geração”.

113

O povo de Jeová, ansioso de ver o fim deste sistema iníquo, às vezes tem especulado sobre quando irromperia a “grande tribulação”, até mesmo relacionando isso com cálculos sobre a duração da vida duma geração desde 1914. No entanto, ‘introduzimos um coração de sabedoria’, não por especular sobre quantos anos ou dias constituem uma geração, mas por refletir em como ‘contamos os nossos dias’ em dar alegre louvor a Jeová. (Salmo 90:12) Em vez de estabelecer uma regra para a medição do tempo, o termo “geração”, conforme usado por Jesus, refere-se principalmente a pessoas contemporâneas dum certo período histórico, com as características identificadoras delas (página 17).

Portanto, hoje, no cumprimento final da profecia de Jesus, “esta geração” parece referir-se aos povos da terra que vêem o sinal da presença de Cristo, mas que não se corrigem (página 19)

Como de costume, O Corpo Governante não dá nenhuma demonstração de que se considera responsável pelas declarações enganosas que fez durante décadas; prefere dizer, como se pode ler acima, que “o povo de Jeová” – não exclusivamente ele – é culpado de especulação. Então, com essa linha de raciocínio, a autoridade religiosa isenta a si mesma de ter que pedir perdão por ter incorrido em falsa profecia. Presume, naturalmente, uma vez que não se considera culpada, que Deus não lhe chamará às contas por tais e quais palavras. Curiosamente, foi a respeito de raciocínio desse tipo que Jeová falou francamente a Ezequiel:

Viste, ó filho do homem, o que os idosos da casa de Israel estão fazendo na escuridão, cada um nos quartos internos da sua peça de exibição? Pois estão dizendo: Jeová não nos vê. Jeová deixou o país – Ezequiel 8: 12.

O entendimento reajustado parece indicar que a Torre de Vigia está a abandonar sua especulação a respeito de quão próximo deve estar o fim do

mundo. Afinal de contas, uma geração nos moldes da nova definição pode estender-se por décadas, talvez por séculos. Temendo que esse conceito viesse a desestimular o rebanho, o Corpo Governante julgou apropriado dar um lembrete:

Será que nosso ponto de vista mais preciso sobre “esta geração” significa que o Armagedom está ainda mais longe do que pensávamos? De forma alguma! Embora nunca soubéssemos ‘o dia e a hora’, Jeová Deus sempre os soube, e ele não muda (Malaquias 3:6) (revista supracitada, página 19).

O fato principal resultante desse ajuste doutrinal é que o Corpo Governante se livra do desconforto de ter atrelado a 1914 a duração média de uma vida – ao final da qual deveria vir o fim. Estando prestes a ser desmascarados pelo tique-taque do tempo, os homens de Brooklyn agiram repentinamente de modo a salvar as aparências. Milhões de pessoas foram literalmente enganadas por muitas décadas, mas, como se viu, nenhum enganador se apresentou. Se, como se alega, as palavras sobre 1975 ficaram restritas a probabilidades, as palavras sobre quanto duraria uma geração foram colocadas no nível da certeza absoluta. Diante disso, como fica a moral de quem as pronunciou? O Corpo Governante, que reivindica para si o status de ser o porta-voz de Deus na terra, não explica como isso se ajuste ao fato de terem dito tamanha inverdade – a menos que, nessa questão específica, falasse apenas por si. Como não podemos ter a Deus por mentiroso, os fatos nos obrigam a ter por verdade esta última suposição. Se isso se aplica às palavras sobre o sentido de “geração”, que garantia temos de que não se aplica igualmente a outras tantas afirmações a respeito de outras doutrinas? O fato de que muitas delas têm sido revisadas, algumas até várias vezes, apenas corrobora a tese anterior. Seja lá como for, o carrossel profético sobre o qual cavalgou o Corpo Governante é atualmente apenas motivo de vergonha apara a autoridade religiosa. Essa conclusão obteve-se em 2006 quando a Torre de Vigia, visando recapitular o entendimento bíblico progressivo, decidiu saltar, à moda de quem salta uma cobra, qualquer referência à palavra “geração”. A seguir, atente para a ordem cronológica dos assuntos:

Nos anos seguintes, a vereda dos justos continuava a clarear. Em 1985, foi lançada luz sobre o que significa ser declarado justo “para a vida” e declarado justo como amigo de Deus. (Romanos 5:18; Tiago 2:23) O significado do Jubileu cristão foi explicado cabalmente em 1987.

Em 1995 veio um entendimento mais claro sobre a separação entre “ovelhas” e “cabritos”. Em 1998, houve uma explicação detalhada sobre a visão que Ezequiel teve do templo, visão esta que já está se cumprindo. Em 1999 esclareceu-se quando e como ‘a coisa repugnante que causa desolação estaria em pé num lugar santo’. (Mateus 24:15, 16; 25:32) E, em 2002, obteve-se mais discernimento sobre o que significa adorar a Deus “com espírito e verdade”. — João 4:24 (A Sentinela de 15 de fevereiro de 2006, página 30).

O ano de 1995 até é citado, mas Brooklyn não achou um jeito de relembrar o assunto, não sem admitir que durante décadas fez falsas afirmações sobre um assunto tão delicado. É verdade que a revista *A Sentinela* de 1º de maio de 1999, página 8, remete ao artigo de 1995 por meio de uma nota de rodapé, mas faz isso num contexto em que menciona “entendimento progressivo” e que, portanto, deixa ao leitor a única opção de conformar-se, a menos que não queira enquadrar-se no “entendimento progressivo” da Torre de Vigia (esse entendimento progressivo é muitas vezes justificado com o versículo de Provérbios 4: 18; sobre esse versículo, veja o capítulo 7, página 318).

O significado de “entendimento progressivo” é facilmente assimilado pela mente humana acostumada a pesquisas. Por exemplo, nos primeiros anos de escola se aprende que na antiguidade se pensava que a Terra era o centro do Universo, tendo o Sol, a Lua e as estrelas girando em torno dela. Com o passar dos séculos, especialmente em meados do segundo milênio, astrônomos puderam comprovar, à base de cálculos e de rústicos telescópicos, que o Universo tinha como centro o Sol, não a Terra. Desde então o conhecimento dos astrônomos tem aumentado *progressivamente* e agora se sabe que o Universo é muito mais extenso, sendo o Sol apenas uma estrela como tantas outras. Quando a Torre de Vigia recorre à expressão “entendimento progressivo”, é a isso que ela remete a mente do leitor. Mas será que as suas reformas doutrinárias no assunto em exame realmente se enquadram na expressão “entendimento progressivo”? Vejamos.

- A geração que realmente não passará

No ano de 2008, voltando a revolver em torno da palavra “geração”, o Corpo Governante fez cair por terra a sua tese de “entendimento progressivo”. De acordo com o conceito reajustado, o sentido que passou a se dar à palavra “geração” era o mesmo que se tinha em 1927, conforme apresentado anteriormente à página 103. Naquele ano afirmou-se com convicção que os ungidos é que compunham a “geração” mencionada por Jesus. Em 2008, qual raciocínio apresentava então o Corpo Governante para voltar ao entendimento de 1927? Leiamos (os colchetes são da Torre de Vigia):

Como chegamos a essa conclusão? Por analisar o contexto. Conforme registrado em Mateus 24: 32, 33, Jesus disse: “Aprendeí, pois, da figueira o seguinte ponto, como ilustração: Assim que os seus ramos novos se tornam tenros e brotam folhas, sabeis que o verão está próximo. Do mesmo modo [vós], também, quando virdes *todas estas coisas*, sabeis que ele está próximo às portas.” (Note Marcos 13:28-30; Lucas 21:30-32.) Daí, em Mateus 24:34, lemos: “Deveras, eu vos digo que *esta geração* de modo algum passará até que *todas estas coisas* ocorram.”

Jesus disse que seus discípulos, que logo seriam ungidos com espírito santo, seriam os que estariam em condições de tirar certas conclusões quando vissem ‘todas essas coisas’ ocorrer. De modo que Jesus por certo se referia a seus discípulos quando declarou: “Esta geração de modo algum passará até

que todas estas coisas ocorram.” (A *Sentinela* de 15 de fevereiro de 2008, páginas 23 e 24).

Hoje, as pessoas que não têm entendimento espiritual acham que não há nada de “impressionantemente observável” com respeito ao sinal da presença de Jesus. Acham que tudo continua como antes. (2 Ped. 3:4) Por outro lado, os fiéis irmãos ungidos de Cristo, a atual classe de João, reconhecem esse sinal como se fosse um relâmpago e entendem seu real significado. Como grupo, esses ungidos compõem a atual “geração” de contemporâneos que não passará “até que todas estas coisas ocorram”. Isso indica que alguns dos irmãos ungidos de Cristo ainda estarão vivos na Terra quando a predita grande tribulação começar (revista supracitada, página 24).

A revista não faz nenhuma menção ao fato de que se trata de uma versão recuperada. A razão pode ser que tenha achado desnecessário; uma vez que foi encerrada a reimpressão de revistas antigas, poucas Testemunhas poderiam checar a informação. Por outro lado, se eu fosse responsável pela versão de 1927 e pelas diversificadas versões posteriores, teria muita vergonha de dizer que, por décadas, fiz todo um rebanho andar em círculo. A Torre de Vigia, caso fizesse referência ao conceito de 1927, teria ainda de explicar como isso se ajusta às suas reivindicações de ser orientada pelo espírito santo de Deus.

Os vai-e-voltas doutrinários da Torre de Vigia são perfeitamente compreensíveis se encararmos a religião Testemunha de Jeová como sendo uma religião comum. Qualquer organização humana, dirigida por homens imperfeitos, inevitavelmente revelará traços de imperfeição. No entanto, caso tenhamos de aceitar o conceito de Brooklyn de que se trata de uma religião escolhida por Deus e dirigida por Seu espírito, então deveríamos esperar da religião um comportamento compatível com tal reivindicação. Não é que isso produzisse uma religião perfeita. Os primitivos cristãos, todos imperfeitos, não deixaram de deixar traços de imperfeição nas relações entre si. As cartas de Paulo os revelam agonizando na imperfeição, mas essas mesmas cartas, juntamente com outros escritos cristãos, são o produto do espírito santo; sabemos disso não só porque elas assim o declaram, mas também porque o conteúdo delas exige que seja assim. A Torre de Vigia, ao requerer que a aceitemos como guiada por Deus, costuma apresentar o “entendimento progressivo” como uma prova de orientação divina. Mas em se tratando do caso em questão, a prova apresentada só parece convincente porque se omitiu um detalhe fundamental. Considerando que o conceito atual seja o correto, como se explica o fato de que ele foi rejeitado na década de 1940? Quando alguns dos primitivos cristãos passaram a ter um conceito apóstata sobre a ressurreição, Paulo os condenou e, ao que parece, eles foram expulsos da congregação cristã (1 Timóteo 1:18-20; 2 Timóteo 2: 16-18). Caso Deus, mediante Seu espírito santo, tenha de fato revelado à Torre de Vigia, em 1927, qual era o conceito correto sobre a palavra “geração”, que atitude divina esperaríamos ver quando, na década de 40, a entidade religiosa veio a rejeitar esse esclarecimento em prol de um conceito apóstata?

Pode ser, no entanto, que a Torre de Vigia, sendo uma organização religiosa como tantas outras, não seja mais pecadora do que outras o são. Pode ser que seus erros, muitos dos quais ela própria admite, por si só não a coloque numa condição apóstata. Pode ser que seu conceito atual sobre a palavra “geração” seja tão equivocado como o foi em 1927. Considerando tudo isso, resta o fato de que ela tem se erguido a uma posição que inevitavelmente a coloca diretamente responsável perante Deus pelas afirmações de estar a representa-Lo na terra. Assim como um representante comercial é responsável por vender, não apenas produtos ou serviços, mas também a imagem da empresa, o cristão verdadeiro, pelo que *diz e faz*, é responsável pela imagem que outros formarão sobre quem de fato é Jeová. A Torre de Vigia vez após vez tem martelado esse alerta em sua literatura. Uma vez que considera as Testemunhas responsáveis perante Deus pelo modo como vivem, deveria igualmente reconhecer-se responsável perante Deus por qualquer que seja seu comportamento.

A justiça divina requererá que seja assim.

O conceito reajustado sobre a palavra “geração” teve pouca repercussão entre as Testemunhas de Jeová. Diferentemente do conceito rejeitado em 1995, o conceito rejeitado em 2008 não era assunto de conversa entre elas; creio até que grande parte delas nem o tenha assimilado corretamente. O conceito de 2008 parece que, tanto quanto o anterior, não despertou interesse. Recorrendo à memória, não me lembro de uma única vez em que ele chegou a ser tratado em minhas palestras com Testemunhas. Desde que em 1995 se rejeitou uma boa estimativa de quão próximo estava o fim do mundo, os apelos de urgência com relação ao tempo do fim ficaram restritos a lembretes de quão avançados estávamos depois de 1914 e quão claro estavam os “sinais” indicadores apresentados por Jesus. Em 2010, no entanto, o Corpo Governante voltou a fazer outra boa estimativa de quão próximo estamos do fim. Depois de relembrar o conceito reajustado de 2008, a revista *A Sentinela* passa a nos empurrar goela abaixo um conceito adicional sobre “geração”:

O que essa explicação significa para nós? Embora não possamos medir a extensão exata de “esta geração”, é bom termos em mente várias coisas a respeito da palavra “geração”. Ela em geral se refere a pessoas de variadas idades cujas vidas coincidem por algum tempo durante um período específico; esse período não tem uma duração excessivamente longa; e tem um fim. (Êxo. 1:6) Como, então, devemos entender as palavras de Jesus a respeito de “esta geração”? Ele evidentemente queria dizer que a vida dos ungidos que estavam presentes quando o sinal começou a tornar-se evidente, em 1914, coincidiria em parte com a vida de outros ungidos que veriam o início da grande tribulação. Essa geração teve um começo, e certamente terá um fim. O cumprimento dos vários aspectos do sinal indica com clareza que a tribulação deve estar próxima. Por manter seu senso de urgência e permanecer vigilante, você mostra que está acompanhando a luz crescente e seguindo a direção do espírito santo. — Mar. 13:37 (*A Sentinela* de 15 de abril de 2010, páginas 10 e 11).

Considere que o tema do artigo é: “O papel do espírito santo no cumprimento do propósito de Jeová”. Não sei se foi intensão do Corpo Governante fazer o ajuste do modo mais discreto possível, mas julgo que uma grande parte das Testemunhas não o notou e, agora, penso até que a maioria o desconheça. Desconsiderando essa questão, *uma nova data para o fim do mundo foi marcada*. Ele virá antes que morra os últimos ungidos que foram contemporâneos por algum tempo dos ungidos que viviam em 1914. Qualquer explicação sobre como se chegou a essa conclusão foi omitida; ela também nunca foi dada até os dias de hoje. Por que o comprimento de uma geração tem que ser de exatamente duas gerações sucessivas? Por que não pode ser de três ou mais? Os dados que constam do capítulo 5 de Gênesis nos informam que Adão foi contemporâneo de Lameque, que foi neto de Enoque, portanto, o *nono* homem na linhagem de Adão (Judas 14). Alguém pode sugerir que, em tempos bíblicos posteriores, as pessoas não viviam tanto quanto antes do Dilúvio. Isso é um fato. Mas ainda assim não devia ser rara a convivência entre avós e netos e até entre bisavós e bisnetos. E atualmente, com a expectativa de vida aumentando em diversas partes do mundo, está se tornando comum a convivência entre três ou mais gerações. Caso tenhamos de abrir mão do conceito de que uma “geração” corresponde apenas à duração média de uma vida, precisamos de alguma regra bíblica que dê suporte ao conceito de que representa exatamente *duas* gerações que sejam contemporâneas por pelo menos alguns anos. A Torre de Vigia, em sua defesa, pode afirmar que, no caso específico, a palavra “geração” nada tem a ver com uma “geração” de pessoas do tipo pai e filho e nem do tipo que seja de apenas contemporaneidade. Então, em consequência, ela fica impossibilitada de defender o conceito de que, no caso dos ungidos, é necessário que uma “geração” corresponda a duas gerações de ungidos que seja contemporâneos por pelo menos alguns anos. Mas, considerando que a entidade religiosa habituou-se a falar qualquer coisa sem ser questionada, não é surpresa que tenha optado por agir dessa forma, uma vez que, no caso em questão, uma explicação confusa podia ser pior que explicação alguma (Provérbios 17: 28).

Considerando como verdade o ajuste adicional, quão próximo devemos estar do fim do mundo?

Podemos, por suposição, decidir que a primeira geração de ungidos tenha começado em 1910 – presumindo, naturalmente, que a unção tenha sido imediatamente após batismo. Chamemos esta geração de G1. Considerando que G1 foi batizada aos 20 anos de idade e que viveu até os 70 anos, naturalmente faleceu em 1960. G2, com expectativa de vida de 80 anos, foi batizada em 1955, à idade de 15 anos. Consideremos que a unção tenha sido subsequente ao batismo, de modo a estabelecer alguns anos de contemporaneidade com G1. Com expectativa de vida de 80 anos, G2 deverá falecer em 2020 – e o fim deverá vir antes dessa data (veja representação visual na página seguinte). É difícil imaginar quanta razoabilidade há nessas suposições, mas as palavras da Torre de Vigia nos obrigam a isso. Naturalmente podemos ir aos extremos e refazer nossos cálculos: podemos, por exemplo, nos aproximarmos bem mais de 1914 com o ano de início da primeira geração de ungidos, podemos reduzir para menos de cinco anos a

							<= G1						
1890	1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2020
G2 =>													

Respectivamente, considere 1890 e 1940 como data de nascimento de G1 e G2.

intersecção da vida dos dois grupos na condição de ungidos e podemos também alongar um pouco mais a expectativa de vida de ambas as gerações. Oportunamente pode-se aqui lembrar o caso de Frederick W. Franz. Ele nasceu em 12 de setembro de 1893 e foi batizado em 5 de abril de 1914, cinco meses antes de completar 21 anos e seis meses antes do tão esperado outono; tendo falecido em 22 de dezembro de 1992, ele deixou milhares de companheiros ungidos que lhe foram contemporâneos. Se pudermos decidir que alguém de pouca idade, que se tornou ungido há apenas alguns anos antes de sua morte, possa fazer parte do segundo grupo, então alongamos bastante a “geração” – embora isso fique em desacordo com uma declaração recente da Torre de Vigia de que o segundo grupo já é bastante idoso (*A Sentinela* de 15 de janeiro de 2014, página 31).

Raymond Franz conta que certa vez, por volta de fevereiro de 1980, quando o Corpo Governante se debatia para resolver a questão da “geração”, certos membros influentes do Corpo sugeriram que, em vez de 1914, o ponto de partida para a “geração” devia ser 1957, o ano em que a então União Soviética havia lançado seu primeiro Sputnik ao espaço. Entendiam esses que isso estava relacionado com a declaração de Jesus sobre “o sol escurecerá, a lua não dará a sua luz, as estrelas cairão do céu, e os poderes dos céus serão abalados” (Mateus 24:29). A proposta, naturalmente, foi rejeitada pelos demais membros; e Franz afirma que “os comentários apresentados indicavam que muitos a consideraram fantasiosa” (*Crise de Consciência*, páginas 273 a 276). Uma avaliação equilibrada sobre as novas explicações que a Torre de Vigia dá para a palavra “geração” não nos permite usar termos tão diferentes de “fantasiosa”. Considerando alguns fatores tais como a total ausência de argumentação para justificá-la, a proibição bíblica de ir além das coisas escritas e a declaração de Cristo de que pessoas comuns entenderiam as verdades bíblicas, então a palavra certa é mesmo “fantasiosa” (1 Coríntios 4:6; Mateus 11:25).

Um observador não Testemunha, após uma leitura rápida das novas declarações da Torre de Vigia sobre a palavra “geração”, poderia facilmente concluir que essa organização religiosa subiu no tamborete e pôs, ela própria, a corda no pescoço. Quem conhece o histórico dessa religião, no entanto, se recordará que ela sabiamente reservou para si a prerrogativa de, em caso de fracassarem suas previsões proféticas, simplesmente descer do tamborete de dar novo sentido às declarações bíblicas – independente do que estas realmente signifiquem.

- O Corpo Governante se justifica

Não é exclusividade das Testemunhas de Jeová marcar datas para o fim do mundo, mas, a julgar pelos frutos de tais atitudes, a religião verdadeira não

deveria ser *também* responsável por incorrer nesse erro. Quanto à gravidade disso, leiamos as sinceras e corretas palavras do Corpo Governante no que toca a esse erro, quando cometido por outras religiões:

Por que tantos alarmes falsos?

CONTA-SE que um garoto vigiava as ovelhas dos aldeões. Para agitar um pouco, certo dia ele gritou “lobo! lobo!”, mas não havia lobo algum. Os aldeões acudiram com paus para afugentar o lobo, mas descobriram que não era nada. Foi tão divertido que, tempos depois, o garoto gritou de novo. Novamente os aldeões acudiram com paus, mas descobriram que era outro alarme falso. Depois um lobo veio mesmo, e o garoto soou o aviso “lobo! lobo!”, mas os aldeões não fizeram caso de seus gritos, achando que era outro alarme falso. Haviam sido enganados demasiadas vezes.

Tem acontecido o mesmo com aqueles que proclamam o fim do mundo. Através dos séculos, desde os dias de Jesus, já se fizeram tantas predições não cumpridas que muitos não mais as levam a sério (*Despertai* de 22 de março de 1993, página 3).

O PASTOR que repetidas vezes gritou “lobo” quando não havia nenhum lobo, descobriu que seu posterior grito por ajuda não foi atendido. O mesmo se dá hoje, quando muitos desconsideram a iminência do dia de Jeová por terem ouvido inúmeros avisos que mostraram ser alarmes falsos. O mero fato de que tantos deixam de discernir que aviso é genuíno e de acatá-lo faz o jogo do maior inimigo de Deus, Satanás, esse falso “anjo de luz”. — 2 Coríntios 11:14. (*A Sentinela* de 1º de junho de 1998, página 5).

Agora compare isso com as palavras do Corpo Governante sobre os mesmos erros cometidos pela religião (os colchetes são dos autores).

As Testemunhas de Jeová deram datas erradas para o fim?

As Testemunhas de Jeová já tiveram expectativas equivocadas sobre quando viria o fim. Como aconteceu com os primeiros discípulos de Jesus, houve ocasiões em que esperamos o cumprimento de profecias antes do tempo determinado por Deus. (Lucas 19:11; Atos 1:6; 2 Tessalonicenses 2:1, 2) Mas temos a mesma opinião que Alexander Macmillan, uma Testemunha de Jeová veterana, que disse: “Aprendi que devemos admitir nossos erros e continuar a pesquisar a Palavra de Deus para obter mais esclarecimento.”

Então, por que continuamos a dizer que o fim está próximo? Porque levamos a sério as palavras de Jesus: “Persisti em olhar, mantende-vos despertos.” Se não fizéssemos isso, estaríamos “dormindo” do ponto de vista de Jesus, e isso nos impediria de ter sua aprovação. (Marcos 13:33, 36) Por quê?

Veja um exemplo: O zelador de um prédio soa o alarme de incêndio porque viu sinais de fumaça. Depois de um tempo, todos percebem que foi alarme falso. Mas um dia a atitude alerta do zelador poderá salvar vidas.

Da mesma forma, já tivemos expectativas equivocadas sobre o fim. Mas estamos mais preocupados em obedecer a Jesus e em salvar vidas do que em evitar críticas. A ordem de Jesus de dar “testemunho cabal” nos motiva a avisar outros sobre o fim. — Atos 10:42.

Em vez de nos concentrarmos em *quando* virá o fim, o mais importante é termos certeza de que ele *realmente* virá e estar preparados. Levamos a sério as palavras de Habacuque 2:3: “Ainda que [o fim] demore [comparado ao que se imaginava], continua na expectativa [dele]; pois cumprir-se-á sem falta. Não tardará.” (A *Sentinela* de 1º de janeiro de 2013, página 8)

Primeiro note que a liderança tirou de si a culpa e atribuiu as falsas profecias (que chama apenas de “equivocos”) a todas as “Testemunhas de Jeová”. Também considera que seus “equivocos” não são comparáveis às falsas profecias de outras religiões, mas às pequenas e inocentes dúvidas dos primitivos cristãos. Depois os repetidos avisos de “lobo” foram substituídos por apenas um falso alarme de incêndio. Também, no esforço de amenizar a gravidade dos erros, os autores parecem não perceber que incorrem em uma contradição quando perguntam, no início do segundo parágrafo, “por que continuamos a dizer que o fim está próximo?”. Avisos de que o fim está próximo não é o assunto em exame, mas a marcação de datas para o fim do mundo. Como resposta à pergunta, dá-se o exemplo do zelador que soa um alarme de incêndio. Mas geralmente um alarme de incêndio é dado quando há pelos menos indícios de que há um incêndio em curso, não para alertar moradores de que um incêndio pode acontecer a qualquer momento; se assim fosse, o alarme deveria permanecer ligado 24 horas, o que faria praticamente extinguir-se o sentido de sua existência. E isso remete justamente ao que acontece com a Torre de Vigia, cujo “alarme de incêndio” está ligado há mais de um século – sem que nenhum incêndio esteja à vista. Como então espera ser levada a sério quando de fato houver um “incêndio” de proporções apocalípticas? E dizer logo depois que “estamos mais preocupados em obedecer a Jesus e em salvar vidas do que em evitar críticas” faz parecer que a autoridade religiosa está sendo criticada por fazer a coisa certa, como se Jesus Cristo, em vez de dizer que seus seguidores deveriam se manter alertas, em razão de não saberem quando viria o fim, tivesse dito a eles que gritassem “lobo! lobo!” de vez em quando, mesmo que isso acabasse por resultar em caírem em descrédito. Por fim, lermos que “em vez de nos concentrarmos em *quando* virá o fim, o mais importante é termos certeza de que ele *realmente* virá e estar preparados”, lembra-me imediatamente das palavras de Jesus Cristo referente aos líderes religiosos do seu tempo:

Os escribas e os fariseus se sentaram no lugar de Moisés. Portanto, façam e cumpram tudo o que eles dizem a vocês, mas não ajam como eles, pois falam, mas não praticam o que dizem (Mateus 23: 2,3).

1914: existem fundamentos? 4

O NÚMERO “1914” ESTÁ tão intrinsicamente implantado na mente das Testemunhas de Jeová como deve estar, na mente do leitor, as palavras “Cristo” e “Deus”. Desde que alguém ingressa na religião, e mesmo antes do batismo, passa a ler e ouvir sobre 1914 com uma frequência surpreendente. Isso acontece porque 1914 é o alicerce de todo o arcabouço doutrinário que dá à religião um caráter exclusivo. Em adição a isso, os desdobramentos históricos da religião logo após 1914, conforme considerado no segundo capítulo deste livro, são requeridos como provas de que se trata de acontecimentos preditos na Bíblia e que, portanto, a *autoridade central* das Testemunhas de Jeová foi quem Deus escolheu para representá-Lo na terra. É em razão disso que, com o objetivo de defender a estrutura de autoridade que exerce sobre o rebanho, a Torre de Vigia é tão incisiva na defesa de que 1914 é uma data marcada na profecia. Mas como se chega à data de 1914?

Conforme será explanado mais detalhadamente nas próximas páginas, foram os “sete tempos” (ou 2520 dias) do capítulo 4 de Daniel que conduziram à compreensão de que 1914 é uma data marcada na profecia. Convertidos em 2520 anos, a Torre de Vigia subtrai desse total o ano que adotou para a destruição de Jerusalém (607 AEC) e obtém 1914 EC. Acontece que, entre os historiadores, parece haver unanimidade de que Jerusalém foi destruída em 587 AEC. Caso os historiadores estejam certos, a data bíblica para a Torre de Vigia seria 1934, não 1914. Como a história da religião, nos anos posteriores a 1934, não dá suporte à ideia de uma *prova* e subsequente *aprovação* da religião, como crê que acontece com os anos posteriores a 1914, o Corpo Governante fica impossibilitado de aceitar 1934 como sendo a data bíblica – e isso implica em ele rejeitar a qualquer custo a data de 587 AEC.

Até onde estou sabendo, Carl Olof Jonsson, um ancião da Suécia, foi a primeira Testemunha de Jeová a reunir prova cabal contra a data de 607 AEC. Ele o fez em fins da década de 1970, não com o fim de demolir a sua religião, mas apenas com o objetivo de alertar o Corpo Governante contra um *possível* erro de cálculo. O Corpo Governante demonstrou que não estava interessado em reforma cronológica. Sem conseguir fazer que Jonsson desistisse de suas intensões, a autoridade religiosa fez-se prevalecer pelo poder e Jonsson foi excomungado sob a acusação de apostasia.

Para o proveito de muitos, Jonsson publicou seu trabalho sob o título *Os Tempos dos Gentios Reconsiderados*. Este capítulo baseia-se principalmente no livro dele. Longe de constituir uma cópia gratuita, o meu trabalho tem como

principal objetivo a divulgação da obra de Jonsson, para quem vai todo o crédito pelo meu atual conhecimento de cronologia da era neobabilônica.

Este capítulo é na verdade o produto de um extenso rascunho que eu fazia à medida que lia o livro de Jonsson. Considerando que texto acadêmico não faz parte de minha leitura habitual, o livro de Jonsson me foi um grande desafio à compreensão – daí porque o extenso rascunho. Então, quando decidi escrever este livro, rapidamente me veio à mente que este rascunho, bem mais trabalhado, podia por si só constituir um capítulo. E aqui o apresento ao leitor. Foi algo que a mim ajudou bastante. Creio que também o ajudará.

Consideração preliminar

A leitura desta consideração preliminar pode ser dispensada sem que se comprometa a compreensão do capítulo. Caso tenha dificuldade de compreender algum ponto, é possível que ele esteja sintetizado em razão de já ter sido detalhado nesta consideração preliminar. Assim, volte a esta “consideração preliminar” e leia o assunto relacionado.

- Ponto de partida

A cronologia [...] é a ciência cuja finalidade é a de determinar as datas e a ordem dos acontecimentos históricos, principalmente agrupando-os numa sequência lógica (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Cronologia>, em 18 de janeiro de 2015).

Estamos acostumados a dizer 1970, 2005, 2015, etc.; também dizemos que determinado acontecimento da História ocorreu em 476 A.D, 323 a.C., 539 a.C. Tudo isso soa muito natural para nós, mas na antiguidade as coisas não eram assim. Os israelitas, bem como povos da mesma época, sabiam determinar a passagem dos anos, mas eles não dispunham de um *ponto de partida* pelo qual contar, quer para frente quer para trás, assim, indefinidamente. Em razão disso, havia o costume de determinar o ano de um evento fazendo referência a pontos de partida relativamente curtos, como, por exemplo, há quanto estavam da posse do rei que então governava, ou há quanto estavam de determinado acontecimento marcante.

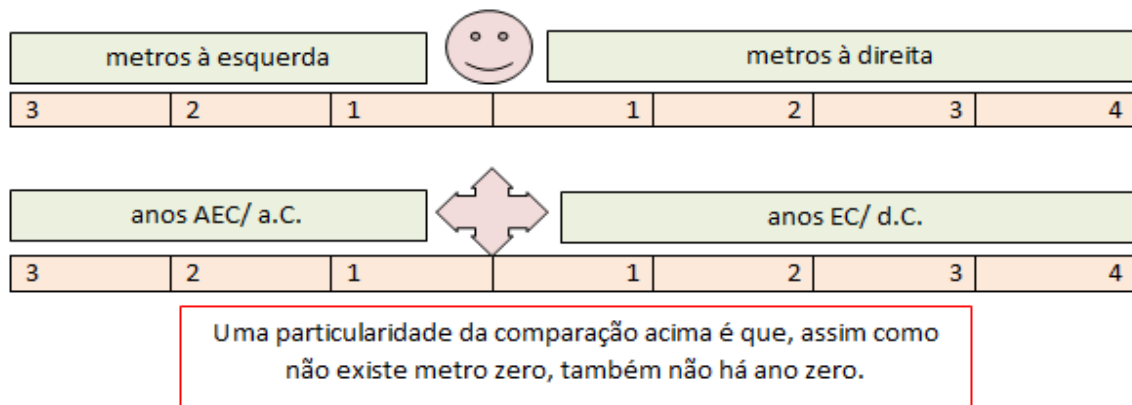
É por isso que lemos:

E sucedeu no quinto ano do Rei Roboão que Sisaque, rei do Egito, subiu contra Jerusalém (1 Reis 14:25).

Isso era relativamente prático para eventos próximos, mas causava dificuldade quando se desejava compreender a sequência exata de eventos que remontavam ao passado cada vez mais distante. Assim, já na antiguidade viu-se a necessidade de um ponto no tempo pelo qual contar os anos, quer para frente quer para trás. Apesar disso, foi somente há cerca de 1500 anos que se

estabeleceu o ano de nascimento de Jesus Cristo como ponto através do qual contar o tempo.

Para efeito de compreensão, podemos comparar a contagem dos anos à medida de distância a partir de um ponto previamente estabelecido. Considerando direita e esquerda como direções a seguir, contamos dez, quinze ou trinta metros, assim, em ordem crescente, quer para a direita, quer para a esquerda. A contagem do tempo dá-se da mesma forma. Com certa frequência falamos de um evento que aconteceu há cinco anos, há dez anos, etc., bem como também dizemos que um evento acontecerá de agora a três anos, a dez anos, etc. Quando procedemos dessa forma, estamos usando como ponto de partida o ano em que estamos. Mas, conforme citado no parágrafo anterior, para contar o tempo histórico, há cerca de 1500 anos, foi escolhido o ano de nascimento de Jesus Cristo como ponto de partida. É por isso que usamos as expressões 155 d.C. (depois de Cristo) e 46 a.C. (antes de Cristo).



Essa medida facilitou muito o estudo do tempo histórico. No entanto, essa compreensão só é possível porque os homens da antiguidade registraram a ocorrência de uma infinidade de eventos, importantes e banais, os quais iam desde a duração de reinados, a ocorrência de guerras e até fenômenos marcantes, como eclipses e terremotos. Também puseram por escrito uma infinidade de acordos comerciais, a duração de vida das pessoas, relataram eventos relacionados com seus deuses e tratos com nações vizinhas. Caso não dispuséssemos desses registros, nosso estudo cronológico do tempo histórico ficaria bastante comprometido. A maior parte desse legado chega até nós através de descobertas arqueológicas; outra parte é encontrada em livros, os quais, por terem sido considerados fundamentais já na antiguidade, foram copiados por gerações sucessivas à medida que cópias mais antigas iam se desgastando.

- Calendários

Sabemos que o *ano solar* (o tempo em que a Terra gasta para contornar o Sol) é de aproximadamente 365 dias, e que nosso calendário está dividido em 12

meses, cuja duração foi determinada para que a soma deles viesse a dar exatamente 365 dias. Mas esse sistema de medida é uma invenção posterior à época de nosso estudo. Os israelitas e babilônios, nos seus primórdios, determinavam o comprimento do ano com base nas fases da Lua, algo que veio a ser chamado de ano lunar. O ano em Israel, uma terra do Hemisfério Norte, inicialmente era medido de outono a outono; posteriormente, por ocasião do êxodo, Deus determinou que o ano fosse de primavera a primavera. Essa mudança no calendário de Israel o tornou paralelo ao calendário de Babilônia, que também era contado de primavera a primavera. Devemos nos lembrar, no entanto, que, embora o calendário adotado por ocasião do êxodo seja o mais citado na Bíblia, o calendário antigo não foi completamente abandonado.

A medida de um ano lunar era determinada pela passagem de doze sucessivas luas novas. Começando mais ou menos no que hoje chamamos de mês de março, por ocasião da colheita da cevada, contavam-se sete ou oito luas (meses) e então se dava um novo plantio de cevada, que, ao final de doze luas (meses), devia estar pronta para a colheita. Acontece que a duração média de uma lua nova a outra lua nova é de vinte e nove dias e treze horas; portanto, doze luas novas são cerca de onze dias menos que o ano solar. A consequência disso pode ser vista na seguinte ilustração.

Imagine que um agricultor, nos dias atuais, decida guiar-se apenas pelo calendário lunar. Assim, ele começa lançando sementes na primeira lua nova do inverno e estabelece que, desse ano em diante, lançará sementes sempre ao fim de doze luas novas. Com isso, depois de três anos, ele estará lançando sementes um mês antes do inverno e, em dez anos, estará plantado em pleno verão.

Como então resolver o problema? Os israelitas e babilônios escolheram por acrescentar um décimo terceiro mês, quando, ao que me parece, o fim de doze luas novas parecia chegar antes do tempo apropriado para se colher a cevada. Encontra-se registro de que, no quarto século da era cristã, esse décimo terceiro mês era acrescentado, em um ciclo de 19 anos, aos seguintes anos: 3º, 6º, 8º, 11º, 14º, 17º e 19º. Com isso, ao fim de cada ciclo, os dois calendários – o lunar e o solar – deviam marcar o mesmo ponto da estação (Veja *Estudo Perspicaz das Escrituras*, volume 1, páginas 402-404). Esse detalhe é retratado na primeira ilustração da página seguinte. O fato de o calendário em Israel e Babilônia começar com a primavera (Hemisfério Norte) o torna mais de dois meses adiantado em relação ao calendário que usamos atualmente. Essa diferença pode ser vista na segunda ilustração da página seguinte. Em resultado disso, quando queremos nos referir ao *evento de um ano inteiro*, como o ano de um reinado, a forma mais correta de dizer isso é com dois anos consecutivos do nosso calendário. Como pode ser visto na

Sem o décimo terceiro mês:

Anos solares	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Anos lunares										

Meses de defasagem

Com o décimo terceiro mês acrescentado a cada dois ou três anos:

Anos solares	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Anos lunares										

Poucos dias de diferença, quer para mais quer para menos; a cada 19 anos, a diferença é zero.

126

ilustração abaixo, o primeiro ano de Ciro, no calendário lunar babilônico (tarja amarela), ocupa parte de 538 AEC e parte de 537 AEC; logo, a forma correta de expressar isso em nosso calendário é: 538/537 AEC, ou 538/7 AEC. Naturalmente, um evento isolado deve ser expresso normalmente. A queda de Babilônia, por exemplo, ocorreu em meados do *ano A* no calendário lunar babilônico; assim, podemos dizer que esse evento ocorreu em 539 AEC.

Ano A	Ano B	Ano C
539 AEC	538 AEC	537 AEC

- Ano de ascensão

Em Babilônia havia o costume que se convencionou chamar de ano de ascensão. Como o calendário de Babilônia começava com a primavera, os anos de reinado de um rei que tomava posse algum tempo depois da primavera só seriam contados a partir da primavera seguinte, enquanto que os meses anteriores eram contados como ano de ascensão. Essa é a razão de 604/3 AEC ser o primeiro ano de Nabucodonosor como rei de Babilônia, apesar de ele ter ascendido ao trono meses antes.

Há evidências de que os reis de Judá, com capital em Jerusalém, ao passo que seguiam o seu calendário religioso, que ia de primavera a primavera, usavam o calendário civil, de outono a outono, para contar os anos de reinado. Por exemplo, os capítulos 22 e 23 de Segundo Reis relatam dois eventos que ocorreram no 18º ano de Josias. O primeiro é a descoberta de uma cópia da Lei que, pelo visto, estava desaparecida havia muito tempo; o segundo é a páscoa. A descoberta do livro da Lei e sua consequente leitura despertou um forte zelo em Josias, tanto que o levou empreender uma companhia nacional de

combate à idolatria. Caso o começo do 18º ano de Josias tivesse se dado no começo de Nisã, restava apenas duas semanas até a páscoa – tempo insuficiente para todos os eventos citados. Não há como considerar essa páscoa como sendo a do ano seguinte, pois o reinado de Josias já em 1º de nisã entraria no seu 19º ano, mas, como dito antes, os dois eventos ocorreram no 18º ano de seu reinado. A única justificativa razoável é que o 18º ano de Josias tenha se iniciado seis meses antes, em princípio do outono. Isso daria tempo suficiente para ocorrer todos os eventos citados até a páscoa, que ocorreu ainda “no décimo oitavo ano do rei Josias” (TGR4, páginas 371-375).¹

- Um pouco de astronomia

A regularidade dos ciclos dia-noite e inverno-verão foi uma das percepções mais antiga do homem. Logo, além do Sol e da Lua, as estrelas e os planetas passaram a ser alvo de sua atenção. A prova disso é que, em diversas tabuinhas oriundas da antiga Mesopotâmia, há relatos sobre o que acontecia no céu em determinado dia, quais eram os astros visíveis, como transcorreu um eclipse, quanto tempo esse durou; curiosamente, assim como os astrônomos de hoje datam suas observações dos corpos celestes, assim também faziam os antigos babilônios. E como faziam isso? Por citar o nome do rei e por quanto tempo reinava, e também o mês, o dia, a hora e os minutos da ocorrência do fenômeno (veja as páginas 165 e 166).

A razão de esse assunto estar sendo abordado aqui tem a ver com outra regularidade relacionada. Assim como ocorre com os ciclos dia-noite e inverno-verão, os eclipses da Lua e do Sol, bem como o deslocamento dos planetas, todos ocorrem com tal regularidade que é possível prever quando determinado eclipse acontecerá, bem como onde estará determinado planeta em determinado dia do ano. Esse mesmo processo também pode ser feito em retrospectiva, de modo que é possível saber o que acontecia no céu há milênios e em qualquer dia do ano. Essa capacidade, possibilitada pela regularidade dos fenômenos celestes, veio a permitir que se pudesse saber o ano exato, em nosso calendário, de um eclipse que ocorreu na antiga Babilônia. Sabemos que todos os anos ocorrem eclipses, tanto da Lua, como do Sol; isso obviamente acontecia na antiga Babilônia. Mas, embora dezenas de eclipses tenham ocorrido na antiga Babilônia, pelo tempo que durou a era neobabilônica, muitos deles ocorreram em meses diferentes; e mesmo os que ocorreram no mesmo mês, também ocorreram em dias diferentes e, ainda que alguns tenham ocorrido no mesmo dia, é quase certo que tiveram início em horas diferentes. Com isso, se um registro antigo data um eclipse como

¹ Deste ponto em diante o livro de Carl Olof Jonsson, *Os Tempos dos Gentios Reconsiderados*, será abreviado para TGR4, onde o “4” indica a 4ª edição do livro, que foi lançada em 2008.

ocorrendo no segundo ano de um rei **A**, no terceiro mês do ano, e iniciando-se às 23 horas e 20 minutos, e os astrônomos de hoje, ao fazerem uma retrospectiva dos eclipses para a antiga Babilônia, conseguem identificar que, somente no ano de 530 AEC, ocorreu um eclipse com todas as características do registro astronômico, então fica comprovado que o rei **A** iniciou seu reinado em 531 AEC. Mesmo que um ou mais detalhes do eclipse esteja ausente, talvez em razão de o registro estar danificado, outras informações, tais como o posicionamento de um ou mais planetas em relação às estrelas, o posicionamento da Lua ou do Sol em relação ao horizonte, ou em relação aos planetas, tudo isso auxilia na identificação do eclipse, pois *determinada combinação de astros pode não se repetir por milhares de anos*.

Como se chega à data de 1914

A base para a compreensão deste assunto é, na verdade, o cálculo de outra data – o ano de batismo de Jesus Cristo.

Os leitores da Bíblia conhecem muito bem o relato de Daniel, capítulo 9. Ali somos informados de que, depois de se dar a ordem para *se reconstruir as muralhas de Jerusalém até a chegada do Messias*, havia de se passar **69 semanas**. Os livros didáticos nos contam que a cidade de Jerusalém foi destruída pelos babilônios na década de 580 AEC. Por essa ocasião, os babilônios queimaram a cidade, a muralha foi destruída e moradores de Jerusalém foram levados prisioneiros para Babilônia. Em 539 AEC, a própria Babilônia caiu diante do império medo-persa; esse evento permitiu que os judeus prisioneiros voltassem a Jerusalém e reconstruíssem a cidade; mas, devido à oposição de povos vizinhos, a reconstrução do templo ficou interrompida por muitos anos, e só se deu atenção às **muralhas** por volta de 450 AEC. Jesus foi batizado como o Messias cerca de 480 anos depois, por volta do ano 30 EC.

Intérpretes da Bíblia concluíram que o único jeito de 69 semanas indicarem o ano do batismo de Jesus Cristo é se 69 semanas de dias forem transformadas em 69 semanas de anos.

$$450 \text{ AEC} \Leftrightarrow 30 \text{ EC} = 480 \text{ anos}$$

$$69 \text{ semanas} \times 7 \text{ dias} = 483 \text{ dias (ou: 483 anos)}$$

A ordem para se reconstruir as muralhas de Jerusalém consta no livro bíblico de Neemias (capítulo 2). Mas quando foi emitida? A opção de algumas religiões para se chegar à data foi por contar para trás 483 anos a partir do ano de batismo de Jesus Cristo. Isso foi o que fez inclusive a Torre de Vigia.

Como essa entidade religiosa põe esse evento em 29 EC, ela concluiu que a ordem para se reconstruir as muralhas de Jerusalém foi emitida 483 anos antes

– em 455 AEC (os historiadores, no entanto, põem esse evento dez anos depois, em 445 AEC).

Em apoio da correspondência ano–dia, muitos recorrem aos versículos bíblicos de Números 14:34 e Ezequiel 4:6. Quanto a se as Escrituras têm de fato o propósito de estabelecer esse critério, é algo a se discutir; mas o fato é que, de posse desse “critério”, desde o início da era cristã até nossos dias, muitas outras referências bíblicas a períodos de tempos têm sido alvos de interpretações semelhantes ao caso das 69 semanas. Os Adventistas do Sétimo Dia, por exemplo, com base em Daniel 8: 13,14, contam 2300 anos, a partir do ano que estabeleceram para a ordem dada em Neemias – 457 AEC –, e assim chegam a 1844 EC. Esse é o ano que, segundo a igreja, Jesus Cristo assumiu, no céu, a função de Juiz Investigativo.

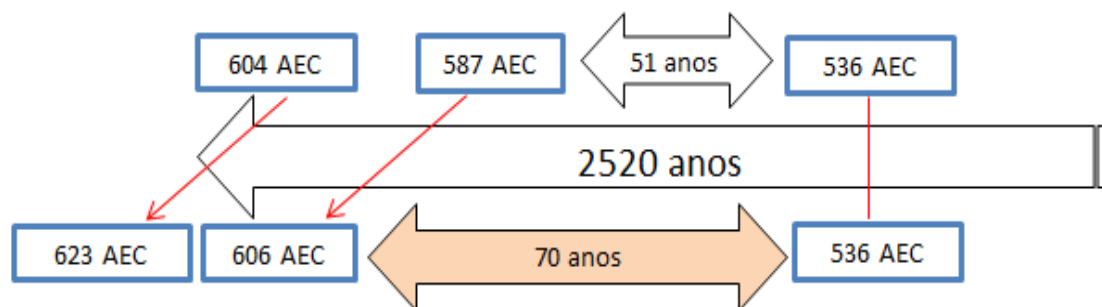
Seguindo o mesmo curso, assim também se estabeleceu a data 1914. Conforme visto no capítulo anterior, na década de 1870, Charles T. Russell recebeu essa data de Nelson H. Barbour, um pregador oriundo do grupo de Guilherme Miller. Barbour, por sua vez, a recebeu de John A. Brown. Em 1823, Brown converteu os “sete tempos”² do capítulo 4 de Daniel em 2520 dias/anos³ e colocou seu ponto de partida em 604 AEC e, logicamente, o seu fim em 1917 EC. (*TGR4*, página 40). Para Brown, 604 AEC era o primeiro ano de Nabucodonosor como rei de Babilônia. Como a Bíblia diz que Jerusalém foi destruída no 18º ano de Nabucodonosor (17 anos completos), isso coloca esse evento em 587 AEC (Jeremias 32:1; 52:29). Mas quando esses cálculos chegaram às mãos de Russell, a data de 604 AEC havia sido retardada em dois anos, e não mais indicava o primeiro ano do reinado de Nabucodonosor, mas sim a data em que ele destruiu de Jerusalém. Com isso, o primeiro ano do rei de Babilônia foi arbitrariamente recuado de 604 para 623 AEC.

A causa desse engano foi o entendimento de que Jerusalém deveria passar por um período de 70 anos de desolação (2 Crônicas 36:20, 21; Jeremias 25:11). Como Barbour acreditava que o primeiro ano de Ciro como rei de Babilônia foi 536 AEC, relacionou essa data com o fim dos “70 anos” mencionados por Jeremias. Então, tendo somado 70 anos a 536 AEC, obteve 606 AEC como sendo o ano da destruição de Jerusalém (*TGR4*, páginas

² Os capítulos 11 de 12 de Apocalipse, que fazem o paralelo entre “*Um tempo, e tempos, e metade de um tempo*” e “*Mil duzentos e sessenta dias*”, são usados no apoio à conversão de “sete tempos” em 2520 dias. Pois, uma vez que “sete tempos” é o dobro de “*Um tempo, e tempos, e metade de um tempo*”, parece apenas lógico que deve corresponder exatamente ao dobro de “*Mil duzentos e sessenta dias*”.

³ Foi logo depois disso que pregadores associaram esses 2520 anos aos “tempos dos gentios” de Lucas 21:24 (*TGR4*, página 42).

91,92). Sem se aperceber do equívoco, Russell adotou 606 AEC como o ano da destruição de Jerusalém e, conseqüentemente, a resultante data de 1914 EC. Mas esses números são confusos. Se 604 foi recuado para 606 (dois anos), por que 1917 foi recuado para 1914 (três anos)? Isso se deu porque houve um erro de cálculo. Nas contas de John A. Brown, foi levado em conta que não houve ano zero entre 1 AEC e 1 EC. E isso implica no acréscimo de uma unidade ao resultado obtido. A data de 1914 é apenas o resultado de uma subtração simples: $2520 - 606$. Com isso, um segundo erro é acrescentado à cronologia da religião.



Segundo Barbour, 70 anos deve ser inserido entre a deportação dos judeus e o suposto primeiro ano de Ciro como rei de Babilônia. Isso faz com que o primeiro ano de Nabucodonosor seja recuando em quase 20 anos.

- Russell foi alertado

Com respeito ao equívoco que resultou num erro de cerca de 20 anos entre a cronologia de Russell e a cronologia historicamente aceita, a revista *A Sentinela* de 1º de outubro de 1904 considerou a carta de um leitor que chamava a atenção de Russell para um possível erro de cálculo.

Caro senhor, uma vez que mudou seus pontos de vista em relação aos Tempos dos Gentios permita-me sugerir a possibilidade de ainda outro erro. O senhor conta o cativeiro dos Judeus de setenta anos em Babilônia principiando com a destronação de Zedequias, o último rei de Judá, mas eu noto que a “Cronologia do Bispo Usher”, dada à margem da nossa versão de Bíblias comuns e com base no “Cânion de Ptolomeu”, o período de setenta anos começa dezenove anos antes, ou seja, no primeiro ano de Nabucodonosor, quando ele levou cativo Daniel e outros judeus proeminentes e colocou o país dos judeus sob tributo. Agora, se o cálculo padrão aceito estiver correto, faria com que os Tempos dos Gentios comecem dezenove anos mais tarde do que você estimou, ou seja, em 587 A.C. em vez de 606 A.C; e por sua vez faria aqueles tempos acabar dezenove anos mais tarde do que você tinha contado, em outubro de 1933 A.D, em vez de outubro de 1914 A.D. O que o senhor diz quanto a isto? Seria o senhor humilde o suficiente para reconhecer que eu alcancei uma nova luz, e que você e todos os leitores da Aurora estão “todos

errados”, andando em escuridão? (A *Sentinela* de 1º de outubro de 1904, páginas 296, 297; reimpressões: páginas 3436, 3437; o original em inglês pode ser lido nos anexos a este capítulo, à página 388).

No entanto, Russell não se deixou convencer; em resposta ao leitor, ele assim se expressou:

Não temos conhecimento de qualquer razão para mudar um número: fazer isso estragaria as harmonias e paralelos tão notáveis entre a era judaica e a era do evangelho (TGR4, página 60).

131

Quanto à questão do ano zero, Russell demonstrou que havia tomado conhecimento do problema, pois já tão tarde quanto em 1912 o assunto foi abordado:

Se Dionísio começou seu período em 1º de janeiro do ano 1 AD, ou se ele começou em 1º de janeiro do ano 0 AD, não podemos ter certeza; nem podemos também nos sentir seguros que ele começou nas datas 31 de dezembro do ano 0, ou 31 de dezembro do ano 1. Para qualquer outra finalidade esta questão seria relativa. Mas, para nós ele tem uma influência muito importante em nosso cálculo dos “Tempos dos Gentios”. Até mesmo neste em particular, o assunto parecia menos importante 30 ou 40 anos atrás do que hoje; por agora como chegamos até o fim dos Tempos dos Gentios estamos dispostos a servir-nos de todos os recursos de um exame crítico e microscópico como jamais imaginávamos fazer a alguns anos atrás (A *Sentinela* de 1º de dezembro de 1912, página 5141; o original em inglês pode ser lido nos anexos, página 389, onde também consta matéria adicional).

Ele tinha então duas opções: adiar em um ano os eventos que esperava para 1914 ou antecipar de 606 para 607 AEC o início da contagem de 2520 anos de modo a coincidir seu fim com 1914. A primeira não lhe era conveniente; a segunda, esta não lhe parecia estar de acordo com os fatos históricos. Assim, em conclusão do assunto, ele expressou-se apenas na base da incerteza:

Há certamente espaço para ligeiras diferenças de ponto de vista sobre este assunto e isso nos leva a conceder um ao outro a mais ampla latitude. A permissão de poder aos gentios pode terminar em outubro de 1914 ou em outubro de 1915. E o período de intensa luta e anarquia “tal como nunca existiu desde que há nação” pode ser o fim conclusivo dos tempos dos gentios ou o começo do reinado do Messias (revista supracitada, conforme consta em *Crise de Consciência*, página 199).

Mas, como vimos no capítulo anterior, 1914 chegou e deixou patente que as previsões de Russell eram falsas. Contudo, o seu sucessor, Joseph F. Rutherford, não estava preparado para admitir um erro sequer. Assim, em pouco tempo cuidou de argumentar que Cristo de fato voltou em 1914, mas que desde então está governando de modo invisível. É isso que defende ainda hoje a liderança religiosa em Brooklyn. Mas como resolveram a questão do ano zero?

Visto que 1914 foi mantido como uma data importante, estava descartada a possibilidade de adiar para 1915 o fim dos 2520 anos. Desse modo, sem nenhuma justificativa, na década de 1940 foi decidido que os judeus chegaram a Jerusalém em 537 e não em 536 AEC, como se afirmava até então.

Explicando como equívocos conduziram a uma data certa – 1914 –, o Corpo Governante, em 1988, chamando-os de *providenciais*, saiu-se com a seguinte explicação:

Providencialmente, esses Estudantes da Bíblia [como eram então conhecidos os seguidores de Russell e Rutherford] não se haviam dado conta de que não existe ano zero entre “AC” e “EC” (ou “AD”). Mais tarde, quando uma pesquisa feita tornou necessário ajustar 606 AC para 607 AEC, eliminou-se também o ano zero, de modo que ainda valia a predição de “AD 1914”. — Veja *“A Verdade Vos Tornará Livres”*, publicado em português em 1946 pelas Testemunhas de Jeová, página 242 (*Revelação – Seu Grandioso Clímax Está Próximo!*, nota de rodapé, página 105).

É possível depreender do texto que as descobertas foram como que simultâneas e mais ou menos por volta da década de 1940. O Corpo Governante, embora cite a palavra “pesquisa”, omite qualquer razão histórica que veio a exigir que 607 AEC passasse a ser o ano da destruição de Jerusalém, bem como também omite o fato de que, já em 1912, Russell demonstrou que sabia da problemática em torno do ano zero.

Com a palavra “pesquisa”, a Torre de Vigia talvez faça referência ao fato de que os registros históricos datam o primeiro ano de Ciro como sendo 538 e não 536 AEC. Como visto anteriormente, com o objetivo de resolver a questão do ano zero, os “70 anos” passaram a ser somados, não a 536, mas a 537 AEC. Visto que a opção era por somar os “70 anos” ao “primeiro ano de Ciro” como rei de Babilônia, a Torre de Vigia teve que considerar 537, não 536 AEC, como sendo o “primeiro ano de Ciro”. O registro dessa mudança pode ser visto no livro *Está Próximo o Reino*, que foi lançado em inglês em 1944. Veja a citação em português na próxima página (na edição em português, lançada em 1953, a citação consta na página 175). Mas resolvia apenas parte do problema, pois a liderança religiosa não ignorava o fato de que historiadores apontavam para 538/537 AEC como sendo o primeiro ano de Ciro. Isso pode ser visto na revista *A Sentinela* de 1º de novembro de 1949, em inglês, página 328.

591	
588	[Nabucodonosor invade o Egito e derrota a Faraó-hofra] Jer. 43: 8-13; 44: 1, 11-14, 24-30
539	[Cal Babilônia e reina Dario]
537	[Primeiro ano de Ciro] 2 Crô. 36: 20-23
535	[Terceiro ano de Ciro]
520	[Segundo ano de Dario II]

Livro Está Próximo o Reino, lançado em inglês em 1944.

Este Gobrias é frequentemente identificado como Dario, o Medo. Daniel 9:1 e 11:1 fala de “o primeiro ano de Dario” como “rei sobre o reino dos caldeus”. Babilônia foi derrubada em outubro de 539 AEC, mas o acerto de contas babilônico ordinária do reinado do rei foi a partir do primeiro dia do mês de Nisã, durante a primavera daquele ano. Daí os meses a partir de Outubro de 539 até 1º de Nisã de 538 AEC, foram referidos como o “começo do reinado”. O primeiro ano completo de Dario seria, portanto, a partir de 1º de Nisã de 538 AEC, até o fim do mês de Adar em 537 AEC, ou, aproximadamente, 24 de março de 538 até 11 de março de 537 AEC, no calendário Juliano (ou, 18 de março de 538 até 5 de março de 537 AEC, calendário Gregoriano). O primeiro ano de Ciro, agora é geralmente datada como 538 aC. Então, se Ciro reinou junto com Dario, o primeiro ano completo de Ciro permitiu mais que dois meses, em 537 AEC, para Ciro emitir seu decreto para a reconstrução do templo em Jerusalém. Mas, se Ciro sucedeu Dário durante, ou logo após o primeiro ano de Dario, em seguida, o primeiro ano completo de Ciro teria seguido a partir de 1º de Nisã de 537 até o fim de Adar em 536 AEC, ou, aproximadamente, 12 de março de 537 até 29 de março de 536 AEC, no calendário Juliano (ou, 6 de março de 537 até 23 de março 536 AEC, calendário gregoriano). Isso permitiria meses suficientes no ano 537 AEC para o decreto de Ciro abranger todo o seu reino, [providenciar] contribuições para a construção a ser feita do templo, para os preparativos da viagem a serem feitos pelos israelitas até Jerusalém, e para eles se estabelecerem nas suas cidades antes do primeiro dia do sétimo mês (Tisri) em 537 AEC. – Esdras 1: 1; 2: 68-70; 3: 1, 6. (A *Sentinela* de 1º de novembro de 1949, em inglês, página 328; o original em inglês pode ser lido nos anexos a este capítulo, página 391).

Nesse artigo, considera-se o caso de um administrador de nome Dario que governou por pelo menos um ano a cidade de Babilônia, possivelmente nomeado por Ciro. Considerando que isso é um fato, a Torre de Vigia argumenta em defesa da possibilidade de que Ciro pode ter assumido o reinado, não em concomitância com Dario (538/537AEC), mas imediatamente após ele, em 537/536 AEC, livrando-se assim de aceitar a data de 538 AEC

proposta pelos historiadores. Caso a Torre de Vigia viesse a somar os “70 anos” de Jeremias a 538 AEC, a data da destruição da Jerusalém passaria a ser 608 AEC e, conseqüentemente, seria obrigada a recuar em um ano a data de 1914. É apenas lógico que isso ela não poderia aceitar. Como então resolveu a questão? Sentindo-se obrigada a se curvar diante da evidência a favor de 538 AEC, a Torre de Vigia considerou que podia aceitar 538 AEC como o primeiro ano de Ciro e ainda assim manter 537 AEC como data a somar “70 anos”. Como fez isso? Por defender que os “70 anos” deviam ser somados, não ao “primeiro ano de Ciro”, mas ao ano da chegada dos judeus a Jerusalém, após serem libertos de Babilônia. Mas há base para se crer que 537 AEC seja a data exata da chegada dos judeus a Jerusalém?

A Bíblia diz que os judeus chegaram a Jerusalém no “sétimo mês”, mas deixa indeterminado o ano. Também diz que foi no “primeiro ano de Ciro” que receberam a ordem para voltar a Jerusalém, mas deixa indeterminado o mês. A Bíblia também informa que, em um tempo posterior, Esdras fez, em quatro meses, o percurso de Babilônia a Jerusalém. Esses dados colocam os judeus chegando a Jerusalém no “sétimo mês” do “primeiro ano” de Ciro – 538 AEC, pois são pelo menos seis meses para se fazer uma viagem que podia ser feita em *quatro*. Então, para contornar a situação, a Torre de Vigia passa a requerer que os judeus tenham um tempo maior para preparar a viagem. Assim, sugere que, em função desse tempo gasto no preparo da viagem, seria impossível que eles chegassem a Jerusalém ainda no “sétimo” mês de 538 AEC (Esdras 1:1-3; 3:1; 7:9).⁵ Novamente, com relação a esse assunto, Russell foi corretamente alertado que o primeiro ano de Ciro foi 538 AEC (*TGR4*, páginas 91, 92). Pelo modo como “corrigiu” os erros envolvendo sua cronologia, a Torre de Vigia usufruiu do sonho de toda criança que vive a aborrecer-se com as primeiras contas: onde lhe cabia refazer os cálculos, cuidou de alterar as parcelas de modo a fazer parecer que fez a conta certa. Infelizmente, não se trata de um aprendiz de matemática, mas de uma organização religiosa que alega ser guiada pelo espírito santo de Deus.

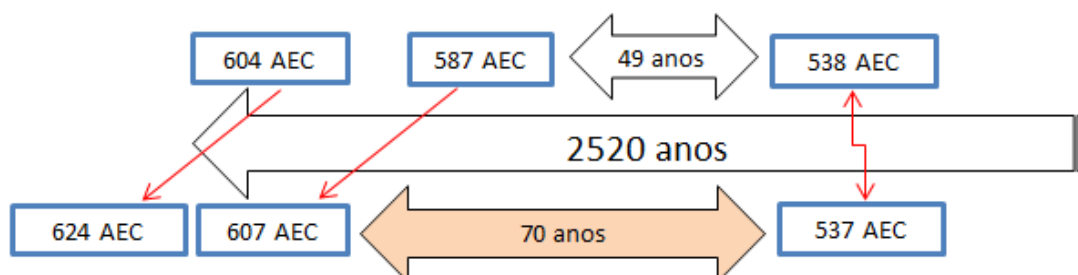
- A defesa da cronologia

Por quase todo o século passado, até por volta da década de 70, a Torre de Vigia não teve muito que se preocupar em defender sua cronologia⁶. Apesar de sempre ter sido de conhecimento dos líderes que a cronologia secular estava em desacordo com a cronologia aceita por eles, a convicção de que os “70 anos” mencionados por Jeremias os apoiavam foi suficiente para mantê-los

⁵ Para checar a validade dessa argumentação, leia a nota 2 do capítulo 3 de *TGR4*.

⁶ Nos primeiros anos da década de 20, Rutherford contendeu com alguns sobre cronologia; mas estes também não dispunham de todos os fatos que hoje confrontam a cronologia da Torre de Vigia (Veja *TGR4*, páginas 284-286).

Com os ajustes feitos pela Torre de Vigia, veja como é o atual quadro de sua cronologia em relação à cronologia defendida pelos historiadores.



O requerimento de que 70 anos sejam inseridos entre a deportação dos judeus e o consecutivo retorno deles a Jerusalém faz com que o primeiro ano do reinado de Nabucodonosor seja recuado em 20 anos.

135

despreocupados e ainda ensaiarem um ar de desprezo para com a “sabedoria do mundo” – 1 Coríntios 1: 18-21. Mas por volta da década de 60, o Corpo Governante, ao decidir produzir uma enciclopédia bíblica, acabou expondo um de seus melhores homens a provas incontestáveis contra a data de 607 AEC. Esse homem era Raymond Franz.

Encarregado de elaborar o verbete “cronologia”, Franz desdobrou-se em pesquisas, serviu-se de muitas bibliotecas de Nova Iorque e até interrogou um historiador perito no assunto. Nada conseguiu que pudesse comprovar que 607 AEC era uma data com apoio histórico. Todas as evidências apontavam para 587 AEC – a data que desde o fim do século anterior fazia-se ouvir pela Torre de Vigia. Em resultado disso, em carta dirigida a Jonsson, Franz conta que um espaço considerável do verbete foi gasto em tentar “mostrar as incertezas existentes nas fontes históricas antigas” (TGR4, página 24). Em fins da década seguinte, em resultado de Jonsson ter enviado o resultado de sua pesquisa ao Corpo Governante, esta autoridade religiosa viu-se pela primeira vez em apuros. Mas, de início, em vez de atacar o problema, o alvo do Corpo passou a ser a pessoa de Jonsson, cujo resultado já ficou dito à página 122.

Somente em 1981 deu-se real atenção à cronologia. Em um apêndice ao livro *Venha o Teu Reino*, quatro páginas foram dedicadas ao assunto. Depois de considerar algumas fontes históricas que dão suporte à data de 587 AEC, a autoridade religiosa dá o seguinte veredicto:

Do ponto de vista secular, tais tipos de evidência talvez pareçam confirmar a cronologia neobabilônica que fixa o 18.º ano de Nabucodonosor (e a destruição de Jerusalém) em 587/6 A.E.C. No entanto, nenhum historiador pode negar a possibilidade de que o atual quadro da história babilônica pode ser enganoso ou errado. Por exemplo, sabe-se que os antigos sacerdotes e reis às vezes alteravam os registros para os seus próprios fins. Ou mesmo quando a evidência descoberta é exata, poderá ser interpretada mal pelos eruditos modernos ou ser incompleta, a ponto de que matéria ainda a ser descoberta

poderá alterar drasticamente a cronologia do período em questão (*Venha o Teu Reino*, página 187).

Esse é o típico argumento que um réu pode usar no tribunal. Ele até reconhece que existem testemunhas contra ele, mas argumenta que não é possível saber se as testemunhas estão falando a verdade. Como uma ré, A Torre de Vigia deseja que o depoimento de testemunhas contra a data de 607 AEC seja descartado simplesmente porque pode vir a ser falso. Em sequência, vários parágrafos são dedicados a defender a validade bíblica dos “70 anos” de Jeremias. E em conclusão:

Estamos dispostos a ser guiados principalmente pela Palavra de Deus, em vez de por uma cronologia que se baseia primariamente em evidência secular ou que discorda das Escrituras (*Venha o Teu Reino*, página 190).

Quando o Corpo Governante decide pôr as palavras da Bíblia à frente das palavras dos homens, parece acreditar que está diante de um argumento imbatível. Mas deixa de considerar que, embora a Bíblia seja produto do espírito santo, ao contrário dos escritos históricos, ambos dizem o que dizem apenas em resultado de que os interpretamos. Ele corretamente afirma que os documentos históricos estão sujeitos a serem mal interpretados... como se a Bíblia fosse imune a tais equívocos! Conforme visto no capítulo anterior, na questão da “geração”, a própria Torre de Vigia comprovou o quanto uma simples frase pode estar sujeita a ser reinterpretada. Mas isso foi tudo o que se pôde dizer em resposta ao trabalho de Jonsson.

Depois disso, somente trinta anos depois, em 2011, o Corpo Governante voltou a abordar o assunto – agora não apenas em quatro, mas em treze páginas. Nas edições de 1º de outubro e de 1º de novembro, a revista *A Sentinela* discutiu a questão com uma seriedade considerável. Diferentemente de 1981, quando toda prova histórica foi posta em dúvida, agora muitos desses documentos foram considerados válidos – mas somente até o ponto em que pareciam apoiar a data de 607 AEC. Como das outras vezes, a interpretação dos “70 anos” mencionados por Jeremias é posta num patamar acima de discussão e todo o testemunho contra ela é desacreditado ou sequer mencionado.

O resultado desses dois artigos, que foram produzidos numa linguagem quase erudita, é que Testemunhas de Jeová por todo o mundo neles se apoiarão sempre que lhes questionarem a validade da cronologia sobre a qual ergueram sua fé. O fato de que a linguagem semierudita deixa o assunto aquém de compreensão para muitas delas não é nenhum problema. A crença inabalável de que os irmãos de Brooklyn estão sempre certos será suficiente para se apegarem aos artigos tal qual um naufrago se apegua a qualquer coisa que lhe vem à mão. Consciente de que é exatamente assim, a Torre de Vigia não deixará de dar lembretes sobre a existência dos artigos. Anciãos os citarão do microfone sempre que uma onda de apostasia lhes rondar a região. Em último caso, os artigos serão fotocopiados e postos na mão de todo simpatizante que fizer um questionamento sincero. A maioria das Testemunhas, naturalmente,

ignora o fato de que diversos autores, por todo o mundo, reuniram provas contra todo o conteúdo dos artigos – e continuarão nesse estado enquanto se subordinarem à proibição de procurarem uma segunda opinião.

Mas quanta validade tem as provas reunidas? Que garantia se apresenta de que Jerusalém foi destruída em 587 AEC? Analisemos.

As provas – aceitação e rejeição

A literatura da Torre de Vigia está repleta de datas bíblicas. Nela pode-se ler que Jerusalém foi destruída em 607 AEC, que o Dilúvio ocorreu 2370 AEC e até que Adão foi criado em 4026 AEC. Isso sugere uma cronologia bíblica pura. Mas o leitor da Bíblia sabe que essas datas não estão lá. Como então a Torre de Vigia determina essas datas? Vejamos.

A Bíblia diz que Adão foi pai de Sete aos 130 anos. Mas isso não nos informa quando foi isso na escala do tempo. Apesar disso, ficamos sabendo que desde a criação de Adão até o nascimento de Sete se passaram 130 anos. Como Sete tornou-se pai de Enos aos 105 anos, ficamos sabendo que, por essa ocasião, já se havia passado 235 anos desde que Adão foi criado. Servindo-se desses números fornecidos pelos primeiros 12 capítulos de Gênesis, a Torre de Vigia calcula que se passaram **2083 anos** desde a criação de Adão até a chegada de Abraão à terra de Canaã. Mas isso é apenas um período de tempo. Não sabemos quando Adão foi criado e nem quando Abraão chegou a Canaã. A Bíblia também fornece outros períodos de tempo:

- **430 anos** – período desde a chegada de Abraão a Canaã até o êxodo (Êxodo 12:40,41; Gálatas 3:17).
- **479 anos** – de acordo com a Torre de Vigia, esse é período de tempo que vai do êxodo até o início da construção do templo, no quarto ano do reinado de Salomão (1 Reis 6:1).
- **37 anos** – correspondente ao restante do reinado de Salomão, que foi de 40 anos (1 Reis 11: 41).
- **390 anos** – No entendimento da Torre de Vigia, esse é o período de tempo desde a divisão do reino, após a morte de Salomão, até a destruição de Jerusalém por Nabucodonosor (Ezequiel 4: 4,5,9).
- **70 anos** – período de tempo que os judeus supostamente passaram ausentes de Jerusalém (Jeremias 25: 11,12).

A soma destes períodos totalizam **3489 anos**, os quais começam com a criação de Adão e vão até a chegada dos judeus a Jerusalém. Mas isso não nos permite saber quando foi um evento e nem quando foi o outro. A infelicidade para quem procura elaborar uma cronologia genuinamente bíblica é que a Bíblia cessa, desse ponto em diante, o fornecimento de informações quanto a períodos de tempo. Caso a Bíblia continuasse a fornecer períodos de

A situação crítica acima pode ser ilustrada com o caso de um homem que é proprietário de um extenso pedaço de terra, que se localiza a *certa distância* e que se estende por **3489** metros. Sem saber a que distância está do começo de sua propriedade, ele fica impossibilitado de dizer a que distância está do seu fim e de qualquer ponto de toda a extensão de terra.

- Lista de reis

Trata-se de uma lista de reis com a duração de seus respectivos reinados, com o detalhe de que, nome após nome, a soma de todos os reinados também é fornecida. Finaliza a lista o nome do imperador romano Antônio Pio (138-161EC), ao passo que é encabeçada por um rei da Babilônia de nome Nabonassar. Veja partes dessa lista na próxima página. O meio da lista nos apresenta os reis que reinaram um pouco antes e até o fim da era correspondente aos supostos 70 anos da Torre de Vigia.

Anos AEC/EC

3	2	1	1	2	3	153 anos	157	158	159	160	161
							19	20	21	22	23

Antônio Pio

[Cuneiform]		[Sumero]	
Começo da lista			
1. Ναβονασσάρου	ιβ (14)	ιβ (14)	
Ναβίου	β (2)	ιβ (16)	
Χινζήρου και Πόρου	ε (5)	κα (21)	
Ίλουλαίου	ε (5)	κς (26)	
Μαρδοκεμπάδου	ιβ (12)	λγ (38)	
Δακενυθ	ε (5)	μγ (43)	
Meio da lista – reis da era neobabilônica		Duração dos reinados	Soma dos reinados
Κινιλαδίου	κβ (22)	ρχβ (122)	
Ναβοπολασσάρου	κα (21)	ρχγ (143)	
Ναβοπολασσάρου	μγ (43)	ρχς (186)	
Ίλλουκρονδάμου	β (2)	ρχη (188)	
Νηριγασολασσάρου	δ (4)	ρχβ (192)	
Ναβοναδίου	ιβ (17)	σθ (209)	
Fim da lista			
Βόμια	γ (3)	ωκη (828)	
Σομτιανου	ιε (15)	ωμγ (843)	
Νέρουα	α (1)	ωμδ (844)	
Τρωανου	ιβ (19)	ωξγ (863)	
Άδριανου	κα (21)	ωπδ (884)	
Αίλιου Αντωνίνου	κγ (23)	Της (907)	
Antônio Pio			
Kandalanu	22 anos		
Nabopolassar	21 anos		
Nabucodonosor	43 anos		
Amel-Maduke	2 anos		
Neriglissar	4 anos		
Nabonido	17 anos		

Em que isso nos auxilia na pesquisa sobre em que ano foi destruída a cidade de Jerusalém? Vejamos:

A Bíblia afirma que Nabucodonosor destruiu Jerusalém no seu 18º ano de reinado (Jeremias 32:1, 52: 29), bem como nos afirma que Ciro, ao conquistar Babilônia, possibilitou a que os judeus prisioneiros voltassem a Jerusalém. A

Torre de Vigia requer que 70 anos sejam inseridos entre esses dois eventos. Por esse raciocínio, deveríamos concluir que a soma dos reinados dos reis que reinaram em Babilônia nesse intervalo seja de exatamente 70 anos. Mas a soma dos reinados de Nabucodonosor a Nabonido é de apenas 66 anos e, visto que somos obrigados a subtrair pelo menos 17 anos do reinado de Nabucodonosor, restam apenas 49 anos para o intervalo correspondente. A correspondência ano-a-ano com os reis listados por Ptolomeu põe o primeiro ano de Ciro em 538 AEC. Então, somando 49 a 538, obtemos 587 AEC⁶ como sendo o ano da destruição de Jerusalém – a data que a Torre de Vigia se recusa a aceitar.

Beroso é um autor do terceiro século AEC. Declarações atribuídas a ele também fornecem a duração dos reinados de reis da antiga Babilônia. Em 2011, no primeiro artigo em defesa da cronologia, à página 29 daquela revista, o Corpo Governante divulga uma tabela com informações básicas sobre Ptolomeu e outros, incluindo Beroso. Veja essa tabela na página seguinte. A pergunta no topo da imagem não nos deixa em dúvida sobre qual é a intenção do Corpo Governante. Ao apontar para as discrepâncias entre os dados fornecidos, a autoridade religiosa deseja nos convencer que as informações podem ser falsas. Suponhamos que sejam; que justificativa há para os números fornecidos por Ptolomeu e Beroso diferirem em apenas 9 meses? O Corpo Governante apresenta uma:

Evidentemente, Ptolomeu baseou suas informações históricas em fontes que remontam ao período selêucida, que começou mais de 250 anos depois de Ciro capturar Babilônia. Portanto, não surpreende que as cifras de Ptolomeu

⁶ O Corpo Governante, embora concorde que Ptolomeu está certo quando põe o primeiro ano de Ciro em 538/7 e, portanto, a queda de Babilônia em 539 AEC, não pode firmar-se em Ptolomeu quanto a estes fatos, sem que, com isso, aceite também 587 AEC como o ano da destruição de Jerusalém. Por esse motivo, a autoridade religiosa precisa recorrer a outras fontes que confirmem essas datas, mas que também não dê suporte à data de 587 AEC. Uma opção foi adotar o suporte oferecido pelas eras contadas em olimpíadas. Servindo-se de fontes tais como Diodoro e Heródoto, ambos da era pré-cristã, a Torre de Vigia fica sabendo que Ciro tornou-se rei da Pérsia no primeiro ano da 55ª olimpíada (supostamente 560 AEC) e que morreu no seu 30º ano de reinado, já no seu 9º ano como rei de Babilônia (segundo escritos da antiga Babilônia). Com isso, a organização religiosa subtrai 21 anos de 560 e obtém 539 AEC como sendo o ano da queda de Babilônia. Os historiadores aceitam essa informação obtida através das eras contadas em olimpíadas, mas apenas porque ela está de acordo com fontes independentes. A declaração de que Ciro se tornou rei da Pérsia em 560 AEC, exatamente na 55ª olimpíada, só é válida se, e somente se, a contagem de olimpíadas estiver absolutamente correta até então – algo que parece estar aquém de confirmação pelos historiadores modernos. Caso haja uma olimpíada a menos, ou uma a mais, a 55ª olimpíada adianta, ou atrasa, o primeiro ano de Ciro em quatro anos (Veja *Estudos Perspicaz das Escrituras*, volume 1, páginas 607,608; *A Sentinela* de 1º de outubro de 2011, página 28 ; *TGR4*, páginas 96-98).

REIS NEOBABILÔNIOS

Se estes historiadores são confiáveis, por que não estão de acordo?

Reis	BEROSO c. 350-270 AEC	POLISTOR 105-? AEC	JOSEFO 37-?100 EC	PTOLOMEU c. 100-170 EC
Nabopolassar	21	20	—	21
Nabucodonosor II	43	43	43	43
Amel-Marduke	2	12	18	2
Neriglissar	4	4	40	4
Labasi-Marduke	9 meses	—	9 meses	—
Nabonido	17	17	17	17

Duração do governo de cada rei (em anos) segundo historiadores clássicos

141

concordem com as de Beroso, um sacerdote babilônio do período selêucida (*Estudo Perspicaz das Escrituras*, volume 1, página 609).

Continuando com o objetivo de lançar dúvidas sobre a lista de reis apresentada por Ptolomeu, a Torre de Vigia compara-a com a lista de reis de Uruk (uma lista que inclui reis da Assíria e Babilônia e chega a abranger até reis da Grécia antiga, o que coloca sua elaboração numa época posterior à era neobabilônica).

Lista de reis de Uruk apresentada pela Torre de Vigia:

COMPARAÇÃO ENTRE O CÂNON DE PTOLOMEU E AS TABUÍHAS ANTIGAS

Ptolomeu omite alguns reis na sua lista. Por quê?

O CÂNON DE PTOLOMEU

Nabonassar
Nabu-Nadin-Zeri (Nadinu)
Muquin-Zeri e Pul
Ululaia (Salmaneser V)
"Rei da Assíria"
Merodaque-Baladã
Sargão II "Rei da Assíria"
Primeiro período sem reis
Bel-Ibni
Assur-Nadin-Sum
Nergal-Uchezibe
Muchezibe-Marduke
Segundo período sem reis
Esar-Hadom "Rei da Assíria"
Samas-Sum-luquin
Candalanu

Nabopolassar
Nabucodonosor
Amel-Marduke
Neriglissar

Nabonido
Ciro
Cambises



A LISTA DE REIS DE URUK CONFORME ENCONTRADA EM TABUÍHAS ANTIGAS

Candalanu
Sin-Sum-Lisir
Sin-Sar-Ichcun
Nabopolassar
Nabucodonosor
Amel-Marduke
Neriglissar
Labasi-Marduke
Nabonido

Referente a essa lista, a Torre de Vigia diz o seguinte:

Note que Ptolomeu alista apenas quatro reis babilônios entre Candalanu e Nabonido. No entanto, a lista de reis de Uruk — parte do registro cuneiforme — revela que sete reis governaram nesse intervalo. Será que o reinado deles foi breve e insignificante? Um deles, de acordo com tabuinhas econômicas cuneiformes, durou sete anos (*A Sentinela* de 1º de outubro de 2011, páginas 30, 31).

Pelo modo como se expressa, a Torre de Vigia parece atribuir um valor incontestável à lista de reis de Uruk. Ela não percebe que, ao fazer isso, apenas confirma a validade da lista de reis que governaram em Babilônia, conforme apresentada por Ptolomeu e Beroso. O nome Labasi-Marduque está ausente na lista de Ptolomeu, mas consta na lista de Beroso, e, conforme ela reconhece na nota 8 (página 31 da revista *A Sentinela* de 1º de outubro de 2011), os “sete anos” se referem a Sin-Sar-Ichcun, um rei fora da lista dos que reinaram durante os supostos “setenta anos”. E embora a Torre de Vigia omita, a lista de reis de Uruk fornece também a duração dos reinados, que é mostrado abaixo, lado a lado com as listas de Ptolomeu e Beroso:

	Ptolomeu	Beroso	Lista de reis de Uruk
Nabopolassar	21	21	21
Nabucodonosor	43	43	43
Amel-Marduque	2	2	2
Neriglissar	4	4	3 anos e 8 meses
Labasi-Marduque	—	9 meses	3 meses
Nabonido	17	17	17
Total	87 anos	87 anos e 9 meses	86 anos e 11 meses

Fonte: TGR4, páginas 123-125

No comentário que faz sobre a lista de reis de Uruk, a Torre de Vigia chama a atenção para os nomes ausentes da lista de Ptolomeu ao passo que omite a duração dos reinados, conforme fornecida pela lista de reis de Uruk. Ao adotar esse procedimento, ela se comporta como se estivesse num tribunal desempenhando um papel de acusação. Com isso, considera que é apropriado apresentar qualquer fato que possa servir de agravante ao crime do réu — Ptolomeu —, ao passo que qualquer atenuante deve ser omitido. Esse expediente pode ser válido numa sala de tribunal, quando interesses genuinamente humanos estão em jogo; mas quando alguém o utiliza para defender a Bíblia, duas coisas devem ser consideradas: ou a Bíblia é um livro inconsistente, ou estar-se a defender uma interpretação errada.

Os nomes ausentes da lista de Ptolomeu é de fato um ponto a se considerar, mas deve ser notado que a lista de Uruk confirma todos os nomes citados por Ptolomeu para o período dos supostos “setenta anos” — e se acrescenta Labasi-Marduque, apenas confirma a lista de Beroso. Segundo a lista de Uruk, a soma da duração dos reinados dos reis do período entre a destruição de Jerusalém e

a queda de Babilônia é de 49 anos, muito longe dos “setenta anos” requeridos pela Torre de Vigia. Essa é a razão de ela dizer nas entrelinhas que, assim como Ptolomeu omitiu reis anteriores aos “setenta anos”, ele pode também ter omitido outros reis da época posterior à destruição de Jerusalém (além de, é claro, Labasi-Marduque). A duração dos mandatos desses reis presumidos, mas ainda não encontrados, portanto, preencheria o vazio de cerca de 20 anos de sua cronologia.

- Outros argumentos

No primeiro artigo em defesa de sua cronologia, a Torre de Vigia concentrou-se em defender sua interpretação bíblica sobre os “setenta anos” e, ao mesmo tempo, procurou desacreditar as listas de reis, principalmente a de Ptolomeu. Assim, depois de apresentar seus argumentos “bíblicos” em defesa dos “setenta anos”, ela acrescenta:

Mas se as evidências das Escrituras inspiradas apontam claramente para 607 AEC como a data da destruição de Jerusalém, por que muitas autoridades defendem 587 AEC? Elas se baseiam em duas fontes — os escritos de historiadores clássicos e o Canon de Ptolomeu. Será que essas fontes são mais confiáveis do que as Escrituras? Vejamos (páginas 28 e 29).

Os autores do artigo sabem que “os escritos de historiadores clássicos e o Canon de Ptolomeu” não são as únicas fontes que as “autoridades” usam em defesa da data de 587 AEC. Prova de que estão conscientes disso pode ser visto na declaração que deram no segundo artigo, página 22:

A maioria dos eruditos diz que a destruição de Jerusalém ocorreu em 587 AEC. Isso só deixaria um período de 50 anos de exílio. Por que chegaram a essa conclusão? Eles baseiam seus cálculos em antigos documentos cuneiformes que contem detalhes sobre Nabucodonosor II e seus sucessores. Muitos desses documentos foram escritos por homens que viveram durante a época da destruição de Jerusalém, ou perto dessa época.

Depois de reconhecerem que há testemunhas oculares, eles lançam a pergunta desafiadora:

Mas até que ponto esses cálculos que apontam para 587 AEC são exatos? O que esses documentos realmente mostram?

Para responder a essas perguntas, vejamos três tipos de documentos a que os eruditos muitas vezes recorrem: (1) As crônicas babilônicas, (2) as tabuinhas econômicas e (3) as tabuinhas astronômicas (segundo artigo, página 22).

Então, depois de dizer que crônicas são documentos cuneiformes “que registram eventos importantes da história babilônica”, a revista continua:

O que os eruditos dizem? R. H. Sack, uma destacada autoridade em documentos cuneiformes, declara que as crônicas fornecem um registro incompleto de eventos importantes. Ele escreveu que os historiadores precisam recorrer a “fontes secundárias... na esperança de determinar o que realmente aconteceu” (segundo artigo, página 23).

Pelo que sei, nenhuma “autoridade” nega que muitos documentos antigos são incompletos. Muitos desses foram escavados diretamente por arqueólogos, mas outros foram encontrados por pessoas comuns e percorreram um longo caminho até chegar às mãos de um perito. Com isso, nem todos que os manusearam podem ter tido os cuidados necessários, o que pode ter danificado partes importantes de tais documentos. Mas, quanto a isso, sabe-se que muitos fatos da história foram registrados por diversas pessoas da época, de modo que dados ausentes em um documento podem estar presentes em diversos outros e por fim sabe-se o quadro geral do evento. Isso com certeza não é desconhecido dos autores do artigo, mas a generalização, como se vê, serve bem ao propósito da autoridade religiosa.

Pior que isso é o fato de fazerem parecer que foi Sack que fez tal generalização. Notem que é inserido reticências nas palavras de Sack. O que exatamente foi ocultado? Embora os autores tenham tido o cuidado de não citar a fonte, ela foi identificada como sendo um artigo publicado no ano de 1978 em *Zeitschrift für Assyriologie und Vorderasiatische Archäologie*. E o que Sack diz exatamente? (o sublinhado é de Jonsson e sinaliza a parte que é ocultada no artigo da Torre de Vigia):

Como resultado, o historiador, por bem ou por mal, é obrigado a examinar as fontes secundárias hebraicas, gregas e latinas (bem como as tabuinhas comerciais cuneiformes datadas) na esperança de determinar o que realmente aconteceu durante este período (RSA, páginas 2,3).

Como se pode ver, embora Sack reconheça a insuficiência de documentos, ele claramente diz que há fontes “datadas” que podem sanar o problema. A parte final da citação indica que Sack falava de um período específico, que Jonsson identificou como sendo de 594-557 AEC. Isto se dá porque, para anos posteriores e anteriores, as crônicas fornecem um quadro razoável dos eventos históricos. Finalmente, segundo Jonsson, a autoridade religiosa omitiu dos leitores que Sack não falava de toda a Mesopotâmia, mas apenas da parte sul dessa região. Tudo isso tem um nome: generalização.

✓ Inscrições reais

Algo relacionado com as crônicas babilônicas são as inscrições reais. Ambas relatam acontecimentos diversos, embora se diferenciem pelo fato de que, ao

passo que as crônicas relatam eventos da história do país, as inscrições reais contam eventos relacionados mais diretamente com os reis. Com isso, analisemos algumas inscrições reais do tempo de Nabonido e vejamos em que isso nos ajuda a determinar quanto tempo se passou entre a destruição de Jerusalém e a queda de Babilônia.

Na tentativa de argumentar a favor de que se passaram 70 anos entre os dois eventos citados acima, a Torre de Vigia muitas vezes põe em dúvida a duração dos reinados da era neobabilônica tal como defendido pelos historiadores. Por exemplo, os historiadores defendem que Nabonido, o último rei dessa era, reinou 16 anos e alguns meses. Assim, será que ainda é possível argumentar a favor de que Nabonido tenha reinado por mais tempo do que se sabe?

Segundo uma inscrição real conhecida como *Nabon. N° 18*, Nabonido dedicou uma de suas filhas a Sin, o deus-lua. A inscrição real declara que foi a ocorrência de um eclipse lunar, datado do dia 13 de ululu (sexto mês), que moveu Nabonido a fazer a dedicação. Quando ocorreu esse eclipse? A inscrição acrescenta que a Lua “se pôs enquanto estava eclipsada”. Estudos modernos revelaram que somente um eclipse com essa característica ocorreu no período de cerca de 20 anos que antecedeu à queda de Babilônia. Ele é identificado como tendo ocorrido em 26 de setembro de 554 AEC (calendário juliano). Quando foi isso no reinado de Nabonido? As listas de reis dão 17 anos de reinado para esse rei. Se presumirmos que a queda de Babilônia ocorreu de fato no 17º ano de Nabonido, então é possível afirmar que se passaram 16 anos completos desde sua ascensão ao trono. Recuando 16 anos a partir de 539/8 AEC, chegamos a 555/4 AEC como sendo o 1º ano do reinado de Nabonido. Como os anos de reinado eram contados de primavera a primavera, então o 1º ano de Nabonido já havia terminado na primavera de 554 AEC. Com isso, concluímos que os eventos citados na inscrição real ocorreram já no seu 2º ano de reinado. Essa conclusão é corroborada por outra inscrição real que cita a dedicação feita por Nabonido como sendo no fim de seu 2º ano de reinado. Tudo isso vem confirmar o testemunho das listas de reis que dão 17 anos de reinado (não mais que isso) para o último rei da era neobabilônica (*TGR4*, páginas 126-130).

Outra inscrição real, conhecida como *Nabon. N° 8*, nos fornece a duração exata da era neobabilônica. À base da evidência interna, concluiu-se que ela foi escrita no 1º ano do reinado de Nabonido. A essência dessa inscrição é a declaração de que o templo dedicado ao deus Sin jazia desolado fazia 54 anos, e que tal desolação se deu em resultado de um ataque dos medos. Quando ocorreu esse ataque que resultou na desolação do templo dedicado ao deus Sin? Outras inscrições informam que esse ataque ocorreu no 16º ano de Nabopolassar, o rei de Babilônia que antecedeu a Nabucodonosor. Como as listas de reis põem o 1º ano de Nabucodonosor em 604/3 AEC, isso significa que 605/4 AEC foi o último ano do reinado de Nabopolassar. De acordo com as listas de reis, Nabopolassar reinou por 21 anos; isso coloca o seu 1º ano de reinado em 625/4 AEC e, por conseguinte, o seu 16º ano passa a ser 610/609 AEC. Ao avançarmos 54 anos a partir dessa data, chegamos a 556/5 AEC, exatamente o ano de ascensão de Nabonido. A Torre de Vigia, ao recuar o 1º

ano de Nabucodonosor de 604/3 AEC para 624/3 AEC, acaba também por recuar o 16º ano de Nabopolassar de 610/609 AEC para 630/629 AEC. Diante disso, há que se explicar como a *Nabon. N° 8* fala de 54 anos, quando o correto seria 74. Para esse caso específico, a única solução seria esticar para trás em 20 anos o reinado de Nabonido; porém, como foi visto no parágrafo anterior, há fortes evidências de que seu 1º ano de reinado foi 555/4 AEC. Com isso, as evidências combinadas indicam que 610/609 AEC foi mesmo o 16º dos 21 anos do reinado de Nabopolassar. Isso vem mais uma vez atestar que o 1º ano de Nabucodonosor foi 604/3 AEC e, obrigatoriamente, *seu 18º ano fica sendo 587/6 AEC (TGR4, páginas 130-133).*

Uma terceira inscrição real que nos interessa é a *Nabon. N° 24* (também conhecida como *Inscrição de Adade-Gupi*); trata-se de uma inscrição tumular que Nabonido fez para sua mãe Adade-Gupi, que faleceu à idade de mais de cem anos. A parte interessante dessa inscrição é que ela fornece os nomes de todos os reis da era neobabilônica bem como a duração do reinado de cada um deles. Escrito como se a própria Adade-Gupi estivesse falando, a inscrição lista primeiro os reis da Assíria e então segue com a lista dos reis de Babilônia⁷ – todos os reis que governaram a região na qual ela viveu (na citação, os parênteses são acrescentados para fornecer o sentido exato nos idiomas modernos; os colchetes são de Carl Olof Jonsson).

Do 20º ano de Assurbanipal, rei da Assíria, quando nasci, até o 42º ano de Assurbanipal, o 3º ano de seu filho Assur-etil-ili, o 21º ano de Nabopolassar, o 43º ano de Nabucodonosor, o 2º ano de Evil-Merodaque, o 4º ano de Neriglissar, durante (todos) estes 95 anos nos quais visitei o templo do grande deus supremo Sin, rei de todos os deuses do céu e do mundo inferior, ele olhou com favor para minhas piedosas boas obras, ouviu minhas orações e aceitou meus votos. Ele [o deus-lua Sin] acrescentou (à minha vida) muitos dias (e) anos de felicidade e manteve-me viva desde o tempo de Assurbanipal, rei da Assíria, até o 9º ano de Nabonido, rei de Babilônia, o filho que dei à luz, (ou seja) cento e quatro anos felizes (gastos) na devoção que Sin, o rei de todos os deuses, implantou em meu coração.

Aqui é de nosso interesse o fato de que a inscrição não acrescenta nenhum outro nome à nossa lista e nenhum reinado é maior do que se já sabia (*TGR4*, páginas 133 -136).

⁷ Os leitores da Bíblia não estranharão o fato de os nomes dos reis assírios estarem associados a nomes dos reis de Babilônia. A inscrição real não vai nada além de confirmar o que lemos na Bíblia, isto é, que antes de Babilônia dominar a região da Mesopotâmia, era a Assíria que ali governava. A própria literatura da Torre de Vigia enfatiza essa ordem de eventos, pois, ao alistar as suas “sete potências mundiais”, a Assíria vem logo antes de Babilônia. Um exemplo disso pode ser visto na punição que se deu ao rei Manassés de Judá. Esdras, ao relatar que o rei Manassés, em razão de sua infidelidade para com Deus, foi levado ao exílio pelo rei da Assíria, menciona que a cidade de Babilônia foi o cativoiro de Manassés (2 Crônicas 33:10,11). Não seria assim se Babilônia não fizesse parte dos domínios do rei da Assíria.

✓ As tabuinhas econômicas

Na citação abaixo, os colchetes são da Torre de Vigia:

O que são? A maioria das tabuinhas econômicas do período neobabilônicos são registros legais de transações comerciais. As tabuinhas registravam o dia, o mês e o ano de reinado do monarca que estava no poder. Por exemplo, há uma tabuinha que registra uma transação em “nisã, no 27.º dia, no 11.º ano de Nabucodonosor [também chamado de Nabucodonosor II], rei de Babilônia” (segundo artigo, página 23).

Carl Olof Jonsson transcreve outro texto, que é como segue (o sublinhado foi acrescentado por mim):

Ina-sila trouxe um talento e meio de sal, o *sattukku* regular oferecido no mês de simanfor ao deus Usur-amassu. Dia seis do mês de simanu, do primeiro ano de Amel-Marduque, rei de Babilônia (TGR4, página 138).

Esses documentos são como testemunhas oculares de que houve tal rei, e que reinaram por *no mínimo “x” anos*. Por exemplo, com base nas citações acima, ficamos sabendo que Nabucodonosor reinou por pelo menos 10 anos e alguns meses, e que Amel-Marduque (Evil-Merodaque na Bíblia) reinou por no mínimo alguns meses.

Agora imagine que todos os meses, por toda a Mesopotâmia, e por todos os anos que durou a era neobabilônica, pessoas façam “registros legais de transações comerciais”. Considerando isso, a lógica diz que deveríamos ficar sabendo o nome de todos os reis desse período e por quantos anos reinaram cada um. Até o momento, pelo exame que fizemos das listas de reis, os únicos nomes que apareceram foram: Nabopolassar, Nabucodonosor, Amel-Marduque, Neriglissar, Labasi-Marduque e Nabonido – nessa ordem. Considerando a soma dos reinados desses reis a partir do 18º ano de Nabucodonosor, obtemos um total de 49 anos, que, adicionado a 538/7 AEC (o primeiro de Ciro), obtemos 587/6 AEC como o ano da destruição de Jerusalém. Será que as tabuinhas econômicas acrescentam mais um nome a essa lista? Será que acrescentam mais anos aos reinados? Ou mais apropriadamente: será que uma combinação desses dois fatores justifica um acréscimo de 20 anos à era neobabilônica?

Em uma nota de rodapé, a Torre de Vigia reconhece:

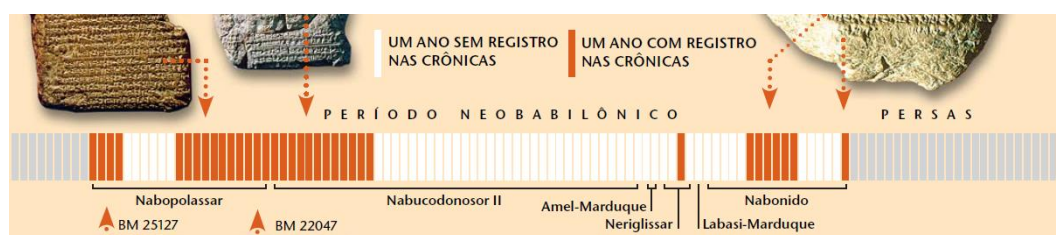
Há tabuinhas para todos os anos tradicionalmente atribuídos aos reis neobabilônicos. Quando se somam todos os anos em que esses reis governaram e se calcula do último rei neobabilônico, Nabonido, para trás, chega-se à data de 587 AEC para a destruição de Jerusalém. Mas esse método de datação só é válido se cada rei sucedeu ao próximo imediatamente, sem que outros tenham governado entre eles (segundo artigo, página 24).

A Torre de Vigia não deseja relembrar os nomes dos reis nem a duração de cada reinado, além de ter optado por fazer a confissão em uma nota de rodapé e usado fonte tamanho oito. Mas, com base na parte sublinhada, pode-se ver que nenhum outro nome foi acrescentado e nenhum rei reinou mais tempo do que se já sabia. Mas há algo mais a ser dito sobre isso. A Torre de Vigia concorda que “há tabuinhas para todos os anos tradicionalmente atribuídos aos reis neobabilônicos” – mas exatamente quantas? As palavras usadas por ela nos asseguram que há pelo menos uma para cada ano. Carl Olof Jonsson foi mais específico:

Foram desenterrados dezenas de milhares de tais textos datados do período neobabilônico (TGR4, página 138).

“Dezenas de milhares” são pelo menos 20 mil. Considerando os 87 anos da era neobabilônica, pode-se deduzir que há cerca de 230 textos para cada ano de reinado, não apenas um ou alguns.

Para enfatizar a insuficiência das crônicas babilônicas, a Torre de Vigia ilustrou o problema com esta gravura de quase meia página.



Associada a essa gravura, estava a seguinte sentença:

As crônicas babilônicas fornecem um registro para apenas 35 anos do período neobabilônico, que segundo os historiadores seculares abrange uns 88 anos (texto e gravura: segundo artigo, página 23).

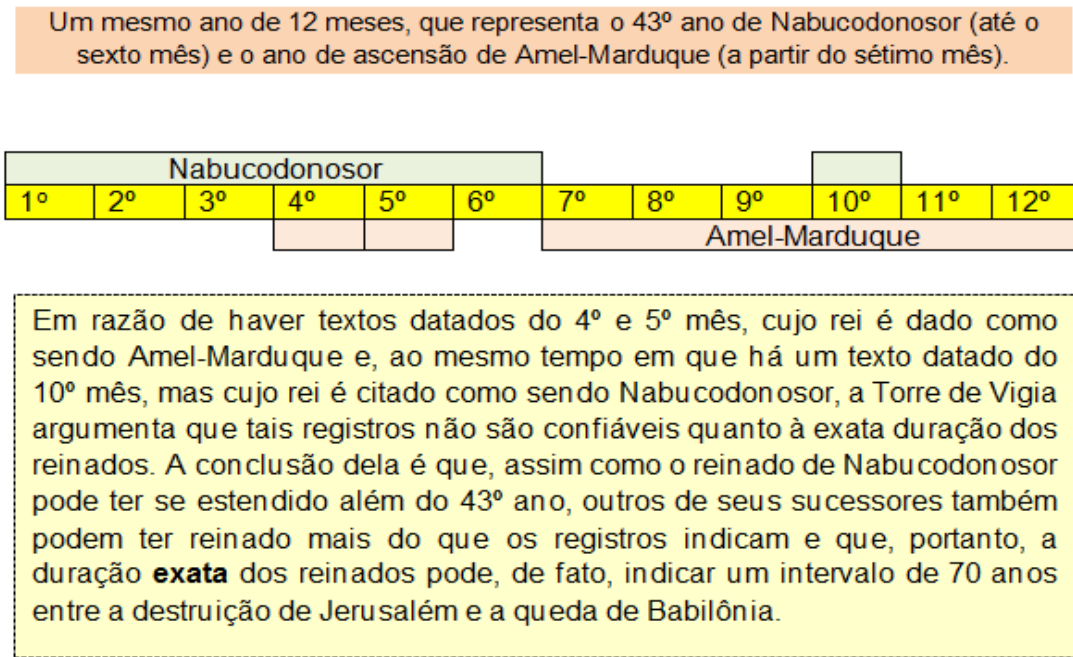
Mas a Torre de Vigia não fez nenhuma ilustração para enfatizar o que escreveu em sua nota de rodapé que citei no fim da página anterior. Como poderia? Novamente vem à baila o caso da sala de tribunal: todo e qualquer agravante deve ser explorado ao máximo, mas qualquer atenuante deve ter sua exposição reduzida ao mínimo.

Bem antes da nota de rodapé, os autores do artigo procuram apontar contradições nos textos cuneiformes. Por exemplo, para o caso de Nabucodonosor, eles escreveram:

[R. H.] Sack tinha conhecimento de tabuinhas que mostravam que Nabucodonosor II ainda reinava no sexto mês de seu último ano (43.º). Mas essas novas tabuinhas recém-decifradas do ano de ascensão do rei seguinte, Amel-Marduque, datavam do quarto e quinto meses daquele que se supunha

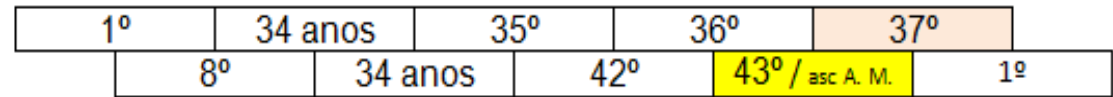
ser o mesmo ano. É evidente que há uma discrepância [...] Um documento mostra que Nabucodonosor II ainda governava no decimo mês — seis meses depois de seu sucessor supostamente ter começado a reinar (segundo artigo, página 24).

O raciocínio da Torre de Vigia é representado na ilustração abaixo:



Será que a Bíblia apoia o conceito de que o reinado de Nabucodonosor pode ter se estendido além do 43º ano? Vejamos.

Segundo Jeremias 52: 29, foi no 18º ano de Nabucodonosor que a cidade de Jerusalém foi destruída. Mas Nabucodonosor veio a Jerusalém 10 anos antes, no seu 8º ano, e levou para Babilônia alguns israelitas como prisioneiros; entre esses estava Joaquim, um que era rei de Israel havia apenas três meses. Jeremias também escreveu que, quando Amel-Marduke ascendeu ao trono de Babilônia, Joaquim já estava no seu 37º ano como exilado em Babilônia. Vemos assim uma coincidência entre o 1º ano de Joaquim como rei (que logo se tronou seu primeiro ano de exílio) e o 8º ano de reinado de Nabucodonosor. Considerando que Judá contava os reinados de outono a outono, e sem levar em conta o ano de ascensão, como se fazia em Babilônia, podemos fazer uma representação visual com o objetivo de verificar se é possível estender o reinado de Nabucodonosor além do seu 43º ano. Essa representação visual é mostrada abaixo:



Essa representação foi feita de modo a satisfazer Jeremias 52:31, que é citado a seguir:

Por fim aconteceu, *no trigésimo sétimo ano* do exílio de Joaquim, rei de Judá, *no décimo segundo mês*, no vigésimo quinto dia do mês, que Evil-Merodaque [Amel-Marduque], rei de Babilônia, *no ano em que se tornou rei*, ergueu a cabeça de Joaquim, rei de Judá, e passou a fazê-lo sair da casa do cárcere.

Caso o reinado de Nabucodonosor tivesse se estendido além do seu 43º ano, o ano de ascensão do rei Amel-Marduque não coincidiria com o 37º ano do exílio de Joaquim, como exige Jeremias 52:31. Mesmo que se estendesse o reinado de Nabucodonosor até o 44º ano, precisamos lembrar que a declaração de Jeremias ainda relaciona o 12º mês com o 37º ano do exílio de Joaquim.

150

Assim, se a suposição anterior fosse verdadeira, o ano de ascensão de Amel-Marduque não seria relacionado ao 37º, mas ao 38º ano do exílio de Joaquim. Diante disso, vale lembrar as palavras da Torre de Vigia, conforme citadas anteriormente;

Estamos dispostos a ser guiados principalmente pela Palavra de Deus, em vez de por uma cronologia que se baseia primariamente em evidência secular ou que discorda das Escrituras (*Venha o Teu Reino*, página 190).

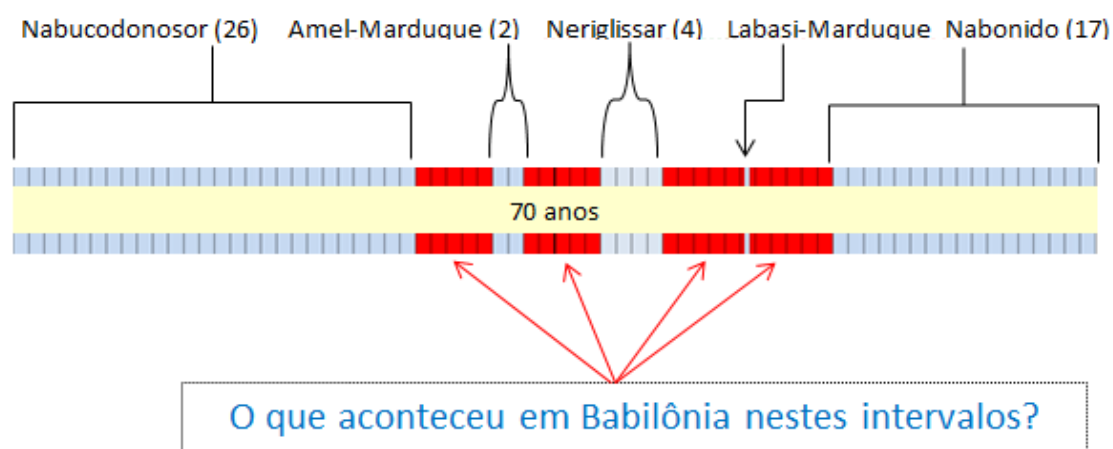
Mas num contexto em que “uma cronologia que se baseia primariamente em evidência secular ou que discorda das Escrituras” parece favorecer a Torre de Vigia, a própria Bíblia foi posta de lado em favor de uma tênue evidência de que determinado rei reinou mais do que se já sabia.

Examinemos agora parte da nota de rodapé citada anteriormente:

Há tabuinhas para todos os anos tradicionalmente atribuídos aos reis neobabilônicos. Quando se somam todos os anos em que esses reis governaram e se calcula do último rei neobabilônico, Nabonido, para trás, chega-se à data de 587 AEC para a destruição de Jerusalém. Mas esse método de datação só é valido se cada rei sucedeu ao próximo imediatamente, sem que outros tenham governado entre eles (segundo artigo, página 24).

A parte sublinhada apresenta um raciocínio plausível, mas têm sérias implicações. Suponhamos que houve de fato setenta anos entre a destruição de Jerusalém e a queda de Babilônia. Ao dizer que “há tabuinhas para todos os anos tradicionalmente atribuídos aos reis neobabilônicos”, mas não ser específica sobre a quantidade, a Torre de Vigia pôde isentar-se de explicar o absurdo resultante de haver cerca de 230 textos datados para um ano qualquer dos reis conhecidos, mas não haver absolutamente nenhum para os vinte anos de sua cronologia. O que poderia justificar esse fato? A Torre de Vigia nunca conjecturou a possibilidade de não ter havido rei algum nesse intervalo, o que

poderia ser justificado por uma intensa guerra civil, talvez num período contínuo ou por épocas distintas. Ainda assim, caso tenha havido tais guerras civis, geralmente duas, três ou mais pessoas disputam o trono; quando isso ocorre, o povo geralmente se divide entre os concorrentes e, seria de se supor que, em seus documentos datados, fizessem constar o concorrente de sua preferência, ou talvez o concorrente de sua região. Mas não há tais nomes, nenhum além dos monarcas estabelecidos, algo que atesta perfeitamente reinados consecutivos e sem intervalos. Presumamos então que houve de fato um, dois ou mais reis ainda desconhecidos. O que poderia justificar o fato de que não há registro, em parte alguma, de tais monarcas? Uma hipótese é que, uma vez no poder, a autoridade tenha ordenado que não se fizesse registro algum de sua existência – algo que vai contra toda a lógica, uma vez que conhecemos muito bem a tendência humana no que diz respeito à questão de reconhecimento. Outra possibilidade é que os reis de que temos registros tenham feito uma intensa campanha para destruir todos os documentos que comprovasse a existência do rei anterior. Mas então há que se perguntar como conseguiram ser tão eficientes a ponto de eliminar cem por cento de tais registros e, ao mesmo tempo, terem delimitado com perfeição os nomes de reis anteriores – quando a lógica diz que a devassa geralmente dá-se sem distinção de nomes. Presumindo que houve de fato tais reis (ainda desconhecidos), e presumindo que por todos os anos se fez registros datados – a confirmação de que existiram, e que o armazenamento de tais registros tenham se dado do mesmo modo que os demais, então a lógica diz que todos os monarcas estavam em condições iguais quanto à possibilidade de serem descobertos pela arqueologia moderna. Com isso, o fato de não terem ainda sido encontrados é um forte argumento de que 587 AEC é de fato o ano da destruição de Jerusalém.



✓ A expectativa de vida na era neobabilônica

Como visto sob o tópico “inscrições reais”, uma inscrição especifica que Adade-Gupi nasceu no 20º ano do rei Assurbanipal e faleceu no 9º ano do reinado de Nabonido. Com base nessas informações, como podemos saber com que idade faleceu Adade-Gupi? Os historiadores defendem que Assurbanipal faleceu em 627 AEC, um ano antes de Nabopolassar ascender ao trono de Babilônia. Como sabemos que Assurbanipal (Kandalanu) reinou por 42 anos, é certo dizer que Adade-Gupi viveu por 22 anos sob seu reinado. Com isso, descobrimos que a soma dos números fornecidos ($22 + 21 + 43 + 2 + 4 + 9$) é igual a 101 anos⁸ – essa seria a idade de Adade-Gupi por ocasião de sua morte. Carl Olof Jonsson afirma que ela pode ter vivido por 101 ou 102 anos – certamente uma idade bem avançada. A nota N° 76 do 3º capítulo de seu livro acrescenta ainda uma parte da inscrição real (os colchetes são dele):

152

“Vi meus [tri]netos, até a quarta geração, com boa saúde, e tive (assim) meu quinhão de *idade extremamente avançada*.”

Se acrescentássemos vinte anos à era neobabilônica, a idade de Adade-Gupi teria de ser aumentada para 121 ou 122 anos. É lógico presumir que ela viveu por tanto tempo?

O profeta Daniel é um caso parecido.

Lemos no primeiro capítulo de seu livro que, no *terceiro ano* do reinado de Jeoiaquim, Nabucodonosor o levou como cativo para Babilônia. Sabe-se que Jeoiaquim começou a reinar cerca de três anos antes de Nabucodonosor ascender ao trono. A Torre de Vigia, que põe o primeiro ano de Nabucodonosor em 625/4 AEC, dá 628 AEC como sendo o primeiro ano de Jeoiaquim como rei de Babilônia. Em razão disso, o *terceiro ano* de Jeoiaquim dar-se por ocasião da ascensão de Nabucodonosor ao trono. A última vez que a Bíblia cita Daniel em conexão com uma data ele se encontra no terceiro ano de Ciro, portanto, em 536/5 AEC. Com esses dados, e pressupondo que Daniel tinha entre 15 e 20 anos quando foi levado ao cativo, concluímos que podia ter entre 105 e 110 anos lá no terceiro ano de Ciro (*referente a Daniel, veja a nota 9 na página seguinte*).

Além desses casos, os documentos datados permitiram rastrear uma quantidade maior de nomes e se pode constatar que muitos viveram 90 anos, 100 anos ou mais. Caso se acrescentasse 20 anos à era neobabilônica, então nos surgiria uma enorme quantidade de centenários. Isso nos induz a perguntar se há base para tal possibilidade.

O assiriologista russo M. A. Dandamaev examinou o período de vida das

⁸ A Inscrição citada à página 146 diz especificamente “cento e quatro anos”; mas isso é considerado um erro. Veja TGR4, páginas 388, 389.

peças em Babilônia do sétimo ao quarto século A.E.C., usando dezenas de milhares de textos comerciais e administrativos como base para sua pesquisa. A conclusão dele é que o período de vida das pessoas daquela época não era diferente do de agora. Em sua exposição, Dandamaev faz referência ao Salmo 90:10: “Os anos de nossa vida chegam a setenta, ou a oitenta para os que têm mais vigor” (NVI). Estas palavras eram tão verdadeiras na era neobabilônica como são hoje (TGR4, páginas 147 - 151).

Como se vê, a expectativa de vida da era neobabilônica também depõe contra a cronologia da Torre de Vigia.

✓ Sincronia com a cronologia do Egito

Pelo que já se estudou até aqui, verificamos que a cronologia da Torre de Vigia para a era neobabilônica difere em 20 anos da cronologia adotada pelos historiadores para esse mesmo período. Porém é impossível mover para cá e para lá a cronologia de um país sem que também seja necessário mover, de modo sincronizado, a cronologia de países que, de alguma forma, tenham conexões com o país cuja cronologia está-se a manipular. Para ilustrar, sabemos que há 25 anos foi assinado o tratado de criação do Mercosul. No dia 26 de março de 1991, os presidentes Fernando Collor (Brasil), Carlos Menen

⁹ A Torre de Vigia, no entanto, afirma que Daniel tinha apenas cerca de 100 anos por ocasião do terceiro ano de Ciro. Isto se dá porque ela não aceita que Daniel, ao fazer uso da expressão “terceiro ano de Jeoiaquim”, esteja de fato se referindo ao terceiro ano desse rei como rei de Judá, mas sim como o “terceiro ano” de Jeoiaquim como rei vassalo do rei de Babilônia, o qual *ela conclui* que terminou com o fim dos 11 anos de reinado de Jeoiaquim. Em que se baseia o entendimento da Torre de Vigia? Em Jeremias 25:1 e 46:2 lemos que o primeiro ano de Nabucodonosor está relacionado ao *quarto ano* de Jeoiaquim como rei de Judá. Isso parece estar em desacordo com Daniel, que cita o rei Nabucodonosor em um evento do *terceiro ano* de Jeoiaquim. No entanto, se por um momento imaginarmos que Jeremias podia ter contado os anos do reinado de Jeoiaquim levando em conta o ano de ascensão, fica claro que ele escreveria “quarto ano”. Tudo indica que foi exatamente isso que Daniel fez ao referir-se ao *quarto ano* de Jeoiaquim como sendo o *terceiro ano* de seu reinado. Isso não é de estranhar, pois Daniel estava familiarizado com o método de contagem dos reinados em Babilônia e podia, naturalmente, fazer uso desse método para dar os anos de reinado de Jeoiaquim. Como a Torre de Vigia não reconhece essa possibilidade, ela fica com a difícil condição de explicar como Nabucodonosor podia levar Daniel para Babilônia um ano antes de ascender ao trono. Como vimos no começo desta nota, a opção foi por rejeitar a leitura natural do texto. Mas isso resulta em diversas contradições, sendo que uma delas é justificada assim: “O relato de Daniel (1:1, 2) declara que Nabucodonosor subiu contra Jerusalém e a sitiou, e que Jeoiaquim, junto com alguns dos utensílios do templo, foram entregues nas mãos do rei babilônio. Entretanto, o relato em 2 Reis 24:10-15 descreve o sítio de Jerusalém pelos babilônios e mostra que o filho de Jeoiaquim, Joaquim, cujo reinado durou apenas três meses e dez dias, foi quem, por fim, capitulou e se entregou aos babilônios. Por conseguinte, parece que Jeoiaquim morreu durante o sítio da cidade, talvez no começo dele” (*Estudo Perspicaz das Escrituras*, volume 2, página 489). A contradição, no entanto, se dá porque se trata de dois eventos diferentes, o primeiro sendo o incidente por ocasião da ascensão de Nabucodonosor, e o segundo, o evento referido pela Torre de Vigia, isto é, o fim dos 11 anos de reinado de Jeoiaquim. Aceitando essa ordem de eventos, fica claro porque Daniel diz que, por ocasião do ataque de Nabucodonosor a Jerusalém, Jeoiaquim *foi entregue* em suas mãos (TGR4, páginas 394 - 409).

(Argentina), Luis Alberto Lacalle (Uruguai) e Andrés Rodríguez (Paraguai) sentaram-se à mesa e assinaram o Tratado de Assunção, que constituía na criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Esse acordo está bastante documentado pela História desses quatro países. Ninguém com bom senso ousaria recuar ou avançar em 20 anos a cronologia de qualquer um desses países sem que também tenha que mover, de modo sincronizado, a cronologia dos outros três. No que diz respeito a esse tratado, há um impedimento adicional: em razão de estar muito próximo de nossa época, ainda há pessoas vivas que estiveram diretamente envolvidas nos trabalhos que culminaram na assinatura desse acordo; um recuo ou avanço de 20 anos desse evento logo resultaria no protesto por parte de pessoas diretamente afetadas.

Ocorre que os eventos de nosso estudo se encontram na Antiguidade; essa é a razão de não haver nenhum protesto, nenhuma indignação com o fato de que, independente de quem esteja certo, a Torre de Vigia e os historiadores estarem a discordar sobre como coordenar a cronologia da era neobabilônica. Isso, no entanto, não deve dar licença para estarmos a manipular cronologias de modo a adequá-las a nossos interesses, não importa o quanto estejam revestidos de nobreza.

Como já vimos, por todo este capítulo, há vários argumentos que demonstram que é insustentável o recuo de 20 anos da era neobabilônica. Mas o que a cronologia do Egito tem a acrescentar? Ela favorece o conceito da Torre de Vigia? Ou, ao contrário, é mais um argumento que reforça as evidências a favor da data de 587 AEC?

Na sua enciclopédia bíblica, a Torre de Vigia diz o seguinte sobre a cronologia do Egito:

A história egípcia mistura-se com a de Israel em diversos pontos. Nesta publicação, mostramos a data de 1728 AEC para a entrada de Israel no Egito, e para o Êxodo, 215 anos mais tarde, 1513 AEC. O ataque do Faraó Sisaque contra Jerusalém ocorreu durante o quinto ano de Roboão, em 993 AEC; o Rei Sô, do Egito, era contemporâneo do reinado de Oséias (c. 758-740 AEC); e a batalha do Faraó Neco que resultou na morte de Josias provavelmente ocorreu em 629 AEC. (1Rs 14:25; 2Rs 17:4; 2Cr 35:20-24) A diferença entre as datas acima e as geralmente atribuídas pelos historiadores hodiernos chega a um século, ou mais, quanto ao Êxodo, e depois se reduz a uns 20 anos no tempo do Faraó Neco. A seguinte informação mostra por que preferimos apegar-nos à cronologia baseada no cálculo bíblico (*Estudo Perspicaz das Escrituras*, volume 1, página 604).

A expressão “uns 20 anos” nesse contexto é surpreendente. Infelizmente, em nenhum ponto das cerca de duas mil e quinhentas páginas da enciclopédia a data de 587 AEC é mencionada, de modo que a expressão “uns 20 anos” acaba por cair no vazio, uma vez que o leitor nem é informado sobre que relação ela pode ter com a cronologia neobabilônica.

Nos parágrafos seguintes, a enciclopédia procura, de forma veemente, desqualificar todos os documentos referentes à cronologia do Egito. Com esse objetivo, faz uso intenso do que disseram diversos eruditos a respeito de quanta credibilidade se deve dar aos registros oriundos do Egito antigo. É a isso que ela se refere quando diz, na citação anterior, “por que preferimos apegar-nos à cronologia baseada no cálculo bíblico”. Mas, com muita franqueza, a Torre de Vigia prefere apegar-se à “cronologia baseada no cálculo bíblico” não necessariamente porque ela é correta, mas porque a sua interpretação cronológica também está em desacordo com a cronologia aceita para o Egito, que é paralela à era neobabilônica.

Com base em documentos oriundos do antigo Egito, os faraós que reinaram na época da era neobabilônica foram (do mais antigo para o mais recente):

Psamético I – 54 anos;

Neco II – 15 anos;

Psamético II – 6 anos;

Ápries (Hofra) – 19 anos;

Amásis – 44 anos;

Psamético III – 1 ano.

Total de 139 anos

Fonte: *TGR4*, página 171.

Psamético III foi destronado em 525 AEC quando o rei persa Cambises apossou-se do Egito. Assim, tendo 525 AEC como ponto de partida, define-se a época dos reinados de todos os faraós supracitados. Agora estamos prontos para checar se as conexões históricas entre Israel e o Egito aprovam ou desaprovam a cronologia da Torre de Vigia (*TGR4*, página 169).

Primeiro sincronismo:

Nos seus dias subiu Faraó Neco, rei do Egito, contra o rei da Assíria junto ao rio Eufrates, e o Rei Josias passou a sair para enfrentá-lo; mas, assim que o viu, este o entregou à morte em Megido (2 Reis 23:29).

Segundo sincronismo:

Para o Egito, a respeito do exército de Faraó Neco, rei do Egito, que estava junto ao rio Eufrates, em Carquemis, quando foi derrotado por Nabucodonosor,

rei de Babilônia, no quarto ano de Jeoiaquim, filho de Josias e rei de Judá (Jeremias 46:2).

Terceiro sincronismo:

Assim diz Jeová: Vou entregar Faraó Hofra, rei do Egito, nas mãos dos inimigos dele e dos que procuram tirar a vida dele, assim como entreguei Zedequias, rei de Judá, nas mãos de Nabucodonosor, rei de Babilônia, que era inimigo dele e procurava tirar a vida dele (Jeremias 44:30).

Quarto sincronismo:

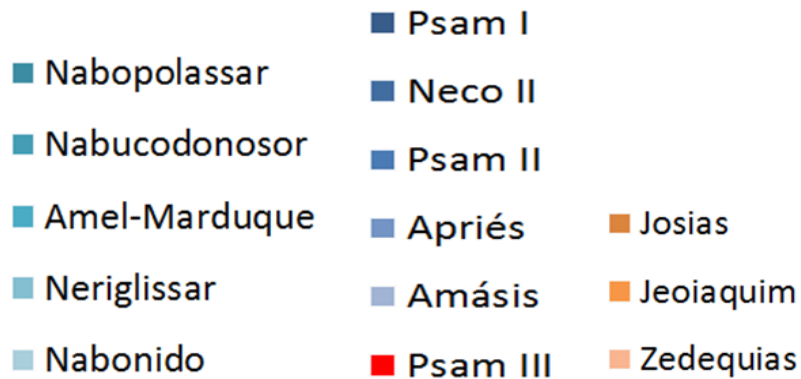
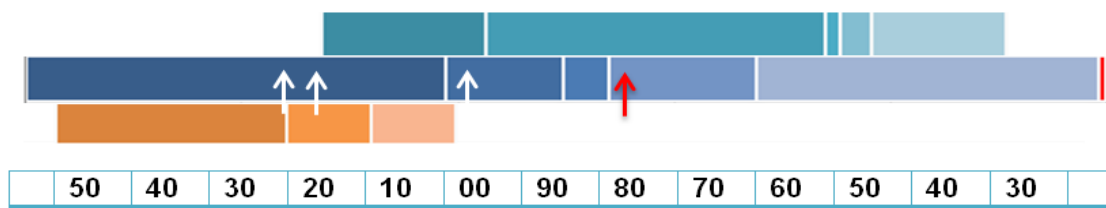
Foi encontrado um texto babilônico, datado do 37.º ano de Nabucodonosor (588 AEC), que menciona uma campanha contra o Egito. Não se pode afirmar se se relaciona com a conquista original ou simplesmente com uma ação militar posterior (*Estudo Perspicaz das Escrituras*, volume 1, página 779).

O texto citado pela Torre de Vigia parece ser o mesmo citado por Carl Olof Jonsson:

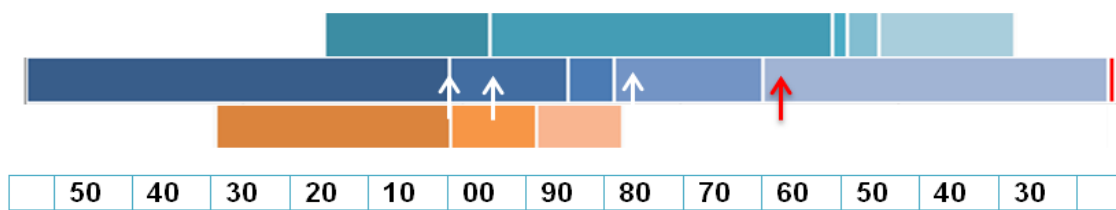
Este texto está muito danificado, mas declara definitivamente que a campanha no Egito ocorreu no “trigésimo sétimo ano” de Nabucodonosor, e embora seja verdade que o nome do faraó só esteja parcialmente legível, os sinais cuneiformes preservados parecem ajustar-se apenas a Amásis, e a nenhum outro faraó da vigésima sexta dinastia (*TGR4*, página 173).

Esses quatro sincronismos são ilustrados na primeira gravura da página seguinte, conforme a perspectiva da Torre de Vigia. As setas indicam a época exata do acontecimento do ponto de vista de Israel.

De acordo com o *primeiro sincronismo*, Josias foi morto pelo faraó Neco; mas a ilustração indica que, por ocasião da morte de Josias, o faraó regente era ainda Psamético I. O *segundo sincronismo* nos informa que Nabucodonosor derrotou o faraó Neco no quarto ano de Jeoiaquim; mas a ilustração indica que, no quarto ano de Jeoiaquim, o faraó regente era ainda Psamético I e que Nabucodonosor nem sequer havia ascendido ao trono. O *terceiro sincronismo* nos informa que, logo após a destruição de Jerusalém, o faraó que governava o Egito era Apriés (Hofra). Mas a ilustração indica que nessa época Neco II é quem governava. O *quarto sincronismo* indica que Amásis era o faraó do Egito no 37º ano de Nabucodonosor, mas a ilustração indica Apriés como regente. Desse modo, os quatro sincronismos reprovam o recuo de 20 anos também para a cronologia do Egito, o que constitui mais uma prova contra a cronologia da Torre de Vigia. A sincronia correta, portanto, é a mostrada na segunda gravura da página seguinte:



=====



✓ As tabuinhas astronômicas

O que são? São tabuinhas cuneiformes contendo descrições da posição do Sol, da Lua, de planetas e de estrelas combinadas com informações históricas, como o ano de reinado de determinado rei (segundo artigo, página 24).

Depois da habitual definição do tópico a ser abordada, a Torre de Vigia novamente opta por procurar lançar dúvidas sobre a confiabilidade dos registros antigos.

O que os eruditos dizem? Os eruditos concordam que os babilônios desenvolveram extensas tabelas e listas para predizer quando era mais provável que ocorresse um eclipse. Mas poderiam os babilônios ter feito

cálculos para trás no tempo a fim de saber quando os eclipses ocorreram? (segundo artigo, página 24)

Por que ela considera que isso tem que ser levado em conta?

O professor universitário John Steele diz: “É possível que algumas das primeiras previsões tenham sido feitas por meio de cálculos *para trás* na época em que o texto foi compilado.” [...] Se esses cálculos forem retroativos, será que podem ser considerados absolutamente confiáveis sem que outras evidências os confirmem?

Mesmo que um eclipse tenha ocorrido em certa data, será que isso significa que a informação histórica que o escritor da tabuinha atribuiu àquela data é exata? (segundo artigo, páginas 24 e 25).

Então, para enfatizar sua argumentação, a Torre de Vigia exibe a tabuinha cuneiforme denominada BM 32238 (veja abaixo).



Referente a essa tabuinha, os autores dizem o seguinte:

Esta tabuinha inclui um registro de eclipses lunares, mas ela foi compilada só depois do último desses eclipses, uns 400 anos após o primeiro. Visto que o escriba não presenciou todos esses eventos, ele talvez tenha usado cálculos matemáticos para determinar quando os eclipses anteriores ocorreram. A menos que haja outras evidências que confirmem suas conclusões, cálculos desse tipo podem não ser uma fonte confiável de informações cronológicas (segundo artigo, página 24).

Em resposta à última citação, Carl Olof Jonsson escreveu:

Pode-se questionar por que os autores de *A Sentinela* optaram por começar fazendo referência a esta tabuinha, até mesmo mostrando uma foto dela na

parte inferior da página 24, quando existem várias outras tabuinhas que descrevem eclipses lunares datados diretamente em reinados durante o período neobabilônico (RSA, página 12).

É evidente que a Torre de Vigia reconhece que, ao fazer a coisa certa, enfraqueceria a sua argumentação. Afinal, se você quer provar que todo gato é preto, não pode permitir-se que haja gato branco à vista.

Mas será que a argumentação da Torre de Vigia tem alguma procedência? Conforme será visto adiante, com a ajuda de programas de computador, foram feitas simulações de eclipses para a antiga Babilônia. Essas simulações mostram que a hora de início dos eclipses simulados para os eclipses relatados diferem somente por alguns minutos. Quando se leva em conta que quatro minutos era a menor unidade de tempo usada pelos babilônios, então pode-se dizer que o registro era exato. Isso é importante porque, segundo Jonsson, os babilônios eram incapazes de calcular a ocorrência de eclipses com tamanha precisão. Assim, todos os registros de eclipses que se encaixam nesse padrão de medida podem ser atestados como sendo observação direta, não cálculos retroativos. Como há vários registros nessa categoria, a Torre de Vigia não tem desculpa quanto à acusação que levanta (*TGR4*, páginas 206, 217-219; *RSA*, páginas 14,15).

Quanto à declaração de Steele de que “é possível que algumas das primeiras predições tenham sido feitas por meio de cálculos *para trás* na época em que o texto foi compilado”, Jonsson declara que as palavras do autor foram citadas fora de contexto, estando, portanto, deturpadas. O próprio Steele foi notificado sobre isso por Marjorie Alley, uma conceituada astrônoma. Em resposta a Alley, Steele escreveu (os colchetes foram acrescentados pelo tradutor):

Prezada Alley:

Obrigado por seu e-mail referente à citação do meu trabalho no artigo recente da Sentinela. Conforme você sugere o autor deste texto está representando de maneira completamente deturpada o que eu escrevi, tanto no que eles dizem sobre as medidas dos lunar threes [as trincas de posições lunares], como no que eu digo sobre a possibilidade de cálculos retroativos de eclipses (meus comentários quanto a estes últimos se restringiram a um grupo específico e pequeno de textos que são diferentes do Diário que eles estão considerando). Com um simples olhar geral no artigo da Sentinela, posso ver que eles deturparam também as opiniões de outros eruditos, por selecionar citações fora de contexto.

Verifiquei a data da VAT 4956 em várias ocasiões e não vejo qualquer possibilidade de que ela possa ser fixada em qualquer outra data que não a convencional [568/567 AEC].

Atenciosamente,
Jonh Steele
(RSA, página 24).

- *A tabuinha VAT 4956*

Esta tabuinha já fora citada pela Torre de Vigia no livro *Venha o Teu Reino* em princípios da década de 1980. Naquela época, a tabuinha mereceu apenas o desprezo da Torre de Vigia.

Essa tabuinha é admitidamente uma cópia feita no terceiro século A.E.C., de modo que é possível que sua informação histórica seja simplesmente a que era aceita no período selêucida (*Venha o Teu Reino*, página 187).

Mas por que essa tabuinha foi alvo desse desprezo? Porque o ano dos eventos astronômicos retratados por ela foi identificado como sendo 568 AEC; e como a tabuinha é datada do 37º ano do reinado de Nabucodonosor, fica estabelecido que até então já se passara 36 anos completos de seu reinado. Assim, recuando 36 anos a partir de 568 AEC, chega-se a 604/3 AEC como sendo o primeiro ano do reinado de Nabucodonosor. Isso coloca o seu 18º ano em 587/6 AEC, e, visto que a Bíblia diz que ele destruiu Jerusalém no seu 18º ano, isso põe por terra a cronologia da Torre de Vigia, que coloca a destruição de Jerusalém 20 anos antes, em 607 AEC. Vê-se, portanto, a razão do desprezo.

Trinta anos depois, a Torre de Vigia volta a abordar a VAT 4956. Dessa vez, ela considera que os fenômenos celestes citados na tabuinha podem ter ocorrido não só em 568 AEC, mas também vinte anos antes, em 588 AEC. Com isso, ao mostrar aos leitores Testemunhas essa suposta incerteza sobre os dados astronômicos da VAT 4956, a Torre de Vigia deseja derrubar de uma vez por todas as provas contra sua cronologia, pois se 588 AEC for de fato o 37º ano de Nabucodonosor, a data da destruição de Jerusalém é mesmo 607 AEC. Será que é exatamente assim?

- *O eclipse citado pela VAT 4956*

A tabuinha menciona um eclipse lunar que, segundo os cálculos, ocorreu no 15.º dia do terceiro mês babilônico, simanu. Realmente ocorreu um eclipse lunar nesse mês em 568 AEC — 4 de julho no calendário juliano. No entanto, também houve um eclipse 20 anos antes, em 15 de julho de 588 AEC. Se 588 AEC marcou o 37.º ano de Nabucodonosor II, então seu 18.º ano cairia em 607 AEC — exatamente o ano que a cronologia bíblica indica para a destruição de

Jerusalém. (Veja a linha do tempo abaixo.) Mas será que a VAT 4956 fornece mais evidências para o ano 607 AEC? (segundo artigo, página 25).

De forma resumida, o primeiro parágrafo nos trás a atenção dois eclipses: um ocorrido em 568 AEC, e outro, em 588 AEC. Os dois ocorreram de fato. A qual deles faz referência a VAT 4956? O segundo parágrafo nos diz onde a Torre de Vigia quer chegar. No entanto, por desconhecimento ou por malícia, os autores deixam de fazer referência à BM 38462. Trata-se de uma tabuinha que registra um eclipse datado do 4º mês do 17º ano de Nabucodonosor. Pressupondo que os historiadores estejam certos em datar o primeiro ano de Nabucodonosor em 604/3 AEC, então seu 17º ano será em 588/7 AEC. Por outro lado, caso a Torre de Vigia esteja certa em datar o primeiro ano de Nabucodonosor em 624/3 AEC, o 17º ano de Nabucodonosor passa a ser 608/7 AEC. Com essas duas opções à mão – 588 AEC e 608 AEC –, pode-se recorrer a programas de computador e verificar em qual desses anos ocorreu um eclipse no quarto mês. Para o ano de 588 AEC, Carl Olof Jonsson, usando o programa *SkyMap Pro 11*, localizou a ocorrência de um eclipse no amanhecer do dia 15 de julho. Isso é significativo porque essa data do calendário juliano corresponde de fato ao 4º mês do calendário babilônico. Como a tabuinha é datada do 17º ano de Nabucodonosor, esse eclipse de 588 AEC põe o 18º ano desse rei em 587/6 AEC. Mas consideremos que o 17º ano de Nabucodonosor seja 20 anos antes, em 608/7 AEC. Houve um eclipse no quarto mês desse ano? Jonsson localizou dois eclipses nesse ano, mas não no quarto mês. O primeiro ocorreu em 24 de agosto (sexto mês), e o segundo, em 19 de janeiro (décimo primeiro mês?).

Diante dessas evidências, fica claro que a Torre de Vigia, ao sugerir que o eclipse citado pela VAT 4956 ocorreu no dia 15 de julho de 588 AEC, ela está se referindo ao mesmo eclipse citado pela BM 38462. Porém, para transpor o eclipse da VAT 4956 de 568 AEC para 588 AEC, ela teria também que explicar como transpor de 588 AEC para 608 AEC o eclipse citado pela BM 38462. Ao que me parece, a estratégia usada para poupar-se a essa explicação foi fazer-se de ignorante a respeito da existência desta última tabuinha.

Conforme a Torre de Vigia reconhece, o eclipse de 568 AEC ocorreu em “4 de julho do calendário juliano”. Segundo Jonsson, esse “4 de julho” está dentro do 3º mês do calendário lunar babilônico. A Torre de Vigia, ao transpor de 568 AEC para 588 AEC o eclipse citado pela VAT 4956, precisa fazer uso de um eclipse que ocorreu no dia 15 de julho, e ainda assim fazer que esse dia seja alcançado pelo 3º mês do calendário lunar. Será que isso é possível?

Conforme foi abordado na *consideração preliminar*, tanto em Israel como em Babilônia o ano começava com a primavera. Em resultado de usarem o calendário lunar, a cada dois ou três anos essas duas nações adiantavam o ano em um mês, cujo objetivo era acertar o calendário lunar com as estações

do ano. É esse 13º mês que, atualmente, quando acrescentado, acaba movendo a páscoa de meados de março para meados de abril. Depois disso, a cada ano a páscoa ocorre cerca de onze dias mais cedo, por dois ou três anos seguidos, quando novamente se faz necessário acrescentar um 13º mês. As Testemunhas de Jeová estão familiarizadas com isso porque a cada ano comemoram a páscoa no dia 14 de nisã, o primeiro mês do calendário lunar usado pelos israelitas. A tabela abaixo mostra a data da páscoa por um período de 38 anos (é preciso lembrar que a inserção do 13º, para o cálculo da data da páscoa convencional, está fora de sincronia com a inserção do 13º mês pelo calendário judaico). Como pode ser visto na tabela, o dia 14 de nisã de todo ano cujo anterior foi acrescido de um 13º mês sempre ocorre no mês de abril (tarja amarela no ciclo de 19 anos: 3º, 6º, 8º, 11º, 14º, 17º e 19º). É lógico que, em razão desse acréscimo de um mês ao ano anterior, todos os meses do ano são adiantados em cerca de um mês lunar.

Como o calendário de Babilônia também começava com a primavera, essa explicação prévia deve nos ajudar a checar se o terceiro mês do calendário de Babilônia alcança o dia 15 de julho de 588 AEC, como requer a explicação da Torre de Vigia.

	A	B	Fontes para A	Fontes para B
1º	7/4/1974	6/4/1993	(w74 1/3 p. 155)	(w93 1/2 p. 31)
2º	27/3/1975	26/3/1994	(w75 1/3 p. 139)	(w94 15/3 p. 4)
3º	14/4/1976	14/4/1995	(w76 1/2 p. 70)	(w95 1/4 p. 32)
4º	3/4/1977	2/4/1996	(w77 15/2 p. 118)	(w96 15/3 p. 8)
5º	23/3/1978	23/3/1997	(w78 1/3 p. 24)	(w97 1/2 p. 9)
6º	11/4/1979	11/4/1998	(w79 1/3 p. 15)	(w98 15/2 p. 22)
7º	31/3/1980	1/4/1999	(w80 15/3 p. 25)	(w99 15/2 p. 18)
8º	19/4/1981	19/4/2000	(w81 1/4 p. 11)	(w00 15/3 p. 9)
9º	8/4/1982	8/4/2001	(w82 1/4 p. 32)	(g01 22/3 p. 32)
10º	29/3/1983	28/3/2002	(w83 15/3 p. 8)	(w02 1/2 p. 14)
11º	15/4/1984	16/4/2003	(w84 1/3 p. 32)	(w03 15/2 p. 17)
12º	4/4/1985	4/4/2004	(w85 15/2 p. 12)	(w04 15/3 p. 7)
13º	24/3/1986	24/3/2005	(w86 15/2 p. 14)	(w05 15/3 p. 32)
14º	12/4/1987	12/4/2006	(w87 15/2 p. 20)	(w06 15/2 p. 16)
15º	1/4/1988	2/4/2007	(w88 15/3 p. 32)	(w07 1/3 p. 32)
16º	22/3/1989	22/3/2008	(w89 1/2 p. 11)	(w08 1/3 p. 7)
17º	10/4/1990	9/4/2009	(w90 15/2 p. 15)	(w09 15/1 p. 2)
18º	30/3/1991	30/3/2010	(w91 15/3 p. 32)	(w10 1/3 p. 32)
19º	17/4/1992	17/4/2011	(w92 1/1 p. 15)	(w11 1/2 p. 22)

Para a tabela acima: “w” => A Sentinela; “g” => Despertar!; “p” => página

Na sua resposta ao segundo artigo da revista *A Sentinela*, Doug Mason disponibilizou a tabela da próxima página (em inglês, *sem edição*). Ela mostra o calendário lunar babilônico para os anos de 568/7 AEC, 588/7 AEC e também para os anos que contextualizam essas datas.

YEAR	B.C.	Nis	Aia	Sim	Duz	Abu	Ulu	U II	Tas	Ara	Kis	Teb	Sha	Add	A II
16	589	4/15	5/15	6/13	7/13	8/11	9/10		10/10	11/8	12/8	588	1/6	2/5	3/6
17	588	4/4	5/4	6/2	7/2	7/31	8/30		9/29	10/29	11/27	12/27	587	1/25	2/24 3/25
18	587	4/23	5/23	6/21	7/21	8/19	9/18		10/18	11/17	12/16	586	1/15	2/13	3/15
19	586	4/13	5/12	6/11	7/10	8/8	9/7		10/7	11/6	12/6	585	1/4	2/3	3/3
36	569	4/4	5/4	6/2	7/1	7/31	8/30		9/28	10/28	11/27	12/27	568	1/25	2/24 3/25
37	568	4/23	5/23	6/21	7/20	8/19	9/17		10/17	11/16	12/16	567	1/15	2/13	3/15
38	567	4/13	5/12	6/11	7/10	8/8	9/7		10/6	11/5	12/5	566	1/4	2/2	3/4
39	566	4/2	5/2	5/31	6/29	7/29	8/27		9/26	10/25	11/24	12/24	565	1/22	2/21

Veja a tabela *com edição* abaixo. Note que o nisanu de 588/7 AEC começou em 4 de abril (calendário juliano); o 3º mês desse ano começou em 2 de junho. Assim, seria necessário um simanu de 43 dias para que esse 3º mês alcançasse o dia 15 de julho, como requer a explicação da Torre de Vigia.

1º mês: nisanu; 3º mês: simanu

Mudança de ano cal. juliano; 13º mês

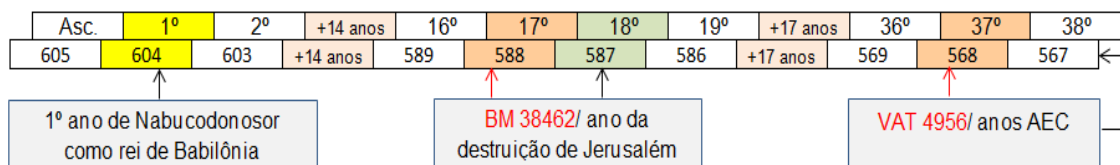
YEAR	B.C.	Nis	Aia	Sim	Duz	Abu	Ulu	U II	Tas	Ara	Kis	Teb	Sha	Add	A II
16	589	4/15	5/15	6/13	7/13	8/11	9/10		10/10	11/8	12/8	588	1/6	2/5	3/6
17	588	4/4	5/4	6/2	7/2	7/31	8/30		9/29	10/29	11/27	12/27	587	1/25	2/24 3/25
18	587	4/23	5/23	6/21	7/21	8/19	9/18		10/18	11/17	12/16	586	1/15	2/13	3/15
19	586	4/13	5/12	6/11	7/10	8/8	9/7		10/7	11/6	12/6	585	1/4	2/3	3/3
36	569	4/4	5/4	6/2	7/1	7/31	8/30		9/28	10/28	11/27	12/27	568	1/25	2/24 3/25
37	568	4/23	5/23	6/21	7/20	8/19	9/17		10/17	11/16	12/16	567	1/15	2/13	3/15
38	567	4/13	5/12	6/11	7/10	8/8	9/7		10/6	11/5	12/5	566	1/4	2/2	3/4
39	566	4/2	5/2	5/31	6/29	7/29	8/27		9/26	10/25	11/24	12/24	565	1/22	2/21

Evidentemente, os autores do artigo estão conscientes desse problema, pois, relacionado a isso, escreveram a seguinte nota (os colchetes são da Torre de Vigia):

Babylonian Eclipse Observations From 750 BC to 1 BC, de Peter J. Huber e Salvo De Meis, publicado em 2004, página 186. Segundo a VAT 4956, esse eclipse ocorreu no 15.º dia do terceiro mês babilônico, o que indica que o mês de simanu começou 15 dias antes. Se o eclipse aconteceu em 15 de julho de 588 AEC, de acordo com o calendário juliano, então o primeiro dia de simanu seria 30 de junho/1.º de julho de 588 AEC. Portanto, o primeiro mês babilônico (nisanu) teria dado início ao novo ano dois meses antes, em 2/3 de maio. Ao passo que normalmente o ano desse eclipse teria começado em 3/4 de abril, a

VAT 4956 menciona na linha 6 que um *mês extra* (intercalar) foi acrescentado *depois* do décimo segundo (último) mês (adaru) do ano anterior. (A tabuinha diz: “8.º dia do mês XII2 [13.º mês].”). Portanto, isso significa que o novo ano realmente não começou antes de 2/3 de maio. Assim, a data desse eclipse em 588 AEC se encaixa bem na data mencionada na tabuinha (segundo artigo, página 28).

Quando a revista *A Sentinela* diz que “normalmente o ano desse eclipse teria começado em 3/4 de abril”, ela se refere a 588/7 AEC. E por que ela diz isso? É evidente que os autores têm em mãos a mesma tabela que Doug Mason disponibilizou, pois, como visto anteriormente, o ano de 588/7 AEC começa em 4 de abril. E qual a solução que os autores apresentam para fazer que o 3º mês alcance o dia 15 de julho? Eles leram na VAT 4956 que um 13º mês foi acrescentado ao ano anterior. Presumindo que essa tabuinha de fato se refira ao eclipse de 588 AEC, os autores, ao considerar a adição de um 13º mês ao ano anterior, 589/8 AEC, movem o início do ano de princípios de abril para princípios de maio. Com isso, o 2º mês é movido para o princípio de junho, e o 3º, para o fim desse mês. O resultado é que eles conseguiram fazer que o 3º mês alcançasse o dia 15 de julho. Infelizmente, para os autores, essa mesma argumentação pode ser aplicada – e com muito mais propriedade – para justificar o eclipse de 568 AEC. É claro que, apesar de terem guardado silêncio a respeito disso, os autores não desconhecem o fato de que o 13º mês só é acrescentado quando o ano termina muito cedo em relação à estação do ano, e, visto que o ano de 569/8 AEC terminou em 3 de abril, ao passo que o ano de 589/8 AEC terminou em 14 de abril, o acréscimo do 13º mês faz-se mais necessário no primeiro caso. Como a Torre de Vigia deixou de justificar como a BM 38462 se ajusta à VAT 4956, o bom senso diz que a coisa certa a fazer é aceitar exatamente o que essas tabuinhas dizem, isto é, que o 17º ano de Nabucodonosor corresponde a 588/7 AEC e que o seu 37º ano corresponde a 568/7 AEC. Dessa forma, fica estabelecido *duplamente* que o 1º ano de Nabucodonosor corresponde a 604/3 AEC e, por conseguinte, o seu 18º ano passa a ser 587/6 AEC – exatamente como dizem as listas de reis e as tabuinhas econômicas.



▪ Os 13 grupos de posições lunares

Confiante de que a argumentação apresentada apontou uma evidência clara a favor da data 607 AEC, a revista *A Sentinela* questionou:

Mas será que a VAT 4956 fornece mais evidências para o ano 607 AEC?

E então prossegue:

Além do eclipse já mencionado, a tabuinha contém 13 grupos de observações lunares e 15 observações planetárias. Elas descrevem a posição da Lua ou de planetas em relação a certas estrelas ou constelações. Há também oito intervalos de tempo entre o nascer e o pôr do sol e o nascer e o pôr da lua (segundo artigo, página 25).

Em notas ao fim do artigo, os autores justificam porque não vão abordar as “observações planetárias” e os “intervalos de tempo entre o nascer e o pôr do sol e o nascer e o pôr da lua”. Segundo eles, quanto ao primeiro caso, as “observações planetárias”, os registros antigos não são consistentes quanto a qual nome deve ser chamado determinado planeta. E então acrescentam:

“Por causa disso, as observações planetárias estão abertas a especulação e a várias interpretações” (segundo artigo, nota 17, página 28).

Sobre essa alegação, Carl Olof Jonsson reconhece que os nomes dos planetas também eram usados para identificar estrelas e constelações, e até outros planetas. No entanto, segundo ele, os planetas também tinham nomes exclusivos e destaca que a VAT 4956 só usa nomes exclusivos. Com isso ele conclui:

Como não se exige muita pesquisa para descobrir que estes nomes exclusivos são consistentemente usados na VAT 4956, pode-se indagar por que os autores de *A Sentinela* não revelam isso. A identificação dos planetas na VAT 4956 é clara e inequívoca e não gera problema algum. Portanto, parece claro que a única razão pela qual os escritores de *A Sentinela* preferiram ignorar as posições planetárias registradas na VAT 4956, é que elas se ajustam ao ano 568 AEC, não a 588 AEC (*RSA*, página 21).

E sobre os “oito intervalos de tempo entre o nascer e o pôr do sol e o nascer e o pôr da lua”? Qual justificativa foi usada para não abordá-los?

Estes intervalos de tempo são a medição de tempo, por exemplo, do pôr do sol ao pôr da lua no primeiro dia do mês e durante dois outros períodos mais tarde no mês. Os eruditos têm relacionado essas medições de tempo a datas calendares [...] Para antigos observadores, medir esse período exigia um tipo de relógio. Essas medições não eram confiáveis (segundo artigo, nota 18a, página 28).

De acordo com Jonsson, relógios de água já eram usados muito tempo antes da era neobabilônica, mas ainda imprecisos. Mas, com base nas fontes consultadas por ele, pode-se dizer que, por volta da era neobabilônica, já era

possível falar em precisão no que diz respeito a medidas de alguns minutos. Como a menor unidade de tempo usada na questão acima é de 4 minutos, os eruditos não têm tido dificuldades em confirmar a exatidão das declarações da tabuinha que estamos considerando. E a que conclusão eles chegaram? Com base em simulações feitas por computador, tanto para 568 AEC, como também para 588 AEC, eles podem afirmar com segurança que os intervalos de tempo citados pela VAT 4956 são muito mais compatíveis com 568 AEC do que com 588 AEC. Com isso, a Torre de Vigia até poderia falar em relógios imprecisos, mas, mesmo considerando essa imprecisão, considero que não foi honesto da parte dela deixar de reconhecer que os registros astronômicos favorecem a data de 568 AEC (RSA, páginas 21,22).

Tendo deixado de defender-se, por razões questionáveis, dessas duas últimas provas contra sua cronologia, a Torre de Vigia concentra-se então nos “13 grupos de posições lunares”.

Por causa da confiabilidade superior das posições lunares, os pesquisadores examinaram cuidadosamente os 13 grupos de posições lunares na VAT 4956. Eles analisaram os dados com a ajuda de um programa de computador capaz de mostrar a localização de corpos celestes em determinada data no passado. O que essa análise revelou? Ao passo que nem todos esses grupos de posições lunares são compatíveis com o ano 568/567 AEC, os 13 grupos são compatíveis com posições calculadas para 20 anos antes, ou seja, para o ano 588/587 AEC (segundo artigo, páginas 25 e 27).

Por incrível que pareça quase toda a argumentação reduz-se a isso: uma afirmação de que, segundo “pesquisadores”, “os 13 grupos de posições lunares” apoiam a data de 607 AEC. Quanta credibilidade se deve dar a essa afirmação? Diante do que já se considerou até aqui neste capítulo, o bom senso diz que a conclusão dos “pesquisadores” deve ser checada. Mas, como a Torre de Vigia não disponibilizou a metodologia da pesquisa, fica-se a especular como fazer a checagem nos mesmos moldes usados pelos “pesquisadores”. Infelizmente, trata-se de um caso em que, por mais que provas sejam apresentadas em sentido contrário, a entidade religiosa sempre terá o trunfo de poder dizer que suas palavras não foram refutadas. Diante dessa limitação, restou a opção de checar a afirmação da Torre de Vigia baseando-se unicamente na sua opção por acrescentar o 13º mês ao ano de 589/8 AEC. Em resultado desse acréscimo, os anos que se seguiram passaram a estar um mês adiantado, e, como era de se esperar, esse acréscimo equivocado veio a afetar diretamente as datas de 588/7 AEC, exatamente o ano em que teria sido datada a VAT 4956. Presumindo que os “pesquisadores” a serviço da Torre de Vigia levaram em conta esse acréscimo, a erudita Ann O’Maly, utilizando a versão online de *Sky View Café*, testou os 13 grupos de posições lunares, tanto para 568/7 AEC, como para 588/7 AEC. O

resultado de sua pesquisa, conforme foi divulgada por Doug Mason, é mostrado na tabela abaixo:

A palavra “Excelent” indica que a posição lunar ajusta-se à descrição feita na VAT 4956, ao passo que “Bad” indica que a descrição difere da imagem mostrada pelo programa. Com o placar de 9 X 2 a favor de 568/7 AEC, a pesquisa indica certamente um resultado diferente do obtido pela Torre de Vigia.

Em conclusão de sua análise da tabuinha astronômica, a revista *A Sentinela* conclui:

Fica claro então que muitos dos dados astronômicos na VAT 4956 combinam com o ano de 588 AEC como o 37.º ano de Nabucodonosor II. Assim, esses dados apoiam o ano de 607 AEC como a data da destruição de Jerusalém—exatamente como a Bíblia indica (segundo artigo, página 27)

Como foi dito no começo deste capítulo, essa é a única versão que terá a maioria das Testemunhas de Jeová.

SUMMARY OF THE 13 SETS OF LUNAR DATA RESULTS:

	<u>588/87</u>	<u>568/67</u>
Nisanu 1	Partially good	Excellent
Nisanu 9	Excellent	Bad
Ayyaru 1	Partially good	Excellent
Simanu 1	Partially good	Excellent
Simanu 5	Bad	Bad
Simanu 8	Bad	Excellent
Simanu 10	Bad	Inaccurate?
Sabatu 1	Partially good	Excellent
Sabatu 6	Bad	Excellent
Sabatu 11 [?]	Inconclusive	Inconclusive
Addaru 1	Mostly good	Excellent
Addaru 2	Bad	Excellent
Addaru 7	Excellent	Excellent

Fonte: Critique (Parte B: references) of *When Was Ancient Jerusalem Destroyed? Parte 2: What the clay documents really show*, página 40; Doug Mason.

Os “70 anos” – como se justificam?

“No décimo terceiro ano” do reinado de Josias, um jovem chamado Jeremias foi convocado para ser profeta para o povo de Judá. Era uma época de grave apostasia, em grande parte promovida pelos dois reis anteriores Manassés e Amom. Após a convocação de Jeremias, Josias ainda reinaria por 17 anos. Após a morte desse rei, seu filho Jeoacaz assumiu o trono, mas o faraó Neco logo o destronou e empossou no seu lugar Jeoiaquim, outro filho de Josias. Este último reinou por 11 anos. Foi sucedido por seu filho Joaquim, mas este enfrentou um sítio que Nabucodonosor fez a Jerusalém e teve que se render ao fim de três meses de reinado. Nabucodonosor por fim deu posse a Zedequias, outro filho de Josias. O reinado de Zedequias durou 11 anos e terminou com um segundo sítio e a consequente prisão dele pelas tropas de Nabucodonosor. Este evento marcou também a destruição de Jerusalém e o consequente exílio dos judeus ao cativeiro em Babilônia. Por todo esse tempo, desde o “décimo terceiro ano” de Josias, Jeremias transmitiu ao povo de Judá os avisos de Jeová (Jeremias 1:1-3). Dentre esses avisos estava o seguinte, que foi anunciado no 4º ano de Jeoiaquim:

“Portanto, assim diz Jeová dos exércitos: “Visto que vocês não obedeceram às minhas palavras, estou convocando todos os povos do norte”, diz Jeová, “estou convocando o meu servo Nabucodonosor, rei de Babilônia, e vou trazê-los contra esta terra, contra os seus habitantes e contra todas as nações ao redor. Eu os entregarei à destruição e farei deles um motivo de terror, um alvo de assobios e uma ruína permanente. Porei fim ao som de exultação e ao som de alegria entre eles, à voz do noivo e à voz da noiva, ao som do moinho manual e à luz da lâmpada. E toda esta terra será reduzida a ruínas e se tornará um motivo de terror, e essas nações terão de servir ao rei de Babilônia por 70 anos.” (Jeremias 25:1, 2, 8-11).

O que aconteceria ao fim dos “70 anos”? Leiamos o versículo 12:

Mas, quando se completarem 70 anos, ajustarei contas com o rei de Babilônia e aquela nação por causa dos seus erros’, diz Jeová, ‘e farei da terra dos caldeus um deserto desolado para sempre.

A Torre de Vigia entende que os “70 anos” citados por Jeremias se referem a um período de “70 anos” de desolação da cidade de Jerusalém. Como ela põe a chegada dos judeus a Jerusalém em 537 AEC, então Jerusalém obrigatoriamente teria sido destruída por Nabucodonosor em 607 AEC. No

entanto, como vimos em páginas precedentes, essa interpretação está em desacordo com os fatos. Assim, a que se referem de fato os “70 anos”?

A primeira citação é específica em dizer que, por um período de “70 anos”, tanto Judá como as nações vizinhas serviriam ao rei de Babilônia. Essa servidão não significava necessariamente em os povos dessas terras serem levados para Babilônia; nota-se isso do alerta divulgado anos depois, no início do reinado de Zedequias:

Se alguma nação ou reino se recusar a servir a Nabucodonosor, rei de Babilônia, e se recusar a pôr o pescoço debaixo do jugo do rei de Babilônia, eu punirei essa nação com a espada, a fome e a peste’, diz Jeová, ‘até que eu os tenha eliminado pelas mãos dele’. [...] Mas a nação que puser o pescoço debaixo do jugo do rei de Babilônia e o servir, eu a deixarei ficar na sua terra’, diz Jeová, ‘para cultivá-la e morar nela (Jeremias 27:1, 8, 11).

A conclusão que se tira dessas declarações é que os “70 anos” envolviam não necessariamente a remoção de qualquer dessas nações para Babilônia, mas apenas que essas nações deviam ‘servir ao rei de Babilônia, cada uma em sua própria terra. A remoção para Babilônia somente viria como consequência da recusa em se submeter a um jugo de servidão. Assim, caso os reis de Jerusalém tivessem se submetido ao jugo de Babilônia, a cidade de Jerusalém, como capital de Judá, teria ficado intacta, assim como se poupou cidades importantes de nações vizinhas.

O conceito de servidão, embora negado pela Torre de Vigia sempre que aborda a sua cronologia, foi reconhecido em outro contexto:

Isaías continua a profetizar: ***“Naquele dia terá de acontecer que Tiro terá de ser esquecida por setenta anos, igual aos dias de um só rei.” (Isaías 23:15a)*** Depois da destruição da cidade continental pelos babilônios, a cidade-ilha de Tiro seria “esquecida”. Fiel à profecia, pela duração de “um só rei” — o Império Babilônico — a cidade-ilha de Tiro não seria uma potência financeira importante. Jeová, por meio de Jeremias, incluiu Tiro entre as nações que beberiam do vinho de Seu furor. Ele disse: ***“Estas nações terão de servir ao rei de Babilônia por setenta anos.”*** (Jeremias 25:8-17, 22, 27) É verdade que a cidade-ilha de Tiro não ficou sujeita a Babilônia por 70 anos completos, visto que o Império Babilônico caiu em 539 AEC. ***Evidentemente, os 70 anos representavam o período do maior domínio de Babilônia — quando a dinastia babilônica se jactava de ter erguido seu trono até mesmo acima das “estrelas de Deus”.*** (Isaías 14:13) ***Diferentes nações viriam a estar sob esse domínio em diferentes épocas. Mas, no fim dos 70 anos, esse domínio desmoronaria*** (*Profecia de Isaías*, volume 1, página 253).

Conforme ficou claro nas páginas precedentes, Nabucodonosor ascendeu ao trono em 605 AEC, sendo 604/3 AEC o seu primeiro ano de reinado. Conforme a Torre de Vigia reconhece, até poucos anos antes de Nabucodonosor começar a reinar, a Assíria é que era a Potência Mundial da época. Na cronologia da Torre de Vigia, a queda da capital Nínive diante de Babilônia se

deu em 632 AEC. Os historiadores, no entanto, põem esse evento 20 anos depois, em 612 AEC. Mas foi somente em 609 AEC que se extinguiu a última resistência assíria, que se havia refugiado em Harã.

“Fim da Assíria. —... depois da queda de Nínive em 612, da queda de Harã em 610 e da tentativa de reconquistá-la mais tarde em 609, a Assíria deixou de existir.” – *Encyclopedia Britannica*, Chicago, EUA, 1964, págs. 966, 967 (TGR4, página 275).

“609. – Derrota definitiva do último rei assírio... A ruína do império assírio permitiu que os caldeus estendessem o seu domínio à Síria e à Palestina.” – *As Grandes Datas da Antiguidade*, Portugal, 1984, Publicações Europa-América, págs. 37, 38 (TGR4, página 275).

170

Esses são os fatos históricos relacionados ao fim da Assíria e ao soerguimento do império babilônico. Como se relaciona isso com a profecia bíblica a respeito dos “70 anos”? Se nos lembrarmos de que Babilônia caiu diante dos persas em 539 AEC, verificamos assim um intervalo exato de “70 anos”. Agora leiamos novamente Jeremias 25: 12:

Mas, quando se completarem 70 anos, ajustarei contas com o rei de Babilônia e aquela nação por causa dos seus erros, diz Jeová, ‘e farei da terra dos caldeus um deserto desolado para sempre.

Notemos que o ajuste de contas que Deus faria com Babilônia se daria no fim de “70 anos”. Esse ajuste de contas ocorreu em 539 AEC, portanto foi em 539 AEC que terminou o período de “70 anos” da profecia de Jeremias – não em 537 AEC como requer a Torre de Vigia.

Jeremias voltou a fazer referência aos “70 anos” numa carta dirigida aos judeus já cativos em Babilônia. Assim como em Jerusalém, também em Babilônia surgiram falsos profetas que anunciavam que se podia esperar para breve a libertação do jugo babilônico. Leiamos as palavras de Jeremias:

Pois assim diz Jeová dos exércitos, o Deus de Israel: “Não se deixem enganar pelos seus profetas e pelos seus adivinhos, que estão entre vocês, nem deem ouvidos aos sonhos que eles estão tendo. Pois ‘eles estão profetizando mentiras para vocês em meu nome. Eu não os envie’”, diz Jeová.”” “Pois assim diz Jeová: ‘Quando se completarem 70 anos em Babilônia, voltarei a minha atenção para vocês e cumprirei a minha promessa, trazendo-os de volta para cá.’” (Jeremias 29:8-10).

Essa citação é da *Tradução do Novo Mundo*, uma versão bíblica produzida pela própria Torre de Vigia. É interessante notar que, apesar de os fatos históricos reprovarem de forma cabal a estada dos judeus em Babilônia por

exatos “70 anos”, é possível ler na Bíblia da Torre de Vigia a relação dos “70 anos” com os judeus “**em** Babilônia”.

Na maioria das Bíblias, porém, essa fraseologia é diferente (as últimas três citações da lista constam no livro de Jonsson, *TGR4*, página 249; elas, ao que me parece, foram selecionadas pelo tradutor):

(*Nova Versão Internacional*) Quando se completarem os setenta anos *da* Babilônia.

(*Sociedade Bíblica Britânica*) Logo que forem cumpridos *para* Babilônia setenta.

(*Versão Católica*) Quando setenta anos tiverem decorrido *para* Babilônia.

Tradução Ecumênica (1995): “Quando se completarem *para* Babilônia setenta anos...”

A Bíblia de Jerusalém (2000): “Quando se completarem, *para a* Babilônia, setenta anos...”

Almeida Revista e Atualizada no Brasil (1960): “Logo que se cumprirem *para a* Babilônia setenta anos,...”

Essas citações é que estão de acordo com os fatos, pois relacionam os “setenta anos” com a supremacia de Babilônia. Que os “70 anos” não se relacionam com a permanência dos judeus em Babilônia, vê-se também nessa citação de Jeremias. Notemos que Jeová diz que voltaria a sua atenção para o seu povo quando terminassem os 70 anos para (ou da) Babilônia, não que traria seu povo para Jerusalém a fim de dar por terminado os “70 anos” (*TGR4*, página 263).

Na sua tentativa de provar que os judeus passaram de fato “70 anos” em Babilônia, a Torre de Vigia recorre a outras duas referências aos “70 anos”. Uma dessas referências foi feita pelo profeta Daniel ainda no primeiro ano de Dario.

No primeiro ano de Dario, que era filho de Assuero, descendente dos medos, e que tinha sido feito rei sobre o reino dos caldeus, sim, no primeiro ano do seu reinado, eu, Daniel, compreendi pelos livros o número de anos para se cumprir a desolação de Jerusalém, conforme mencionado na palavra de Jeová dirigida ao profeta Jeremias; seriam 70 anos. (Daniel 9:,2)

Daniel evidentemente se referia ao livro de Jeremias ou pelo menos à carta que ele enviou aos judeus em Babilônia. Mas é preciso notar que não é possível depreender o texto que os judeus deveriam *permanecer* em Babilônia por exatos “70 anos”. Em adição a isso, fica a questão sobre o que levou Daniel a dizer que compreendera, pelos livros, “o número de anos” mencionado por Jeremias. Não parece restar alternativa senão a queda de Babilônia. Como até então os judeus permaneciam em Babilônia, e não é possível saber se Daniel já tinha conhecimento da ordem de Ciro para que os judeus retornassem a Jerusalém, parece óbvio que foi a queda de Babilônia que levou Daniel a *compreender* que os “70 anos” preditos por Jeremias haviam terminados (TGR4, páginas 254, 255).

Uma segunda referência aos “70 anos” pode ser lida no segundo livro das Crônicas. Esse livro foi escrito por Esdras algum tempo depois do retorno dos judeus a Jerusalém. Na conclusão do seu livro, Esdras escreveu o seguinte:

Ele levou cativos para Babilônia os que escaparam da espada, e eles se tornaram servos dele e dos seus filhos até que o reino da Pérsia começou a dominar. Isso aconteceu para que se cumprisse a palavra de Jeová falada por Jeremias, até que a terra tivesse saldado os seus sábados. Durante todo o tempo em que ficou desolada, ela guardou o sábado, até cumprir 70 anos (2 Crônicas 36:20,21).

A confusão nessa citação é a inserção do “sábado” como um período a se cumprir por “70 anos” (versículo 21). Mas essa ideia é alheia à profecia de Jeremias; assim, não é possível concluir que Esdras estava dizendo que os judeus passaram “70 anos” em Babilônia para cumprir um perdido sabático.

A respeito da questão do sábado, Carl Olof Jonsson chama a atenção para o livro de Levítico; segundo ele, o livro de Levítico é a fonte de Esdras no que diz respeito à sua referência ao sábado.

“E naquele tempo *saldará a terra os seus sábados, todos os dias em que jazer desolada*, enquanto estiverdes na terra dos vossos inimigos. Naquele tempo a terra guardará o sábado, visto que tem de saldar os seus sábados. *Guardará o sábado todos os dias em que jazer desolada*, visto que não guardou o sábado nos vossos sábados quando moráveis nela. — Levítico 26:34-35, TNM. (TGR4, página 261).

Como é possível perceber, o exílio seria um período de tempo em que a terra de Israel estaria em descanso (guardando o sábado). Nem Moisés nem Jeremias relacionam a guarda de um período sabático com “70 anos”. Um menciona um caso e o outro menciona outro caso; por ambos estarem relacionados, é que Esdras os cita juntos, de fato em um único versículo; mas não é possível depreender disso que ele estava dizendo que os judeus passaram exatamente “70 anos” no exílio.

A Torre de Vigia também tem feito esforços para relacionar duas outras expressões de “70 anos” com os “70 anos” de Jeremias. Essas expressões se encontram no livro bíblico de Zacarias, capítulos 1 e 7. Segundo a própria Torre de Vigia, o livro de Zacarias foi escrito em 518 AEC. Zacarias fora designado profeta com o fim de encorajar os judeus a dar seguimento à construção do Templo. Eles chegaram havia cerca de 20 anos, mas, em razão de oposição, até então não haviam terminada a reconstrução do Templo. Como isso era algo que eles muito almejavam, parecia não lhes restar opção senão jejuar e orar, numa espécie de lamentação contínua do evidente fracasso deles na obra de reconstrução. É nesse contexto que são mencionadas as expressões “setenta anos”. Leiamos:

Em vista disso, o anjo de Jeová disse: “Ó Jeová dos exércitos, até quando negarás tua misericórdia a Jerusalém e às cidades de Judá, com as quais ficaste indignado por esses setenta anos?” (Zacarias 1:2)

O povo de Betel enviou Sarezzer e Regem-Meleque com seus homens, para suplicar o favor de Jeová dizendo aos sacerdotes da casa de Jeová dos exércitos e aos profetas: “Devo chorar no quinto mês e jejuar, como tenho feito por tantos anos?” Recebi novamente a palavra de Jeová dos exércitos: “Diga a todo o povo desta terra e aos sacerdotes: ‘Quando vocês jejuavam e lamentavam no quinto e no sétimo mês, durante 70 anos, era realmente para mim que jejuavam’?” (Zacarias 7:2-5).

É possível compreender de imediato que os “70 anos” são dados como um período de tempo que se estende até a escrita do livro – em 518 AEC. No primeiro caso, o anjo de Jeová lamenta que “por esses setenta anos” ¹⁰ os judeus foram privados da “misericórdia” de Jeová. No segundo caso, um grupo de judeus liderados por Sarezzer e Regem-Meleque é enviado a Jerusalém para lamentar, por abstinência, com o fim de “abrandar a face de Jeová”. Isso resulta em Jeová lembrar a eles que têm feito “isto por 70 anos”. Portanto, indubitavelmente, o caso é de “70 anos” que terminam por ocasião da escrita do livro, não que terminaram cerca de 20 anos antes. Sabemos que a destruição de Jerusalém, em 587 AEC, foi antecedida por um sítio que começou dois anos antes, no “nono” ano do reinado de 11 anos de Zedequias (2 Reis 25:1). Isso por si só já era motivo para os israelitas iniciarem os seus jejuns e orações; e, ao que parece, a consequente destruição de Jerusalém, o

¹⁰ A nova versão da Tradução do Novo Mundo, lançada em 2015, traduz essa expressão com ligeira diferença, ao que parece, com o intuito de distanciar o fim dos “setenta anos” da época em que se escreve as palavras, a saber, 518 AEC. Ao passo que a versão de 1986 usava o pronome “estes” para qualificar os “setenta anos”, a versão de 2015, como se vê, usa “esses”. Para esse mesmo versículo, diversas outras traduções consultadas por mim usam “estes” ou outra palavra com sentido semelhante: “estes setenta anos” (ACF, JFA, AA); “faz setenta anos” (Versão Católica, NTLH, RA); “há setenta anos” (NVI, KJA).

cativeiro em Babilônia e o fracassado empreendimento de construção do templo – tudo isso os levou a estabelecer os rituais de jejuns e orações, tanto quanto por “70 anos” (TGR4, páginas 264-269).

Conclusão

Diante do que foi apresentado neste capítulo, o leitor se deve estar perguntando por que o Corpo Governante não se deixa convencer pelas evidências disponíveis. No primeiro parágrafo deste capítulo foi dito ao leitor que “1914 é o alicerce de todo o arcabouço doutrinário que dá à religião um caráter exclusivo”. O encarceramento dos líderes do movimento, nos anos posteriores a 1914, no começo os deixou muito confusos, uma vez que a esperança deles era ser levados para o céu, se não em 1914, pelo menos logo depois. Nas décadas seguintes, no entanto, procurou-se fazer um paralelo com a prisão, e consequente libertação, dos líderes e a morte, e consequente ressurreição, das duas testemunhas do capítulo 11 de Apocalipse. Desde então, várias passagens bíblicas têm sido convocadas a dar apoio a esse conceito, todas elas de alguma forma parecendo dar algum sentido aos incidentes que sobreveio aos líderes logo depois de 1914. A seguir são alistadas algumas:

Profecia bíblica	Acontecimento envolvendo os líderes que são entendidos como sendo o cumprimento da profecia	Ano do suposto cumprimento
Depois de muito tempo o senhor daqueles escravos voltou e ajustou contas com eles (Mateus 25: 19).	Prisão dos líderes (<i>A Sentinela</i> de 1º de março de 2004, página 16)	1918
Foi-lhe permitido travar guerra com os santos e vencê-los, e foi-lhe dada autoridade sobre toda tribo, povo, língua e nação (Apocalipse 13:7).	Prisão dos líderes (<i>Revelação – Seu Grandioso Clímax Está Próximo!</i> , página 192)	1918

Vejam! Enviarei o meu mensageiro, e ele preparará o caminho diante de mim. [...] Mas quem suportará o dia da sua vinda, e quem conseguirá se manter de pé quando ele aparecer? Pois ele será como o fogo do refinador e como a barrela dos lavadeiros. E ele se sentará como um refinador e purificador de prata, e purificará os filhos de Levi; e os depurará como o ouro e como a prata, e eles certamente se tornarão para Jeová pessoas que apresentam uma oferta em justiça. (Malaquias 3:1-3).	Prisão dos líderes; rejeição completa das demais igrejas cristãs. (<i>A Sentinela</i> de 1º de março de 2004, página 16; <i>Revelação – Seu Grandioso Clímax Está Próximo!</i>, página 32)	1918
Pois este é o tempo determinado para o julgamento começar com a casa de Deus. Ora, se começa primeiro conosco, qual será o fim daqueles que não são obedientes às boas novas de Deus? (1 Pedro 4:17).	Prisão dos líderes (<i>A Sentinela</i> de 1º de março de 2004, página 16)	1918
Há o som de um tumulto que vem da cidade, um som que vem do templo! É o som de Jeová retribuindo aos seus inimigos o que merecem. (Isaias 66:6).	Prisão dos líderes; rejeição completa das demais igrejas cristãs. (<i>Profecia de Isaías</i>, volume 2, página 397; veja citação na próxima página)	1918
E, a partir do tempo em que for removido o sacrifício constante e for estabelecida a coisa repugnante que causa desolação haverá 1.290 dias (Daniel 12: 11).	Prisão dos líderes (<i>Profecia de Daniel</i>, página 298).	1918
Estavam cantando o que parecia ser um novo cântico, diante do trono e diante das quatro criaturas viventes e dos anciãos. Ninguém podia aprender esse cântico, exceto os 144.000 que foram comprados da terra (Apocalipse 14:3).	Libertação dos líderes (<i>Revelação – Seu Grandioso Clímax Está Próximo!</i>, página 200)	1919

Ele clamou com voz forte: “Caiu! Caiu Babilônia, a Grande, e ela se tornou morada de demônios e esconderijo de todo espírito impuro e de toda ave impura e odiada! (Apocalipse 18:2)	A libertação dos líderes induz ao conceito de que Deus rejeitou todas as demais religiões. (<i>Revelação – Seu Grandioso Clímax Está Próximo!</i> , páginas 259, 260; veja citação abaixo)	1919
Quem é realmente o escravo fiel e prudente, a quem o seu senhor encarregou dos seus domésticos, para lhes dar o alimento no tempo apropriado? Feliz aquele escravo se o seu senhor, quando vier, o encontrar fazendo isso! Digo a verdade a vocês: Ele o encarregará de todos os seus bens (Mateus 24:45-47).	A libertação dos líderes induz ao conceito de que se teve a aprovação divina e consequente designação <u>como uma autoridade</u> sobre os demais membros (<i>A Sentinela</i> de 15 de julho de 2013, páginas 22, 23)	1919

A respeito de Isaías 66:6:

No cumprimento moderno dessas profecias, houve um importante evento espiritual em 1918, relacionado com a adoração de Jeová. Nessa época, Jeová e Jesus evidentemente fizeram uma inspeção de todos os que diziam representar a adoração pura. Essa inspeção levou à rejeição final da corrupta cristandade [todas as igrejas que professam crer em Jesus]. Para os seguidores ungidos de Cristo, a inspeção significou um breve período de refinamento, seguido de uma rápida restauração espiritual, em 1919. — 1 Pedro 4:17 (*Profecia de Isaías*, volume 2, página 397).

A respeito de Apocalipse 18:2 (o terceiro par de colchetes é dos autores):

A quem esse anjo com grande autoridade usa na proclamação de tal espantosa notícia perante a humanidade? Ora, o próprio povo que é solto em resultado daquela queda, os remanescentes dos ungidos na Terra, a classe de João [referindo-se a todos os seguidores de Russell/Rutherford]. De 1914 a 1918, eles sofreram muito às mãos de Babilônia, a Grande [todas as demais religiões], mas, em 1918, o Senhor Jeová e seu “mensageiro do pacto [abraâmico]”, Jesus Cristo, começaram o julgamento com “a casa de Deus”, os que professavam ser cristãos. De modo que a cristandade apóstata [todas as demais religiões que professam crer em Jesus] foi levada a julgamento. (Malaquias 3:1; 1 Pedro 4:17) A enorme culpa de sangue em que ela incorreu durante a Primeira Guerra Mundial, sua cumplicidade na perseguição das

testemunhas fiéis de Jeová e seus credos babilônicos não a ajudaram neste tempo de julgamento; tampouco qualquer outra parte de Babilônia, a Grande, mereceu a aprovação de Deus. — Veja Isaías 13:1-9. De modo que por volta de 1919 Babilônia, a Grande, já havia caído, o que abriu o caminho para os do povo de Deus serem soltos e restabelecidos, como que num só dia, na sua terra de prosperidade espiritual. (Isaías 66:8) Por volta daquele ano, Jeová Deus e Jesus Cristo, o Dario Maior e o Ciro Maior, já haviam manobrado os assuntos para que a religião falsa não mais exercesse domínio sobre os do povo de Jeová. Ela não mais podia impedi-los de servir a Jeová, e de divulgar a todos os que ouvissem, que a meretrícia Babilônia, a Grande, está condenada e que é iminente a vindicação da soberania de Jeová! — Isaías 45:1-4; Daniel 5:30, 31 (*Revelação – Seu Grandioso Clímax Está Próximo*, página 259, 260).

Foram citadas apenas nove profecias, mas o índice das publicações da Torre de Vigia, em sua versão digital, sob o verbete “Datas de significados proféticos”, alista 12 profecias supostamente cumprindo-se em 1918 e outras 27 supostamente cumprindo-se em 1919 (veja as imagens na próxima página).

Todos esses conceitos podem ser resumidos assim: por volta de 1918 e 1919, Jeová Deus submeteu a um teste todas as religiões que afirmavam servi-Lo. A comprovação de que houve esse teste pode ser vista na prisão dos líderes dos Estudantes da Bíblia, como eram então conhecidas as Testemunhas de Jeová. A libertação deles é prova de que foram os únicos aprovados no teste. Em consequência disso, todas as demais religiões foram reprovadas, ao passo que os únicos aprovados – a liderança de Brooklyn – receberam dos céus a designação de representar, perante os homens, as pessoas de Jeová Deus e Jesus Cristo.

Todo esse conceito induziu a este outro conceito: assim como Deus exigia respeito e obediência aos Seus representantes do passado, como Moisés, também Deus exige respeito e obediência aos Seus representantes da atualidade. E o histórico mais recente da religião mostra que esse respeito e obediência, se não obtidos pela persuasão, tem sido requerido à base do medo – com a consequente expulsão de todos aqueles que se têm recusado a se curvar perante a autoridade.

Ocorre que toda a autoridade requerida pelo Gorpo Governante está alicerçada sobre a interpretação que fizeram sobre a data de 1914. É apenas lógico concluir que, se Jerusalém foi destruída em 587 AEC, então os 2520 anos, se *interpretados corretamente*, apontam para 1934. Mas os anos que se seguiram a 1934 não dão suporte ao teste e consequente aprovação dos líderes como parece dar os anos que se seguiram a 1914. Desse jeito, a autoridade de Brooklyn fica a depender unicamente de 1914 como base para defender sua autoridade sobre o rebanho. Abandonar 1914, portanto, significa renunciar toda a autoridade que tem exercido, bem como renunciar ao conceito de ser a única religião aprovada por Deus. A insistência do Corpo Governante em defender a sua cronologia é um sinal claro de que, por enquanto, as coisas vão continuar como estão.

- 1918, ano dos escravos com os talentos vem para ajustar contas (Mt 25:19): w04 1/3 16
 “duas testemunhas” são mortas (Re 11:3, 7): re 167
 fim dos 1.260 dias (Re 11:3): w94 1/8 31
 fim do ‘tempo, tempos e metade de um tempo’ (Da 7:25; 12:7): dp 143-144, 294-296; w94 1/8 31; w93 1/11 10
 Jeová limpa o templo (Is 66:6): ip-2 396-397
 julgamento começa com a “casa de Deus” (1Pe 4:17): re 31-32, 259-260; w04 1/3 16
 “os santos” são vencidos (Re 13:7): re 192
 rei do norte fica “desalentado” (Da 11:30): dp 264; w93 1/11 14
 ressurreição celestial possivelmente começa: w07 1/1 28; re 103
 ‘sacrifício contínuo é removido’ (Da 12:11): dp 297-298; w93 1/11 10-11
 silêncio no céu, incenso é oferecido (Re 8:1, 3, 4): w09 15/1 31-32; re 129-131
 ‘verdadeiro Senhor e mensageiro do pacto’ vêm ao templo espiritual (Mal 3:1): w10 15/3 23; w07 1/4 22; w07 15/12 27-28; jd 179-182; re 31-32, 55-56; w92 1/12 13
- 1919, 144 mil começam a ‘cantar como que um novo cântico’ (Re 14:3): re 200
 Babilônia, a Grande, cai (Re 14:8; 18:2): re 205-206, 209, 259-261
 “Caminho de Santidade” é aberto (Is 35:8): ip-1 380-381
 “chave da casa de Davi” fica sob a responsabilidade do restante (Is 22:22): w09 15/1 31
 ‘coisa repugnante é constituída’ (Da 12:11): dp 300; w93 1/11 10-11
 duas testemunhas são ressuscitadas (Re 11:11, 12): re 169-170
 enxame de gafanhotos do abismo (Re 9): re 143-148
 “escravo fiel e discreto” é ‘designado sobre os bens do amo’ (Mt 24:47): w04 1/3 12; wt 131
 escravos fiéis são ‘designados sobre muitas coisas’ (Mt 25:21, 23): w04 1/3 17
 espírito de Jeová começa a ser derramado sobre o restante (Jl 2:28, 29): w98 1/5 14-15
 ‘fogo é lançado para a terra’ (Re 8:5): w09 15/1 32; re 131-132
 início da “colheita da terra” (Re 14:14-16): re 211-212
 início dos 1.260 dias (Re 12:6, 14): re 183-184
 início dos 1.290 dias (Da 12:11): dp 300; w93 1/11 10-11
 nascimento da nova nação (Is 66:8): re 183-184; ip-2 397-400; w94 15/1 14
 organização celestial de Jeová semelhante a um carro contata a classe de Ezequiel (Ez 1): w91 15/3 11
 “porta aberta” é posta diante do restante (Re 3:8): re 60-65
 ‘quatro anjos são desatados’ (Re 9:15): re 149-151
 recomeça a antitípica Festividade das Barracas: w96 1/7 24
 restante come o “rolo pequeno” (Re 10:8-11): re 159-160
 restante é figurativamente ressuscitado: re 169-170; dp 290-292
 restante é liberto de Babilônia, a Grande: ip-2 74; ip-1 400-401
 restante é refinado (Is 1:24-27): ip-1 32-34
 restante é restabelecido ao paraíso espiritual: ip-1 380; w91 15/5 16
 restante ‘tem posse da terra’ (Is 60:21): w02 1/7 18; ip-2 319-320
 restante ‘vem trêmulo a Jeová’ (Os 3:5): w91 15/8 17
 “Teu Deus tornou-se rei!” começa a ser declarado (Is 52:7): ip-2 187

Links para artigos sobre este assunto:

<http://adelmomedeiros.com/comentariocapa.htm>

<http://www.mentesbereanas.org/index-2.html#cronologia>

http://www.jwstudies.com/babylonian_captivity.html

<http://kristenfrihet.se/english/epage.htm>

<https://goo.gl/Qnna1G> (A Sentinela de 1º de outubro de 2011, PDF).

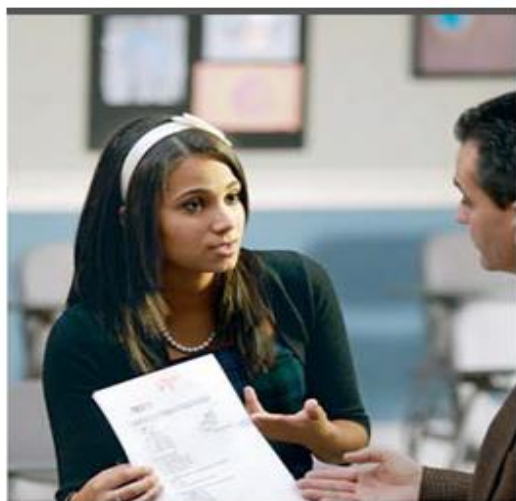
<https://goo.gl/XFRwC6> (A Sentinela de 1º de novembro de 2011, PDF).

Questões de moral 5

PODE-SE DIZER QUE toda a humanidade aprecia quando todas as coisas são tratadas com honestidade. Ocorre que, em se tratando de humanos imperfeitos, por vezes, algumas pessoas deixam-se controlar por interesses pessoais e, em razão disso, a honestidade nas relações humanas geralmente é sacrificada – em maior ou menor grau –, às vezes em prejuízo de uma ou algumas pessoas, e, outras vezes, em prejuízo de uma coletividade considerável.

179

A organização Torre de Vigia nunca se furtou a defender, na sua literatura e através do microfone, a honestidade em todos os aspectos da vida. O resultado disso é que muitas pessoas, talvez milhares, têm sido atraídas à religião justamente em razão dessa campanha em prol da boa moral; então essas pessoas, tanto nas relações entre si como nos tratos com não-Testemunhas, tem-se esforçado em viver de acordo com esse princípio, muitas vezes, a um elevado custo para si mesmas, seja social, moral e até financeiro. Servindo-se dessa honestidade demonstrada pelas Testemunhas, a Torre de Vigia procura convencer ainda mais pessoas de que ela está liderando o *único grupo religioso* que segue de perto a regra de boa moral estabelecida pela Bíblia.



Honestidade sempre – mesmo em pequenas coisas

Com a foto ao lado, a Torre de Vigia, em sua campanha em prol da honestidade, conta o caso de Natália, uma estudante de 14 anos, que, num gesto de honestidade, conta ao professor que sua prova foi corrida errada – com uma pontuação além do que realmente merecia. “Meus pais sempre me ensinaram que para agradar a Jeová eu preciso ser honesta. Eu não ficaria com a consciência tranquila se não falasse com o professor” (A *Sentinela* de 15 de Abril de 2011, página 8).

Mas até que ponto a própria Torre de Vigia se deixa guiar por essa tão aclamada boa moral? Até que ponto ela é honesta – quando o que está em jogo é sua imagem perante as Testemunhas e a sociedade como um todo?

Por incrível que pareça muitas Testemunhas de Jeová tem descoberto que a sua liderança não põe sob os próprios ombros a mesma carga que tem posta sobre os fiéis. Se não, vejamos.

Parte A: O caso Nações Unidas

A Organização das Nações Unidas (ONU) surgiu em 1945 como uma associação de nações, cujos objetivos são apropriadamente resumidos pela Torre de Vigia:

Manter a paz e a segurança internacionais; suprimir atos de agressão que ameacem a paz mundial; incentivar relações amistosas entre as nações; proteger as liberdades fundamentais de todos os povos, sem discriminação de raça, sexo, língua ou religião; e alcançar cooperação internacional para a solução de problemas de caráter econômico, social e cultural (*A Sentinela* de 1º de outubro de 1995, página 3).

180

Mas uma associação de nações com o mesmo objetivo surgiu bem antes, por volta de 1920, e se chamava Liga das Nações. Tanto a respeito da Liga das Nações, bem como a respeito das Nações Unidas, a Torre de Vigia tem o mesmo conceito, isto é, que se trata do cumprimento da profecia registrada no capítulo 17 de Apocalipse (mais especificamente, uma fera sobre a qual monta uma prostituta; essa prostituta é entendida pela Torre de Vigia como sendo o conjunto de todas as religiões falsas). Essa profecia é assim descrita:

E ele me levou no poder do espírito para um ermo. E avistei uma mulher sentada numa fera cor de escarlate, que estava cheia de nomes blasfemos e que tinha sete cabeças e dez chifres. E a mulher estava vestida de púrpura e de escarlate, e estava adornada de ouro, e de pedra preciosa, e de pérolas, e tinha na sua mão um copo de ouro cheio de coisas repugnantes e das coisas impuras da sua fornicação. E na sua testa havia escrito um nome, um mistério: “Babilônia, a Grande, a mãe das meretrizes e das coisas repugnantes da terra.” E eu vi que a mulher estava embriagada com o sangue dos santos e com o sangue das testemunhas de Jesus. Pois bem, ao avistá-la, fiquei admirado com grande espanto. E o anjo disse-me, assim: “Por que te admiras? Eu te direi o mistério da mulher e da fera que a carrega, que tem as sete cabeças e os dez chifres: A fera que viste era, mas não é, contudo, está para ascender do abismo, e há de ir para a destruição. E quando virem que a fera era, mas não é, contudo estará presente, os que moram na terra se admirarão grandemente, mas os nomes deles não foram inscritos no rolo da vida desde a fundação do mundo. (Apocalipse 17:3-8).

A parte sublinhada destaca a fera que, segundo a concepção da Torre de Vigia, veio a se cumprir com o surgimento da Liga das Nações. O fracasso da Liga das Nações em evitar a Segunda Guerra Mundial é entendido como sendo citado pela expressão “era, mas não é”; e, assim como se diz que essa fera havia de “ascender do abismo”, assim, em cumprimento, surgiu as Nações Unidas.

Desde o surgimento da Liga das Nações, por volta de 1920, a Torre de Vigia procurou fazer um contraste entre o papel dessa entidade política e o papel do Cristo como rei do Reino de Deus. Procurou destacar que, ao passo que ela, a Torre de Vigia, estava do lado de Cristo, aclamando-o como o verdadeiro promotor da paz, as demais religiões, tal qual uma prostituta, estavam a apoiar a Liga das Nações, cavalgando-a, confiando que ela era a expressão do Reino

de Deus conforme pregado por Cristo. Prova de que detinha esse conceito pode ser visto na citação abaixo, em inglês, da revista *A Sentinela* de 1º de outubro de 1919, página 298.

would accomplish great good, and then asserted that the Lord's displeasure is certain to be visited upon the League, however, because the clergy—Catholic and Protestant—claiming to be God's representatives, have abandoned his plan and endorsed the League of Nations, hailing it as a political expression of Christ's kingdom on earth.”

A seguir, a tradução feita pela própria Torre de Vigia.

181

“É certo, porém, que o desagrado do Senhor recairá sobre a Liga, porque os clérigos — católicos e protestantes — que afirmam ser representantes de Deus, abandonaram o plano Dele e endossaram a Liga das Nações aclamando-a como expressão política do reino de Cristo na terra.” — *The Watch Tower* de 1.º de outubro de 1919, páginas 292b, 298a (“*Caiu Babilônia, a Grande!*” *O Reino de Deus já Domina!*, página 98, publicado em português em 1972).

Com o surgimento das Nações Unidas em 1945, a Torre de Vigia continuou escancarando o apoio religioso recebido por essa entidade política.

Em 1945, o Conselho Federal das Igrejas de Cristo na América declarou: “Estamos determinados a trabalhar pela contínua expansão das funções curativas e criativas da Organização das Nações Unidas.” Em 1965, o papa Paulo VI declarou que ele viu na organização “o reflexo do amoroso e transcendente projeto de Deus para o progresso da família humana na terra — um reflexo em que Nós vemos a mensagem do Evangelho, que é celestial, tornar-se terrestre”. Sem dúvida, os líderes religiosos tornaram aquela organização “cheia de nomes blasfemos”. — Revelação 17:3; compare com Mateus 24:15; Marcos 13:14 (*A Sentinela* de 1º de outubro de 1985, páginas 15, 16).

Em conformidade com esse conceito, a Torre de Vigia prega a neutralidade política por parte de todas as Testemunhas de Jeová individualmente. Para isso, recorre a declarações bíblicas como as alistadas abaixo:

Jesus, portanto, sabendo que estavam para vir e apoderar-se dele para o fazerem rei, retirou-se novamente para o monte, sozinho — João 6: 15.

Não fazem parte do mundo, assim como eu não faço parte do mundo — João 17: 16.



Revelação – Seu Grandioso Clímax Está Próximo, página 249, edição de 2006, publicado pela Torre de Vigia. A foto retrata um encontro de líderes religiosos que ocorreu em 1986, em apoio ao Ano Internacional da Paz declarado pela ONU. Referente a essa foto, a Torre de Vigia diz o seguinte:

Em apoio do ‘Ano da Paz’ da ONU, representantes das religiões do mundo ofereceram uma babel de orações em Assis, Itália, mas nem um único deles orou ao Deus vivente, Jeová.

Jesus respondeu: “Meu reino não faz parte deste mundo. Se o meu reino fizesse parte deste mundo, meus assistentes teriam lutado para que eu não fosse entregue aos judeus. Mas, assim como é, o meu reino não é desta fonte.” – João 18: 36.

A forma de adoração que é pura e imaculada do ponto de vista de nosso Deus e Pai é esta: cuidar dos órfãos e das viúvas na sua tribulação, e manter-se sem mancha do mundo – Tiago 1: 27.

Adúlteras, não sabeis que a amizade com o mundo é inimizade com Deus? Portanto, todo aquele que quiser ser amigo do mundo constitui-se inimigo de Deus. – Tiago 4: 4

Em prol da conservação de uma boa imagem perante a opinião pública, a Torre de Vigia evita dizer que fazer parte da política, seja como candidato, seja votando em candidatos, constitui pecado pelos quais ninguém pode ser aceito, ou permanecer, como Testemunha de Jeová. No entanto, em sua literatura, é possível ler nas entrelinhas que é exatamente assim.

A Sentinela de 1º de maio de 2004, páginas 6 e 7:

Certo político italiano, que fora membro da Ação Católica, uma organização controlada pela Igreja, disse: “Entrei na política achando que a pessoa devia contribuir ativamente para o desenvolvimento político e social da comunidade.” Depois de renunciar como prefeito da cidade, a fim de pregar o Reino de Deus como Testemunha de Jeová, ele explicou o motivo de os esforços de pessoas sinceras na política fracassarem. “O mundo é o que é, não porque pessoas decentes não tenham tentado melhorar as condições sociais, mas, antes, porque os esforços sinceros de poucos foram frustrados pela iniquidade de muitos.”

Anuário das Testemunhas de Jeová de 2001, página 60.

Primeiro, sua consciência o motivou a deixar a caça, um esporte de que gostava demais. Depois, ao chegar a entender a questão da neutralidade cristã, decidiu renunciar à sua posição altamente respeitada como prefeito de um município, um cargo que havia ocupado por 15 anos. Embora fosse pressionado a reconsiderar sua renúncia, o conselho em Tiago 4:4 o fortaleceu para recusar o cargo.

A Sentinela de 1º de maio de 2012, página 7:

Então, o que acontecerá com os governos humanos? A Bíblia diz que os governos “de *toda* a terra habitada” serão destruídos. (Revelação 16:14; 19:19-21) Se uma pessoa realmente acredita que o Reino de Deus está prestes a acabar com todos os sistemas políticos, seria lógico esperar que ela não os apoiasse. Afinal, se desse seu apoio a esses governos fadados ao fracasso, ela estaria na verdade se voltando contra Deus.

A conclusão que se tira dessas declarações é que nenhuma pessoa é aceita como Testemunha enquanto estiver de alguma forma envolvida na política, bem como nenhuma Testemunha permanecerá como tal se entrar na política, seja como candidato ou votando em candidatos (a respeito do procedimento estabelecido para se lidar com este último caso, veja as páginas 13 a 15).

A maioria das Testemunhas de Jeová compreende que é exatamente assim, bem como tem certeza que sua liderança age de acordo. Mas a respeito desse assunto, muitas Testemunhas de Jeová fizeram uma descoberta desagradável.

- Cronologia de uma descoberta imoral

Por volta do fim do ano de 2001 começou a circular pela internet a acusação de que a Sociedade Torre de Vigia estava associada à ONU como Organização Não Governamental (ONG). Em uma suposta reação a essas acusações, a Torre de Vigia teria emitido respostas, mas nenhuma destas respostas chegou às congregações como um todo, mas apenas ficou disponível para quem perguntasse.

184

- ✓ Setembro/2001 – a descoberta de Daniel de Carvalho

Pelo visto, tudo começou em *setembro* (2001) quando, em pesquisas escolares, uma Testemunha de Jeová de Portugal encontrou no site da ONU o nome *Watchtower Bible and Tract Society of New York, Inc* (Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados de Nova Iorque) como integrando uma lista de ONGs associadas a essa entidade. A reação dessa Testemunha, que assina como Daniel de Carvalho, foi de incredulidade. Assim, imediatamente teria escrito ao escritório da Torre de Vigia, em Portugal, requerendo explicações, mas ainda crente de que havia um equívoco por parte da ONU, pois, segundo argumentou, em razão de a ONU ser a “fera” política de Apocalipse, seria inadmissível que a Torre de Vigia se ligasse à ONU, o que constituiria uma clara ligação com o sistema político, algo tão combatido por ela.

A princípio, essa simples associação como ONG pode não parecer uma incoerência de princípios. Mas, segundo os contratos assinados, os quais são necessários para algum organismo ser aceito como ONG, é exigido que tais organismos concordem com os objetivos da ONU – e até os promova. Uma simples olhada nesses objetivos, que foram citados resumidamente à página 180, dar a muitos a certeza de que são definitivamente incompatíveis com a política de neutralidade defendida pela Torre de Vigia, pois equivale a reconhecer a ONU como um legítimo órgão em prol da paz mundial e uma clara rejeição do Reino de Deus.

Em resposta à carta de Daniel de Carvalho, o escritório de Portugal emitiu a seguinte resposta, a qual é datada do dia 8 de outubro de 2001 e assinada apenas pela sigla SCC:

✓ 8/10/2001 – primeira versão da Torre de Vigia

Texto originário do dossiê **O Escândalo Envolvendo a Sociedade Torre de Vigia e a ONU**, disponível no site: <http://testemunha.orgfree.com/onu.htm>

Prezado Irmão:

Recebemos há alguns dias a sua carta onde o irmão manifestava a sua preocupação relativamente a algo que leu numa brochura online das Nações Unidas, acerca da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados de Nova Iorque, de modo que temos gosto em fazer alguns comentários sobre o assunto.

Antes de mais, queremos que saiba que apreciamos a sua preocupação em relação a este assunto e que o nome de Jeová e de sua organização terrestre seja mantido limpo e santo.

Ao respondermos à sua questão, gostaríamos de citar o que é dito nessa brochura [disponibilizada pela ONU] sobre o que é uma Organização Não Governamental. Na brochura vemos o seguinte:

What is an NGO? A non-governmental organization (NGO) is a notforprofit, voluntary citizens' group, which is organized on a local, national or international level... NGOs perform a variety of services and humanitarian functions, bring citizens' concerns to Governments... Some are organized around specific issues, such as human rights, the environment or health. Their relationship with offices and agencies of the United Nations (UN) system differs depending on their goals, their venue and their mandate.

Conforme mencionado acima, o objetivo das NGO registradas no Departamento de Informação Pública é variável. Algumas estão registradas como organizações humanitárias, tal como acontece com a Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados de Nova Iorque. (Se reparar, a Sociedade está registrada como uma NGO que defende os direitos humanos) Todavia, isso não significa que tenha ligações antibíblicas com as Nações Unidas. Como é dito acima, a relação dessas organizações com os escritórios ou agências da ONU difere duma organização para outra, dependendo dos seus objetivos.

Portanto, tentando explicar isto de forma simples, o que se passa é que para a Sociedade poder defender os interesses dos nossos irmãos em países onde os seus direitos humanos são violados, e fazer chegar até eles assistência médica, alimentar e outra (como aconteceu em Ruanda e em muitos outros países e mais recentemente na Geórgia, onde os nossos irmãos são privados dos seus direitos humanos mais elementares) é necessário que a Sociedade esteja registrada na ONU como organização humanitária. Só assim é possível acudir às necessidades dos nossos irmãos, muitas vezes pedindo reuniões com governantes em altos cargos governamentais, embaixadores etc. Todavia,

isso não significa que a Sociedade esteja de alguma forma a envolver-se politicamente com a ONU ou a apoiar as suas decisões políticas. Não! O povo de Jeová continua a manter-se politicamente neutro. Apenas estamos a usar um direito que nos é concedido, com o objetivo de que, conforme menciona Paulo, “continuemos a levar uma vida calma e sossegada, com plena devoção piedosa e seriedade” - 1 Tim. 2:1, 2.

Nos tempos bíblicos, o apóstolo Paulo usou a sua cidadania (um direito que lhe era concedido pelo Estado sem se envolver politicamente nos seus assuntos) como base para conseguir um julgamento nos tribunais mais elevados do país e assim dar um bom testemunho. (Atos 25: 11) De igual modo, o que a Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados de Nova Iorque está a fazer é usar um estatuto que a ONU concede a várias organizações não governamentais, sem no entanto violar a sua neutralidade cristã. Assim, a organização pode tanto ‘defender como estabelecer legalmente as boas novas’ — Fil. 1:7

Algo semelhante acontece, por exemplo, com os sindicatos. Um cristão poderia, caso desejasse, estar associado a um sindicato, que defenderia os seus direitos como trabalhador pagando as suas quotas respectivas, beneficiando assim da atuação deste em caso dos seus direitos laborais estarem a ser violados. No entanto, embora o cristão pudesse receber determinados benefícios por estar associado a um sindicato, ele não se envolveria na atividade sindical, não aceitaria um cargo no sindicato, nem se envolveria em qualquer atividade política que violasse a sua consciência bem treinada pela Bíblia. O mesmo princípio se aplica ao assunto em questão. Os irmãos apenas estão a usar um direito que lhes é concedido pela ONU, ao se registrarem como uma NGO que defende os direitos humanos, podendo assim desta forma zelar melhor pelo bem estar dos nossos irmãos e fazer com que a sua voz seja ouvida nas mais altas instâncias governamentais (tal como fez Paulo) sem no entanto se envolverem ou darem qualquer espécie de apoio à “fera” de Revelação.

Portanto, apreciamos a sua preocupação, no entanto, pode estar certo de que a Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados de Nova Iorque está a manter a sua estreita neutralidade nas questões políticas, não se envolvendo em nada antibíblico nem dando qualquer apoio à “fera”.

Esperamos que esta informação seja de ajuda para o irmão e tenha o esclarecido sobre esta matéria que o preocupava. Sem mais nada de momento, despedimo-nos, aproveitando a oportunidade para enviar-lhe o nosso amor cristão.

Seus irmãos,
Associação das
Testemunhas de Jeová

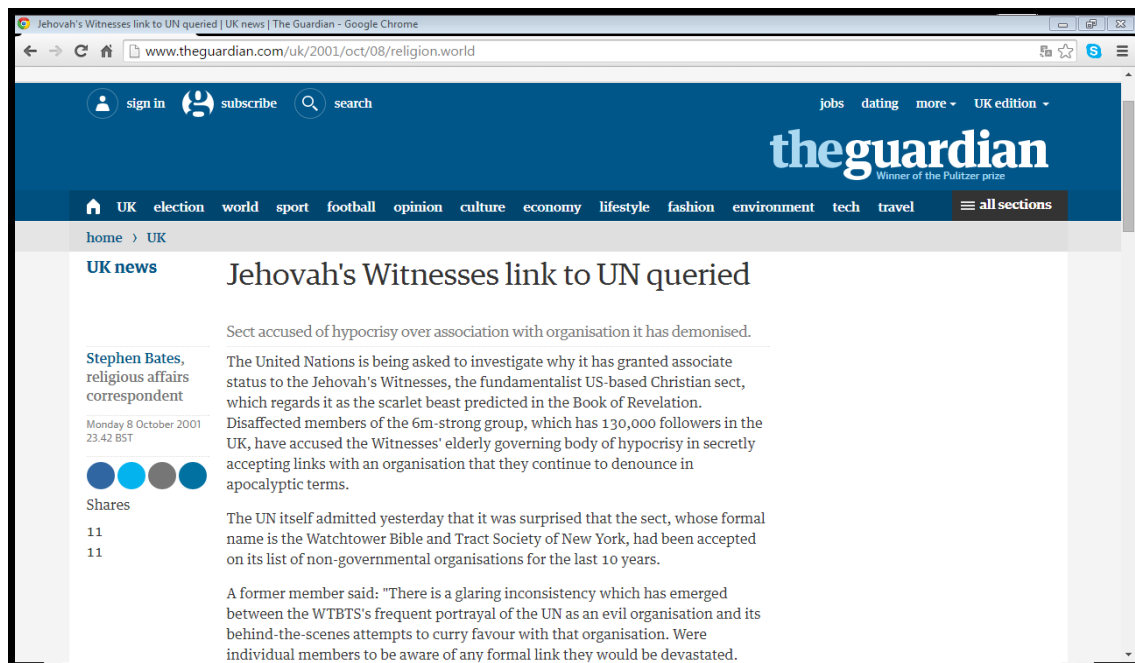
✓ 8/10/01 – notícia no jornal The Guardian

No mesmo dia em que foi encaminhada essa resposta a Daniel de Carvalho, o jornal britânico *The Guardian* publicava uma reportagem expondo exatamente essa acusação, isto é, que a Sociedade Torre de Vigia estava filiada à ONU, apesar de estar a combatê-la em sua literatura.

No momento em que escrevo isso, em abril de 2015, a matéria ainda pode ser lida na página do *The Guardian*, cujo endereço é o seguinte:

<http://www.theguardian.com/uk/2001/oct/08/religion.world>

187



O artigo foi elaborado pelo jornalista Stephen Bates, correspondente de assuntos religiosos.

Segue a tradução, conforme consta no site <http://parpen.tripod.com/questionada.htm>

As Nações Unidas estão sendo solicitadas a investigar porque foi autorizado dar o status de associada às Testemunhas de Jeová, a seita cristã americana, fundamentalista, que retrata a ONU como a fera escarlate predita no livro de Revelação (Apocalipse).

Dissidentes da Organização, com cerca de 6 milhões de membros e que tem 130.000 seguidores no Reino Unido, acusaram de hipocrisia os anciãos do

Corpo Governante por aceitarem secretamente vínculos com uma organização à qual eles continuam a denunciar em termos apocalípticos.

A própria ONU admitiu ontem ter se surpreendido que a seita, cujo nome formal é Watchtower Bible and Tract Society of New York (WTBTS), tenha sido incluída nos últimos dez anos na sua lista de organizações não governamentais.

Uma ex-Testemunha disse: “Surgiu uma óbvia incoerência entre o retrato da ONU como uma organização do mal, frequentemente pintado pela WTBTS, enquanto que, por baixo do pano, ela tenta obter o favor dessa organização. Se os seus membros individuais descobrirem qualquer vínculo formal eles ficarão arrasados.

“Nenhum esforço de imaginação consegue tornar a WTBS compartilhadora dos ideais da carta das Nações Unidas a menos que se suponha que a destruição da ONU por Deus esteja em harmonia com aquela carta”.

As Testemunhas, mas frequentemente encontradas pelos não-membros nas suas peregrinações de conversão, de porta em porta, já enfrentaram antes acusações de má fé.

Tais acusações são mais acirradas quanto à insistência da hierarquia em proibir que os membros não aceitem transfusões de sangue e quanto às acusações de abuso de crianças nos EUA, por parte de seus membros, e que são encobertos.

Os seguidores que criticam os líderes das Testemunhas ou que questionam as suas decisões, são sumariamente “desassociados”, o que significa que todos os antigos amigos, inclusive seus familiares, devem evita-los.

Uma decisão obscura e mal divulgada pela hierarquia de Nova York no ano passado, modificando a proibição de transfusões sob a alegação de que Deus revelou-lhes que a transfusão de certos componentes de sangue podem ser aceitáveis, desde que mais tarde sujeita a arrependimento, chegou tarde para centenas de seguidores que morreram porque recusaram sangue.

No caso de abuso de crianças, a hierarquia insiste em ter duas testemunhas independentes – uma exigência quase impossível de ser atendida – antes das acusações serem investigadas.

Já há cerca de 80 anos, a Sociedade Torre de Vigia tem denunciado a ONU e sua predecessora, a Liga das Nações, acreditando que ela seja um império mundial da religião falsa, predito no livro de Revelação.

Uma publicação recente, escrita já dentro do período em que a organização obteve seu reconhecimento, descreve a ONU como “uma coisa repugnante perante Deus e seu povo”.

Num documento interno, a WTBTBS descreve sua política como “estratégia de guerra teocrática”. Ele alega “em época de guerra espiritual, é apropriado despistar o inimigo escondendo a verdade. Isso é feito altruisticamente, não machuca ninguém, pelo contrário, produz muito bem”.

Ser reconhecida como uma ONG das Nações Unidas dá status, mas não o garante.

Para se qualificar, uma organização precisa mostrar que compartilha dos ideais da carta, opera numa base não lucrativa, “demonstra interesse nos programas da Nações Unidas e demonstra habilidade para atingir audiências grandes ou especializadas” e tem o compromisso e os meios para conduzir programas efetivos de informação sobre as atividades das Nações Unidas.

Testemunhas dissidentes acreditam que a associação, que não foi informada aos seus seguidores, ocorreu para aumentar a respeitabilidade do culto perante governos céticos, como o da França, que se recusou a reconhecê-la.

Paul Gilles, porta voz das Testemunhas na Inglaterra, disse: “Não somos hostis aos governos e se estamos participando da divulgação dos programas das Nações Unidas, vamos continuar a fazê-lo”.

“Há bons e maus governos, assim como há bons e maus políticos. Acreditamos no que diz o livro de Revelação, mas não tentamos ativamente mudar o sistema político”.

Um porta voz das Nações Unidas comentou: “Acho que nós não conhecemos a sua atitude que parece realmente esquisita”.

✓ 9/10/2001 – Torre de Vigia pede desligamento da ONU

Como era de se esperar, a notícia do *The Guardian* teve repercussão imediata entre as Testemunhas de Jeová, de modo que abarrotaram o escritório da ONU visando checar a autenticidade da notícia. Em resultado, a ONU viu-se obrigada a emitir uma nota, que segue, conforme disponibilizada pelo site <http://4jehovah.org/pt-pt/a-torre-de-vigia-e-as-nacoes-unidas/>

11/10/2001

A quem possa interessar

Recentemente o departamento ONG tem recebido inúmeras questões relativas à associação da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados de Nova Iorque com o Departamento de Informação Pública (DPI). Esta organização requereu a associação com o DPI em 1991 e foi permitida a associação em 1992. Ao aceitar a associação com o DPI, a organização aceitou preencher os critérios para associação, incluindo apoiar e respeitar os princípios da Carta das Nações Unidas e o compromisso de usar recursos para conduzir um eficaz programa com seus membros e a um público mais amplo acerca das atividades da ONU.

Em outubro de 2001 a Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados de Nova Iorque requereu o término da sua associação com o DPI. Após este pedido, o DPI tomou a decisão de desassociar a Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados de Nova Iorque em 9 de outubro de 2001.

Nós apreciamos o vosso interesse no trabalho das Nações Unidas.

Sinceramente Vosso

Paul Hoeffel, Chefe Seção ONG, Departamento de Informação Pública.

190

✓ 15/10/2001 – The Guardian noticia o desligamento

A notícia de que a Torre de Vigia pediu desligamento da ONU logo chegou à redação do *The Guardian*, que a divulgou no dia 15 de outubro. Até a data em que escrevo isso, em abril de 2015, a notícia se encontra na página do *The Guardian* na internet, cujo endereço é o seguinte:

<http://www.theguardian.com/uk/2001/oct/15/religion.unitednations>

O artigo foi elaborado pelo jornalista Stephen Bates, correspondente de assuntos religiosos.

Segue a tradução, conforme disponibilizada pelo blog Testemunhas de Jeová Refutadas (os colchetes são do tradutor):

<http://testemunhasdejeovarefutadas.blogspot.com.br/2013/04/jornal-guardian-desmascara-corpo.html>

Testemunhas de Jeová 'Hipócritas' Abandonam Ligação Secreta com as Nações Unidas

As Testemunhas de Jeová desafiaram-se apressadamente das Nações Unidas poucos dias depois de uma história do *Guardian* na qual membros acusaram a seita de hipocrisia por apoiar uma organização que denunciou repetidamente em privado.



Depois do artigo na segunda-feira passada [8 de outubro de 2001], a hierarquia da organização com base em Nova Iorque evitou um inquérito das Nações Unidas ao concordar em dissociar as Testemunhas da organização que defende ser a besta cor-de-escarlate mencionada no Livro de Revelação [Apocalipse].

A Watchtower Bible and Tract Society of New York [Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados de Nova Iorque], como a seita é formalmente conhecida, tem 6 milhões de membros em todo o mundo e 130.000 na Grã-Bretanha. Tinha estado secretamente afiliada com as Nações Unidas como uma organização não-governamental durante 10 anos.

Espera-se das organizações reconhecidas que demonstrem que partilham os objetivos das Nações Unidas, mas em vez disso os anciãos dizem às Testemunhas para encarar a ONU como sendo "uma coisa repugnante perante Deus e seu povo" [A *Sentinela*, 1.º de junho de 1996, p. 17] por alegadamente aspirar à dominação mundial como Babilônia a Grande, a besta de Revelação. [Aqui o jornalista equivocou-se. As Testemunhas de Jeová não acham que as Nações Unidas sejam Babilônia a Grande.]

A seita não acredita na participação no governo e inicialmente tentou minimizar ou negar a evidência do site da Internet das Nações Unidas, que a inclui na lista das 1.500 ONGs [Organizações Não-Governamentais] [associadas ao DPI da ONU]. [Nota: o nome da Watchtower foi retirado da lista em 18 de outubro de 2001.]

Aqueles que traziam a evidência à luz eram acusados de apostasia. Membros desafiados tornam-se conhecidos informalmente, tal como o resto da humanidade, como sendo "sementes [de comida] para pássaro", de acordo com a profecia bíblica sobre o destino dos não crentes, cujos cadáveres serão debicados até ao osso por corvos.

Poucas horas depois do aparecimento do artigo no site da internet do Guardian na segunda-feira e da sua reprodução num fórum de discussão sobre as Testemunhas de Jeová, mais de 14.000 pessoas em todo o mundo tinham-no lido.

Ontem havia 353 mensagens [...] discutindo o artigo e as suas revelações, com Testemunhas nos Estados Unidos pedindo para ver cópias do jornal.

✓ 21/10/2001 – carta-resposta de Daniel de Carvalho

Eis a reposta de Daniel de Carvalho à carta de 8 de Outubro enviada pelo escritório da Torre de Vigia em Portugal.

Texto originário do dossiê **O Escândalo Envolvendo a Sociedade Torre de Vigia e a ONU**, disponível no site: <http://testemunha.orgfree.com/onu.htm>

Prezados Irmãos

De novo me dirijo a vocês, ciente que vos ocupo precioso tempo no vosso importante trabalho. Apenas o faço por ser o assunto de enorme importância..

Asseguro-vos, em primeiro lugar, o quanto aprecio todo o trabalho que tem sido feito em betel para nós. Talvez o apreço ainda seja maior por eu próprio ter servido em tempos por algum tempo em betel. Desde então, e como razões familiares me impedem de ter uma significativa participação na obra do Reino, tenho apoiado sozinho ou em conexão com a minha mãe, de forma anônima ou rastreável, duas congêneres da sociedade assim como diversas congregações. O tesoureiro do betel português, o irmão Augusto está ao par desses fatos. É por isso com redobrada preocupação que vos enviei a minha primeira carta. A resposta que eu obtive ainda me inquietou mais.

Não sei quem é o irmão que usa o código SCC, porém dirijo esta carta a ele e aos outros irmãos responsáveis pela resposta que me foi dada.

Após a descoberta, feita pela minha esposa, das existentes ligações com a ONU, fiquei aguardando a vossa resposta. Para manter a paz familiar (ela a dizer “é verdade” eu a dizer “não é”) fiz uma pesquisa mais aprofundada sobre o assunto. Os resultados dessa pesquisa e, sobretudo, a vossa resposta, renovaram/ampliaram a minha perturbação. Antes de me confirmarem a veracidade da descoberta de minha esposa, já a Sra. Oca da sede das Nações Unidas o tinha feito telefonicamente.

[...]

Apreciei a tentativa do irmão “SCC” explicar o envolvimento entre a Sociedade e a ONU por vias de esforços humanitários. Mas não corresponde à realidade que, como afirma a sua carta, “é necessário que a Sociedade esteja registrada na ONU como organização humanitária.” Basta ver o diretório das NGO para nos apercebermos que muitas outras organizações também não estão registradas (ex. CVP, DRK, int. Red Cross), o que não as impede de prestar ajuda humanitária. Além disso, não se torna evidente porque é que as Testemunhas de Jeová têm estado mais habilitadas para prestar esse tipo de ajuda após o ano 1991 do que antes de estarmos associados ao DPI.

Igualmente essa posição, por si descrita, irmão “SCC”, suscita perguntas pertinentes:

Por que é que a comunidade Internacional dos irmãos não foi informada dessa aliança? Foi feita uma ampla cobertura sobre diversos processos em altas instâncias da justiça, da situação precária em França, da luta pelo reconhecimento como Igreja na RFA. Os relatos recentemente publicados sobre ajudas humanitárias na África - não teriam sido eles (já com uma década de atraso) um excelente veículo para explicar às testemunhas em todo o mundo que passos tinham sido dados?

Quando esse passo é comparado à atuação de Paulo em apelar aos seus direitos civis não nos devemos esquecer do seguinte:

A associação ao DPI das Nações Unidas é um ato voluntário e não é um direito civil. Em tempo algum foi necessário recorrer aos compromissos inerentes dessa associação para “defender e estabelecer as boas novas” – Fil.1:7.

Prova disso é que na pergunta no 5 e no 6 do formulário de adesão preenchido pela Sociedade havia a hipótese de assinalar a opção de

atividades religiosas. Mas o diretório da ONU não faz qualquer referência à natureza religiosa da Sociedade, como aliás confirmado na vossa carta.

Enquanto um sindicato de fato pode, como a vossa carta explica, “defender os direitos de um trabalhador”, o compromisso para as NGO associadas é de “difundir informações e mobilizar a opinião publica em apoio da ONU”. Quão diferente é isso do apelo a César feito pelo nosso irmão Paulo no primeiro século, caro irmão “SCC”! Paulo nunca se comprometeu a “consagrar parte de seus programas de informação a promover o conhecimento dos princípios e atividades de César”. Nem ele se comprometeu em preencher um relatório anual de suas atividades pró-César. Pois, por que enquanto todos os publicadores estão incentivados a entregar um relatório mensal de sua atividade em promover os interesses do Reino, a Sociedade, ao preencher e entregar o pedido de adesão, comprometeu-se a entregar anualmente, ao DPI, um relatório de suas atividades pró-ONU. Isso pode ser visto logo no cabeçalho do pedido de adesão.

Se a Sociedade não tinha realmente a intenção de assumir esses compromissos, foi dado conhecimento disso à ONU quando do pedido de adesão? A brochura espanhola anexada diz abertamente que na petição inicial da Sociedade teve de ser mencionado o verdadeiro objetivo para tal associação. Foi aproveitada essa oportunidade para fazer um claro distanciamento dos habituais compromissos assumidos por mais de 1500 NGO? As seis amostras de matéria recentemente publicada sobre a ONU incluíram destemidamente exemplos do livro Revelação ou outras publicações semelhantes? Foi dado um testemunho ou houve conivência?

Num fax, que remeto junto a esta carta, a ONU afirma que a Sociedade se comprometeu a dar algum tipo de apoio. Isso está em claro contraste ao que é dito na carta de Betel que diz que não foi dado “qualquer apoio à ‘fera’ de Revelação”.

Um dos jornais com maior tiragem na Grã-Bretanha publicou um artigo no dia em que a vossa resposta à minha carta estava sendo escrita. Nesse artigo um representante da ONU deu a entender que iriam reavaliar a cooperação entre as duas organizações, intitulado as nossas opiniões sobre a ONU como sendo “um tanto estranhas”. De fato, irmãos, perante o contexto de uma associação voluntária e os compromissos assumidos a palavra indicada é “estranheza”.

Mas, o mais inquietante é o seguinte:

De acordo com as palavras escritas pelo irmão “SCC” em representação da Sociedade, nada de errado há nesta estranha associação. Nesse

caso, por favor, expliquem a este vosso irmão, por qual razão apenas UM DIA após essa afirmação a Sociedade pediu à ONU a anulação das ligações assumidas. Preocupa-me, deveras, ver que há falta de consenso bem dentro do seio da Organização. Se tudo estava bem e bíblicamente correto, por que voltar atrás? E por que voltar atrás só depois desta relação com a ONU se ter tomado conhecimento público?

Perguntas pertinentes, deveras.

O livro “Prestai Atenção a Vós Mesmos e a Todo o Rebanho” [livro de uso exclusivo dos pastores Testemunhas de Jeová, que os orienta como lidar com pecadores] declara na página 112:

“Foi a confissão voluntária, ou a pessoa teve de ser acusada por outros antes de confessar? Foi sua relutância em falar mais devido a forte vergonha do que falta de arrependimento? Acima de tudo, mostrou verdadeiro arrependimento e manifestou desejo sincero de evitar a repetição do erro?”

Perante isso a minha tranquilidade espiritual carece do seguinte:

No espírito de não criar ‘pedras de tropeço’ a Sociedade deveria:

- Publicar a petição de adesão escrita em 1991 com o conhecimento do Corpo Governante (E que está assinada pelo falecido irmão Lloyd Barry).
- Revelar que exemplos de publicações recentes sobre a ONU foram entregues em 1991.
- Publicar todos os relatórios (que segundo o DPI foram sempre entregues) anuais preparados para prestar contas do apoio à ONU.
- Revelar quais as quatro entidades que apoiaram a adesão da Sociedade (conforme solicitado na alínea no 21 do formulário de adesão).
- Explicar, caso a intenção da associação era manter o máximo distanciamento ainda possível da ONU, porque na pergunta no 3 foi dada a resposta “Sim”, quando havia a opção “Não”. (Teria sido possível ser uma NGO acreditada pelo DPI sem nomear um representante da Sociedade perante o DPI. No entanto, foi nomeado o irmão Lloyd Barry do Corpo Governante e após a sua morte o irmão Ciro Aulicino).
- Explicar porque se encontram na revista Despertai! nos números editados na década de 90 muitos artigos que cumprem os critérios estabelecidos pela ONU, quando tal não aconteceu nem quantitativamente nem qualitativamente na década de 80, 70 etc.

– Explicar porque após isso tudo foi solicitada a dissociação do DPI por parte da Sociedade, ao que os responsáveis dentro da ONU responderam com a desassociação da Sociedade em 09.10.2001.

Caro irmão “SCC”, caros irmãos da filial. Na esperança de receber respostas satisfatórias a este episódio muito inquietante na história do povo de Jeová, eu remeto-vos esta carta, aproveitando a oportunidade para vos enviar o meu amor cristão.

✓ 22/10/2001 – carta de Paul Gillies ao *The Guardian*

196

No dia 22 de outubro, Paul Gillies, o assessor de imprensa do escritório da Torre de Vigia na Inglaterra, requerendo direito de resposta, escreveu a seguinte carta ao *The Guardian*, cujo assunto era os artigos publicados pelo jornalista Stephen Bates.

A fonte da carta é o site: [http://parpen.tripod.com/STV e The Guardian.htm](http://parpen.tripod.com/STV_e_The_Guardian.htm)

Prezado Senhor,

Os artigos de Stephen Bates no *The Guardian* de 8 e 15 de outubro deturparam a razão do registro feito pelas Testemunhas de Jeová junto às Nações Unidas e contém alguns erros factuais.

Em 1991, uma de nossas corporações legais registrou-se junto às Nações Unidas como ONG (Organização Não-Governamental) com o único objetivo de ter acesso à vasta biblioteca das Nações Unidas. Este registro possibilita que um escritor que tenha recebido um cartão de identificação, possa entrar na biblioteca para pesquisar e obter informações que possam ser utilizadas em artigos sobre as Nações Unidas a serem escritos em nossas revistas. Não há nada de secreto nisso.

Na época da inscrição, não se exigiu nenhuma assinatura em qualquer formulário. Anos mais tarde, sem que o Corpo Governante das Testemunhas de Jeová fosse notificado, as Nações Unidas publicaram o “Critério Para a Associação” obrigando as ONGs a ela associadas a apoiarem os objetivos das Nações Unidas.

Ao tomarmos conhecimento da situação, solicitamos a nossa desassociação e o cartão de identificação do escritor foi devolvido.

Sinceramente,

Paul Gillies,

Assessor de imprensa das Testemunhas de Jeová na Inglaterra.

No mesmo dia, por e-mail, Stephen Bates emitiu a seguinte resposta:

Prezado Sr. Gillies:

Tão logo recebi sua carta, submeti-a para publicação duas semanas depois que meu primeiro artigo apareceu no *The Guardian*.

Ficaria muito grato se o Sr. me autorizasse circulá-la pelas milhares de Testemunhas de Jeová que têm me contatado desde que os artigos foram publicados porque, se não havia nada secreto com relação à sua associação com a Fera Escarlate, me surpreendeu que tantos dos seus seguidores nada saibam a respeito dela, considerando a frequente condenação da ONU feita pela WTBTS (STV) em suas publicações. Todos esses acontecimentos podem ser interpretados pelas Testemunhas como tendo um ar de traição e hipocrisia. Se não era segredo e a associação foi apenas para conseguir uma identificação para uso da biblioteca, por que o Sr. não me informou disso quando falei consigo vários dias antes da publicação do artigo? Certamente o Sr. teria conhecimento desse fato ou teria os meios para descobri-lo rapidamente, como pode fazer a maioria dos assessores de imprensa.

E por que a WTBTS decidiu se desligar apenas dois dias depois do aparecimento de meu artigo, quando a WTBTS “soube da situação” que, certamente, não era segredo? Qualquer organização que se afilia a outra deve, certamente, saber que tem que se sujeitar a certos princípios básicos, portanto, fingir que, de repente, se viram obrigados a aceitar os princípios que regem a Carta da ONU é, no mínimo, falta de sinceridade.

Ao ponto em que pude deduzir de sua carta, não há quaisquer erros factuais em minhas reportagens, pois o Sr. não me apontou nenhum que não tivesse tido a oportunidade de esclarecer quando conversamos. Não acredito que sua carta seja publicada. Mas o que sou eu – apenas uma peça insignificante em sua demonologia.

Cumprimentos,

Stephen Bates.

Como Bates previu, a carta da Torre de Vigia nunca foi publicada pelo jornal.

✓ 1/11/2001 – segunda versão da Torre de Vigia – agora oficial

No dia 1/11/2001 a Torre de Vigia enviou a todos os seus escritórios espalhados pelo mundo a seguinte nota, conforme disponibilizada pelo site:

<http://parpen.tripod.com/stvletter.jpg>

198

Prezados Irmãos,

Devido à publicação de alegações feitas pelos opositores quanto a termos vínculos secretos com as Nações Unidas, um número de escritórios têm perguntado sobre o assunto e temos respondido. Esta circular substitui quaisquer respostas que tenham sido dadas anteriormente e está sendo encaminhada a todos os escritórios. A qualquer um que pergunte sobre o assunto no território coberto por seu escritório, vocês poderão fornecer a resposta que segue:

Nosso objetivo ao nos registrar em 1991 como uma Organização não Governamental (ONG), no Departamento de Informações Públicas, foi possibilitar o acesso a material de pesquisa na biblioteca das Nações Unidas sobre problemas de saúde, ecológicos e sociais. Nós utilizamos a biblioteca durante muitos anos até 1991, mas, naquele ano, tornou-se necessário o registro como uma ONG para se continuar a ter acesso à biblioteca. Os formulários preenchidos na época junto às Nações Unidas, que temos arquivados, não contém quaisquer declarações que conflitem com nossas crenças cristãs. Além do mais, as ONGs foram notificadas pelas Nações Unidas que "a associação das ONGs com o DIP não constitui sua incorporação ao sistema das Nações Unidas, nem conferem às organizações associadas ou ao seu pessoal quaisquer privilégios, imunidades ou status especial".

Mesmo assim, o Critério para a Associação das ONGs – pelo menos em sua mais recente versão – contém termos os quais não podemos aceitar. Quando descobrimos isso, imediatamente retiramos o nosso registro. Somos gratos por tal assunto ter sido trazido à nossa atenção.

Acreditamos que o acima será de ajuda para combater as tentativas dos opositores em nos desacreditar.

Estejam certos de nosso mais sincero amor cristão.
Seus irmãos,

A nota, logo no seu início, procura culpar os opositores pela acusação; mas como o leitor está acompanhando, isso é uma deturpação dos fatos.

Quando a nota diz que esta versão substitui qualquer versão dada anteriormente, parece evidente que houve, até certo ponto, divulgação de versões falsas, ou pelo menos não tão verdadeiras, a respeito do porquê de a Torre de Vigia estar filiada à ONU. Essas outras versões, pela lógica, teriam sido emitidas por escritórios subordinados à sede, mas por conta própria, isto é, sem saberem dos verdadeiros motivos da filiação à ONU. Mas como pode ser visto na primeira versão emitida a Daniel de Carvalho pelo escritório de Portugal, os detalhes com que essa foi elaborada são tantos que fica difícil aceitar que ela não saiu diretamente da sede nos Estados Unidos.

✓ 2/11/2001- versão oficial enviada a Daniel de Carvalho

No dia 2/11/2001 uma segunda carta, com base no conteúdo da versão oficial, foi enviada a Daniel de Carvalho em Portugal.

Texto originário do dossiê **O Escândalo Envolvendo a Sociedade Torre de Vigia e a ONU**, disponível no site: <http://testemunha.orgfree.com/onu.htm>

Prezado Irmão:

Temos prazer em fornecer uma resposta ao irmão sobre a questão que nos colocou nas duas cartas que nos dirigiu. O objetivo da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados de Nova Iorque ao se registrar no Departamento de informação Pública (DPI), como Organização Não Governamental (ONG) em 1991, foi para ter acesso para pesquisa a material sobre problemas de saúde, ecológicos e sociais que estão disponíveis nas instalações da Biblioteca das Nações Unidas. Já havíamos usado a Biblioteca por muitos anos antes de 1991, mas naquele ano tomou-se necessário registrar-nos como uma ONG a fim de continuarmos a ter acesso. Os papéis de registro preenchidos pela Sociedade Torre de Vigia, que se encontram nos nossos arquivos, não contêm quaisquer declarações que entrem em conflito com as nossas crenças Cristãs. Ademais, as ONG foram informadas pelas Nações Unidas que “a associação de ONG’s com o DPI não constitui a sua incorporação no sistema das Nações Unidas, nem dá direito às organizações associadas ou ao seu pessoal a qualquer espécie de privilégios, imunidade o estatuto especial.”

Ainda, o Critério para Associação das ONG's — pelo menos na sua versão mais recente — contém linguagem que nós não podemos subscrever. Assim, quando compreendemos isso, imediatamente retiramos o nosso registro.

Esperamos desta forma ter esclarecido o irmão. Sem mais nada de momento, despedimo-nos, aproveitando a oportunidade para enviar-lhe o nosso amor cristão.

Seus irmãos,
Associação das Testemunhas de Jeová.

- ✓ 15/11/2001 – Daniel de Carvalho responde à segunda carta da Torre de Vigia

Texto originário do dossiê **O Escândalo Envolvendo a Sociedade Torre de Vigia e a ONU**, disponível no site: <http://testemunha.orgfree.com/onu.htm>

Assunto: A vossa carta de 02 de Novembro de 2001; meu pedido de desculpas e encerramento.

Prezados Irmãos,
Mais uma vez me dirijo a vocês, agora com resposta à vossa última carta.

Após a recepção da primeira carta redigida pelo irmão “SCC” eu fiquei de fato um pouco aborrecido. Isso deveu-se ao fato, como depois vos escrevi, de eu sentir que a resposta obtida estava cheia de incorreções. Em parte saltavam à vista, tal como a citação errônea da brochura da ONU colocada logo no início da vossa carta. Outras incorreções eram mais difíceis de reconhecer. Mas a um leitor atento e desejoso em ver a verdade não puderam, contudo, passar despercebidas. De qualquer forma, o teor global da carta estava errado, por isso eu o questionei. E, indiretamente, deram-me razão ao enviarem a mim e a outros irmãos uma nova versão explicativa, sobre o assunto em questão, que em nada está relacionada com a explicação anteriormente comunicada.

Fui alertado para o fato de a minha segunda carta estar talvez um pouco “dura” na forma como me dirigi ao irmão “SCC”. Lamento ter ferido suscetibilidades. Não era essa a minha intenção. Mas sentimo-nos assim, abalados quando nós somos levados a crer em algo que facilmente é desmascarado como incorreto.

[...]

Na carta de 02 de Novembro mencionas, irmão “SCC”, que ela é a resposta às minhas duas cartas anteriores. Isso não poderá estar certo. A resposta à minha primeira carta foi dada pelo Betel com a data de 08 de Outubro. Seria de esperar nesta nova carta pelo menos um pedido formal de desculpas pelos incômodos causados com a vossa primeira resposta, que se revelou, oficialmente reconhecido por vós, errada. Que incômodos? Bem, como eu reconheci que a carta estava baseada nalgum tipo de equívoco gastei muito tempo e também dinheiro para apurar mais informação. Esforços que, como sabem, poderiam estar mais bem empregados na obra do Reino. Em lugar disso, alimentei mais um pouco as Telecoms e os CTT’s deste mundo. Além do sofrimento pessoal resultante desta controvérsia. Tenho experienciado severa oposição em família por causa destas manifestas discrepâncias nas posições da Sociedade. Houve inclusive um ancião que me acusou de apostasia por causa do meu empenho pela busca da verdade. Enquanto isso, o irmão que redigiu essa carta esteve protegido pelo anonimato de uma sigla (SCC) e eu, que me empenhei consideravelmente, a custo pessoal, zelando pela pureza da adoração de Jeová Deus, sofri as baixas mencionadas. Compreendo o sentimento expresso por uma irmã quanto ao escândalo público ao dizer, “Que vitupério!” E, na vossa segunda carta, reagem como se nunca antes tivessem dito algo em contrário. Chegam mesmo a dizer que “o critério para Associação das ONG’s — pelo menos na sua versão mais recente — contém linguagem que nós não podemos subscrever”. Mas esses critérios são aqueles contidos naquela brochura da ONU da qual citaram na primeira carta e então, em 08 de Outubro, mostraram que ainda não se incomodavam com esses mesmos critérios. É que foram exatamente esses critérios que me levaram a entrar em contacto convosco sobre este assunto! E, na vossa segunda carta, não lamentam os incômodos, não me pedem desculpas, embora fosse visível pela minha correspondência que eu estava bem perturbado. Um proceder mais amoroso tinha sido como bálsamo, irmãos...

Já antes de receber a vossa carta de 02 de Novembro eu tinha conhecimento da justificação “acesso à Biblioteca da ONU”. No contexto de toda esta controvérsia e angústia solicitei ao jornalista Steven Bates, que escreveu diversos artigos no The Guardian, na Grã-Bretanha, que partilhasse mais detalhes comigo. O Sr. Bates foi muito prestável e facultou-me uma carta do betel inglês, com data de 22 de Outubro, que foi a primeira fonte a falar-me na Biblioteca da ONU.

Após a recepção da vossa carta, apercebi-me que diversos irmãos em outros países também receberam uma carta com um texto quase

idêntico. Com efeito, um irmão amigo que trabalha num betel estrangeiro, inquietado com a situação, enviou-me a carta que, com data de 01 de Novembro (um dia antes da vossa 2ª resposta!), foi enviada eletronicamente de Brooklyn a todas as filiais ao redor da terra. Se compararmos a carta que eu recebi de Alcabideche com a carta que vocês receberam de Brooklyn, então verificamos que o segundo e terceiro parágrafo da carta de Brooklyn formam simplesmente o corpo da mensagem que em Portugal transmitiram a mim. Portanto, eu, quanto a essa segunda carta, lamento mais a forma como a escreveram do que o conteúdo da mesma, pois esse é aquele que vos foi dado.

A própria ONU revela publicamente que as condições de acesso à Biblioteca da ONU não são bem aquelas que me foram transmitidas por vós em 02 de Novembro. Ao contrário, até um particular como eu pode solicitar e receber acesso a essa Biblioteca. Apenas desde os recentes atentados em NY está mais difícil obter autorização de entrada. Mas durante todos estes anos não foi necessário um registro como ONG para aceder à Biblioteca ou às informações nela contidas. A ONU até diz: “A fim de tornar os seus documentos e publicações acessíveis em todo o mundo, as Nações Unidas mantêm um sistema de Bibliotecas-Depósito às quais esses documentos e publicações são enviadas”. Ou seja, mesmo não podendo entrar na Biblioteca principal da ONU (o que, contudo, é possível sem o requisito de se associar à ONU e ser acreditado pelo DPI da ONU) ainda existe a alternativa das Bibliotecas Depósito. Só na área de Nova Iorque, perto do betel, encontramos CINCO.

[...]

Todos os requisitos de acesso podem ser consultados nas seguintes fontes:

<http://www.un.org/Depts/dhl/services.htm#access>

<http://www.un.org/Depts/dhl/deplib/i189a11.htm>

Em alternativa, podem telefonar para a Dra. Dana Loytved (Tel.: 001 212 963 88 22), uma responsável na Biblioteca da ONU, e estou certo que ela terá o prazer de confirmar as minhas informações que aqui vos apresento.

Ainda, irmão “SCC”, a tua carta de 02 de Novembro refere que durante todos estes anos a Sociedade desconhecia os desagradáveis Critérios de Associação (leia-se: compromissos assumidos).

Eu tenho à minha frente exemplos de comunicações públicas da ONU (enviadas para as NGO registradas e não só) que contêm, de forma

sucinta, esses critérios (datas 14.02.1992 e 07.03.1992). São várias as publicações da ONU que durante toda a década de 90 revelavam esses critérios e que mostram que o que a sua carta chama de “última versão” dos critérios não sofreu alterações de destaque durante todos esses anos. Assim dificilmente pode ser dito que, citando da vossa carta, “quando compreendemos isso, imediatamente retiramos o nosso registro”. O registro só foi retirado quando posto a descoberto num jornal mundano; os critérios não são novos. Junto remeto uma brochura da ONU, publicada em 1994, que comprova isso. Podem encomendá-la diretamente à Biblioteca da ONU usando o código [ST] DPI/1438. Alguns desses documentos voltam a referir que para permanecer associado à ONU é necessária a entrega de um relatório anual de todas as atividades pró-ONU. Só em 1992 foram desassociadas 14 ONG's por terem estado inativas quanto às expectativas de cooperação da ONU. A Sociedade nunca foi desassociada por inatividade. Numa mensagem por correio eletrônico, o chefe da Biblioteca na sede da ONU afirma que não está a par das alterações de acesso à Biblioteca em 1991 que a carta do irmão “SCC” diz terem ocorrido. Claro que reproduzo essa carta em anexo.

Ao ler no verão deste ano a *Desperta!* sobre o Ano Internacional do Voluntariado, de fato reparei na forma destacada em que esse assunto é tratado e a imagem bem positiva da ONU aí contida. Já na edição de 08. 12. 2000, algo me pareceu ser positivo demais no tratamento concedido à ONU e suas organizações suplementares em comparação ao teor das revistas em toda a década de 70 e 80. Dá agora para perceber a satisfação do DPI durante os últimos anos. Só por isso não desassociaram a Sociedade muito antes.

Quando há algum tempo atrás soube da triste notícia da morte de missionários nossos que viajavam num avião em queda, pertencente às Nações Unidas, poderia ter estranhado essa proximidade. Apesar de eu estar a par do envolvimento e da atividade da Sociedade na chamada AIDAFRIQUE (poucos irmãos estão a par disso, não é?) nunca relacionei isso com uma potencial associação à ONU. Pensando na AIDAFRIQUE como organização de ajuda humanitária, a tua primeira carta, irmão “SCC”, até faz um certo sentido, não é? Afinal nos antigos diretórios da ONU a Sociedade aparece como interessada em “Religião, Direitos Femininos, Desarmamento, Educação, Paz e Segurança Mundial e Direitos Humanos”. Posteriormente, e como a tua primeira carta bem o realçava, figura apenas como organização interessada nos Direitos Humanos. Mas essa explicação agora já não está válida, pois não? E esta nova explicação, da Biblioteca, também não é convincente quando confrontada com o que a própria ONU estabeleceu como regras, não é verdade?

Quando receberam a nova explicação de Brooklyn com a justificação “entrada na Biblioteca”, talvez não estiveram a pesquisar todos estes pormenores. Mas um antigo mentor meu, superintendente viajante, sempre me dizia: ‘Quando aceitamos tudo o que a Organização diz sem o examinar, mostramos confiança na Organização. Mas se mantivermos um espírito atento e examinarmos se as coisas são realmente assim, então mostramos zelo para com Jeová’. Eu aprendi essa lição. Isso é assim porque o nosso desejo é servir a Deus e não a simples homens. Contudo, percebo que o irmão “SCC” se tenha limitado a transmitir-me o que recebeu de Brooklyn. Talvez fez isso seguindo conscientemente ou inconscientemente o que foi dito na Sentinela de Janeiro de 1921 p. 15 (edição alemã): “Por isso cada um que ocupar um cargo irá desempenhar exatamente as tarefas recebidas por aquele [irmão] que está incumbido de dirigir ou instruir, lembrando-se que a responsabilidade está em cima do [irmão] que deu a tarefa ou que tem a supervisão.” Porém todos nós também sabemos que cada um é individualmente responsável pelos seus atos perante o nosso amoroso Pai nos céus. Assim, tomo para mim a responsabilidade mencionada na Sentinela de 15.02.1988 (edição portuguesa) na p.7: “Mas, acima de tudo, devemos querer ser honestos não apenas porque esta é a melhor política ou porque se ordena que sejamos honestos, mas porque amamos o nosso Pai Jeová. Queremos conservar a nossa preciosa relação com Ele e ter a Sua aprovação. Queremos ser honestos também porque dessa forma expressamos amor ao próximo. Assim, dito de maneira simples, ser cristão verdadeiro significa ser honesto.” (o grifo é meu). É essa a razão pela qual eu fiz e faço acompanhar as minhas cartas sempre por todos os documentos comprovativos. Não vejo nenhuma razão bíblica pela qual a Sociedade não deverá também, futuramente, proceder assim com qualquer carta que envie a este respeito a um irmão ou a uma congregação.

Numa Sentinela de 1957, publicada no mês de Maio e em inglês, dizia:

“Em tempo de guerra teocrática é apropriado enganar o inimigo por esconder a verdade. Em todas as alturas é preciso ser muito cauteloso em não divulgar qualquer informação para o inimigo que possa ser usada para impedir a obra de pregação.”

Caros irmãos da filial. Eu não sei se eu e os imensos outros irmãos em todo mundo, que se mostraram preocupados, são considerados o “inimigo” para receberem informações duvidosas. (Gálatas 4:16!!)

O que eu sei é que vos contatei esperançado há dois meses atrás e não esperava encontrar tanta desinformação, meias-verdades e citações em falso como as enumeradas e comprovadas na minha segunda e terceira carta. Em minha casa, e na educação espiritual do meu filho estou

sozinho e apenas posso contar com o apoio de Jeová. Com o apoio de Sua organização terrestre - neste assunto - não pude contar. Isso entristece muito profundamente.

Com isso desejo encerrar este assunto. Nada mudou e, porém, tudo está diferente. Desejo levar a minha vida dedicado ao nosso Criador, em paz com os meus irmãos espirituais. Por isso não pretendo continuar esta correspondência postal convosco. Não tenho nem o tempo nem o dinheiro para isso. O que mudou foi o meu fascínio e confiança incondicional em homens que mostraram não estar à altura do apoio que solicitei. Desde o início ofereci o meu número de telefone, mas a filial optou por não usar esse recurso para lidar comigo de forma menos impessoal. Muito bem. Neste momento não desejo nenhum telefonema sobre este triste assunto. Podem escrever-me se o vosso desejo for o de me apresentar um sincero pedido de desculpas pelas confusões causadas, assim como eu me desculpei por outras razões. De resto, penso que este assunto está encerrado. Estou triste.

NOTA: Esta carta não é uma carta de dissociação nem nunca deverá ser interpretada como tal. O assunto aqui tratado não é segredo. Tem sido relatado em diversos jornais e revistas. Por isso não encontro razão bíblica para não partilhar esta informação relevante com qualquer pessoa da fé ou do mundo que queira apurar a verdade sobre tudo isto.

✓ 4/03/2004 – mais uma nota emitida pela ONU

Os anos que se passaram não diminuíram a procura por mais informações. Testemunhas de Jeová tanto recorriam às filiais de seu país, bem como ao escritório da ONU. As filiais restringiam-se em fornecer – a quem perguntasse – a débil versão oficial sobre acesso à biblioteca. O escritório da ONU, já em 2004, viu-se obrigado a fornecer mais uma explicação, desta vez com bem mais detalhe.

A nota é datada de 4 de março de 2004.

Texto originário do dossiê **O Escândalo Envolvendo a Sociedade Torre de Vigia e a ONU**, disponível no site: <http://testemunha.orgfree.com/onu.htm>

O original em inglês pode ser consultado nesta página mantida pela ONU:

<http://ask.un.org/faq/14501> (este link me foi indicado por Cheia do Espírito, do fórum extestemunhadejeova.net, e a ela muito agradeço por isso).

A seção ONG tem recebido inúmeras perguntas relativamente à associação da Watchtower Bible and Tract Society of New York ao

Departamento de informação Pública (DPI). Esta organização se candidatou para se associar ao DPI em 1991 e foi aceita em 1992. Por aceitar a associação com o DPI, a Organização concordou em atender ao critério de associação, inclusive apoiar e respeitar os princípios e compromissos da Carta das Nações Unidas, e concordou em divulgar entre seus membros programas de informação efetivos e outros sobre as atividades das NU.

Em Outubro de 2001, o representante da Watchtower Bible and Tract Society of New York nas Nações Unidas, Ciro Aulicino, solicitou o fim de sua associação com o DPI. Atendendo a esta solicitação, o DPI decidiu desassociar a Watchtower Bible and Tract Society of New York em 09 de outubro de 2001.

Que fique claro, por favor, que é política do Departamento de Informação Pública (DPI) das Nações Unidas manter confidencial a correspondência entre as Nações Unidas e a ONG candidata à associação. Entretanto, veja abaixo o parágrafo incluído nas cartas enviadas em 1992 às ONG's aprovadas para se associar à ONU.

"O principal objetivo da associação de organizações não-governamentais ao Departamento de Informações Públicas é a re-disseminação da informação de modo a aumentar o entendimento do público quanto aos princípios, às atividades e às conquistas das Nações Unidas e de suas Agências. Conseqüentemente é importante que vocês nos mantenham informados a cerca do programa de informação de sua organização no que diz respeito às Nações Unidas, mandando-nos cópias de suas principais publicações. Estamos anexando cópia de uma brochura sobre 'As Nações Unidas e as Organizações Não-Governamentais' que lhes fornecerá algumas informações sobre o relacionamento com as ONG's".

Adicionalmente, o critério para uma ONG se associar ao DPI inclui o seguinte:

- Que a ONG compartilhe dos ideais da Carta das Nações Unidas; (grifo acrescentado)
- Que opere apenas numa base não-lucrativa;
- Que tenha demonstrado interesse nas questões das Nações Unidas e provem a capacidade de atingir grandes audiências, tais como educadores, representantes da mídia e formadores de opinião e a comunidade mercantil; (grifo acrescentado)
- Se comprometa em conduzir programas eficientes de informação sobre as atividades das NU através da publicação de folhetos, panfletos, organizando conferências, seminários e mesas redondas; e atraindo o interesse da mídia.

Esperamos que compartilhe esta informação com seus colegas já que não é possível atendermos a todas as consultas relacionadas com a Watchtower Bible and Tract Society que estão sendo feitas a nossos escritórios. Obrigado por seu interesse no trabalho das Nações Unidas.

Sinceramente,
Paul Hoeffel

- Conclusão

Até onde estou sabendo, até a presente data, no ano de 2015, a versão de uso da biblioteca ainda é a versão oficial da Torre de Vigia – apesar da firme negativa da ONU de que não é necessário ser uma ONG para ter acesso à integra de tudo o que consta em sua biblioteca, mesmo que para casos especiais seja necessário um passe, que concede acesso a um conteúdo restrito, não disponível nas bibliotecas-depositárias espalhadas pela cidade de Nova York.

Para efeito de resumo, veja o que significa para a Torre de Vigia filiar-se como ONG às Nações Unidas:

Primeira nota emitida pela ONU em 11/11/01:

“Ao aceitar a associação com o DPI, a organização aceitou preencher os critérios para associação, incluindo apoiar e respeitar os princípios da Carta das Nações Unidas e o compromisso de usar recursos para conduzir um eficaz programa com seus membros e a um público mais amplo acerca das atividades da ONU.”

Segunda nota emitida pela ONU em 4/03/04:

“Por aceitar a associação com o DPI, a Organização concordou em atender ao critério de associação, inclusive apoiar e respeitar os princípios e compromissos da Carta das Nações Unidas, e concordou em divulgar entre seus membros programas de informação efetivos e outros sobre as atividades das NU.”

Diante dessas declarações, não pode haver dúvidas de que a Torre de Vigia estava ciente, desde o princípio, de quais eram suas obrigações perante as Nações Unidas. Apesar disso, em sua nota de desligamento, a Torre de Vigia diz com convicção:

“Mesmo assim, o Critério para a Associação das ONGs – pelo menos em sua mais recente versão – contém termos os quais não podemos aceitar. Quando descobrimos isso, imediatamente retiramos o nosso registro. Somos gratos por tal assunto ter sido trazido à nossa atenção.”

Mas conforme foi verificado por Daniel de Carvalho, os critérios de que a Torre de Vigia agora dizia não poder aceitar eram os mesmos vigentes por ocasião da filiação à ONU, sendo que os principais são as citações acima extraídas nas notas emitidas por aquela entidade política.

Que a Torre de Vigia, em resultado de reconhecer esses critérios, apesar de alegações contrárias, procurou segui-los, pode-se ver no fato de as suas publicações, por volta da década de 90, refletirem um conceito favorável à ONU. Além de artigos visando difundir os objetivos da ONU – um requisito da filiação – as próprias referências à ONU foram bem mais escassas na década de 90 em comparação com décadas anteriores. Por exemplo, no *Wachtower Library 2013*, a expressão “nações unidas” aparece 172 vezes nas edições da revista *A Sentinela* da década de 90. Esse número representa apenas 51% das ocorrências dessa expressão nas edições dos anos 80 (336 vezes) e apenas 61% das ocorrências nas edições dos anos 70 (284 vezes). Pelo visto, os redatores de *A Sentinela*, em não podendo fazer críticas severas às Nações Unidas, preferiram abster-se de fazer a ela referências. Foi em razão disso que o dossiê aqui muitas vezes citado diz com propriedade, já em sua conclusão:

Os redatores dessa época certamente tiveram diante de si uma estreita margem de manobra, produzindo artigos que pudessem satisfazer o DPI da ONU sem, no entanto, causar embaraços sérios nos leitores.

Quanta vergonha para uma entidade religiosa que afirma prezar pela boa moral!

Respeito e apoio à Carta das Nações Unidas compõem outro critério de filiação que a Torre de Vigia diz não poder aceitar – apesar de que, por quase dez anos, manteve sua assinatura em documentos em que afirmava justamente o contrário.

Ao se manifestar publicamente em não estar de acordo com esses critérios, a Torre de Vigia está agindo de acordo com o posicionamento que exige dos seus seguidores, que é de se manterem distantes de qualquer situação que, de alguma forma, constitua envolvimento com a política.

O rigor com que a Torre de Vigia exige e fiscaliza a neutralidade política de seus seguidores foi bem enfatizado no começo deste capítulo. Em complemento disso, há na história recente um caso, por demasiadamente brutal, que ilustra até que ponto a Torre de Vigia está disposta a exigir lealdade nessa questão.

Isso aconteceu no país africano de Malauí durante as décadas de 60 e 70, e o cerne da questão era a obrigatoriedade de que cada cidadão deveria comprar um cartão de filiação política. Segundo Raymond Franz, Testemunhas de Jeová foram notificadas pela filial da Torre de Vigia que comprar tal cartão

consistia em apoiar o governo de Malaui em detrimento do apoio ao Reino de Deus (Veja o capítulo 6 do livro *Crise de Consciência*).

As consequências dessa recusa, por parte das Testemunhas de Jeová, de comprar tal cartão de filiação foram amplamente descritas, com detalhes horripilantes, na literatura da Torre de Vigia – mas com a ressalva de que a atitude das Testemunhas ante o governo de Malaui era, sobretudo, uma decisão pessoal *delas*, em concordância com o desejo *delas* de apoiar unicamente o Reino de Deus.

Proclamadores do Reino, página 674.

Em Malaui, há um único partido político, e a posse de um cartão indica a qualidade de membro do partido. Embora as Testemunhas sejam exemplares no pagamento de impostos, em harmonia com suas crenças religiosas, elas declinam de comprar cartões do partido político. Fazer isso seria negar a sua fé no Reino de Deus. Por causa disso, em fins de 1967, com o incentivo de autoridades, bandos de jovens por todo o Malaui lançaram um ataque total contra as Testemunhas de Jeová, de obscenidade e crueldade sádica sem precedentes. Mais de mil mulheres cristãs devotas foram violentadas. Algumas foram despidas perante grandes turbas, espancadas com paus e punhos, e daí sexualmente agredidas por sucessivas pessoas. Enfiavam pregos nos pés dos homens e raios de bicicleta nas pernas e daí os mandavam correr. Por todo o país suas casas, móveis, roupa e alimentos foram destruídos.

De novo, em 1972, houve um renovado surto de tal brutalidade após a convenção anual do Partido do Congresso do Malaui. Nessa convenção foi oficialmente resolvido privar as Testemunhas de Jeová de qualquer tipo de emprego e expulsá-las de suas casas. Até mesmo apelos de empregadores que queriam manter esses trabalhadores de confiança foram em vão. Casas, plantações e animais domésticos foram confiscados ou destruídos. As Testemunhas foram impedidas de tirar água da fonte da aldeia. Grandes números foram espancados, violentados, mutilados ou assassinados. E sofriam contínuos escárnios e ridicularizações por causa de sua fé. Por fim, mais de 34.000 fugiram do país para evitar serem mortos.

A revista *Despertai!* de 22 de janeiro de 1976, páginas 3 e 4, procurou justificar para a opinião pública porque era legítimo o comportamento das Testemunhas de Jeová de Malaui.

‘É algo insignificante’, alguns talvez se inclinem a dizer. ‘Por que não compram tal carteira e evitam as dificuldades?’ Esse seria, com certeza, o proceder mais fácil. E se fosse simples questão de pagar algum imposto ou pagar para obter uma carteira ou *cédula* de identificação (tal como as testemunhas de Jeová em muitos países pagam e portam, em obediência às leis de seus respectivos países), elas não teriam nenhuma objeção a isso. Mas, a questão aqui envolvida atinge o próprio âmago de sua crença e posição cristãs. Cristo Jesus disse ao governador romano, Pôncio Pilatos: “Meu reino não faz parte deste mundo. Se o meu reino fizesse parte deste mundo, meus assistentes teriam

lutado.” (João 18:36) Para as testemunhas de Jeová, começar a afiliar-se aos partidos políticos deste mundo seria negação aberta daquilo que afirmam crer e defender. Embora não desejem sofrer, aceitarão isto ou até mesmo a própria morte ao invés de serem infiéis a Deus e ao seu Filho.

Não desejo entrar aqui na discussão quanto à legitimidade bíblica da decisão das Testemunhas de Jeová de Malauí. Mas é um fato que esse é um requisito para se tornar (e permanecer como) Testemunha de Jeová. Quantas delas, se é que há alguma, chegaram à conclusão, por pura e simples leitura da Bíblia, de que essa é de fato uma exigência divina, acredito que estamos longe de saber. Mas é inegável que a grande maioria delas, se não todas, assim agiram unicamente para estar em conformidade com entendimento que obtiveram na literatura da Torre de Vigia – ainda que todas elas acreditassem que, agindo dessa forma, estavam sendo leais ao próprio Deus.

Nisso cabe perguntar em que difere o caso das Testemunhas de Jeová ante o governo de Malauí do caso da Torre de Vigia em relação à ONU – de modo a serem encarados de modo diferente por aquela organização religiosa. Sabendo que o âmago das duas questões envolvia a assinatura de um acordo reconhecendo a legitimidade de um governo político, é incompreensível como a Torre de Vigia veio a considerar que era inaceitável, em Malauí, a assinatura desse acordo – mesmo diante das duras consequências para as Testemunhas locais, ao passo que, menos de 20 anos depois, em um caso parecido, ela própria, a Torre de Vigia, assina estar de acordo com os ideais da Carta das Nações Unidas, se comprometendo, inclusive, em promover seus interesses.

Mas é diante dessa aberração religiosa que começa a fazer sentido por que a Torre de Vigia retirou seu apoio à ONU tão logo foi descoberta. Mas isso não era suficiente, não limpava sua barra perante a opinião pública, uma vez que documentos comprovam sua filiação à ONU por quase dez anos. Era necessário mais, era preciso dizer que, por ocasião da assinatura desses documentos, nada constava que a fizesse estar comprometida com um órgão político. Também é diante disso que faz sentido porque, por quase quinze anos, a Torre de Vigia nunca sinalizou, em suas publicações, que esteve filiada à ONU. Ainda que justificasse essa filiação, procurando assim inocentar a si mesma, isso poderia gerar curiosidade e uma avalanche de pesquisas pela internet e junto aos órgãos públicos. Deixando como está, com uma simples nota explicativa como resposta a quem pergunte, a Torre de Vigia procura permanecer acima de qualquer suspeita. Ela sabe, no entanto, que a acusação contra ela está à disposição das Testemunhas, bem ali, ao alcance de um clique. Mas isso não a preocupa tanto, pois a mente das Testemunhas, de modo geral, já está condicionada a encarar todo tipo de acusação como sendo apenas meias-verdades ou totalmente mentirosas. É verdade que não Testemunhas podem ler sem represálias as acusações contra a Torre de Vigia,

mas o que motivaria alguém não Testemunha fazer essa investigação? Assim, é também diante dessa ignorância popular que a Torre de Vigia pode, sem maiores pudores, continuar a apontar o dedo para as religiões deste mundo como culpadas de cavalgar uma entidade política, fazendo assim um contraste entre ela e outras religiões – contraste este que, como vimos, só subsiste em razão da manutenção de um grave segredo.

Veja nos anexos a este capítulo uma carta enviada por mim ao escritório da Torre de Vigia no Brasil, na qual concedo a ela a oportunidade de se explicar sobre as acusações aqui apresentadas.

Parte B: Pedofilia no meio religioso

Com uma frequência cada vez maior, a imprensa tem noticiado que muitos sacerdotes católicos têm sido acusados de praticar pedofilia. Essas acusações, no entanto, não são nenhuma novidade para muitas Testemunhas de Jeová. Embora não sejam informativos essencialmente jornalísticos, as revistas *A Sentinela* e *Despertai!*, ambas publicadas pelo Corpo Governante, tomaram por objetivo, especialmente na década de noventa, veicular exaustivamente as acusações de pedofilia de que eram alvos sacerdotes católicos, bem como líderes religiosos de outras denominações.

- Apontando o dedo

Como exemplos, veja as seguintes citações. A primeira envolve sacerdotes católicos dos Estados Unidos:

As autoridades eclesiais insistem que notório caso ocorrido em Louisiana, em 1985 — em que um padre abusou sexualmente de pelo menos 35 meninos — ensinou-os a lidar firmemente com este problema. Mas uma pesquisa feita durante três meses pelo *Mercury News* revela que, em mais de 25 dioceses por todo o país, os dirigentes eclesiais têm deixado de notificar as autoridades civis, transferindo os sacerdotes que cometem abusos sexuais para outras paróquias, têm ignorado as queixas dos pais, e têm desconsiderado os potenciais danos causados às vítimas infanto-juvenis (*Despertai!* de 22 de janeiro de 1989, página 10).

A citação a seguir também trata de sacerdotes norte-americanos:

“Uma rajada de escândalos de abusos sexuais de crianças levou a Igreja Católica Romana a uma investigação de amplo alcance de sacerdotes pedófilos — fenômeno que os críticos dizem que há muito a hierarquia da Igreja mantém encoberto”, comenta o jornal *The Herald-News*, de Joliet, Illinois, EUA. “Nos últimos nove meses, sete sacerdotes na região de Chicago foram removidos de paróquias e um foi indiciado devido a queixas de maus-tratos sexuais que envolviam crianças.” Uma comissão de três membros foi nomeada pelo Cardeal Joseph Bernardin para decidir como lidar com o problema que, segundo um porta-voz da Igreja, “é bem mais grave do que se imaginava” e que se estima envolver centenas de sacerdotes em todo o país. Fazem-se agora esforços para remover os sacerdotes transgressores, anteriormente transferidos para outras paróquias. Algumas pessoas, porém, ainda estão apreensivas. “Eles não entendem a profundidade dos danos psicológicos quando se é prejudicado por alguém que representa a Igreja, a qual, cremos, formulou nossos valores, moral e princípios”, disse a mãe dum menino que sofreu abusos sexuais (*Despertai!* de 22 de agosto de 1992, página 28).

A próxima citação envolve sacerdotes católicos do Canadá (os colchetes são dos autores):

Chegou ao fim uma das maiores investigações de abusos sexuais realizadas no Canadá, envolvendo irmãos leigos de uma ordem religiosa católica. “Mais de 700 vítimas da [escola] St. Joseph”, em Alfred, Ontário, e da escola St. John, em Uxbridge, Ontário, apresentaram queixas, diz o jornal *The Toronto Star*. As queixas foram apresentadas “contra 30 homens, incluindo 29 membros da ordem religiosa Irmãos Leigos das Escolas Cristãs. Acusações teriam sido feitas contra outros 16 se estivessem vivos”, diz o *Star*. As vítimas ainda têm recordações perturbadoras de “espancamentos e agressões sexuais que sofreram na infância às mãos de membros dessa ordem leiga católico-romana, que vestem batina preta, aos cuidados de quem haviam sido confiadas”. O *Star* diz que, sem um inquérito público, os canadenses talvez nunca saibam por que homens que professam servir a Deus submetem meninos a abusos sexuais (*Desperta!* de 8 de setembro de 1994, página 29).

A próxima notícia envolvendo pedofilia foi colhida de um dos maiores e mais influente jornais dos Estados Unidos, o *The New York Times*:

Alguns dos atos mais pecaminosos ocorrem sob o véu da religião. Um exemplo trágico são os abusos sexuais de crianças por clérigos. Segundo *The New York Times*, um advogado nos Estados Unidos “diz que tem 200 processos pendentes em 27 Estados a favor de clientes que afirmam ter sido molestados por sacerdotes”. De fato, as obras iníquas desses clérigos expõem qualquer aparência de religiosidade de sua parte como nada mais nada menos que hipocrisia (*Desperta!* de 22 de abril de 1995, página 6).

Outras edições não citadas chamam a atenção para as indenizações milionárias que a Igreja tem pagado a vítimas de sacerdotes, bem como para o fechamento de dioceses simplesmente pela escassez de recursos, os quais são redirecionados para as indenizações.

Do exposto nas citações acima, nota-se a preocupação do Corpo Governante com respeito ao fato de que as igrejas (1) têm preferido não denunciar seus sacerdotes às autoridades, (2) não têm se importado com o dano emocional causado às vítimas, (3) e que a comunidade nunca saberia dos casos, se não fosse uma investigação oficial. Por fim conclui, depois de citar o *The New York Times*, que tais sacerdotes, embora tenham aparência de santidade, são verdadeiros hipócritas. Com esse conceito a respeito de outras religiões, pode-se presumir que as Testemunhas de Jeová dão um bom exemplo no que diz respeito ao combate à pedofilia. O que indicam os fatos?

- Silêncio e lágrimas

É obvio que o leitor sabe que nenhuma instituição religiosa pode declarar que casos de pedofilia jamais ocorrerão em seu meio. O Corpo Governante logicamente nunca declarou isso a respeito das Testemunhas de Jeová. Mas também é verdade que até a data em que escrevo isso, em maio de 2015, a autoridade religiosa nunca relatou um único caso de pedofilia envolvendo um dos seus fiéis.

Em suas publicações, no entanto, constam instruções sobre como os anciãos devem lidar com casos em que crianças (ou familiares dessas crianças) acusam um de seus integrantes de praticar pedofilia.

Nessas publicações, bem como em diversas cartas dirigidas exclusivamente aos anciãos, nota-se que a autoridade religiosa se apegava com muita firmeza à norma bíblica de não aceitar como válida qualquer acusação que venha de uma única testemunha. Essas passagens bíblicas podem ser lidas a seguir:

Uma só testemunha não é suficiente para condenar alguém por causa de qualquer erro ou pecado que ele tenha cometido. A questão deve ficar estabelecida com base no depoimento de duas ou três testemunhas (Deuteronômio 19: 15).

Não aceite acusação contra um ancião, a não ser com base no testemunho de duas ou três pessoas (1 Timóteo 5:19).

Com o artigo “Consolo para o espírito abatido”, a revista *A Sentinela* de 1º de novembro de 1995 deu orientações sobre como os anciãos devem cuidar de assuntos envolvendo acusações de prática de pedofilia. Os três primeiros parágrafos trazem um fraseado característico da revista e logo dão indício do que se pretende tratar. Agora peço ao leitor que, ao ler, se coloque na situação de alguém que foi vítima de abusos (os colchetes são dos autores).

Consolo para o “espírito abatido”

O MUNDO de Satanás chegou ao ponto em que está “além de todo o senso moral”. (Efésios 4:19; 1 João 5:19) Adultério e fornicação viraram pandemia. Em muitos países, 50% ou mais dos casamentos acabam em divórcio. O homossexualismo é amplamente aceito. A violência sexual — estupro — está sempre nas notícias. A pornografia é uma indústria que rende bilhões de dólares. — Romanos 1:26, 27.

O abuso sexual de crianças é uma das perversões mais desprezíveis que existem; assim como a sabedoria do mundo de Satanás, é uma coisa “animalesca, demoníaca”. (Tiago 3:15) Só nos Estados Unidos, diz a revista *Time*, “mais de 400.000 casos de agressões sexuais constatáveis são denunciados às autoridades todo ano por professores e médicos”. Já adultas, muitas vítimas desse tipo de abuso ainda trazem marcas profundas. Marcas

nada imaginárias! A Bíblia diz: “O espírito [inclinação mental, sentimentos e pensamentos íntimos] do homem pode agüentar a sua enfermidade; mas, quanto ao espírito abatido [ferido, aflito], quem o pode suportar?” — Provérbios 18:14.

As boas novas do Reino de Deus atraem pessoas de todo tipo, incluindo as ‘quebrantadas de coração’ e as que estão com o “espírito desanimado”. (Isaías 61:1-4) Não surpreende que muitos que estejam sofrendo de dores emocionais aceitem o convite: “Quem tem sede venha; quem quiser tome de graça a água da vida.” (Revelação [Apocalipse] 22:17) A congregação cristã pode ser o lugar em que essas pessoas encontram consolo. Para elas é uma alegria aprender que em breve o sofrimento será coisa do passado. (Isaías 65:17) Até lá, porém, talvez precisem ser ‘consoladas’ e ter suas feridas emocionais ‘pensadas’. Foi bem apropriado o conselho de Paulo aos cristãos: “Falai consoladoramente às almas deprimidas, amparai os fracos, sede longânimes para com todos.” — 1 Tessalonicenses 5: 14 (página 25).

Depois de ler isso, alguém que foi vítima de abuso logo se prepara para novas e calorosas palavras de consolo; afinal, não é a isso que se propõe o artigo? Os parágrafos seguintes passam a considerar que o leitor seja Testemunha e, provavelmente, vítima de abusos. Mas em qual estado de angústia ficará essa pessoa ao terminar de ler os próximos dois parágrafos?

“Recordações reprimidas”

Nos últimos anos tem havido casos de pessoas que ficam ‘quebrantadas de coração’ por razões que outras acham difícil entender. São adultos que, à base do que vem sendo chamado de “recordações reprimidas”, dizem ter sofrido abusos sexuais na infância. Alguns não se recordam de ter sido molestados até que, inesperadamente, vêm à tona lembranças repentinas e vívidas da infância, de estarem sendo abusados sexualmente por um adulto (ou adultos). Será que há casos, na congregação cristã [das Testemunhas de Jeová], de pessoas que têm lembranças perturbadoras desse tipo? Em alguns países, há; e esses cristãos dedicados talvez sintam muita aflição, raiva, sentimento de culpa, vergonha ou solidão. Como Davi, pode ser que se sintam isolados de Deus e clamem: “Por que, ó Jeová, ficas parado de longe? Por que ficas oculto em tempos de aflição?” — Salmo 10:1.

Muitos aspectos dessas “recordações” não são bem entendidos pelos profissionais da área de saúde mental. Ainda assim, essas “recordações” podem afetar a espiritualidade de cristãos dedicados. Por isso, recorremos com confiança à Palavra de Deus em busca de orientação para lidar com elas. A Bíblia dá “discernimento em todas as coisas”. (2 Timóteo 2:7; 3:16) E também ajuda a todos os envolvidos a confiar em Jeová, “o Pai de ternas misericórdias e o Deus de todo o consolo, que nos consola em toda a nossa tribulação”. — 2 Coríntios 1:3, 4 (páginas 25, 26)

“Recordações reprimidas” foi um assunto que esteve em voga na década de 90, mas que agora está caindo no descrédito; a respeito dessa questão, muitos especialistas acham difícil que alguma recordação dessa natureza possa surgir assim, sem nenhuma causa. Mas bem poucas ou nenhuma das vítimas de abuso sabia alguma coisa, quer contra quer a favor, de “recordações reprimidas”, de modo que, quando muito, só poderiam encarar o assunto como um inimigo invisível, inalcançável, e, visto dos dias de hoje, um mostro aparentemente criado para desestimular denúncias contra autoridades religiosas. Com base nesse “monstro”, o próximo subtítulo desenvolve-se cruel e insensível ante a dor das vítimas de abuso.

Aconteceu mesmo?

Existe muita controvérsia, no mundo, sobre o que são essas “recordações” e até que ponto representam o que realmente aconteceu. As Testemunhas de Jeová “não fazem parte do mundo” e não se envolvem nessa controvérsia. (João 17:16) Segundo algumas reportagens, há casos de “recordações” que têm fundamento. Por exemplo, depois de o perito de uma agência de seguros Frank Fitzpatrick ter-se “lembrado” de que havia sido molestado por certo sacerdote, quase cem outras vítimas alegaram ter sido abusadas sexualmente pelo mesmo sacerdote. O sacerdote, segundo consta, admitiu ter cometido os abusos.

Vale notar, contudo, que várias pessoas não conseguiram comprovar suas “recordações”. Algumas lembravam-se vividamente de uma pessoa específica estar abusando sexualmente delas ou de o abuso estar sendo cometido num determinado lugar. Mais tarde, porém, evidências legítimas em contrário deixaram claro que esses pormenores “recordados” não podiam ser verídicos (página 26).

Quando o Corpo Governante diz que “as Testemunhas de Jeová ‘não fazem parte do mundo’”, a questão envolvida é se elas dão ou não dão crédito àquele que trás atenção dos anciãos “recordações” de ter sido abusado. Como será visto adiante, independente do que diga, a organização religiosa escolhe sua posição.

O próximo subtítulo é “Como amparar essas pessoas”. Independente de se os abusos ocorreram ou não, “essas pessoas” precisam de atenção especializada – algo que a organização religiosa não dispõe e não tem nenhum arranjo organizado para encaminhar “essas pessoas” a uma instituição que possa oferecer a ajuda necessitada. Consciente de que a “vítima” precisa de ajuda, os autores do artigo então trazem a atenção para o ato prestativo do “bom samaritano”. Dizem que, ao invés de correr atrás dos bandidos, ele procurou tratar do ferido e depois levá-lo para uma hospedaria (Lucas 10). E o que exatamente isso quer dizer? Os autores não fazem nenhuma aplicação prática da lição. Não seria o caso de encaminhar a “vítima” a alguém que pudesse ajudá-la a se recuperar, tal como fez o “bom samaritano”? Para encerrar o subtítulo, é lembrado que tudo pode ser artimanha do Diabo, que, assim como este testou a fé de Jó, também pode estar testando a nossa fé. A conclusão

requerida, ao que parece, é a seguinte: assim como Jó permaneceu leal a Deus, a “vítima” de abuso também deve fazer esforço para ser leal. Quanto consolo para alguém que foi sexualmente abusado! Além de aguentar a angústia emocional em decorrência dos abusos, ainda precisa empenhar-se pela fé, porque, do contrário, pode também passar a sentir o desprezo do próprio Deus e por fim ser executado no Armagedom.

O subtítulo seguinte é “Mantenha-se forte em sentido espiritual”. Todo o conteúdo é na verdade um requerimento para que a “vítima” se envolva profundamente na atividade religiosa, tal como leitura dos livros, orações e testemunho a outras pessoas, bem como nunca deixar de crer que, em breve, um paraíso será a cura de todos os males de agora.

O próximo subtítulo intitula-se: “E o suposto molestador?”. Nessa parte, os autores alertam contra os riscos envolvidos em procurar levar o caso aos tribunais. Lembram que se trata de “recordações reprimidas” e que, portanto, o acusado pode ser inocente. Relatam inclusive um caso em que uma filha, em razão de não ter conseguido provar na justiça que o pai lhe abusava, acabou por deixar a família com uma dívida de 100.000 dólares de custos processuais. Diante disso, uma opção razoável, de acordo com o artigo, é abandonar o caso, esquecer tudo, ainda que as acusações possam ter fundamentos. O Corpo Governante faz bem em recomendar cautela; no entanto, como essa cautela é recebida por alguém que foi de fato abusado? Não será isso um desestímulo a que essa vítima procure, por meios legais, uma possível reparação de danos?

Surpreendente, no entanto, são as diretrizes que determinam como os anciãos devem lidar com esses casos, quando alguém chega até eles e conta ter passado a se ‘recordar’ de ter sido abusado por determinada pessoa (presumivelmente Testemunha de Jeová).

O que os anciãos podem fazer?

Quando os anciãos são procurados por um membro da congregação que esteja tendo “recordações” repentinas e vívidas ou “recordações reprimidas” de algum abuso sexual que tenha sofrido, em geral dois deles ficam incumbidos de ajudá-lo. Com toda a bondade, esses anciãos devem incentivar a pessoa aflita a se concentrar, primeiro, em lidar com o sofrimento emocional. O nome de quaisquer molestadores de que essa pessoa se “lembre” devem ser mantidos em sigilo absoluto.

A tarefa primária dos anciãos é atuar como pastores. (Isaías 32:1, 2; 1 Pedro 5:2, 3) É bom que tomem o cuidado especial de ‘revestir-se das ternas afeições de compaixão, benignidade, humildade mental, brandura e longanimidade’. (Colossenses 3:12) É bom também que escutem os aflitos com muita bondade e os consolem com as Escrituras, cujas palavras podem restabelecer-lhes o ânimo. (Provérbios 12:18) Algumas pessoas que sofrem com dolorosas “recordações” são gratas a anciãos que as visitam regularmente ou que lhes telefonam para saber como estão passando. Esses contatos não precisam ser

demorados, mas mostram que a organização de Jeová se importa com essas pessoas. Algo que pode ajudar a pessoa aflita a recobrar boa parcela de equilíbrio emocional é sentir que seus irmãos cristãos lhe querem bem.

E se a pessoa decidir fazer uma acusação formal? [isto é, procurar fazer que os anciãos julguem o acusado] Nesse caso, os dois anciãos poderão lembrar-lhe que, em harmonia com o princípio em Mateus 18:15, ela deverá conversar pessoalmente com o acusado sobre o assunto. Se não estiver em condições emocionais de confrontar o acusado, poderá telefonar-lhe ou enviar-lhe uma carta. Assim ele tem a oportunidade de defender-se da acusação, perante Jeová. E pode até apresentar evidências de que é impossível que tenha cometido o abuso de que é acusado. Ou talvez confesse o erro e possa haver uma reconciliação, o que seria muito positivo! Se ele confessar a culpa, os dois anciãos poderão tratar do assunto em conformidade com os princípios bíblicos [que eventualmente seria formar um tribunal religioso e julgá-lo, ainda que o resultado seja apenas a concessão de perdão ao acusado, caso este se mostre arrependido].

Se o acusado negar a culpa, os anciãos deverão explicar a quem fez a acusação que nada mais poderá ser feito em termos judicativos. E a congregação continuará a considerar o acusado como inocente. A Bíblia diz que é preciso haver duas ou três testemunhas para que alguma ação judicativa seja tomada. (2 Coríntios 13:1; 1 Timóteo 5:19) Mesmo que mais de uma pessoa se “lembra” de ter sido abusada sexualmente pelo mesmo indivíduo, a natureza dessas lembranças, se não há outras evidências, é incerta demais para servir de base para decisões judicativas. Isso não significa que essas “recordações” sejam encaradas como falsas (ou como verdadeiras). Simplesmente os princípios bíblicos precisam ser acatados ao se resolver um assunto judicativamente.

E se o acusado — embora negue a transgressão — for realmente culpado? Será que ele vai “se livrar dessa”? De jeito nenhum! A questão de ele ser ou não culpado pode ficar, com toda a segurança, nas mãos de Jeová. “Os pecados de alguns homens manifestam-se publicamente, conduzindo diretamente ao julgamento, mas, quanto a outros homens, os pecados deles também se tornam manifestos mais tarde.” (1 Timóteo 5:24; Romanos 12:19; 14:12) O livro de Provérbios diz: “A expectativa dos justos é alegria, mas a própria esperança dos iníquos perecerá.” “Quando morre um homem iníquo, perece a sua esperança.” (Provérbios 10:28; 11:7) Em última análise, Jeová Deus e Cristo Jesus proferirão com justiça a sentença eterna. — 1 Coríntios 4:5 (páginas 28, 29).

É exatamente essa a maneira adotada pelo Corpo Governante para tratar de casos de pedofilia envolvendo acusados dentre as Testemunhas. Mas algum leitor pode estar presumindo que o artigo considerado não trata especificamente de pedofilia, mas de “recordações reprimidas”. Mas em um livro secreto, com acesso restrito aos anciãos, essa norma é mantida para todos os casos de acusação em que há apenas uma testemunha (no caso específico, que é pedofilia, apenas a vítima e seu abusador). Veja a seguinte imagem (*Pastoreiem o Rebanho de Deus*, edição de 2010, páginas 72 e 73):

39. **Se o acusado negar a acusação**, os anciãos que investigam o caso devem tentar marcar uma reu-

72

'Pastoreiem o Rebanho de Deus' — 1 Pedro 5:2

nião com ele e a pessoa que o acusou. (Observação: Se a acusação envolver abuso sexual de menores e a vítima ainda for menor, os anciãos deverão entrar em contato com o Escritório antes de agendar a reunião com o menor e o acusado.) Se o acusador ou o acusado não estiverem dispostos a se reunir com os anciãos, ou se o acusado continuar a negar a acusação de uma única testemunha e a transgressão não tiver sido comprovada, os anciãos devem deixar o caso nas mãos de Jeová. (Deut. 19:15-17; 1 Tim. 5:19, 24, 25; w95 1/11 pp. 28-29) Os anciãos que investigam o caso devem fazer um relatório, assiná-lo, colocá-lo em um envelope lacrado e guardá-lo no arquivo confidencial da congregação. Evidências adicionais podem surgir mais tarde, esclarecendo o assunto.

219

V
d
te
a
d
a
c

Agora imagine a sensação de uma vítima de abuso ao descobrir que, mesmo depois de se requerer dela uma acareação com seu abusador, que, segundo se relata, às vezes ela é solicitada a descrever exatamente o que o abusador lhe fez, onde lhe tocou... mesmo depois de ser humilhada a esse ponto, a decisão dos anciãos é pela confidencialidade, nada de irem eles mesmos à polícia e requerer que esse órgão competente investigue o caso. A respeito dessa questão, o mesmo livro secreto diz o seguinte, à página 132:

19. Abuso de menores é crime. **Nunca sugiram a uma pessoa que deixe de denunciar um suposto caso de abuso de menores à polícia ou a outras autoridades.** Se lhe perguntarem, deixe claro que fazer isso é uma decisão pessoal e que não há sanções congregacionais, seja qual for a decisão. Os anciãos não devem criticar alguém que faz esse tipo de denúncia às autoridades. Se a vítima desejar fazer uma denúncia, ela tem todo o direito de fazer isso. — Gál. 6:5.

Mas isso é muito diferente da atitude comumente esperada, que é comunicar às autoridades o quanto antes. Mas por que a própria vítima, ou a família da vítima, geralmente primeiro recorre aos anciãos e não à polícia? A razão talvez seja porque estes desejam assim seguir mais uma norma da religião, que é tentar resolver qualquer assunto pelo diálogo, pois, segundo explicação baseada na Bíblia, é vergonhoso irmão levar irmão aos tribunais (1 Coríntios 6:1-6). Todas essas normas, tanto a que requer duas ou três testemunhas, bem como esta citada por último, independente de se dizem exatamente o que o Corpo Governante acha que diz, isto é, se são abrangentes a esse ponto, são todas usadas com resultados benéficos tanto para o acusado de pedofilia bem como para a imagem da religião, cujo maior beneficiário é o Corpo Governante.

A meu ver, uma denúncia à polícia, feita pelos anciãos, mesmo que haja apenas uma testemunha, não constitui uma violação da norma bíblica. Pois quando a polícia recebe essa denúncia, independente de quem a faça e independente de quem seja o denunciado, a denúncia é apenas uma denúncia, que pode ser verdadeira ou falsa. Se uma investigação policial revela que as acusações procedem, os anciãos podem então executar a punição eclesiástica que for apropriada. Se as acusações se revelarem falsas, ou se não se puder comprovar nada, tem-se o ônus de se sair com a imagem arranhada, mas a outra opção (a adotada pela religião) é conservar no seio religioso um suspeito de pedofilia que, caso seja pedófilo de fato, talvez já tenha abusado de outras crianças e provavelmente continuará com a prática. Mas é justamente essa opção que tem servido de proteção à imagem da religião e nada indica que o Corpo Governante vá abrir mão da norma em tão pouco tempo. Como visto acima, a autoridade religiosa recomenda aos anciãos que nunca desaconselhe que a vítima procure a polícia, mas, em muitos casos, talvez na maioria deles, trata-se de uma vítima em que o acusado é um parente próximo, um padrasto ou o próprio pai. Nessa situação, às vezes a própria mãe se recusa a acreditar que a filha ou o filho fala a verdade. Em casos como esse, a única em condição de recorrer à polícia é a própria vítima, e se ela for uma criança, isso é quase impossível (No caso das Testemunhas de Jeová, entra em cena outro fator, que é a extrema confiança de que são investidos os pastores; a respeito disso, veja um caso típico no quadro da próxima página).

Diante dessa situação, o estado emocional da vítima é desolador. Uma criança geralmente nem entende o que se passa e, embora possa sofrer, muitas vezes encara os abusos como uma coisa natural. Mas na adolescência, quando se adquire a consciência do que é certo e errado, surgem as revoltas, o desejo suicida e, caso o segredo continue, a vítima, em alguns casos, acaba por se passar por desequilibrada, sendo que raramente surge a suspeita sobre qual a razão provável. Para uma vítima Testemunha, é adicionada a isso a ideia de ter cometido um pecado e, como ela ler que os fornicadores não herdarão o Reino, a situação é pior ainda. Além de estar sofrendo muito, ainda pode concluir que será punida por Deus por ter cometido fornicação.

Quando esses casos chegam aos anciãos, o Corpo Governante diz que a prioridade é tratar da condição emocional da vítima. Mas, como visto anteriormente, em hipótese alguma recomenda que a vítima seja cuidada por pessoas especializadas. O livro dos anciãos até chega a abordar o assunto,

“Ele era ancião, não podia estar fazendo nada errado.”

Ela era apenas uma menina de nove anos quando começou a ser abusada por um pastor Testemunha de Jeová *que era também seu cunhado*. Nordestina, pobre, recém-chegada a São Paulo, tudo isso vinha a somar-se aos abusos, que perduraram dos 09 aos 13 anos de idade.

Considerando que eram ainda os anos sessenta, o sexo era um tabu na família, de modo que ela viu-se sem reação diante das investidas de seu agressor. Ensinada a confiar nos mais velhos, e principalmente ensinada que as Testemunhas de Jeová eram pessoas de confiança, Dulci Rezende, ou “Duda”, como lhe chama uns amigos, só teve a mãe como alguém a quem pedir ajuda. Contou-lhe isso com a voz embargada, de um jeito que nem lembra mais as palavras, mas lembra-se bem como foi a reação de sua mãe. Segundo suas próprias palavras: “Minha mãe limitou-se a dizer que eu estava falando bobagem. Que ele era ancião, não podia estar fazendo nada errado”. E assim, restou-lhe deixar-se ser usada pelo pastor, que lhe atraía com doces e algumas moedas.

Quando tudo acabou, lá pelos 13 anos, que fez ela? Que rumo deu à sua vida?

“Quando tudo aquilo terminou, calei [...] guardei dentro de mim. Ficou escondidinho e toquei minha vida sempre com muitas atividades. Acho que isto me ajudou muito.”

Dulci Rezende foi Testemunha de Jeová até 1983, quando, à idade de 28 anos e casada, decidiu dissociar-se da religião e dedicar-se por inteira à vida profissional. Mas tempos depois, algo lhe trouxe de volta o assunto que há muito trancara dentro de si:

“Enfim, resolvi retomar o assunto quando os alertas contra os pedófilos começaram a povoar a mídia. Mesmo assim demorei a ter coragem de abrir meu coração. Hoje falo abertamente, até porque o fulano era Testemunha de Jeová. E eu não perderia jamais a oportunidade de testemunhar que a podridão está presente em um local que eles julgam puro.”

Atualmente, aos 60 anos, Dulci Rezende empenha-se em companhias de conscientização do perigoso monstro que é a pedofilia e tem participação ativa no fórum extestemunhasdejeova.net, onde se apresenta com o nome “Débora”.

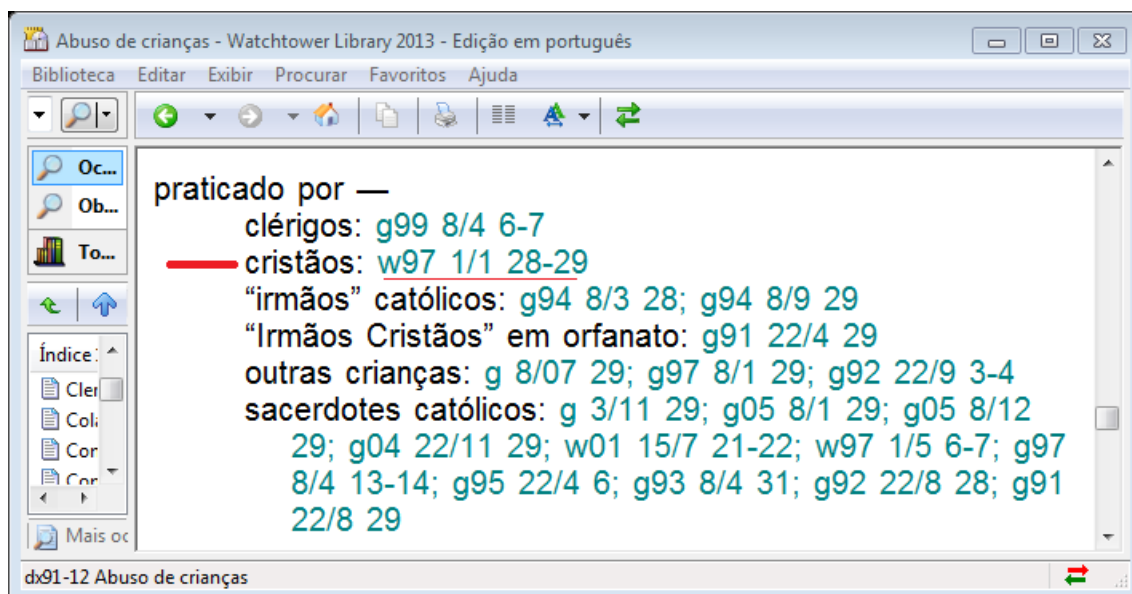
mas deixa a critério da vítima ou de seus familiares a decisão de escolher um tratamento especializado. Veja isso em mais um recorte do livro secreto, à página 55:

25. Às vezes, um cristão emocionalmente abalado procura **ajuda profissional**. Procurar ou não tratamento de psiquiatras, psicólogos ou terapeutas é uma decisão do cristão ou de sua família. Um ancião não deve assumir a responsabilidade de recomendar determinado profissional ou estabelecimento. Ele pode indicar ou considerar matérias das publicações que alertam quanto a tratamentos que talvez entrem em conflito com princípios bíblicos. (w88 15/10 pp. 28-29; w82 15/12 pp. 25-29; w75 pp. 639-640) Embora participar em terapias de grupo realizadas por um profissional seja assunto de decisão pessoal, se o cristão não for discreto, ele pode acabar revelando fatos confidenciais sobre outros membros da congregação durante essas sessões.

A última frase do parágrafo chama a atenção para uma das opções de tratamento, que é a terapia de grupo, onde as vítimas conversam em grupo sobre o que lhes aconteceu. Para esse caso, o texto alerta que, caso a vítima não mantenha a discrição, nomes de Testemunhas podem ser citados. Essa é uma possibilidade – e ser ela aqui mencionada deixa evidente qual é a preocupação do Corpo Governante. Caso a vítima seja alertada a não citar nomes, imagine-a diante do grupo a contar o seu caso. Ela pode querer não citar nomes, mas se perguntarem, ela talvez diga que não pode falar. Mas por que não pode falar? Ela está sendo ameaçada por alguém? Quem a está proibindo de falar? Seria apenas natural se ela se calasse em resultado de temer o seu abusador, mas nesse caso ela está se calando em benefício do Corpo Governante. Em conclusão, os anciãos até são orientados a não tentar impedir que a vítima procure a polícia, mas a realidade é que se deseja fazer o possível para que nomes sejam omitidos das autoridades – tudo em razão da imagem.

Em comprovação de que a preservação da imagem é algo de grande preocupação para o Corpo Governante, nota-se que, em 1997, no artigo “Abominemos o que é iniquo” (*A Sentinela* de 1º de janeiro, página 26-29), o assunto “pedofilia” até foi abordado, mas apenas se considerou a hipótese de que isso aconteça entre as Testemunhas, e a palavra “pedofilia” nem sequer foi citada. Em continuação deste assunto, veja abaixo um recorte do *Wachtower Library 2013*; ele retrata uma parte do índice intitulada “abuso de crianças”. As sentenças depois de “praticado por” alistam nominalmente religiões e religiosos, dentre elas as Testemunhas de Jeová. Isto se dá quando se faz

referência à revista *A Sentinela* de 1º de janeiro de 1997. Mas note que “Testemunhas de Jeová” aparece apenas como “cristãos”.



Conforme foi visto à página 67, o nome “Testemunha de Jeová” foi adotado depois de se classificar como inadequados diversos outros, dentre eles o nome “cristão”; para este, a justificativa apresentada foi que ele já havia perdido seu sentido original. Agora, numa situação em que o contexto requeria o seu uso, o nome “Testemunha de Jeová” mostrou-se inconveniente – e essa atitude só se explica se se considerar a preservação da imagem como um fator preponderante.

Como o Corpo Governante tomou a decisão de apontar o dedo para outras religiões, enquanto faz silêncio sobre o que acontece em seu próprio quintal, as Testemunhas de Jeová, de modo geral, creem que a sua própria religião está isenta de culpa quanto a acobertamento de pedofilia em seu meio. Quanto a isso, estão muito enganadas.

- As descobertas de Barbara Anderson

Barbara Anderson, de New York, Estados Unidos, foi batizada como Testemunha de Jeová em 1954, à idade de 14 anos. Em 1959 casou-se com Joe Anderson e juntos se dedicaram intensamente ao serviço de evangelização conforme praticado pelas Testemunhas de Jeová. Em 1982 o casal foi convidado a prestar serviço na sede administrativa no bairro de Brooklyn, cidade de Nova Iorque, e lá permaneceram até 1992, quando precisaram sair para cuidar dos pais de Barbara, já muito idosos.

Depois de alguns anos na sede, Barbara foi convidada a trabalhar no Departamento de Redação, onde foi designada para auxiliar Karl Adams em um projeto de pesquisa que resultou no livro *Proclamadores do Reino* (lançado em 1993). Nesse meio tempo, Barbara foi tomando conhecimento de alguns

casos de pedofilia praticado por homens Testemunhas de Jeová, mas quanto à dimensão do problema, ela continuava sem saber. Porém, o Corpo Governante deu sinal de que já sabia do problema. Essa indicação surgiu em duas séries de artigos sobre o assunto em duas edições da revista *Despertai!* (edições de 8 de junho de 1985 e de 8 de outubro de 1991). Mesmo assim, nesses artigos nada indica um reconhecimento de pedofilia praticado por Testemunhas, mas apenas fornecem orientações sobre como as vítimas podem ser ajudadas a superar o sofrimento resultante. Mas em resultado de suas habilidades de pesquisas terem sido reconhecidas, a Barbara foi dado também a oportunidade de pesquisar o problema de pedofilia praticada por homens Testemunhas de Jeová. Sobre isso, leiamos o que ela diz:

Devido aos problemas de saúde de meus pais idosos, decidimos encerrar nossa estadia nas instalações da Torre de Vigia de Brooklyn em agosto de 1992, permanecendo ali até o final daquele ano. Entrementes, eu passei um tempo em mais um projeto de pesquisa. Harry autorizou-me a reunir um pacote de informações que alertava e provava ao Corpo Governante que ele tinha um problema sério com o abuso sexual de crianças dentro da organização. No início de Janeiro de 1993, algumas semanas após sairmos da sede, um enorme pacote de informações documentadas compiladas por mim, foi entregue por Harry Peloyan a cada um dos membros do Corpo Governante (o original em inglês pode ser lido nos anexos a este capítulo, página 392).

Conforme era o objetivo da pesquisa, agora o Corpo estava devidamente alertado de que um grave problema de pedofilia imperava dentro da entidade religiosa. O que ele faria com a pesquisa, restava saber; quanto a Barbara, ela deixou a sede muito impactada ao descobrir que, pelas congregações, era de praxe não delatar casos de abuso às autoridades policiais.

Mas, contrário à suas expectativas, a pesquisa feita por ela teve bem pouca influencia sobre o Corpo Governante. Por todas as congregações por todo o mundo continuou em vigor a lei do silêncio, com Testemunhas acusadas de pedofilia circulando livremente entre as demais, e sem que essas sequer soubessem das acusações, o que, desse modo, acabava por elas não prestarem tanto atenção a seus filhos quanto prestariam caso fossem devidamente alertadas. Barbara continuou em contato com a sede, procurando influenciar de alguma forma a política do Corpo com relação à pedofilia. Por meio de carta, alertou contra a permissão de que, enquanto no Salão do Reino, acusados de pedofilia estivessem a pôr crianças no colo, bem como tendo permissão para fazer visitas de evangelização de casa em casa, o que poria em risco também crianças do público em geral. Mas, fora uma ou outra mudança pontual, o Corpo permanecia irredutível.

Em 1998, sentindo-se impotente diante do problema, Barbara encerrou suas atividades como Testemunha de Jeová. Enquanto na religião, ela fez o que pode para proteger as crianças filhas de Testemunhas, mas, diante dos parcos resultados, não lhe era mais suportável permanecer na ativa como

evangelizadora. Nisso, surpreendentemente, ela teve todo o apoio do seu marido, que a compreendia perfeitamente.

Nessa nova condição, no ano 2000 Barbara conheceu Bill Bowen, um ancião Testemunha de Jeová; este, por conta própria, investigava o assunto, e, com o suporte de Barbara, juntos decidiram fazer algo para forçar o Corpo Governante a mudar sua política de proteção a acusados de pedofilia. Com esse objetivo, Bill Bowen renunciou ao cargo de ancião e no ano seguinte, juntamente com Barbara, contatou o programa *Dateline*, da NBC, quando então foi fornecida à equipe de reportagem cópia da pesquisa feita por Barbara enquanto prestava serviço para o Corpo Governante. A produção do programa fez uma pesquisa adicional e, tendo comprovado as acusações, decidiu levar o programa ao ar. Porém, em resultado de ter sido contatado a exercer o direito de reposta, o Corpo Governante tomou conhecimento de que seria denunciado e rapidamente agiu para desacreditar Barbara perante as demais Testemunhas. Leiamos então as palavras dela:

Após contatar a NBC mais uma vez com a finalidade de saber quando o programa iria ao ar, ao final de abril de 2002 foi informado à Torre de Vigia que ele seria exibido em 28 de maio de 2002. Imediatamente, oficiais da Torre de Vigia notificaram os anciãos locais para agendar audiências judicativas conosco. No início de maio, provei aos anciãos que não era culpada das acusações feitas contra mim. Dentro de alguns dias, os anciãos locais agendaram uma nova audiência judicativa com novas acusações inventadas. Eu me recusei participar desta reunião, pois me parecia inútil; se eu refutasse essas acusações, era óbvio que eles viriam vez após vez com cargas maiores sobre mim. Em todo o caso, fui posteriormente desassociada em 19 de maio de 2002, sob a acusação de causar divisões.

Algumas das outras Testemunhas denunciantes que apareceram no programa foram também desassociadas na mesma época. Membros desassociados são encarados como pecadores não arrependidos e devem ser desacreditados; isso é uma jogada astuta da Torre de Vigia. Era óbvio que fui desassociada pouco antes da exibição do programa para que as Testemunhas que o assistissem não me levassem a sério (o original em inglês pode ser lido nos anexos a este capítulo, página 393).

Logo após a desassociação de Barbara, todas as congregações dos Estados Unidos receberam uma carta do Corpo Governante, que devia ser lida para todas as Testemunhas alguns dias antes de o programa ser exibido. Como o marido de Barbara, Joe Anderson, ainda era ancião, este lera a carta com antecedência e verificou que nela havia muitas calúnias a respeito de sua esposa. Este então optou por renunciar ao cargo de ancião. Posteriormente, tendo entrado em contato com a sede para que estes se explicassem, Joe ouviu de um responsável que ele devia ter mais controle sobre a esposa. Algum tempo depois Joe também foi desassociado sob a acusação de estar causando divisão.

Como recomendado pelo Corpo Governante, as ações de Barbara em defesa dos filhos de Testemunhas de Jeová resultaram em mais uma família destruída; pois o seu filho, conforme conto no primeiro capítulo, preferiu ficar com a religião e cortou toda a comunicação com os pais (veja a página 34).

Mas a decisão de Barbara não foi em vão. Desde que ela e Bill Bowen foram à mídia, em 2002, a imprensa, com bem mais frequência, tem tornado pública a maléfica política de sigilo do Corpo Governante. E Barbara (foto na próxima página) continua na ativa.

Atualmente ela administra o site <http://watchtowerdocuments.org/> onde disponibiliza uma farta documentação que escancara o grave problema de pedofilia na religião das Testemunhas de Jeová. Juntamente com Barbara, Bill Bowen criou o site <http://www.silentlambs.org/>, que segue a mesma linha editorial.

Dentre muitos outros documentos, o silentlambs.org nos scandaliza ao divulgar, com base em fontes internas, que em Nova Iorque, nos escritórios do Corpo Governante, há um banco de dados com mais de 23 000 nomes de supostos pedófilos Testemunhas de Jeová. “Supostos” porque esse banco de dados foi sendo elaborado, conforme vítimas denunciavam tais aos anciãos, mas não conseguiam comprovar a acusação por falta de uma testemunha (duas testemunhas são a vítima e uma testemunha). Para o Corpo Governante, essa foi a forma mais apropriada que achou para fazer face ao problema de pedofilia em seu meio religioso. Com isso, se uma segunda acusação chegar à sede, mesmo que parta de outra congregação e envolva *outro* caso, o acusado passa a estar bíblicamente enquadrado na regra de pelo menos duas testemunhas. Isso naturalmente não significa que os anciãos vão levar o caso à polícia, mas apenas que o acusado, se não demonstrar arrependimento, poderá sofrer alguma punição por parte da congregação. Essa opção por um banco de dados parece louvável, mas isso requer que uma segunda criança seja abusada, e não só isso, mas que esse segundo abuso também chegue aos ouvidos dos anciãos. Conquanto isso não aconteça, o abusador pode fazer várias vítimas até que uma segunda denúncia seja feita. Para mais informações sobre o banco de dados mantidos pelo Corpo Governante, acesse o link <http://www.silentlambs.org/answers/23720.cfm>

As informações a respeito de Barbara Anderson foram colhidas de sua autobiografia, conforme consta no seu site, no seguinte endereço: <http://watchtowerdocuments.org/life-discoveries-barbara-anderson/>

- Enfim, nos tribunais

Por mais que o Corpo Governante tenha procurado manter silêncio sobre a pedofilia em seu meio, ele não conseguiu evitar que muitos casos chegassem aos tribunais, em especial nos Estados Unidos e na Inglaterra.



http://www.bishop-accountability.org/news2007/01_02/2007_01_23_AP_CourtDismisses.htm

Então, uma vez nos tribunais, a autoridade religiosa tem procurado de todos os meios isentar-se de responsabilidade, ora por dizer que os acusados não ocupavam cargos importantes, ora por se recusar a colaborar com as autoridades no processo de investigação. Como último recurso, segundo Barbara Anderson, com o fim de impedir que processos percorram as diversas instâncias legais, o Corpo Governante, por meio de seus advogados, tem ido às antessalas da justiça e feito acordos financeiros com as vítimas, condicionando a que estas retirem o processo contra a instituição religiosa.

Mas nem todos os casos acabam em acordos financeiros. Prova disso é a seguinte manchete do *The New York Times* de 17 de junho de 2012:

CTIONS

HOME SEARCH

The New York Times

U.S.

Jehovah's Witnesses Told to Pay in Abuse Case

THE ASSOCIATED PRESS JUNE 17, 2012

 Email

 Share

OAKLAND, Calif. (AP) — A Northern California jury has awarded \$28 million in damages to a woman who said the Jehovah's Witnesses allowed an adult member of a Fremont, Calif., church to molest her when she was a child.

TRADUÇÃO:

Testemunhas de Jeová assumem pagar por caso de abuso

OAKLAND, Califórnia (AP) – um júri do norte da Califórnia concedeu US\$ 28 milhões em danos a uma mulher que disse que as Testemunhas de Jeová consentiram quando um membro adulto da igreja em Fremont, Califórnia, a molestou quando ela era criança.

Link para a íntegra da reportagem:

<http://www.nytimes.com/2012/06/18/us/28-million-awarded-in-jehovahs-witnesses-abuse-case.html>

228

A reportagem conta o caso de Candace Conti.

Essa, agora jovem mulher, foi abusada por Jonathan Kendrick dos nove aos dez anos, nos anos 1995 e 1996. Mas a sua condição de criança e as convicções religiosas a impediram de denunciar Kendrick à família e aos anciãos. Porém, quando adulta, ao saber que havia outras vítimas, sentiu-se culpada e relatou seu caso aos anciãos. Estes ouviram o acusado, que negou tudo e os anciãos tomaram Kendrick por inocente. Isso acabou por induzir Conti a levar o caso à polícia; surpreendentemente, investigações revelaram que antes de Conti ser abusada os anciãos já sabiam que Kendrick era pedófilo. O resultado, conforme relatado pelo jornal *The New York Times*, foi a condenação tanto de Kendrick, bem como da Torre de Vigia, a entidade legal das Testemunhas de Jeová. A multa inicial, conforme conta o jornal citado, foi de 28 milhões de dólares, dos quais 60% seria pago por Kendrick, e 40%, pela Torre de Vigia. Mas a entidade religiosa entrou com recursos e a multa atual está estimada em 2,8 milhões de dólares para a Torre de Vigia. Quanto à parte que cabe a Kendrick, o advogado de Conti não espera receber, pois, segundo ele, Kendrick não tem condição de pagar.

Pelo que é de conhecimento público, dezenas de outros casos correm nas varas criminais dos Estados Unidos e da Inglaterra. Os mesmos jornais que antes apontavam pedofilia entre as demais igrejas, agora também apontam pedofilia entre as Testemunhas de Jeová; assim como se acusou as demais religiões de acobertar as acusações, agora a Torre de Vigia é igualmente acusada dos mesmos erros. Mas conforme salientei anteriormente, essa organização preferiu guardar silêncio quanto às acusações de que é alvo. É notável também que, desde que essas acusações se tornaram de conhecimento público, mais especificamente nos últimos quinze anos, as revistas *A Sentinela* e *Despertai!* praticamente se calaram quanto às acusações de que são alvo as demais igrejas.

No estágio atual, há uma grande expectativa por parte de muitas outras vítimas sobre o que fazer. Caso a justiça nos países citados dê ganho de causa há mais vítimas, isso pode incentivar a que mais e mais vítimas entrem com ações semelhantes, e a Torre de Vigia poderá então perder grandes somas de dinheiro, assim como aconteceu com outras igrejas, a respeito das quais a organização religiosa fez questão de denunciar em suas revistas.

Diante dessa perspectiva, a que se responder com que dinheiro a Torre de Vigia irá pagar essas vítimas. Como é sabido de muitos, a obra de evangelização das Testemunhas de Jeová é mantida, na sua maior parte, por donativos, sendo que os principais e maiores doadores são as próprias Testemunhas. Outra parte advém de investimentos desses donativos em ações, e ainda outra parte são donativos do público em geral, que muitas vezes o fazem quando recebem um livro ou uma revista de alguma Testemunha de Jeová.

Pois é exatamente desse dinheiro que são custeados todas as despesas envolvendo processos judiciais, inclusive as indenizações a vítimas de abuso e os honorários advocatícios de quem defende a Torre de Vigia. Será que essa conclusão é verdadeira? Não, segundo o Corpo Governante:

Cem por cento de todos os donativos é usado para manter essa obra educativa bíblica, mundial, visto que todos os colaboradores são voluntários e não se pagam salários nem comissões a ninguém na organização (*Nosso Ministério do Reino* de janeiro de 2000, página 8).

Porém, no ano de 2014, uma Testemunha de Jeová no Reino Unido escreveu uma carta à filial sediada naquele país e perguntou se seu dinheiro era usado para custear processos judiciais em curso. Para a surpresa dela, duas respostas lhe foram enviadas, ambas com oito dias de diferença, e ambas com respostas contraditórias. Enquanto que a primeira era afirmativa, a outra dizia enfaticamente que *todos os donativos* eram usados para custear o serviço de evangelização. Quais das respostas são verdadeira, ninguém sabe; mas resta então a pergunta: se os custos desses processos não são cobertos por donativos, qual é então a fonte dos recursos? Porém, caso a primeira resposta seja a verdadeira, e estou propenso a crer que é exatamente essa a verdade, há que se perguntar aos doadores se estes aceitam que seus recursos sejam usados no custeio de processos em que a Torre de Vigia é acusada de acobertar pedófilos.

Para mais informações sobre o conteúdo das cartas contraditórias, acesse o seguinte endereço:

<http://jwsurvey.org/cedars-blog/which-one-is-the-answer-watchtower-sends-two-replies-to-one-letter>

- O caso Austrália

Este capítulo já estava em fase de conclusão quando, na última semana de julho de 2015, alguns dos principais jornais internacionais trouxeram à baila o nome Torre de Vigia. Segundo as fontes, na Austrália, por cerca de 60 anos, essa organização religiosa deixou de notificar às autoridades mais de 1000 casos de abuso de menores. Acompanhe pelas imagens alguns dos portais que divulgaram a notícia:

Visual Networks - Comer - Blogger: Painel do Blogg... Email - louro neves - Out... Jehovah's Witnesses face... Coursvaldo

The Washington Post (WP Company Llc) [US] https://www.washingtonpost.com/world/asia_pacific/jehovahs-witnesses-face-child-sex-abuse-investigation-in-australia/

Sections Sign In Subscribe

f t g+ e + More

Jehovah's Witnesses face child sexual-abuse investigation in Australia

A Save for Later Reading List



Most Read

- 1 Watch this trained eagle destroy a drone in a Dutch police video
- 2 Airbnb slammed for offering rooms with a view in Jewish settlements
- 3 Young South Koreans call their country 'hell' and look for ways out
- 4 'Eyewash': How the CIA deceives its own workforce about operations
- 5 Colombia is preparing for peace. So are the...

14:09 02/02/2016

https://www.washingtonpost.com/world/asia_pacific/jehovahs-witnesses-face-child-sex-abuse-investigation-in-australia/2015/08/14/d8a58eda-406e-11e5-9561-4b3dc93e3b9a_story.html

Visual Networks - Blogger: Pontos - Email - louro ne... Facebook - Australia Jehovah's - Pontos de Fé: Sili... Lourivaldo Sam... Coursvaldo

www.bbc.com/news/world-australia-33673240

BBC Sign in News Sport Weather Shop Earth Travel More Search

Notifications

NEWS

Home Video World UK Business Tech Science Magazine Entertainment & Arts Health World News TV More

World Africa Asia Australia Europe Latin America Middle East US & Canada

Australia Jehovah's Witnesses 'did not report 1,000 alleged abusers'

27 July 2015 | Australia



Top Stories

- Up to four million Zika cases predicted 41 minutes ago
- Armed man arrested at Disneyland Paris 4 minutes ago
- Barbie now in 'curvy, tall and petite' 1 hour ago

Features & Analysis

16:23 28/01/2016

<http://www.bbc.com/news/world-australia-33673240>



231

<http://cnn.espanol.cnn.com/2015/08/03/testigos-de-jehova-en-australia-ocultaron-mas-de-1-000-casos-de-abuso/>

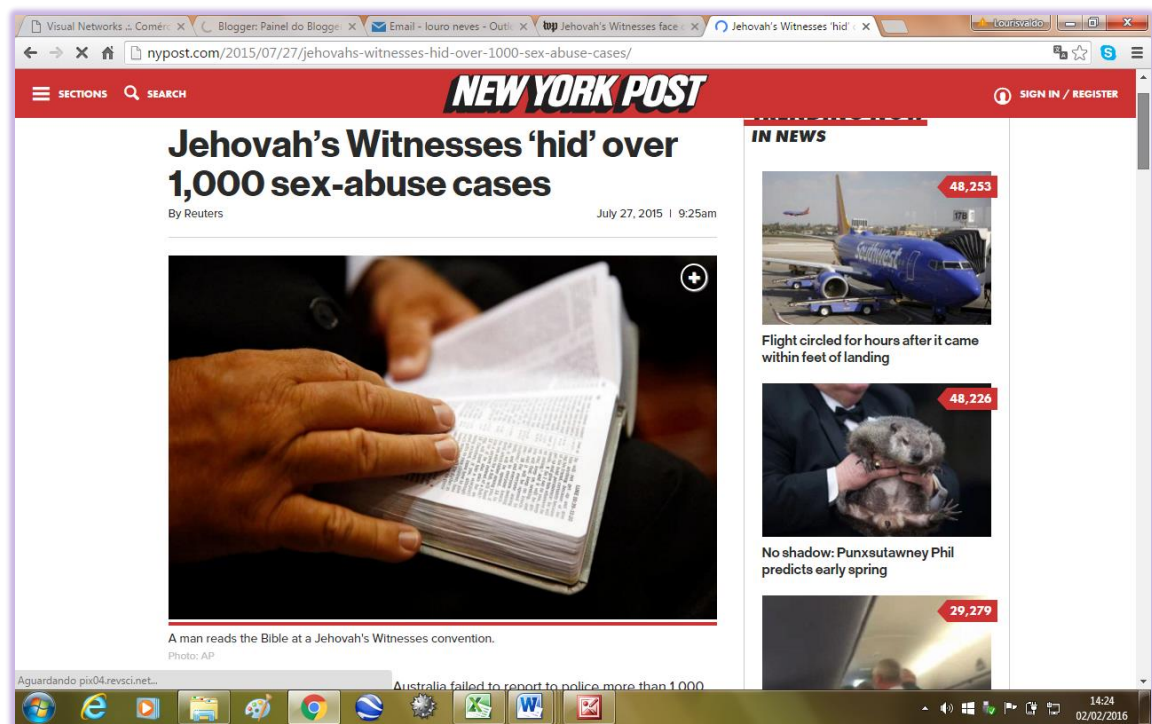


<http://www.elmundo.es/internacional/2015/07/27/55b5eae946163f931b8b456f.html>



232

<http://www.theguardian.com/australia-news/2015/jul/27/jehovahs-witnesses-did-not-report-1000-child-abusers-inquiry-hears>



<http://nypost.com/2015/07/27/jehovahs-witnesses-hid-over-1000-sex-abuse-cases/>

Reportagem da CNN, legendada:



233

<https://www.youtube.com/watch?v=7r1xmVaZiA0>

Todo esse escândalo veio à tona depois que o governo australiano montou uma comissão exclusiva para investigar organizações religiosas e entidades diversas sobre como tratavam os casos de pedofilia de que tomavam conhecimento.

No que toca às Testemunhas de Jeová, foram tomados os depoimentos de várias vítimas de abuso, e também representantes da religião na Austrália foram interrogados a respeito de como lidavam com os casos de pedofilia. O que ficou claro nos depoimentos desses representantes é que eles tinham muito pouca margem de manobra para lidar eficazmente com a questão, pois os regulamentos elaborados pelo Corpo Governante, com raras exceções, aplicam-se por igual no mundo inteiro, e foi o que de fato resultou em mais de 1000 acusações de atos de pedofilia ficar ocultos das autoridades naquele país.

Como por essa ocasião estava em visita à Austrália o Sr. Geoffrey Jackson, do Corpo Governante, ele foi convocado a depor sobre o caso e foi interrogado por três longas horas. O Sr. Jackson, mesmo depois de ter feito o juramento de dizer a verdade, somente a verdade, e nada além da verdade, esforçou-se muito para amenizar a responsabilidade da liderança religiosa. O seu depoimento legendado pode ser visto na íntegra neste endereço:

https://www.youtube.com/watch?v=c8QEPuvJ6sY&index=3&list=PLcso3vNaGEiKJBgLRPycl-B0_IMCPWP8y

No interrogatório, foi surpresa para muitos quando o Sr. Jackson foi confrontado com outra referência bíblica sobre como lidar com estupro, que, em essência, é o que acontece em um abuso sexual de criança. Como pode ser lido abaixo, diferentemente das outras referências bíblicas que exigem pelo menos duas testemunhas do ato, quando a Bíblia fala especificamente sobre estupro, apenas a palavra da vítima é suficiente para que o acusado seja condenado (no vídeo, isso consta a partir do tempo 1h39min). .

Se uma virgem estiver noiva de um homem, e outro homem a encontrar na cidade e se deitar com ela, então vocês devem levar ambos para fora, ao portão daquela cidade, e apedrejá-los até a morte; a moça, por não ter gritado na cidade, e o homem, por ter humilhado a esposa do seu próximo. Assim, elimine o mal do seu meio. Mas, se o homem encontrou no campo a moça que era noiva, e a dominou e se deitou com ela, então só o homem que se deitou com ela deve morrer; não faça nada à moça. A moça não cometeu um pecado que mereça a morte. Esse caso é igual ao de um homem que ataca seu próximo e o assassina. Pois ele a encontrou no campo, e a moça que era noiva gritou, mas não houve quem a socorresse (Deuteronômio 22: 23-27).



A Comissão Real Australiana foi criada para investigar casos de abuso sexual de menores dentro de instituições seculares e religiosas. Não se trata de um tribunal para julgar tais casos, mas apenas para investigar e redigir informação que servirá para futuras ações por parte do estado australiano.

Imagem: <http://www.skynews.com.au/news/local/brisbane/2015/08/14/inquiry-to-hear-from-top-jehovah-member.html>

Texto: <http://desperta.weebly.com/notiacutecias/divulgado-relatorio-da-comissao-real-australiana-para-abusos-sexuais-de-criancas-sobre-as-politicas-organizacionais-das-testemunhas-de-jeova>

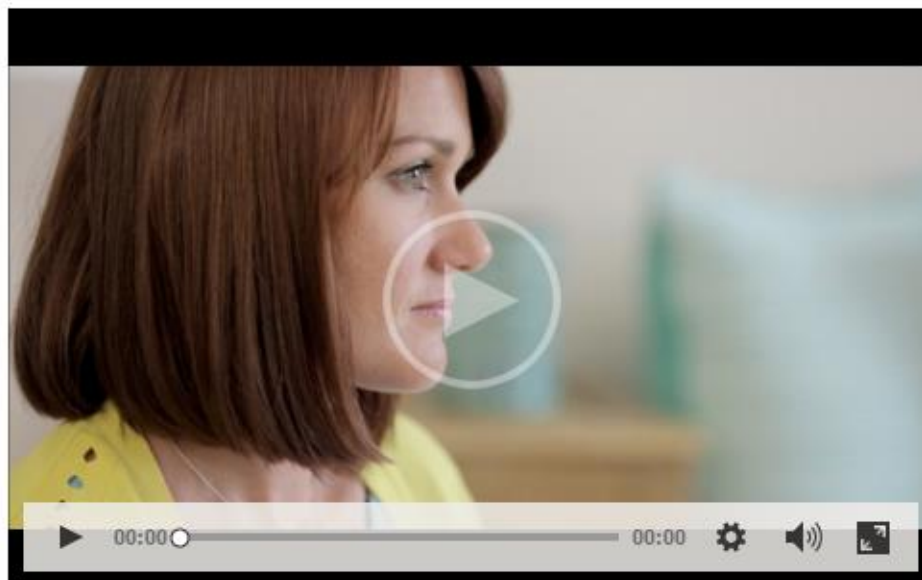
No endereço também consta um link para a íntegra do relatório da comissão, que foi publicado no mês de fevereiro deste ano.

Na data em que escrevo isso, em abril de 2016, talvez seja oportuno perguntar se as Testemunhas de Jeová do mundo inteiro já tomaram conhecimento dessas acusações. Levando em consideração que as revistas *A Sentinela* e *Despertai!* noticiaram por muitos anos acusações do tipo contra outras religiões, conforme mostrado no começo desta *parte B*, seria apenas justo e cristão que a organização Torre de Vigia também divulgasse nessas mesmas revistas que ela agora sofre acusações idênticas.

Mas não, absolutamente nada foi publicado até agora. Mas o silêncio não foi absoluto. No auge do escândalo, logo depois que as notícias começaram a circular, a entidade religiosa disponibilizou em seu site um vídeo de cerca de três minutos, onde encena o relato de uma mulher que foi abusada na infância e *somente* encontrou apoio e compreensão quando as Testemunhas de Jeová bateram à sua porta.

Jeová fez muita coisa por mim

Crystal foi vítima de abuso sexual quando era criança. Mas, depois que aprendeu o que a Bíblia ensina, ela começou a ter uma amizade com Jeová Deus e encontrou um objetivo na vida.



O que cito a seguir é a transcrição do primeiro minuto do vídeo:

Quando eu tinha 14 anos, coisas que aconteceram no meu passado começaram a afetar meu lado emocional. Eu achava que tudo o que tinha acontecido era culpa minha. Eu até tentei me matar. Eu era menina e um amigo da família abusou de mim e ele fez isso por muitos anos. Eu não contei pra ninguém o que estava acontecendo, nem pra meu pai. Tentei fazer de conta que nada tinha acontecido e esquecer tudo. Eu lembro que meu pai frequentou várias religiões naquela época. E um dia as Testemunhas de Jeová bateram em casa. A sinceridade delas era evidente. Elas se importavam muito com a gente e elas nos ajudaram a conhecer a Jeová e a Bíblia.

<https://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/atividades/principios-biblicos-em-acao/vitima-abuso-infancia-video/>

Testemunhas de Jeová que assistiram a esse vídeo sem saber dos noticiários, evidentemente não entenderam o porquê de sua publicação. Quem estava por dentro das notícias, deve ter feito alguma correlação e, levando em conta que o Corpo Governante já as predispôs a crer que tudo o que se diz contra a religião é apenas invenções dos opositores (veja o capítulo 6), é bem possível que muitas Testemunhas tenham concluído exatamente isso.

E é tudo isso que o Corpo Governante deseja. Ele sabe que as acusações são verdadeiras, sabe que nesse país, em cerca de 60 anos, deixaram de denunciar mais de 1000 pedófilos às autoridades. Até está convicto de que fez a coisa certa, segundo a interpretação que faz da Bíblia. Porém, neste caso específico, fazer uma confissão não cairia bem à imagem e, como já vimos, a imagem parece-lhe algo a ser resguardada a qualquer custo – apesar de que, paradoxalmente, se sente bem à vontade para apontar o dedo para outras religiões – como fica evidente em mais uma de suas revistas:

Ironicamente, os acusados são da Austrália:

Na Austrália, uma crítica do livro *The Battle and the Backlash: The Child Sexual Abuse War*, algo como “A Batalha e os Reflexos Negativos: A Guerra do Abuso Sexual de Crianças”, comentou a respeito do abuso de menores praticado por clérigos e outros em cargos de confiança. Dizia que as organizações envolvidas aparentemente se preocupam em minimizar o prejuízo causado a sua própria imagem, e em proteger a si mesmas em vez de as crianças indefesas (*Desperta!* de 8 de abril de 1999, páginas 6,7).

Veja nos anexos a este capítulo, página 393, uma carta enviada por mim ao escritório da Torre de Vigia no Brasil, na qual concedo a ela a oportunidade de se explicar sobre as acusações aqui apresentadas.

Parte C: **Finanças**

Quem é Testemunha de Jeová sabe com quanta frequência a organização Torre de Vigia publica alertas contra a ostentação financeira e a busca desenfreada por bens materiais.

Os alertas geralmente são assim justificados: Visto que estamos tão próximos do fim deste velho mundo, então não vale a pena investir tempo e recursos em grandes empreendimentos financeiros, o que, por sua vez, torna desnecessário investir tempo e recursos em cursos universitários; em contrapartida, todos os seu tempo e recursos devem ser gastos no serviço de evangelização, o que significa agir de acordo com a ordem de Cristo de buscar primeiro o Reino (Mateus 6: 33).

237

Seguindo esse conselho, as Testemunhas de Jeová de modo geral não fazem cursos universitários e, em consequência, nas épocas de crises muitas delas veem-se despreparadas para enfrentar o competitivo mercado de trabalho, bem como condiciona há muitas a não ter uma vida digna quando idosas. Também é em harmonia com essa recomendação, e na expectativa de que um novo mundo está às portas, que muitos casais Testemunhas decidem também não ter filhos; então, quando tardam o novo mundo e um cônjuge falece, o outro, geralmente já idoso, fica a depender da boa vontade das demais Testemunhas e de familiares não imediatos, os quais muitas vezes, em razão de não serem Testemunhas, não tiveram a sua amizade por quase toda a vida. E é particularmente desesperadora a situação de uma Testemunha que, depois de ter seguido os ditames da religião por toda a vida, por uma ou outra razão acaba por ser desassociada ou dissocia-se quando já em idade avançada. Nessas condições, sem nenhuma possibilidade de poder recorrer às Testemunhas em busca de ajuda, resta-lhe pedir ajuda a um parente ou viver em um asilo (como exemplo de alguém a quem só restou o asilo, veja o livro *Em Busca da Liberdade Cristã*, de Raymond Franz, páginas 422-426).

Em razão dessa postura adotada pela Torre de Vigia, as Testemunhas de Jeová acabam por formar uma comunidade religiosa com baixa escolaridade e baixa condição financeira, e também é possível que essa condição seja também alimentada pela maior facilidade que têm as pessoas mais instruídas de detectar possíveis falhas e, em consequência, dissociar-se da religião, ou nem mesmo a ela associar-se. Em apoio dessa última afirmação, pode-se citar o fato de que nos países desenvolvidos, de modo geral, o crescimento do número de Testemunhas ultimamente tem sido ínfimo ou nulo; o Japão, por exemplo, que é um país muito escolarizado, tem tido crescimento negativo há vários anos (veja capítulo 8, páginas 328 e 329).

Agora cabe perguntar: será que o Corpo Governante toma para si esse mesmo estilo de austeridade econômica?

○ Como a obra é financiada

Desde os seus primórdios, há cerca de 140 anos, quando teve início a religião das Testemunhas de Jeová, foi decisão de seu fundador, Charles T. Russell, não fazer expressamente pedido de dinheiro a pessoas individuais, seja dos fiéis, seja do público em geral. Também este decidiu não adotar o dízimo. Os custos iniciais da obra foram arcados pelo próprio Russell, que, sendo um homem de posses, desfez-se do patrimônio e investiu todo o seu dinheiro na obra de evangelização. Assim, como meio de financiar a obra em expansão, a opção foi por estipular uma pequena taxa pelos livros comercializados, bem como disponibilizar meios para que, quem desejasse, pudesse fazer donativos de qualquer valor. Obviamente, as pessoas mais propensas a doar foram aquelas que acreditaram nas mensagens apocalípticas de Russell.

E esse ainda é o caso nos dias atuais. Por todo o mundo, é por meio de donativos que se faz a obra de evangelização, sendo que os maiores e principais doadores são as próprias Testemunhas de Jeová. Mas conforme foi abordado inicialmente, as Testemunhas em geral não são pessoas de posses. Nem por isso são desencorajadas a doar; e com o fim de estimular doações até mesmo pelos mais carentes, a literatura da Torre de Vigia com muita frequência trás à lembrança o caso da viúva que doou para o Templo suas duas únicas moedinhas (Lucas 21:2-4); dessa forma, as Testemunhas são estimuladas a doar ainda que tenham muito pouco, e como a viúva, talvez tudo o que tenham. Ilustrativo desse incentivo à doação é uma revista *A Sentinela* de 1994.

Quando dedicamos nossa vida a Jeová, na realidade dizemos que tudo o que temos, todos os nossos recursos, pertencem a ele. Então, como devemos usar aquilo que possuímos? Ao falar do serviço cristão na congregação, o irmão C. T. Russell, primeiro presidente da Sociedade Torre de Vigia (dos EUA), escreveu: “Cada um deve considerar-se designado pelo Senhor para administrar seu próprio tempo, influência, dinheiro, etc., e cada um deve procurar usar esses talentos segundo o melhor de suas habilidades, para a glória do Amo.” — *The New Creation* (A Nova Criação), página 345.

“O que se procura nos mordomos é que o homem seja achado fiel”, declara 1 Coríntios 4:2. As Testemunhas de Jeová, como organização internacional, procuram viver à altura desta descrição, gastando o tanto quanto possível do seu tempo no ministério cristão, cultivando bem suas habilidades de ensino. Além disso, equipes de voluntários, sob a direção de Comissões Regionais de Construção, oferecem de bom grado seu tempo, sua energia e seu conhecimento para construir excelentes salões de reunião como lugares de adoração. Jeová se agrada bem de tudo isso.

De onde vem o dinheiro em apoio desta vasta campanha de ensino e de construção? Daqueles de coração disposto para isso, assim como se deu nos dias da construção do tabernáculo. Será que nós, individualmente, participamos nisso? Demonstra o modo em que usamos nossos recursos financeiros que o serviço de Jeová é de importância primária para nós? Em

questões financeiras, sejamos administradores fiéis (*A Sentinela* de 1º de dezembro de 1994, páginas 15,16).

Como ficou claro na citação acima, as Testemunhas de Jeová são levadas a acreditar que, assim que se dedicam à religião como membros efetivos, passam a estar totalmente comprometidas com Deus, sendo que uma consequência disso é que Deus, e não elas, é que passa a ser o verdadeiro proprietário de todos os seus recursos (dinheiro, tempo e disposição). Deixar de investir dinheiro, tempo e disposição na obra de evangelização, ou ao menos fazer isso com reservas, sem disposição, faz com que a Testemunha incorra em outro pecado, que é frequentemente lembrado na literatura da Torre de Vigia. Esse pecado está registrado no primeiro capítulo do livro bíblico de Malaquias. Nesse capítulo lemos que os israelitas, em razão de falta de apreço pelas coisas sagradas, ofereciam como sacrifícios animais deficientes, e esses, em razão dessa atitude, foram incentivados por Deus a oferecer esses mesmos animais ao Governador – ato que os faria reconhecer quão abusiva era a atitude deles. Foi com base nesse argumento divino que a autoridade religiosa fez circular entre as Testemunhas o conceito de que “Deus merece sempre o seu melhor”. E esse melhor envolve a pessoa gastar-se por inteira no serviço de evangelização, ou seja, “fazer o máximo para Jeová”. Assim, se a Testemunha vê que pode fazer um pouco mais, seja doar mais em dinheiro, gastar mais horas no serviço de casa em casa, se pode viajar com recursos próprios e por conta própria viver em um território mais carente de evangelizadores, então esse é o seu “máximo” e ela é incentivada a fazer isso (veja o capítulo 8, página 326).

O resultado disso é que a empresa Torre de Vigia, ao longo de sua história, tem-se tornado beneficiária de uma quantidade crescente de mão de obra gratuita, a qual, nos dias atuais, ascende a cerca de oito milhões de pessoas espalhadas por todo o mundo. Essa mesma mão de obra, além de atuar no serviço de evangelização, cuja parte fundamental é a “comercialização” dos livros produzidos pela Torre de Vigia, ainda é aproveitada para serviços variados nas muitas dezenas de gráficas e escritórios da empresa espalhados por todo o mundo.

Como a Torre de Vigia adotou esse regime diferenciado de uso de mão de obra, preferindo custear as despesas pessoais de seus voluntários a pagá-lhes um salário digno, como fazem as empresas comerciais, tornou-se necessário construir ou comprar verdadeiros conjuntos habitacionais nos arredores das gráficas, e todos eles, dispondo dessa moradia “gratuita”, passam também a ter cuidados médicos, alimentação e vestuário, além de uma pequena mesada para despesas pessoais. Na época atual, em resultado de conquistas da classe trabalhadora de modo geral, muitos governos têm exigido de instituições religiosas o custeio de alguns direitos trabalhistas de seus funcionários – mesmo que estas atuem sob a bandeira do trabalho voluntário e tenham isenção de impostos. No Brasil, somente a partir de 1979 é que a Torre de Vigia passou a pagar o INSS de seus funcionários, e muito provavelmente em razão de que desde então passou a ser uma exigência legal (a respeito disso, agradeço muito ao forista “Geração”, do fórum

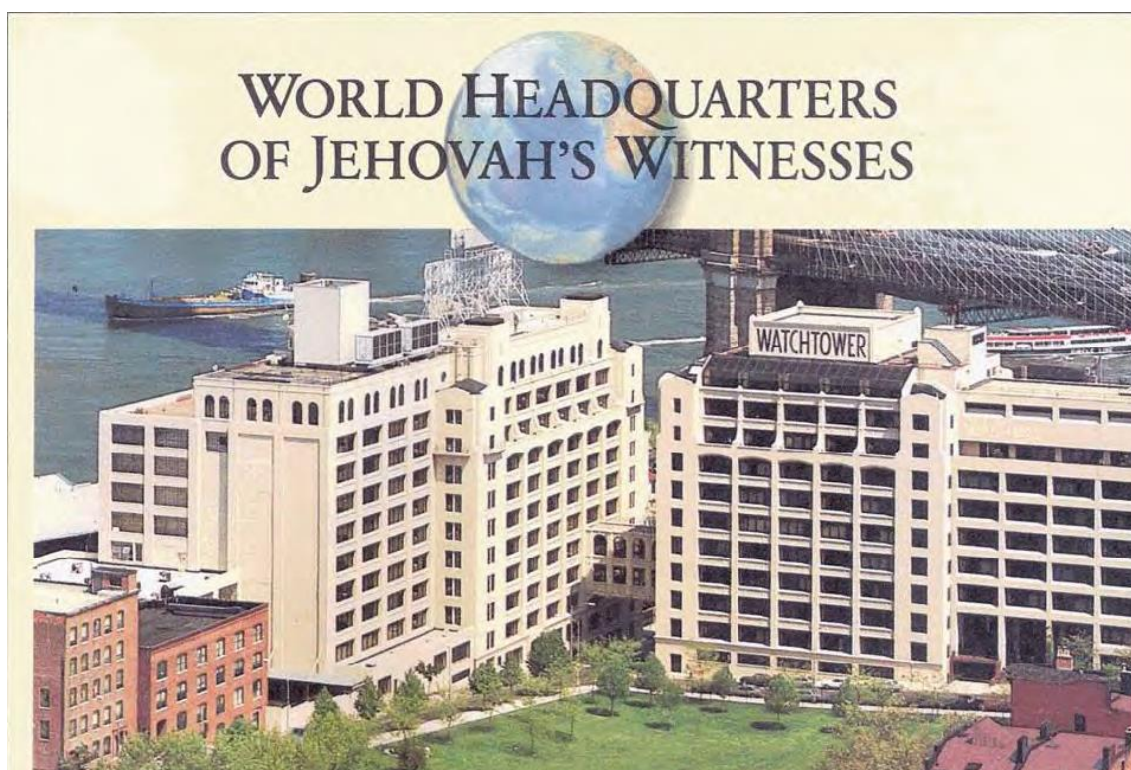
extestemunhasdejeova.net, por ter-me fornecido essas informações tão importantes).

- Patrimônio imobiliário da Torre de Vigia

Em razão do modelo administrativo adotado, a Torre de Vigia tem conseguido acumular um patrimônio bilionário ao longo de seus cerca de 140 anos de existência.

As primeiras fotos mostradas a seguir compõem a sede mundial na cidade de Nova Iorque. Porém, recentemente o Corpo Governante comprou terras na região norte do estado de Nova York e lá constrói a nova sede (veja o capítulo 8, páginas 333 a 337). Em razão disso, pôs à venda os prédios da velha sede e até esta data, maio de 2016, alguns destes já foram vendidos.

Em cada foto, as legendas em português foram acrescentadas por mim.



Alguns dos prédios residenciais
para acomodar os trabalhadores
da sede mundial

*Some of the
residence buildings
for the thousands
who serve at the
world headquarters*

353



354

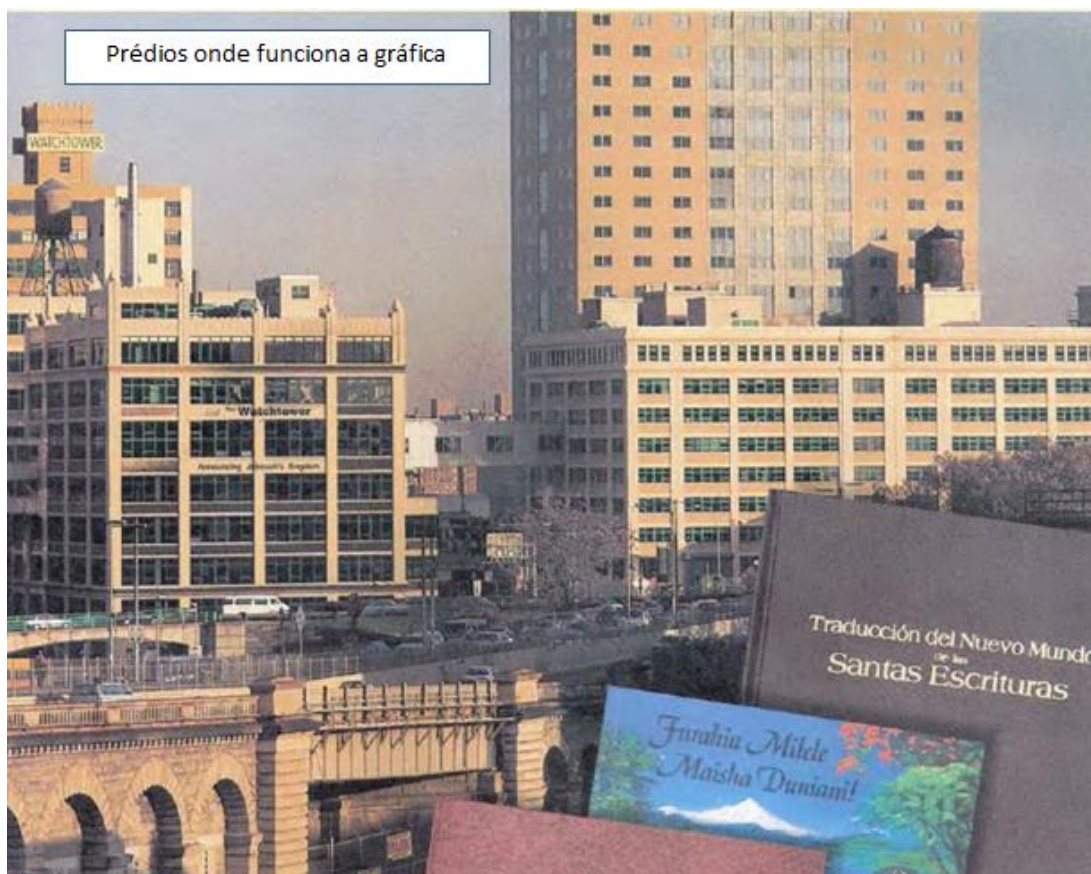
*Former hotels in
Brooklyn renovated
to provide room
for 1,476 more
volunteer workers*



Hotéis de Brooklyn comprados e reformados para acomodações de trabalhadores voluntários

Housing for Bethel Family

Prédios onde funciona a gráfica



243

Prédio para produção de fitas de áudio (década de 1990)



Patrimônio da Torre de Vigia em outros países

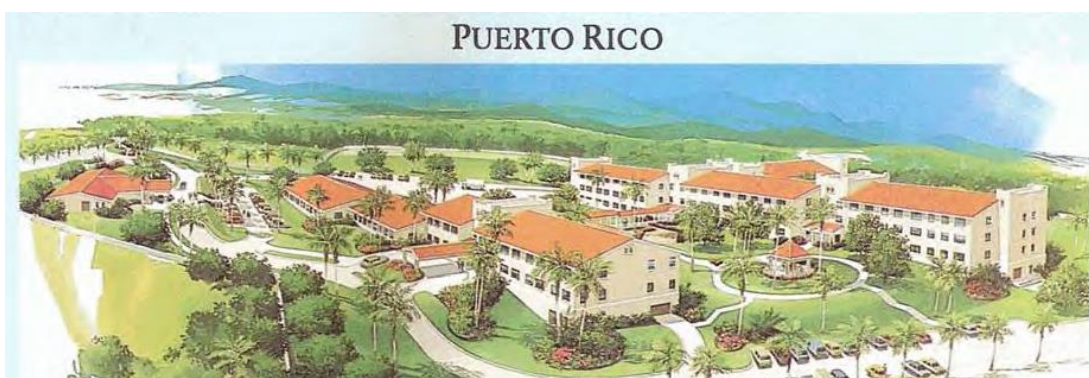
MEXICO

363

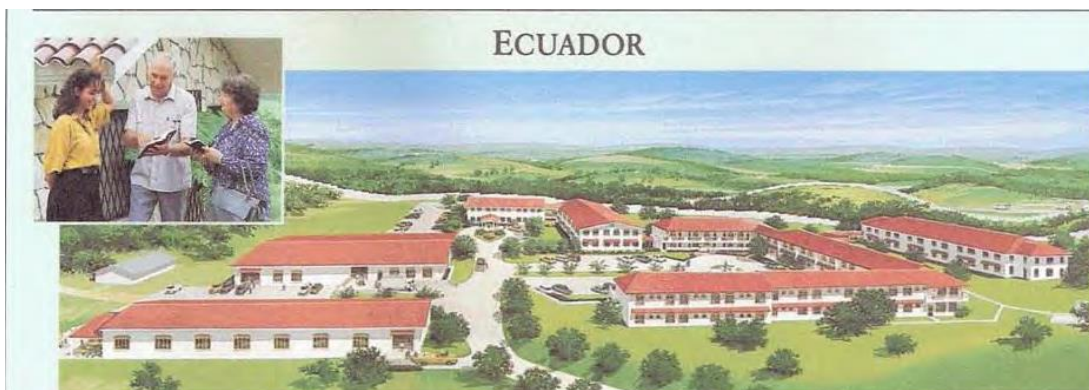


244

PUERTO RICO



ECUADOR



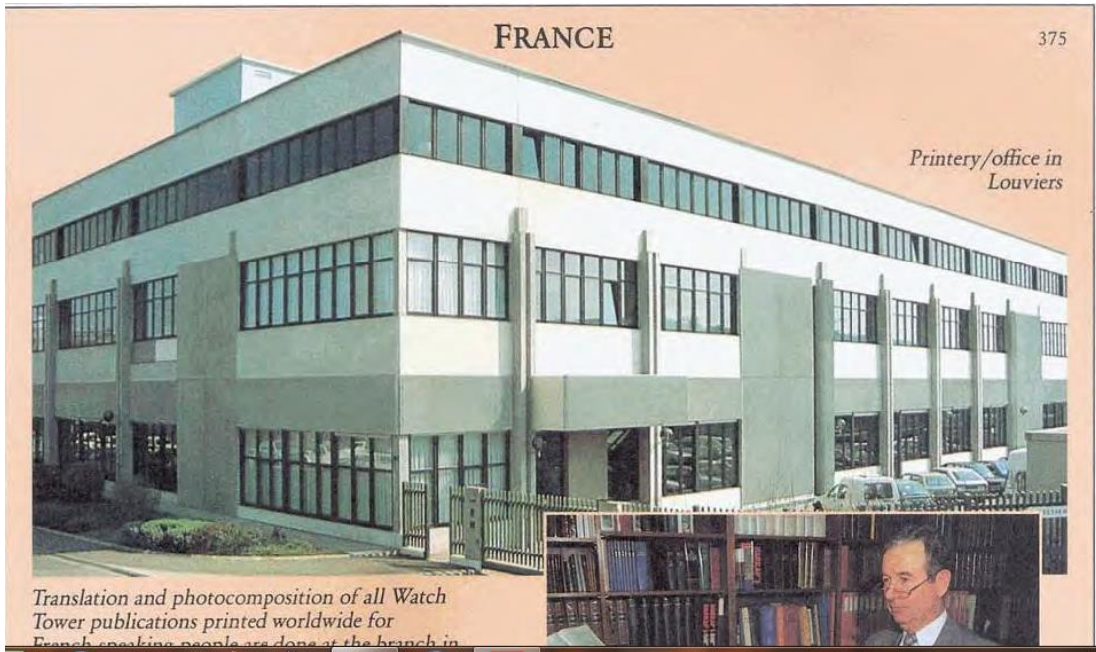


BRASIL

245



COLÔMBIA



246



POLÔNIA



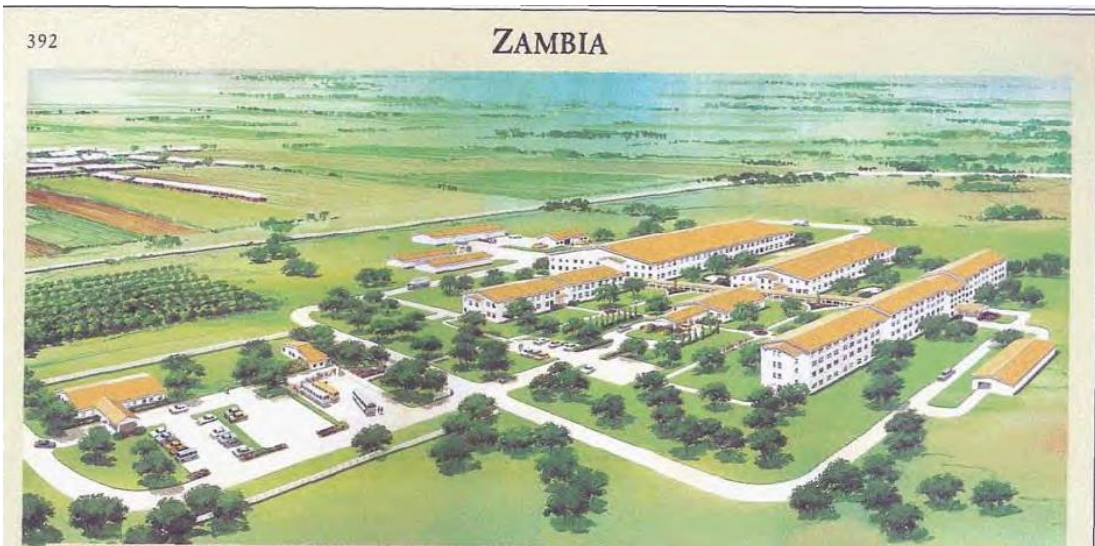
247

ESPAÑA





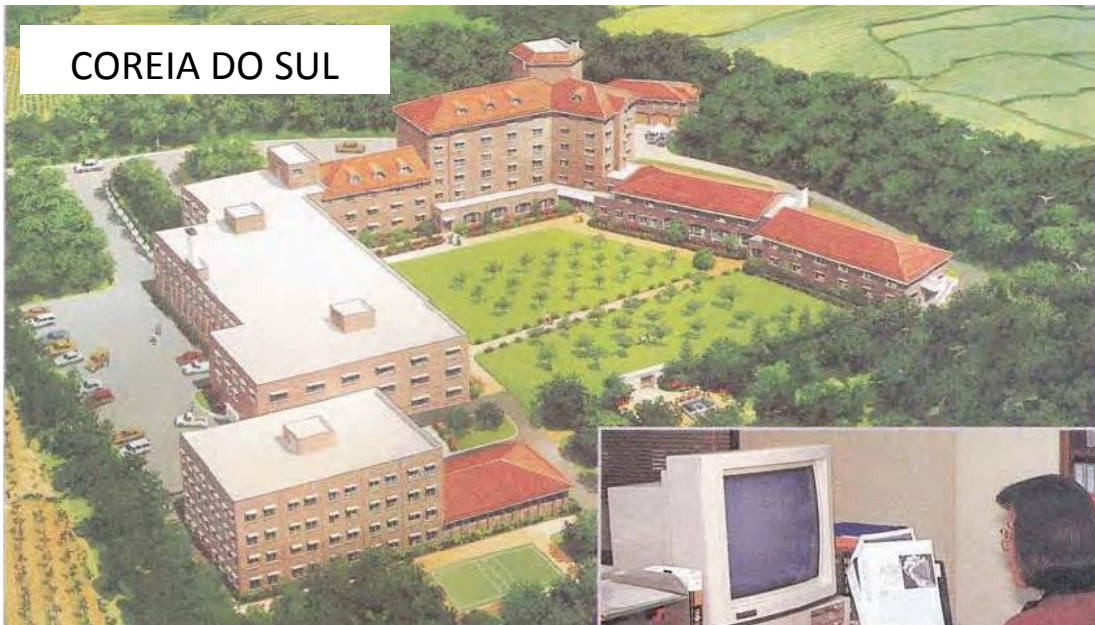
248





JAPÃO

249



COREIA DO SUL



Fonte das imagens: *Proclamadores do Reino*, páginas 352-402.

Essa é apenas uma pequena fração do patrimônio imobiliário da Torre de Vigia. Some-se a isso cerca de uma centena ou mais de propriedades espalhadas por diversos outros países. Também não podem ser excluídos as centenas de salões de assembleias, muitos deles com capacidade para alguns milhares de pessoas.

Há também os Salões do Reino (como são chamados os locais de adoração das Testemunhas de Jeová). Assim como Guadalupe tem o seu, geralmente cada cidade pode ter um ou muitos, variando conforme o número de Testemunhas de Jeová. Quanto a essas pequenas propriedades, muitas Testemunhas de Jeová podem pensar que, somente porque as construíram com seu próprio suor e dinheiro, essas lhes pertencem; mas caso pensem assim, estão muito enganadas. No que se refere ao Brasil, todo Salão do Reino é registrado em nome de uma associação composta por várias congregações próximas, e a Torre de Vigia, através de sua filial sediada em São Paulo, tomou todo o cuidado para que os membros eleitos dessa associação sejam todos de sua confiança. Tendo elaborado ela própria o estatuto dessas associações, houve o cuidado em estabelecer que somente anciãos podem ser membros.

O que segue é parte do estatuto da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tradados, com sede em Cesário Lange-SP.

MEMBROS ASSOCIADOS

Art. 3.º Os membros associados da Associação, de número não inferior a 100 ou maior do que 150, com direito a voto em pessoa ou por procuração, serão homens prudentes, libados, ativos, e fiéis Testemunhas de Jeová, selecionados pela Diretoria dentre os designados "anciãos" pelo Corpo Governante eclesástico das Testemunhas de Jeová, por meio de seus representantes, e são plenamente dedicados aos objetivos da Associação.

Art. 5.º Dar-se-á a suspensão ou exclusão do membro associado na data da morte do membro, ou a critério da Diretoria, quando descumprir, contrariar, ou violar o estatuto da Associação, ou que deixar de exercer a função de "ancião" em uma das congregações das Testemunhas de Jeová.

Não disponho do estatuto das associações jurídicas, mas tenho conhecimento de que, no quesito composição da associação, segue-se esse mesmo critério: somente anciãos podem ser escolhido para membro e assim permanecem apenas enquanto for ancião. Dessa forma, visto que a Torre de Vigia tem a prerrogativa de destituir anciãos, ela assegura dessa forma que seus interesses nunca serão contrariados pela associação, pois, muito provavelmente, por meio da destituição, ela já terá acarretado a substituição de todo membro com alguma tendência a insubordinação. Que o verdadeiro objetivo de se formar uma associação ampla é garantir a posse das propriedades, pode-se ver no *Manual das Associações Jurídicas*, edição de 2006.

IMÓVEIS

SEÇÃO 8

É essencial que todo o patrimônio imobiliário (terrenos, Salões do Reino etc.) das congregações filiadas esteja registrado em nome da associação jurídica, e não de particulares. “O tempo e o imprevisto sobrevêm a todos.” (Ecl. 9:11) Se algo acontecer (morte, desassociação etc.) ao irmão em cujo nome está registrada a propriedade, a congregação corre sério risco de perder seu imóvel.

O argumento da Torre de Vigia parece fazer todo sentido, mas vai muito além do que exige a legislação nacional. Segundo nossa legislação, até mesmo os frequentadores do templo poderiam se juntar e criar uma associação jurídica; dessa forma, a congregação seria a legítima proprietária do Salão do Reino – e sem nenhum risco de perdê-lo para um membro, por morte, desassociação ou por qualquer outro motivo. Porém, caso fosse assim, em razão de milhares de congregações terem bem poucos anciãos, a Torre de Vigia ficaria

impossibilitada de exigir que somente anciãos compusessem a associação. Porém, do jeito como é, se por acaso a Torre de Vigia desejar vender qualquer dessas propriedades, precisa apenas requerer que os membros da associação – todos anciãos – efetuem a venda e, segundo se comenta, em algumas cidades grandes isso tem ocorrido. Quando há dois, três ou mais Salões do Reino relativamente próximos, um ou dois estão sendo vendidos e os frequentadores são realocados para outros Salões. Isso geralmente resulta em Testemunhas terem que caminhar um trajeto mais longo até um Salão do Reino, o que pode ser bem cansativo e perigoso, especialmente para mulheres, crianças e idosos – mas não podem reclamar a ninguém, *pois não perderam seu imóvel para um particular que morreu ou foi desassociado*.

No Brasil, apesar de que todos os anos milhares se tornam Testemunhas, também milhares deixam a religião, e há congregações que perdem dois, três, quatro ou mais membros por ano. Mas, pelo que é do meu conhecimento, nunca aconteceu de uma congregação, como um todo, renunciar à religião; caso isso acontecesse, seria um caso inédito a maneira como se resolveria, de forma legal, a questão quanto a quem de fato pertence o Salão do Reino, visto que ele está registrado no nome da associação. Sobre isso, considero oportuno citar aqui um caso que aconteceu nos Estados Unidos e relatado por Raymond Franz:

O uso semelhante de táticas de manipulação pôde ser visto numa questão jurídica bem mais recente, ocorrida em Bonham, Texas, em 1986. Os anciãos que eram curadores do Salão do Reino ali foram arbitrariamente substituídos pela Sociedade Torre de Vigia e levantou-se uma questão jurídica quanto a quem tinha o controle legal do salão. A lei reconhecia apenas dois tipos de controle eclesiástico, o hierárquico e o congregacional. As publicações da Sociedade Torre de Vigia tinham declarado firmemente que sua direção “não era hierárquica”. (Veja, por exemplo, o livro *Vida Eterna na Liberdade dos Filhos de Deus*, 1966, páginas 169, 170; *Qualificados Para Ser Ministros*, 1959, páginas 268, 269) Contudo, a fim de assegurar seu controle sobre este Salão do Reino de Bonham, os advogados da Sociedade foram autorizados a apresentar seu controle como “hierárquico” ao invés de “congregacional”. Don Adams, vice-presidente da corporação da Sociedade de Nova York, entregou uma declaração juramentada com este objetivo, afirmando no item 6: “Para implementar suas decisões, o Corpo Governante utiliza uma organização hierárquica juntamente com entidades jurídicas.” (Veja o Apêndice.) Daí, ele delineia as evidências da natureza hierárquica do arranjo em vigor, com a sede mundial de Brooklyn no alto da estrutura de autoridade, seguida das comissões de filial, superintendentes de zona, superintendentes de distrito, superintendentes de circuito, corpos de anciãos e servos ministeriais. Neste caso, a declaração da natureza hierárquica era contrária às afirmações *publicadas* pela organização. Não era, contudo, contrária aos *fatos*, pois é visível a natureza hierárquica da estrutura (*Em Busca da Liberdade Cristã*, de Raymond Franz, nota 25 do capítulo 4, página 111; no apêndice do livro, páginas 887 e 888, é apresentado cópia da declaração juramentada fornecida pelo advogado da Torre de Vigia).

Sobre a citação acima, é necessário fazer duas ressalvas:

1º - os anciãos eram curadores, não os verdadeiros proprietários do Salão do Reino;

2º - a Torre de Vigia podia estar agindo em prol da coletividade local;

Dito isso, vale destacar nesse ponto o *meio ardiloso* usado pela Torre de Vigia para garantir-se como verdadeira proprietária do Salão do Reino.

Mas no que se refere à posse de bens materiais, isso revela um contraste gritante entre o conselho dado aos fiéis e as ações praticadas pela Torre de Vigia. Ainda que isso seja revestido de nobres objetivos, tal como fonte de recursos para investir na disseminação do evangelho, não deixa de ser uma flagrante demonstração de ganância, haja vista os meios usados para garantir para si a posse das propriedades.

- “Religião” ou “associação cultural”?

Que a Torre de Vigia parece ter uma obsessão por propriedade, ficou evidente em um caso envolvendo as Testemunhas de Jeová do México.

Devido ao histórico acúmulo de bens e propriedades praticado pelas religiões daquele país, o governo decidiu, no início do século passado, requerer a posse de todas as propriedades das religiões; relativo à propriedade para uso de cultos, a norma era a mesma, mas o governo reservou para si a prerrogativa de determinar quais propriedades poderiam continuar sendo usufruídas pelas religiões (Isso ficou assentado em lei, conforme consta no artigo 27 da Constituição mexicana de 1917).

Independente do que fariam outras religiões, A Torre de Vigia tomou providências de modo a não se submeter às restrições da nova lei. Em 1943, no que ficou registrado como sendo uma ardilosa manobra jurídica, as Testemunhas de Jeová tiveram seu status alterado de “religião” para “associação cultural” – com direito a documento carimbado pelo governo. Em resultado disso, a Torre de Vigia pôde continuar usufruindo “legalmente” de suas propriedades até 1992, quando uma emenda à lei tornou legalmente possível que religiões pudessem ter propriedades. Em confirmação desse assunto, veja o que diz um número da revista *Despertai!* de 1994:

Em conformidade com essa nova lei, as Testemunhas de Jeová no México solicitaram à Diretoria Geral de Assuntos Religiosos, em 13 de abril de 1993, que fossem registradas como religião. Anteriormente, as Testemunhas de Jeová, como qualquer outra religião no país, existiam de fato, mas não tinham personalidade jurídica. As Testemunhas de Jeová existiam no país desde princípios do século 20. Embora elas não gozassem de reconhecimento legal,

em 2 de junho de 1930, o governo do México autorizou a existência da Associação Internacional dos Estudantes da Bíblia. Em 20 de dezembro de 1932, esse nome foi mudado para La Torre del Vigía. Mas, em 1943, devido a leis que limitavam as atividades religiosas no país, uma nova entidade foi registrada como associação civil. Dessa maneira Jeová abençoou a obra que as Testemunhas de Jeová vinham realizando ao longo dos anos. Atualmente, de acordo com um documento datado de 7 de maio de 1993, que lhes foi enviado em 31 de maio de 1993, as Testemunhas de Jeová estão registradas como La Torre del Vigía, A. R., e como Los Testigos de Jehová en México, A. R., ambas as quais associações religiosas (*Despertai!* de 22 de julho de 1994, páginas 13, 14).

No entanto, em resultado da manobra jurídica da Torre de Vigia, que vigorou por mais de quatro décadas, as Testemunhas mexicanas foram obrigadas a viver uma farsa, já que não mais podiam dar sinais de que formavam uma religião. E no que constituía essa farsa? Uma pessoa praticante do cristianismo geralmente é identificada por portar uma Bíblia, fazer orações, praticar o batismo ou ser batizada, cantar em locais de cultos, etc. As Testemunhas de Jeová tiveram que renunciar a muito disso ou pelo menos atribuir-lhes nomes diferentes, de modo a enganar as autoridades mexicanas.

Enquanto isso, as demais religiões que se sujeitaram às proibições governamentais, praticavam tranquilamente o seu cristianismo, com todas as suas características, e com todas as garantias legais, conforme trecho citado abaixo, que é da Constituição mexicana de 1917:

ART. 24. - Todo homem é livre de professar a crença religiosa que mais lhe agrada e de praticar as cerimônias, devoções ou atos do culto respectivo, nos templos ou em seu domicílio particular, sempre que não constituam delito ou falta puníveis pela Lei (fonte: http://indictj.com/o/mexico_jeova.htm).

O mesmo número da revista *Despertai!*, fazendo referência à nova lei, trás um indicativo de qual foi o real motivo do registro feito em 1943; leiamos:

A nova lei

A nova lei, conforme declarado no seu primeiro artigo, está “fundada no princípio histórico da separação do Estado e das igrejas, assim como na liberdade de crenças religiosas . . .” O segundo artigo garante ao indivíduo liberdade de “ter ou adotar a crença religiosa que mais lhe agrada e praticar, individual ou coletivamente, os atos de culto ou ritos de sua preferência . . ., não professar crenças religiosas . . ., não ser objeto de discriminação, coerção ou hostilidade por causa de suas crenças religiosas . . ., associar-se ou reunir-se pacificamente com fins religiosos.” Nos termos dessa lei, “as igrejas e os

grupos religiosos terão personalidade jurídica como instituições religiosas uma vez que obtenham seu correspondente registro constitutivo na Secretaria do Governo”. Além disso, “as associações religiosas constituídas conforme a presente lei poderão ter um patrimônio próprio que lhes permita cumprir com seu objetivo” (*Desperta!* de 22 de julho de 1994, página 13).

Com a mudança na lei, em 1992, que passou a permitir que instituições religiosas pudessem ter posse de propriedades, a Torre de Vigia voltou novamente a alterar seu status, agora de “associação cultural” para “religião”.

Mas antes disso, em 1989, uma reforma à Constituição mexicana permitiu a que as Testemunhas de Jeová pudessem desde já apresentar-se como religião, conforme pode ser visto na declaração que fizeram conforme cito abaixo:

O destaque de 1989 foi a mudança na situação legal das Testemunhas de Jeová no México. Isto resultou em se poder, pela primeira vez, usar a Bíblia na obra de pregação de casa em casa, e iniciar as reuniões com oração. O efeito foi imediato. O número de publicadores aumentou mais de 17.000 em dois meses.

No que tange a essa mudança, nota-se a alegria dos irmãos em seus comentários. Um irmão escreveu: “Quando a carta foi lida na congregação, aplausos espontâneos interromperam a leitura duas vezes. Foi emocionante!” Outro disse: “Não podíamos conter as lágrimas de alegria. Os resultados se manifestam em maior pontualidade. Todos querem estar presentes para a oração inicial.”

“Em nosso território”, disse outra Testemunha de Jeová, “uma senhora, participante ativa no programa de estudo bíblico da igreja católica, comentou: ‘Se antes, só com argumentos e revistas, [as Testemunhas] nos deixavam sem palavras, agora que estão usando a Bíblia nas portas, estamos perdidos!’ (*A Sentinela* de 1º de janeiro de 1990, página 7).

As Testemunhas de Jeová do mundo inteiro, porém, nunca foram informadas de que essas provisões (uso da Bíblia, oração, cântico, etc.) sempre estiveram à disposição das Testemunhas mexicanas, que elas foram privadas disso, não por decisão do governo, mas porque a Torre de Vigia usou de um artifício legal para assegurar a posse de propriedades naquele país.

Para mais informações sobre esse assunto, veja o livro *Crise de Consciência*, de Raymond Franz, páginas 167-170, bem como o artigo eletrônico no seguinte endereço: http://indicetj.com/o/mexico_jeova.htm



México – a foto desta propriedade da Torre de Vigia consta no livro “Proclamadores do Reino”, de 1993; assim, considero muito improvável que ela tenha sido construída apenas nos meses finais de 1992 e início de 1993. O mais provável é que pelo menos o início da obra tenha se dado bem antes, enquanto ainda era legalmente proibido por lei federal (fonte da imagem: *Proclamadores do Reino*, página 363).

- Impostos: pagar ou não pagar?

Relativo aos impostos, a Torre de Vigia também encenou um capítulo bem desabonador, principalmente em se tratando de uma instituição religiosa que costuma pregar a honestidade em todas as coisas (veja a introdução a este capítulo).

Muitos devem saber que uma característica básica das Testemunhas de Jeová, quando fazem o seu trabalho de evangelização, é o oferecimento de alguma literatura, geralmente as revistas *A Sentinela* e *Despertai!*. Essa literatura obviamente tem todo um custo de produção e, nos dias atuais, é sabido que as Testemunhas não especificam um preço por elas. Mas isso nem sempre foi assim. Desde o começo, a literatura bíblica da Torre de Vigia tinha uma taxa estabelecida, ainda que esta fosse de um valor acessível, em parte em razão da isenção de impostos concedida pelos governos.

Porém, no início da década de 90, nos Estados Unidos, a Suprema Corte desse país assentou-se para julgar uma ação do estado da Califórnia, que queria taxar a literatura do pastor televangelista Jimmy Swaggart. A decisão da Corte teria seu efeito estendido a todas as religiões e isso, obviamente, não era do interesse de nenhuma delas.

Considerando a possibilidade de a Corte tomar uma decisão favorável ao estado da Califórnia, a Sociedade Torre de Vigia se aliou com outras

instituições religiosas, num flagrante gesto de ecumenismo, algo que tanto condena, e juntas entraram com uma ação *amicus curiae* neste processo, solicitando ao tribunal que declarasse o imposto inconstitucional.

Amicus Curiae

Descrição do Verbetes: "Amigo da Corte". Intervenção assistencial em processos de controle de constitucionalidade por parte de entidades que tenham representatividade adequada para se manifestar nos autos sobre questão de direito pertinente à controvérsia constitucional. Não são partes dos processos; atuam apenas como interessados na causa. Plural: Amici curiae (amigos da Corte).

Fonte: <http://www.stf.jus.br/portal/glossario/verVerbetes.asp?letra=A&id=533>

Mas para a infelicidade das religiões interessadas, em 17 de janeiro de 1991, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu pela constitucionalidade do imposto.

Em resultado dessa decisão, e repetindo um gesto parecido com o caso México, antes considerado, a Torre de Vigia, logo no mês seguinte, teria enviado uma carta a todas as congregações dos Estados Unidos, por meio da qual declarava que sua literatura não mais tinha uma taxa fixa, podendo ser distribuída gratuitamente, mas que, a depender da vontade das pessoas, qualquer donativo podia ser aceito.

A carta obviamente não fazia nenhuma referência à decisão da corte; antes, justificava a decisão com dois pontos básicos: (1) diferenciar-se das demais religiões, que lucravam com a prática do evangelho, e (2) permitir o acesso ao evangelho às pessoas mais carentes, que talvez não pudessem pagar nem mesmo uma pequena taxa.

Em confirmação desse assunto, note como a Torre de Vigia se explica no livro *Proclamadores do Reino*:

Em 1990, devido a escândalos financeiros amplamente noticiados que envolviam certas religiões da cristandade, além da crescente tendência dos governos de classificar a atividade religiosa como empreendimento comercial [portanto, sujeito à cobrança de impostos], as Testemunhas de Jeová fizeram alguns ajustes em sua atividade para evitar equívocos. O Corpo Governante orientou que todas as publicações distribuídas pelas Testemunhas de Jeová nos Estados Unidos — Bíblias, tratados, folhetos, revistas e livros que explicam a Bíblia — sejam fornecidas ao público com a única condição de que as leiam,

sem que se sugira uma contribuição. A atividade das Testemunhas de Jeová de modo algum é comercial, e esse arranjo serviu para diferenciá-las ainda mais de grupos religiosos que comercializam a religião. Naturalmente, a maioria das pessoas sabe que custa dinheiro imprimir essas publicações, e aquelas que apreciam o serviço realizado pelas Testemunhas talvez desejem fazer um donativo para ajudar a obra. Explica-se a essas pessoas que a obra mundial de instrução bíblica dirigida pelas Testemunhas de Jeová é custeada por donativos voluntários. Os donativos são aceitos de bom grado, mas não são solicitados (*Proclamadores do Reino*, páginas 349, 350).

Novamente, nesse livro de circulação mundial, a Torre de Vigia evitou dizer qual foi o verdadeiro motivo das alterações admitidas, preferindo antes dizer algo que lhe caía bem à imagem – muito louvável caso fosse o fato motivador e não apenas um efeito colateral.

Sobre essas justificativas da Torre de Vigia, Raymond Franz fez os seguintes questionamentos:

Se o fator motivador foi deveras tornar mais acessível ao povo a mensagem contida na literatura da Torre de Vigia, por que foi limitada a “norma da literatura grátis”, na ocasião, aos Estados Unidos, Canadá, Alemanha e Itália, países de economia notavelmente forte? Por que não foi mundialmente? Ou, se era aconselhável a adoção gradual, por que não começar por alguns dos países mais pobres do mundo? Por que não foi primeiro implementada nos países do chamado “Terceiro Mundo”, onde a pobreza é tão extensa? Se a nova prática era mostrar que estão separados “daqueles que comercializam a religião”, por que prosseguiram com a antiga prática em todos estes países por vários anos? (*Em Busca da Liberdade Cristã*, páginas 699, 700).

Sem contar que toda essa ardilosa manobra foi para evitar o pagamento de impostos – uma coisa que ela, em sua literatura, vive a gabar-se de que, em comparação com outros religiosos, as Testemunhas de Jeová são um povo exemplar no cumprimento desse dever. A veracidade dessa afirmação ainda não pôde ser provada, mas provado está que, no que diz respeito a *ela própria*, a Torre de Vigia prefere ter o dinheiro fora do alcance do governo. É certo que, caso aceitasse a imposição do governo americano, a sua receita poderia diminuir, ou talvez fosse obrigada a aumentar a taxa cobrada pela literatura. Independente de quais dessas opções escolhesse, ela não estaria nada mais do que seguindo o exemplo de Jesus Cristo, que, mesmo estando moralmente inseto de pagar impostos, teve o cuidado de não fugir à cobrança porque, segundo suas próprias palavras, “para que não os façamos tropeçar” (Mateus 17: 24-27). Também não posso deixar de lembrar aqui o posicionamento da Torre de Vigia no que diz respeito a submeter-se às exigências de homens e às exigências de Deus; segundo a argumentação dela, sempre que essas exigências estiverem em conflito, a declaração de Atos 5: 29 deve ser seguido à risca, ainda que o custo disso seja a liberdade ou própria a vida:

Temos de obedecer a Deus como governante em vez de a homens (Atos 5:29).

Em não se configurando o conflito de exigências, vale a declaração de Romanos, capítulo 13, que é como segue:

Todos estejam sujeitos às autoridades superiores, pois não há autoridade sem a permissão de Deus; as autoridades existentes foram colocadas por Deus em suas posições relativas. Portanto, quem toma posição contra a autoridade toma posição contra a ordem estabelecida por Deus; os que tomam posição contra ela trarão condenação sobre si mesmos. [...] É por isso também que vocês pagam impostos; porque eles estão a serviço de Deus e prestam esse serviço constantemente. Deem a todos o que lhes é devido: a quem exigir imposto, o imposto; a quem exigir tributo, o tributo; a quem exigir temor, tal temor; a quem exigir honra, tal honra (Romanos 13:1,2,6,7).

259

Se a atitude da Torre de Vigia servir como exemplo, cada Testemunha de Jeová pode-se sentir livre para usar de todo tipo de artifício para poder escapar a todo tipo de exigência governamental. E imagina se esse exemplo fosse seguido por todas as pessoas do mundo inteiro!

Esse arranjo de literatura grátis começou a vigorar no Brasil somente no ano 2000, quase dez anos depois. Em confirmação disso, em janeiro de 2000, o informe mensal, de circulação interna, conhecido como *Nosso Ministério do Reino*, trouxe o seguinte artigo, o qual faz incisivos alertas sobre como e quando oferecer a literatura, considerando que essa só deveria ser oferecida quando fosse clara a possibilidade de a pessoa dar algum dinheiro por ela. Se não, vejamos:

Nosso sistema simplificado de distribuição de publicações

¹ O sistema simplificado de distribuir publicações sem pedir uma contribuição específica por elas começou a vigorar este mês. Será bem-sucedido esse método? Confiamos que literalmente milhões de pessoas sinceras continuarão recebendo a oportunidade de ‘vir tomar de graça a água da vida’. (Rev. 22:17) Além disso, ficarão ainda mais destacadas a natureza espiritual de nossa organização teocrática e a diferença nítida entre nossas atividades e as de Babilônia, a Grande [por “Babilônia, a Grande”, entenda-se as demais religiões].

² Contudo, não estamos obrigados a distribuir publicações indiscriminadamente a qualquer pessoa que as aceite nem é nosso desejo fazê-lo. Assim como usamos sabiamente os nossos próprios bens materiais, cada publicador tem a responsabilidade de usar sabiamente as publicações que recebe da Sociedade sem custo por meio da congregação local. Certamente, o fato de a Sociedade colocar suas publicações à disposição dos publicadores sem cobrar por elas não significa que nenhuma despesa está envolvida na sua produção e distribuição. Todos devem apreciar de modo especial o valor das nossas publicações em ajudar pessoas sinceras na busca

de conhecimento exato a respeito de Jeová Deus e de seu Filho, Jesus Cristo.
— João 17:3.

[...]

⁶ Ao abordarmos as pessoas com o propósito de dar testemunho, devemos estar preparados para conversar com elas sobre um assunto bíblico. *Raciocínios à Base das Escrituras* sugere ampla variedade de introduções interessantes, junto com muitos assuntos bíblicos apropriados. Ou podemos usar as apresentações sugeridas em *Nosso Ministério do Reino*. Dependendo da reação da pessoa à mensagem do Reino, o publicador tem de decidir como proceder no que diz respeito a oferecer publicações. Se parece não haver suficiente interesse que justifique oferecer um livro ou outra publicação, você pode decidir concluir a conversa com tato e ir para a próxima casa. Ou talvez prefira deixar um convite ou um tratado se a pessoa prometer ler a mensagem. Certifique-se de tomar nota do interesse para que se possa fazer uma revisita. Pode-se fazer o mesmo quando talvez não haja tempo suficiente para entabular uma conversação significativa com uma pessoa por ela estar ocupada ou porque a visitamos num momento inoportuno.

⁷ O sistema simplificado de distribuição de publicações ajuda todos a ver que a nossa obra educativa bíblica não é de forma alguma comercial. Ajuda-nos também a manter em primeiro plano o nosso objetivo de pregar as boas novas do Reino e fazer discípulos de Jesus Cristo. Em nítido contraste com organizações que se empenham em “solicitações caritativas”, as Testemunhas de Jeová de bom grado cuidam de que as publicações sejam postas à disposição de todos sem cobrar. Donativos em prol da obra mundial nunca são solicitados daqueles que não estão genuinamente interessados em nossa mensagem. (Veja *A Sentinela* de 1.º de dezembro de 1990, páginas 22 e 23.) Cem por cento de todos os donativos é usado para manter essa obra educativa bíblica, mundial, visto que todos os colaboradores são voluntários e não se pagam salários nem comissões a ninguém na organização. O assunto de donativos para ajudar na obra mundial só é considerado com aqueles que mostram interesse em nossa obra.

Para mim, que participei durante muito tempo nesse trabalho de pregação, era um exercício muito complicado decidir se apresentava ou não a literatura da Torre de Vigia, uma vez que, dependendo da reação da pessoa, ficava difícil abordar o assunto de donativos. Em resultado disso, já presenciei situações cômicas, como o caso de certa irmã que oferecera as revistas à pessoa e esta simplesmente agradeceu por elas; em outro caso, a Testemunha, depois de pôr as revistas nas mãos da pessoa, ficou no aguardo de esta perguntar quanto custava. Como a pessoa não perguntou, a Testemunha viu-se obrigada

a dizer: “Imagino que o senhor deve estar-se perguntando quanto custa...”, ao que a pessoa acrescentou: “Não, eu não estou me perguntando nada.”.

Como a citação anterior deixa claro, são as próprias Testemunhas de Jeová que contribui com a maior parte desses donativos. E pelo novo método, isso até virou-lhes quase que uma imposição. Assim, se alguém fica com um livro e doa um valor irrisório, a Testemunha, por educação, pode aceitar sem queixa, mas ela se sentirá forçada a complementar com seu próprio dinheiro. De fato, alguns anciãos são enfáticos ao dizer que “a obrigação de sustentar a obra é nossa, não das pessoas do mundo”.

Com toda essa imposição sobre as Testemunhas de Jeová, é doloroso ler sobre a literatura “grátis” oferecida pela Torre de Vigia – sem contar que a maioria talvez continue ignorante sobre o porquê do novo método (sobre as consequências dessa decisão, veja o capítulo 8, páginas 330 a 332).

Veja nos anexos a este capítulo, página 393, uma carta enviada por mim ao escritório da Torre de Vigia no Brasil, na qual concedo a ela a oportunidade de se explicar sobre as acusações aqui apresentadas.

Os apóstatas 6

A BÍBLIA SAGRADA contém claros avisos de que logo que Cristo subisse aos céus, o cristianismo seria adulterado e que pessoas de dentro da própria congregação cristã seriam as responsáveis por essa apostasia (Mateus 13; Atos 20: 29,30).

A palavra *apostasia* geralmente é definida como abandono de crença, partido ou opinião. Pode ser abandono integral ou apenas de algumas ideias ou conceitos. Como a organização Torre de Vigia considera a si mesma como a continuação exata do cristianismo, todas as Testemunhas que defendem ideias ou conceitos divergentes são julgadas como apóstatas do verdadeiro cristianismo.

Veja a seguir as definições de “apostasia” e “apóstata” segundo essa organização religiosa:

Definição: Apostasia é abandonar ou desertar a adoração e serviço de Deus, na realidade uma rebelião contra Jeová Deus. Alguns apóstatas professam conhecer e servir a Deus, mas rejeitam ensinamentos ou requisitos delineados na Sua Palavra. Outros afirmam crer na Bíblia, mas rejeitam a organização de Jeová (*Raciocínios à Base das Escrituras*, página 41).

Como visto em capítulos anteriores, por “ensinamentos ou requisitos” bíblicos *entenda-se apenas o conceito dessa organização religiosa* sobre o que são de fato ensinamentos ou requisitos bíblicos (veja a definição de “apóstata” na imagem abaixo). Por “organização de Jeová” entenda-se a religião das Testemunhas de Jeová na figura de seus líderes.

Definição de “apóstata”, segundo o livro secreto “*Prestai Atenção a vós Mesmos e a Todo o Rebanho*”, edição de 1991, página 94:

Pessoas que deliberadamente disseminam (apegando-se de forma obstinada e divulgando) ensinamentos contrários à verdade bíblica, conforme ensinada pelas Testemunhas de Jeová, são apóstatas.

Desde o começo de sua história, os líderes da Torre de Vigia tomaram por alvo demonizar a todos aqueles que discordavam dela. Como visto nos capítulos dois e três, os primeiros anos de Rutherford foram especialmente difíceis em razão do fracasso que fora 1914 e em razão do seu espírito autoritário. A reação de Rutherford foi condicionar as coisas para que todos os “opositores”

lhes fossem tirados do caminho, mas não sem o evidente desejo de que estes viessem a desaparecer, que se extinguissem tal qual uma erva arrancada. Referente aos quatro diretores envolvidos no episódio de 1918, o livro *Proclamadores do Reino* cita com evidente satisfação que futuro teve os “opositores e seus apoiadores”.

O que aconteceu com os opositores e seus apoiadores? Depois da reunião anual de 1918, os opositores se separaram, e até mesmo resolveram celebrar sozinhos a Comemoração da morte de Cristo, em 26 de março de 1918. Qualquer união que porventura tinham durou pouco, e logo se dividiram em várias seitas. Na maioria dos casos, o número deles caiu e a sua atividade diminuiu ou cessou por completo.

Claramente, após a morte do irmão Russell, os Estudantes da Bíblia enfrentaram um verdadeiro teste de lealdade. Como disse Tarissa P. Gott, batizada em 1915: “Muitos dos que pareciam tão fortes, tão devotados ao Senhor, começaram a se desviar... Nada disso parecia certo, mas estava acontecendo e nos perturbou. Mas, eu dizia comigo mesma: ‘Não foi esta organização que Jeová usou para nos livrar dos laços da religião falsa? Não provamos a Sua bondade? Se a abandonássemos agora, para onde iríamos? Não acabaríamos seguindo algum homem?’ Não víamos motivo para acompanhar os apóstatas, por isso permanecemos.” — João 6:66-69; Heb. 6:4-6 (*Proclamadores do Reino*, páginas 68,69).

Referente ao primeiro parágrafo da citação, o que se gostaria de dizer é que os “opositores” e todos os que os apoiavam se extinguiram por completo, mas isso não é dito. Uma pesquisa na internet logo revelará que existem grupos que se declaram fiéis aos conceitos de Russell, sendo que alguns até têm extensão internacional.

Quanto ao segundo parágrafo, os autores do livro falam acertadamente que os seguidores de Russell passaram por um “verdadeiro teste de lealdade”. Mas não dizem que permanecer leal ao grupo significava fechar os olhos para a falsa profecia de 1914, bem como para tantas outras que fracassaram até 1925. Uma Testemunha é citada como tomando a decisão de ser leal, uma vez que agir de modo diferente seria voltar à “religião falsa” e por fim acabar “seguindo algum homem” – como se fosse falsa a afirmação de que esse mesmo grupo, por toda a sua existência, foi claramente liderado por “homens”, os quais, através de reformas doutrinárias, fizeram questão de provar em quanta falsidade religiosa se acreditava por volta de 1918.

E desde então, assim como aconteceu por aquela época, sempre houve pessoas que, ao deixar o movimento religioso, procuraram tornar público o que realmente significa ser Testemunha de Jeová.

De fato, muito se deve a essas pessoas o crédito pela intensa difusão, especialmente nos últimos 30 anos, de todas as falsas profecias feitas pelas autoridades religiosas que administraram e administram esse grupo religioso (veja o capítulo três, que aborda as várias datas marcadas para o fim do mundo). Os escândalos relatados no capítulo cinco (caso Nações Unidas, a

perniciosa política financeira e a política de proteção a acusados de prática da pedofilia) teria sua exposição restrita a um número pequeno de pessoas, caso não fosse o intenso trabalho de difusão feito por ex-Testemunhas. O capítulo quatro abordou o fascinante estudo da cronologia em torno da data de 1914, mas tudo isso só foi possível em resultado do extraordinário trabalho de pesquisa feita por Carl Olof Jonsson, que, como Testemunha, a princípio, desejou apenas dialogar com a liderança religiosa sobre as descobertas que fez. A não aceitação do diálogo proposto por ele acabou em sua excomunhão, mas salvou-se a pesquisa, e ela tem-se mostrado cada vez mais fundamentada à medida que mais descobertas arqueológicas vêm confirmar as suas conclusões feitas há cerca de 40 anos. Foi com base nos estudos de Raymond Franz que o capítulo dois abordou os argumentos usados pela liderança das Testemunhas de Jeová para se perpetuar no poder. Segundo ela, toda a autoridade que possui foi-lhe concedida por Deus, mas, conforme vimos, não há nada na Bíblia que assegure a autenticidade desse ensino, até porque, como foi visto no capítulo quatro, toda ela está a depender da validade bíblica e histórica de 1914, que foi claramente provada falsa.

Todas essas informações atualmente circulam nos meios de comunicação a uma intensidade e frequência cada vez maior. Especialmente com o advento da internet e maior acessibilidade a ela, a cada dia tem-se tornado mais difícil para a autoridade religiosa manter uma pose de paladino da boa moral, bem como esconder das Testemunhas o seu longo histórico de falsas profecias.

A atitude correta, nesses casos, quando estão envolvidas autoridades públicas, órgãos do governo, ou mesmo qualquer entidade de interesse público, seria expor-se voluntariamente à investigação. Mas como procede a liderança religiosa?

No que diz respeito ao histórico da religião, muitas coisas poderiam ser esclarecidas se todas as Testemunhas tivessem acesso a toda a literatura da religião desde os seus primórdios, lá pela década de 1870. Isso de certa forma pode ser comparado a quando alguém faz uma parceria de negócios com outra pessoa, ou quando faz um contrato de serviço com uma empresa; nesses casos, é recomendado que o histórico profissional da pessoa, ou da empresa, seja analisado, de modo a se ter mais garantias de sucesso nas relações de negócios. Mas a autoridade religiosa não faz absolutamente nada para que essa literatura antiga esteja à disposição das Testemunhas.

Poder-se-ia alegar os custos de impressão e tradução. Mas o argumento da tradução não é válido para os países de língua inglesa, visto que toda a literatura foi originalmente produzida em inglês, bem como também não se pode alegar o custo de impressão, visto que, para quase todo o mundo, a entidade religiosa também já disponibiliza suas publicações recentes por meios eletrônicos, como um CD-ROM e pela internet. Esses mecanismos podem ter espaço mais que suficiente – e quase gratuito – para armazenar os cerca de 150 anos de literatura religiosa. Mas tem ficado claro que a autoridade não tem nenhum interesse em se servir dessas vantagens. Para a língua portuguesa, por exemplo, há literatura bíblica com boa tradução desde a década de 30, mas o CD-ROM atualmente só trás a literatura a partir da década de 1970. Na internet, no site oficial da religião – JW.ORG –, só consta literatura lançada do ano 2000 para cá.

Em razão de não terem acesso a essa literatura antiga, e principalmente em países em que não predominam a língua inglesa, a maioria das Testemunhas de Jeová fica a depender apenas de duas fontes de pesquisa: as citações feitas pelo Corpo Governante e as feitas pelos considerados apóstatas.

Quanto à primeira fonte, nos capítulos anteriores, pelo que analisamos da literatura recente do Corpo Governante, vimos com quanta parcialidade isso é feito. Por exemplo, no capítulo dois, que foi examinado o termo “Corpo Governante”, ficamos sabendo que essa expressão só foi concebida por volta da década de quarenta e que, somente na década de setenta, passou a ter o sentido que se tem hoje. Apesar disso, a literatura atual procura fazer parecer que o Corpo Governante existiu desde o tempo de Rutherford, sendo, portanto, composto por ele e seus auxiliares próximos, pois somente assim pode afirmar que Deus escolheu, por aquela época - não Rutherford -, mas um “corpo governante” como Seu representante. No capítulo três, “Datas marcadas para o fim do mundo”, ficou mais que evidente o quanto a liderança atual procura esconder que seus antecessores estiveram diretamente envolvidos em marcar datas para o fim do mundo, e com palavras nada duvidosas. No capítulo quatro, sobre cronologia, vimos que Russell esteve bem a par dos argumentos que, se levados a sério, derrubariam o seu castelo de cartas— todo ele erguido sobre a falsa data de 607 AEC. Mas a literatura recente, com o fim de inocentar Russell, faz parecer que ele era ignorante a respeito disso, dando a entender que os ajustes feitos foram em decorrência de descobertas posteriores.

Obviamente que essas falsas afirmações são constantemente refutadas pela literatura considerada “apóstata” – a segunda fonte de consulta disponível às Testemunhas.

Quanto a essa segunda fonte de informações, o Corpo Governante sabe muito bem que ela está repleta de citações de sua literatura, tanto recente como antiga. E é evidente que isso não é do seu agrado. Uma prova documentada a respeito disso consta no livro secreto *Pastoreiem o Rebanho de Deus*, à página 115:

4. Desassociados e dissociados podem adquirir um exemplar das **revistas e de outras publicações** nos balcões de revistas e de publicações no Salão do Reino. O *Nosso Ministério do Reino* não deve ser distribuído a essas pessoas. Se alguém for um apóstata ativo e conhecido por usar as nossas publicações para se opor à organização, os anciãos locais podem decidir não disponibilizar publicações para ele.

Isso claramente indica que, caso estivesse em seu poder, essa liderança religiosa, além de não fazer absolutamente nada para disponibilizar sua literatura antiga, também faria todo o possível para tirar de circulação todo e qualquer livro e revista antigos que há em mãos de terceiros. Como isso não

lhe é possível, resta-lhe colocar toda a literatura “apóstata” num índice geral de livros proibidos, tal qual fez a Igreja Católica em séculos passados. E veja com que justificativa se proíbe o acesso a qualquer informação elaborada por “apóstatas”:

De nada nos beneficia tentar refutar os argumentos de apóstatas ou dos que criticam a organização de Jeová. De fato, é espiritualmente perigoso e impróprio ler suas informações, quer em forma impressa, quer na internet (A *Sentinel*a de 15 de maio de 2012, página 26).

É um engano pensar que você precisa ouvir os apóstatas ou ler as publicações deles para refutar seus argumentos. O raciocínio deturpado e venenoso deles pode causar dano espiritual e contaminar a sua fé como uma gangrena que se espalha rapidamente. (A *Sentinel*a de 15 de fevereiro de 2004, página 28).

Por dar ouvidos ao Diabo e não rejeitar suas mentiras, o primeiro casal humano apostatou. Assim, será que devemos ouvir os apóstatas, ler suas publicações ou examinar seus sites na internet? (A *Sentinel*a de 15 de janeiro de 2006, página 23).

Algumas das publicações dos apóstatas apresentam falsidades por meio de “conversa suave” e “palavras simuladas” (A *Sentinel*a de 1º de julho de 1994, página 12).

Em adição a essas admoestações, uma revista *A Sentinela* de 1986 usou termos absolutamente claros sobre como as Testemunhas devem encarar a literatura considerada apóstata:

Quando outra pessoa nos diz: ‘Não leia isso’, ou: ‘Não escute isso’, talvez fiquemos tentados a desconsiderar seu conselho. Mas, lembre-se de que, neste caso, é Jeová quem nos diz na sua Palavra o que devemos fazer. E o que diz ele a respeito dos apóstatas? ‘Evite-os’ (Romanos 16:17, 18); ‘cesse de ter convivência com’ eles (1 Coríntios 5:11); e ‘nunca os receba no seu lar, nem os cumprimente’ (2 João 9, 10). Estas são palavras enfáticas, orientações claras. Se nós, por curiosidade, lêssemos a literatura dum apóstata conhecido, não seria isso igual a convidar este inimigo da verdadeira adoração à nossa casa, para se sentar conosco e expor suas idéias apóstatas? (A *Sentinel*a de 15 de março de 1986, página 13).

Como se pode ver, a autoridade religiosa procura colocar o conceito dela como se fosse uma lei do próprio Deus; com isso, a Testemunha que quer ser obediente a Deus pensará duas vezes antes de se aventurar a ler algo produzido pelos “apóstatas”, e caso leia, pode, posteriormente, ficar com a consciência pesada por – na sua concepção induzida – ter sido desleal a Deus. É verdade que a Bíblia recomenda que não devemos ter associação íntima com promotores de falsidade religiosa. Mas esse conceito só é válido para quem está com a genuína verdade cristã, coisa que – pelo exame que fizemos – não é o caso das Testemunhas de Jeová. Sendo assim, proibir a que as Testemunhas leiam conteúdos produzidos pelos “apóstatas” serve a um único objetivo: mantê-las na ignorância a respeito dos graves erros históricos e recentes, os quais, se expostos a todas as Testemunhas, podia resultar em a religião cair num processo contínuo de esvaziamento até extinguir-se, ou, mais provavelmente, acabar-se por ser forçada a remodelar-se, curvando-se, assim, sob o peso de seus próprios pecados.

Como foi visto acima nas citações, nenhuma delas proíbe diretamente que Testemunhas leiam um livro apóstata. A linguagem fica mais na linha de exortação. Mas os pastores Testemunhas são orientados a cobrar explicações de todas as Testemunhas que, de alguma forma, foi flagrada (ou denunciada) em posse de material apóstata. Nessas conversas, os anciãos desejam saber até que ponto a Testemunha ainda acredita que a organização Torre de Vigia possui a verdade. A Testemunha, por sua vez, servindo-se de alguns fatos, talvez a falsidade em torno de 1914 ou o envolvimento com as Nações Unidas, pode tentar argumentar com os anciãos, procurando induzi-los a ver o caso pelo lado da razão. Mas, quase que invariavelmente, os anciãos dão muito pouca importância a fatos, sejam eles quais forem; o que lhes interessa mesmo é saber se a Testemunha ainda acredita no Corpo Governante como sendo o representante de Deus na Terra. Caso a Testemunha lhes diga que não tem mais o Corpo Governante como guia espiritual, ou que não aceita mais certas “verdades” ensinadas por ele, os anciãos geralmente pedem que ela não fale a mais ninguém sobre suas dúvidas. Caso tomem conhecimento de que a Testemunha comentou sobre suas dúvidas com mais alguém ou que tenha tentado convencer alguém a respeito da veracidade de seus conceitos divergentes, então a recomendação é que sigam as instruções que constam em Tito 3:10, que é como segue:

Quanto ao homem que promove uma seita, rejeite-o depois de aconselhá-lo com firmeza uma primeira e uma segunda vez. (Tito 3:10).

A respeito do que realmente significa esse texto, o Corpo Governante dar a seguinte explicação:

As Escrituras alertam, no entanto, que alguns tentariam ficar entre o povo de Deus para ali procurar desencaminhar outros. O apóstolo Paulo advertiu: “Dentre vós mesmos surgirão homens e falarão coisas deturpadas, para atrair a si os discípulos.” (Atos 20:30) Ele oportunamente alertou os cristãos a ‘ficarem de olho nos que causam divisões e motivos para tropeço contra o ensino que aprendestes, e que os eviteis’. — Romanos 16:17, 18.

Portanto, se alguém se tornar falso instrutor entre os verdadeiros cristãos, como no caso de Himeneu e Fileto nos dias de Paulo, os pastores do rebanho

terão de tomar medidas protetoras. Se a pessoa rejeitar a admoestação amorosa deles e continuar a promover seita, uma comissão de anciãos poderá desassociar, ou expulsar, tal pessoa por apostasia. (2 Timóteo 2:17; Tito 3:10, 11) Os irmãos e irmãs individuais na congregação acatariam a instrução de Paulo de ‘evitar’ aquele que tentou ‘causar divisões’. João aconselhou similarmente: “Se alguém se chegar a vós e não trouxer este ensino, nunca o recebais nos vossos lares, nem o cumprimenteis.” — 2 João 10. (A *Sentinela* de 15 de outubro de 1986, página 31)

(À página 40 foi considerada uma carta do Corpo Governante onde lemos que, “para ser desassociado, um apóstata não tem necessariamente de ser um promotor de idéias apóstatas”, mas apenas estar convencidos a respeito de certos assuntos que sejam divergentes daqueles defendidos pelo Corpo Governante. Mas, pelo que me parece, atualmente a Testemunha é deixada quieta com seus conceitos, sendo apenas mantida sob vigilância para que nada fale a outros sobre eles).

Ilustrativo disso é um caso relatado por Raymond Franz; segundo ele, uma Testemunha de Jeová de nome Edward Dulamp fora levada a julgamento porque chegou ao conhecimento dos anciãos que ele estava conversando com outras Testemunhas sobre certos assuntos bíblicos e apresentava conceitos divergentes dos defendidos pela organização. Segundo Franz, note qual era a preocupação dos anciãos:

A comissão judicativa queria saber se ele [Edward Dulamp] falaria sobre estes pontos com outras pessoas. Ele respondeu que não tinha nenhuma intenção de fazer “campanha” entre os irmãos. Mas disse que, se as pessoas viessem até ele em particular em busca de ajuda e ele pudesse dirigi-las para os textos bíblicos que lhes fornecessem respostas às suas perguntas, faria isso, pois se sentiria na obrigação de ajudá-las. Com toda a probabilidade, este foi o fator decisivo. Tal liberdade de discussão e expressão sobre a Bíblia em particular não era aceitável, mas era vista como herética, como perigosamente desagregadora (*Crise de Consciência*, de Raymond Franz, página 366) .

Dulamp foi excomungado apenas porque os anciãos não puderam ter garantias de que ele se manteria calado sob seus conceitos divergentes de certas doutrinas defendidas pelo Corpo Governante.

Como se pode ver, essas expulsões sob a acusação de apostasia tem um objetivo claro: evitar que qualquer ideia considerada apóstata circule entre as Testemunhas, mesmo que essas ideias sejam apenas declarações feitas pela religião, lá nos seus primórdios. Fez-se de tudo para coibir a que isso acontecesse: primeiro, dificultou-se a que a literatura antiga circulasse entre as Testemunhas; segundo, exortou-se que não se devia ler a literatura apóstata. Mas, tendo isso sido desconsiderado por algum, tendo-se rompido a penúltima barreira de contenção, parte-se então para a tática mais drástica à disposição: a reluzente espada da excomunhão.

Diante dessas consequências, muitas Testemunhas de Jeová de fato passam a ver os “apóstatas” como verdadeiros inimigos da verdade. E é justamente

isso que o Corpo Governante deseja fazer parecer. Uma vez que as Testemunhas estão proibidas de ler a literatura “apóstata”, estando, portanto, impossibilitadas de checar qualquer coisa, a autoridade religiosa se sente à vontade para poder fazer todo tipo de acusação contra eles – e sem se sentir obrigada a provar o que quer que seja. Vejamos, a título de exemplo, algumas das acusações.

Acusadas as ex-Testemunhas

- Contam apenas mentiras e meias-verdades

Uma das acusações mais frequentes é de que os apóstatas contam mentiras e meias-verdades sobre as Testemunhas de Jeová, procurando manchar a reputação delas perante a comunidade. Surpreendentemente, em todos os casos que cito abaixo, não há uma única fonte citada, um livro sequer, um jornal que seja, algo que se possa checar se as acusações dos “apóstatas” são de fato falsas, mentirosas, difamatórias.

Sobre a expressão “projéteis ardentes” de Efésios 6: 16, a revista *A Sentinela* deu a seguinte explicação:

O que seriam esses “projéteis” atualmente? Talvez graves insultos, mentiras e meias-verdades divulgadas por inimigos e apóstatas para enfraquecer a nossa fé (*A Sentinela* de 15 de março de 2007, página 29).

Veja outros casos:

Eles [os apóstatas] muitas vezes recorrem a distorções, a meias-verdades e a flagrantes falsidades. Jesus sabia que seus seguidores seriam vítimas de pessoas que diriam “todo tipo de calúnia contra” eles. (Mateus 5:11, NVI) (*A Sentinela* de 15 de fevereiro de 2004, páginas 16,17).

O discurso “Proteja-se contra todo tipo de engano” mostrou que é sábio tratarmos como veneno as distorções, as meias verdades e as mentiras descaradas, propagadas por apóstatas (*A Sentinela* de 15 de janeiro de 2003, página 23)

Cumprindo esta profecia [do “escravo mau” de Mateus 24] de forma notável, os apóstatas estão hoje semeando ativamente mentiras e propaganda em muitos países, até mesmo em cumplicidade com alguns em posição de autoridade nas nações. (*A Sentinela* de 1º de maio de 1998, página 21).

Os apóstatas divulgam publicações que recorrem a distorções, meias-verdades e rematadas falsidades [...] Algumas das publicações dos apóstatas apresentam falsidades por meio de “conversa suave” e “palavras simuladas”. (A *Sentinela* de 1º de julho de 1994, página 12).

Em todos esses casos, quais foram as mentiras, as meias-verdades, as distorções contadas pelos “apóstatas”? A única forma de uma Testemunha de Jeová poder checar isso era recorrendo a uma fonte, a um jornal, a um livro, a um documento que constasse uma, ou algumas, das supostas mentiras dos “apóstatas”. A autoridade religiosa, porém, levando em conta que as Testemunhas foram exortadas a não ler matéria “apóstata”, considera que não precisa dizer a elas a fonte das acusações, já que lhes seria inútil. Ainda assim, com esse argumento aparentemente válido, a organização religiosa age de modo muito irresponsável para com toda a comunidade de seus leitores, inclusive os apóstatas. Pois, em não citar fontes que possibilitem checar a autenticidade das acusações, ela deixa pairando uma nuvem negra sobre os “apóstatas”, os quais, impossibilitados de poder contestar qualquer coisa de que se lhes acusam, ficam a depender da boa vontade de outros quanto a considerá-los inocentes ou culpados.

Um exemplo clássico de “nuvem negra” surgiu no anuário de 1997, quando se relatou o caso em que um grupo evangélico exibiu na TV um vídeo considerado apóstata:

Em Yacuiba, **Bolívia**, um grupo evangélico providenciou que uma rede de TV exibisse um filme que evidentemente foi produzido por apóstatas. Em vista dos maus efeitos desse programa, os anciãos decidiram visitar duas redes de TV e oferecer-se para pagar pela exibição para o público dos vídeos *Testemunhas de Jeová — A Organização Que Leva o Nome* e *A Bíblia — Um Livro de Fatos e Profecias*. Depois de ver os vídeos da Sociedade, o proprietário de uma emissora de rádio ficou indignado com as informações deturpadas apresentadas no programa dos apóstatas e ofereceu-se para fazer anúncios gratuitos do congresso de distrito para as Testemunhas de Jeová. A assistência foi bem maior do que a esperada, e muitas pessoas sinceras passaram a fazer perguntas nas visitas das Testemunhas de Jeová na pregação (*Anuário das Testemunhas de Jeová* de 1997, páginas 61,62).

Sem se dispor a dizer qual o nome do filme “apóstata” e sem sequer dizer quais eram as acusações, o Corpo Governante compraz-se em relatar que, depois de assistir às *duas versões*, um boliviano “ficou indignado com as informações deturpadas apresentadas no programa dos apóstatas”. Note: a citação desse boliviano parece fazer sentido porque ele assistiu às *duas versões*, portanto, pode estar fazendo um julgamento justo. O Corpo Governante gostou que seus representantes tenham conseguido fazer que duas redes de TV exibissem a *sua versão* dos fatos. Curiosamente, ele, ao passo que divulga sua lista de vídeos assistidos por bolivianos, evita citar o título do filme “apóstata”, claramente, com o propósito de que os seus leitores,

Testemunhas ou não, tenham dificuldade de assisti-lo e fazer, eles próprios, um julgamento sobre se de fato esse filme continha informações “deturpadas”.

Um caso parecido foi publicado dois anos antes:

Durante uma mesa-redonda na TV, na Alemanha, uns apóstatas inventaram uma porção de mentiras sobre as Testemunhas. Um telespectador reconheceu as histórias inventadas pelos apóstatas e se sentiu induzido a recomendar seu estudo bíblico com as Testemunhas. Sim, o vitupério público às vezes produz resultados positivos! — Note Filipenses 1:12, 13. (A *Sentinela* de 1º de abril de 1995, página 29).

Também nesse caso, um único testemunho de um único telespectador é tido como suficiente para atestar como mentirosas as afirmações dos considerados apóstatas. Nenhum leitor, Testemunha ou não, terá a oportunidade de julgar por si quanta verdade, o quanta mentira, contaram os “apóstatas”, mas isso não importa – e importa sim que a palavra da autoridade religiosa fique acima de qualquer investigação, uma vez que, assim como na Bolívia, não se diz absolutamente nada que se possa identificar qual TV e em qual data se exibiu o tal programa.

Em ambos os casos, fica a nuvem negra pairando sobre os considerados apóstatas. Dificilmente se saberá que acusações foram feitas, mas as Testemunhas de Jeová, em sua maioria, tiveram sua convicção mais solidificada, isto é, de que os “apóstatas” são pessoas iníquas e que apenas contam meias-verdades e mentiras.

Porém, há uma acusação que a Torre de Vigia cita e procura refutar. Trata-se da acusação de que a religião das Testemunhas tem destruído muitas famílias e tornado infeliz a vida de muitas outras. Quem leu no primeiro capítulo sobre o modo como os fiéis são exortados a tratar os ex-integrantes, o incentivo explícito para que filhos desprezem os pais, que pais desprezem os filhos, que não permitam que cônjuge desassociado ou dissociado participe do estudo bíblico em família, que pais sejam avaliados se continuam aptos a continuar como pastores caso aceitem de volta ao lar um filho que foi expulso ou deixou a religião, quem leu isso está consciente do efeito destrutivo que isso pode ter em uma família. Mas que resposta a Torre de Vigia fornece a essa acusação?

Como é típico, a Torre de Vigia nunca responde diretamente a perguntas ou acusações; antes, prefere ela própria dizer qual é a acusação, bem como escolhe a extensão e direcionamento da resposta. Determinado esses limites, no seu site JW.ORG foi postado resposta à seguinte pergunta: “As Testemunhas de Jeová dividem ou unem as famílias?” Como era de se esperar, a resposta contém depoimentos de cônjuges que tiveram suas vidas melhoradas depois que um deles se tornou Testemunha de Jeová. Fala também da constante campanha que faz para se ter um casamento bem sucedido e finalmente, em sua conclusão, quando então reconhece que há de fato casamentos arruinados em seu meio, os autores deixam de lado a defesa e partem para a acusação e dizem que os casamentos são arruinados em razão de intolerância religiosa por parte do cônjuge que não é Testemunha de Jeová. Não há absolutamente nenhuma menção à real acusação que se faz à

religião, isto é, que muitas famílias são destruídas em razão da política de ostracismo social imposta ao membro familiar que não mais pertence ao grupo.

É deveras surpreendente que essa resposta, muito hipócrita em sua essência, parta justamente de quem acusa seus opositores de contar mentiras e meias-verdades.

<https://www.jw.org/pt/testemunhas-de-jeova/perguntas-frequentes/familias/>

- Orgulhosos, “pecadores habituais”

Outra acusação comum feita aos considerados apóstatas é que eles são pessoas ressentidas, orgulhosas, gananciosos, mal intencionados, perversos, “pecadores habituais”, “apóstatas descontentes” e muitos outros qualificativos – todos eles feitos com o objetivo de criar-lhes uma imagem negativa na mente das Testemunhas. Veja alguns exemplos de acusações desse tipo:

Alguns que no passado eram cristãos fiéis se afastaram deliberadamente de Deus, talvez por ressentimento, orgulho ou ganância, e agora são apóstatas que lutam contra o espírito de Deus (*Desperta!* de 8 de fevereiro de 2003, página 13).

Decida no seu coração nunca nem mesmo tocar no veneno que os apóstatas querem que absorva. Acate as ordens sábias, mas firmes, de Jeová, de evitar completamente os que querem enganá-lo, desencaminhá-lo e desviá-lo para os caminhos da morte. (*A Sentinela* de 15 de março de 1986, página 20).

Os praticantes do pecado não ‘têm visto’ a Jesus com o olho da fé; tampouco os pecadores habituais, como os apóstatas, ‘conhecem’ e apreciam a Cristo como o expiador de pecados, o “Cordeiro de Deus”. — João 1: 36 (*A Sentinela* de 15 de julho de 1986, página 16).

O progresso havido no período de dez anos mais recente é de interesse especial para nós agora. Foram anos de provação e peneiração, visto que alguns apóstatas descontentes deixaram a organização (*A Sentinela* de 1º de abril de 1984, página 12).

- Agentes do Diabo

Além de descrições objetáveis como essa, o Corpo Governante também procura associá-los ao Diabo, como mais um recurso de criar-lhes repulsa na mente das Testemunhas:

De vez em quando têm surgido nas fileiras do povo de Jeová alguns que, iguais ao Satanás original, adotaram uma atitude independente e crítica. Não

querem servir “ombro a ombro” com a fraternidade mundial. (Veja Efésios 2:19-22.) (A *Sentinela* de 1º de junho de 1982 páginas 28,29).

Somos informados de que “o próprio Satanás persiste em transformar-se em anjo de luz”. Do mesmo modo, os servos dele, inclusive os apóstatas, são “trabalhadores fraudulentos” que “também persistem em transformar-se em ministros da justiça” (A *Sentinela* de 1º de março de 2003, página 11).

Alguns, como certos apóstatas da atualidade, trabalham deslealmente quais agentes de Satanás para minar a fé de membros recém-associados da congregação cristã. (2 Coríntios 11:13). (A *Sentinela* de 15 de agosto de 1990, página 16).

- Odeiam a Deus e as Testemunhas

Como mais um dentre muitos outros recurso para desabonar os “apóstatas”, o Corpo Governante procura incutir na mente das Testemunhas que eles odeiam a Deus e às Testemunhas como povo e indivíduos.

Mateus e Marcos, escritores de Evangelhos, usam a palavra grega *ft hó·nos* para descrever a motivação dos responsáveis pelo assassinato de Jesus. (Mateus 27:18; Marcos 15:10) Sim, estes foram induzidos pela inveja. A mesma emoção prejudicial faz com que os apóstatas se tornem ferrenhos odiadores dos que antes eram seus irmãos. (1 Timóteo 6:3-5) (A *Sentinela* de 15 de setembro de 1995, página 7).

Sobre estes, o salmista [Davi] disse: *“Acaso não odeio os que te odeiam intensamente, ó Jeová, e não tenho aversão aos que se revoltam contra ti? Odeio-os com ódio consumado. Tornaram-se para mim verdadeiros inimigos.”* (Salmo 139:21, 22) Foi por odiarem intensamente a Jeová que Davi os encarava com repugnância. Os apóstatas estão incluídos entre os que mostram seu ódio por Jeová por se revoltarem contra ele. A apostasia é, na realidade, uma rebelião contra Jeová (A *Sentinela* de 1º de outubro de 1993, página 19).

Com o uso de todos esses recursos, o Corpo Governante consegue impor às Testemunha todo um receio de sequer tentar aproximação com alguém considerado apóstata. Ler seus livros, para a maioria delas, está completamente fora de cogitação. E como dito antes, mesmo alguém que se permita ler alguma coisa “apóstata”, seja em um livro ou na internet, pode depois ficar com grave crise de consciência, pode ficar certo de que desagradou a Deus. E isso foi exatamente o que senti quando, depois de ser excomungado, permiti-me, pela primeira vez, ter algum contato com material

“apóstata.” Com isso, apenas concedi-me a licença de continuar o contato porque prometi a mim mesmo que, quando voltasse a fazer contato com os pastores Testemunhas, iria revelar-lhes que havia cometido também esse “pecado”.

É graça a esse artifício que a organização religiosa tem conseguido ficar como que pura mesmo nos dias atuais, com a internet em boa parte dos lares dos fiéis. Tendo assim criado um ambiente esterilizado, a autoridade religiosa livra-se de questionamentos incômodos e mantém sua imagem de santa, o que, por sua vez, acaba por ter, pelo mundo inteiro, as Testemunhas a defendê-la, uma vez que foram mantidas ignorantes a respeito de graves acusações.

Mas considerando que os “apóstatas” são assim tão mentirosos, que há muitas informações falsas circulando a respeito das Testemunhas de Jeová, por que exatamente o Corpo Governante não se defende dessas falsas acusações?

Por que Corpo Governante não se defende?

Como pode ser visto por todo este livro, para todos os erros e possíveis erros que apresentei sobre a religião em consideração, sempre procurei postar as justificativas da Torre de Vigia. E eu teria muito prazer em colocar aqui a sua defesa das acusações que lhe fazem os apóstatas, mas assim como essa organização religiosa não relata quais são as acusações, também, e evidentemente, não apresenta a sua defesa. E por que não o faz? Uma explicação apresentada há um século pelo fundador do movimento foi recentemente resgatada como ainda válida:

Perguntaram certa vez a C. T. Russell, primeiro presidente da Sociedade Torre de Vigia (dos EUA), por que ele não se defendia das calúnias. Ele respondeu: “Se a pessoa parar para chutar todo cão que late para ela, nunca irá muito longe.” (*A Sentinela* de 1º de abril de 1995, página 27).

Essa declaração de Russell foi citada num artigo intitulado “Como os cristãos reagem ao vitupério público”, que, em sua essência, ensina como as Testemunhas devem reagir quando se lhes fazem acusações na mídia. Depois de dizer que é conveniente deixar a cargo dos anciãos qualquer possível contato com a mídia, o artigo recomenda às Testemunhas, com base em Provérbios 14:15, que não devem ser como os inexperientes e acreditar em tudo o que se dizem sobre elas. A autoridade religiosa está absolutamente certa em exortar às Testemunhas que adotem esse procedimento. Também é notável o que diz mais adiante, à página 29:

As Testemunhas de Jeová apreciam quando a pessoa com que falam é imparcial e demonstra a mesma atitude que alguns dos visitantes de Paulo em Roma, que declararam: “Achamos correto ouvir de ti quais os teus pensamentos, porque, deveras, quanto a esta seita, é sabido por nós que em toda a parte se fala contra ela.” — Atos 28:22

Isso nos trás à atenção a virtude de se ouvir os dois lados, que já consideramos em parágrafos anteriores. Curiosamente, é no final desse mesmo artigo que a autoridade religiosa divulga o caso da mesa redonda apresentado em uma TV alemã, onde a opinião de um único telespectador foi suficiente para atestar como mentirosas as afirmações feitas pelos considerados apóstatas – e sem se dignar a dizer quais eram as acusações, bem como sem citar TV e data do programa, o que, por sua vez, acaba por requerer que as Testemunhas formem sua opinião baseada apenas na versão contada pela autoridade religiosa.

Isso salienta mais um lado torpe da Torre de Vigia, que, como é natural, deseja sentir o prazer de poder contar a sua versão sobre os fatos, mas ao mesmo tempo, e sempre que possível, procura fazer que sua versão prevaleça, ainda que para isso tenha que dificultar a que outros analisem os fatos por si e formem a sua própria opinião.

Em suma, quanto a se defender das acusações feitas pela mídia, o artigo considera que o mais apropriado para a Testemunha é concentrar-se no seu serviço de pregação e, nesses locais reservados, responder pessoalmente a possíveis questionamentos dos moradores. Mas quanto a isso, há ainda uma ressalva: depende do tipo de pergunta.

Que dizer se se confrontar no serviço de campo com um apóstata ou com alguém que quer apenas discutir? Se a pessoa não for sincera, usualmente é melhor que nos excusemos e sigamos para a próxima porta. Os apóstatas e os opositores não estão interessados na verdade, mas servem apenas aos objetivos de Satanás. Mas, quando alguém faz perguntas sinceras, podemos apegar-nos a estas e responder à base das Escrituras (*Nosso Ministério do Reino* de janeiro de 1987, página 8).

Quando a autoridade religiosa autoriza as Testemunhas a classificar pessoas como “sinceras” ou “opositoras” e “apóstatas”, parece-me que o único critério a ser observado é o quão contundente são as acusações e os questionamentos apresentados pelos moradores. Caso algum morador não se deixe convencer pela resposta da Testemunha, deve-se classificá-lo como opositor e largar de mão, pois não é digno de ouvir a verdade que a Testemunha acredita possuir. Nesse respeito, e considerando que Cristo era o enviando de Deus para os judeus do primeiro século, é apenas natural concluir que suas acusações e questionamentos eram demasiadamente contundentes para os ouvintes que o resistiam (e é exatamente isso que lemos nos Evangelhos). Prova isso que Jesus era um mero “opositor”, um “apóstata”, alguém que não estava interessado na verdade? Absolutamente não! Isso indica que um questionamento, uma acusação, deve ser julgado e analisado pelos seus próprios méritos, e jamais deve ser rejeitado como sendo falso, despropositado, simplesmente pelo fato de nos atingir diretamente.

Outro objetivo dessa recomendação (embora não expresso) é reduzir ao mínimo o tempo de exposição da Testemunha a questionamentos e acusações que envolvam suas crenças e sua liderança religiosa, uma vez que, em isso ocorrendo, poderia levá-la a dar início a um processo de investigação de suas próprias crenças ou a investigar por outros meios se de fato procedem as acusações contra a Torre de Vigia. Deduzo que essa preocupação da liderança

é real pelo que conta uma revista *A Sentinela* de 1986, que diz, a título de advertência, o que aconteceu com Testemunhas que expuseram-se, por curiosidade, a matéria considerada “apóstata”:

Ora, o que fará então quando se vir confrontado com ensinamentos apóstatas — raciocínios sutis — afirmando que aquilo que você crê como Testemunha de Jeová não é a verdade? Por exemplo, o que fará se receber uma carta ou alguma literatura, e, abrindo-a, vê logo que procede dum apóstata? Será induzido pela sua curiosidade a lê-la, só para ver o que ele tem a dizer? Talvez você até mesmo raciocine: ‘Isso não me vai afetar; sou forte demais na verdade. E, além disso, tendo a verdade, não temos nada a temer. A verdade suportará a prova.’ Argumentando assim, alguns nutriram a mente com raciocínios apóstatas e caíram vítimas de sérias perguntas e dúvidas. (Veja Tiago 1:5-8) Portanto, lembre-se da advertência contida em 1 Coríntios 10:12: “Quem pensa estar de pé, acautele-se para que não caia.” (*A Sentinela* de 15 de março de 1986, página 12).

Observe que raciocínio mais torpe! Imagine que todo mundo, por todas as eras, tivessem resolvido adotar esse raciocínio com o fim de não criar dúvidas sobre suas próprias crenças, sejam elas de qualquer natureza. Então conceitos primitivos de uma terra plana deveriam ainda ser vigentes, o Sol e outros astros seriam deuses para quase todas as culturas, e fenômenos da natureza como raios e trovões deveriam nos causar um pavor descomunal. Doenças há muito erradicadas ou controladas deveriam ainda estar grassando a raça humana, ou talvez até colocando-a à beira da extinção. Para todos esses casos, quer se tratasse de adoração religiosa ou não, diversas culturas ao longo da história formaram suas próprias conclusões e as adotaram como fatos. Mas foram os questionamentos e a investigação que levaram a dúvidas, ou vice-versa, e por fim novas descobertas resultaram em um conceito equilibrado sobre todos esses fatores, o que possibilitou a que enfrentássemos diversos problemas relacionados e sanássemos a muitos deles. E em se tratando do texto bíblico aplicado, trata-se de uma completa distorção do seu sentido original. Pois o contexto trata de idolatria e fornicação, algo que os israelitas no deserto caíram vítimas por não levarem a sério leis básicas de Deus. Essas leis básicas continuam em vigor, mas, assim como na época, continuam também em vigor exortações cristãs de que devemos examinar bem os conceitos religiosos que se nos apresentam para ver se de fato são provenientes de Deus (Atos 17: 11; 1 João 4:1).

E ainda bem antes, em 1977, a autoridade religiosa saiu-se com esta outra justificativa sobre por que não se defende:

Portanto, em vez de entrarem em discussões, quando se fazem acusações falsas, as Testemunhas de Jeová costumam deixar que o peso da apresentação de provas recaia sobre os acusadores. Um bom exemplo disso é o apóstolo Paulo. Quando os inimigos religiosos lançaram contra ele acusações falsas perante o governador romano Félix, Paulo não tentou refutá-las, mas simplesmente salientou que seus acusadores não podiam provar ‘as coisas de que o acusavam’. (Atos 24:13) De modo similar, Jesus Cristo, em certa ocasião, perguntou aos seus opositores: “Quem de vós me declara

culpado de pecado?” — João 8:46 (*A Sentinela* de 1º de julho de 1977, página 414).

O caso de Paulo e de Cristo, como citado acima, parece fornecer um argumento imbatível à autoridade religiosa. É absolutamente verdade que Paulo e Cristo não eram culpados das acusações que lançavam contra eles, mas é esse o caso da Torre de Vigia? Por exemplo, muitas Testemunhas de Jeová tem escutado que a Torre de Viga, contrariando sua postura oficial, assinou secretamente um documento apoiando as Nações Unidas; outras escutam que a autoridade religiosa tem acobertado muitos casos de pedofilia, o que a torna culpada tanto quanto acusa outras religiões de semelhante erro. Este livro e diversos outros acusam essa organização religiosa de ter marcado diversas datas para o fim do mundo, bem como questiona a legitimidade de sua autoridade exercida sobre os fiéis. Para todas essas acusações, há argumentos à espera de respostas por parte da Torre de Vigia. E o que ela faz? Escreve de forma soberba que “as Testemunhas de Jeová costumam deixar que o peso da apresentação de provas recaia sobre os acusadores”. Ora, é muito cômodo escrever isso, uma vez que as Testemunhas estão proibidas de acessar quaisquer provas que se apresente! E sobre apresentação de provas, isso nos remete à penúltima citação, onde se relata que Testemunhas, por curiosidade, analisaram material considerado apóstata e, nas palavras da autoridade religiosa, “caíram vítimas de sérias perguntas e dúvidas”; mas será que essas dúvidas não foram geradas pela robustez das provas apresentadas, em detrimento da fragilidade da argumentação do Corpo Governante, ou talvez, como é em muitos casos, em decorrência da completa ausência de defesa?

E ainda para aqueles que formaram sua opinião sem ouvir a versão das Testemunhas, o Corpo Governante tem algo muito sério a dizer:

Mas, quando pessoas preferem crer nas acusações falsas, terão de sofrer as conseqüências por não terem feito uma investigação sincera. Isto está de acordo com as palavras de Jesus Cristo: “Se, pois, um cego guiar outro cego, ambos cairão numa cova.” — Mat. 15:14 (revista citada anteriormente, página 414).

Lendo isso em uma revista elaborada pela organização Torre de Vigia, quem diria que justamente essa organização pune com ostracismo social a todo Testemunha que, com base em uma “investigação sincera”, decide não mais se deixar guiar por ela!

O que de fato diz a Bíblia

Pelo que se leu em parágrafos anteriores, ficamos sabendo com quanta ênfase a Torre de Vigia exorta às Testemunhas que não devem ler nada produzido pelos considerados apóstatas. Mas uma Testemunha de Jeová dificilmente dirá que age assim a mando da autoridade religiosa, mas antes, dirá que o faz porque assim ordena a Bíblia.

Relembrando o que foi dito no começo deste capítulo, é um fato que o Corpo Governante considera que a religião liderada por ele é a continuação do cristianismo do primeiro século. Deste modo, portanto, o que os apóstolos e discípulos de Cristo escreviam a respeito de quem se desviava do Caminho e se tornava apóstata é agora tomado como se aplicando diretamente àqueles que deixam a religião das Testemunhas de Jeová e procuram, a partir de então, expor as falhas dela – o que, no conceito do Corpo Governante, não é nada mais que perseguição religiosa, assim como o era os ataques sofridos pelos primeiros cristãos.

Quanto a esse conceito da autoridade religiosa, é preciso levar em conta tudo o que já foi aqui analisado a respeito dela. Feito isso, a conclusão a que chegamos é que não há nada que diferencia essa religião de tantas outras denominações cristãs, grandes e pequenas, novas e antigas. Até onde tenho conhecimento, em todas elas é possível encontrar uma porção de ensinamentos genuinamente cristãos, bem como tantos outros distorcidos ou completamente errados. Considerando isso, vale recordar a parábola do joio e do trigo contada por Jesus Cristo (Mateus 13: 24-30, 36-43). Segundo a interpretação dele próprio, nos últimos dias estaria os cristãos verdadeiros espalhados por toda a parte, misturados a falsos cristãos; é verdade que ele disse que enviaria seus anjos para fazer a separação, mas não vejo nenhuma evidência de que esteja fazendo isso agora e ajuntando-os em religião A ou B – o que, por sua vez, não me permite aceitar que essa ou aquela liderança religiosa comporte-se como se fosse detentora do caminho da salvação e que condicione a aproximação a Cristo a que se trilhe tal caminho.

Posto isso, examino agora parte da segunda carta de João, a principal declaração bíblica usada pelo Corpo Governante com o intuito de coibir a que as Testemunhas entrem em contato com ideias consideradas apóstatas. Veja então um uso que se faz dessa parte da carta de João:

O apóstolo João orientou os cristãos a não acolherem apóstatas na sua casa. Ele escreveu: “Se alguém se chegar a vós e não trazer este ensino, nunca o recebais nos vossos lares, nem o cumprimenteis. Pois, quem o cumprimenta é partícipe das suas obras iníquas.” (2 João 10, 11) Evitarmos todo o contato com esses opositores nos protegerá do seu modo corrupto de pensar. Expor-nos aos ensinamentos apóstatas divulgados pelos diversos meios de comunicação moderna é tão prejudicial como acolher o próprio apóstata na nossa casa. Nunca devemos permitir que a curiosidade nos leve a tal rumo calamitoso! — Provérbios 22:3 (*A Sentinela* de 1º de maio de 2000, página 10).

Também é nessa parte da segunda carta de João que a Torre de Vigia fundamenta a norma que proíbe a que Testemunhas cumprimentem àqueles que foram excomungados ou dissociaram-se da religião. Quanto a se essa argumentação é válida, veja o capítulo 7, página 303

Agora quanto a se é possível aplicar as palavras de João a escritos religiosos nos termos em que estabelece a Torre de Vigia, é preciso lembrar o que o

próprio João escreveu em sua primeira carta a respeito dos escritos religiosos que circulavam por aquela época:

Amados, não acreditem em toda declaração inspirada, mas ponham à prova as declarações inspiradas para ver se elas se originam de Deus, pois muitos falsos profetas saíram pelo mundo afora (1 João 4: 1).

O apóstolo João escreveu essas palavras perto do fim do primeiro século, quando as cartas de Paulo, de Tiago e de Pedro, bem como os evangelhos e o livro de Atos, podiam todos estar circulando pelas diversas congregações então existentes. Juntamente com essas cartas e livros divinamente inspirados que chegaram aos nossos dias, João nos informa que “muitos falsos profetas” também estavam em atividade e, evidentemente, também podiam estar escrevendo livros e cartas, com claras – e não tão claras – distorções da genuína verdade cristã. E que exortação deu ele aos seus leitores? Disse-lhes que deveriam olhar a capa de um livro, identificar algum logotipo e, feito isso, julgar o conteúdo como divinamente inspirado ou apóstata? Absolutamente não, pois isso era impossível para aquela época. Os cristãos foram claramente exortados a examinar os escritos para ver se de fato fundamentavam-se em princípios divinos já conhecidos, bem como se estavam em harmonia com cartas e livros anteriores, cuja origem divina já havia sido estabelecida por eles. Isso nos remete às palavras de Lucas a respeito de como se comportaram os bereianos ante o que ouviam do apóstolo Paulo:

Estes tinham mentalidade mais nobre do que os de Tessalônica, pois aceitaram a palavra com vivo interesse, e examinavam cuidadosamente as Escrituras, todo dia, para ver se tudo era assim mesmo (Atos 17:11).

É lógico que a Torre de Vigia considera que fazer esse exame é apropriado apenas para recém-interessados, ou para pessoas de outras religiões. Esse posicionamento dela ficou bem esclarecido no primeiro capítulo, às páginas 36 a 40; mas ela própria, a Torre de Vigia, faz exatamente o contrário: ao passo que desaconselha a que as Testemunhas examinem com olhar crítico a sua literatura, procurando decidir se tudo ali está de acordo com as Escrituras, dentre mais de uma centena de livros “sagrados” escritos nos primeiros séculos, ela ousou julgar quais são inspirados e quais são apócrifos (ou apóstatas). É verdade que adotou como sagrado uma lista de livros já adotados como tal pelo movimento protestante, mas isso não altera em nada o fato de que ela os julga como sagrados ao passo que expõe em sua literatura as razões de não aceitar os demais livros que constam na versão católica da Bíblia. Em nada disso ela está errada, pois segue exatamente a recomendação que consta na primeira carta de João (capítulo 4, versículo 1). Considerando que ela assim ousa julgar tais livros pelo seu conteúdo, como então proíbe – sob ameaça de punição – a que seus seguidores façam o mesmo? A julgar por esse proceder, deveríamos ter pelo menos um versículo bíblico em que um apóstolo determinasse de forma explícita que cabia a eles, os apóstolos, decidir quais cartas ou livros eram sagrados. Mas nada disso lemos nas Escrituras; antes, ela é bastante explícita em afirmar que cabia a cada cristão julgar toda e qualquer carta, não à base de um logotipo ou autoria, mas à base do seu conteúdo.

E no que diz respeito a seguir a recomendação cristã de julgar um livro ou uma carta unicamente por seu conteúdo, isso é válido para todos os cristãos dos dias atuais, e inclui inclusive os livros e cartas que compõem a Bíblia Sagrada. Isso se dá pela razão de que as muitas traduções e versões disponíveis têm cada uma delas muitas variantes de sentidos em sua fraseologia. A própria Torre de Vigia tanto reconhece isso que decidiu fazer a sua própria tradução da Bíblia, que denominou *Tradução do Novo Mundo da Bíblia Sagrada*. Essa tradução, no entanto, tem enfrentado ferrenhas críticas, em grande parte por reformular grande quantidade de textos de modo a negar a Trindade, que é uma doutrina básica de quase todas as outras denominações cristãs. Independente de quem esteja certo quanto a essa questão, o que fica de fato provado é que um lado ou outro está torcendo as Escrituras com o fim de apoiar crenças preconcebidas.

Tendo isso em mente, fica claro o quanto se faz necessário seguir a exortação do apóstolo João sobre a quem cabe de fato jogar se esta ou aquela informação tem procedência cristã ou é (não obstante o que se diga) meramente fruto da apostasia dos tempos modernos.

<http://pontosdefe.blogspot.com.br/>

<https://www.facebook.com/LourisvaldoSantana99/>

Cinco perguntas 7

QUANDO UMA Testemunha de Jeová deseja justificar para si mesma que tem a religião verdadeira, ela geralmente compara a sua religião com as demais e, com base em alguns conceitos que lhe foi ensinado pela Torre de Vigia, acaba por “descobrir” que pertence à única religião aprovada por Deus. Consciente disso, ela bem provavelmente usará esses mesmos argumentos para defender-se de todo aquele que lhe vier questionar a razão de sua fé. Vejamos então, em cinco perguntas, se esses argumentos realmente têm a validade que se lhes atribui.

281

1 – A Bíblia realmente ordena que o cristão pregue de casa em casa?

Como quase que apenas as Testemunhas de Jeová pregam de casa em casa, isso é algo que dar a muitas Testemunhas a certeza de que compõem a única religião verdadeira. Para provar que esse conceito é correto, a organização Torre de Vigia repete exaustivamente em sua literatura os seguintes versículos (para esse estudo, as citações do livro de Atos são da Tradução do Novo Mundo, edição de 1986, em razão de que a versão de 2015 omitiu todas as notas necessárias a essa explicação):

(Atos 5: 42) E cada dia, no templo e de casa em casa, continuavam sem cessar a ensinar e a declarar as boas novas a respeito do Cristo, Jesus.

(Atos 20: 20) Ao passo que não me refreei de vos falar coisa alguma que fosse proveitosa, nem de vos ensinar publicamente e de casa em casa.

Mas a respeito de Atos 5: 42, a Tradução do Novo Mundo trás a seguinte nota associada à expressão “de casa em casa” (os colchetes são dos autores):

Lit.: “segundo [a] **casa**”. Gr.: kat’ oí-kon. Aqui, *ka-tá* é usado com o acusativo sing. no sentido distributivo. R. C. H. Lenski, na sua obra *The Interpretation of The Acts of the Apostles*, Minneapolis, EUA (1961), fez o seguinte comentário sobre At 5:42: “Os apóstolos nem por um instante pararam a sua bendita obra. ‘Cada dia’ eles continuavam, e isto abertamente, ‘no Templo’, onde o Sinédrio e a polícia do Templo podiam vê-los e ouvi-los, e, naturalmente, também κατ’ οἴκων, que é distributivo, ‘de casa em casa’, e não meramente adverbial, ‘em casa’.”

A nota a abaixo consta na mesma versão bíblica e é associada à expressão “em lares particulares” de Atos 2: 46, que é citado logo em seguida.

Ou “de casa em casa”. Gr.: *kat’ oí·kon*. Veja 5:42 n.: “casa”.

(Atos 2: 46) E dia após dia assistiam constantemente no templo, de comum acordo, tomando as suas refeições em lares particulares e participando do alimento com grande júbilo e sinceridade de coração.

A respeito dessas notas, concluímos que a palavra grega *kat’ oí·kon* foi traduzida de dois modos: “de casa em casa” e “em lares particulares”. A nota associada a Atos 2:46 acrescenta ainda que “de casa em casa” é uma tradução alternativa para a palavra grega.

282

Diante disso, surgem algumas perguntas: Por que os tradutores, em sua nota de Atos 5: 42, não acrescentaram que “em lares particulares” é uma tradução alternativa para a palavra grega? Por que deram uma explicação extensiva em Atos 5: 42, quando a palavra *kat’ oí·kon* ocorre primeiro em Atos 2: 46?

O que cito a seguir é a nota associada à expressão “de casa em casa” de Atos 20: 20, conforme consta na Tradução do Novo Mundo:

Ou “e em casas particulares”. Lit.: “e segundo casas”. Gr.: *kai kat’ oí·kous*. Aqui, *ka·tá* é usado com o acusativo pl. no sentido distributivo. Veja 5:42 n.: “casa”.

Mais uma vez os tradutores admitem que a palavra grega (agora no plural) pode corretamente ser traduzida com a expressão “e em casas particulares”.

Que não há unanimidade sobre a tradução correta dessa palavra pode ser vista em uma consulta que fez Raymond Franz em 27 traduções da Bíblia, a maioria em inglês. Abaixo cito onze da lista de 27 que consta em seu livro *Em Busca da Liberdade Cristã*, à página 255:

	Atos 2:46	Atos 5:42	Atos 20:20
AV	de casa em casa	em cada casa	de casa em casa
ASV	no lar	no lar	de casa em casa
Douay	de casa em casa	de casa em casa	de casa em casa
RSV	em seus lares	no lar	de casa em casa
NEB	em casas particulares	em casas particulares	em vossos lares
Rotherham	no lar	no lar	em vossos lares
Byington	no lar	no lar	de casa em casa
Basic Eng	em suas casas	particularmente	particularmente
Eng Revised	no lar	no lar	particularmente
Knox	nesta ou naquela casa	de casa em casa	de casa em casa
New Am St	de casa em casa	de casa em casa	de casa em casa

Com isso, vemos que não é possível deduzir desses versículos que pregar de casa em casa é uma ordem bíblica, como entende a Torre de Vigia. Mas para reforçar a sua argumentação, ela recorre a outras passagens bíblicas dos evangelhos, que são citadas abaixo:

(Mateus 10:11-14) Em qualquer cidade ou aldeia em que entrarem, procurem nela quem é merecedor e fiquem ali até partirem. Ao entrarem na casa, cumprimentem a família. Se a casa for merecedora, venha sobre ela a paz que lhes desejam; mas, se ela não for merecedora, que a paz volte a vocês. Onde quer que alguém não os receber nem ouvir as suas palavras, ao saírem daquela casa ou daquela cidade, sacudam o pó dos seus pés.

(Lucas 10:5-7) Em qualquer casa onde entrarem, digam primeiro: ‘Haja paz nesta casa.’ E, se ali houver um amigo da paz, a paz de vocês descansará sobre ele. Mas, se não houver, ela voltará para vocês. Assim, fiquem naquela casa, comendo e bebendo as coisas que lhes oferecerem, porque o trabalhador é digno do seu salário. Não fiquem mudando de uma casa para outra.

Para salientar a sua argumentação, a Torre de Vigia costuma dar destaque às partes que sublinhei, ao passo que o contexto geralmente é omitido. Mas como se pode ver acima, nas partes não sublinhadas, o contexto deixa evidente que Cristo estava dando orientações sobre como conseguir hospedagens, apenas isso.

Além disso, resta o fato de que nenhum relato dos evangelhos mostra Jesus pregando de casa em casa. Ele visitou famílias, pregou em praça pública, pregou em viagens quando encontrava pessoas em circunstâncias apropriadas, mas nunca o vemos pregando de casa em casa. Em nada isso indica, porém, que se trata de um método errado, mas apenas não é uma clara ordenança bíblica como faz parecer a Torre de Vigia.

Para uma consideração detalhada sobre esse assunto, veja o capítulo sete do livro *Em Busca da Liberdade Cristã*, de Raymond Franz.

2 – Devemos fazer uso frequente do nome “Jeová”?

(Isaías 43: 10-12) “Vocês são as minhas testemunhas”, diz Jeová, “Sim, meu servo a quem escolhi [...] Portanto, vocês são as minhas testemunhas”, diz Jeová, “e eu sou Deus”.

Foi com base nesses versículos que Joseph F. Rutherford apoiou a sua escolha do nome “Testemunha de Jeová”, e desde então o nome “Jeová” tem sido de uso frequente na literatura produzida pela organização, bem como é pronunciado nas conversas diárias entre as Testemunhas e nas suas

conversas com outras pessoas. Em alguns casos, o nome “Jeová” é até tomado por amuleto; por exemplo, quando se suspeita de estar sendo atacado por demônios, a liderança recomenda que se clame em voz alta o nome “Jeová”:

Alguns que começam a servir a Jeová e que estavam diretamente envolvidos em feitiçaria, em curandeirismo ou em práticas de magia talvez sejam molestados pelos demônios. Se isso acontecer com você, ore em voz alta a Jeová, usando o nome dele. Jeová o ajudará. — Provérbios 18:10; Tiago 4:7. (Brochura *O Caminho para a Vida Eterna – já o Encontrou?*, página 27; produzida para a África).

É verdade que a Torre de Vigia também tem dito que o nome “Jeová” não é talismã; mas tendo em vista a declaração acima, é como se fosse. Declarações no mesmo sentido também podem ser lidas nas seguintes fontes: *A Sentinela* de 15 de janeiro de 2011, página 5; *A Sentinela* de 15 de agosto de 1996, página 24; *A Sentinela* de 15 de dezembro de 1992, página 9; *A Sentinela* de 15 de outubro de 1988, página 28; *A Sentinela* de 1º de abril de 1979, página 7; *Desperta!* de 8 de maio de 1983, página 22; *Boas Novas – Para Torná-lo Feliz*, página 136; *Anuário das Testemunhas de Jeová de 1986*, página 134.

Considerando tudo isso, resta-nos saber se de fato Deus requer que seu nome seja pronunciado assim com a mesma frequência que fazem as Testemunhas de Jeová. Que indica a Bíblia sobre isso? Foi ele usado intensamente por Jesus Cristo e os primitivos cristãos, os quais são nossos melhores exemplos?

Que o nome “Jeová” consta no Velho Testamento, não há dúvida; muitas versões bíblicas ainda o trazem, seja expresso por “Jeová” ou “Javé”. O mais comum, no entanto, é que ele seja expresso por “Senhor” ou “Senhor”. Porém, dentre as cerca de 5000 cópias dos manuscritos originais do Novo Testamento, todas elas ainda dos primeiros quatro séculos da era cristã, não há sequer uma ocorrência do nome “Jeová”, ou de suas quatro letras hebraicas que o representava, a saber, YHWH.

Essa é a razão de as diversas denominações cristãs não usarem o nome “Jeová” com o mesmo rigor e frequência que o fazem as Testemunhas de Jeová. Essas denominações cristãs até reconhecem que “Jeová” é um dos muitos nomes que identificam a Deus, mas não se veem obrigadas a pronunciá-lo com tanta frequência.

Então como a Torre de Vigia justifica a sua defesa do uso frequente do nome divino? Ela apresenta duas justificativas básicas para isso:

Justificativa I – Ela diz que esse nome constava nos manuscritos originais do Novo Testamento, mas que, com o tempo, lá pelo terceiro século, esse nome foi sendo substituído por “Senhor” à medida que se fazia cópias dos originais, os quais não existem mais. Para abalizar esse conceito, ela argumenta que, se o nome constava em um determinado versículo de algum livro do Velho

Testamento, então ele devia constar no Novo Testamento sempre que esse versículo era citado. Com isso, veja como a Tradução do Novo Mundo traduz Romanos 4: 3 (o negrito foi acrescentado por mim):

(Romanos 4:3) Pois o que diz certa passagem das Escrituras? “Abraão depositou fé em **Jeová**, e isso lhe foi creditado como justiça.”

Ao passo que as primeiras cópias dos manuscritos originais usam aqui a palavra para “Senhor”, a Tradução do Novo Mundo desconsiderou isso, trocando-a por Jeová. E faz isso porque Paulo cita uma declaração de Gênesis que contém o nome divino. Veja abaixo.

(Gênesis 15:6) E Abrão depositou fé em Jeová, e Ele lhe creditou isso como justiça.

Justificativa II – Ela apoia-se na oração-modelo, na parte em que se nos ensina a pedir que o nome de Deus seja santificado, bem como na oração de Cristo, quando ele diz, por duas vezes, que tornou conhecido o nome do Pai.

(Mateus 6:9,10) Portanto, orem do seguinte modo: Pai nosso, que estás nos céus, santificado seja o teu nome. Venha o teu Reino.

(João 17:6) Tornei o teu nome conhecido aos homens que me deste do mundo. Eles eram teus, e tu os deste a mim, e eles obedeceram à tua palavra.

(João 17: 26) Eu tornei o teu nome conhecido a eles, e o tornarei conhecido, e para que o amor com que me amaste esteja neles, e eu em união com eles.

A respeito da primeira justificativa, vale lembrar o que já foi dito antes. Das cerca de 5000 cópias dos manuscritos originais dos livros e cartas do Novo Testamento, não há sequer uma que conste o nome divino. O contra-argumento da Torre de Vigia é que ele foi removido lá pelo terceiro século. Ocorre que há ainda cópias dos primeiros dois séculos. Um agrupamento de cópias, chamado *Papiro Chester Beatty N° 2* e que contem nove cartas de Paulo, foi datado como sendo das décadas finais do primeiro século, portanto, ainda bem próximo dos originais. Como se justifica que nem mesmo nessas cópias conste o nome divino?

Mesmo considerando que o nome divino tenha constado nos livros de cartas originais do Novo Testamento, é surpreendente que até mesmo na Tradução do Novo Mundo ele esteja ausente em sete cartas, a saber: Filipenses, 1 Timóteo, Tito, Filêmon e as três cartas de João. Considerando o tamanho das cartas 1 Timóteo e 1 João, e considerando que o nome divino era usado com a mesma frequência que usam as Testemunhas de Jeová, é deveras muito

estranho que ele esteja ausente nessas cartas de tamanho tão considerável. Em cartas dos dias atuais, escritas por Testemunhas de Jeová, isso dificilmente aconteceria.

É verdade que cópias primitivas do livro de Apocalipse trazem o nome divino, mas em sua forma abreviada, *Louvai a Jah*, ou, conforme é mais conhecida, *Aleluia* (Apocalipse 19: 1, 3, 4, 6). Fora isso, nenhum outro manuscrito antigo dá suporte ao conceito da Torre de Vigia de que o nome divino constava nos escritos originais do Novo Testamento.

A respeito da segunda justificativa: sob o verbete “Nome”, leiamos o que diz a obra *Estudo Perspicaz das Escrituras*, que foi elaborada pela própria Torre de Vigia.

Reputação ou Fama. No uso bíblico, “nome” freqüentemente denota fama ou reputação. (1Cr 14:17 n) Dar mau nome a alguém significava fazer uma acusação falsa contra ele, manchando a sua reputação. (De 22:19) Ter seu nome ‘lançado fora como iníquo’ significava perder a boa reputação. (Lu 6:22) Foi para fazerem para si “um nome célebre”, em desafio a Jeová, que os homens começaram a construir uma torre e uma cidade após o Dilúvio. (Gên 11:3, 4) Por outro lado, Jeová prometeu engrandecer o nome de Abrão, se este deixasse seu país e seus parentes, a fim de ir para outra terra. (Gên 12:1, 2) O que confirma o cumprimento desta promessa é que até o dia de hoje poucos nomes dos tempos antigos se tornaram tão grandes como o de Abraão, especialmente como exemplo de notável fé. Milhões de pessoas ainda afirmam ser herdeiros da bênção abraâmica por causa da sua descendência carnal dele. De modo similar, Jeová engrandeceu o nome de Davi por abençoá-lo e conceder-lhe vitórias sobre os inimigos de Israel. — 1Sa 18:30; 2Sa 7:9.

Quando se nasce, não se tem nenhuma reputação, de modo que o nome é pouco mais do que um rótulo. É por isso que Eclesiastes 7:1 diz: “Um nome é melhor do que bom óleo, e o dia da morte é melhor do que o dia em que se nasce.” Não ao nascer, mas durante o pleno decurso da vida da pessoa, é que seu “nome” assume verdadeiro significado no sentido de identificá-la como alguém que pratica a justiça ou como alguém que pratica a iniquidade. (Pr 22:1) O nome de Jesus, pela fidelidade dele até a morte, tornou-se o único nome ‘dado entre os homens, pelo qual temos de ser salvos’, e ele ‘herdou um nome mais excelente’ do que o dos anjos. (At 4:12; He 1:3, 4) Salomão, porém, para com quem se expressou a esperança de que seu nome se tornasse “mais esplêndido” do que o de Davi, morreu com o nome de relapso para com a adoração verdadeira. (1Rs 1:47; 11:6, 9-11) “O próprio nome dos iníquos apodrecerá”, ou se tornará odioso mau cheiro. (Pr 10:7) Por este motivo, “deve-se escolher antes um [bom] nome do que riquezas abundantes”. — Pr 22:1. (*Estudos Perspicaz das Escrituras*, volume 3, páginas 102,103).

Como se pode ver, o “nome” na Bíblia pode ter outro sentido que não o simples objetivo de identificar uma pessoa. Considerando isso, e visto que o nome “Jeová” não consta em nenhuma das cerca de 5000 cópias dos manuscritos

originais do Novo Testamento, será que existe a possibilidade de que as declarações de Cristo, quanto a santificar o nome de seu Pai e quanto a ter tornado conhecido o nome Dele, possam ter outro significado que não a identificação de Deus por seu nome Jeová?

Em vista dos fatos apresentados, essa é uma possibilidade real. De outro modo, ficam muito estranhas as declarações de Cristo de que tornou conhecido o nome de seu Pai e ao mesmo tempo em nenhum lugar dos quatro evangelhos o vemos usar esse nome. Por outro lado, sabemos que ele, pelo modo como viveu e pelo quanto falou das qualidades de seu Pai, santificou-O, tornando-O conhecido de um modo especial. Olhando por esse ângulo, e visto que devemos seguir o exemplo de Cristo, fica fácil entender o que Jesus quis dizer quando nos ensinou a orar dizendo: “Pai [...] santificado seja o teu nome”. E como podemos santificar o nome do Pai? Fazemo-lo quando vivemos segundo o modo em que Cristo viveu, quando desenvolvemos as qualidades que foram tão presentes nele e que constam muito bem detalhadas em todos os livros e cartas do Novo Testamento.

Apesar de todos esses fatores considerados aqui, principalmente a ausência do nome divino nas primeiras cópias dos manuscritos originais do Novo Testamento, a Torre de Vigia considera ainda que tem fonte para apoiar o seu entendimento de que o nome divino constava nos escritos originais. Para isso ela recorre a traduções bíblicas para o hebraico de diversos autores, todas elas feitas depois de mais de 1000 anos de era cristã e até algumas feitas tão recente quanto na segunda metade do século passado (veja as imagens nas próximas duas páginas). O raciocínio é o seguinte: se esses autores, lá na sua época, concluíram que o nome divino constava em um determinado versículo, é porque eles dispunham de fontes (ou fortes indícios) que lhes asseguravam que era assim. Com isso, a Torre de Vigia justifica-se por tomá-los como fontes para a sua argumentação.

Referente a essa atitude, Raymond Franz fez a seguinte constatação:

Portanto, *A Sentinela* de 15 de setembro de 1982, página 23, afirma: “Quanto mais antigo é o manuscrito bíblico, tanto mais perto está provavelmente dos autógrafos originais dos escritores inspirados, dos quais não há nenhum existente hoje em dia.” Nesta questão, porém, a organização Torre de Vigia prefere ignorar a evidência dos mais de 5.000 manuscritos gregos antigos — nenhum dos quais traz o Tetragrama [as quatro letras do nome divino em hebraico] — e deixar-se guiar, não pelos *manuscritos* no idioma original, mas basicamente por *traduções* modernas, que refletem, no final das contas, a opinião pessoal dos tradutores. (*Em Busca da Liberdade Cristã*, de Raymond Franz, página 603).

- J¹ Mateus, hebr., editado por J. du Tillet, com uma tradução lat. de J. Mercier, Paris, 1555.
- J² Mateus, hebr., incorporado como capítulo separado em 'É·ven bó·hhan ["Pedra Provada"], de Shem-Tob ben Isaac Ibn Shaprut, 1385. Mss. dos séc. 16 e 17, Jewish Theological Seminary, Nova Iorque.
- J³ Mateus e Hebreus, hebr. e lat., de Sebastian Münster, Basileia, 1537 e 1557 respectivamente.
- J⁴ Mateus, hebr., de J. Quinquarboreus, Paris, 1551.
- J⁵ Evangelhos Litúrgicos, hebr., de F. Petri, Wittenberg, 1573.
- J⁶ Evangelhos Litúrgicos, em alemão, lat., gr. e hebr., de Johann Clajus, Leipzig, 1576.
- J⁷ Escrituras Gregas Cristãs em 12 idiomas, inclusive hebr., de Elias Hutter, Nurembergue, 1599.
- J⁸ Escrituras Gregas Cristãs, hebr., de William Robertson, Londres, 1661.
- J⁹ Evangelhos, hebr. e lat., de Giovanni Battista Jona, Roma, 1668.
- J¹⁰ *The New Testament . . . in Hebrew and English*, de Richard Caddick, Vol. I-III, contendo Mateus-1 Coríntios, Londres, 1798-1805.
- J¹¹ Escrituras Gregas Cristãs, hebr., de Thomas Fry e outros, Londres, 1817.
- J¹² Escrituras Gregas Cristãs, hebr., de William Greenfield, Londres, 1831.
- J¹³ Escrituras Gregas Cristãs, hebr., de A. McCaul, M. S. Alexander, J. C. Reichardt e S. Hoga, Londres, 1838.
- J¹⁴ Escrituras Gregas Cristãs, hebr., de J. C. Reichardt, Londres, 1846.
- J¹⁵ Lucas, Atos, Romanos e Hebreus, hebr., de J. H. R. Biesenthal, Berlim, 1855, 1867, 1853 e 1858 respectivamente.

Acima está assinalada a fonte mais antiga:

- J¹⁶ Escrituras Gregas Cristãs, hebr., de J. C. Reichardt e J. H. R. Biesenthal, Londres, 1866.
- J¹⁷ Escrituras Gregas Cristãs, hebr., de Franz Delitzsch, Londres, ed. de 1981.
- J¹⁸ Escrituras Gregas Cristãs, hebr., de Isaac Salkinson e C. D. Ginsburg, Londres.
- J¹⁹ João, hebr., de Moshe I. Ben Maeir, Denver, Colorado, 1957.
- J²⁰ *A Concordance to the Greek Testament*, de W. F. Moulton e A. S. Geden, quarta ed., Edimburgo, 1963.
- J²¹ *The Emphatic Diaglott* (interlinear grego-inglês), de Benjamin Wilson, Nova Iorque, 1864, reimpressão pela Watch Tower Bible and Tract Society, Brooklyn, 1942.
- J²² Escrituras Gregas Cristãs, hebr., das United Bible Societies (Sociedades Bíblicas Unidas), Jerusalém, 1979.
- J²³ Escrituras Gregas Cristãs, hebr., de J. Bauchet, Roma, 1975.
- J²⁴ *A Literal Translation of the New Testament . . . From the Text of the Vatican Manuscript*, de Herman Heinfetter, Londres, 1863.
- J²⁵ *St. Paul's Epistle to the Romans*, de W. G. Rutherford, Londres, 1900.
- J²⁶ Salmos e Mateus 1:1-3:6, hebr., de Anton Margaritha, Leipzig, 1533.
- J²⁷ *Die heilige Schrift des neuen Testaments*, de Dominik von Brentano, terceira ed., Viena e Praga, 1796.
- J²⁸ *The New Covenant Commonly Called The New Testament — Peshitta Aramaic Text With a Hebrew Translation*, publicado pela Sociedade Bíblica, Jerusalém, 1986.

Acima está assinalada a fonte mais recente; Tradução do Novo Mundo, edição de 1986, páginas 9, 10.

A Tradução do Novo Mundo, em seu Apêndice, apresenta a lista das 237 localizações em que se inseriu o nome divino:

Segue-se a lista dos 237 lugares em que ocorre o nome “Jeová” no texto principal da *Tradução do Novo Mundo das Escrituras Gregas Cristãs*. Em apoio desta maneira de tradução alistam-se diversas fontes pelos seus símbolos respectivos. Quanto à explanação dos símbolos (as referências “J”), veja a Introdução sob “Símbolos dos Textos Usados”. (Apêndice da *Tradução do Novo Mundo das Escrituras Sagradas com Referências*, edição de 1986, páginas 1504-1506).

O espaço é pequeno para citar aqui as 237 ocorrências do nome “Jeová” na Tradução do Novo Mundo, mas cito a seguir parte delas, com destaque para Gálatas 3:6:

2 CORÍNTIOS		
3:16	Ky;	J7,8,13,14,16,22,24,28
3:17	*Ky;	J7,8,13,14,16,28
3:17	Ky;	J7,8,13,14,16,22,24,28
3:18	Ky;	J7,8,13,14,16,22,24,28
6:17	Ky;	J7,8,11-14,16-18,22-24,28
6:18	Ky;	J7,8,11-14,16-18,22-24,28
8:21+	Ky;	J7,8,24
10:17	Ky;	J7,8,13,14,16-18,22-24,28
10:18	*Ky;	J7,8,13,14,16-18,22,23,28
GÁLATAS		
3:6	*Th;	J7,8
EFÉSIOS		
2:21	Ky;	J7,8,13,16-18,22-24,28
5:17+	*Ky;	J7,8
5:19	*Ky;	J7,8,13,16,23,28
6:4	Ky;	J7,8,22,24
6:7	*Ky;	J7,8
6:8	Ky;	J22,24
COLOSSENSES		
1:10+	*Ky;	J7,8
3:13+	*Ky;	J23

Como se vê pela referência J^{7,8}, os tradutores, para apoiar o uso do nome Jeová em Gálatas 3:6, descartaram o testemunho das cópias dos primeiros séculos e foram buscar apoio em versões bíblicas dos séculos 16 e 17.

Para informações mais detalhadas sobre esse assunto, veja o capítulo 14 do livro *Em Busca da Liberdade Cristã*, de Raymond Franz.

3 – Apenas 144 mil pessoas vão para o céu?

Pelos anos em que fui Testemunha de Jeová, o exame dessa questão era o que mais me dava certeza de que as Testemunhas de Jeová compunham a única religião verdadeira. Isto se dava porque eu fora levado a acreditar que a Bíblia é absolutamente clara em afirmar que a apenas 144 mil cristãos está reservada a vida celestial, ao passo que um número incontável de outros, uma “grande multidão”, viverão para sempre na Terra como sobreviventes do Armagedom. Como todas as demais religiões cristãs que conheço ensinam que todos os cristãos vão para o céu, isso era o suficiente para concluir que todas elas eram religiões falsas.

O capítulo dois deste livro tratou superficialmente desta questão (veja a página 67, bem como também o capítulo 8, páginas 323 a 325). Ali ficamos sabendo que foi em 1935 que Rutherford deu um novo sentido para a “grande multidão” do capítulo 7 de Apocalipse. Esse capítulo começa nos informando sobre o processo de seleção de 144 mil cristãos, ou “escravos do nosso Deus”, de todas as 12 tribos de Israel, 12 mil de cada tribo. Logo após, o versículo 9 acrescenta:

Depois disso eu vi uma grande multidão, que nenhum homem era capaz de contar, de todas as nações, tribos, povos e línguas, em pé diante do trono e diante do Cordeiro, vestidos de compridas vestes brancas, e havia folhas de palmeiras nas suas mãos.

Esse contraste entre 144 mil contados e “uma grande multidão, que nenhum homem era capaz de contar”, parecia ser a explicação mais lógica para Rutherford; para ele, isso era uma declaração explícita de que apenas 144 mil cristãos seriam aceitos no céu, ao passo que os demais, a “grande multidão”, viveriam na Terra. Depois disso, a religião adotou em definitivo seu conceito restauracionista, que já era uma bandeira há muito defendida por diversos grupos cristãos.

Posteriormente, para reforçar esse conceito, a religião buscou apoio em outras partes da Bíblia. Por exemplo, alguns meses antes de sua morte, quando Jesus fez o discurso sobre ser ele o “bom pastor”, ele considerou o povo de Israel como um figurativo rebanho de ovelhas e acrescentou:

E tenho outras ovelhas, que não são desse aprisco; a essas também tenho de trazer, e elas escutarão a minha voz e se tornarão um só rebanho, com um só pastor (João 10:16).

Esse discurso de Cristo talvez nos faça lembrar do capítulo 34 de Ezequiel, onde Jeová fala em tomar posição a favor de suas ovelhas, os israelitas fiéis, que eram maltratados e explorados pelos líderes infiéis daquela nação. O próprio Cristo um ano antes já havia feito referência ao povo de Israel como um rebanho de ovelhas. O que cito a seguir é parte de suas instruções que ele deu aos apóstolos, quando os enviou a uma viagem de pregação:

Jesus enviou esses 12, dando-lhes as seguintes instruções: “Não se desviem para a estrada das nações e não entrem em cidade samaritana; mas, em vez disso, vão somente às ovelhas perdidas da casa de Israel”. (Mateus 10: 5,6)

À base disso e à base da oportunidade que posteriormente se estendeu a pessoas de outras nações para também se tornarem seguidores de Cristo, pode ser evidente a alguns que Cristo, quando falou que tinha “outras ovelhas” e que estas também se chegariam a ele e se tornariam “um só rebanho, com um só pastor”, ele estava falando de pessoas de todas as nações, inclusive pessoas do nosso tempo, que se juntariam aos seus seguidores judeus e formariam “um só rebanho”, tendo a ele como “um só pastor” (veja a correlação entre os dois grupos na declaração de Mateus 10: 5,6).

Essa, porém, não é a explicação que o Corpo Governante dar para esse texto. Depois que se adotou o conceito de que Deus tem na Terra duas classes de cristãos, o próprio Cristo foi convocado como testemunha e suas palavras em João 10: 16 foram tomadas como uma confirmação de que “outras ovelhas” se refere ao mesmo grupo de pessoas de Apocalipse, a “grande multidão”.

Como foi dito no primeiro capítulo (veja a página 58), apenas as Testemunhas de Jeová que tem esperança celestial é que tomam do pão e do vinho na celebração anual da páscoa. A respeito disso, é dito a todas as Testemunhas que devem fazer um exame rigoroso da sua situação e se verificarem que não sentiram o chamado de ir para o céu, então não devem tomar dos emblemas pascoais (pão e vinho), sob pena de estarem incorrendo no desfavor de Deus.

Alguns têm tomado os emblemas da Comemoração, embora mais tarde se dessem conta de que não deviam ter feito isso. Aqueles que legitimamente tomam os emblemas da Comemoração foram escolhidos por Deus e têm o testemunho do espírito de Deus neste sentido. (Romanos 8:15-17; 2 Coríntios 1:21, 22) Não é a decisão ou determinação pessoal deles que os torna dignos disso. Deus limitou o número dos que governarão com Cristo nos céus a 144.000, número relativamente pequeno em comparação com todos os beneficiados pelo resgate de Cristo. (Revelação [Apocalipse] 14:1, 3) A escolha começou nos dias de Jesus, de modo que hoje há apenas poucos participantes. E ao passo que a morte leva alguns, este número deve diminuir.

Por que tomaria alguém erroneamente os emblemas? Talvez por causa de conceitos religiosos anteriores — de que todos os fiéis vão para o céu. Ou pode ser por motivo de ambição ou egoísmo — por achar que merece mais do que outros — e o desejo de ter destaque. Talvez seja devido a fortes emoções resultantes de problemas graves ou duma tragédia que faça a pessoa perder o interesse pela vida na Terra. Pode ser também por causa duma forte amizade com alguém que tem a chamada celestial. Todos nós precisamos lembrar-nos de que a decisão cabe exclusivamente a Deus, não a nós. (Romanos 9:16) Se alguém, “depois de escrutínio”, descobrir que realmente não devia ter tomado os emblemas, deve passar a refrear-se disso. — 1 Coríntios 11:28 (A Sentinela de 1º de abril de 1996, páginas 7,8).

A citação de 1 Coríntios 11:28 (final da citação anterior) soa para as Testemunhas como uma advertência, pois o seu contexto é bem mais específico sobre a gravidade de se tomar dos emblemas “indignamente”:

Portanto, quem comer o pão ou beber o cálice do Senhor indignamente será culpado com respeito ao corpo e ao sangue do Senhor. Primeiro, que o homem examine e aprove a si mesmo, e só então coma do pão e beba do cálice. Pois quem come e bebe sem discernir o corpo, come e bebe julgamento contra si mesmo (1 Coríntios 11: 27-29).

Mas um exame de versículos anteriores (17-23) revela que o que Paulo tinha em mente era tomar dos emblemas quando em pecado, ou sem o devido respeito pela ocasião; como não havia por aquela época duas classes de cristãos, Paulo não poderia estar advertindo a alguns cristãos que procurassem no seu íntimo a certeza de que tinham um chamado celestial.

292

Mas o que é essa certeza de uma chamada celestial? A respeito disso, note o que Cristo disse a seus apóstolos na sua última páscoa com eles:

Na casa do meu Pai há muitas moradas. Se não fosse assim, eu lhes teria dito, pois vou embora para preparar um lugar para vocês. Também, depois que eu for embora e lhes preparar um lugar, virei novamente e os levarei comigo, para que, onde eu estiver, vocês também estejam (João 14:2,3).

Em harmonia com isso, todo o Novo Testamento dar ênfase a essa esperança, a essa garantia de que os seguidores de Cristo têm como destino a corte celestial, onde estarão com Cristo assim como ele prometeu. Para muitos cristãos, essa é uma certeza que eles têm, é um alvo que tomaram para toda a vida, isto é, viver como cristão para que no fim possa herdar essa bela promessa. Porém, a liderança das Testemunhas de Jeová praticamente suprimiu essa esperança de sua literatura; toda ela praticamente dá ênfase a um paraíso na Terra, como sendo a única esperança disponível para a humanidade. Com isso, a pessoa que mostra um leve interesse nesse conceito, logo pode ser levada a acreditar que de fato o Novo Testamento, com sua esperança celestial ali tão evidente, não foi escrito para ela, que quase nada daquilo se aplica a ela, que ela tem que renunciar a qualquer esperança de vida celestial e alimentar apenas o desejo de viver na Terra, para sempre.

Com isso, há que se perguntar que validade tem o incentivo do Corpo Governante que se faça um exame de si, do coração, para que se tenha certeza de que é um dos que receberam um chamado para morar no céu. É verdade que as Testemunhas de Jeová de modo geral fazem esse exame e concluem que não receberam o chamado. Mas por que concluem assim? Não será porque foram levadas a renunciar tal esperança?

Para aqueles que desejam saber como se tem a certeza de que se recebeu o chamado, o Corpo Governante aponta-lhes o capítulo 8 de Romanos, que diz o seguinte no seu versículo 16:

O próprio espírito dá testemunho com o nosso espírito de que somos filhos de Deus.

Com essas palavras, o Corpo Governante passa para as Testemunhas que Deus de alguma forma interfere nos sentimentos e convicções do cristão e dar-lhes uma suprema certeza de que foi ungido com espírito santo, que foi escolhido para morar no céu. É isso que lemos em uma revista *A Sentinela* de 2002:

Como os ungidos sabem que receberam a chamada celestial? Receberam do espírito santo um testemunho inconfundível. O apóstolo Paulo escreveu a tais: “Todos os que são conduzidos pelo espírito de Deus, estes são filhos de Deus. . . . O próprio espírito dá testemunho com o nosso espírito de que somos filhos de Deus. Então, se somos filhos, somos também herdeiros: deveras, herdeiros de Deus, mas co-herdeiros de Cristo, desde que soframos juntamente, para que também sejamos glorificados juntamente.” (Romanos 8:14-17) Este testemunho do espírito é tão poderoso, que aqueles que tiverem a mínima dúvida quanto a se receberam a chamada celestial podem concluir razoavelmente que não a receberam, e por isso não devem tomar os emblemas na Comemoração (*A Sentinela* de 1º de fevereiro de 2002, página 20).

Com essas palavras, a liderança religiosa visa reforçar seu conceito de que há duas classes de cristãos. Mas será que Paulo de fato falava sobre duas classes de cristãos, uns privilegiados com a chamada celestial, tal quais “filhos de Deus”, e outros que embora aceitem a Cristo tal qual seu salvador, mas que por alguma razão não foram considerados dignos de serem considerados “filhos de Deus”?

Uma leitura atenta dos versículos anteriores, porém, dá-nos um conceito surpreendente. Leiamos:

Portanto, não há nenhuma condenação para os que estão em união com Cristo Jesus. **2** Pois a lei do espírito que dá a vida em união com Cristo Jesus libertou você da lei do pecado e da morte. **3** O que a Lei era incapaz de fazer, visto que era fraca por causa da carne, Deus fez por enviar o seu próprio Filho na semelhança da carne pecaminosa para eliminar o pecado. E assim condenou o pecado na carne, **4** para que as justas exigências da Lei se cumprissem em nós, que não andamos de acordo com a carne, mas de acordo com o espírito. **5** Pois os que vivem de acordo com a carne fixam a mente nas coisas da carne; mas os que vivem de acordo com o espírito, nas coisas do espírito. **6** Pois fixar a mente na carne significa morte, mas fixar a mente no espírito significa vida e paz. **7** Porque fixar a mente na carne significa inimizade com Deus, visto que a carne não está em sujeição à lei de Deus; de fato, nem pode estar. **8** De modo que os que vivem em harmonia com a carne não podem agradar a Deus. No entanto, vocês não vivem em harmonia com a carne, mas com o espírito, se o espírito de Deus realmente mora em vocês. Mas, se alguém não tem o espírito de Cristo, essa pessoa não pertence a ele. **10** Se, porém, Cristo está em união com vocês, o corpo está morto por causa do pecado, mas o espírito é vida por causa da justiça. **11** Portanto, se o espírito daquele que levantou a Jesus dentre os mortos mora em vocês, aquele que

levantou a Cristo Jesus dentre os mortos também dará vida aos seus corpos mortais por meio do espírito dele, que mora em vocês. **12** Assim, irmãos, estamos sob obrigação, mas não para com a carne, ou seja, para viver de acordo com a carne; **13** pois, se vocês viverem de acordo com a carne, certamente morrerão; mas, se pelo espírito entregarem à morte as práticas do corpo, vocês viverão. **14** Porque todos os que são guiados pelo espírito de Deus são realmente filhos de Deus. **15** Pois vocês não receberam um espírito de escravidão, que causasse novamente temor, mas receberam um espírito de adoção como filhos, e é por meio desse espírito que clamamos: “Aba, Pai!” **16** O próprio espírito dá testemunho com o nosso espírito de que somos filhos de Deus. **17** Então, se somos filhos, somos também herdeiros — herdeiros de Deus, mas co-herdeiros com Cristo —, desde que sofremos com ele, para que também sejamos glorificados com ele (Romanos 8:1-17).

Paulo realmente fala de duas classes de pessoas, mas não deixa evidente que se trata de uma classe de cristãos privilegiados com a chamada celestial, em contraste com outra classe, com esperança de viver na Terra; antes, suas palavras são bem explícitas de que as duas classes de pessoas são referentes àqueles que se deixam guiar pelo espírito e aqueles que se deixam guiar pelos desejos da carne. E o versículo 14 é bem enfático:

Porque todos os que são guiados pelo espírito de Deus são realmente filhos de Deus.

Foram a esses cristãos que se deixavam guiar pelo espírito de Deus, que resistiam aos desejos da carne, sim, foram a eles que Paulo disse logo em seguida:

Pois vocês não receberam um espírito de escravidão, que causasse novamente temor, mas receberam um espírito de adoção como filhos, e é por meio desse espírito que clamamos: “Aba, Pai!”

O Corpo Governante, porém, não concorda que o conceito de adoção seja aplicado a todo aquele que aceita a Cristo como seu salvador, que deseja tê-lo como Pai. Antes, estes têm que se conformar com uma esperança de um dia serem adotados como filho, somente isso, e não importam o quanto desejem isso, não importa o quanto resistam aos desejos carnis, não importam o quanto se esforcem em viver de acordo com os princípios cristãos.

Diante dos fatores considerados até aqui, verificamos que os textos de João 10: 16 e de Romanos 8: 16 não dão ao Corpo Governante o suporte desejado, não se pode atribuir a esses versículos nenhum sentido que apoie o conceito de que há duas classes de cristãos. Mas será que o capítulo 7 de Apocalipse é absolutamente claro em afirmar que a “grande multidão” é um grupo distinto dos 144 mil, que ela é um grupo de pessoas que viverá na terra ao passo que 144 mil cristãos selecionados viverão no céu?

Considerado de maneira geral, os leitores da Bíblia entendem que a “grande multidão” mencionada pelo apóstolo João está no céu. Eles chegam a essa

conclusão com base na própria leitura deste capítulo, quando, em sua leitura, atentam-se para as expressões “diante do trono” e “diante do Cordeiro” (versículos 9 e 15), bem como também “no seu templo” (versículo 15).

Veja esses destaques na citação abaixo:

Depois disso eu vi uma grande multidão, que nenhum homem era capaz de contar, de todas as nações, tribos, povos e línguas, em pé diante do trono e diante do Cordeiro, vestidos de compridas vestes brancas, e havia folhas de palmeiras nas suas mãos. [...] É por isso que estão diante do trono de Deus, e lhe prestam serviço sagrado dia e noite no seu templo; Aquele que está sentado no trono estenderá a sua tenda sobre eles (Apocalipse 7:9, 15).

Como foi dito no capítulo dois deste livro, até 1935 a liderança das Testemunhas de Jeová também acreditava que a “grande multidão” era uma classe celestial, embora compusesse uma classe rebaixada de cristãos. Veja essa confissão abaixo:

No passado, até mesmo os Estudantes da Bíblia a consideravam como uma classe celestial secundária, conforme se nota no Volume I de *Estudos das Escrituras, O Plano Divino das Eras*, de 1886, em inglês: “Eles perdem o prêmio do trono e da natureza divina, mas finalmente obterão o nascimento como seres espirituais duma ordem inferior à natureza divina. Embora sejam verdadeiramente consagrados, são vencidos pelo espírito mundano a tal ponto, que deixam de entregar sua vida em sacrifício.” E tão recentemente como em 1930, essa ideia foi expressa em *Luz*, Livro Um, em inglês: “Aqueles que constituem esta grande multidão deixam de aceitar o convite de se tornarem testemunhas zelosas do Senhor.” Foram descritos como grupo justo aos seus próprios olhos, que tinha certo conhecimento da verdade, mas fazia pouco quanto a pregá-la. Iriam para o céu como classe secundária, que não participaria em reinar com Cristo (*Revelação – Seu Grandioso Clímax Está Próximo*, página 120).

Porém, depois que Rutherford afirmou que a “grande multidão” era uma classe terrestre, a ser composta pelos sobreviventes do Armagedom, era preciso provar que o capítulo 7 de Apocalipse não diz exatamente o que parece dizer.

A respeito da palavra grega para “diante”, veja que justificativa apresenta o Corpo Governante para provar que “diante do trono” não quer dizer exatamente “diante do trono” (os colchetes são dos autores):

Como sabemos que estar “em pé diante do trono” não significa que a grande multidão está no céu? Sobre este ponto há bastante evidência clara. Por exemplo, a palavra grega traduzida aqui por “diante” (*e·nó·pi·on*) significa literalmente “à vista [do]” e é usada diversas vezes com respeito a humanos na Terra, que estão “diante” ou “à vista” de Jeová. (1 Timóteo 5:21; 2 Timóteo 2:14; Romanos 14:22; Gálatas 1:20) (*Revelação – Seu Grandioso Clímax Está Próximo*, página 123).

Mas estranhamente, o Corpo Governante deixa de dizer que essa preposição (*e·nó·pi·on*) também ocorre “diversas vezes” no próprio livro de Apocalipse e que em todas elas relaciona-se com coisas ou pessoas no ambiente celestial.

Veja todas as ocorrências nas citações abaixo:

João, às sete congregações que estão na província da Ásia: Que vocês tenham bondade imerecida e paz da parte “Daquele que é, que era e que vem”, da parte dos sete espíritos que estão diante (*e·nó·pi·on*) do seu trono (Apocalipse 1:4)

Do trono vinham relâmpagos, vozes e trovões. Havia sete lâmpadas de fogo acesas diante (*e·nó·pi·on*) do trono — elas representam os sete espíritos de Deus. Diante (*e·nó·pi·on*) do trono havia algo semelhante a um mar vítreo, como cristal [...] Os 24 anciãos se prostram diante (*e·nó·pi·on*) Daquele que está sentado no trono, adoram Aquele que vive para todo o sempre e lançam suas coroas diante (*e·nó·pi·on*) do trono, dizendo (Apocalipse 4: 5,6, 10)

Depois disso eu vi uma grande multidão, que nenhum homem era capaz de contar, de todas as nações, tribos, povos e línguas, em pé diante (*e·nó·pi·on*) do trono e diante (*e·nó·pi·on*) do Cordeiro, vestidos de compridas vestes brancas, e havia folhas de palmeiras nas suas mãos. [...] Todos os anjos estavam em pé ao redor do trono, dos anciãos e das quatro criaturas viventes; e eles se prostraram com o rosto no chão diante (*e·nó·pi·on*) do trono e adoraram a Deus [...] É por isso que estão diante (*e·nó·pi·on*) do trono de Deus, e lhe prestam serviço sagrado dia e noite no seu templo; Aquele que está sentado no trono estenderá a sua tenda sobre eles. (Apocalipse 7: 9, 11, 15)

Chegou outro anjo, segurando um incensário de ouro, e ele parou junto ao altar. Foi-lhe dada uma grande quantidade de incenso para oferecer, junto com as orações de todos os santos, sobre o altar de ouro que estava diante (*e·nó·pi·on*) do trono. (Apocalipse 8: 3)

O sexto anjo tocou a sua trombeta. E ouvi uma voz que vinha do meio dos chifres do altar de ouro que está diante (*e·nó·pi·on*) de Deus (Apocalipse 9: 13)

Os 24 anciãos que estavam sentados nos seus tronos diante (*e·nó·pi·on*) de Deus se prostraram com o rosto no chão e adoraram a Deus (Apocalipse 11: 16).

Estavam cantando o que parecia ser um novo cântico, diante (*e·nó·pi·on*) do trono e diante (*e·nó·pi·on*) das quatro criaturas viventes e dos anciãos. Ninguém podia aprender esse cântico, exceto os 144.000 que foram comprados da terra (Apocalipse 14: 3).

A respeito de Apocalipse 4: 10, onde lemos que “os 24 anciãos se prostram diante (e·nó·pi·on) Daquele que está sentado no trono”, cabe a pergunta: onde que João ver “os 24 anciãos”? Considere a resposta do Corpo Governante:

João sabia que foram designados sacerdotes para servir no antigo tabernáculo. Portanto, o que ele descreve a seguir pode tê-lo deixado surpreso: **“E ao redor do trono há vinte e quatro tronos, e nestes tronos vi sentados vinte e quatro anciãos, trajados de roupas exteriores brancas, e nas suas cabeças coroas de ouro.” (Revelação 4:4)** Sim, em vez de sacerdotes há 24 anciãos, entronizados e coroados como reis. Quem são esses anciãos? São os próprios ungidos da congregação cristã, já ressuscitados e ocupando a posição celestial que Jeová lhes prometera. Como sabemos isso? Em primeiro lugar, eles usam coroas. A Bíblia fala dos cristãos ungidos como recebendo ‘uma coroa incorruptível’ e como obtendo vida infundável — imortalidade. (1 Coríntios 9:25; 15:53, 54) Mas, visto que esses 24 anciãos estão sentados em tronos, as coroas de ouro, neste contexto, representam autoridade régia. (Compare isso com Revelação 6:2; 14:14.) Isto dá apoio à conclusão de que os 24 anciãos retratam os seguidores ungidos dos passos de Jesus, na posição celestial deles, porque Jesus fez com eles um pacto, para se sentarem em tronos no Reino dele. (Lucas 22:28-30) Somente Jesus e esses 24 anciãos — nem mesmo os anjos — são descritos como governando no céu na presença de Jeová (*Revelação – Seu Grandioso Clímax Está Próximo*, páginas 77,78)

O mesmo se dá com todas as demais ocorrências de e·nó·pi·on no livro de Apocalipse. Todas elas estão relacionadas com coisas ou pessoas no ambiente celestial. Então por que em Apocalipse 7:9 haveria de ser uma exceção? Diante disso, e em virtude de o Corpo Governante nem sequer explicar que isso era uma exceção, fica evidente que “diante do trono” não pode ser tomado como uma afirmação inequívoca de que a “grande multidão” está na terra, embora, como diz o Corpo Governante, estar “diante do trono” possa também significar estar na terra, mas à vista de Deus, ou diante Dele.

Que dizer de Apocalipse 7: 15, onde lemos que é “no seu templo”, ou no templo de Deus, que a “grande multidão” presta serviço sagrado a Deus?

A respeito de onde a “grande multidão” serve a Deus, se no céu ou na Terra, é digno de nota que o Corpo Governante viu-se obrigado a dar uma resposta às pressas, lá no início dos anos 80, em razão de que alguns integrantes da sede internacional estavam a discutir entre si se era realmente bíblica a afirmação de que a “grande multidão” era uma classe de pessoas que viveria na Terra. Da discussão entre alguns membros da sede, resultou que cerca de uma dezena foi excomungada por apostasia e expulsa do que era até então o seu lar. Seria isso mais uma vez em que a autoridade religiosa se fazia prevalecer pela força em vez de pela razão? Vejamos:

Em resposta ao que a liderança religiosa considerava heresia, foi publicado o artigo “Onde a ‘grande multidão’ presta serviço sagrado?”, que saiu na revista

A *Sentinela* de 15 de fevereiro de 1981, páginas 14-20. O artigo procurou destacar que João ver a “grande multidão” prestando serviço sagrado a Deus “no seu templo” não significa que a grande multidão tenha que estar no céu. Explica que a palavra grega traduzida por templo é *naós* e pode se referir não apenas ao santuário do Templo, que prefigura o céu, mas também a toda a área mais externa dele, incluindo seus diversos pátios, inclusive um mais externo, localizado ao sul e que era o local mais próximo do Templo a que um estrangeiro podia ter acesso.

É importante destacar que, ao passo que a palavra *naós*, traduzida por “templo”, é associada ao Templo em si, com seus compartimentos Santo e Santíssimo, outra palavra grega, *hierón*, igualmente traduzida por “templo”, é tida como de sentido mais abrangente, envolvendo também os seus diversos pátios.

Bem antes disso, pelas décadas anteriores, a liderança religiosa afirmava que João via a “grande multidão” não exatamente no templo *naós*, mas no templo *hierón*, exatamente no pátio reservado para os estrangeiros (ou gentios, como traduzem algumas Bíblias). Isso é assim porque a liderança religiosa considera que o santuário representa o céu e somente os 144 mil podiam ser visto por lá. Como a “grande multidão” está na Terra, então ela não poderia ser vista no santuário *naós*, mas apenas nos seus pátios e necessariamente no pátio mais distante, mas externo, reservado aos gentios.

Esta bela visão apresenta a “grande multidão” internacional como servindo a Jeová no seu templo, quer dizer, nos pátios terrestres reservados aos que não são israelitas espirituais, como se estivessem no “pátio dos gentios”. (A *Sentinela* de 1º de julho de 1973, página 402).

Ao que parece, durante todo esse tempo essa afirmação foi feita apenas à base de dedução, para se adequar à conclusão adotada por Rutherford em 1935; mas em razão dos questionamentos na sede, mostrou-se necessário provar biblicamente. Essa foi a razão de se elaborar o artigo citado inicialmente, que apareceu na revista *A Sentinela* de 15 de fevereiro de 1981.

Com o fim de provar que a palavra *naós* podia também se referir a toda a extensão do Templo, e não apenas ao seu santuário, a revista mostrou quatro “exemplos” desse uso nos evangelhos. Surpreendentemente, aqueles que foram investigar o uso dessa palavra em uma tradução literal grego-inglês, produzida pelo próprio Corpo Governante, puderam verificar que em dois dos “exemplos” a palavra usada era *hierón*. Comunicado a respeito do “equivoco”, o Corpo Governante teve tempo de corrigir o erro pelo menos em algumas edições estrangeiras da revista (que por aquela época era traduzida com alguns meses de atraso), embora tenha preferido omitir apenas um “exemplo”.

Dentre os “exemplos” citados, em dois deles realmente a palavra *naós* parece ser usada com referência a uma extensão do Templo, que não ao seu santuário, dividido em duas partes principais: Santo e Santíssimo.

1) Mateus 27:5

De modo que ele [Judas Iscariotes] lançou as moedas de prata dentro do templo (*naós*) e saiu. Então foi se enforcar (Mateus 27:5).

Como Judas não era sacerdote, logicamente era inadmissível que ele entrasse no templo (*naós*) para ali atirar as moedas aos sacerdotes, os únicos que tinham permissão de entrar naquele espaço sagrado. Com base nisso, o Corpo Governante entende que Mateus estava usando a palavra *naós* para descrever uma área externa do Templo, talvez o pátio externo, reservado aos gentios.

Essa explicação, porém, carece de base. Das próprias palavras de Mateus não é possível deduzir que Judas entrou no próprio edifício do Templo para atirar as moedas. De um local (*hierón*) próximo, que lhe permitisse ficar defronte para a entrada do Templo, ele poderia lançar as moedas “dentro do templo”.

2) João 2:19, 20.

Jesus lhes respondeu: “Derrubem este templo [*naós*], e em três dias eu o levantarei.” Então os judeus disseram: “Este templo [*naós*] foi construído em 46 anos, e você o levantará em três dias?”

De imediato é possível notar que Jesus e os judeus “não estão falando a mesma língua”. Ao passo que Jesus ordena a que os judeus “derrubem este templo”, evidentemente fazendo uma referência ao templo (*naós*) que era o corpo dele, os judeus usam *naós* em referência ao templo físico, inclusive fornecendo a informação de que ele foi construído em 46 anos. O Corpo Governante obviamente poderia considerar as palavras dos judeus como equivocadas, precipitadas, uma vez que apenas as repetiram sem entender exatamente o que Jesus quis dizer. Mas isso não servia aos interesses da autoridade religiosa.

Sabe-se que aquele Templo (*naós*), com o seu Santo e Santíssimo, foi reconstruído por Herodes em menos de dois anos. Então como os judeus puderam dizer que ele foi construído em 46 anos? A literatura da Torre de Vigia dá a seguinte explicação:

2:20 — Que templo “foi construído em quarenta e seis anos”? Os judeus se referiam à reconstrução do templo de Zorobabel pelo Rei Herodes, da Judéia. Segundo o historiador Josefo, essa obra começou no 18.º ano do reinado de Herodes, ou 18/17 AEC. O santuário do templo e outros edifícios principais foram construídos em oito anos. No entanto, a obra no complexo do templo prolongou-se até depois da Páscoa de 30 EC, quando os judeus disseram que havia levado 46 anos para reconstruí-lo (A sentinela de 15 de abril de 2008, página 30).

Como os judeus, usando a palavra *naós*, disseram que o templo foi construindo em 46 anos, embora o Corpo Governante disponha de informações que dão conta de que o templo (*naós*) foi reconstruído em bem menos tempo, parece apenas lógico à autoridade religiosa que os judeus usaram a palavra *naós* num sentido mais amplo, aplicando-a a toda a extensão do templo, com seus pátios e obras adjacentes, que de fato levaram bem mais tempo para ficarem prontas.

No entanto, essa conclusão não é assim tão óbvia.

Evidentemente, a estrutura básica do santuário [*naós*] estava terminada e em condições de uso depois de apenas um ano e meio de construção, mas os escritos de Josefo [historiador romano] indicam também que esta estrutura permaneceu inacabada até o próprio momento da destruição pelos exércitos romanos em 70 d.C (*Onde a “Grande Multidão” Serve a Deus?*, de Jon Mitchell, página 20).

Ao que parece, tudo tinha a ver com a altura do Templo, cujo objetivo dos reconstrutores era atingir a altura que se supunha ter o templo original: 120 côvados (pouco mais de 50 metros). Ele fora construído com apenas 60 côvados, chegando a 100 côvados por algum tempo antes de ser destruído em 70 EC. Levando isso em conta, por que será que o Corpo Governante apressou-se em dizer que os judeus usaram a palavra *naós* para referir-se a algo diverso, se havia a possibilidade de a estarem usando com seu sentido próprio, que era referente ao Templo, com seus compartimentos Santo e Santíssimo? Considerando isso, embora não se possa descartar a possibilidade de a palavra *naós* ser realmente aplicável a uma extensão maior do Templo, a argumentação do Corpo Governante fica bastante fragilizada.

Por todos os fatores aqui examinados, verificamos que estar “diante do trono” e “no seu templo” significa exatamente o que parece ao leitor, isto é, que a “grande multidão” está no céu.

Para a palavra “templo”, conforme usada em Apocalipse 7: 15, a Tradução do Novo Mundo, em sua versão de 1986, trazia a seguinte nota:

Ou “habitação (morada) divina”. Gr.: na·oí, dativo, sing.; lat.: tém·plo; J17,18,22(hebr.): beheh·kha·lôh, “no seu palácio (templo)”.

Com isso, apesar de todo o esforço em argumentar em defesa de que a “grande multidão” está na Terra, a expressão “habitação (morada) divina” continuava sendo uma constrangedora confissão sobre onde de fato está a “grande multidão”. Para a surpresa de muitos, essa nota foi eliminada na versão revisada de 2015.

A argumentação básica usada por muitas Testemunhas de Jeová para convencerem a si mesmas de que “144 mil” é um número literal de pessoas que vão para o céu é o contraste que se faz entre esse número e a “grande multidão, que nenhum homem era capaz de contar”. Mas será que “144 mil” é mesmo um número literal? A respeito dessa pergunta, é preciso lembrar que o início do capítulo 7 de Apocalipse nos conta que eles são tirados das 12 tribos

de Israel, 12 mil de cada tribo. O próprio Corpo Governante admite que não se trata de pessoas do Israel literal, uma vez que aquela nação rejeitou o Messias e Deus acabou por abrir a oportunidade para que pessoas de outras nações viessem a compor o “Israel de Deus” (Gálatas 6:16). De forma sucinta, ele dar a seguinte explicação:

Não pode isso referir-se ao Israel literal, carnal? Não, porque Revelação 7:4-8 diverge da costumeira listagem tribal. (Números 1:17, 47) É óbvio que a listagem aqui não se destina a identificar os judeus carnaís pelas suas tribos, mas a mostrar a estrutura organizacional similar do Israel espiritual (*Revelação – Seu Grandioso Clímax Está próximo*, página 117).

...O que significa dizer que, nesta parte inicial do capítulo, os 12 mil de cada tribo são simbólicos. Admitindo-se isso, é preciso que se explique como a soma de números simbólicos resulta em um número literal. Mas a autoridade religiosa não dar nenhuma explicação. E é o reconhecimento de que falta uma explicação razoável que induz a autoridade religiosa a dizer as seguintes palavras, conforme citadas acima:

É óbvio que a listagem aqui não se destina a identificar os judeus carnaís pelas suas tribos, mas a mostrar a estrutura organizacional similar do Israel espiritual.

Sendo assim, se essa é a justificativa para que os 12 mil de cada tribo sejam simbólicos, por que tem que ser literal a sua soma? O que impede que esse conceito de “estrutura organizacional” não possa igualmente ser aplicado ao número final de 144 mil?

Diante dessa questão, o que mais importa é saber se existem outros apoios ao conceito de que 144 mil é o número máximo de pessoas que vão para o céu. Como vimos no exame de Apocalipse 7: 9,15, a “grande multidão, *que nenhum homem era capaz de contar, de todas as nações, tribos, povos e línguas*” está “em pé diante do trono e diante do Cordeiro” e presta “serviço sagrado” “no seu templo (*naós*)”, ou seja, no céu, na presença de Deus. O Corpo Governante pode até dizer que ela está na Terra, como de fato tem dito, mas não apresenta nenhuma prova convincente. Do exame que fizemos de João 10: 16, não ficou provado que Cristo estava falando exatamente de “outras ovelhas” de cristãos em relação a um grupo menor, selecionado, de 144 mil cristãos destinados a viver no céu. A possibilidade de ele ter-se referido a estrangeiros que posteriormente viriam a se juntar aos judeus numa família internacional de cristãos é real e o Corpo Governante nunca apresentou provas que a descartasse. O capítulo 8 de Romanos não contrasta cristãos ungidos com cristãos não ungidos, não selecionados; contrasta cristãos que se deixam guiar pelo espírito com “cristãos” que se deixam guiar pelos desejos da carne. Portanto, quando Paulo diz no versículo 14 que “todos os que são conduzidos pelo espírito de Deus, estes são filhos de Deus”, ele está dizendo de fato que *todos os cristãos* que se deixam guiar pelo espírito são *de fato* filhos de Deus – e a todos aqueles “filhos de Deus” que leram as palavras de Paulo se aplicavam muito bem as palavras de Cristo dirigidas aos apóstolos:

Na casa do meu Pai há muitas moradas. Se não fosse assim, eu lhes teria dito, pois vou embora para preparar um lugar para vocês. Também, depois que eu

for embora e lhes preparar um lugar, virei novamente e os levarei comigo, para que, onde eu estiver, vocês também estejam (João 14:2,3).

Como vimos em nosso estudo, não há nada no Novo Testamento que indique claramente que o número de pessoas destinadas a ir para o céu está limitado a 144 mil pessoas. Apesar disso, quem tem lido a literatura preparada pelo Corpo Governante, especialmente aquela destinada à formação de novos membros, certamente se deparou com muitas gravuras de paisagens paradisíacas, com pessoas cegas voltando a enxergar, pessoas surdas voltando a ouvir, imagens de cemitérios com pessoas saindo de seus túmulos, mesas fartas, rostos sadios e sorrisos ofuscantes. Tal propaganda baseia-se no conceito de que, se Deus criou os humanos na Terra, é porque a Terra é o lar eterno da humanidade. Para reafirmar biblicamente esse conceito, cita-se diversos versículos tais como os Salmos 37:9-11, 29; 72: 16; Isaías 33: 24; 35: 5,6; 65:21-23; Mateus 5: 5; João 5: 28,29; 2 Pedro 3: 13; Apocalipse 21: 4, etc.

Pode ser que, conforme explica o Corpo Governante, seja do propósito de Deus que um dia a Terra seja habitada com pessoas perfeitas assim como era o jardim do Éden. O que não é admissível é essa autoridade religiosa desvirtuar todo o Novo Testamento de modo a fazer que ele diga algo que realmente não diz e, à base disso, julgar como apóstata quem quer que se recuse a acreditar em tamanha distorção. Como advertência àqueles que estariam propensos a desvirtuar um único livro, o apóstolo João escreveu:

Declaro a todo aquele que ouvir as palavras da profecia deste rolo: se alguém fizer um acréscimo a essas coisas, Deus lhe acrescentará as pragas que estão escritas neste rolo; e, se alguém tirar qualquer coisa das palavras do rolo desta profecia, Deus tirará sua parte das árvores da vida e da cidade santa, que estão descritas neste rolo (Apocalipse 22: 18,19).

Ironicamente, a própria autoridade religiosa, intitulado-se a “classe de João”, tomou a peito as palavras acima, quando deu a seguinte explicação:

Os da classe de João precisam chamar atenção para a “profecia” de Revelação. Não devem ocultá-la, nem acrescentar algo a ela. A mensagem dela precisa ser pregada abertamente, “dos altos das casas”. (Mateus 10:27) Revelação [ou Apocalipse] é inspirada por Deus. Quem se atreveria a mudar uma palavra daquilo que o próprio Deus falou e transmitiu por meio daquele que agora é o Rei reinante, Jesus Cristo? Tal pessoa certamente mereceria sair perdendo na busca da vida e sofrer as pragas que terão de vir sobre Babilônia, a Grande, e sobre o mundo inteiro (Revelação – Seu Grandioso Clímax Está Próximo, páginas 318,319).

Para informações mais detalhadas sobre essa questão, veja os livros *Crise de Consciência*, de Raymond Franz, páginas 308, 309, 315, 359, 365; *Em Busca da Liberdade Cristã*, de Raymond Franz, páginas 558-565, bem como o folheto *Onde a “Grande Multidão” Serve a Deus?*, de Jon Mitchell.

4 – É realmente proibido falar com desassociados?

Como já foi dito em capítulos anteriores, as Testemunhas de Jeová não falam com ex-membro, independente do motivo de ele ser ex-membro (veja as páginas 28 a 36). Não importa se ele saiu da religião voluntariamente ou se dela foi expulso, bem como também não importa a razão da expulsão; não importa se foi expulso em razão de persistente uso de drogas, prática persistente de imoralidade sexual, ou apenas porque se tomou conhecimento que tal pessoa estava compartilhando com outras Testemunhas algumas ideias consideradas apóstatas; também está na mesma situação a pessoa que aceita uma transfusão de sangue ou que passa a participar de atividade política, quando se declara que tais saíram voluntariamente da religião, embora esse não seja de fato o caso (veja as páginas 13 a 18). Depois disso, ninguém mais lhe dirige a palavra, a menos que seja um familiar que mora na mesma casa, ou que uma circunstância torna a comunicação inevitável, como, por exemplo, a Testemunha é médica e atende um ex-membro da religião na qualidade de paciente.

Como visto no primeiro capítulo deste livro, a Testemunha de Jeová entra na religião com um conhecimento mínimo sobre desassociação, na vasta maioria dos casos insuficiente para uma decisão abalizada. Então, quase que somente quando é confrontada com a situação, seja por ser expulsa ou dissociar-se, seja porque alguém próximo foi expulso ou dissociou-se, então é que a realidade crua pode fazer surgir perguntas sobre se é realmente bíblica a prática de isolamento social praticada pela religião.

As Testemunhas de Jeová como um todo são levadas a crer que compõem a única religião que segue o requisito da excomunhão, exatamente como a Bíblia ensina. Pelo tempo que fui integrante dessa religião, nunca tomei conhecimento de que outras religiões seguissem esse ensinamento tal qual eu aprendera. Por essa razão, e acreditando que realmente a Bíblia diz que não se deve conversar absolutamente nada com desassociados, isso era mais um motivo que me levava a crer que as Testemunhas de Jeová compunham a única religião aprovada por Deus e que todas as demais eram religiões falsas.

Mas será que a Bíblia realmente dá suporte à prática da excomunhão conforme adotada pelo Corpo Governante?

Há três passagens bíblicas principais adotadas para justificar essa prática:

- Mateus 18 :15-17:

Além disso, se o seu irmão cometer um pecado, vá mostrar-lhe o seu erro, somente você e ele. Se ele o escutar, você ganhou o seu irmão. Mas, se não o escutar, leve com você mais um ou dois, para que, com base no depoimento de duas ou três testemunhas, toda questão seja estabelecida. Se ele não os escutar, fale à congregação. Se não escutar nem mesmo a congregação, seja ele para você apenas como homem das nações e como cobrador de impostos.

Há tempos o Corpo Governante adotou o conceito de que quando Jesus se referiu “à congregação”, de certa forma ele estava dizendo que, posteriormente, quando a congregação cristã fosse formada, a “congregação”, isto é, os pastores dela, é que deveriam ser aqueles a quem caberiam a tarefa de julgar os féis, decidindo eles sobre qual devia ser a penalidade desse ou daquele pecado, ou se não deveria haver punição alguma.

Como na parte final da declaração de Cristo lê-se que o transgressor, por não ter escutado nem mesmo a congregação, deveria receber o mesmo tratamento a que os judeus dispensavam aos cobradores de impostos e estrangeiros (“homem das nações”), o Corpo Governante entende que se trata de um pecado grave, do tipo que hoje é digno de excomunhão por parte das congregações das Testemunhas de Jeová. Com esse entendimento, a autoridade religiosa buscou entender qual era o tratamento que os judeus dispensavam aos “cobradores de impostos” e estrangeiros, pois isso, na concepção dela, deveria nortear o modo como as Testemunhas de Jeová hoje deveriam tratar os ex-irmãos de fé. Veja abaixo o que ela descobriu (os dois primeiros pares de colchetes são dos autores):

“COMO COBRADOR DE IMPOSTOS”

¹⁵ Primeiro, como encaravam e tratavam os judeus os cobradores de impostos?

“Os publicanos [cobradores de impostos] do Novo Test[amento] eram encarados como traidores e apóstatas, profanados pelos seus freqüentes contatos com os pagãos, instrumentos solícitos do opressor. Eram classificados como pecadores . . . como meretrizes . . . como pagãos. . . . Ficando entregues a si mesmos, visto que homens de vida decente se mantinham afastados deles, encontravam apenas amigos ou companheiros entre os que eram proscritos iguais a eles.” — *Cyclopaédia* de M’Clintock e Strong, Vol. VIII, p. 769.

Sim, os ouvintes de Jesus sabiam muito bem que os judeus, em geral, evitavam os cobradores de impostos. Só com relutância mantinham os judeus os mínimos contatos comerciais possível com eles, para pagar o imposto exigido por lei.

¹⁶ Alguém talvez pergunte: ‘Mas não se associou Jesus com cobradores de impostos?’ Pois bem, examinemos os fatos.

¹⁷ Jesus, como “o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo”, era uma luz para todas as pessoas, embora se concentrasse nos judeus durante o seu ministério terrestre. (João 1:29; 8:12; Isa. 42:1, 6, 7; Mat. 10:5, 6; 15:24) Era igual a um médico em ajudar todos os judeus que mais precisavam dele, inclusive pecadores tais como as meretrizes, os bebedores e os cobradores de impostos, os quais muitas vezes usavam de métodos escusos. Mateus Levi, desprezado cobrador de impostos, foi um dos que aceitaram a nova mensagem de salvação trazida por Jesus. Mateus convidou Jesus ao seu lar para um banquete, o que permitiu que Mateus e outros cobradores de impostos, interessados, ouvissem mais sobre as maravilhosas verdades novas. (Luc. 27-

32; 19:1-10) Esses eram homens que haviam ‘pecado em ignorância’, mas estavam prontos para dar os passos para terem seus pecados “apagados”. — Atos 3:19; Heb. 9:7.

¹⁸ No entanto, os esforços de Jesus para dar testemunho aos cobradores de impostos que ‘chegavam perto dele para o ouvir’ e ‘o seguiam’ não era modelo de como se devia tratar os pecadores impenitentes. (Mar. 2:15; Luc. 15:1) Como podemos ter certeza disso? Embora Cristo comesse com tais cobradores de impostos, o apóstolo Paulo ordenou que os cristãos não devem ‘nem sequer comer com’ tal pecador expulso da congregação. (1 Cor. 5:11) Também, Jesus mandou que seus discípulos lidassem com o transgressor impenitente assim como eles, logicamente, encaravam os cobradores de impostos daquele tempo. A tradução de R. F. Weymouth (em inglês) reza: “Considera-o assim como tu consideras o gentio ou o coletor de impostos.” — Veja *New International Version; The New English Bible*.

COMO ERAM CONSIDERADOS E TRATADOS OS GENTIOS [OU ESTRANGEIROS]?

¹⁹ Os apóstolos que ouviram as palavras de Jesus registradas em Mateus 18:17 eram judeus e sabiam que seus patrícios não mantinham contatos sociais com os gentios. A Lei fazia uma distinção entre os judeus e os gentios, o que servia para manter os israelitas separados das nações circunvizinhas. (Deut. 7:1-4; Núm. 15:37-41; Efé. 2:11-14) Na Páscoa de 33 E.C., os judeus não queriam entrar no palácio do governador romano, “para que não se aviltassem”. (João 18:28) E a separação entre os judeus e os samaritanos, os quais até mesmo aceitavam o Pentateuco, era tão grande, que uma mulher junto a uma fonte em Samaria expressou sua surpresa de que Jesus, “apesar de ser judeu”, lhe pedia água. — João 4:9.

²⁰ Além disso, em 36 E.C., quando Deus tomou o propósito de demonstrar que os gentios incircuncisos podiam então ser aceitos como herdeiros do Reino, ele encaminhou o apóstolo Pedro ao oficial do exército romano, Cornélio. Mas Pedro disse a Cornélio: “Vós bem sabeis quão ilícito é para um judeu juntar-se ou chegar-se a um homem de outra raça.” (Atos 10:28) A observação de Pedro mostra quão profundo era o sentimento dos judeus de que não devia haver *nenhuma fraternização* com um homem das nações. Também, quando se tornou conhecido que Pedro havia ido a Cornélio, alguns cristãos judeus objetaram fortemente a Pedro ter “ido à casa de homens incircuncisos e . . . comido com eles”. Sim, os judeus achavam chocante estar com um “homem das nações” e comer com ele. — Atos 11:1-3; veja Gálatas 2:12.

²¹ As Escrituras ajudam-nos assim a entender o conselho de Jesus, de tratar o transgressor impenitente, que se nega a escutar a congregação, “como homem das nações e como cobrador de impostos”. A aplicação do conselho de Cristo, hoje em dia, certamente não significaria encarar o transgressor como uma pessoa comum da localidade, porque não era assim que os discípulos de Jesus entendiam o que ele disse. Podemos avaliar isso melhor por examinar o conselho adicional contido nas Escrituras Gregas Cristãs, o que nos ajudará a lidar com situações da vida real, hoje em dia, envolvendo pessoas expulsas da congregação cristã (A *Sentinela* de 15 de dezembro de 1981, páginas 14-16).

Mas a respeito da declaração de Cristo registrada por Mateus, Raymond Franz escreveu o seguinte (os colchetes são dele):

Nas palavras em Mateus 18:15-18, Jesus não deixou prescrição de uma excomunhão organizacional. O fraseado indica uma ofensa e um castigo de natureza puramente pessoal. Mesmo após se referir à “congregação” (falando evidentemente da congregação judaica existente, pois ainda não existia a congregação cristã), Jesus disse: “seja ele para ti [singular] como um gentio ou cobrador de impostos”. Em vez de uma ação eclesiástica, imposta a toda uma congregação, trata-se de simples princípio que permite ao ofendido evitar, de modo digno e *pessoal*, o ofensor obstinado. O contexto anterior e posterior a estes versículos também apontam para isto.

Em comprovação disso, basta notar que o próprio Jesus Cristo não procurava saber o histórico das pessoas antes de fazer alguma coisa por elas e há até relatos de que ele curou pessoas, e até ressuscitou um morto, de forma inesperada, sem que estas sequer manifestassem interesse no que ele ensinava. (Marcos 9: 25-27; Lucas 7: 11-15; João 9: 1-7) Por exemplo, o capítulo 5 do evangelho de João relata que muitos deficientes se amontoavam próximo a uma fonte, à espera de uma cura que supostamente viria quando se jogassem na água assim que ela estivesse revolta. Chegando-se a essa fonte, Cristo curou um deficiente que esperava por isso há 38 anos. Pelo relato, deduz-se que esse deficiente era perfeitamente lúcido. Em vista disso, e em razão de que somos todos pecadores (e à vezes pecamos gravemente), esse homem, por toda a sua vida, pode ter prejudicado a alguns ou até muitas pessoas, mas que não se arrependeu do que fez e por isso, a julgar pelo conselho de Cristo em Mateus 18: 15-17, devia receber o mesmo tratamento que um cobrador de impostos ou um estrangeiro. Porém, Jesus Cristo primeiro não procurou saber se alguns de seus amigos tinham alguma queixa contra esse homem – para então curá-lo. Não, assim como em muitos outros casos, ele curou por amor ao ser humano, curou porque sentia a dor daquele homem tão debilitado pela doença. Ao que tudo indica, o amor de Cristo não era limitado, ou influenciado, pelo conceito, ou preconceito, de outros. O Corpo Governante faz um esforço para nos convencer de que esses milagres de Jesus Cristo justificam-se apenas pelo humanitarismo, tal qual pode fazer uma Testemunha de Jeová nos dias atuais, quando encontra um desassociado atropelado e, apenas por humanitarismo, presta os primeiros socorros ou chama por uma ambulância. Mas não parece ser esse o caso dos dias de Jesus Cristo; embora Cristo tenha orientado que alguém que se sentisse prejudicado por outro devia mostrar certo desprezo para com quem o prejudicou, nada indica que se fazia um anúncio, uma divulgação, para que todos da cidade dispensassem àquele o mesmo tratamento. É verdade que criminosos notórios, ladrões e prostitutas acabavam ganhando o desprezo de muitos; com isso, seus nomes naturalmente circulavam de boca em boca e com o tempo podiam perder todos aqueles que um dia lhes foram amigos. Isso é uma coisa natural do ser humano, embora a coisa mais apropriada seja que cada um lide com pecadores de acordo com seus conceitos pessoais, levando em conta não o pecador em si, mas apenas o quanto a prática do pecado pode ser prejudicial a outros. Porém não é isso que acontece nos dias atuais, nas

congregações das Testemunhas de Jeová. Depois que se faz o anúncio de que “fulano não é mais Testemunha de Jeová”, o desprezo para com “fulano” pode vir de 100% das demais Testemunhas da comunidade, as quais se encarregarão de espalhar a notícia para todos os que lhes são conhecidos; no meu caso, os anciãos até pediram que quando fosse cumprimentado por uma Testemunha de Jeová, eu próprio devia me identificar como sendo desassociado. O resultado disso é que em pouco tempo “fulano” fica completamente isolado de todos os que lhe eram amigos.

Para aqueles que argumentam que pecadores conhecidos eram evitados sem exceção, talvez seja necessário relembrar o encontro de Jesus com a mulher samaritana à beira de um poço. As publicações produzidas pelo Corpo Governante salientam o quanto os samaritanos eram desprezados pelos judeus, embora naquela época os samaritanos tivessem basicamente as mesmas esperanças de um Messias assim como as tinham os judeus, sendo eles um povo misto, oriundo do tempo em que a Assíria devastou o reino do norte e trouxe estrangeiros para morar naquelas terras. Levando em conta a orientação de Cristo em Mateus 18: 15-17 e a interpretação que faz dela o Corpo Governante, seria de esperar que o próprio Jesus Cristo a pusesse em prática. No caso anterior, Jesus curou um deficiente sobre o qual nada se diz sobre o seu histórico; mas o caso da mulher samaritana é diferente. Depois de iniciarem uma conversa à beira do poço sobre a vinda do Messias, Jesus acrescentou:

Ele [Jesus] lhe disse: “Vá, chame seu marido e volte para cá.” A mulher respondeu: “Não tenho marido.” Jesus lhe disse: “Você está certa em dizer: ‘Não tenho marido.’ Pois você teve cinco maridos, e o homem que você tem agora não é seu marido. Você disse a verdade (João 4:16-18).”

Visto que nos dias de Cristo, conviver maritalmente com alguém já era aceito como um casamento legal (Mateus 1: 18-25), parece que o caso da mulher samaritana envolvia mais que isso, talvez sendo ela a concubina de um homem casado; qualquer que seja o caso, conviver maritalmente com alguém que não fosse legítimo cônjuge era algo condenado pelo Velho Testamento; quem quer que se encontrasse nessa situação, era digno de todo o desprezo dos judeus – quando não levavam a lei ao pé da letra e apedrejavam o pecador. No caso específico, a mulher que conversa com Jesus está na mesma situação de uma Testemunha de Jeová que foi desassociada e teve seu nome anunciado pelo microfone. Pelo que fica evidente do relato de João, os próprios discípulos de Cristo demonstraram certo desprezo para com essa mulher. Mas Jesus não se importou com o conceito que tinham os judeus sobre essa mulher “desassociada”. Cristo sabia de seus pecados, mas não a humilhou por isso, bem como também não se importou sobre que conceito se formaria dele depois disso. Não é dito no relato se essa mulher é descendente de judeus ou de estrangeiros. Quaisquer que seja o caso, e levando em conta que o Corpo Governante entende que os desassociados merecem o mesmo desprezo que os judeus dispensavam aos estrangeiros, vale relembrar quem de fato pregava esse intenso ódio e desprezo para com pessoas de outras nações. A respeito disso, veja o que diz a própria literatura produzida pelo Corpo Governante:

Levítico 19:18 diz: “Não debes tomar vingança nem ter ressentimento contra os filhos do teu povo; e tens de amar o teu próximo como a ti mesmo.” Os líderes religiosos judaicos sustentavam que “os filhos do teu povo” e “o teu próximo” se referiam apenas aos judeus. A Lei exigia que os israelitas não se misturassem com outras nações. No entanto, ela não endossava o conceito promovido por líderes religiosos do primeiro século, a saber, que todos os não judeus eram inimigos a ser odiados (A Sentinela de 15 e abril de 2011, página 22).

Jeová ordenou que Seu povo se mantivesse separado das nações pagãs ao seu redor. (1 Reis 11:1, 2) Mas alguns líderes religiosos fanáticos incentivavam o povo a desprezar todos os não judeus. A Míxena até incluía a seguinte regra: “Não se deve deixar gado nas hospedarias dos gentios, pois se suspeita que pratiquem a bestialidade.” Esse preconceito generalizado contra todos os não judeus era injusto e totalmente contrário ao espírito da Lei mosaica. (Levítico 19:34) (Acheque-se a Jeová, página 152)

Como se comparava este conceito referente aos estrangeiros com a forma de adoração delineada na Lei mosaica? A Lei promovia manter-se separado das nações, mas isto tinha por objetivo proteger os israelitas, em especial sua adoração pura. (Josué 23:6-8) Mesmo assim, a Lei exigia que os estrangeiros fossem tratados com justiça e equidade, e que fossem recebidos com hospitalidade — enquanto não desobedecessem flagrantemente às leis de Israel. (Levítico 24:22) Os líderes religiosos dos dias de Jesus, por se afastarem do espírito razoável claramente evidente na Lei a respeito dos estrangeiros, produziram uma forma de adoração que gerava ódio e que era odiada. Por fim, a nação judaica do primeiro século perdeu o favor de Jeová. — Mateus 23:38 (A Sentinela de 1º de dezembro de 1998, página 10).

Como se vê, segundo as próprias conclusões do Corpo Governante, os tratos que os judeus dispensavam aos estrangeiros eram promovidos, não pela lei mosaica, mas sim pela má interpretação que os líderes religiosos tinham dela. Como então pregam o Corpo Governante que os desassociados são merecedores desse mesmo tratamento, uma vez que o descreve como sendo “preconceito generalizado”, “injusto, e totalmente contrário ao espírito da Lei mosaica”? A atitude mais apropriada, ao que parece, era procurar ver como o próprio Jesus tratava essas mesmas pessoas, se se deixava guiar pelas tradições e costumes dos judeus ou se guiava apenas pelo que dizia a Lei de Moisés. Quanto ao exemplo de Cristo, quem é Testemunha de Jeová sabe o quanto o versículo de 1 Pedro 2: 21 é repetido na literatura bíblica produzida pelo Corpo Governante. Nesse versículo, Pedro nos indica que ‘Cristo deixou um modelo para seguirmos de perto os seus passos’. E no que toca a seguir o modelo de Cristo no assunto em questão, parece que atitude correta é que cada um trate os outros conforme seja a nossa relação pessoal com eles, não nos deixando guiar e controlar pelo conceito que outros têm de quem quer que seja.

Mas apesar de tudo o que foi dito até aqui, e com o objetivo de descartar o exemplo de Cristo como maneira correta de lidar com pecadores, o Corpo Governante procura fazer uma diferenciação entre os “cobradores de impostos”

de seus dias e os classificados como “pecadores *impenitentes*” dos dias atuais, aqueles que, por uma ou outra razão, não são mais Testemunhas de Jeová. Assim, se justifica a autoridade religiosa:

No entanto, os esforços de Jesus para dar testemunho aos cobradores de impostos *que ‘chegavam perto dele para o ouvir’ e ‘o seguiam’* não era modelo de como se devia tratar os pecadores *impenitentes*. (Mar. 2:15; Luc. 15:1) Como podemos ter certeza disso? Embora Cristo comesse com tais cobradores de impostos, o apóstolo Paulo ordenou que os cristãos não devem ‘nem sequer comer com’ tal pecador expulso da congregação. (1 Cor. 5:11) (A *Sentinela* de 15 de dezembro de 1981, já citada anteriormente).

- 1 Coríntios 5: 9-11

Eu lhes escrevi na minha carta que parassem de ter convivência com os que praticam imoralidade sexual, não querendo dizer toda a convivência com as pessoas deste mundo que praticam imoralidade sexual, ou com os gananciosos, com os extorsores ou com os idólatras. Nesse caso, vocês teriam realmente de sair do mundo. Mas eu lhes escrevo agora que parem de ter convivência com qualquer um que se chame irmão, mas que pratique imoralidade sexual, ou que seja ganancioso, idólatra, injuriador, bebedor ou extorsor; nem sequer comam com tal homem.

Os versículos anteriores desta declaração de Paulo nos informam que na congregação de Corinto havia um caso grave de imoralidade sexual e Paulo recomenda que o pecador seja excluído da convivência amigável com os cristãos. Essa recomendação de Paulo, juntamente com outras partes da Bíblia, contribuiu para que se formasse o conceito de excomunhão, que é uma doutrina básica de muitas religiões cristãs. Dessa declaração de Paulo, o Corpo Governante entende que o apóstolo recomenda que se corte por completo a associação com o pecador, inclusive nem sequer podendo ter uma refeição em companhia dele – e as Testemunhas de Jeová têm posto isso em prática pelo mundo inteiro.

A respeito disso, lembro-me de que certa vez passei alguns dias almoçando numa casa de Testemunhas em que um filho era desassociado. No primeiro dia essa pessoa esteve à mesa e até trocamos algumas palavras. Eu sabia da proibição, mas considerei de extrema falta de educação estar à mesa com alguém e fingir que essa pessoa é invisível. Nos dias seguintes, porém, o filho desassociado não mais ficava à mesa; apenas fazia seu prato e saía para comer em algum outro cômodo da casa. Não me permiti perguntar o porquê disso, mas deduzo que, em razão da minha presença, ele foi ordenado a não estar presente nas horas da refeição. Raymond Franz, que já foi citado muitas vezes até aqui, foi excomungado com base nesse conceito. Uma vez que fora flagrado tendo uma refeição à mesma mesa que seu empregador, que havia há pouco deixado – voluntariamente – de ser Testemunha de Jeová, ele foi convocado para interrogatório e por fim decidiram excomungá-lo, apesar de todos os esforços dele em convencer os anciãos de que não havia cometido

nenhum pecado (veja o seu livro *Crise de Consciência*, páginas 392-422). Baseado nessa interpretação, o Corpo Governante estendeu sua aplicação a outras áreas da vida, como mostra a revista *A Sentinela*:

Uma refeição é uma ocasião de descontração e contato social. Portanto, a Bíblia exclui aqui também a associação social, tal como participar com o expulso num piquenique ou em festa, jogo de bola, ida à praia ou ao cinema, ou tomar uma refeição com ele (*A Sentinela* de 15 de dezembro de 1981, página 20).

Mas será que Paulo pretendia que suas palavras fossem entendidas dessa forma? Como resposta, vejamos outra declaração de Paulo com o mesmo teor, agora em sua carta aos tessalonicenses:

Mas, se alguém não for obediente ao que dizemos nesta carta, tomem nota dele e parem de se associar com ele, para que fique envergonhado. Contudo, não o considerem como inimigo, mas continuem a aconselhá-lo como irmão (2 Tessalonicenses 3:14,15).

Como é possível ‘continuar a aconselhar como irmão’ se nem sequer é permitido trocar umas palavras com o pecador ou sequer ter uma refeição em companhia dele?

Como se ver, as palavras de Paulo aos tessalonicenses parecem contrariar o entendimento do Corpo Governante a respeito de como se deve tratar um desassociado.

Mas a autoridade religiosa não considera assim e apresenta uma explicação alternativa para as palavras de Paulo; como pode ser visto a seguir, ela considera que Paulo não estava tratando de pecados graves, quando o pecador nem sequer merecia ter nossa companhia à mesa, mas tratava de coisas pequenas, um tanto inofensivas:

No entanto, o que se dá quando há alguém que se desvia significativamente dos princípios de Deus, sendo talvez crassamente preguiçoso ou crítico, sendo ‘conversador improfícuo’, que constantemente ‘intrmete-se no que não lhe diz respeito’? (2 Tes. 3:11) Ou o problema talvez seja o de tramar tirar vantagens materiais dos outros, o de entregar-se a diversões que claramente são impróprias ou o de envolver-se em conduta duvidosa, que neste ponto ainda não merece uma ação judicativa. Os anciãos tentaram ajudá-lo, mas ele persiste e pode afetar outros na congregação ou constituir um perigo para os outros. Os anciãos poderão considerar o assunto e talvez designar um dentre eles para proferir um discurso bíblico firme e direto sobre o assunto perante a congregação. Sem mencionar o ‘desordeiro’ por nome, os anciãos talvez possam assim “fechar a boca” de tal homem desregrado. — Tito 1:10-13.

Caso tal situação exista numa congregação, os cristãos individuais talvez se sintam obrigados a ‘tomar nota’ dessa pessoa. Paulo explicou o que está envolvido nisso, em parte, dizendo: “Parai de associar-vos com ele, para que

fique envergonhado.” (2 Tes. 3:14) Isto significa para você cortar seu envolvimento social com a pessoa ‘notada’. [...]

Você ainda estará por perto do cristão ‘notado’, nas reuniões congregacionais e no serviço de campo. De modo que poderá ter a oportunidade de cumprir com sua outra obrigação envolvida em ‘tomar nota’ dele: “Não o considereis como inimigo, mas *continuai a admoestá-lo como irmão.*” (2 Tes. 3:14, 15) (*A Sentinela* de 1º de dezembro de 1981, páginas 20, 21).

É verdade que as palavras de Paulo em 2 Tessalonicenses 3:14,15 foram ditas pouco depois de ele considerar que não era apropriado que um cristão comesse sem trabalhar. Embora isso de certa forma possa justificar o entendimento do Corpo Governante, é preciso notar que Paulo não restringiu a aplicação de suas palavras ao contexto imediato, mas a toda a sua carta de três capítulos. E a respeito do conteúdo dessa carta, é digno de nota o capítulo 2, onde Paulo considera a existência do “homem que viola a lei”, que no entendimento geral se trata de um desvio para a apostasia. E ninguém pode ler as cartas de Paulo sem deixar de notar que já na sua época havia uma grave tendência para a apostasia, e certamente a congregação de Tessalônica não estava imune a esse mal, o que tornava mui válida as palavras de Paulo que ora consideramos. O próprio Corpo Governante considera inaceitável que uma Testemunha de Jeová se associe com alguém considerado apóstata e quanto a isso, no que tange a apostasia, as palavras finais de Paulo caberiam muito bem ao conceito da autoridade religiosa. Portanto, era apenas questão de escolher que extensão dar às palavras de Paulo. Como ‘parar de se associar’, mas ‘continuar a aconselhar como irmão’, não se adequa ao conceito preconcebido, a escolha foi por restringir as palavras do apóstolo ao contexto imediato, mesmo sendo possível ler nelas que se aplicam a toda a carta. Feito isso, o Corpo Governante pôde continuar afirmando que Paulo proíbe qualquer contato com pessoas desassociadas, não sendo permitido nem mesmo ter uma refeição à mesma mesa que elas.

Outra maneira de sabermos se as palavras de Paulo visavam ser encaradas como uma proibição é vermos como elas foram encaradas pelos cristãos de Corinto. Depois que o pecador fora “desassociado”, isto é, os cristãos de Corinto deixaram de se associar com ele, Paulo ficou sabendo que isso o levou a arrepender-se e fazer mudanças. Sabendo disso, em sua segunda carta aos coríntios ele escreveu:

Essa censura da parte da maioria é suficiente para esse homem; agora, ao contrário, vocês devem perdoá-lo bondosamente e consolá-lo, para que ele não seja vencido pela excessiva tristeza. Eu os exorto, portanto, a reafirmar o seu amor por ele (2 Coríntios 2: 6-8).

Note que não foi a totalidade dos cristãos de Corinto que deixou de se associar com o pecador, mas apenas a “maioria” o fez. O que aconteceu com a minoria? Foi desassociada? Foi repreendida em razão de desobediência? Paulo não diz absolutamente nada sobre isso. A literatura das Testemunhas de Jeová nos últimos 40 anos procurou explicar quase que cem por cento dos versículos do Novo Testamento. De fato, o versículo intitulado 2 Coríntios 2:6, que contém a palavra “maioria”, foi citado nas revistas *A Sentinela* de 15 de julho de 2007,

página 20; 15 de setembro de 1992, página 12; 15 de junho de 1978, página 21; 15 de janeiro de 1973, página 50, bem como nos livros *“Certificai-vos de Todas as Coisas: Apegai-vos ao que é Excelente”*, página 168, e *Viva Tendo em Mente o Dia de Jeová*, página 148. Porém nenhuma dessas matérias procurou explicar que fim teve a “minoria” de cristãos de Corinto que continuou conversando com o pecador “desassociado”. Nos dias atuais, embora haja Testemunhas que decidem desrespeitar a autoridade religiosa e continuam a conversar com desassociados, dificilmente se pode dizer que em todas as congregações há uma “minoria” que faz isso. Isto se dá porque todos os que o fazem são monitorados de perto, uma vez que conversar sobre assuntos espirituais com desassociados é considerado caso grave e sujeito à mesma punição sofrida pelo desassociado (para justificar isso, usa-se 2 João 9-11, que será considerado mais adiante). E mesmo que nada fale sobre assuntos espirituais, tal Testemunha muito provavelmente será tacitamente tachada de mau exemplo pelos anciãos, os quais poderão lhes negar quaisquer atividades ou função no templo, ou restringi-las a atividades mais humildes como fazer serviço de faxina em geral.

Considerando que Paulo nada falou sobre punição à “minoria”, depreende-se que o que ele escreveu não foi tomado como uma ordem, mas como um conselho que, se acatado, faria bem à congregação de Corinto – como de fato o fez, levando o pecador ao arrependimento. E isso está de acordo com o exemplo de Cristo considerado anteriormente. Das suas palavras registradas em Mateus 18: 15-17 e do exemplo deixado por ele, ficamos sabendo que a coisa certa é que cada um deve lidar com pecadores conforme seja sua relação pessoal com eles, não levando em conta a opinião de outros. Se o pecador da congregação de Corinto causou infelicidade a alguns ou a muitos da congregação, é de se supor que foram esses mais afetados os mais propensos a cortar a associação com ele. Cristãos que pouco sabiam do caso, que o conheciam há pouco tempo, ou que não viam nenhum motivo pessoal para se afastar dele, esses podem ter continuado a se associar com ele, o que pode naturalmente ter vindo a ser a exceção à “maioria” mencionada por Paulo.

Diante disso, como ficam as palavras do Corpo Governante registradas abaixo?

No entanto, os esforços de Jesus para dar testemunho aos cobradores de impostos *que ‘chegavam perto dele para o ouvir’ e ‘o seguiam’* não era modelo de como se devia tratar os pecadores *impenitentes*. (Mar. 2:15; Luc. 15:1) Como podemos ter certeza disso? Embora Cristo comesse com tais cobradores de impostos, o apóstolo Paulo ordenou que os cristãos não devem *‘nem sequer comer com’* tal pecador expulso da congregação. (1 Cor. 5:11) (*A Sentinela* de 15 de dezembro de 1981, já citada anteriormente).

Bem, por um lado a autoridade religiosa ensina que os “pecadores impenitentes” são como os “cobradores de impostos” e estrangeiros – no sentido de que merecem o mesmo desprezo de que estes eram alvos. Por outro, diz que o exemplo de Cristo em lidar com eles – pelo menos com os “que chegavam perto dele para o ouvir e o seguiam” – não é modelo de como se deve tratar “pecadores impenitentes”. Considerando isso, talvez seja oportuno

raciocinar com base na seguinte situação: imagine que uma ex-Testemunha de Jeová (seja dissociada ou desassociada) convida uma Testemunha de Jeová para uma refeição (assim como o cobrador de impostos Mateus convidou a Cristo) ou que visita sua casa para ouvir alguns conselhos bíblicos. Diante dessa situação, que reação terá a Testemunha? Seguirá o exemplo de Cristo e aceitará o convite para uma refeição? Receberá em sua casa a ex-Testemunha que procura ouvir alguns conselhos, assim como Cristo aceitou pregar para os “cobradores de impostos” que o seguiam? Ou, antes, cederá ao medo de uma possível disciplina e lhe desferirá o mesmo desprezo de que eram vítimas os estrangeiros e “cobradores de impostos” dos dias de Cristo? Que essas perguntas fiquem para a reflexão de cada Testemunha de Jeová que vier a ler isso.

Mas as proibições impostas pelo Corpo Governante não se restringem a conversar. Cumprimentar também não pode, nem mesmo com um simples “oi!” – como mostrado a seguir.

○ 2 João 9-11

Todo aquele que vai além dos ensinamentos do Cristo e não permanece neles não tem Deus. Quem permanece nesses ensinamentos é quem tem tanto o Pai como o Filho. Se alguém vier a vocês e não trazer esses ensinamentos, não o recebam na sua casa, nem o cumprimentem. Pois quem o cumprimenta participa das suas obras más.

Depois de considerar que o apóstolo João acima proíbe até mesmo cumprimentar uma ex-Testemunha, o Corpo Governante escreveu resumidamente:

Todos sabemos de experiência no decorrer dos anos que um simples “Oi” dito a alguém pode ser o primeiro passo para uma conversa ou mesmo para amizade. Queremos dar este primeiro passo com alguém desassociado? (A *Sentinela* de 15 e dezembro de 1981, página 21).

Mas foi em 1985 que a autoridade religiosa procurou argumentar com mais detalhes por que entende que Testemunhas de Jeová não podem cumprimentar ex-integrantes da religião (na citação abaixo, o segundo par de colchetes é dos autores).

João acrescentou: “Pois, quem o cumprimenta é partícipe das suas obras iníquas.” [segundo a versão de 1986 da Tradução do Novo Mundo] (2 João 11) João usou aqui a palavra grega de saudação *khaí-ro* em lugar da palavra *a-spá-zo-mai*, encontrada no versículo 13.

Khaí-ro significa alegrar-se. (Lucas 10:20; Filipenses 3:1; 4:4) Era também usada como saudação, verbal ou por escrito. (Mateus 28:9; Atos 15:23; 23:26) *A-spá-zo-mai* significa “envolver nos braços, por conseguinte saudar, dar boas-

vindas". (Lucas 11:43; Atos 20:1, 37; 21:7, 19) Qualquer das duas palavras podia ser uma saudação, mas *a-spá-zo-mai* talvez denotasse mais do que um cortês "olá" ou "bom dia". Jesus disse aos 70 discípulos para não *a-spá-se-she* a ninguém. Indicou assim que sua obra urgente não lhes permitia tempo para o cumprimento à moda oriental, com beijos, abraços e longa palestra. (Lucas 10:4) Pedro e Paulo exortaram: 'Cumprimentai-vos [*a-spá-sa-she*] uns aos outros com beijo de amor, ou beijo santo.' — 1 Pedro 5:14; 2 Coríntios 13:12, 13; 1 Tessalonicenses 5:26.

Portanto, João pode ter usado deliberadamente *khaí-ro* em 2 João 10, 11 em vez de *a-spá-zo-mai* (versículo 13). Se assim for, João não estava exortando os cristãos daquele tempo a evitar meramente *saudar calorosamente* (com abraço, beijo e conversa) uma pessoa que ensinasse falsidades ou que renunciasses à congregação (apostatasse). Em vez disso, João disse que não deviam nem mesmo cumprimentar tal pessoa com *khaí-ro*, um comum "bom dia".

A seriedade deste conselho evidencia-se nas palavras de João: "Quem o cumprimenta *é partícipe das suas obras iníquas*." Nenhum cristão verdadeiro desejaria que Deus o encarasse como partícipe de obras iníquas por associar-se com um transgressor que foi expulso ou com alguém que rejeitou a congregação Dele (A Sentinela de 15 de julho de 1985, página 32).

Como se pode ver, o Corpo Governante recorre ao grego bíblico para justificar sua posição em relação ao assunto. Obviamente, são raras as Testemunhas de Jeová que conhecem o grego bíblico de modo a fazer um julgamento razoável da informação, quer a favor ou contra. A vasta maioria das Testemunhas simplesmente nada tem a dizer diante desse show de erudição.

De modo geral o texto procura salientar que a palavra grega *khaí-ro* é de uso mais corriqueiro, para os cumprimentos comuns do dia-dia, como "bom-dia", "boa-tarde" e "olá", ao passo que *a-spá-zo-mai* é de uso mais seletivo, mais reservado a demonstrações efusivas de afeto, saudações mais carinhosas, mais fraternais. Com isso, a revista conclui que, uma vez que João usou a palavra *khaí-ro*, então ele bem provavelmente quis dizer que ex-irmãos não são dignos nem de um *khaí-ro*, isto é, nem um "bom-dia" ou um "olá".

Mas salta à vista que a conclusão é baseada apenas em uma tênue evidência, como pode ser visto a seguir:

Qualquer das duas palavras podia ser uma saudação, mas *a-spá-zo-mai* talvez denotasse mais do que um cortês "olá" ou "bom dia".

Portanto, João pode ter usado deliberadamente *khaí-ro* em 2 João 10, 11 em vez de *a-spá-zo-mai* (versículo 13). Se assim for, João não estava exortando os cristãos daquele tempo a evitar meramente...

É com base nessa tênue evidência que a autoridade religiosa proíbe a que as Testemunhas de Jeová dirijam um simples "bom-dia" a ex-irmãos. Parece-lhe isso razoável?

A revista também, para o propósito de reforçar a sua conclusão, decidiu omitir um detalhe desfavorável. Ele consta no primeiro capítulo do evangelho de Lucas e indica para nós que as palavras gregas para cumprimento podem ser intercambiáveis, isto é, podem ser usadas uma ou outra, que não há assim tanta diferença entre elas.

Para facilitar a compreensão do leitor, cito a seguir partes da *The Kingdom Interlinear Translation of the Greek Scriptures*, que foi produzida pelo próprio Corpo Governante e que apresenta uma tradução literal do grego para o inglês.

9 πᾶς ὁ προάγων καὶ μὴ μένων Every the (one) going before and not remaining ἐν τῇ διδασκῇ τοῦ χριστοῦ θεὸν οὐκ in the teaching of the Christ God not ἔχει· ὁ μένων ἐν τῇ διδασκῇ, he is having; the (one) remaining in the teaching, οὗτος καὶ τὸν πατέρα καὶ τὸν υἱὸν this (one) and the Father and the Son ἔχει. 10 εἴ τις ἔρχεται πρὸς ὑμᾶς he is having. If anyone is coming toward you καὶ ταύτην τὴν διδασκὴν οὐ φέρει, μὴ and this the teaching not he is bearing, not λαμβάνετε αὐτὸν εἰς οἰκίαν καὶ be you receiving him into house and <u>χαίρειν</u> αὐτῷ μὴ λέγετε· to be rejoicing to him not be you saying; 11 ὁ λέγων γὰρ αὐτῷ χαίρειν the (one) saying for to him to be rejoicing κοινωνεῖ τοῖς ἔργοις αὐτοῦ τοῖς he is sharing to the works of him to the πονηροῖς. wicked (ones). 12 Πολλὰ ἔχων ὑμῖν γράφειν Many (things) having to you to be writing οὐκ ἐβουλήθην διὰ χάρτου καὶ μέλανος, not I wished through paper and black [ink], ἀλλὰ ἐλπίζω γενέσθαι πρὸς ὑμᾶς καὶ but I am hoping to come to be toward you and στόμα πρὸς στόμα λαλῆσαι, ἵνα ἡ mouth toward mouth to speak, in order that the χαρὰ ὑμῶν πεπληρωμένη ᾖ. joy of you having been fulfilled may be.	you may obtain a full reward. 9 Everyone that pushes ahead and does not remain in the teaching of the Christ does not have God. He that does remain in this teaching is the one that has both the Father and the Son. 10 If anyone comes to you and does not bring this teaching, never receive him into YOUR homes or say a <u>greeting</u> to him. 11 For he that says a greeting to him is a sharer in his wicked works.* 12 Although I have many things to write you, I do not desire to do so with paper and ink, but I am hoping to come to you and to speak with you face to face, that your joy may be in full measure.
1051	2 JOHN 13—3 JOHN 6
13 <u>Ἀσπάζεται</u> σε τὰ τέκνα τῆς Is greeting you the children of the ἀδελφῆς σου τῆς ἐκλεκτῆς. sister of you of the chosen (one).	13 The children of your sister, the chosen one, send you their <u>greetings</u>.

Na imagem acima consta a citação dos versículos 9-13 da segunda carta de João. Note que no versículo 10 está assinalada a palavra *khaí-ro*; no versículo 13, a palavra *a-spá-zo-mai*. Pelo argumento da revista *A Sentinela*, essas

palavras têm sentido diferentes, portanto, seria impróprio intercambiá-las em uma frase. Ainda no que diz respeito à citação anterior, o uso da palavra *a-spá-zo-mai* parece apoiar a argumentação do Corpo Governante, pois é usada em uma saudação cristã, como mostrado abaixo:

Os filhos da sua irmã, a escolhida, mandam-lhe saudações.

Por que será que João usou uma palavra diferente para enviar um cumprimento cristão? Por que não usou a mesma palavra nos dois versículos, quer *khaí-ro*, quer *a-spá-zo-mai*? Lembre-se que é nesse questionamento que reside a argumentação do Corpo Governante.

316

Agora observe o uso das duas palavras pelo evangelista Lucas – a citação que o Corpo Governante omitiu em sua explicação:

καὶ τὸ ὄνομα τῆς παρθένου Μαρίας. 28 καὶ	and the name of the virgin Mary. And
εἰσελθὼν πρὸς αὐτὴν εἶπεν Χαίρε,	28 And when he went in before her he said: <u>Be rejoicing.</u>
κεχαριτωμένη, ὁ κύριος	he said: <u>"Good day, highly favored one, Jehovah* is with you."</u>
μετὰ σοῦ. 29 ἡ δὲ ἐπὶ τῷ λόγῳ	29 But she was deeply
διεταράχθη καὶ διελογίζετο	disturbed at the
ποταπὸς εἶη ὁ ἀσπασμὸς οὗτος.	saying and began to
30 καὶ εἶπεν ὁ ἄγγελος αὐτῇ Μὴ φοβοῦ,	reason out what sort of <u>greeting this might</u>
And said the angel to her Not be fearing	be. 30 So the angel

Entrando onde ela estava, o anjo lhe disse: “Olá, altamente favorecida, Jeová está com você!” Mas ela ficou profundamente perturbada com as palavras dele e tentava entender o que poderia significar essa saudação (Lucas 1: 28,29).

Como se pode ver, Lucas parece não ter considerado que essas palavras tinham sentidos tão diferentes, pois as usou para descrever a mesma situação. Omitir esse detalhe possibilitou os autores do artigo a se servir do fato de que o apóstolo João usou *khaí-ro* e *a-spá-zo-mai* no mesmo contexto, mas para situações diferentes. Caso tivesse citado Lucas, a revista ficaria com a embaraçosa responsabilidade de justificar que na segunda carta de João não se tratava do mesmo caso, que João não podia ter invertido o local das palavras.

Outro fato que precisa ser levado em conta é que a segunda carta de João ordena a que não se cumprimente o “anticristo”, ou alguém que nega a Cristo, que nega que ele é o filho de Deus, alguém que voluntariamente renuncia ao cristianismo como sendo o caminho da salvação (1 João 2: 22-25). Por esses termos, como as Testemunhas de Jeová consideram-se que compõem a única religião verdadeira, que são o caminho para Deus nos tempos modernos, é

apenas lógico que elas raciocinem que não podem cumprimentar quem voluntariamente abandonam a religião (os dissociados, ou, em outro termo: “anticristos”). Mas o Corpo Governante vai mais além e determinou que desassociados também não devem ser cumprimentados.

Depois de explicar que *khaí-ro* não é um termo de saudação menos caloroso, mas que também denota algo como alegrar-se com alguém, desejar paz a este e, por conseguinte, sucesso na empreitada, e levando em conta as palavras de João em consideração, Raymond Franz escreveu:

Claramente, pois, o que o cristão nega a um anticristo não é um simples cumprimento como “bom dia” ou “como vai”, e sim a saudação que implica em aceitar sua pessoa e concordar com sua causa, desejando-lhe favor e êxito. “Dar-lhe boas vindas” deste modo sem dúvida tornaria a pessoa “partícipe das suas obras iníquas”. Por outro lado, simplesmente falar com alguém não implica, em si, em aceitação, concordância ou favor. É o que a pessoa diz que determina isto. Certamente alguém não se torna parceiro de outrem nas coisas más que faz quando se esforça em refutá-lo ou convencê-lo de que está errado. Ao contrário, as Escrituras mostram que isto pode ser um dever cristão (*Em Busca da Liberdade Cristã*, páginas 406, 407).

Como visto, a argumentação do Corpo Governante para proibir a que as Testemunhas de Jeová conversem com ex-irmãos não tem nenhuma base bíblica. Pelo exame do modo como Jesus tratou os pecadores de seus dias, tiramos uma grande lição de como tratar os pecadores que nos cercam. Por esse exame, depois de uma leitura atenta dos evangelhos, ficamos sabendo que os pecadores dos dias de Cristo se sentiam livres para se chegar até ele, porque aos poucos ganharam a certeza de que não seriam menosprezados assim como eram menosprezados e humilhados pelos líderes religiosos da época. Esse, porém, não é o modelo que o Corpo governante deseja seguir; antes, deseja seguir a interestação que fez das cartas de Paulo e de João, que aparentam dizer que pecadores devem ser excluídos da convivência social com os cristãos, não sendo permitido nem sequer trocar com eles alguns cumprimentos – tal qual acontecia no primeiro século, cujo modelo foi estipulado pelos líderes religiosos para colocarem-se numa áurea de santidade, separados do povo comum, separados dos cobradores de impostos, dos estrangeiros, das prostitutas e pecadores de modo geral. Mas há algo mais que precisa ser dito sobre isso: todos nós temos a liberdade de escolher a quem ter como exemplo. E o Corpo Governante fez a sua escolha.

Para informações mais detalhadas sobre o assunto, veja o capítulo 10 do livro *Em Busca da Liberdade Cristã*, de Raymond Franz.

5 – Provérbios 4: 18 – o que significa?

Toda Testemunha de Jeová sabe que periodicamente o Corpo Governante revisa algumas doutrinas. No capítulo 3 deste livro isso ficou bem claro, pois o sentido da palavra “geração” foi revisado várias vezes. Assim como esse, diversos outros ensinamentos já passaram por revisão e todas essas revisões são justificadas com base na seguinte declaração de Provérbios:

Mas a vereda dos justos é como a brilhante luz da manhã, que clareia mais e mais até a plena luz do dia (Provérbios 4: 18).

Em outras palavras, a autoridade religiosa entende que o conhecimento que se tem da Bíblia aumenta gradualmente, conforme Deus vai dando aos seus servos a capacidade de entender Sua Palavra;. Isso é, em resumo, o que o leitor lerá abaixo, que é a justificativa do próprio Corpo Governante:

318

Como Jeová conduz seu povo

Aqueles que compõem a única genuína organização cristã hoje não recebem revelações angélicas nem inspiração divina. Mas contam com as inspiradas Escrituras Sagradas, que contêm revelações dos pensamentos e da vontade de Deus. Como organização e individualmente, têm de aceitar a Bíblia como verdade divina, estudá-la meticolosamente e deixar que ela opere neles. (1 Tes. 2:13) Mas como chegam ao entendimento correto da Palavra de Deus?

A própria Bíblia diz: “Não pertencem a Deus as interpretações?” (Gên. 40:8) Se no seu estudo das Escrituras determinada passagem é difícil de entender, têm de procurar outras passagens inspiradas que elucidem o assunto. Assim, deixam que a Bíblia interprete a si mesma, e à base disso procuram entender o “modelo” da verdade apresentado na Palavra de Deus. (2 Tim. 1:13) Jeová os conduz ou guia a esse entendimento por meio de seu espírito santo. Mas, para ter a orientação desse espírito, eles têm de cultivar seus frutos, não o contristar nem trabalhar contra ele, e ser sensíveis a suas indicações. (Gál. 5:22, 23, 25; Efé. 4:30) Ademais, aplicando zelosamente o que aprendem, edificam sua fé, como base para obterem entendimento cada vez mais claro de como têm de fazer a vontade de Deus no mundo de que não fazem parte. — Luc. 17:5; Fil. 1:9, 10.

Jeová sempre conduziu seu povo a um entendimento mais claro de sua vontade. (Sal. 43:3) Sua maneira de guiá-lo pode ser ilustrada assim: se a pessoa ficou numa sala escura por muito tempo, não é melhor que seja exposta à luz *gradativamente*? Jeová tem exposto seu povo à luz da verdade de maneira similar; tem-lhe dado esclarecimento *progressivamente*. (Compare com João 16:12, 13.) Tem sido como diz o provérbio: “A vereda dos justos é como a luz clara que clareia mais e mais até o dia estar firmemente estabelecido.” — Pro. 4:18.

Os tratos de Jeová com seus servos escolhidos nos tempos bíblicos confirmam que o entendimento claro de sua vontade e propósitos muitas vezes vem gradativamente. Assim, Abraão não entendeu plenamente como se desenrolaria o propósito de Jeová com relação ao “descendente [lit.: semente]”.

(Gên. 12:1-3, 7; 15:2-4; compare com Hebreus 11:8.) Daniel não compreendeu o desenrolar final das profecias que registrou. (Dan. 12:8, 9) Jesus, quando esteve na Terra, admitiu que não sabia o dia e a hora em que o atual sistema acabará. (Mat. 24:36) Os apóstolos a princípio não entenderam que o Reino de Jesus seria celestial, que não seria estabelecido no primeiro século e que até gentios poderiam herdá-lo. — Luc. 19:11; Atos 1:6, 7; 10:9-16, 34, 35; 2 Tim. 4:18; Rev. 5:9, 10.

Não nos deve surpreender que também nos tempos modernos Jeová muitas vezes tenha conduzido seu povo como organização progressiva, gradativamente esclarecendo-lhes verdades bíblicas. Não são as verdades em si que mudam. A verdade permanece a verdade. A vontade e o propósito de Jeová apresentados na Bíblia permanecem inalterados. (Isa. 46:10) Mas o *entendimento* do povo de Deus sobre essas verdades fica progressivamente mais claro “no tempo apropriado”, no tempo devido de Jeová. (Mat. 24:45; compare com Daniel 12:4, 9.) Às vezes, devido a erros humanos ou a zelo mal-orientado, seu ponto de vista talvez precise de ajustes.

Por exemplo, em várias ocasiões na história moderna das Testemunhas de Jeová seu zelo e entusiasmo pela vindicação da soberania de Jeová causaram expectativas prematuras sobre *quando* viria o fim do sistema iníquo de Satanás. (Eze. 38:21-23) Mas Jeová não revelou de antemão o momento exato. (Atos 1:7) Assim, o povo de Jeová teve de ajustar seus conceitos nesse respeito.

Esses ajustes de ponto de vista não significam que o propósito de Deus tenha mudado. Nem sugerem que o fim deste sistema esteja necessariamente muito distante. Ao contrário, o cumprimento de profecias bíblicas a respeito da “terminação do sistema de coisas” confirma a proximidade do fim. (Mat. 24:3) Bem, será que as Testemunhas de Jeová já terem tido expectativas prematuras significa que não são dirigidas por Deus? Não, como tampouco a pergunta dos discípulos sobre a iminência do Reino em seus dias significava que não eram escolhidos e dirigidos por Deus! — Atos 1:6; compare com Atos 2:47; 6:7.

Por que as Testemunhas de Jeová têm tanta certeza de que praticam a religião verdadeira? Porque crêem e aceitam o que a Bíblia diz sobre os sinais que identificam os genuínos adoradores. Sua história moderna, apresentada nos capítulos anteriores desse livro, mostra que, não só em base individual, mas também como organização, elas satisfazem os requisitos: defendem lealmente a Bíblia como a sagrada Palavra da verdade de Deus (João 17:17); mantêm-se inteiramente separadas dos assuntos do mundo (Tia. 1:27; 4:4); dão testemunho do nome divino, Jeová, e proclamam o Reino de Deus como única esperança da humanidade (Mat. 6:9; 24:14; João 17:26); e amam genuinamente uns aos outros. — João 13:34, 35 (*Proclamadores do Reino*, páginas 708, 709).

Ninguém pode negar que é impossível abrir a Bíblia, lê-la de capa e capa e, ao final, ter uma compreensão absoluta de toda a sua mensagem. Pelo que sei, todas as igrejas cristãs mantêm algum tipo de estudo contínuo da Bíblia

Sagrada, suas lideranças promovem cursos bíblicos e constantemente publicam-se bons livros que visam explicar esse livro sagrado. O próprio Corpo Governante incentiva bastante a que as Testemunhas de Jeová estudem a Bíblia. O resultado disso, desse estudo regular do livro sagrado, é um conhecimento crescente do seu conteúdo e, à medida que nos deixarmos guiar por suas normas cristãs, certamente poderemos nos sentir mais próximo de Deus e de Seu filho Jesus Cristo.

A justificativa apresentada pelo Corpo Governante não está errada em si. Pois é verdade que o conhecimento a respeito dos propósitos de Deus foi revelado aos poucos, à medida que se escrevia a Bíblia. E como escrevi no parágrafo anterior, nosso entendimento dela é gradual. Com a liderança das Testemunhas de Jeová não seria diferente. Se a liderança da religião, lá nos seus primórdios, aceitava em suas fileiras pessoas vivendo juntas sem se casarem e depois compreendeu que isso não é cristão, é absolutamente compreensível que tenha passado a exigir de seus seguidores que primeiro façam as mudanças necessárias para então serem aceitos como membros efetivos. Mudanças como essas são perfeitamente compreensíveis.

Mas pelo estudo que fizemos em capítulos anteriores, as revisões de doutrinas da religião não se restringem a isso e nem é o ajuste de doutrinas o maior problema envolvido, mas sim o requerimento de que esses ajustes sejam aceitos pela totalidade das Testemunhas como ajustes feitos sob a direção do espírito santo, como mostram as frases abaixo, que foram pinçadas da justificativa citada anteriormente.

A própria Bíblia diz: “Não pertencem a Deus as interpretações?” (Gên. 40:8)

Jeová os conduz ou guia a esse entendimento por meio de seu espírito santo.

Então, depois de dizer que foi gradualmente que Deus revelou seus propósitos a seus servos do passado, a autoridade religiosa afirma que seria apenas lógico que os servos de Deus da atualidade também obteriam um conhecimento gradual dos Seus propósitos. E como comprovação de que esse conhecimento foi de fato gradual, faz-se uma referência indireta às muitas datas que se marcou para o fim do mundo:

Por exemplo, em várias ocasiões na história moderna das Testemunhas de Jeová seu zelo e entusiasmo pela vindicação da soberania de Jeová causaram expectativas prematuras sobre *quando* viria o fim do sistema iníquo de Satanás. (Eze. 38:21-23) Mas Jeová não revelou de antemão o momento

exato. (Atos 1:7) Assim, o povo de Jeová teve de ajustar seus conceitos nesse respeito.

Aqui a autoridade religiosa procura inocentar-se mesclando orientação gradual com “zelo e entusiasmo pela vindicação da soberania divina”. Mas considerando tudo o que foi analisado no capítulo 3, quem consegue ver ali o efeito de alguma orientação divina? Se Charles Taze Russell era guiado por espírito santo, e considerando a validade de Provérbios 4: 18, ele talvez não pudesse compreender tudo o que o Corpo Governante ensina hoje como verdade, mas jamais se poderia esperar que o espírito santo o guiasse a ensinar que ele e seus seguidores seriam levados para o céu em 1914; o mesmo se pode dizer das datas de 1925, 1942 e 1975. Todos os líderes que anunciaram essas datas, ou ao menos as anunciaram como prováveis datas para a volta de Cristo, jamais poderiam dizer que estavam sendo guiados por espírito santo, mas foi isso que disseram. Visto por esse ângulo, fica evidente que os seguidores da religião têm motivos para dúvidas quanto a se de fato o Corpo Governante é guiado por Deus. Prevendo essas interrogações, a autoridade religiosa apressa-se em responder:

Bem, será que as Testemunhas de Jeová já terem tido expectativas prematuras [a respeito do fim do mundo] significa que não são dirigidas por Deus? Não, como tampouco a pergunta dos discípulos sobre a iminência do Reino em seus dias significava que não eram escolhidos e dirigidos por Deus! — Atos 1:6; compare com Atos 2:47; 6:7.

Mas diferentemente do Corpo Governante e de seus antecessores, os discípulos de Cristo fizeram apenas uma pergunta, eles não se autodenominaram representantes de Deus e saíram proclamando conceitos errados. Diferentemente dos discípulos, que não obrigaram ninguém a adotar os seus conceitos errados, o Corpo Governante exige que todos os fiéis pensem de modo uniforme, exige que creiam em tudo o que ele determina como sendo orientação divina. As consequências para quem se recusar a se curvar perante a autoridade é a desassociação com todas as suas consequências já muito bem consideradas neste livro. Diante disso, dessa incoerência entre os fatos e as alegações de orientação divina, como fica o sentido de Provérbios 4: 18? De forma sucinta, Raymond Franz escreveu o seguinte sobre esse versículo:

Um exame do contexto mostra que o texto não tem realmente tal aplicação, mas refere-se ao *proceder de vida* do justo, sua vereda de conduta piedosa, em contraste com o “caminho dos iníquos”. Veja os versículos 14-17, 19 (*Em Busca da Liberdade Cristã*, página 154, nota 13).

Não entre na vereda dos maus e não ande no caminho dos perversos. Evite-o, não passe por ele; afaste-se dele e siga em frente. Pois eles não conseguem dormir enquanto não fazem o que é mau. Perdem o sono se não fizerem alguém cair. Eles comem o pão da maldade e bebem o vinho da violência. Mas a vereda dos justos é como a brilhante luz da manhã, que clareia mais e mais até a plena luz do dia. O caminho dos maus é como a escuridão; eles nem sabem o que os faz tropeçar (Provérbios 4: 14-19).

<http://pontosdefe.blogspot.com.br/>

<https://www.facebook.com/LourisvaldoSantana99/>

“O futuro da religião” 8

Portanto, todo aquele que ouve essas minhas palavras e as pratica será como um homem prudente, que construiu sua casa sobre a rocha. E caiu a chuva, vieram as inundações, e os ventos sopraram com força contra aquela casa, mas ela não desmoronou, pois tinha sido fundada sobre a rocha. Além disso, todo aquele que ouve essas minhas palavras e não as pratica será como um homem tolo, que construiu sua casa sobre a areia. E caiu a chuva, vieram as inundações, e os ventos sopraram e bateram contra aquela casa, e ela desmoronou, e foi grande a sua queda (Mateus 7:24-27).

323

QUANDO CHARLES T. RUSSELL deu início ao movimento religioso que posteriormente se tornou as Testemunhas de Jeová, o que ele basicamente queria era conscientizar as pessoas de seu tempo que se avizinhava a época para a volta de Cristo. Como Cristo não veio na época esperada, nem em 1914, bem como também nas outras datas em que ele foi esperado, restou aos líderes fazer reformulações de conceito de modo a justificar os constantes fracassos proféticos. O resultado disso é que a religião que hoje conhecemos está praticamente irreconhecível, quando comparado ao punhado de pessoas que se reunia em torno das crenças de Russell. Foi assim, portanto, que os desafios do passado foram enfrentados. Que dizer dos desafios de agora? Serão eles superados também – e unicamente – pela reformulação de conceitos?

Desafios a enfrentar

As crenças de Russell eram basicamente um apanhado geral das crenças adventistas da sua época, com a diferença de que adotou – como cereja do bolo – a data de 1914. Por se tratar de uma data antibíblica e sem suporte na história, ela deveria ter sido rejeitada, ou pelo menos posta em suspense, quando ele e seus sucessores imediatos foram confrontados com as primeiras evidências de que se tratava de um erro. Mas não foi o que fizeram; antes, como que construindo sobre a areia, foi sobre ela que se ergueram sucessivas cavalgadas proféticas, inclusive a mais recente, que, segundo explica-se, a data é o ponto de partida para duas sucessivas gerações de ungidos que deve culminar com a volta de Cristo e o fim do mundo. E é sobre esse último conceito que jaz um dos mais incômodos espinhos que aflige as costelas da liderança atual. Uma vez que a religião decidiu, lá na década de 1930, que apenas 144 mil cristãos serão aceitos no céu, e que as cerca de 40 mil Testemunhas da época já completavam esse número, ficou claro que no céu não havia mais vaga e que somente seriam aceitos novos cristãos para compor

o que chamam de “grande multidão” – o inteiro e único grupo de pessoas que deveria sobreviver ao Armagedom. Consequentemente, à medida que passavam as décadas, os cerca de 40 mil ungidos da década de 1930 foram diminuindo a cada ano, à medida que iam falecendo. Pela expectativa da liderança religiosa, esse decréscimo continuaria até a volta de Cristo, que deveria se dar antes que falecessem os últimos ungidos. Porém, inexplicavelmente a tendência se inverteu em 2006, quando o relatório anual revelou o primeiro aumento em décadas. Tendo diminuído sucessivamente dos cerca de 40 mil para cerca de 8500 até 2005, desde esse ano tem havido aumento e agora já totalizam cerca de 15 mil ungidos – o que torna mais difícil explicar que os 144 mil de Apocalipse é o número limitado de pessoas que vão para o céu. Evidentemente, isso preocupa o Corpo Governante. Mas a autoridade religiosa procura mostrar-se tranquila e arranjou uma explicação no mínimo inusitada para o problema, como escreveu recentemente:

Em anos recentes, temos notado um aumento no número dos que comem do pão e bebem do vinho na Celebração da morte de Cristo. Isso é bem diferente do que vimos por muitas décadas, quando o número diminuía. Será que o aumento atual deve nos preocupar? Não. Vejamos alguns pontos importantes que devemos ter em mente. [...] Esse número inclui pessoas que por engano acham que são ungidas. Depois de um tempo, alguns que começaram a comer do pão e beber do vinho pararam. Outros, por terem problemas mentais ou emocionais, acreditam que governarão com Cristo no céu. Então, o número de participantes não indica com precisão a quantidade de ungidos na Terra (*A Sentinela* de janeiro de 2016, edição de estudo, páginas 25, 26; veja também a revista *A Sentinela* de 15 de agosto de 2011, página 22, que, além dos fatores citados agora, também acrescentou “anteriores crenças religiosas” como razão para alguém passar a tomar dos emblemas e apresentar-se como ungido).

A explicação do Corpo Governante até certo ponto faz sentido. Pois em uma dada porção considerável de pessoas, há sempre alguns com problemas mentais. Assim, naturalmente, não seria diferente entre as cerca de oito milhões de Testemunhas de Jeová. Porém, a explicação do Corpo Governante deixa de levar em conta que não se trata apenas de uma porcentagem dentre um número considerado, mas um *aumento* dessa porcentagem. Com isso, seria necessário um aumento exorbitante de pessoas desequilibradas entre as Testemunhas de Jeová para que *pelos menos uma quantia significativa* desses desequilibrados manifestassem o desejo de ir governar com Cristo. Tudo examinado, portanto, fica evidente que se trata de uma saída fácil, arranjada às pressas, ante o inesperado e desconfortável desafio que é o aumento de ungidos.

Mais adiante, porém, o Corpo Governante admite a possibilidade de que pelo menos alguns dos novos ungidos sejam de fato ungidos. E acrescenta:

Nos últimos dias, Jeová continua escolhendo pessoas para fazer parte dos 144 mil. Se ele decidir esperar até a parte final desse período para escolher alguns para esse privilégio, quem somos nós para questionar sua sabedoria? (Isa.

45:9; Dan. 4:35; **leia Romanos 9:11, 16.**) Devemos tomar cuidado para não agir como os trabalhadores insatisfeitos que reclamaram do modo como o dono do vinhedo lidou com os trabalhadores da 11^a hora. — **Leia Mateus 20:8-15** (revista supracitada, página 26).

Como se ver, no final adverte que não devemos nos comportar como os trabalhadores insatisfeitos, que reclamaram do modo como Deus lidou os trabalhadores da 11^a hora. Porém, pelo que posso deduzir, dentre todas as Testemunhas de Jeová, apenas a liderança religiosa é que tem razões válidas para queixar-se do modo como Deus lida com os trabalhadores da 11^a hora, pois foi ela que proclamou por décadas que a chamada celestial havia-se encerrado por volta de 1930. E que demonstração mais clara de insatisfação não é levantar a suspeita de que os novos ungidos são, provavelmente, desequilibrados mentais? E é justamente por causa dessa suspeita levantada que circula informações de que alguns dos novos ungidos têm sido questionados quanto a se de fato são ungidos, coisa que os expõe a uma humilhação absolutamente desnecessária, sem contar ainda o falatório que circula à boca miúda.

A proibição de transfusão de sangue, ainda que ultimamente seja permitido o uso de hemoderivados, é outro assunto bem delicado. O Corpo Governante não tem conseguido apresentar argumentos satisfatórios para sustentar a proibição, e mesmo depois do ano 2000, quando deixou a critério das Testemunhas o uso, ou não, de hemoderivados, não conseguiu justificar com clareza por que continua proibido o uso do que chama de “componentes primários”. Segunda a revista *A Sentinela* de 15 de junho de 2000, páginas 29-31, o uso de hemoderivados é deixado à consciência de cada Testemunha porque a Bíblia não diz nada a respeito. Porém o que a Bíblia diz sobre “componentes básicos”, de modo que estes sejam expressamente proibidos e aqueles não? Essa inconsistência tem levado alguns a se perguntarem sobre qual é de fato a verdadeira razão de o Corpo Governante não extinguir de vez a proibição de transfusão de sangue. Especula-se que, caso isso aconteça, centenas ou milhares de Testemunhas decidam mover ações judiciais contra a liderança, em razão de que deixaram filhos, pais ou parentes vir a óbito – tudo em razão de desejaram se sujeitar a uma proibição que acreditavam fossem de origem divina.

Também o ostracismo imposto àqueles que, por alguma razão, deixam de ser Testemunhas de Jeová é algo que causa horror a muitas pessoas de fora, bem como também torna infeliz a vida de todos os envolvidos em casos de desassociações e dissociações; pois quem não é mais Testemunha e tem parentes na religião, dificilmente vai viver a vida como se nada de mais lhe tivesse acontecido. O laço familiar mantém muitos conectados à religião e, por mais que os familiares resistam, é muito difícil sufocar a dor imposta pela incomunicabilidade exigida pelos líderes. Isso cria em muitas famílias certa insatisfação com a liderança religiosa e isso não é nada bom para o ambiente social que chamam de “fraternidade internacional de irmãos” e de “paraíso espiritual”. Obviamente que o Corpo Governante está consciente disso; quanto a se essa consciência vai levá-lo a fazer ajustes nessa interpretação bíblica, resta saber. O certo é que outras lideranças religiosas, que embora também

praticuem a excomunhão, mas não isolam os excomungados, não são alvos da mesma insatisfação de que sofre a liderança das Testemunhas de Jeová.

O desafio mais recente é o escândalo envolvendo o modo como o Corpo Governante escolheu lidar com os casos de pedofilia em seu meio. Nada demais para a religião se tudo permanecesse oculto, pois isso, apesar de servir de cobertura à prática da pedofilia, permitiria à liderança afirmar que consegue lidar eficazmente com o problema. Mas uma vez que mais e mais casos de pedófilos acobertados tem se tornado de conhecimento público, o Corpo Governante tem diante de si a grande ameaça de sofrer o que já sofreu a Igreja Católica – a sangria financeira em razão de vultosas indenizações pagas a pessoas que foram molestadas por membros da religião.

Algo não tão recente, mas persistente, é desânimo que abate a muitas Testemunhas de Jeová, embora não seja algo claramente reconhecido pelo Corpo Governante e até insistentemente negado mesmo por muitos que sofrem disso. A autoridade religiosa com certa frequência tem publicado artigos que ensinam como tratar da depressão e até recomenda que, em casos graves, um médico seja consultado. Mas no geral esses artigos apontam para uma época em que as doenças de qualquer natureza não mais existirão e que, portanto, é preciso perseverar até alcançar essa época – que será em breve. Mas é por aí que deve estar o problema. Muitas Testemunhas já estão há mais de dez anos divulgando isso a seus vizinhos, outras estão há bem mais tempo, 20 anos, 30 anos. Muitas outras são filhos e filhas de Testemunhas e já na fase de criança começaram a ouvir sobre um fim que viria em breve, mas que nunca vem. E agora, já adultos, além da ‘expectativa sempre adiada’, ainda sofrem com o trabalho de pregação que se tem tornado cada vez mais infrutífero (Provérbios 13: 12). Em adição a isso, vem sempre as cobranças por parte da liderança local, que, seguindo as orientações do Corpo Governante, procura manter todas as Testemunhas bem ativas no ministério, se possível, como pioneiros regulares (uma categoria de pregadores que precisa fazer por mês no mínimo 60 horas de atividade ministerial). A Testemunha que não trabalha e nem estuda, e não é pioneiro regular, é muito cobrada por isso, pois não estaria dando para Jeová “o seu máximo” e nem “o seu melhor” (veja o capítulo 5, página 239). Mesmo a Testemunha que trabalha ou estuda, ou que faz tudo isso, não está isenta de cobranças; se não pregar por pelo menos 10 horas por mês, logo é tida por “fraca”, e bem provavelmente receberá a visita dos pastores que desejarão saber dela “qual é o problema”. Em resultado dessas visitas, muitas Testemunhas intensificam sua atividade ministerial, indo de casa em casa com as outras Testemunhas, mas isso pouco adianta, não é algo que a Testemunha faz por prazer, mas apenas para se livrar das cobranças, e não é difícil imaginar que isso, em vez de melhorar, tende a piorar. Alie-se a isso o fato de que se tem tornado raros os pastores que realmente estão dispostos a cuidar da saúde espiritual das Testemunhas. Muitos deles, também vítimas do desânimo em razão de muitos fatores (dentre eles a sobrecarga de trabalhos burocráticos), têm renunciado aos cargos, e isso condiciona as coisas a tal ponto que pessoas jovens, despreparadas, têm sido promovidas a pastores – o que, por sua vez, ao lidarem com “as ovelhas” cada um ao seu jeito, geralmente cobrando delas mais atividade ministerial do que conseguem fazer, promovem ainda mais desânimo e uma insatisfação geral para com as

lideranças da religião. Diante disso, tem ficado claro para muitas Testemunhas que a tão aclamada felicidade, que tanto embelezam a revista *A Sentinela*, aparenta ser algo muito ilusório, uma espécie de propaganda feita por alguém que deseja vender um produto que não possui.



327

A Sentinela de 15 de janeiro de 2011, página 24.



A Sentinela de 1º de fevereiro de 2011, página 31.

Com o aprimoramento dos meios de comunicação, especialmente nos países desenvolvidos, mais e mais pessoas têm tido a oportunidade de entrar em contato com as crenças das Testemunhas de Jeová, e em especial nos últimos 15 anos, quando a religião criou seu próprio site. Isso, obviamente, deveria resultar em um aumento significativo do número de fiéis, mas, surpreendentemente, é justamente nesses países que a religião tem tido mais

dificuldades em atrair novos membros. Isso fica evidente quando se examina os números liberados pela própria Torre de Vigia.

Nas imagens abaixo foram comparado o crescimento populacional e o crescimento de Testemunhas de Jeová em 23 países, tomando os dados de 2005 confrontados com os dados de 2015.

Anuário das Testemunhas de Jeová – 2016

Considerado apenas países em que a religião supera os 100 mil membros (dados 2005–2015)

Crescimento (%) da população e de Testemunhas de Jeová em relação aos dados de 2005

África	Pop.	Test. Jeová	Prop.	Pop.	TJ	Cresc. real
Angola	24383301	111123	219	88	100	12
Congo (R. D.)	77267000	176585	438	38	38	0
Gana	27451357	124004	221	31	66	35
Nigéria	182201962	338955	538	41	30	-11
Zâmbia	15077660	171167	88	32	43	11
Geral	326381280	921834	354			

Am. Latina	Pop.	Test. Jeová	Prop.	Pop.	TJ	Cresc. real
Argentina	42657055	147379	289	18	15	-3
Brasil	204873755	787470	260	11	29	18
Colômbia	49367000	165089	299	7	34	27
México	121856500	818481	149	14	40	26
Peru	31151643	120260	259	11	37	26
Venezuela	30851300	138860	222	22	46	24
Geral	480757253	2177539	221			

Am. Norte	Pop.	Test. Jeová	Prop.	Pop.	TJ	Cresc. real
Canadá	36162252	114123	317	13	6	-7
Estados Unidos	321773600	1195081	269	10	20	10
Geral	357935852	1309204	273			

Ásia	Pop.	Test. Jeová	Prop.	Pop.	TJ	Cresc. real
Filipinas	100621100	199551	504	18	39	21
Japão	126573481	214523	590	0	-1	-1
Geral	227194581	414074	549			

E. Ocidental	Pop.	Test. Jeová	Prop.	Pop.	TJ	Cresc. real
Alemanha	81083551	163871	495	-2	1	3
Espanha	46439864	109457	424	6	10	4
França	64200000	125519	511	6	10	4
Grã-Bretanha	62863330	134491	467	8	11	3
Itália	60795612	250277	243	4	8	4
Geral	315382357	783615	402			

E. Oriental	Pop.	Test. Jeová	Prop.	Pop.	TJ	Cresc. real
Polónia	38478602	121018	318	1	-5	-6
Ucrânia	42592112	141364	301	-9	9	18
Rússia	146042093	172977	844	1	27	26
Geral	227112807	435359	522			
Todos os cont.	1934764130	6041625	320			

Uma olhada rápida os números, nota-se que nos últimos dez anos houve um elevado crescimento nos países latinos e africanos, mas crescimento baixíssimo em países europeus. Isso é uma evidência clara de que o acesso à informação não têm sido favorável à liderança religiosa. O que ocorre de fato nos países desenvolvidos é que mais e mais pessoas podem acessar um site de busca logo depois de receber uma visita de Testemunhas de Jeová. Quanto às próprias Testemunhas nesses países, quando em outros tempos lhes restavam apenas acreditar na autoridade religiosa, agora, ao menor sinal de dúvida, podem também acessar a rede e investigar um ou outro assunto, o que possibilita a que tome conhecimento de tudo aquilo que a autoridade religiosa considera como sendo *mentiras propagadas pelos apóstatas*.

Por enquanto não me é possível afirmar que o baixo crescimento na Europa é também devido a mais Testemunhas estarem deixando a religião, mas isso é uma possibilidade. Também é provável que, naquele continente, em resultado de se informarem mais sobre assuntos obscuros da religião, mais Testemunhas tem se empenhado menos no ministério de pregação e até cessado de fazer doações em dinheiro. Como as Testemunhas de outros continentes tem menos recursos para doar, isso tudo acaba por reduzir o dinheiro à disposição do Corpo Governante. Pode-se ver a evidência disso nas reduções de gastos que se tornaram cada vez mais frequentes, como mostra o próximo tópico.

Enfrentando os desafios

Nós podemos construir a mais bela casa que se possa imaginar; mas se ela não tiver devidamente fundamentada, como que construída sobre a rocha, então ela não suportará muitos vendavais.

No caso da organização Torre de Vigia, além do problema resultante de ter sido erguida sobre uma data sem nenhum fundamento, ela também sofre pelo fato de que os seus construtores têm-se recusado a aceitar todos os alertas

contra o perigo de a “velha construção” vir a desmoronar. Eles, em vez de aceitarem pelo menos debater abertamente o assunto, têm preferido calar a todo aquele que ousa soar um alerta (como foi o caso de Carl Olof Jonsson e Raymond Franz). Confiantes de que têm a bênção e proteção divina em tudo o que fazem, os líderes tomam suas decisões mais ao sabor dos imprevistos, ante as desastrosas consequências de decisões anteriores, do que propriamente em resultado de sério estudo da Palavra de Deus; em resultado disso, carregam nas costas a dura alcunha de falsos profetas – embora julguem-se inocentes sob a desculpa de que a Bíblia lhes autoriza fazer revisões de doutrinas, ainda que isso signifique hoje *voltar* a afirmar exatamente o que se afirmava em décadas anteriores.

Porém, os tempos modernos não lhes têm sido tão favoráveis assim como foi para as lideranças anteriores. Ao passo que aqueles podiam afirmar de modo taxativo que Deus estava com eles, uma vez que a maioria das Testemunhas dispunha de pouco ou nenhum histórico para investigar, os líderes de agora, embora também ousem dizer que Deus está com eles, estão constantemente sendo desmascarados pelos tortuosos rastros deixados pelas lideranças de outrora; e como resultado, a cada ano, menos pessoas os têm levado a sério, ao passo que, muito provavelmente, mais e mais Testemunhas se dão conta de tamanha ilusão e param de contribuir para os objetivos que antes lhes eram tão sagrados, como pregar de casa em casa e fazer doações em dinheiro.

O resultado não podia ser outro. Menos crescimento em países desenvolvidos, menos Testemunhas com disposição de financiar os interesses da liderança, mais cedo ou mais tarde isso iria se refletir nos gastos da Torre de Vigia.

- Reestruturação financeira

A respeito de dinheiro para financiar a revista *A Sentinela*, note como se expressou o primeiro presidente da Torre de Vigia, ainda lá em 1879:

Já na segunda edição da *Watch Tower (A Sentinela)*, de agosto de 1879, o irmão Russell declarou: “A ‘Zion’s Watch Tower’ tem, cremos, a JEOVÁ como seu apoiador, e, enquanto este for o caso, jamais *solicitará* nem *pedirá* aos homens que a custeiem. Quando Aquele que diz: ‘Todo o ouro e a prata das montanhas são meus’, deixar de prover os fundos necessários, entenderemos que é o tempo de suspender a publicação.” Em conformidade com isso, não se faz solicitação de dinheiro nas publicações das Testemunhas de Jeová (*Proclamadores do Reino*, página 340).

E esse tempo chegou.

Embora o Corpo Governante tenha se recusado a tirar de circulação as suas revistas, tudo tem deixado a crer que a impressão delas tem se tornado quase que inviável. O primeiro indício veio em 2006, quando a revista *Desperta!* passou a circular em apenas uma edição mensal, em vez das duas habituais. Outro grande corte veio em 2013, quando tanto a revista *Desperta!* como a revista *A Sentinela* (edição para o público) tiveram as suas páginas reduzidas

de 32 para 16. E a partir deste ano (2016) essas revistas circularão apenas em meses alternados, seis edições de cada revista.



Revistas *A Sentinela* e *Despertai!*, cuja impressão tem-se tornado inviável.

Mas como é habitual, a Torre de Vigia mais uma vez, ao que parece, procurou disfarçar o real motivo da diminuição de matéria impressa. Segundo ela, a razão é que mais artigos estão sendo publicados no site oficial da religião:

Por que publicar alguns artigos on-line? Em muitos países, cada vez mais pessoas preferem obter informações *on-line*. Com apenas um clique, elas podem acessar fontes de informação disponíveis apenas na internet. Muitos livros, revistas e jornais podem ser lidos *on-line* [...] A partir deste mês, quem acessar o site [JW.ORG] também poderá ler algumas seções regulares que faziam parte de nossas revistas impressas, mas que agora só aparecerão no site [...] Visto que publicaremos mais artigos apenas on-line, a partir deste número a edição para o público de *A Sentinela* foi reduzida de 32 para 16 páginas (*A Sentinela* de 1º de janeiro de 2013, página 3).

É verdade que isso é uma tendência mundial, não exatamente porque mais pessoas têm acesso à internet, mas também, e principalmente, porque os custos de impressão estão ficando cada vez mais dispendiosos e isso encarece o preço final de qualquer matéria impressa. O resultado disso é que muitos de leitores, ou leem a matéria em um computador, ou ficam privados de suas leituras preferidas.

A Torre de Vigia pode alegar essa mesma razão, mas, em nome de sua tão aclamada função que é disseminar a mensagem bíblica, supostamente com apoio divino, não pode forçar a que seus leitores tenham que escolher entre ler a matéria on-line ou privar-se da leitura – a menos, é claro, que esse apoio lhe esteja faltando. No caso das empresas comerciais, emigrarem para a internet foi uma consequência, não uma escolha; a Torre de Vigia pode até fazer parecer que escolheu emigrar para a internet, mas, em sendo esse o caso,

obtem por consequência a que talvez milhares de seus leitores, Testemunhas ou não, sejam forçados a comprar um computador ou, no caso de muitos outros, simplesmente conformar-se em serem privados de grande parte de suas leituras preferidas. Mas emigrar para a internet, ao passo que isso reduz bastante os custos de se produzir livros e revistas, também pode induzir os leitores a fazer cada vez menos donativos, visto que estão conscientes das reduções de custos, e isso, obviamente, não é nada bom para os projetos da Torre de Vigia.

Todo esse transtorno podia ter sido evitado caso a liderança religiosa tivesse mantido a quantia fixa que cobrava por um livro ou revista; pois certamente para seus milhões de leitores, ricos e pobres, sairia muito mais em conta cobrir os custos de produção de uma revista que comprar um computador. Diante disso, nota-se que fugir à cobrança de impostos foi uma ideia “inteligente” num primeiro momento, mas consequências danosas deixaram de ser previstas, e isso destoa muito dos frutos esperados de quem afirma guiar-se pela Palavra de Deus – a respeito de quem esse livro sagrado diz que quem se guia por ele será bem-sucedido em tudo o que fizer (Salmos 1:1-3).

Ainda é cedo para dizer, mas a redução de matéria impressa pode ter contribuído muito para outra grande mudança: o fechamento de várias sedes.

O Anuário de 2013 (páginas 11 a 14) trouxe a informação de que “cerca de 30 sedes” das Testemunhas haviam sido transferidas para regiões estratégicas. Apresentou-se duas razões para isso: (1) simplificação do trabalho em razão de avanços tecnológicos e (2) permitir que mais Testemunhas participem no trabalho de pregação.

Isso é mais um campo que segue a tendência natural das grandes e pequenas indústrias. Nesses casos, os avanços tecnológicos diminuem em muito a necessidade de mão de obra e a consequência disso é o aumento de pessoas desempregadas. Em alguns casos, a demissão em massa acarreta revolta de empregados, o que gera preocupação para muitas empresas. A organização Torre de Vigia, por ter-se registrado como empresa não lucrativa, não registra seus funcionários, mas antes os filia à *Ordem Mundial dos Servos Especiais de Tempo Integral*, uma associação que criou para legalizar seus funcionários. Em resultado disso, ela está livre para demitir seus funcionários sempre que não carecer mais de seus préstimos ou de suas habilidades – e sem que seja obrigada a lhe dar qualquer assistência em razão dessa demissão. Muitos desses funcionários trabalharam por décadas nas gráficas da Torre de Vigia, quase que praticamente apenas em troca de roupa e comida, e então, já numa idade em que terão muitas dificuldades de ingressar no mercado de trabalho, são despedidos muitas vezes de forma inesperada e ficam praticamente desamparados, sendo que muitos nem sequer tem uma casa para morar e nem como se manter financeiramente, restando-lhes apenas esperar o socorro de familiares.

Naturalmente que a Torre de Vigia não admite facilmente que muitos de seus funcionários demitidos ficam à mingua; de fato, no anúncio que fazem do fechamento de várias sedes, os autores preferem dizer que tem como *segundo*

objetivo permitir que mais Testemunhas participem no serviço de pregação. Inadvertidamente, porém, logo deixam claro que isso é uma consequência:

2. Permitir que mais servos de tempo integral se dediquem à pregação. Por causa dessas fusões, irmãos que serviam em sedes menores agora podem se concentrar na pregação das boas novas (Anuário de 2013, página 12).



Anuário de 2013, página 13 (Indicação das várias sedes que foram fechadas. Segundo o Anuário, o fechamento de sete sedes na América Central resultou na demissão de cerca 220 dos 300 funcionários).

Desfazer-se de uma sede valiosa em troca de outra mais em conta foi outra forma que se encontrou para sair de apuros financeiros.

No ano de 2009 a Torre de Vigia comprou terras em Warwick, uma pequena cidade há alguns quilômetros ao norte de Nova Iorque, e lá constrói a todo vapor a nova sede mundial. Enquanto isso, o patrimônio da sede em Nova Iorque foi posto à venda, conforme pode ser visto pelos noticiários de importantes jornais, os quais o avaliam em 1 bilhão de dólares (veja o capítulo 5, parte C, onde são apresentadas imagens dos principais prédios da Torre de Vigia nos Estados Unidos).

Jehovah's Witnesses could get \$1 billion for Brooklyn properties

THE ASSOCIATED PRESS / Monday, December 14, 2015, 6:26 AM

A A A

f Share 2669

Tweet



SHARE THIS URL

nydn.us/1jY0Rip

COPY



<http://www.nydailynews.com/new-york/brooklyn/jehovah-witnesses-1-billion-nyc-properties-article-1.2464957>

The headquarters of the Jehovah's Witnesses at 25-30 Columbia Heights in Brooklyn is up for sale. The Watchtower sign atop the building has been a fixture of the Brooklyn skyline for more than 40 years. Edward Caruso for The New York Times

Jehovah's Witnesses' Brooklyn Headquarters for Sale

The sale of the group's headquarters, along with two other properties owned by the Witnesses, has the potential to bring in \$1 billion.

By MICHELLE HIGGINS JAN. 29, 2016



http://www.nytimes.com/2016/01/31/realestate/jehovahs-witnesses-brooklyn-headquarters-for-sale.html?_r=0

Jehovah's Witnesses set to make \$1billion by selling off their New York City Watchtower headquarters

- Jehovah's Witnesses are moving out of **New York City** after a century
- The **Brooklyn-based** headquarters is expected to reach more than \$1billion
- Sale may mean the end for the Watchtower sign which is emblazoned on the religious group's publications
- It is hoping to build a more structured set-up upstate in Warwick

By HANNAH PARRY FOR DAILYMAIL.COM

PUBLISHED: 19:30 GMT, 13 December 2015 | **UPDATED:** 23:45 GMT, 13 December 2015

<http://www.dailymail.co.uk/news/article-3358416/Jehovah-s-Witnesses-set-make-1billion-selling-iconic-New-York-City-Watchtower-headquarters.html>

A Torre de Vigia, porém, dificilmente confirmará esses valores, pois tomou por hábito não prestar contas do dinheiro que arrecada, restringindo-se apenas em afirmar que usa todo o dinheiro para cobrir os custos da atividade ministerial.

Pode-se deduzir que o dinheiro deveria ser usado para financiar a construção da nova sede. Ocorre que mesmo agora, quando grande parte do patrimônio nem foi vendido, a nova sede já está quase concluída. Não tenho conhecimento se foi penhorado algum prédio da velha sede, ou se a obra está sendo tocada com dinheiro que já havia em caixa. Qualquer que seja o caso, há pelo menos três motivos para crer que ela está sendo construída a um custo mínimo. Motivo I: com as obras já na sua conclusão, a Torre de Vigia disponibilizou um site para vender equipamentos e maquinários usados nas obras.

<http://used-tools-equipment.com/>

Link disponibilizado por Elkatire1980, do fórum espanhol extj.com.

 2004 VOLVO EC210B LC EXCAVATOR \$69,000.00 ☐ Compare	 2006 KOMATSU PC400 EXCAVATOR W/ HAMMER \$155,000.00 ☐ Compare	 2008 CATERPILLAR 320DL EXCAVATOR \$85,500.00 ☐ Compare	 2008 VOLVO EC700B EXCAVATOR \$195,000.00 ☐ Compare
 2011 CATERPILLAR 336EL EXCAVATOR \$209,000.00 ☐ Compare	 2011 CATERPILLAR 336EL EXCAVATOR #72040 \$209,000.00 ☐ Compare	 2011 CATERPILLAR 416E BACKHOE \$56,000.00 ☐ Compare	 2011 CATERPILLAR EXCAVATOR 349E \$267,000.00 ☐ Compare

Isso me leva a crer que nem mesmo grandes firmas foram contratadas, mas apenas foram comprados todos os equipamentos e maquinários necessários. E a respeito de mão de obra necessária, o próprio site da Torre de Vigia diz o seguinte (motivo II):

Além do uso intensivo de mão de obra gratuita, também é preciso levar em conta a justificativa dada para a sua construção (Motivo III). Segundo informações disponibilizadas pela própria Torre de Vigia, a nova sede servirá basicamente como escritório, uma vez que o trabalho de gráfica já funciona em outros lugares – e isso, logicamente, requer muito menos prédios.

Outro fator foram as despesas. O funcionamento e a manutenção dos prédios em Brooklyn custam muito caro. Visto que as novas instalações serão mais compactas, os donativos serão mais bem aproveitados para apoiar a obra de instrução bíblica.

Não há dúvida de que essa foi uma ideia muito inteligente da Torre de Vigia. Considerando que o fluxo de dinheiro doado pelos fiéis se estabilize, pode-se dizer que ela terá em caixa uma quantia razoável para uso emergencial futuro.

Porém, caso as doações continuem em queda, então essa reserva não deverá durar muito.



Andamento das obras em Warwick:

<https://goo.gl/Rrs3i5> (veja também o Anuário de 2016, página 19)

- Contendo evasões

Como visto anteriormente, não tem sido nada fácil convencer mais pessoas a se tornarem Testemunhas de Jeová. Em resultado disso e de outros fatores, reduziu-se o dinheiro à disposição do Corpo Governante, obrigando-o a fazer uma bem elaborada reestruturação financeira.

Diante desses fatores, restou ao Corpo Governante investir em meios de pregar para as próprias Testemunhas, como que numa tentativa desesperada de pelo menos conter evasões.

- ✓ JW Broadcasting

Já na segunda década do século passado, ainda na era do cinema mudo, a organização Torre de Vigia conseguiu o feito de ser a primeira empresa a conseguir colocar em operação um filme que sincronizava som e imagem. Esse filme, que foi intitulado *Fotodrama da Criação*, ainda hoje é motivo de orgulho para a Torre de Vigia, não exatamente por causa da qualidade ou conteúdo, mas pelo pioneirismo. Em meados da década seguinte foi criada a *WBBR*, uma emissora de rádio que ficou em operação até a década de 1950.

No entanto, todos esses meios de comunicação foram abandonados como ineficazes, uma vez que, segundo as justificativas, consumiam tempo e

recursos financeiros que poderiam ser mais bem aproveitados em outros meios de pregação, como o ministério de casa em casa e a matéria impressa. Tomado essa atitude, a organização Torre de Vigia, pelas décadas seguintes, restringiu-se a criticar outras lideranças religiosas que investiam no evangelismo pela televisão (na próxima citação, os colchetes são dos autores):

Evangelismo de TV — É o Modo de Deus?

Se Jesus Cristo estivesse hoje na terra, afirmou o evangelista de TV Jim Bakker, “ele teria de estar na TV”. Por que na televisão? Porque, segundo Bakker, “esta seria a única maneira de chegar às pessoas que ele ama”. Iguais a Bakker, um crescente número de pregadores fundamentalistas nos Estados Unidos acha que a televisão é o melhor meio de se divulgar a Palavra de Deus. No entanto, um estudo feito em 1984 mostrou que, na maior parte, os evangelistas de TV “revigoram pessoas já comprometidas com a religião evangélica”.

É interessante notar o que um leitor escreveu numa carta ao redator da revista *Ministry*: “Vocês dizem que eles [os televisores] são os instrumentos evangélicos mais poderosos da igreja, mas Deus diz que a obra mais essencial é a visita feita de casa em casa — a caça de almas. . . . Nosso Senhor gostava de se afastar da multidão, e depois Ele ia de casa em casa — caçar almas. A assistência composta de uma só alma era o deleite Dele. . . . Não podemos fazer o mesmo?”

Segundo Jesus Cristo, o objetivo do ministério cristão não era apenas ‘difundir a Palavra’, mas fazer discípulos’. (Mateus 28:19, 20) Mandou que seus seguidores fossem às casas das pessoas. (Mateus 10:7, 11-13) O apóstolo Paulo aceitou este método de pregação e disse a respeito do seu ministério: “Não me refreei de vos falar coisa alguma que fosse proveitosa, nem de vos ensinar publicamente e de casa em casa.” O ministério personalizado, de casa em casa, feito pelos discípulos, obteve bons resultados. — Atos 5:42; 20:20.

Se Jesus deu tanta ênfase a este método de pregação para fazer discípulos, por que preferem muitos evangelistas a TV como seu meio? O jornal *The Courier-Mail*, de Brisbane, Austrália, observou que os evangelistas de TV “ganham até \$ 120 milhões por ano vendendo salvação. Eles se apresentam em fulgor e glória de força eletrificada em 300 emissoras de TV, e são adorados iguais aos ídolos da música pop. . . . Apesar de todas as suas táticas, esses homens, que afirmam manipular até mesmo Deus, no fim de contas realizam apenas uma franca transação comercial. Envie-lhes \$ 10 e eles o enviarão para o céu.” (*A Sentinela* de 15 de novembro de 1986, página 21).

Mas as Testemunhas que leram essas palavras lá na década de 1980 muito provavelmente não imaginaram que a autoridade religiosa, algumas décadas depois, consideraria que pregar pela televisão, no final das contas, pode mesmo ser conveniente.

E de fato foi uma grande surpresa para muitos quando, em outubro de 2014, o Corpo Governante apareceu na TV para milhares de Testemunhas. Naquele mês entrou no ar pela internet o JW Broadcasting, o primeiro canal de TV das Testemunhas de Jeová (que pode ser acessado pelo endereço <http://tv.jw.org>).



Imagem do Anuário de 2016, página 10.

Sobre como repercutiu entre as Testemunhas, o Anuário de 2016 trás duas páginas de elogios ao Corpo Governante:

Os resultados têm sido animadores! Quando um programa mensal entra no ar, geralmente na primeira segunda-feira do mês, ele é visto mais de dois milhões de vezes durante aquele mês. Juntos, os vídeos do JW Broadcasting têm mais de dez milhões de visualizações por mês.

O que o povo de Jeová está achando dessa nova ferramenta espiritual? Veja apenas algumas das muitas cartas de agradecimento que recebemos:

“Esta noite, tive um dos momentos mais felizes da minha vida! Não tenho palavras para dizer como minha esposa e eu nos sentimos felizes de assistir ao programa de maio de 2015 da TV JW. Foi um dos melhores presentes que Jeová já me deu. Queremos agradecer ao Corpo Governante e a todos que trabalharam tanto para produzir esse site maravilhoso.” — Indonésia.

“Antes, muitos irmãos nunca tinham ouvido um discurso de um membro do Corpo Governante. Agora, nós não apenas os ouvimos, mas podemos vê-los também. Nunca nos sentimos tão perto do Corpo Governante e de nossos irmãos no mundo todo.” — Quênia.

[...]

“Nós amamos tanto o JW Broadcasting! E ter o programa em outros idiomas foi uma resposta a nossas orações. É muito encorajador quando vemos os irmãos falarem da adoração a Jeová com tanta alegria, bondade e felicidade. Desde que esse canal de TV foi lançado, nós nos sentimos mais do que nunca parte dessa organização maravilhosa e incrível.” — República Tcheca.

“Ouvir os membros do Corpo Governante na minha língua me deixou ainda mais perto de Jeová.” — Brasil.

“Sirvo a Jeová há 16 anos, e a última vez que senti a alegria que senti hoje foi quando me batizei. Muito obrigada, meus queridos irmãos, pelo JW Broadcasting.” — Brasil.

Tudo isso só foi possível com a ajuda de Jeová. Temos certeza de que o JW Broadcasting continuará sendo uma fonte de alimento espiritual para nossos irmãos no mundo todo, e ajudará a trazer mais glória e louvor a nosso Deus, Jeová (*Anuário das Testemunhas de Jeová de 2016*, páginas 14, 15).

Mas nas entrelinhas desses elogios, é possível ler algumas verdades um tanto desconfortáveis. Primeiro é dito que um vídeo mensal tem mais de dois milhões de visualizações no primeiro mês. Mesmo considerando que um vídeo seja visto por toda a família ao mesmo tempo, esse número é pouco quando se leva em conta que no mundo inteiro há cerca de oito milhões de Testemunhas de Jeová e que milhares delas podem assistir a um mesmo vídeo várias vezes.

Isso em parte é em decorrência de que um grande número de Testemunhas de Jeová, talvez a maioria, não possui internet em casa — um problema que certamente foi previsto pelo Corpo Governante. Em vista disso, há que se perguntar por que o projeto foi levado à sua conclusão, uma vez que já se sabia que teria um alcance limitado. É verdade que a internet está sendo levada a terras cada vez mais distante, bem como em muitos países ela está ficando a um custo cada vez mais acessível. Ainda assim, levará muitos anos, talvez décadas, até que esteja disponível a um custo razoável para todas as famílias de Testemunhas espalhadas pelo mundo. Em razão disso, resta saber se esse empreendimento, de alcance restrito a Testemunhas que têm recursos para usufruí-lo, trará o resultado tão desejado.

Além disso, outro fator que têm incomodado algumas Testemunhas, mas não reconhecido no quadro de elogios, é a inconsistência resultante da frequente aparição de membros do Corpo Governante, quando a política prevalecente há décadas na instituição é que nomes devem ser evitados com o propósito de que Deus receba toda a glória por qualquer trabalho, bem como para combater a inclinação natural de alguns para a idolatria de homens. Mesmo agora, depois de ter-se passado cerca de 20 meses após o lançamento do JW Broadcasting, a política não mudou. Os artigos das revistas *A Sentinela* e *Desperta!* continuam vindo sem a identificação dos autores, embora se saiba que Testemunhas de Jeová do mundo inteiro participem na sua elaboração. Considerando que os membros do Corpo Governante são as figuras mais emblemáticas da religião, sendo, portanto, os mais propensos a serem idolatrados, chega a ser contraditório que sejam eles os primeiros a se lançarem como prospectivos *pop stars* para as Testemunhas de Jeová. E o quadro de elogios deixa bem evidente sobre quem de fato está recebendo a glória que, em tese, caberia unicamente ao Pai.



Stephen Lett, membro do Corpo Governante, em uma de suas frequentes aparições no JW Broadcasting (enquanto Testemunhas comuns têm seus nomes suprimidos – supostamente para a glória de Deus –, o Corpo Governante apresenta-se livremente ao público, sem nenhum receio de que possa estar roubando a Sua glória).

✓ Filhos de Testemunhas

É considerado normal que os filhos adotem a religião de seus pais. E de fato, para os pais Testemunhas de Jeová, isso é muito importante por duas razões especiais. Primeiro, se um pai Testemunha não conseguir fazer que seus filhos sigam a religião, ele pode não ser considerado qualificado para assumir cargo de pastor nas congregações. Segundo, como as Testemunhas são levadas a acreditar que somente elas serão salvas, é muito doloroso para os pais saberem que um filho deles pode, em breve, ser destruído por Deus no que chamam de Armagedom, bem como também podem se sentir culpados por acreditarem que, de alguma forma, falharam na educação dos filhos (sobre salvação, veja o capítulo 2, páginas 68 e 69).

Com o objetivo de induzir os filhos de Testemunhas a também progredirem até o batismo, a liderança sempre incentivou a que os pais doutrinassem a seus filhos desde a tenra idade, tendo como base Provérbios 22:6.

E de fato, ao longo de sua história, muitos filhos de Testemunhas de Jeová foram conduzidos ao batismo ainda na condição de criança, como mostra as imagens das próximas páginas.

A primeira foto consta no *The Messenger* de agosto de 1939, uma antiga publicação das Testemunhas de Jeová. A legenda chama a Jonadab de “jovem”, mas é possível ver pelas suas feições que ele aparenta ter entre sete e oito anos de idade.



Young Jonadab being immersed at Mobile, Ala.

O Corpo Governante pelas últimas décadas tem escrito muitos artigos afirmando que as Testemunhas de Jeová, diferentemente de outras igrejas, não batizam bebês, em razão de não estarem em condições de decidir se realmente querem ser Testemunha de Jeová. Mas levando em conta a complexidade dos assuntos abordados neste livro, é difícil entender como um pré-adolescente esteja em melhores condições de tomar uma decisão racional.

Mas o caso de Jonadab não é único. Dois anos depois, em 1941, em outro evento que reuniu milhares de Testemunhas de Jeová, 3903 pessoas foram conduzidas ao batismo; dentre essas, 1357 eram “crianças”, como retratadas na página seguinte.

As fotos constam no *Souvenir Report* de 1941, página 60, uma antiga publicação das Testemunhas. Note que a foto da esquerda retrata uma criança tão pequena que é preciso segurá-la no colo para o ato de imersão; e, conforme indica a legenda para a foto de número 3, o batismo de criança era feito de forma aberta, sem nenhum questionamento quanto a se de fato elas entendiam o significado da decisão que estavam tomando. O Anuário de 1976 fez referência àquele evento e também falou sem constrangimento sobre o batismo de “1357 crianças”.

O domingo, 10 de agosto de 1941, foi o “Dia das Crianças” no congresso de São Luís. Bem cedo naquela manhã um discurso de batismo foi proferido e 3.903 pessoas foram imersas, entre elas 1.357 crianças (*Anuário das Testemunhas de Jeová* de 1976, página 192).

Mas em 2001, quando o Corpo Governante voltou a citar os batizados de 1941, a palavra “crianças” foi substituída por “jovens”.

Em agosto de 1941, uma assistência de 115.000 reuniu-se em Saint Louis, Missouri, EUA, no maior congresso das Testemunhas de Jeová realizado até então [...] Naquela assembléia memorável, 1.300 jovens foram batizados em símbolo da sua dedicação a Jeová (A *Sentinela* de 15 de julho de 2001, página 8)



(2) Hold your nose: (3) Two of 1,357 children immersed. (4) consecration. (6) The immersion pool. (7) Some of 3,903 immers

Apesar de ultimamente a liderança religiosa estar procurando ser mais discreta quanto a algo que era tratado abertamente em décadas anteriores, por todo o mundo continua a haver batismos de pré-adolescentes, como indica a foto da página seguinte, que retrata o batismo de uma menina neozelandesa de apenas nove anos de idade.

Todos esses batismos de crianças, em parte, foram em resultados de uma intensa doutrinação dos pais com referência ao batismo dos filhos. Em outros casos, especialmente de adolescentes, com mais de 10 anos de idade, o batismo também pode ter-se dado em resultado da pressão feita por outras Testemunhas, e inclusive sobre forte orientação do Corpo Governante. Mesmo sabendo que esses adolescentes podem depois descobrir que não querem ser Testemunhas, a liderança religiosa tem escrito artigos que incentivam o batismo tão cedo quanto possível. Por exemplo, a revista *A Sentinela* de 15 de junho de 2011, páginas 3 a 6, discorreu sobre a seguinte pergunta: “Será que os jovens devem se batizar?”. Depois de deixar claro que não existe idade mínima para o batismo, a revista cita o caso de uma Testemunha de 36 anos que se batizou quando tinha 12 – e nunca se arrependeu.



Photo by Peter McIntosh.

Nya Miller (9), of Dunedin, is baptised by Jehovah's Witness delegate Isaac Hurst, of Dunedin, during the Jehovah's Witnesses Convention at Forsyth Barr Stadium on Saturday.

<http://www.odt.co.nz/news/dunedin/320400/hold-your-breath>

Sobre a possibilidade de que esses adolescentes, depois de se batizarem, venham de alguma forma deixar de ser Testemunha, incorrendo assim em terem que sofrer o ostracismo que a liderança determina, a revista começa por expor o que seria a preocupação de um genitor:

Eu temo que, se meu filho for batizado, mais tarde ele possa cometer um pecado grave e ser desassociado.

Como resposta, citam Paulo e dizem que cada um de nós prestará contas de si mesmo a Deus – quer batizado, quer não (Romanos 14: 12). Neste caso, raciocinam os autores, não faz diferença batizar-se adolescente ou adulto, e que, portanto, por que adiar o batismo? O raciocínio parece lógico, mas a preocupação desse genitor também poderia incluir a possibilidade de que o adolescente, já depois de batizado, talvez já na condição de adulto e dispondo de muito mais informações sobre a religião, viesse a decidir que não mais concordava com as crenças das Testemunhas de Jeová e, em razão disso, dissociar-se da religião – o que, para todos os efeitos, sofreria as mesmas penalidades impostas a quem é desassociado. Neste caso, tanto para pais e filhos, seria humanamente preferível que o adolescente ficasse sem se batizar até a idade adulta, até que estivesse em plenas condições de decidir se de fato quer pertencer à religião. Mas quem elabora a pergunta são os autores do artigo e, pelo visto, optaram por não enfrentar o constrangimento de ter que justificar essa segunda possibilidade. Também os autores procuram contestar um segundo possível argumento que um pai pode usar para adiar o batismo do filho. Segundo os autores, os pais podem desejar que seu filho ou filha fizesse primeiro uma faculdade.



Imagem: *A Sentinela* de 15 de junho de 2011, página 6.

Como resposta, recorrem às palavras de Jesus Cristo, quando ele disse que interesses financeiros tendem a sufocar os interesses espirituais do cristão (Mateus 13: 22).

Em tudo isso, vê-se claramente o forte desejo de que o adolescente seja batizado o quanto antes, mesmo que quando adulto, ele acabe por deixar de ser Testemunha de Jeová. Não há, pelo visto, nenhum interesse em deixar que o adolescente tome sua decisão somente quando estiver bem ciente sobre o que é realmente importante em sua vida, mesmo que seja ingressar na religião de seus pais. O argumento frequentemente citado de que Testemunhas que se batizaram adolescentes, ou mesmo quando crianças, nunca se arrependeram, é usado para dizer que ser Testemunha de Jeová é a melhor decisão que uma criança ou adolescente pode tomar a vida. A Torre de Vigia, no entanto, embora reconheça que muitos deixam de ser Testemunhas de Jeová, nunca pôs em sua literatura uma única razão alegada por estes, preferindo ela pôr em suas bocas as razões que ela quer passar para as Testemunhas, como dizer que estes saíram porque desejaram viver uma vida de prazeres, sem nenhum compromisso com Deus, procurando assim a liberdade temporária neste mundo prestes a ser destruído no Armagedom.

A realidade, no entanto, é que muitos filhos de Testemunhas, que se batizaram na condição de criança ou adolescentes, acabam por constatar, na fase adulta, que foram induzidos a um grande erro. Infelizmente, já batizados, ficam na difícil condição de ter que escolher dissociar-se e perder para sempre a associação com os pais, submetendo-os a um sofrimento emocionalmente desgastante, ou conformar-se em viver uma farsa por muitos anos ou décadas. O Corpo Governante obviamente sabe disso, mas prefere que as crianças e adolescentes sejam rapidamente batizadas, ao que parece, como forma de

colocar-lhes um cabresto. Isso fica evidente quando citam as palavras de uma mãe, cujo filho foi batizado aos 15 anos:

Uma mãe cristã escreveu: “Filhos batizados têm mais razões para evitar as coisas ruins do mundo. Meu filho, batizado aos 15 anos, encara o batismo como proteção. Ele diz: ‘A gente nem pensa em fazer algo contra a lei de Jeová’. O batismo é uma forte motivação para fazer o que é certo.” (revista supracitada, página 6).

Se o Corpo Governante não concordasse com esse conceito, jamais o teria publicado. Mas o que protege um filho contra desviar-se dos padrões de Deus é o que de fato ele tem no coração, não um atestado público de que é Testemunha de Jeová. Nesse caso, se o filho decidir no coração que não quer mais ser Testemunha de Jeová, independente das razões, o único motivo para ele permanecer na religião é o ostracismo imposto a quem se afasta; considerando que as Testemunhas de Jeová seja a única religião aprovada por Deus, e que a excomunhão seja exatamente como praticada pela religião, fica-se a querer saber como Deus idealizou tudo isso e de tal maneira que segurasse entre seus servos aprovados mesmo aqueles que não mais Lhe deseja servir.

O Corpo Governante, porém, continuará investindo na doutrinação dos filhos de Testemunhas de Jeová, mas agora também até mesmo usando o mais poderoso recurso que Lhe está à disposição: a animação de desenhos. Como esse recurso pode ser facilmente absorvido por crianças que ainda nem aprenderam a ler, fica evidente que elas estão mais vulneráveis à doutrinação – e o Corpo Governante sabe disso. Depois de ter escrito muitos artigos alertando aos pais que seus filhos, quando deixado livres diante da TV, podem adotar muito dos conceitos e atitudes passados por animações, pareceu-Lhe apenas inteligente usar essa predisposição das crianças a seu favor. A declaração de Provérbios 22: 6 nunca Lhe fez tanto sentido:

Eduque a criança no caminho em que ela deve andar; mesmo quando ela envelhecer, não se desviará dele.

Examinemos apenas dois episódios. No link abaixo, por exemplo, Pedrinho é convencido de que não deve procurar esconder seus erros, que os deve confessar aos pais, mesmo que sejam insignificantes. Pode não haver nada de inocente nisso, mas futuramente um filho de Testemunha de Jeová será convencido de que, caso queira ter o perdão de Deus, não basta confessar seus erros aos pais; ele também precisa confessá-los aos anciãos (veja o capítulo 1, páginas 48 e 49).

<https://www.jw.org/pt/ensinos-biblicos/familia/criancas/torne-se-amigo-de-jeova/videos/fale-a-verdade/>



Sofia e Pedrinho: investimento agressivo na doutrinação de crianças.

Neste outro link, Sofia tem uma moeda e deseja comprar um sorvete. Ela então vê a mãe colocando dinheiro na caixa de doativos para a religião. Sofia é assim induzida a concluir que, entre comprar um sorvete e doar a sua moeda para a religião, a coisa certa é a segunda alternativa. Chegou a ser constrangedor para muitas Testemunhas quando essa animação começou a circular; apesar de que não lhes era novidade essa conscientização dirigida aos filhos menores, o uso de uma animação com esse conteúdo pareceu-lhes extrapolar os limites do bom senso.

<https://www.jw.org/pt/ensinos-biblicos/familia/criancas/torne-se-amigo-de-jeova/videos/seja-generoso/>

Ainda que esse investimento em animação de desenhos resulte em filhos de Testemunhas se batizarem ainda com menos idade, ainda é cedo para saber se servirá de incentivo para que muitos deles desistam de deixar a religião. De qualquer maneira, espera-se para breve a primeira geração Pedrinho e as amiguinhas de Sofia – e as primeiras decepções resultantes de tamanha exploração infanto-juvenil.

✓ “Volte para Jeová”

Alguns anos depois que Rutherford assumiu a presidência da Torre de Vigia, ele determinou que todos os seus seguidores fizessem um relatório de todo o ministério de pregação. Esse relatório passou por várias mudanças ao longo do tempo, mas nunca foi abandonado. Atualmente ele consiste em relatar todos os meses o total de estudos que uma Testemunha dirige, bem como quantas vezes ela revisitou casas de pessoas que mostraram algum interesse, quantas horas foram dedicadas em todas essas atividades, quantos livros e quantas

348

Se alguma Testemunha deixa de fazer esse relatório, ela é considerada inativa e não entra mais nas estatísticas da religião; em outras palavras, ela não é mais contada como Testemunha de Jeová. Algumas dessas Testemunhas podem continuar frequentando as reuniões, mas outras, por diversas razões, passam a assentar-se gradualmente e ficam por meses ou anos afastadas do grupo. Algumas jamais voltam.

Volte para Jeová

Volte para Jeová

medidas analisadas em páginas anteriores (JW Broadcasting e investimento na educação precoce dos filhos de Testemunhas).

Usando uma linguagem paternal, os autores dizem terem identificados pelo menos três motivos que levam alguns à inatividade. Eles citam ansiedades, mágoas e sentimento de culpa. De fato esses podem ser três motivos válidos, mas existe um quarto: os graves erros do Corpo Governante. Foram os erros do Corpo Governante com relação às suas falsas profecias de 1914 e 1975 que levaram muitos a deixar a religião logo após essas datas. O Corpo Governante até reconhece que houve queda nos números após essas datas, mas, com relação aos que saíram, prefere dizer que eles foram reprovados no teste da peneiração. E existem muitas outras razões para Testemunhas entrarem na inatividade, como a constatação de que o amor tão propagado nas revistas e livros não existe na prática. É tudo muito frio, mecânico, artificial – uma desilusão que dificilmente algumas palavras impressas são capazes de desfazer. O modo como os anciãos lidaram com meu caso ilustra isso muito bem, pois é muito difícil sentir o amor de Cristo em ações que faz parecer que agradar a Deus é algo extremamente difícil, quase impossível de se conseguir.

Essa brochura já foi analisada com mais profundidade em um artigo que elaborei para meu blog, que pode ser acessado pelo link abaixo:

<http://pontosdefe.blogspot.com.br/2015/05/volte-para-jeova-uma-nova-brochura.html>

Que resultados espera para breve o Corpo Governante? É provável que muitos inativos aceitem o convite e voltem à atividade ministerial das Testemunhas de Jeová. É certo, no entanto, que esses inativos irão constatar que nada mudou desde que se afastaram e, em muitos casos, a situação pode ter piorado. Como foi dito em páginas anteriores, estão se tornando raros os pastores realmente qualificados, bem preparados para cuidar, de forma paciente e amorosa, daqueles que carecem de mais atenção. Com Testemunhas cada vez mais jovens sendo promovidas a pastores, não por qualificação, mas por necessidade, o ambiente social dentro dos Salões do Reino tem ficado cada vez mais insosso, mais artificial, nada comparável ao conforto e aconchego espiritual que se podia esperar de um pastor qualificado, tal qual descreve a Bíblia Sagrada.

- Perspectiva

Como visto, todas as medidas adotadas apenas visam equilibrar as finanças e conter a evasão de Testemunhas. Os verdadeiros motivos para a desaceleração do crescimento foram praticamente ignorados até agora.

É absolutamente certo que o Corpo Governante sabe que não pode mais esconder o passado da religião, tal qual fizeram lideranças que o antecederam.

Também sabe que cada vez mais pessoas do público têm se informado sobre as doutrinas atuais bem incômodas, como o ostracismo imposto a ex-integrantes, a indefensável data de 1914 e a política de não transfusão de sangue; e ainda, com bem mais frequência, a mídia acusa a religião das Testemunhas de acobertarem casos de pedofilia, o que a coloca no mesmo patamar de outras religiões tão condenadas por suas revistas.

Esses problemas não serão jamais resolvidos, a menos que o Corpo Governante confesse francamente que 1914 foi um grande erro, bem como também seja franco em seus livros para os iniciantes sobre o que realmente significa ser Testemunha de Jeová (veja o capítulo 1, páginas 11 a 36). É verdade que, sem 1914, a religião não terá base para afirmar que é a escolhida de Jeová para representá-Lo na terra, bem como, caso seja franca nos livros para iniciantes, muitos poderão não aceitar ingressar na religião; porém, esse é o sacrifício que se apresenta.

É claro que, sem a autoridade que lhe garante a data de 1914, não será fácil se impor perante os fiéis, mas é exatamente esse o caminho para uma comunidade essencialmente cristã, pois Jesus Cristo, quando proibiu a seus discípulos de serem chamados líderes, uma vez que ele era seu líder, descartou qualquer possibilidade de que pessoas dentre seus seguidores se impusessem sobre outros tais quais ditadores, com prerrogativas de legislar, julgar e executar (Mateus 23: 8-12). Isso, porém, é bem diferente da realidade das Testemunhas de Jeová, e refazer o estilo administrativo da religião não será fácil, e ainda que isso aconteça, será a um custo muito elevado, uma vez que, para seus líderes, significa admitir erros e rever conceitos que lhes são tão caros.

Para mim não há dúvidas de que o Corpo Governante se reconhece estar numa situação demasiadamente desconfortável. Talvez nenhum de seus membros tenha dúvidas de que pertence à única religião verdadeira, mas essa certeza está sendo submetida a severos testes há várias décadas, desde que nasceram. Todos eles sabem dos fracassos proféticos de seus antecessores, bem como eles mesmos, em maior ou menor grau, devem ter esperado o fim em 1975, bem como pregaram, com mais ou menos certeza, que este viria antes que morresse a geração de 14. Agora está nas mãos deles as esperanças de milhões, uma responsabilidade que, muito provavelmente, nenhum deles individualmente aceitaria.

Que fazer então? A julgar pelo passado, as mudanças de conceitos só virão quando alguma ideia fundamental ficar publicamente indefensável. Foi assim com todas as mudanças de conceitos que se sucederam a todos os fracassos proféticos da religião, todos eles requerendo uma nova explicação que servisse de fundamento até ser, esta própria, também rejeitada em prol de outra.

Para mim, tomar consciência de que é exatamente assim foi demasiadamente doloroso. Para os membros do Corpo, que não ignoram absolutamente nada desses fatos, o embaraço é amenizado pelo conceito de que Deus sempre usou pessoas imperfeitas para guiar seu povo; como exemplo, citam o caso de Moisés, que liderou por quarenta anos a nação de Israel. Embora fosse imperfeito e cometesse erros, Deus sempre o manteve como líder, inclusive exterminando aqueles que se insurgiram contra sua autoridade divinamente constituída. Para um grupo de pessoas que acreditam ocuparem uma posição de liderança estabelecida por Deus, pode não haver nada de errado em presumir que, assim como Deus guiou Moisés e garantiu a sua posição, Deus também guia o Corpo Governante e garantirá que ele se mantenha como autoridade espiritual, ainda que sejam muitos os desafios. Porém, diferentemente de Moisés, que foi promovido a líder diretamente por Deus, e com toda uma nação por testemunha, a posição de liderança que ocupa o Corpo Governante tem como única testemunha um histórico de mais de cem anos de fracassos proféticos, que a nenhum líder causa orgulho, mas antes é motivo de vergonha, como evidencia o fato de não publicarem e nem mais traduzirem nenhum dos livros antigos.

Em contrapartida, ao passo que procura esconder seu histórico, a organização Torre de Vigia, desde a sua fundação, tem exposto com veemência os grandes erros de todas as outras religiões, às quais chama pelo nome bíblico de Babilônia, a Grande (Apocalipse 17 e 18). Convicta de que todas elas, tais quais religiões falsas, serão extintas por Deus pouco antes da volta de Cristo, muitos artigos têm sido escrito com o objetivo de fazer que as religiões caiam no descrédito geral. Uma série de artigos com esse propósito foi escrita em 1989 e publicada na revista *Despertai!*. Intitulada “O Futuro da Religião, Tendo em Vista Seu Passado”, ela se dividiu em 24 partes que se seguiram pelo ano inteiro. Todas as grandes religiões foram examinadas, as pagãs e as cristãs; passo a passo, a série procurou mostrar que todas as religiões fracassaram em trazer a felicidade para seus membros, bem como também muitas delas cometeram atrocidades, apoiaram guerras, proclamaram o amor e união entre as pessoas, mas trouxeram ódio e separação. Dito isso, a conclusão dos artigos é enfática: em resultado do seu passado desastroso, todas as religiões falsas merecem e devem ser extintas por Deus.

Mas pelo que se viu por todo este livro, a organização Torre de Vigia jamais possuiu condição moral para assumir tal posição condenatória. Quando esteve na terra, Jesus Cristo falou com franqueza a respeito de quem procura corrigir outros antes de corrigir a si mesmo. Comparando esses a alguém cuja visão é prejudicada por uma trave, mas que procura fazer outros enxergar melhor, ele disse com firmeza:

Hipócrita! Tire primeiro a trave do seu próprio olho e depois verá claramente como tirar o cisco do olho do seu irmão (Mateus 7: 5).

É verdade que muitas religiões são vítimas de seu passado; e a religião das Testemunhas de Jeová infelizmente não é uma exceção. O que isso significa para seu futuro? Será ela extinta? Muito provavelmente não, pois mesmo por condutas piores outras religiões não desapareceram, algumas delas milenares.

Mas não há dúvida de que um elevado tributo será cobrado, a credibilidade continuará em queda à medida que mais erros forem expostos; aos seus líderes, apresenta-se a urgente necessidade de se revestir de candura e admitir que são tão erráticos quanto aqueles de quem se propõem servir de guias. E um sincero pedido de perdão aos fiéis poderia inclusive ser um ponto de partida. Sobre isso, algumas palavras já foram ditas sobre outras igrejas que se viram forçadas a isso.

Tendo por destaque a Igreja Católica, a revista *A Sentinela* escreveu o seguinte:

Quando o papa pede perdão

Entre 1980 e 1996, João Paulo II ‘admitiu os erros históricos da Igreja ou pediu perdão’ pelo menos 94 vezes, diz o comentarista sobre assuntos relacionados com o Vaticano, Luigi Accattoli, no seu livro *Quando il papa chiede perdono* (Quando o papa pede perdão). De acordo com Accattoli, “na Igreja Católica, somente o papa pode corretamente fazer um mea-culpa”. E ele tem feito isso, referindo-se às páginas mais controvertidas da história católica — as Cruzadas, as guerras, o apoio dado a ditaduras, as divisões nas igrejas, o anti-semitismo, as Inquisições, a Máfia e o racismo. Num memorando enviado em 1994 aos cardeais (que alguns consideram ser o documento mais importante do pontificado), João Paulo II propôs “uma confissão geral e milenar de pecados”.

Diversos prelados têm seguido o exemplo do papa. Em dezembro de 1994, o jornal italiano *Il Giornale* relatou: “Muitos bispos americanos apareceram na televisão e pediram publicamente perdão.” Perdão de quê? De subestimar o problema com sacerdotes pedófilos, para o detrimento de muitas vítimas jovens. Em janeiro de 1995, o jornal *La Repubblica* noticiou “um gesto sem precedentes na história do catolicismo contemporâneo” — tratou-se do problema do silêncio do Papa Pio XII relacionado com o Holocausto. Em janeiro de 1995, o mesmo jornal noticiou que o episcopado alemão pediu perdão dos “muitos erros” dos católicos-romanos que apoiaram os crimes dos nazistas. Diversas Igrejas protestantes também se submeteram à autocrítica (*A Sentinela* de 1º de março de 1998, páginas 3,4).

Poderia isso ser uma rara ocasião em que essa revista publica uma matéria favorável a outras religiões; mas esse não foi caso. No artigo seguinte, depois de apresentar evidências de que as igrejas de fato estão mais interessadas em melhorar a imagem delas perante a opinião pública, os autores continuam:

Esse comportamento nos faz lembrar Saul, o primeiro rei de Israel. (1 Samuel 15:1-12) Ele cometeu um grave erro, e quando isto foi exposto, primeiro tentou

justificar-se — desculpar-se pelo seu erro — a Samuel, profeta fiel de Deus. (1 Samuel 15:13-21) Por fim, o rei teve de admitir a Samuel: “Pequei; pois infringi a ordem de Jeová.” (1 Samuel 15:24, 25) Deveras, ele admitiu seu erro. Mas as suas próximas palavras a Samuel revelaram o que mais o preocupava: “Pequei. Agora, por favor, honra-me diante dos anciãos do meu povo e diante de Israel.” (1 Samuel 15:30) Evidentemente, Saul estava mais preocupado com a sua reputação em Israel do que com ser reconciliado com Deus. Esta atitude não resultou em Deus perdoar a Saul. Acha você que uma atitude similar resultará em Deus perdoar as igrejas? (revista supracitada, página 6).

Não me é possível saber se Deus perdoará as igrejas, mas o Corpo Governante aparentemente já tem uma resposta. Quanto a ele próprio, em relação aos seus erros e os de seus antecessores, comporta-se como se nada houvesse que pedir perdão – e assim o faz porque tem consciência que tais são desconhecidos das Testemunhas, não porque não pesquisam, mas exatamente pelas razões apresentadas por todo este livro. Mas agir assim, ao contrário do que talvez imagine, não eliminará o problema, assim como enterrar a cabeça num buraco não afasta qualquer ameaça à segurança pessoal.

Uma confissão de erros seguida de um sincero pedido de perdão também abriria a porta para possíveis mudanças administrativas, que poderiam diminuir em muito a responsabilidade de lideranças futuras. Para começar, olhar-se-ia para o passado com claras intenções de verificar quais foram os maiores erros cometidos, os quais são as razões dos atuais apuros; e não é difícil perceber que muitos dos apuros de que passa a religião é em resultado de que, por mais de um século, seus líderes fizeram muito pouco caso de alertas externos. Seguros de que tinham a orientação de Deus em tudo, postaram-se com arrogância em posição elevada, fizeram afirmações absurdas e convenceram-se de que Deus as cumpriria para glória pessoal de cada um deles. Mas tal não aconteceu; antes, fez-se veraz as concisas palavras de Paulo:

Não se enganem: de Deus não se zomba. Pois o que a pessoa semear, isso também colherá (Gálatas 6:7)

Independente de que atitude venha a ter a liderança das Testemunhas de Jeová, o passado delas é uma lição para cada um de nós, inclusive para cada um dos integrantes do Corpo Governante. Que responsabilidade pessoal tem cada um deles diante disso? Creio que as palavras do profeta Ezequiel são agora oportunas:

O filho não levará a culpa pelo erro do pai, e o pai não levará a culpa pelo erro do filho. A justiça daquele que é justo será contada somente a favor dele mesmo, e a maldade daquele que é mau será contada somente contra ele mesmo (Ezequiel 18: 20).

Tendo por base palavras como essas, não creio que os membros do Corpo Governante serão divinamente responsabilizados pelos erros dos fundadores da religião. Nem creio que a parcela de culpa deles seja excessivamente maior que a da Testemunha comum; embora esteja em suas mãos uma grande responsabilidade, é preciso lembrar que somos todos humanos erráticos, cegos por natureza; é assim agora, foi assim para Russell e Rutherford, bem como foi também para os primeiros seguidores de Cristo lá no primeiro século. Com menor ou maior grau, temos cada um nossos temores, nossas incertezas, nossos desejos, e muitos de nós podemos nos apegar a qualquer coisa que nos garanta um mínimo de segurança emocional e espiritual. E cada membro do Corpo Governante também um dia se sentiu atraído pela fé de seus pais e a adotou sem questionar, tal qual fizeram muitos outros seguidores pelo mundo inteiro. Com esse ponto de vista, se nos consideramos vítimas da religião, são eles também vítimas, ainda que isso não reconheça; e como tal, assim como nós, cada um deles (como indivíduos, não como grupo) prestará contas de si mesmo a Deus (Romanos 14: 12).

Quanto a mim, mediante a publicação deste livro, espero ter finalizado uma trajetória muito dolorosa em minha vida. Foram cerca de 20 anos convicto de que estava no caminho certo para a salvação, quando em verdade, foram cerca de 20 anos dedicados a uma causa inútil, cujas cicatrizes estarão para sempre em minha lembrança. Elas ainda doem por agora, mas já não tanto quanto há dois ou três anos, e isso me faz crer que haverá uma época em que todo sofrimento terá passado.

Sobre minha relação com Deus, posso dizer que estou espiritualmente em paz, sem nenhuma preocupação excessiva sobre uma possível condenação; e isso é para mim uma agradável surpresa, muito diferente do que é pregado pela Torre de Vigia. Segundo ela, pessoas que deixam a religião passam a sofrer de um vazio espiritual, em razão de que levam uma vida sem sentido; uma vez que sabem das consequências de suas decisões, resta-lhes comer e beber, pois logo morrerão (1 Coríntios 15: 32; Hebreus 10: 26, 27, 31). Porém, essa é a perspectiva de quem sai da religião, ou dela é expulso, mas que continua acreditando que as Testemunhas de Jeová é a única religião que conduz à salvação. Pelas minhas pesquisas, no entanto, tenho convicção de que Jeová e Jesus Cristo nada têm a ver com essa religião, e se de fato Deus tem na terra uma religião que seja Sua mensageira, resta-me ainda encontrá-la.

Por enquanto, contento-me em viver os dias de um modo que me faz bem, sem grandes empreendimentos espirituais em busca da salvação. Nem sei se um dia farei isso, pois, pela minha leitura da Bíblia, vejo que os primitivos cristãos, com poucas exceções, foram deixados em paz, com suas vidas, seus lares e suas famílias, sem nada que lhes tirassem as coisas do eixo. Se foram depois tirados de suas casas e jogados às feras nas arenas de Roma, creio que todos que foram leais ao ponto de se submeterem a esses sacrifícios viram no

cristianismo alguma razão válida para isso. Quanto a mim, não sei hoje se vivo o cristianismo verdadeiro, mas esforço-me a cada dia para adotar mais e mais as qualidades cristãs, tal qual descreve a Bíblia. Esse é meu objetivo por agora e talvez pela vida inteira. Não alimento a esperança de um dia viver o cristianismo na sua intensidade e plenitude, pois as lições do passado recente me dizem que não devo colocar sobre meus ombros uma carga maior do que posso carregar. Ser razoável comigo mesmo creio que seja a coisa certa a fazer por agora. Quanto ao meu futuro às mãos do Criador, ignoro por completo; mas surpreendentemente sinto uma paz sem comparação, sem angústia, sem temor algum. Não diria que se trata de uma paz concedida pelo Pai, mas viveria assim pelo resto de meus dias, ainda que me seja somente esta a vida por viver.

<http://pontosdefe.blogspot.com.br/>

<https://www.facebook.com/LourisvaldoSantana99/>

ANEXOS...

356

...Ao capítulo 1

Referente ao Ministério Público.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
DISTRIBUIÇÃO DE 1ª INSTÂNCIA
CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO NEGATIVA CRIMINAL E AUDITORIA MILITAR

Nº 873922

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí CERTIFICA, revendo os registros de distribuição criminal e auditoria militar, que,

contra o NOME

LOURISVALDO DE SANTANA NEVES

E

contra o CPF

██████████

NADA CONSTA na Justiça Estadual de 1ª instância do Piauí.

Dados adicionais do requerente:

RG: ████████) ÓRGÃO EXPEDIDOR: SSP-PI

ESTADO CIVIL: Solteiro(a)

PAI: NÃO INFORMADO

MÃE: I ██████████ S

ENDEREÇO: RUA MISTA, 194

BAIRRO: COQUEIRO MUNICÍPIO: GUADALUPE - PI

OBSERVAÇÕES:

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento Nº 035/2013 da Corregedoria Geral da Justiça;
- b) As informações acima são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) Este documento é válido por 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua expedição;
- d) Esta certidão equivale, para todos os efeitos legais, àquela expedida pelas Unidades Distribuidoras das Comarcas da Capital e Interior do Poder Judiciário do Piauí, desde que seguidos os procedimentos de validação e autenticação;
- e) Abrange registros no âmbito da primeira instância de todas as comarcas do Poder Judiciário do Piauí, salvo aquelas que não possuem meios de envio eletrônico de dados ou as que utilizam sistema diverso do Themis Web.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada unicamente pela página do Tribunal de Justiça do Piauí, através do endereço <http://www.tjpi.jus.br/themisconsulta/certidao>, na opção "Validar Certidão", onde devem ser informados o Número 873922 e o Código Verificador C4B58.BD356.806F6.844C8

Emitida em 24/05/2016 09:06

Referente à comissão judicativa.

Quando os pastores Testemunhas de Jeová se reúnem para compor um tribunal religioso (ou “comissão judicativa”, para usar o termo oficial), requer-se deles que sigam rigorosamente as orientações que constam nos dois livros mostrados abaixo, bem como em cartas que lhes envia a Torre de Vigia. É vedado à Testemunha comum ter qualquer acesso a esses livros.



358

Manual da Escola do Ministério do Reino

Um exemplar deste manual é fornecido a cada ancião designado, e este deve retê-lo enquanto servir como ancião em qualquer congregação. Se deixar de servir como ancião, seu manual deverá ser devolvido à Comissão de Serviço da Congregação, visto que esta publicação é de propriedade da congregação. Não se devem fazer cópias de nenhuma parte desta publicação.

Nas primeiras páginas de cada um deles contém um aviso como mostrado acima, que é do livro à esquerda.

Para se ter uma dimensão melhor do sigilo decretado a esses livros, o que segue é uma carta dirigida aos anciãos em que a Torre de Vigia delinea até mesmo os cuidados a se tomar quando se deseja encapar o livro *Pastoreiem*.

**ASSOCIAÇÃO DAS
TESTEMUNHAS CRISTÃS DE JEOVÁ**

Rodovia SP-141, km 43, Cesário Lange - SP, Brasil
Correspondência: Caixa Postal 201, Tatuf - SP, 18270-970, Brasil

Telefona: (15) 3248-8800

S:SSC 7 de outubro de 2010

A TODOS OS CORPOS DE ANCIÃOS

Ref.: Encadernação em espiral do manual *Pastoreiem*

Prezados Irmãos:

Desde o lançamento do novo manual *Pastoreiem*, vários anciãos têm perguntado a respeito da possibilidade de encadernar seus manuais em espiral. Não há objeção a um ancião encadernar ou encapar seu próprio manual ou fazer isso para outros anciãos. Se ele pedir que outro irmão batizado que não serve como ancião faça isso, o ancião deverá observar enquanto o irmão realiza o trabalho. Empresas, descrentes ou irmãs não devem fazer esse trabalho. A matéria do livro é confidencial, e a confidencialidade deve ser preservada.

Cada ancião deve fazer a seguinte anotação próximo à caixa na página de rosto do manual *Pastoreiem*: “Veja a carta de 7 de outubro de 2010, a todos os corpos de anciãos, sobre encadernação em espiral deste manual.”

Aceitem nosso caloroso amor cristão.

Seus irmãos,

Assoc. das Testemunhas Cristãs de Jeová

c: Superintendentes viajantes

P.S. ao secretário:

Esta carta deve ser mantida no arquivo permanente de cartas orientadoras da congregação. Talvez queira aproveitar a ocasião para atualizar o *Índice das Cartas — Para os Corpos de Anciãos* (S-22) de sua congregação.

Apesar dessas restrições, esses livros ocasionalmente são apreendidos por autoridades judiciais, quando a religião passa por uma investigação. Nessas circunstâncias, a liderança vê-se impotente, sem nenhum poder para fazer valer o sigilo que decretaram aos livros. Apesar disso, nunca os liberaram para o acesso geral dos verdadeiros interessados: as Testemunhas de Jeová. Muitas delas nem sequer sabem que eles existem.

Eles funcionam mais ou menos como o nosso Código de Processo Civil/Penal. Contém o passo a passo de como proceder a uma investigação, como e quem deve compor o tribunal, como proceder durante o julgamento, como devem anunciar ao réu a decisão do tribunal, entre muito outras coisas. Mas visto que seu conteúdo é desconhecido da Testemunha comum, os juízes nem sempre se deixam guiar por ele, e muitos delas são condenadas, não exatamente pelos

seus pecados, mas porque já não tinham o favor de um ou de alguns dos juízes. Todo tipo de erro ou abuso ainda é favorecido pelo fato de essas comissões ocorrerem a portas fechadas, sendo que nem mesmo se aceita que o réu seja acompanhado de um familiar ou advogado (a única exceção a isso é quando se trata de filhos menores ou mulheres cujo marido também é Testemunha de Jeová); além disso, deve-se evitar sempre que possível produzir provas escritas que de alguma forma possam ser usadas pelo réu contra o tribunal ou a Torre de Vigia (o texto abaixo é do livro *“Prestai Atenção a Vós Mesmos e a Todo o Rebanho”*, edição de 1991, página 110).

Não envie à pessoa qualquer espécie de correspondência que a acuse diretamente de alguma transgressão específica.

É preferível que dois anciãos falem com a pessoa e convidem-na a reunir-se com a comissão judicativa.

Devem-se fazer arranjos apropriados quanto a hora e o lugar da audiência.

Declare qual foi supostamente a conduta da pessoa.

Se é necessário enviar um convite por escrito, você simplesmente deve declarar qual é a *alegação* a respeito da pessoa, a hora e o lugar da audiência e como a pessoa pode contatar o presidente se os arranjos forem inconvenientes para ela.

Se o acusado desejar trazer testemunhas que falem em seu favor no assunto em pauta, poderá fazê-lo.

Contudo, não se permitem observadores.

Não é permitido nenhum aparelho de gravação.

Sendo dessa forma, fica evidente o quanto isso deve ser constrangedor para mulheres, uma vez que se trata de um tribunal composto apenas por homens. Considerando isso, e justamente com o fim de evitar constrangimento desnecessários, o livro citado anteriormente, à página 112, dá algumas orientações a respeito de como os anciãos devem fazer o interrogatório para identificar exatamente qual a gravidade dos pecados

Faça perguntas pertinentes e discretas para isolar as questões principais e determinar como ou por que se desenvolveu o problema.

Perguntas esquadrihadoras não devem entrar em pormenores desnecessários, especialmente com relação à má conduta sexual, a menos que isso seja *absolutamente* necessário para determinar, por exemplo, se o erro incorre em *por-neí-a*.

361

Quando diz que “a menos que isso seja *absolutamente* necessário para determinar, por exemplo, se o erro incorre em *por-neí-a* [seria a consumação do ato sexual, mas qualquer manipulação mútua dos genitais já é considerada *por-neí-a*, tal como masturbar um ao outro, sexo oral ou anal]”, eles dão total liberdade para os pastores fazer todo tipo de pergunta íntima com o fim de determinar se ocorreu *por-neí-a*.

Portanto, não é sem razão que muitas Testemunhas saíram dessas comissões com o emocional esmagado, independente da decisão do tribunal. E em razão do sigilo absoluto em que isso ocorre, elas não têm nenhuma condição de mostrar a outros o que se passa nessas comissões; já houve casos em que algumas levaram escondido algum equipamento de gravação, mas isso geralmente ocorre porque a Testemunha já procurou por outros meios se informar sobre esses julgamentos e deseja documentar possíveis abusos dos anciãos. Não foi, porém, o meu caso.

Quando entreguei aos anciãos a minha confissão escrita, nunca nem sequer imaginei que algum dia veria a necessidade de publicá-la. Em razão disso, entreguei-lhes a confissão sem pedir que confirmassem por assinaturas o recebimento. Quando então decidi escrever este livro e vi a necessidade de torná-la pública, senti que não podia apenas publicar o texto sem poder garantir que ele era autêntico. Então, com o objetivo de garantir a sua autenticidade, ainda em 2014 fiz contato com o corpo de anciãos e pedir que me fornecesse uma cópia assinada da confissão. De certo que presumi que não cederiam tão facilmente... como não cederam em hipótese alguma.

AVISO DE RECEBIMENTO **AR**

CORREIOS BRÉSIL AVIS CN07

JH 43779708 0 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
28 JUL 2014

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT
AC GUADALUPE - Pr.

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR
LOURTSUALDO SANTANA NEVES.

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE
RUA GEORGIANO LIMA, S/N.

CIDADE / LOCALITÉ
GUADALUPE

UF
PR

BRASIL

6 4 8 4 0 0 0 0

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO
RETOUR

362

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE
JOÃO CARLOS PEREIRA DA SILVA.

ENDEREÇO / ADRESSE

CEP / CODE POSTAL
64.840-000

CIDADE / LOCALITÉ
GUADALUPE

UF
PR

PAÍS / PAYS
BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION
(Documentos).

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
☐ EMS
☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRATION
28/7/14

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR
João Carlos Pereira da Silva

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT
Rubrica 8528554-4

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

28 JUL 2014

ECT/DR/PI

Guadalupe-PI, 28/07/2014

Ao corpo de anciãos da congregação de Guadalupe.

Identifico-me como ex-Testemunha de Jeová, conforme deve constar nos arquivos da congregação do ano de 2011.

Cordiais saudações.

Solicito-vos que me seja enviada cópia assinada (com assinatura em cada página) da confissão escrita que fiz à comissão judicativa que decidiu por minha desassociação.

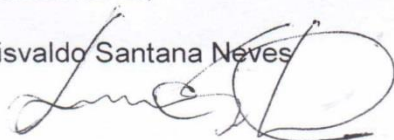
Para poupar vossos recursos, disponibilizo-vos uma cópia (inalterada), já assinada por mim, e também vos envio um envelope selado; naturalmente podeis enviar-me cópia da cópia que está em poder da congregação, caso desejais que seja assim.

A cópia pode ser entregue a mim no museu local (horário comercial), ou enviada pelo correio com o endereço indicado no envelope.

Faço-vos esta solicitação confiando no espírito de Atos 28:2 e na certeza de que estais comprometidos com a verdade.

Atenciosamente,

Lourisvaldo Santana Neves



No dia seguinte, pela manhã, João Carlos e Ivaldo Santiago, tendo dispensado o serviço gratuito dos correios, foram ao meu local de trabalho entregar pessoalmente um envelope.



Santiago disse-me de imediato que não poderia fornecer documentos confidenciais e que a única maneira de eu me redimir era voltar a assistir às reuniões. Disse-lhes “Ok” e eles foram embora. Com essas palavras, Santiago revelou o que pensa a meu respeito; mas revelou também algo mais importante, isto é, o quanto ele ignora meu atual estado de espírito. Em outros tempos a palavra “redimir” entraria na minha consciência com a força de uma bala; mas então nesse dia, pronunciada por Santiago, ela me soou demasiadamente vazia.

A “conversa” não durou mais que quinze segundos e calculo que não se pronunciou mais que vinte palavras. Não se deram tempo para perguntar como eu estava de saúde, bem como não me foi dado tempo para oferecer a eles uma cadeira para sentar. Consideraram que conceder-nos essa licença equivalia a atenuar o peso da excomunhão – algo que eles não estavam dispostos a fazer.

Quase dois anos depois, neste abril de 2016, enviei outra carta com o mesmo objetivo.

AVISO DE RECEBIMENTO **AR**

CORREIOS GUADALUPE
BRASIL
AVIS-07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT
22 ABR 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT
AC DR/PI GUADALUPE/PI

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR
LOURISVALDO SANTANA.

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE
RUA MISTA, 194.
COQUEIRO
GUADALUPE

UF PI BRASIL

64840000

ME

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO
RETOUR

365

PREENCHER COM LETRA DE FORMA **AR**

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE
JOÃO CARLOS PEREIRA DA SILVA.

ENDEREÇO / ADRESSE
[REDACTED]

CEP / CODE POSTAL
64.940-000

CIDADE / LOCALITÉ
GUADALUPE

UF PI PAIS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
☐ EMS
☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR
Alaide R. da Silva

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON
22/04/16

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION
22 ABR 2016
DR/PI

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR
Alaide Rodrigues da Silva

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR
[REDACTED]

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT
Edson M. Gonçalves
Mat. 8.527.500-0

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

Guadalupe-PI, 22/4/2016

Ao corpo de anciãos da congregação de Guadalupe.

Identifico-me como ex-Testemunha de Jeová, conforme deve constar nos arquivos da congregação do ano de 2011.

Cordiais saudações.

Caros senhores, há cerca de dois anos enviei-lhes uma carta solicitando que me fosse fornecida cópia assinada da confissão que fiz à comissão judicativa que decidiu por minha excomunhão.

Infelizmente para mim, o corpo de ancião da época negou a minha solicitação, sob o argumento de que não poderia liberar documentos confidenciais. Quero esclarecer aos senhores que não estou exigindo que tornem público um documento que vocês consideram secreto; apenas quero que confirmem com assinaturas a autenticidade de um documento que vocês sabem que é autêntico.

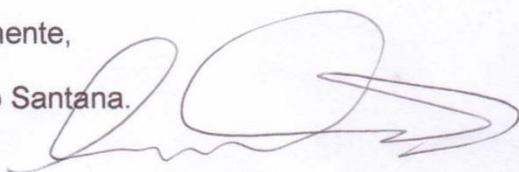
Com isso, espero que compreendam o caso e atendam a minha solicitação. Mas caso mantenham a decisão de continuar-me negando o documento assinado, solicito-lhes que o façam por escrito, com as devidas justificativas.

Faço esta solicitação confiando no espírito de Atos 28: 2 e na certeza de que estão comprometidos com a verdade.

(Como dantes, segue um envelope selado para a resposta)

Atenciosamente,

Lourisvaldo Santana.



Então quatro dias depois, no dia 26, João Carlos e outro ancião (que não se dignou a me dizer o nome e nem eu perguntei) chegaram ao meu local de trabalho pedindo para ter uma conversa reservada. Convidei-os a entrar e aceitaram cadeiras que lhes ofereci para sentar.

Esse ancião logo desejou saber quais eram meus planos, se tinha intenções de voltar para a organização de Jeová. Quando lhes disse que não tinha mais

interesse em considerar com eles esse assunto, uma vez que meu pedido para voltar foi “negado” sem que nenhuma justificativa me fosse dada, João Carlos, dirigindo-se mais ao colega do que a mim, explicou que a razão de não terem me aceito de volta foi que, por ocasião da visita que me fizeram, eu lhes dissera que *havia voltado aos mesmos erros que me levaram a ser expulso*.

Essa era a justificativa que esperei por uns quatro meses, pelo fim de 2012 até o começo de 2013, mas que, por aquela época, foi decidido que o silêncio seria a resposta mais apropriada. Infelizmente a justificativa dita por João Carlos distorcia muito os fatos, pois fazia parecer que eu havia voltado a ver pornografia com a mesma frequência que antes, bem como também considerava de valor a informação que lhes forneci, mas desconsiderava todo o mérito da própria confissão, como se isso fosse coisa que se fizesse à toa, sem nenhum sacrifício moral e emocional. Mas não achei necessário contestá-lo, uma vez que não tinha mais nenhum interesse em tratar disso com eles. Também não me pareceu que João Carlos disse isso por maldade, pois não é típico dele; apenas me veio à mente que essa resposta, assim bem generalizada, foi algo que disseram para si mesmos depois que deixaram a minha casa, lá ano de 2012 – e muito provavelmente será a resposta fornecida a cada guadalupense que lhes questionarem sobre por que não fui aceito de volta à religião.

Diante das palavras de Joao Carlos, o seu colega ancião considerou que acabara de descobrir o verdadeiro culpado de eu não ter sido aceito de volta, pois abriu a Bíblia e me leu alguns versículos:.

Busquem a Jeová enquanto ele pode ser achado. Chamem-no enquanto ele está perto. Deixem os maus o seu caminho, e os malfetores os seus pensamentos; que eles voltem a Jeová, que terá misericórdia deles, ao nosso Deus, porque perdoará amplamente (Isaías 55: 6,7).

São palavras bem bonitas da Bíblia, mas o que se pedia de fato era que eu voltasse a ser Testemunha de Jeová. Nesse momento, enquanto ele enfatizava que Jeová é um Deus misericordioso, olhei fixamente para aqueles homens e senti pena. Como podiam estar ali me pedindo para voltar a ser Testemunha, nas atuais circunstâncias, enquanto eu esperava resposta de seus superiores a respeito de assuntos que eles eram propositadamente mantidos na ignorância?

Ante o meu silêncio respeitoso, o ancião, que se mostrava muito gentil e atencioso, considerou que precisava ler para mim outro versículo do livro de Isaías:

“Venham, pois, e resolvamos as questões entre nós”, diz Jeová. “Embora os seus pecados sejam como escarlate, serão tornados brancos como a neve;

embora sejam vermelhos como pano carmesim, se tornarão como a lã.” (Isaías 1: 18)

Depois dessa insistência, voltei a lembrar-lhes que meu pedido de retorno fora negado, mesmo depois de eu ter continuado a frequência às reuniões por quatro meses. Como resposta, ouvi do ancião que o problema foi eu ter parado de assistir às reuniões, disse-me que eu jamais devia ter feito isso, e que escrevesse não só uma, mas duas, três, ou quantas cartas fossem necessárias, até ser considerado qualificado para ser aceito como Testemunha de Jeová. Nesse momento, lembro-me das palavras de Jesus Cristo sobre ele vir ao mundo, não em busca de santos, mas de pecadores. Não perguntei ao ancião se os padrões da organização Torre de Vigia eram superiores aos de Jesus Cristo, mas os fatos deixam transparecer que essa é uma pergunta óbvia. Lembrei-me também da parábola do filho pródigo (Lucas 15: 11-32). Imagine que o pai, ao saber que seu filho estar ao portão implorando para ser aceito de volta, decide primeiro mandar verificar se o filho está bem de saúde, se está bem vestido e bem perfumado. Verificando que o filho não atende a esses requisitos, manda deixá-lo fora, até que, com seus próprios recursos, procure tratar da saúde e da higiene para então requerer – quantas vezes for preciso – ter de volta o amor do pai. Parece-lhe isso uma atitude cristã? Não, segundo conclui a parábola contada por Jesus Cristo.

368

Quando caiu em si, ele disse: Quantos empregados do meu pai têm fartura de pão, enquanto eu estou aqui morrendo de fome! Vou partir e voltar para a casa do meu pai e lhe dizer: Pai, pequei contra o céu e contra o senhor. Não sou mais digno de ser chamado seu filho. Trate-me como um dos seus empregados. Assim, levantou-se e foi ao encontro do seu pai. Enquanto ele ainda estava longe, seu pai o avistou e teve pena; então correu, e o abraçou e beijou ternamente. O filho lhe disse então: Pai, pequei contra o céu e contra o senhor. Não sou mais digno de ser chamado seu filho. Mas o pai disse aos seus escravos: Depressa! Tragam uma veste comprida, a melhor, e vistam-no com ela, e ponham-lhe um anel na mão e sandálias nos pés. Tragam também o bezerro gordo, abatam-no, e vamos comer e festejar, porque este meu filho estava morto e voltou a viver, estava perdido e foi achado. E começaram a festejar (Lucas 15: 17-24).

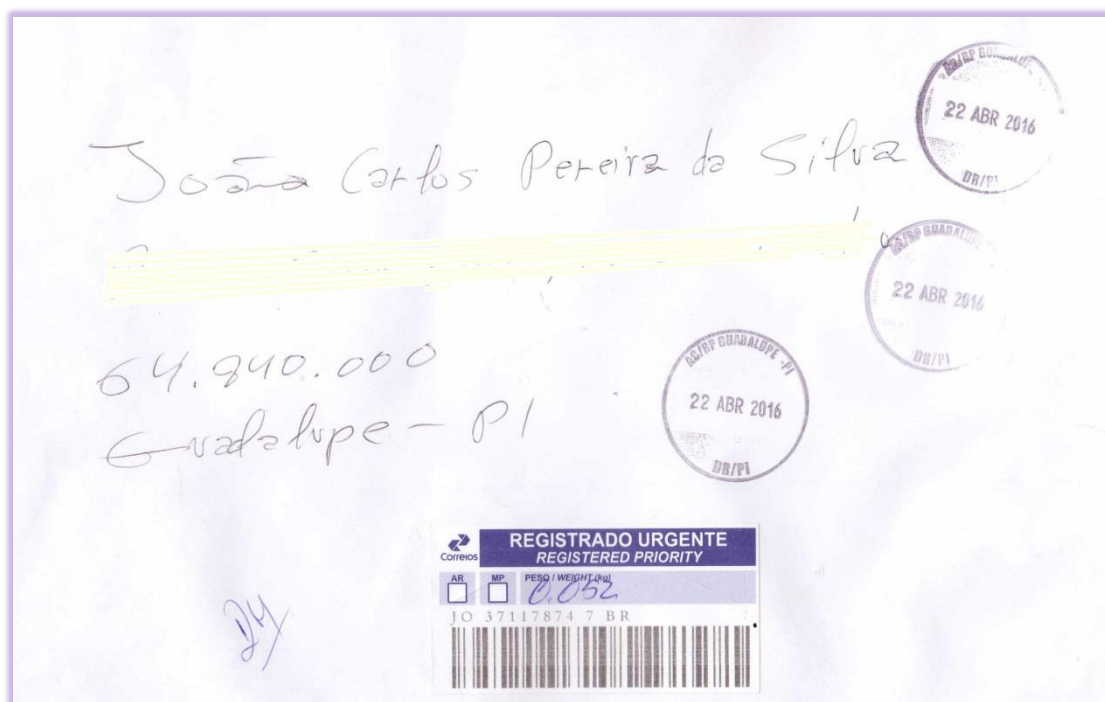
Mas isso não vinha ao caso na minha conversa inesperada com esses anciãos. Depois de sua leitura de versículos de Isaías, contornei o assunto e reafirmei o meu desejo de ter o documento assinado. O ancião pausadamente me explicou que “não é assim que a organização de Jeová trabalha”, que não existe isso; pergunta se por ocasião do meu batismo assinei algum documento. Diante da minha negativa, ele afirma que nosso batismo é um acordo entre a pessoa e Deus, e com Deus não se assina documentos.

Depois de ouvir essas palavras, foi-me impossível não me lembrar da segunda pergunta do batismo (veja o capítulo 1, página 22); ela exige do batizando o reconhecimento de que, ao se apresentar para o batismo como Testemunha de Jeová, ele automaticamente aceita que está se associado à organização Torre de Vigia, concedendo a ela (ainda que isso não compreenda) todo o direito de gerenciar sua vida, podendo ela inclusive negar-lhe a salvação por meio da desassociação. E era exatamente isso que estava acontecendo. Eu podia ter feito um acordo com Deus, assim como esse ancião se expressara, mas era a Torre de Vigia que havia decidido que eu não mais era digno de ter a salvação. Sobre isso, a leitura que ele fez do capítulo 55 de Isaías deixou bem clara. Ou eu volto a ser Testemunha de Jeová – enquanto há tempo, enquanto Deus mostra estar perto – ou chegará uma época em que todas as minhas esperanças de salvação serão extintas. Considerando isso, como é possível dizer que não houve um acordo entre eu e a Torre de Vigia? Esse acordo existiu, ainda que – providencialmente, para a segurança jurídica da organização – nada tenha sido posto por escrito.

O ancião disse também que eu não tinha nenhuma razão para me queixar da desassociação, pois toda Testemunha de Jeová só se batiza depois que aprende tudo o que é necessário saber para viver como Testemunha. Eu, porém, não lhe disse que o preceito que por fim resultou na minha excomunhão só foi adotado 12 anos depois do meu batismo. Foi, para todos os efeitos, uma alteração de contrato em que eu fui a parte prejudicada – coisa que é absolutamente justificada pelas tais revisões de doutrinas (veja o capítulo 1, páginas 26 e 27). Ter ele dito isso me faz suspeitar que essa é a justificativa que se dará a todos que questionarem as razões da minha desassociação. Isso mostra também o quanto as Testemunhas estão alheias às graves consequências das revisões de doutrinas. Como escrevo no capítulo 1, “quase somente depois de batizado é que o novo converso se tornará consciente disso – e talvez da maneira mais cruel possível”.

Já incomodado com a conversa, contornei os assuntos e voltei a fazer menção à carta que lhes enviei. Disse ao ancião que a assinatura dele no documento, ao contrário do que ele podia pensar, não consistia em ele ser responsável pela divulgação de um documento confidencial, pois era algo que ele estaria concedendo a mim, que era parte envolvida e já conhecia, por motivos óbvios, todo o teor do documento. Para meu espanto, ele concordou em assiná-lo e até procurou da bolsa, mas descobriu que não o tinha ali. Em despedida, deixou claro que logo me traria o documento assinado.

No dia seguinte, 27 de abril, nas proximidades de minha residência, encontrei várias Testemunhas que faziam o serviço de visita aos lares. Dentre elas vi destacar-se o ancião; este veio em direção a mim e me entregou um envelope.



Conferindo o documento, ali mesmo em sua presença, notei que não constavam as assinaturas. Mas como!? Questionei o porquê e ele explicou que havia mudado de ideia, disse que não participou da minha excomunhão, disse que não conhecia meu caso em detalhes e que, portanto, não podia assinar. Mesmo contrariado, evitei pronunciar quaisquer palavras em seguida, o que lhe permitiu dizer que eu sabia o que fazer; a qualquer tempo que quisesse voltar, a congregação estava pronta para me receber. Agradei-lhe a gentileza das palavras e seguimos cada um para outros afazeres.

Com atitude como essas, fica garantido o total sigilo dos julgamentos que ocorrem a portas fechadas, tanto em Guadalupe, como por todo o Brasil e pelo mundo inteiro. No meu caso, os anciãos podem se portar como se nunca estiveram reunido comigo no Salão do Reino local, no final de setembro de 2011. Eu posso até afirmar isso, posso até dizer tudo o que ocorreu ali, mas eles não confirmam absolutamente nada.

Mas já não importa.

O documento que segue é a minha confissão escrita à comissão judicativa que decidiu por minha excomunhão. Segue inalterado, apenas com minha assinatura... e com evidentes erros de gramática.

Ofício único

Ofício à comissão judicativa a se realizar no dia 24 de Setembro de 2011.

De: Lourisvaldo de Santana Neves, réu neste processo.

Este ofício visa estabelecer por escrito todos os detalhes da minha confissão que julgo ser necessário ao bom juízo desta comissão. Evidentemente poderá ficar ausente algum fato ou detalhe que, certamente, será em resultado da minha ignorância ou do meu pouco saber como funciona esta comissão, mas que, com as devidas perguntas, terei prazer em fornecer as informações que me forem solicitadas.

Atenciosamente,

Lourisvaldo de Santana Neves



Pornografia

Conheci a pornografia antes de conhecer a verdade. Conheci-a aos 17 anos; a verdade, aos 18. Bem antes, por volta dos 13 anos, por influência de amigos, conheci já a masturbação. Reconheci-a logo como um mal a combater, porque foi rapidamente virando um vício. Como não conhecia a Jeová e a ninguém orava, pedi a Deus que me ajudasse a largar esse hábito, até mesmo prometendo que se conseguisse passar 15 dias sem buscar o “alívio”, rezaria um montão de Pai-Nossos, uma promessa que nunca vir a cumprir, mesmo porque nunca, em todos esses anos, conseguir deixar de buscar o “alívio” dentro do tempo estabelecido.

No meu tempo de estudante, depois de receber do meu instrutor o livro *Os Jovens Perguntam*, isso em 1992, aos 18 anos, chamou minha atenção os capítulos sobre pornografia e masturbação. A ele confessei abertamente o meu caso, no que fui aconselhado a destruir todo o material em mãos e a lutar contra o vício. Foi a última vez que se tocou no assunto. Desde então, tenho travado uma luta árdua para me livrar do mal hábito, mas como o resultado não vem, talvez não seja árdua a luta. Jeová sabe de tudo, conhece meu histórico. Conhece-me desde o meu nascimento, conhece-me desde que eu era algumas células, conhece e lembra de quando e como fui me viciando na masturbação, lá pelos 13 anos. Aos 18, eu era um caso perdido. Ainda assim Jeová viu algo bom em mim e me atraiu a seu filho (1 Rs 14:1, 10-13; Jo 6:44).

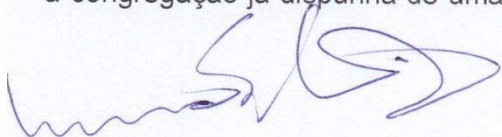
Recaídas

Uma vez que chamei de “recaídas” as minhas fraquezas, um ancião rebateu assim: “De dez em dez dias? Isso não é recaída, é hábito.” Peço desculpas; 13 dias foi o período mais longo que consegui contar. À medida que se alonga o tempo, minha alegria aumenta. Mas quando fraquejo, diminui as forças para recomeçar a luta. Recomeço, e por muitas vezes mantenho a frequência em uma vez por semana, de oito em oito dias, de dez em dez dias, coisa que me faz conservar a certeza de estar agradando a Jeová. Mas então, depois de qualquer desilusão, recaio no hábito sem nenhum controle. As forças para lutar chegam a zero, sendo que logo vem a falta de razão para lutar. Se não tenho a aprovação de Jeová, se é certo o meu julgamento desfavorável no Dia de Execução, então em prol de que continuar a luta? São nessas ocasiões que me abasteco de pornografia, com isso gastando altas somas em dinheiro. Posso aqui contar um caso de que quando eu vivia só e com pouco dinheiro. Fiz as contas de quanto ia gastar no mês com alimentação e determinei quanto me ia sobrar para investir em pornografia. Chegando à quantia, tive uma crise de consciência e decidir poupar a soma; mas então raciocinei: se ficasse comigo, eu acabaria usando-a para o fim antes determinado. Resolvi por a quantia nas caixas da congregação e viver no limite. Mas então me voltou o desejo de consumir pornografia. O resultado foi que, impossibilitado de recuperar o

dinheiro posto nas caixas, racionei ainda mais o gasto com alimentação e rearranjei a quantia antes disponível.

De Conhecimento dos Anciãos

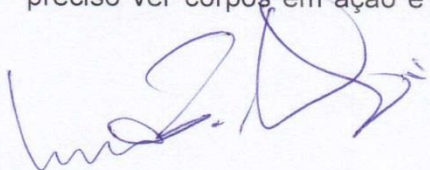
Em Floriano, em 1997, encontrou-se pornografia em minha casa. Anciãos notificados, resultou que se retirou meus privilégios e fiquei por algum tempo em observação. Em 2001, ao voltar para Guadalupe, nenhum relato sobre isso se fez na carta de recomendação, mas fiquei sabendo que constava algo sobre minha sanidade mental, o que me deixou muito magoado. Não me ajudou em nada na luta contra a masturbação. Em crise de consciência, procurei o ancião local e denuncie-me a ele, e surpreendi-me com seus inusitados métodos de pastoreio: declarações humilhantes à vítima e divulgação de confidências, visando curar pela vergonha pública. Por essa e outras razões, sentindo-me constrangido e acossado dentro da congregação, deixei de assistir às reuniões por quatro anos, no que caí desenfreadamente na masturbação e no consumo de matéria pornográfica, mais ainda porque agora possuía recursos financeiros para investir. Apesar de tudo, nunca poderei dizer que tive razões válidas para me afastar da congregação. Como disse o salmista, "Paz abundante pertence aos que amam a [lei de Jeová], e para eles não há pedra de tropeço" – Sal. 119: 165. Em 2007, quando fui procurado por outro ancião, que desejava me trazer de volta para a congregação, fiquei alegre e abracei com lágrimas o novo incentivo. Voluntariamente relatei algumas falhas e se julgou necessário se formar uma comissão judicativa, mas essa se concentrou noutros detalhes e ficou completamente esquecido o meu problema com a masturbação e a pornografia. Especialmente surpreendente porque fui absolutamente claro sobre isso quando mostrei aos anciãos, em minha casa, cerca de 80 envelopes vazios de DVDs, que deviam constar perto de 150 horas de vídeo pornográfico, e acho que também não deixei de dizer que havia acabado de queimar cerca de 100 revistas relacionadas ao tema. Apesar dessa suposta omissão, os últimos quatro anos foram de uma luta constante contra a masturbação e foi um período de que menos consumi matéria pornográfica. Alimentava uma razoável esperança de vitória e derivei momentos de profunda alegria na luta contra a masturbação. Mas então em 2010 sofri uma caluniosa acusação de assédio sexual no serviço, que, feito investigação pelos órgãos competentes, minha inocência ficou provada, ou ao menos não se achou provas testemunhais suficientes que viessem a corroborar a acusação. Tendo sofrido pelo empregador apenas uma suspensão por imprudência, os anciãos responsáveis acharam desnecessário qualquer ação punitiva por parte da congregação. É preciso dizer aqui que desde o início do inquérito até a conclusão do processo, a congregação foi sendo informada passo a passo. De fato, assim que recebi a notificação do órgão público, em menos de meia hora a congregação já dispunha de uma cópia, antes até mesmo de minha releitura



do texto, sendo que também declarei explicitamente ao ancião responsável que ficasse á vontade para me tirar qualquer privilégio se ele assim julgasse apropriado. Passado três meses, e tudo “resolvido”, em Novembro de 2010, a mudança de ancião resulta que o meu caso é encarado de forma diferente; o novo ancião julga necessário que eu tenha minhas atividades congregacionais restritas, segundo argumentos de que minha atuação na congregação venha a ser malvista por pessoas de fora que tenham conhecimento da acusação. A decisão pode ser absolutamente certa e a mim cabia apenas aceitar; faltou-me, no entanto, o convencimento de que se fez justiça, uma vez que as acusações contra mim foram comprovadas serem falsas. Novamente cabe aqui a citação do Salmo 119: 165: Não há pedra de tropeço para aqueles que amam a lei de Jeová. Completamente cego a esse conceito, caí no desânimo e na decepção comigo mesmo, e, como sempre, julguei-me um fracassado e impotente. Diante disso, cerca de 15 dias depois, em fins de Novembro de 2010, eu já tinha internet em casa e via pornografia sem limite e, obviamente, desistido estava de qualquer luta contra a masturbação. No começo de Janeiro, cerca de 50 dias depois, assistia uma assembleia especial em Floriano, mas estava decidido a continuar com a pornografia. Não foi o que se deu. Dois dias depois, abateu-me uma profunda dor de consciência e eliminei todo o material armazenado no computador: cerca de 50 horas de vídeos e perto de 5000 fotografias. Recomecei então a luta contra a masturbação, mas já em Abril de 2011 caía de novo no laço pernicioso. Nessa época, o computador vai para o conserto já com algum material armazenado e não volta mais. Em fins de Julho de 2011 recebo novo computador, que em poucos dias apresenta defeito e volta para o conserto. Diante disso, algumas coisas me fizeram refletir: eu estava completamente entregue a um vício que estava minando dia a dia a minha espiritualidade e meus recursos financeiros, uma vez que o custo mensal do computador, linha telefônica e internet chegavam perto de R\$ 200,00. Juntando tudo isso com os aborrecimentos de um computador necessitando permanentemente de manutenção, decidi dar um basta na pornografia e apaguei mais uma vez todo o material armazenado no computador, decidi cancelar o serviço de internet e mais uma vez procurei forças para voltar a Jeová. Por volta de 5 de agosto, eu recomeçava mais uma luta contra esse mal a muito arraigado em mim, uma luta que continuou até este congresso e segue até agora – por minhas próprias forças, uma vez que já julgo quase impossível que Jeová tenha apreço em me observar lutando sozinho, sem buscar ajuda.

Pornografia pesada

É certo o que se diz sobre pornografia, isto é, que para se alcançar níveis iguais de satisfação, é preciso que ela seja cada vez mais degradante. No começo, corpos nus podem ser sexualmente estimulantes, mas depois é preciso ver corpos em ação e em combinações das mais variadas possíveis.

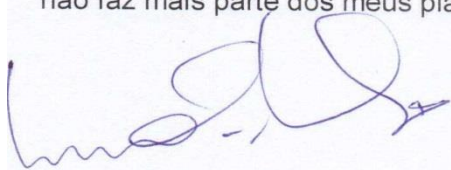


No meu caso, tem destaque a sexualidade hétero, ocasionalmente homo feminino e muito raramente sexo com animais. Nunca vi pornografia infantil. Nos quatro anos que fiquei inativo, as pessoas já não me viam mais como Testemunha de Jeová e, para alguns, não era nenhum segredo que eu possuía material pornográfico. Sendo assim, por duas ou três vezes, colegas de rua viram pornografia em minha casa. Mas quando voltei a ativa, em 2007, quando me liberei de toda a matéria pornográfica, todos os meus “amigos” tomaram conhecimento de minha nova posição e deduzem que não mais faço uso de pornografia.

Suicídio

Desde que conheci o conceito de Jeová sobre pornografia e masturbação, e diante dos meus constantes fracassos nessa luta sem resultados, sempre me acompanhou o desejo suicida. Ele é mais presente quando minha luta é constante e seguida de recaídas. A substituição repentina da alegria genuína por um vazio profundo me dá uma sensação horrível de inutilidade e fico sem nenhuma esperança de ter o favor de Jeová no Dia de Execução. Diante dessa possibilidade, acho desnecessário continuar essa vida sem sentido e desejo acabar logo com tudo. Também não tive felicidade ao falar sobre isso aos anciãos. De um, a quem eu confessava esse meu desejo, ouvi a seguinte pergunta: “O que te impede de consumir o ato?” Como eu só falava e nunca aparecia morto, ele deduziu que apenas lhe fazia chantagem. Nesse dia eu cheguei em casa e acho que só não me matei porque não tinha ao alcance das mãos uma arma de fogo ou uma caixa de comprimidos. Por favor, meus queridos anciãos: quando alguém lhes falar de suicídio, nunca deduzam que se trata de chantagem. Essa pessoa pode não querer se matar, mas é apenas uma maneira que ela acha de pedir socorro; mas dependendo da maneira como é tratada, o ato pode ser levado avante e consumado.

Meu conceito sobre suicídio tem mudado ultimamente. Nos últimos dias conheci alguém que foi especial para mim, e se por uma ou outra razão eu viesse a me suicidar, essa pessoa, pelo amor que demonstrou para comigo, com certeza iria sofrer amargamente pelo meu trágico fim. Mas penso também em quanta alegria isso causaria ao Diabo, uma vez que isso lhe seria um ponto ganho e irrecuperável para Jeová. Neste ponto, sou equilibrado o suficiente para lembrar de Provérbios 27:11: “Sê sábio, filho meu, e alegre meu coração, para que eu possa replicar àquele que me escarnece”. Portanto, fiquem tranquilos para decidirem o que acharem justo a meu respeito, pois suicídio não faz mais parte dos meus planos.



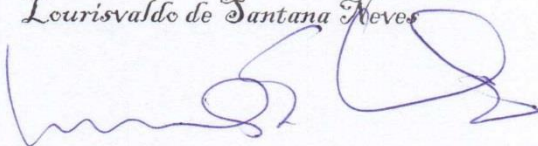
“Este é meu filho”

Durante esses quase 20 anos, meus constantes fracassos e meu sentimento de indignidade fizeram com que Jeová nunca fosse real para mim. Li repetidamente Hebreus 4: 13, onde se diz que “todas as coisas estão nuas e abertamente exposta aos olhos daquele com quem temos uma prestação de contas” e nem isso serve-me de ajuda. Mas gosto de pensar mais em Provérbios 15: 3: “Os olhos de Jeová estão em todo lugar, vigiando os maus e os bons”. Como julgo improvável que Jeová me veja entre os bons, contento-me em estar no grupo dos maus – ao menos assim Jeová me vê. Sempre tive serias dúvidas sobre se minhas orações são ouvidas. Sinto como se uma massa de nuvem esteja impedindo que minhas súplicas cheguem aos ouvidos de Jeová (Lam. 3: 44). Mas a formação desta comissão judicativa me oferece uma ocasião impar de estar sob a atenção de Jeová (Mat. 18: 20). Posso sentir que, ao menos nessa ocasião, sou o objeto de atenção divina. Diante do exposto acima, diante das acusações que pesam contra mim, esta comissão tem plenas razões para fazer-me um julgamento desfavorável. Qualquer que seja ele, mesmo que seja a minha expulsão da congregação, considerarei isso como justiça divina e estejam certos de que não irei apelar para um novo julgamento. Serve-me muito de ajuda o capítulo 12 de Hebreus, sobre o amor de um pai para com um filho. Nenhum pai disciplina o filho alheio; se estou sendo disciplinado por Jeová, posso dizer que Jeová é meu Pai, e, em contrapartida, posso ouvir Jeová dizer a meu respeito: Este é meu filho.

Sei que esta comissão espera de mim “obras próprias de arrependimento” – At. 26: 20. Não sei no momento como provar essas obras. Não pretendo tentar sensibilizá-los com lágrimas forçadas, mas considero genuínas as lágrimas que derramei nos últimos dias. Por enquanto vocês só podem ter a minha palavra de que não possuo nenhum material pornográfico em casa e de que estou numa fase de luta contra a masturbação. Diante disso, quero lembrá-los de que pedi em oração a Jeová que me ajudasse a ter a atitude correta diante desta comissão (1 Jo 5: 14). Confiante de que fui sincero neste relato, comparecerei à audiência bem sereno. De fato, irei bem barbeado, socialmente bem vestido e com o sapato bem engraxado; até mesmo irei me passar um perfume leve, algo que condiz com um coração leve e calmo.

Atenciosamente,

Lourivaldo de Santana Neves



Desde que comecei o processo de libertação espiritual, já reli essa confissão dezenas de vezes, mas a cada vez que releio não deixo de me surpreender com o grau de submissão a que eu estava envolvido.

Esse profundo estado de submissão não é comum a todas as Testemunhas de Jeová, mas não é raro.

Todo o processo começa quando a pessoa se sente atraída pela mensagem da Torre de Vigia: o tão propagado paraíso na terra que tanto embeleza a sua literatura. O envolvimento com a religião é tudo muito simples no começo, tudo à base de convites para assistir a algumas reuniões, onde pessoas sorridentes estão a postos para recebê-lo e visitas regulares à sua casa para um animado estudo de assuntos bíblicos.

Com o tempo, à medida que se vai envolvendo com a religião, seus membros e as atividades de grupo, a pessoa vai renunciando gradualmente o controle de suas próprias decisões e vontades.

Os líderes já sabem como conseguir esse envolvimento; para isso, usam técnicas de controle da mente bastante difundidas, as quais são usadas com sucesso por muitos outros grupos, políticos e religiosos, para obter sujeição aos líderes ou a uma causa. A Torre de Vigia nunca admite que faz uso de técnicas de controle da mente, mas uma vez que se conhece essas técnicas, não é difícil perceber o quanto estão presentes em tudo o que se relaciona às suas atividades.

O vídeo a seguir lista várias dessas técnicas e a Torre de Vigia usa a maioria delas, como mostro logo em seguida.

https://www.youtube.com/watch?v=VBI_TtQ47YY

- Quando as Testemunhas visitam as casas, elas nunca dizem claramente que o objetivo delas é converter os moradores. Primeiro ele é convencido de que Deus garante um novo mundo livre de problemas e somente depois, quando já está emocionalmente comprometido com a religião, é que toma conhecimento das exigências requeridas pela liderança.
- A Torre de Vigia tem uma mensagem materialista, o sonho de consumo de todo ser humano considerado normal. Ela oferece saúde perfeita, vida eterna, água limpa e abundante, fartura de alimento e uma boa casa para morar, além da esperança de receber de volta todos os parentes queridos que já faleceram.
- Como a pessoa é convencida de que tudo isso está disponível gratuitamente, sendo que tudo isso foi possibilitado apenas pela morte sacrificial de Jesus Cristo, nada mais natural que ela se sinta

impulsionada a querer fazer algo em troca (o que seria uma demonstração de gratidão). É nesse estágio que ela começa a renunciar ao controle de sua vida.

- Não se permite muito tempo para pensar. Conta-se aos novos que este mundo está no seu fim e que é urgente tomar uma decisão, pois amanhã pode ser tarde. Uma vez que se convence disso, a pessoa passa a querer viver “nos trilhos” o tempo todo, pois, se Cristo voltar hoje, ela pode ser achada reprovada.
- As Testemunhas de Jeová são convencidas de que fazem parte de uma fraternidade internacional. Desde o começo, a família carnal é descartada como insignificante. Para reforçar esse conceito, recorre-se às palavras de Jesus Cristo sobre quem realmente eram seus irmãos e sua mãe (Mateus 12: 46-49). Isso faz com que a Testemunha tenha seus familiares apenas como pessoas da comunidade, com pouco ou nenhuma amizade de fato.
- Depois que se destrói os laços familiares e as amizades fora do círculo religioso, o que sobre é o “amor cristão” com os outros membros da religião, que comumente diz-se que é baseado em princípios. Esse amor, no entanto, é controlado diretamente pela Torre de Vigia, que determina quem pode ser amado e quem não pode. Por exemplo, se uma Testemunha é expulsa ou dissocia-se, a ordem da Torre de Vigia é que esse não deve mais ser amado. Todas as Testemunhas, portanto, passam a ser como que uma máquina com um botão de amor, que pode ser ligado e desligado, sendo que é a Torre de Vigia, com seu conceito de “amor baseado em princípios”, que possui em mãos esse botão. Quem crer que a religião é a única certa fará muitos sacrifícios para ter de volta esse “amor”.
- O desprezo pelas “coisas do mundo” é uma ideia intensamente propagada pela Torre de Vigia. Tudo o que não se relaciona com a religião deve ser visto com reserva, seja música, filmes, diversão, faculdade, emprego de qualidade. As Testemunhas são incentivadas a rever tudo o que gastam com isso, seja tempo ou dinheiro, pois esses poderiam ser mais bem empregados nos interesses da religião. Além disso, muito dessas coisas é tido como potencialmente perigoso, pois pode desviar a mente da Testemunha para possíveis outros interesses e até corromper suas ideias e acabar fazendo com que ela passe a ver a religião com olhos críticos.
- À Testemunha de Jeová é muito incentivado que ocupe todo o seu tempo com “as coisas do reino”. E a Torre de Vigia preparou uma programação bem intensa de modo a preencher cada hora do dia de toda Testemunha de Jeová. Tudo começa pela manhã, à mesa do café, quando antes de iniciar a refeição, faz-se a leitura do *Examine as Escrituras Diariamente*. Nos finais de semana, geralmente domingo, mas às vezes também aos sábados, a atividade seguinte é a visita aos lares,

no serviço de casa em casa. Por duas vezes na semana, geralmente à noite, cada Testemunha tem que comparecer a reuniões de cerca de 90 minutos cada. Mas antes disso, é preciso ler uma porção de matéria relacionada a essas reuniões, pois geralmente se solicitará que se manifestem a respeito deles. Também há as muitas revistas e livros publicados pela Torre de Vigia, os quais se solicitam que sejam lidos por inteiro para se inteirarem sobre as crenças. Muitas Testemunhas, mesmo durante a semana, ainda fazem visitas de estudo, geralmente de pessoas que mostraram algum interesse na primeira visita. Também se requer das famílias que tenham um estudo familiar semanal, além de que toda Testemunha é incentivada a ter seu estudo pessoal da Bíblia e da literatura bíblica produzida pela religião. O objetivo disso é que não se permita à Testemunha ter mais tempo para absolutamente nada; exausta com tanta atividade, a Testemunha, ainda que tenha algum questionamento sobre a religião, tenderá a deixar isso sempre para depois, para não se exaurir ainda mais. Também, assim muito ocupada com as atividades da religião, ela terá bem menos tempo para acessar informações que possam de alguma forma levá-la a ter dúvida sobre suas crenças e seus líderes.

- A Testemunha de Jeová não tem nenhuma liberdade de pensar e raciocinar por si. Ela pode apenas ler a literatura da Torre de Vigia e a Bíblia, mas não pode chegar a qualquer conclusão a não ser concordar com o que os líderes pensam.
- Com frequência é dito às Testemunhas que pregar é uma obrigação cristã e que, se não fizerem isso, terão culpa de sangue, quando Deus destruir a humanidade desobediente no Armagedom. Ter culpa de sangue significa que a Testemunha também morrerá em razão disso. Embora em outro contexto usem as palavras de 2 Pedro 3: 9 para justificar a “demora” em vir o tão pregado fim do mundo, o que significa dizer que nenhum inocente será morto no Armagedom, declarações tais como as registradas em Ezequiel 3: 17-19, 33: 1-6, Romanos 10: 10 e 1 Coríntios 9: 16, são citadas em apoio de que o sangue dos “inocentes” será cobrado da Testemunha que não pregou. Com base nisso, muitas Testemunhas sucumbem à culpa e obrigam-se a participar no ministério de pregação, pois tem medo que a qualquer momento possa vir o fim e sejam elas próprias mortas nesse dia de execução.
- As Testemunhas de Jeová não podem ter acesso a qualquer informação que seja crítica ao grupo, sejam elas de fontes apóstatas ou não; tudo o que é desfavorável à religião é considerado ataques feito por pessoas usadas pelo próprio Satanás e devem ser rejeitado imediatamente; Deve-se *rapidamente* fechar as páginas de um livro, trocar o canal de TV e sair de um site na internet – tudo com o objetivo de não contaminar a mente com ideias contrárias ao grupo.

- Toda Testemunha de Jeová é constantemente vigiada por outras; tudo o que elas fazem de errado pode acabar sendo de conhecimento dos anciãos, caso isso seja descoberto por outra Testemunha. Toda Testemunha é incentivada a delatar seus “irmãos”, quando não conseguirem convencê-los a delatar a si mesmos. Caso a Testemunha não relate aos anciãos o que sabe de seus irmãos, pode sofrer as mesmas punições que sofrerá aquele a quem se recusou delatar.
- O reconhecimento de que o Corpo Governante é dirigido por Deus é essencial para se ganhar a salvação. Apenas as Testemunhas que seguirem todas as “orientações” (ou regras) adotadas pelo Corpo Governante é que serão salvas. Esse reconhecimento é estendido até para os anciãos locais. Periodicamente a revista *A Sentinela* recomenda que se obedeça aos anciãos mesmo em pequenas coisas, pois futuramente, nos dias que antecederem ao Armagedom, as comunicações podem ficar interrompidas e as Testemunhas terão apenas as orientações dos anciãos. Se não seguirem as orientações deles por aquela época tão crítica, podem acabar perdendo a vida.
- Como prova de que é orientado por Deus, o Corpo Governante com frequência cita que com algumas décadas de antecedência Russell conseguiu fazer referência ao ano de 1914, que ficou marcado na História como o ano em que teve início a 1ª Guerra Mundial. Embora se saiba que o que ele predisse muito diferia do que realmente aconteceu, isso é muito convincente para aqueles que não sabem exatamente quais foram as palavras dita por Russell.
- A Torre de Vigia, sempre que possível, procura embasar suas afirmações em descobertas das ciências e em afirmações de historiadores e cientistas renomados. O que se tem verificado, no entanto, é que algumas declarações têm sido citadas fora de contexto, passando para o leitor uma visão distorcida do que realmente quis dizer a autoridade citada. Como a vasta maioria das Testemunhas não tem condições de checar cada citação, muito disso acaba por se passar como verdade.
- Sabe-se que a música tem um grande poder de relaxamento. Com uma música apropriada, pode-se predispor os ouvintes a serem mais receptivos aos conceitos que se deseja que adotem. Nesse sentido, as Testemunhas de Jeová sempre fazem suas reuniões embaladas por melodias variadas, geralmente relacionadas ao tema das palestras que se seguirão.
- Toda amizade com “descrentes” é desencorajada. Segundo o Corpo Governante, amigos assim tendem a corromper os valores dos cristãos. Provérbios 13:20 e 1 Coríntios 15:33 são citados para apoiar esse conceito. Dessa forma, bloqueia-se mais uma possível fonte de informações críticas ao grupo.

- O individualismo é muito combatido entre as Testemunhas. Tudo é em função do grupo, tudo deve ser em função da união. A Testemunha nunca será forte sozinha, apenas em grupo é que ela conseguirá ser cristã. Provérbios 18:1 é citado como uma indicação de que quem se isola é egoísta. Essa, no entanto, é mais uma forma de manter a Testemunha subordinada às ideias do grupo, pois geralmente é constrangedor pensar e agir diferente do grupo ao qual se faz parte. A pressão do grupo é aproveitada para coibir o desvio de cada Testemunha.
- Estimula-se às Testemunhas de Jeová que devem pensar que fazem parte de um grupo exclusivo, especial, separado para Deus. Do lado de fora estão os inimigos, o mundo da humanidade sobre controle de Satanás. Não há meio termo, ou estamos do lado de Deus ou do lado de Satanás. Se não apoiamos o governo de Deus, então estamos apoiando o governo de Satanás.
- A Testemunha é muito desencorajada a ter pensamentos críticos sobre seus líderes. Isso é sinal de rebeldia e pode resultar em se ter a desaprovação de Deus. Em apoio disso, cita-se o caso daqueles que se mostraram críticos de Moisés (Corá, Datã e Abirão) e acabaram sendo exterminados por Deus.
- Testemunha que não mais aceita se subordinar ao grupo é referida por termos abusivos, humilhantes, com o fim de desencorajar outros a seguir o exemplo. Para esse caso, recorre-se às palavras de Pedro sobre o cão voltar ao próprio vômito, e a porca lavada voltar ao lamaçal (2 Pedro 2: 22)
- A Torre de Vigia orgulha-se muito de dizer que descobriu uma grande mentira religiosa: a existência de um inferno para atormentar pecadores. Segundo ela, as pessoas que acreditam na existência do inferno vivem escravizadas, com medo de pecar e serem condenadas a viverem para sempre queimando no inferno. Ela, no entanto, criou o Armagedom, o evento

catastrófico em que Deus destruirá todas as pessoas que até a volta de Cristo não tiverem aceitado pertencer ao grupo religioso (veja na imagem uma simulação de como deverá



ser esse evento, segundo a brochura *Viva para Sempre no Paraíso na Terra*). Nesse Armagedom também serão mortas todas as Testemunhas que tiverem pecados escondidos e não se confessarem a tempo aos anciãos. Em razão disso, algumas Testemunhas chegam ao ponto do desespero, tendo inclusive sonhos horríveis com esse dia de execução. Em resultado disso, algumas Testemunhas não resistem e se confessam aos anciãos, crentes de que somente se fizerem isso é que poderão ser salvas durante o Armagedom.

Nota-se que a Bíblia é usada para apoiar muitos desses conceitos. No entanto, o uso da Bíblia por si só não valida o uso da técnica se a religião como um todo não estiver devidamente fundamentada. Por exemplo, recorrer às palavras de Jesus Cristo a respeito de quem de fato eram seus irmãos e mãe é um recurso que pode ser usado por todas as religiões cristãs, cada uma incentivando os seguidores do grupo a colocarem os irmãos de fé em primeiro lugar em suas vidas em prejuízo dos parentes carnis. Isso por si só não torna nenhuma dessas religiões corretas, mas apenas serviria para fragilizar as relações familiares. O mesmo acontece quando se usa as palavras de Pedro sobre o cão voltar ao seu vômito e a porca lavada voltar ao lamaçal. Qualquer religião cristã pode fazer uso dessas palavras com referência a qualquer de seus seguidores que deixa a religião – sem, contudo, apresentar nenhuma prova de que a pessoa está deixando a religião verdadeira.

Qualquer pessoa que passa anos sendo submetida a essas técnicas de controle da mente pode ser capaz de fazer coisas inimagináveis – e que jamais faria caso fosse deixada viver a vida em um ambiente social normal, em companhias de pessoas consideradas normais.



Tome por exemplo o caso de pais que deixam seus filhos morrerem em um leito hospitalar, ainda que tenham à disposição uma equipe médica e sangue apropriado à disposição.

Como exemplo, veja o caso da jovem brasileira Juliana Bonfim dos Santos de 13 anos. Sofrendo de anemia falciforme, ela precisava com urgência de uma transfusão de sangue, mas os seus pais impediram o trabalho médico e ela acabou por vir a óbito.

<http://www.nacaojuridica.com.br/2014/08/e-possivel-transfusao-de-sangue-em.html>

Por que os pais agem dessa maneira? Porque foram convencidos de que Deus exige isso deles; e a menos que o façam, acreditam que eles próprios serão punidos por Deus, bem como também podem ser considerados excluídos da religião e perder, talvez para sempre, as relações de amizade com familiares.

Nesses casos, não importa a ideologia, as técnicas dão os mesmos resultados, seja para religiões de variados credos, seja para líderes políticos de diferentes ideologias. É óbvio que não se consegue os mesmos resultados com todas as pessoas, mas isso geralmente não importa para os líderes. No caso das Testemunhas de Jeová, é evidente que são poucos os que aceitam a mensagem delas, mas a respeito desses diz-se que ninguém vai ao Pai a menos que Ele o atraia (João 6: 44). Com essas palavras, a Testemunha dificilmente se dará conta que entrou na religião porque foi influenciada mediante o uso de técnicas de controle da mente; antes, ela se sente muito feliz porque Deus a atraiu à religião verdadeira.

Dois casos notáveis de submissão absoluta são citados a seguir:

- (1) Em 1978, na Guiana, mais de 900 pessoas suicidaram-se sob as orientações de seu líder Jim Jones. Embora em alguns casos houvesse indícios de assassinato, parece que a maioria deles se deu sem nenhuma coação.

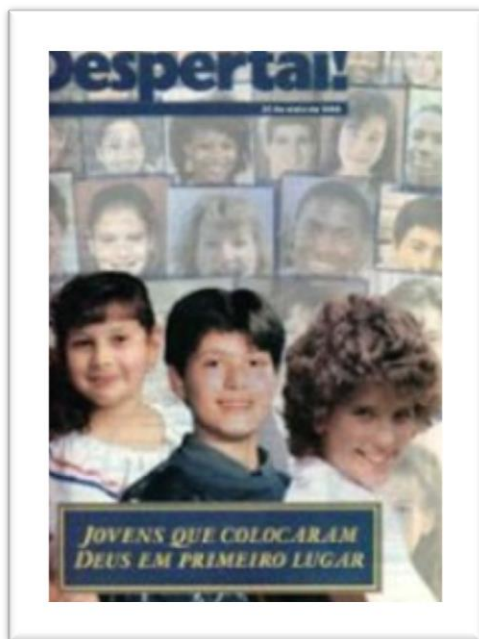
<https://www.youtube.com/watch?v=gEemJmzhcac>

- (2) Dentre muitos outros que ocorreram, este é um caso de Testemunha de Jeová que escolheu morrer em obediência à proibição de aceitar transfusão de sangue.

<http://pontosdefe.blogspot.com.br/2016/02/ela-escolheu-morrer.html>

O que cito abaixo é a transcrição de parte do primeiro vídeo, que começa no tempo 5:58. Trata-se das declarações de um membro do grupo que fugiu para escapar de ser morto pelos seguranças de Jim Jones. Ele mostra o quanto uma jovem estava submissa ao líder, ao ponto de envenenar o seu próprio bebê.

A primeira pessoa que se levantou para tomar o veneno era uma jovem mãe. Devia ter uns 27 anos, e ela tinha um bebê. O bebê devia ter um ano e meio. Ela deu o veneno para o bebê e tomou o dela em seguida. Depois ela saiu e sentou-se na grama esperando o veneno fazer efeito. Era difícil acreditar. Eu podia entender os mais velhos cometendo suicídio, mas não entendia como os jovens estavam fazendo aquilo. Ela não foi forçada. Eu vi muita gente bebendo sem ser forçada. Isso foi o começo de tudo. Os primeiros foram os bebês e as crianças. Eles eram levados pelos próprios pais. Até o momento que eu vi, as pessoas estavam tomando sem serem forçadas.



Um relato parecido consta na revista *Despertai!* de 22 de maio de 1994. Nesta edição mostra-se a foto de mais de 20 jovens “que colocaram Deus em primeiro lugar” em suas vidas, isto é, preferiram morrer a aceitar uma transfusão de sangue. Com destaque para três deles, o artigo procura convencer o leitor que esses jovens tomaram suas decisões baseados unicamente na Bíblia, não na interpretação que lhes fizeram dela, e tinham plenas convicções de que tomaram a decisão correta.

Quando a corte voltou a se reunir, na segunda-feira, 19 de julho, David Day apresentou cópias de um depoimento que Adrian — fisicamente incapaz de comparecer ao tribunal — havia preparado e assinado, declarando seu desejo de que o câncer fosse tratado sem sangue nem derivados dele. Disse Adrian:

“A pessoa medita muito sobre as coisas quando está doente, e quando está com câncer, a pessoa sabe que pode morrer e pensa nisso. . . . Eu não concordo em receber sangue, ou em permitir que seja usado; de modo algum. Sei que posso morrer se não for usado sangue. Mas minha decisão é esta. Ninguém me forçou a isso. Confio muito no Dr. Jardine. Creio que ele é um homem de palavra. Ele disse que me dará um tratamento intensivo sem jamais usar sangue. Ele me falou dos riscos. Eu entendo isso. Sei do pior que me pode acontecer. . . . Penso que se me for dado sangue isso seria como que me violentar, molestar meu corpo. Rejeito meu corpo nessas condições. Não posso

pagar esse preço. Não desejo tratamento algum que use sangue, nem mesmo que inclua essa possibilidade. Resistirei ao uso de sangue.” O depoimento de Adrian terminou com este apelo: “Por favor, respeitem a mim e a minha vontade.” (*Despertai!* de 22 de maio de 1994, página 6).

Adrian foi batizado como Testemunha de Jeová no dia 12 de setembro de 1993, em um tanque que lhe arranjaram na sala de fisioterapia. No dia seguinte veio a óbito. Ele tinha 14 anos.

O que segue é o artigo que colocou o uso recorrente de pornografia como um pecado passível de excomunhão (*A Sentinela* de 15 de julho de 2006, páginas 29-31).

Perguntas dos Leitores

Pode uma pessoa ser desassociada da congregação cristã por praticar impureza, assim como acontece no caso de fornicação ou de conduta desenfreada?

Sim, a pessoa pode ser expulsa da congregação se, sem arrependimento, pratica quer fornicação, quer certos graus de impureza, quer conduta desenfreada. O apóstolo Paulo cita esses três pecados junto com outras transgressões que podem resultar em desassociação, quando escreve: ‘As obras da carne são manifestas, as quais são fornicação, impureza, conduta desenfreada. Aviso-vos de antemão: “Os que praticam tais coisas não herdarão o reino de Deus.”’ — Gálatas 5:19-21.

Fornicação (do grego *porneía*) refere-se a relações sexuais ilícitas fora do casamento aprovado pelas Escrituras. Inclui adultério, prostituição e relações sexuais entre pessoas não-casadas, bem como sexo oral e anal e a manipulação sexual dos órgãos genitais de alguém com quem a pessoa não é casada. A pessoa que sem se arrepender pratica a fornicação não tem lugar na congregação cristã.

Conduta desenfreada (do grego *asélgeia*) denota “licenciosidade; libertinagem; conduta desavergonhada; lascívia”. O *The New Thayer’s Greek-English Lexicon* (Novo Léxico Grego-Inglês, de Thayer) define esse termo grego como “concupiscência descontrolada, . . . ultraje, falta de vergonha, insolência”. De acordo com outro léxico, conduta desenfreada é um tipo de comportamento que “viola todos os limites do que é socialmente aceito”.

Como mostram as definições acima, “conduta desenfreada” envolve dois elementos: (1) a conduta em si é uma violação grave das leis de Deus e (2) a atitude do errante é desrespeitosa, insolente.

Portanto, “conduta desenfreada” não se refere à má conduta de natureza menor. Ela diz respeito a atos que constituem violações sérias das leis de Deus e que refletem uma descarada ou atrevida atitude de desrespeito — um espírito

que revela desconsideração, ou mesmo desprezo, por autoridade, leis e normas. Paulo relaciona a conduta desenfreada com relações sexuais ilícitas. (Romanos 13:13, 14) Visto que Gálatas 5:19-21 alista a conduta desenfreada entre várias outras práticas pecaminosas que desqualificariam a pessoa para herdar o Reino de Deus, ela é base para repreensão e, possivelmente, para desassociar alguém da congregação cristã.

Impureza (do grego *akatharsía*) é o mais amplo dos três termos traduzidos por “fornicação”, “impureza” e “conduta desenfreada”. Ela inclui impureza de qualquer tipo — em assuntos sexuais, na linguagem, nas ações e nos relacionamentos espirituais. “Impureza” abrange uma ampla variedade de pecados sérios.

Conforme registrado em 2 Coríntios 12:21, Paulo refere-se a pessoas que ‘pecaram, mas não se arrependeram de sua impureza, fornicção e conduta desenfreada’. Visto que “impureza” é alistada junto com ‘fornicação e conduta desenfreada’, certos graus de impureza justificam uma ação judicativa. Mas impureza é um termo amplo que inclui coisas que não são de natureza judicativa. Assim como uma casa pode estar um pouco suja ou totalmente imunda, existem graus de impureza.

De acordo com Efésios 4:19, Paulo disse que alguns indivíduos haviam ficado “além de todo o senso moral” e “entregaram-se à conduta desenfreada para fazerem com ganância toda sorte de impureza”. Assim, Paulo coloca a prática da ‘impureza com ganância’ na mesma categoria que a conduta desenfreada. Uma pessoa batizada que, sem se arrepender, pratica ‘com ganância a impureza’ pode ser expulsa da congregação por causa de crassa impureza.

Suponha que um casal de noivos se envolva, em várias ocasiões, em pesadas carícias apaixonadas. Os anciãos poderão determinar que, embora o casal não manifeste insolência que se caracterize como conduta desenfreada, há certa medida de “ganância” na sua conduta. Assim, os anciãos poderão tomar ação judicativa, pois o caso envolve *crassa impureza*. A crassa impureza pode também ser uma base apropriada para lidar com o caso de uma pessoa que repetidamente se envolve em telefonemas de cunho explicitamente sexual com outra pessoa, em especial se ela já foi aconselhada sobre isso.

Os anciãos precisam ter discernimento ao fazer tais julgamentos. Para determinar se é preciso uma ação judicativa, eles devem analisar com cuidado o que realmente aconteceu e a extensão do ocorrido. Não é o caso de acusar uma pessoa de “conduta desenfreada” só porque ela não aceita os conselhos bíblicos; tampouco é uma questão de decidir quantas vezes alguém pode cometer um determinado pecado antes de ser preciso tomar uma ação judicativa. Com cuidado e com oração, os anciãos devem pesar cada situação e averiguar o que aconteceu, a frequência do ocorrido, a natureza e a extensão da conduta errada, e as intenções e motivações do errante.

A crassa impureza não se limita a pecados sexuais. Por exemplo, um rapaz batizado fuma alguns cigarros num curto período e confessa isso aos pais. Ele está decidido a não fumar mais. Isso é impureza, mas não chegou ao ponto de crassa impureza ou ‘impureza com ganância’. Os conselhos bíblicos de um ou dois anciãos, além do apoio dos pais do rapaz, devem bastar. Mas se ele fuma com frequência, isso seria caracterizado como deliberada “imundície da carne”,

e seria formada uma comissão judicativa para tratar desse caso de crassa impureza. (2 Coríntios 7:1) Se o jovem não manifestar arrependimento, será desassociado.

Alguns cristãos têm-se envolvido em ver pornografia. Isso é ofensivo para Deus, e os anciãos talvez fiquem chocados ao saber que um companheiro cristão fez isso. Mas nem todos os casos de ver pornografia exigem uma audiência perante uma comissão judicativa. Por exemplo, suponha que um irmão em várias ocasiões tenha visto um tipo de pornografia não muito explícita. Ele se sente envergonhado, confessa o erro a um ancião e está decidido a não repetir esse pecado. O ancião talvez conclua que a conduta desse irmão não chegou ao ponto de ‘impureza com ganância’; ele tampouco demonstrou uma atitude descarada, indicando conduta desenfreada. Ainda que não fosse necessária uma ação judicativa, esse tipo de impureza exigiria fortes conselhos bíblicos e acompanhamento do caso por parte dos anciãos.

Mas suponha que um cristão tenha visto secretamente, por vários anos, pornografia repugnante, sexualmente degradante, e tenha feito todo o possível para ocultar esse pecado. Tal pornografia talvez incluísse cenas de uma vítima ser violentada por várias pessoas, sexo com uma pessoa amarrada, tortura sádica, tratamento brutal de mulheres ou até mesmo pornografia infantil. Quando outros descobrem sua conduta, ele fica muito envergonhado. Sua atitude não é descarada, mas os anciãos talvez determinem que ele ‘se entregou’ a esse hábito imundo e praticou ‘impureza com ganância’, isto é, crassa impureza. Seria formada uma comissão judicativa por estar envolvida a crassa impureza. O errante seria desassociado caso não demonstrasse arrependimento sincero e determinação de nunca mais ver pornografia. Se ele chegou a convidar outros à sua casa para ver pornografia — na verdade promovendo-a —, ele daria evidência de atitude descarada, caracterizando-se conduta desenfreada.

A expressão bíblica “conduta desenfreada” sempre envolve um pecado grave, em geral de cunho sexual. Ao tentarem identificá-la, os anciãos devem verificar se está envolvida atitude descarada, libertinagem, imundície, falta de vergonha e o que choca a decência pública. Por outro lado, transgressões graves da lei de Jeová cometidas por alguém que não manifeste uma atitude descarada talvez envolvam “ganância”. Esses casos devem ser tratados com base na crassa impureza que envolvem.

Determinar se uma pessoa chegou ao ponto de ser culpada de crassa impureza ou de conduta desenfreada é uma responsabilidade séria, pois vidas estão em jogo. Os que julgam tais casos devem fazer isso com oração, pedindo a Jeová que lhes dê seu espírito santo, discernimento e entendimento. Os anciãos precisam manter a pureza da congregação e têm de basear seus julgamentos na Palavra de Deus e nas orientações do “escravo fiel e discreto”. (Mateus 18:18; 24:45) E nestes dias de perversidade, mais do que nunca, é preciso que os anciãos tenham em mente as palavras: “Vede o que estais fazendo, porque não é para o homem que julgais, mas é para Jeová.” — 2 Crônicas 19:6

... Ao capítulo 4

A Sentinela de 1º de outubro de 1904..

Dear Sir,—Since you have changed your views respecting Gentile Times let me suggest the possibility of still another error. You count the seventy years Babylonian captivity of the Jews as beginning with the overthrow of Zedekiah, Judah's last king, but I notice that "Bishop Usher's Chronology," given in the margins of our Common Version Bibles and based on "Ptolemy's Canon," begins that seventy-year period nineteen years earlier—namely, in the first year of Nebuchadnezzar,

when he took captive Daniel and other prominent Jews and laid the Jews' country under tribute. Now if this, the common reckoning, be correct, it would make the Times of the Gentiles to begin nineteen years later than you estimate, namely, in B. C. 587, instead of B. C. 606;—and this in turn, would make those times end nineteen years later than you have reckoned,—in October, A. D. 1933, instead of October, 1914. What do you say to this? Are you humble enough to acknowledge that I have struck some new light, and that you and all DAWN readers have been "all wrong," walking in darkness?

TRADUÇÃO:

Caro senhor, uma vez que mudou seus pontos de vista em relação aos Tempos dos Gentios permita-me sugerir a possibilidade de ainda outro erro. O senhor conta o cativeiro dos Judeus de setenta anos em Babilônia principiando com a destronação de Zedequias, o último rei de Judá, mas eu noto que a "Cronologia do Bispo Usher", dada à margem da nossa versão de Bíblias comuns e com base no "Cânon de Ptolomeu", o período de setenta anos começa dezenove anos antes, ou seja, no primeiro ano de Nabucodonosor, quando ele levou cativo Daniel e outros judeus proeminentes e colocou o país dos judeus sob tributo. Agora, se o cálculo padrão aceito estiver correto, faria com que os Tempos dos Gentios comecem dezenove anos mais tarde do que você estimou, ou seja, em 587 A.C. em vez de 606 A.C; e por sua vez faria aqueles tempos acabar dezenove anos mais tarde do que você tinha contado, em outubro de 1933 A.D, em vez de outubro de 1914 A.D. O que o senhor diz quanto a isto? Seria o senhor humilde o suficiente para reconhecer que eu alcancei uma nova luz, e que você e todos os leitores da Aurora estão "todos errados", andando em escuridão?

A Sentinela de 1º de dezembro de 1912.

Whether Dionysius began his A. D. period January 1st, A. D. 1, or whether he began it January 1st, A. D. 0, we may not be sure; neither may we feel too certain whether he began the B. C. dates December 31st, B. C. 0, or December 31st, B. C. 1. For all ordinary purposes this question would be rather immaterial. But it has a very important bearing on our calculation of Gentile Times. Even in this particular the matter seemed less important thirty or forty years ago than it does today; for now as we come down to the close of the Gentile Times we are disposed to give every feature a critical and microscopical examination not thought so necessary some years ago.

389

TRADUÇÃO:

Se Dionísio começou seu período em 1º de janeiro do ano 1 AD, ou se ele começou em 1º de janeiro do ano 0 AD, não podemos ter certeza; nem podemos também nos sentir seguros que ele começou nas datas 31 de dezembro do ano 0, ou 31 de dezembro do ano 1. Para qualquer outra finalidade esta questão seria relativa. Mas, para nós ele tem uma influência muito importante em nosso cálculo dos “Tempos dos Gentios”. Até mesmo neste em particular, o assunto parecia menos importante 30 ou 40 anos atrás do que hoje; por agora como chegamos até o fim dos Tempos dos Gentios estamos dispostos a servir-nos de todos os recursos de um exame crítico e microscópico como jamais imaginávamos fazer a alguns anos atrás .

Esta citação, que consta na mesma edição da revista, páginas 5141, 5142, não foi traduzida nem citada no texto, mas serve de complemento à explicação do assunto:

AN OPEN QUESTION

Coming now to a very critical examination of the date 536 B. C., there is an open question: Shall we call it 536 full years to A. D., or 535 full years? The difference in time between October 1st and January 1st would be the fourth of a year; hence our query is respecting $536\frac{1}{4}$ or $535\frac{1}{4}$ years B. C. What is the proper method of calculation, is in dispute. If we count the first year B. C. as 0, then the date $536\frac{1}{4}$ B. C. is the proper one for the end of the seventy years of captivity. But if we begin to reckon it by counting the first year before the Christian era as B. C. 1, then evidently the desolation ended $535\frac{1}{4}$ years B. C.

As to the methods of counting, Encyclopaedia Britannica says, "Astronomers denote the year which preceded the first of our era as 0 and the year previous to that as B. C. 1—the previous year B. C. 2, and so on."

Whichever of these ways we undertake to calculate the matter the difference between the results is one year. The seventy years of Jewish captivity ended October, 536 B. C., and if there were $536\frac{1}{4}$ years B. C., then to complete the 2,520 years' cycle of the Times of the Gentiles would require $1913\frac{3}{4}$ years of A. D., or to October, 1914. But if the other way of reckoning were used, then there were but $535\frac{1}{4}$ years of the period B. C., and the remainder of the 2,520 years would reach to A. D., $1914\frac{3}{4}$ years, otherwise October, 1915.

Since this question is agitating the minds of a considerable number of the friends, we have presented it here in some detail. We remind the readers, however, that nothing in the

Scriptures says definitely that the trouble upon the Gentiles will be accomplished before the close of the Times of the Gentiles, whether that be October, 1914, or October, 1915. The trouble doubtless will be considerable before the final crash, even though that crash come suddenly, like the casting of a great millstone into the sea. (Rev. 18:21) The parallel between the Jewish harvest and the present harvest would corroborate the thought that the trouble to the full will be accomplished by October, 1915.

¹⁰ This Gobryas† is frequently identified as Darius the Mede. Daniel 9:1 and 11:1 speak of “the first year of Darius” as “king over the realm of the Chaldeans”. Babylon was overthrown in October of 539 B.C., but the ordinary Babylonian reckoning of a king’s reign was from the 1st of the month Nisan in the spring of the year.§ Hence the months from October of 539 to Nisan 1, 538 B.C., were referred to as the “beginning of kingship”. The first full year of Darius would therefore be from Nisan 1, 538 B.C.,

to the end of the month Adar in 537 B.C., or, about, March 24, 538, to March 11, 537 B.C., Julian Calendar (or, March 18, 538, to March 5, 537 B.C., Gregorian Calendar).* The first year of Cyrus is now usually given as 538 B.C. So if Cyrus reigned along with Darius, the first full year of Cyrus allowed more than two months in 537 B.C., for Cyrus to issue his decree for rebuilding the temple at Jerusalem.† But if Cyrus succeeded to Darius during or right after Darius’ first year, then the first full year of Cyrus would run from Nisan 1, 537 B.C., to the end of Adar, 536 B.C., or, about, March 12, 537, to March 29, 536 B.C., Julian Calendar (or, March 6, 537, to March 23, 536 B.C., Gregorian Calendar). This would allow sufficient months in the year 537 B.C. for Cyrus’ decree to get over all his kingdom, for contributions for the temple building to be made, for preparations and the journey to Jerusalem to be made by the Israelites, and for them to settle in their cities before the first day of the seventh month (Tishri) in 537 B.C. —Ezra 1:1; 2:68-70; 3:1, 6. See the footnote.‡

TRADUÇÃO:

Este Gobrias é frequentemente identificado como Dario, o Medo. Daniel 9:1 e 11:1 fala de “o primeiro ano de Dario” como “rei sobre o reino dos caldeus”. Babilônia foi derrubada em outubro de 539 AEC, mas o acerto de contas babilônico ordinária do reinado do rei foi a partir do primeiro dia do mês de Nisã, durante a primavera daquele ano. Daí os meses a partir de Outubro de 539 até 1º de Nisã de 538 AEC, foram referidos como o “começo do reinado”. O primeiro ano completo de Dario seria, portanto, a partir de 1º de Nisã de 538 AEC, até o fim do mês de Adar em 537 AEC, ou, aproximadamente, 24 de março de 538 até 11 de março de 537 AEC, no calendário Juliano (ou, 18 de março de 538 até 5 de março de 537 AEC, calendário Gregoriano). O primeiro ano de Ciro, agora é geralmente datada como 538 aC. Então, se Ciro reinou

junto com Dario, o primeiro ano completo de Ciro permitiu mais que dois meses, em 537 AEC, para Ciro emitir seu decreto para a reconstrução do templo em Jerusalém. Mas, se Ciro sucedeu Dário durante, ou logo após o primeiro ano de Dario, em seguida, o primeiro ano completo de Ciro teria seguido a partir de 1º de Nisã de 537 até o fim de Adar em 536 AEC, ou, aproximadamente, 12 de março de 537 até 29 de março de 536 AEC, no calendário Juliano (ou, 6 de março de 537 até 23 de março 536 AEC, calendário gregoriano). Isso permitiria meses suficientes no ano 537 AEC para o decreto de Ciro abranger todo o seu reino, [providenciar] contribuições para a construção a ser feita do templo, para os preparativos da viagem a serem feitos pelos israelitas até Jerusalém, e para eles se estabelecerem nas suas cidades antes do primeiro dia do sétimo mês (Tisri) em 537 AEC. – Esdras 1: 1; 2: 68-70; 3: 1, 6..

...Ao capítulo 5, parte B

Citações do site de Barbara Anderson, cujo original pode ser acessado neste endereço.

<http://watchtowerdocuments.org/life-discoveries-barbara-anderson/>

Due to the health problems of my elderly parents, in August of 1992, we decided to terminate our stay at the Watchtower facility in Brooklyn leaving there at the end of the year. However, before I left, I spent time on one more research project. Harry authorized me to put together a package of information alerting and proving to the Governing Body that they had a serious problem with child sexual abuse within the organization. In early January 1993, a few weeks after I left headquarters, a huge packet of documented information gathered by me was provided by Harry Peloyan to each one of the Governing Body members.

TRADUÇÃO:

Devido aos problemas de saúde de meus pais idosos, decidimos encerrar nossa estadia nas instalações da Torre de Vigia de Brooklyn em agosto de 1992, permanecendo ali até o final daquele ano. Entrementes, eu passei um tempo em mais um projeto de pesquisa. Harry autorizou-me a reunir um pacote de informações que alertava e provava ao Corpo Governante que ele tinha um problema sério com o abuso sexual de crianças dentro da organização. No início de Janeiro de 1993, algumas semanas após sairmos da sede, um enorme pacote de informações documentadas compiladas por mim, foi

entregue por Harry Peloyan a cada um dos membros do Corpo Governante_(o original em inglês pode ser lido nos anexos a este capítulo).

After calling NBC time and again to find out when the program would air, the Watchtower organization was told at the end of April 2002 the program would be shown on May 28, 2002. Immediately, Watchtower officials notified the local elders to schedule judicial hearings for us. In early May, I proved to the elders I was not guilty of the charges brought against me. Within days the local elders scheduled another judicial hearing with new charges concocted. I declined to attend the meeting because it seemed futile—if I disproved those charges, it was obvious they would just come up with different charges. In any event, I was subsequently disfellowshipped on May 19, 2002 for causing divisions.

Some of the other Witness whistleblowers who appeared on the program were also disfellowshipped around the same time. Disfellowshipped members are construed as being unrepentant sinners and not to be believed, so it was a cunning move for the Watchtower. It was obvious to me I was disfellowshipped shortly before Dateline was broadcast so Witness viewers would not believe what I said.

TRADUÇÃO:

Após contatar a NBC mais uma vez com a finalidade de saber quando o programa iria ao ar, ao final de abril de 2002 foi informado à Torre de Vigia que ele seria exibido em 28 de maio de 2002. Imediatamente, oficiais da Torre de Vigia notificaram os anciãos locais para agendar audiências judicativas conosco. No início de maio, provei aos anciãos que não era culpada das acusações feitas contra mim. Dentro de alguns dias, os anciãos locais agendaram uma nova audiência judicativa com novas acusações inventadas. Eu me recusei participar desta reunião, pois me parecia inútil; se eu refutasse essas acusações, era óbvio que eles viriam vez após vez com cargas maiores sobre mim. Em todo o caso, fui posteriormente desassociada em 19 de maio de 2002, sob a acusação de causar divisões.

Algumas das outras Testemunhas denunciantes que apareceram no programa foram também desassociadas na mesma época. Membros desassociados são encarados como pecadores não arrependidos e devem ser desacreditados; isso é uma jogada astuta da Torre de Vigia. Era óbvio que fui desassociada pouco antes da exibição do programa para que as Testemunhas que o assistissem não me levassem a sério (o original em inglês pode ser lido nos anexos a este capítulo).

O que segue é uma carta aberta enviada por mim à Associação das Testemunhas Cristãs de Jeová (ATCJ), com sede em São Paulo, referente às acusações apresentadas no capítulo cinco deste livro. Enviei primeiro uma carta com data de 18 de abril de 2016, mas, por falha minha, o nome da

Associação foi escrito de forma errada (Associação Cristã das Testemunhas de Jeová) e o campo “razão social” no AR ficou sem ser preenchido. Embora, a meu ver, isso não constituía razão válida para a carta ficar sem resposta, no dia 10 de maio de 2016 enviei uma segunda carta com as devidas correções. Mesmo assim, até a data em que encerro a edição deste livro, 22 de junho de 2016, nenhuma das minhas cartas obtiveram qualquer resposta.

AVISO DE RECEBIMENTO **AR** JO 269560775 BR
(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)

CORREIOS **BRESEL** **AC/DP GUADALUPE** **AVIS CNO7**

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT: 10 MAI 2016

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT: BR/PA

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR: LOURISVALDO SANTANA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE: RUA MISTA, 144 - COQUEIRO

CIDADE / LOCALITÉ: GUADALUPE PI BRASIL

6 4 8 4 0 0 0 0

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO / RETOUR

394

PREENCHER COM LETRA DE FORMA **AR**

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE: ASSOCIAÇÃO DAS TESTEMUNHAS CRISTÃS DE JEová

ENDEREÇO / ADRESSE: RODOVIA SP-141 - KM 43 - CESÁRIO LANGE

CEP / CODE POSTAL: 13.285-901 CIDADE / LOCALITÉ: CESÁRIO LANGE SP PAÍS / PAYS: BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVOI / NATURE DE L'ENVOI: ☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE ☐ EMS ☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR: Raquel C. M. Coqueiro

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON: 23 MAI 2016

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION: AC - CESARIO LANGE 23 MAI 2016

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR: RAFAEL MARTINELLI AGUNZI

N° DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR: RG 33.929.758-X SSP/SP

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT: Agente de Correios Matr. 81144628 AC - CESARIO LANGE

ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

Carta aberta à ATCJ.

Caros Senhores da Associação das Testemunhas Cristãs de Jeová (ATCJ):

Considerando com quanta frequência o Corpo Governante adverte às Testemunhas de Jeová que chequem a autenticidade de informações colhidas na internet, vos escrevo exatamente com o objetivo de colher o vosso parecer sobre alguns assuntos que me têm incomodado.

- Nações Unidas:

Estou consciente de que a posição do Corpo Governante é de não envolvimento nos debates políticos, o que constitui, mais especificamente, em não tomar partido nas questões em debates, seja apoiando essa ou aquela causa, bem como não dando suporte de qualquer tipo a qualquer entidade política. Também estou consciente de que esse posicionamento também é exigido de cada Testemunha de Jeová, cuja desobediência pode resultar em essa deixar de ser considerada Testemunha, passando então a receber dos ex-irmãos o mesmo tratamento dado aos membros excomungados.

Em razão disso, foi com surpresa que tomei conhecimento das acusações de que a Sociedade Torre de Vigia, durante cerca de nove anos, de 1992 a 2001, esteve filiada à Organização das Nações Unidas (ONU) na qualidade de uma Organização Não-Governamental (ONG).

As fontes dessas informações são o respeitado jornal britânico *The Guardian* e o próprio site da ONU. Os links para esses assuntos constam no final desta carta.

Assim, considerando que as informações são verdadeiras, e considerando as informações passadas pela ONU de que essa filiação constituía claro apoio aos interesses nas Nações Unidas, **desejo saber como** isso se harmoniza com o posicionamento do Corpo Governante de neutralidade nas questões políticas e, com base nas informações passadas pelo jornal britânico, *por que* as Testemunhas de Jeová como um todo não foram comunicadas sobre essa filiação; esse desconhecimento por parte delas, pelo que dizem, resultou em muitas delas tropeçarem, quando descobriram, pela imprensa, essa ligação da Sociedade Torre de Vigia com uma entidade política (Mateus 18: 6).

Considerando que as acusações são falsas, *o que* teria motivado esses dois órgãos mundialmente conhecidos, e, considerando as devidas proporções, mundialmente respeitados, a divulgar acusações claramente difamatórias sobre a Sociedade Torre de Vigia? Que providências legais tem tomado a Sociedade Torre de Vigia para forçar as referidas entidades a retirar essas acusações de suas páginas na internet?

- Pedofilia

Jornais respeitados dos Estados Unidos e da Inglaterra têm noticiado que a Sociedade Torre de Vigia está sendo acusada de acobertar casos de pedofilia entre as Testemunhas de Jeová. *Essas acusações procedem?* Em caso positivo, e considerando que as revistas *A Sentinela* e *Despertai!* divulgam constantemente acusações desse tipo referente a outras religiões, *por que* até o momento essas mesmas revistas nunca noticiaram acusações contra a própria Sociedade Torre de Vigia?

Ainda sobre esse assunto, e considerando que as acusações acima são verdadeiras, circula na internet acusações de que a Sociedade Torre de Vigia, por meio de seus advogados, tem contatado supostas vítimas de supostos pedófilos Testemunhas de Jeová com o objetivo de que, mediante acordo financeiro, essas deem por encerradas as ações judiciais que movem contra a entidade legal das Testemunhas. *Essas acusações procedem?* Em caso afirmativo, *com que* dinheiro tem-se feito esses acordos, visto que as Testemunhas de Jeová são informadas de que a totalidade do dinheiro que doam é usada unicamente no serviço de evangelização?

- Literatura

Sabemos que no início da década de 1990 a Sociedade Torre de Vigia, em alguns países, inclusive nos Estados Unidos, passou a não mais estabelecer um preço por sua literatura, ficando a critério do morador a decisão sobre se deseja doar e quanto doar. A respeito desse assunto, informações da internet dão conta de que essa decisão foi tomada pouco depois de a Sociedade Torre de Vigia ter perdido uma causa na Suprema Corte dos Estados Unidos, na qual participava na qualidade de *Amicus Curiae*, sendo que o assunto em exame era a constitucionalidade, ou não, de um estado americano poder cobrar imposto sobre literatura religiosa. Essas afirmações são verdadeiras?

Estas são as orientações das revistas *A Sentinela* e *Despertai!* que me moveram a consultar Vossas Senhorias a respeito dessas questões:

Jamais presume que todas as informações na internet são confiáveis e benéficas [...] Lá no passado, Satanás escondeu-se atrás de uma serpente para um “bate-papo” com Eva, e lhe disse que ela poderia ser como Deus. Hoje, qualquer pessoa conectada à internet pode tornar-se um catedrático, fingindo ser especialista em alguma área, sem sequer revelar seu nome. E não existem regras sobre quem pode divulgar ideias, informações, imagens e sugestões.

Não se torne uma “Eva da internet”. Seja crítico e desconfie das informações. Antes de acreditar nelas, pergunte-se: (1) quem publicou essa matéria? Qual é a formação do autor? (2) Por que foi publicada? Que motivação tinha o autor? É tendenciosa? (3) Onde o autor conseguiu as informações? Ele cita as fontes de referência? (4) As informações estão atualizadas? No primeiro século, o apóstolo Paulo deu a Timóteo um conselho que ainda vale hoje. Ele escreveu: “Guarda o que te foi confiado, desviando-te dos falatórios vãos, que violam o que é santo, e das contradições do falsamente chamado ‘conhecimento’.” — 1 Tim. 6: 20 (A *Sentinela* de 15 de agosto de 2011, página 3,4).

“Qualquer um pode colocar o que bem entende na internet, numa revista ou num livro. Sabendo disso, é bom usarmos de discernimento e nos educarmos para não sermos crédulos, acreditando em tudo o que lemos. A pessoa que faz questão de receber informações precisas tem de certificar-se de que a fonte seja confiável. Isso pode levar algum tempo. Mas uma vez adquirido um retrato fiel e mais completo, ela passa a ter opiniões bem fundadas, bom critério e a ser capaz de tomar decisões importantes, com segurança” (*Desperta!* de 8 de fevereiro de 2003, página 31).

Estes são s links para as reportagens do jornal *The Guardian*:

<http://www.theguardian.com/uk/2001/oct/08/religion.world>

<http://www.theguardian.com/uk/2001/oct/15/religion.unitednations>

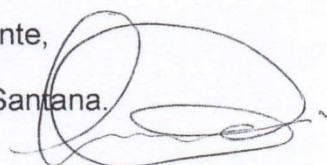
Este é o link para uma página mantida pela ONU, onde é possível baixar um arquivo PDF, com acusações análogas às reportagens do *The Guardian*:

<http://ask.un.org/faq/14501>

Com sinceridade, desejo muito receber o parecer de V.S.as. a respeito dessas questões.

Atenciosamente,

Lourisvaldo Santana.



Guadalupe-PI, 10 de maio de 2016.

Por que razão a minha carta ficou sem resposta? É verdade que o seu teor denuncia tratar de assuntos comumente propagado pelos considerados apóstatas, mas não me identifiquei como ex-integrante da religião. Por esse motivo, considerando os fatos puro e simples, a minha carta merecia no mínimo a atenção que se daria a um cidadão brasileiro comum, de identidade e interesses desconhecidos.

Porém esse está longe de ser o meu caso em relação à Torre de Vigia. Referente à desassociação e dissociação de Testemunhas, a entidade religiosa decretou que os anciãos lhe enviem o nome de toda Testemunha expulsa ou que tenha renunciado ao grupo, e no caso das Testemunhas expulsas, ela requer que lhe sejam enviadas também as razões da expulsão.

33. A comissão judicativa deve *informar imediatamente o Escritório* a respeito da desassociação, usando os formulários apropriados. Ao fazer o relatório, leiam e sigam com cuidado as instruções no formulário.

Pastoreiem o Rebanho de Deus, página 101. Veja o formulário na página seguinte.

Pelo tempo que fui Testemunha de Jeová nunca tomei conhecimento de que existiam esses procedimentos. Também nem mesmo após a minha condenação pela comissão judicativa ninguém me pediu permissão para armazenar essas informações e nem mesmo fui informado de que isso seria feito. Depois que se descobre isso, é apenas lógico que alguém deseje também saber por que essas informações são armazenadas. Analisando friamente, faz sentido que a justiça brasileira mantenha um cadastro de pessoas condenadas ou que de alguma forma estejam em falta com a justiça. Com isso, quando necessário, uma busca nos arquivos pode fornecer todas as informações necessárias ao andamento de algum processo ou investigação, bem como pode ser útil à segurança em geral. Seria por motivos parecidos que a organização Torre de Vigia mantém um cadastro completo de ex-integrantes, incluindo nome completo, data de nascimento, de batismo, de expulsão, bem como cidade, estado, congregação e a lista de pecados que levaram à condenação? Independente disso, fica claro que o Escritório em Cesário Lange, caso desejasse saber quem lhe escrevia uma carta com teor considerado apóstata, bastava digitar meu nome em um computador e todos os meus dados apareceriam na tela, inclusive minha lista de pecados. Também, obviamente, o Escritório poderia telefonar para os anciãos em Guadalupe, que estes rapidamente diriam todas as informações que se lhes solicitasse a respeito de minha pessoa. Portanto, para os representantes da Torre de Vigia,

em Cesário Lange, eu sou alguém de quem eles sabem tudo o que precisam saber, e com base nisso, podem julgar se lhes convém me dar qualquer resposta a qualquer carta que eu lhes envie.

Thumbnail of the official S-77 form titled "AVISO DE DESASSOCIAÇÃO OU DISSOCIAÇÃO". The form includes fields for personal information, a section for specifying transgressions, and a section for providing evidence. A red box highlights the top section of the form.

Este é o formulário
(oficialmente chamado S-77).

Agradeço aqui a gentileza do forista
Ancião Brasileiro, por ter-me
fornecido esse documento.

399

Full view of the "AVISO DE DESASSOCIAÇÃO OU DISSOCIAÇÃO" form. The form includes fields for personal information, a section for specifying transgressions, and a section for providing evidence. The form is titled "AVISO DE DESASSOCIAÇÃO OU DISSOCIAÇÃO" and includes a section for "INFORMAÇÕES ADICIONAIS".

Em conclusão, a qualquer tempo que uma carta da Torre de Vigia me chegar às mãos, ela será postada em meu blog, bem como em fóruns da internet, e constará em uma edição futura deste livro.

Para críticas, sugestões e indicação de erros, acesse:

<http://pontosdefe.blogspot.com.br/>

(Use a parte de comentários de qualquer postagem)

AJUDE A MELHORAR ESTE LIVRO

Contato: louro-sn@outlook.com